Jornal Oficial
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Guaporé 4
Prefeitura Municipal de Alto Araguaia 4
Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista 18
Prefeitura Municipal de Alto Garças 21
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 22
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 43
Prefeitura Municipal de Apiacás 44
Prefeitura Municipal de Araguaiana 45
Prefeitura Municipal de Araguainha 47
Prefeitura Municipal de Araputanga 47
Prefeitura Municipal de Aripuanã 47
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres 49
Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço 49
Prefeitura Municipal de Brasnorte 50
Prefeitura Municipal de Campinápolis 50
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 51
Prefeitura Municipal de Campo Verde 52
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 55
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 56
Prefeitura Municipal de Canarana 57
Prefeitura Municipal de Castanheira 59
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 60
Prefeitura Municipal de Cláudia 60
Prefeitura Municipal de Cocalinho 68
Prefeitura Municipal de Colniza 68
Prefeitura Municipal de Colíder 70
Prefeitura Municipal de Comodoro 108
Prefeitura Municipal de Confresa 108
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 108
Prefeitura Municipal de Curvelândia 115
Prefeitura Municipal de Cáceres 116
Prefeitura Municipal de Denise 132
Prefeitura Municipal de Diamantino 133
Prefeitura Municipal de Dom Aquino 134
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 134
Prefeitura Municipal de Figueirópolis d´Oeste 139
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte 140
Prefeitura Municipal de General Carneiro 141
Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte 141
Prefeitura Municipal de Guiratinga 145
Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte 150
Prefeitura Municipal de Itaúba 151
Prefeitura Municipal de Jaciara 151
Prefeitura Municipal de Jauru 174
Prefeitura Municipal de Juara 174
Prefeitura Municipal de Juína 175
Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste 213
Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde 214
Prefeitura Municipal de Luciara 215
Prefeitura Municipal de Marcelândia 216
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 217
Prefeitura Municipal de Nobres 218

Prefeitura Municipal de Nortelândia 219
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 219
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 221
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 224
Prefeitura Municipal de Nova Guarita 237
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 237
Prefeitura Municipal de Nova Maringá 239
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 241
Prefeitura Municipal de Nova Mutum 245
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 246
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena 247
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 248
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 261
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 263
Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio 263
Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim 265
Prefeitura Municipal de Paranaíta 265
Prefeitura Municipal de Planalto da Serra 267
Prefeitura Municipal de Poconé 267
Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda 269
Prefeitura Municipal de Porto Estrela 272
Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos 276
Prefeitura Municipal de Poxoréu 281
Prefeitura Municipal de Querência 281
Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal 283
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira 285
Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho 288
Prefeitura Municipal de Rondolândia 289
Prefeitura Municipal de Salto do Céu 298
Prefeitura Municipal de Santa Carmem 304
Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu 304
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 304
Prefeitura Municipal de Santo Afonso 305
Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger 305
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 306
Prefeitura Municipal de Sapezal 308
Prefeitura Municipal de Sinop 309
Prefeitura Municipal de Sorriso 316
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 326
Prefeitura Municipal de São José do Povo 332
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 333
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 333
Prefeitura Municipal de Tabaporã 334
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 334
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 336
Prefeitura Municipal de União do Sul 338
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos 338
Prefeitura Municipal de Vera 338
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 338
Prefeitura Municipal de Vila Rica 339
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 341
Prefeitura Municipal de Água Boa 343

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS (AMM)

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2015/2016

Presidente de Honra: Ondanir Bortolini

Presidente: Neurilan Fraga - Prefeito de Nortelândia

Primeiro Vice-Presidente: Roberto Ângelo de Farias - Prefeito de Barra do Garças

Segundo Vice-Presidente: Walmir Guse - Prefeito de Conquista D´Oeste

Terceiro Vice-Presidente: Solange Souza Kreidloro - Prefeita de Nova Bandeirantes

Quarto Vice-Presidente: Valter Mioto Ferreira - Prefeito de Matupá

Quinto Vice-Presidente: José Helio Ribeiro - Prefeito de Novo Mundo

Secretário Geral: Hugo Garcia Sobrinho –Prefeito de Santa Rita do Trivelato

Primeiro Secretário: Ednilson Luiz Faitta - Prefeito de Aripuanã

Segundo Secretário: Valteir Quirino dos Santos - Prefeito de Indiavaí

Tesoureiro Geral: Marcos de Sá Fernandes da Silva - Prefeito de Santa Cruz do Xingu

Primeiro Tesoureiro: Pedro Tercy Barbosa - Prefeito de Denise

Segundo Tesoureiro: João Braga Neto - Prefeito de Nova Maringá

CONSELHO FISCAL

1. Jamar da Silva Lima - Prefeito de Nova Brasilândia
2. Francisco Endler (Chico) - Prefeito de Nova Guarita
3. Cristovão Masson - Prefeito de Nova Olímpia

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1. Odoni Coelho Mesquita - Prefeito de Torixoréu
2. José Mauro Figueiredo - Prefeito de Arenápolis
3. Dirceu Martins Comiran - Prefeito de Campos de Júlio

Gerência de Comunicação
Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Entre em Contato:
jornaloficial@amm.org.br
(65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO GUAPORÉ

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO Nº 004/2015 CISVAG

EDITAL DE PREGÃO No 004/2015 - CISVAG

(PROCESSO No 004/2015-CISVAG)

PREGÃO Nº. 004/2015 Regido pela Lei nº. 10.520/2002 e pelo Decreto nº. 016/2005. Subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS EM ATENDIMENTOS MÉDICOS: REALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EXAMES AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO GUAPORÉ.

CREDENCIAMENTO: 09 horas do dia 17 de abril de 2015.

INICIO DA SESSÃO: às 09h do dia 17 de abril de 2015 – Aquisição do Edital no site: www.ponteselacerda.mt.gov.br (website: Licitação pregão) – Fone/fax: (65) 3266-2534 e (65) 3266-2716. **LOCAL DA AUDIÊNCIA PÚBLICA: SALA DE PREGÃO, DA PREFEITURA DE PONTES E LACERDA, sito à Av. Marechal Rondon, 522, centro em Pontes e Lacerda/MT. Pontes e Lacerda/MT, 31 de março de 2015.**

José Garcia dos Santos Neto

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ARAGUAIA

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
CONTRATOS MARÇO 025

Contrato 025/2015

Contratada: Handerson Pablo da Fonseca ME

Objeto: Aquisição de Materiais de Construção para ser doados para a UNEMAT conforme Lei Municipal 3571/2015 e para ser repassado a Escola Estadual Maria Auxiliadora conforme Lei Municipal 3571.

Prazo: O prazo do presente contrato é de 289 (duzentos e oitenta e nove) dias.

Valor: R$ 17.126,56 (dezessete mil cento e vinte e seis reais e cinquenta e seis centavos)

Data: 17/03/2015

Alto Araguaia 01/04/2015

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Setor de Licitações

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
CONTRATOS MARÇO 035

Contrato 035/2015

Contratada: Cairo Franco de Rezende Junior & Cia ltda

Objeto: Serviços na área de: Odontologia de acordo com os valores propostos, baseados nos orçamentos de mercado local e as tabelas VRPO/2009/2012/2013 e 2014 (Valores Referenciais de Procedimentos Odontológicos), no Município de Alto Araguaia.

Prazo: A Vigência do presente contrato e de 281(duzentos e oitenta e um) dias, a contar da data de sua assinatura até 31/12/2015.

Valor: O valor estimado para o presente contrato é de R$ 189.765,67 (cento e oitenta e nove mil setecentos e sessenta e cinco reais e sessenta e sete centavos), a ser pago mensalmente, conforme as quantidades de serviços prestados no período, comprovados pelas autorizações e de acordo com os valores propostos na Inexigibilidade 002/2015 - Credenciamento 002/2015.

Data: 25/03/2015

Alto Araguaia 01/04/2015

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Setor de Licitações

SEC. OBRAS/ENGENHARIA
NOTIFICAÇÃO/E E DE ABREU-ME

Notificação: 52/OBRAS/ENG/2015

Em 31 de MARÇO de 2015.

À

E E DE ABREU - ME

Representante: Eunice Evangelista de Abreu

Rua Dr José Morbeck n°1417

Bairro: Vila Aeroporto

ALTO ARAGUAIA-MT

Assunto: Notificação.

Prezado Senhor:

Dirigimo-nos a Vossa Senhoria notificar quanto a paralisação da obra 015/2014-1- **SERVIÇO DE CONSTRUÇÃO DE MURO DE ARRIMO E PINTURA DE BANHEIROS E QUIOSQUE NO PARQUE MUNICIPAL,** no dia 31 de março de 2015 e sua publicação no JORNAL AMM de Mato Grosso.

Atenciosamente,

EDINALDO ALVES DE ABREU-Secretário Municipal de Obras

AUREO SIERRA DA SILVA-Engenheiro Civil

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO ARAGUAIA
PORTARIA Nº. 026/2015

"Dispõe sobre ponto facultativo e dá outras providências".

O Presidente da Câmara Municipal de Alto Araguaia, Vereador VANDERALQUES DE CASTRO, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o feriado do dia 03 de Abril de 2015 (Sexta Feira da Paixão).

RESOLVE:

Artigo 1º- Fica Decretado Ponto Facultativo no dia 02 de Abril.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Alto Araguaia-MT, 01 de Abril de 2015

VANDERALQUES DE CASTRO

Presidente

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ADITIVOS MARÇO 224

Terceiro termo aditivo ao contrato: 224/2014

Contratada: J A de Oliveira & Cia ltda ME

Objeto: Reforma de ponte no córrego Araguainha - MU-14, Lote 02, no Município de Alto Araguaia

Prazo: Fica o presente prorrogado o prazo de vigência em 90 dias a partir de seu vencimento extinguindo-se em 27/09/2015 e execução dos serviços em 90 dias a partir de seu vencimento extinguindo-se em 02/07/2015, prorrogável nos termos da Lei 8.666/93.

Data: 31/03/2015

Alto Araguaia 01/04/2015

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Setor de Licitações

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ADITIVOS MARÇO 223

Termo de rescisão ao contrato: 223/2014

Contratada: Orlando Borges ME

Objeto: Reforma de ponte no córrego Lajeado Araguainha MU-45, Lote 01

Da rescisão: Fica o presente a partir desta data, rescindido de comum acordo e sem ônus para as partes, tendo em vista dificuldades apresentada para início da execução dos serviços ora contratados.

Dos valores: – O valor remanescente desta contratação de R$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais) será anulado em seu respectivo código orçamentário.

Data: 18/03/2015

Alto Araguaia 01/04/2015

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Setor de Licitações

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ADITIVOS MARÇO 220

Termo de rescisão ao contrato: 220/2014

Contratada: Orlando Borges ME

Objeto: Reforma de ponte no córrego São Francisco Gato Preto, Ligação MT 481 E MU 62 KM 3, lote 01

Da rescisão: Fica o presente a partir desta data, rescindido de comum acordo e sem ônus para as partes, tendo em vista dificuldades apresentada para início da execução dos serviços ora contratados.

Dos valores: – O valor remanescente desta contratação de R$ 19.080,00 (dezenove mil e oitenta reais) será anulado em seu respectivo código orçamentário.

Data: 18/03/2015

Alto Araguaia 01/04/2015

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Setor de Licitações

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ADITIVOS MARÇO 219

Primeiro termo aditivo ao contrato: 219/2014

Contratada: Francisco Vieira da Silva Neto

Objeto: Assentamento de bloquetes sobre colchão de areia em diversas ruas deste município conforme lotes 01 a 09.

Prazo: Fica o presente prorrogado o prazo de vigência em 60 dias a partir de seu vencimento extinguindo-se em 29/08/15 e execução dos serviços a que se refere o lote 04 em 60 dias a partir de seu vencimento extinguindo-se em 29/05/15 prorrogável nos termos da Lei 8.666/93.

Valor: Fica o presente aumentado no lote 04, o valor de R$ 4.379,40 (quatro mil trezentos e setenta e nove reais e quarenta centavos) referente a acréscimo nos serviços não contemplados no projeto inicial.

Data: 09/03/2015

Alto Araguaia 01/04/2015

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Setor de Licitações

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ADITIVOS MARÇO 216

Termo de rescisão ao contrato: 216/2013

Contratada: Natalina Rodolfo Brantis

Objeto: Locação do imóvel, localizado na Rua Jerônimo Samita Maia, Centro, CEP: 78.780-000, Alto Araguaia – MT para instalação do setor de regularização fundiária urbana

Da Rescisão: Fica o presente a partir desta data, rescindido de comum acordo e sem ônus para as partes tendo em vista decisão administrativa com base no ofício 068/2015 e nos termos da Lei 8.666/93.

Data: 02/03/2015

Alto Araguaia 01/04/2015

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Setor de Licitações

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ADITIVOS MARÇO 208

Segundo termo aditivo ao contrato: 208/2014

Contratada: Sergio Marcos Maciel Borges & Cia ltda ME

Objeto: Lote01: Construção de uma Quadra Poliesportiva Coberta e Lote 03: Reforma do Prédio da Universidade Aberta do Brasil- UAB.

Prazo: Fica presente prorrogado o prazo de vigência em 30 dias a partir de seu vencimento extinguindo-se em 30/07/15 e execução dos serviços do lote 03 em 30 dias a partir de seu vencimento extinguindo-se em 12/04/15, prorrogável nos termos da Lei 8.666/93.

Data: 06/03/2015

Alto Araguaia 01/04/2015

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Setor de Licitações

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ADITIVOS MARÇO 184

Terceiro termo aditivo ao contrato 184/14

Contratada: Brasil Veículos Companhia de Seguros

Objeto: Contratação de Empresa especializada na prestação de serviços de seguros de veículos, para segurar os carros pertencentes à frota oficial da Prefeitura Municipal de Alto Araguaia.

Valor: Fica o presente acrescido o valor de R$ 1.134,00 (um mil cento e trinta e quatro reais) referente a inclusão de seguro dos seguintes veículos: Ônibus marca Volkswagen 15.190 EOD DIESEL 4 X 2, placa QBA 8680 e Ônibus marca Volkswagen 15.190 EOD DIESEL 4 X 2 placa QBA 4764.

Data: 10/03/2015

Alto Araguaia 01/04/2015

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Setor de Licitações

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ADITIVOS MARÇO 159

Quarto termo aditivo ao contrato 159/14

Contratada: Francisco Vieira da Silva Neto

Objeto: Serviço de assentamento de bloquetes sobre colchão de areia em diversas ruas deste município.

Prazo: Fica o presente prorrogado o prazo de vigência contratual em 60 dias a partir de seu vencimento extinguindo-se em 28/08/15 e execução dos serviços em 60 dias para o lote 04 a partir de seu vencimento extinguindo-se em 24/05/15, prorrogável nos termos da Lei 8.666/93.

Data: 11/03/2015

Alto Araguaia 01/04/2015

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Setor de Licitações

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ADITIVOS MARÇO 158

Sexto termo aditivo ao contrato 158/14

Contratada: J A de Oliveira & Cia ltda ME

Objeto: Contratação de empresa para construção e reforma de diversas pontes neste município a saber: conforme lote 02 - construção da ponte no córrego Gato Preto localizado na mu 481; lote 03 - construção de ponte no córrego Atoladeira na MU 10 e lote 04 - reforma da ponte do córrego do hélio na MU 481

Da supressão: Fica o presente suprimido o valor de R$ 2.826,24 (dois mil oitocentos e vinte e seis reais e vinte e quatro centavos) no lote 02 - construção da ponte no córrego gato preto localizado na MU 481.

Data: 18/03/2015

Alto Araguaia 01/04/2015

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Setor de Licitações

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ADITIVOS MARÇO 150

Primeiro termo aditivo ao contrato 150/14

Contratada: Apice Construções Eireli ME

Objeto: Construção de uma Quadra Poliesportiva e Uma Escola com 06 (seis) Salas.

Prazo: Fica o presente prorrogado seu prazo de vigência em 270 dias a partir de seu vencimento extinguindo-se em 19/12/15 e execução dos serviços dos lotes 01 e 02 em 180 dias a partir de seu vencimento extinguindo-se em 20/09/15 prorrogável nos termos da lei 8.666/93.

Data: 03/03/2015

Alto Araguaia 01/04/2015

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Setor de Licitações

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ADITIVOS MARÇO 147

Sexto termo aditivo ao contrato 147/14

Contratada: Construtora R4 ltda

Objeto: Contratação de empresa para reforma da feira coberta “Benno Ubaldo Presser” e reforma no hospital municipal “dep. Cacildo Hugueney” no município de Alto Araguaia – MT

Valor: Fica o presente acrescido o valor de R$ 6.942,45 (seis mil novecentos e quarenta e dois reais e quarenta e cinco centavos) no lote 02 – Reforma no Hospital Municipal.

Data: 09/03/2015

Alto Araguaia 01/04/2015

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Setor de Licitações

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ADITIVOS MARÇO 144

Nono termo aditivo ao contrato 144/14

Contratada: Construtora R4 ltda

Objeto: Construção e reforma de diversas obras neste município: lote 01- serviço de reforma de ponte do córrego da Pontinha na MU-31; lote 02- serviço de reforma de ponte do córrego Lajeado na MU-31; lote 03- serviço de reforma de ponte do córrego Monjolo na MU-31; lote 04- serviço de reforma de ponte do córrego Silvano na MU-45; lote 05- serviços de construção da ponte do córrego Tapera – MU 04; lote 06- serviço de reforma de ponte do córrego Gordura na MU-37; lote 07- serviços de construção da ponte do córrego Gordurinha na MU-37; lote 08- serviços de construção da ponte do córrego da Formiguinha – MU 04.

Prazo: Fica o presente prorrogado o prazo de vigência em 60 dias a partir de seu vencimento extinguindo-se em 27/09/15 e execução dos serviços para o lote 05- Serviços de construção da ponte do córrego Tapera – MU 04 e lote 08- Serviços de construção da ponte do córrego da Formiguinha – MU 04em 60 dias a partir de seu vencimento extinguindo-se em 19/05/15.

Data: 11/03/2015

Alto Araguaia 01/04/2015

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Setor de Licitações

PREVIMAR
PORTARIA N.º 29/2015

PORTARIA N.º 29/2015

“Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA a servidora MARIA APARECIDA FRANCISCA DA SILVA.”

A **Diretora Executiva do PREVIMAR** - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de ALTO ARAGUAIA, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art.15 da Lei Municipal n.º 2.575/2009, que rege a previdência municipal, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, ao servidor Sr. MARIA APARECIDA FRANCISCA DA SILVA, efetivo no cargo de AGENTE DE LIMPEZA PUBLICA, referência “”, nível “”, lotado na SECRETARIA DE SAUDE, com vencimentos integrais, a partir de 17 de março de 2015 e término em 21 de junho de 2015, conforme processo administrativo do PREVIMAR, n.º **2015.05.00660R4**.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

ALTO ARAGUAIA - MT, 01/04/2015.

NEIA CARVALHO SILVA MAIA

Diretor Executivo do PREVIMAR

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ADITIVOS MARÇO 115

Terceiro termo aditivo ao contrato 115/14

Contratada: Construtora R4 ltda

Objeto: Reforma do terminal rodoviário Hermenegildo Rodrigues Borges

Valor: Fica o presente acrescido o valor de R$ 73.198,79 (setenta e três mil, cento e noventa e oito reais e setenta e nove centavos) para a execução da obra de Reforma do Terminal Rodoviário

Data: 23/03/2015

Alto Araguaia 01/04/2015

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Setor de Licitações

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ADITIVOS MARÇO 064

Décimo primeiro termo aditivo ao contrato: 064/2014

Contratada: J. A. de Oliveira & Cia ltda - ME

Objeto: Construção da ponte do córrego Paraíso na rodovia MU-19, conforme lote 02; Reforma da ponte de madeira do córrego Ribeirão Claro na MT- 462 km 12, conforme lote 04; Reforma da ponte de madeira do córrego da Ferrugem na MU-10 km 80, conforme lote 05; Reforma da ponte de madeira do córrego do Mato na rodovia MU-10 km 60, conforme lote 06;

Valor: Fica o presente aumentado o valor de R$ 4.856,00 (quatro mil oitocentos e cinquenta e seis reais) para a execução dos serviços de reforma de ponte de madeira no córrego do Ribeirão Claro devidamente demonstrado em planilha anexa, conforme nos faculta o Art. 65 § 1º da Lei 8.666/93.

Data: 16/03/2015

Alto Araguaia 01/04/2015

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Setor de Licitações

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ADITIVOS MARÇO 048

Segundo termo aditivo ao contrato: 048/2014

Contratada: Santa Luzia Transportes e Turismo ltda ME

Objeto: Transporte escolar na Linha nº 16

Do percentual: Fica o presente aumentado o percentual de 7.7018% referente a média da inflação acumulada nos doze meses de contrato, registrada pelo IPCA/IBGE, o que corresponde a R$0,14 (Quatorze centavos), passando de R$1,90 (Um real e noventa centavos) para R$2,04 (dois reais e quatro centavos) o valor do KM rodado.

Do valor: Para esse acréscimo fica aumentado no contrato o valor de R$ 3.684,80 (três mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e oitenta centavos) percorrendo uma quilometragem estimada de 140 km/dia.

Data: 02/03/2015

Alto Araguaia 01/04/2015

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Setor de Licitações

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ATAS MARÇO 23

Ata de Registro de Preços 023/2015

Contratada: Rádio Aurora FM ltda ME

Objeto: Registro de Preços para prestação de serviços de Rádio Difusão FM para Divulgação e Publicidade do Poder Executivo e suas Secretarias.

Prazo: A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura.

Valor: R$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais).

Data homologação: 03/03/2015

Alto Araguaia 01/04/2015

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Setor de Licitações

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ADITIVOS MARÇO 047

Segundo termo aditivo ao contrato: 047/2014

Contratada: Santa Luzia Transportes e Turismo ltda ME

Objeto: Transporte escolar na Linha nº 06

Do percentual: Fica o presente aumentado o percentual de 7.7018% referente a média da inflação acumulada nos dozes meses de contrato, registrada pelo IPCA/IBGE, o que corresponde a R$0,14 (Quatorze centavos), passando de R$1,90 (Um real e noventa centavos) para R$2,04 (dois reais e quatro centavos) o valor do KM rodado.

Do valor: Para esse acréscimo fica aumentado no contrato o valor de R$ 3.421,60 (três mil, quatrocentos e vinte e um reais e sessenta centavos) percorrendo uma quilometragem estimada de 130 km/dia.

Data: 02/03/2015

Alto Araguaia 01/04/2015

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Setor de Licitações

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ADITIVOS MARÇO 046

Segundo termo aditivo ao contrato: 046/2014

Contratada: Santa Luzia Transportes e Turismo ltda ME

Objeto: Transporte escolar na Linha nº 01

Do percentual: Fica o presente aumentado o percentual de 7.7018% referente a média da inflação acumulada nos doze meses de contrato, registrada pelo IPCA/IBGE, o que corresponde a R$0,14 (Quatorze centavos), passando de R$1,90 (Um real e noventa centavos) para R$2,04 (dois reais e quatro centavos) o valor do KM rodado.

Do valor: Para esse acréscimo fica aumentado no contrato o valor de R$ 4.474,40 (quatro mil, quatrocentos e setenta e quatro reais e quarenta centavos) percorrendo uma quilometragem estimada de 170 km/dia.

Data: 02/03/2015

Alto Araguaia 01/04/2015

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Setor de Licitações

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ADITIVOS MARÇO 045

Segundo termo aditivo ao contrato: 045/2014

Contratada: A M de Carvalho Neto ME

Objeto: Transporte escolar na Linha nº 09

Do percentual: Fica o presente aumentado o percentual de 7.7018% referente a média da inflação acumulada nos doze meses de contrato, registrada pelo IPCA/IBGE, o que corresponde a R$0,14 (Quatorze centavos), passando de R$1,90 (Um real e noventa centavos) para R$2,04 (dois reais e quatro centavos) o valor do KM rodado.

Do valor: Para esse acréscimo fica aumentado no contrato o valor de R$ 5.790,40 (cinco mil, setecentos e noventa reais e quarenta centavos) percorrendo uma quilometragem estimada de 220 km/dia.

Data: 02/03/2015

Alto Araguaia 01/04/2015

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Setor de Licitações

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ATAS MARÇO 24

Ata de Registro de Preços 024/2015

Contratada: TV Integração ltda

Objeto: Registro de Preços para prestação de serviços de Transmissão Televisiva para Divulgação e Publicidade do Poder Executivo e suas Secretarias.

Prazo: A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura.

Valor: R$ 165.000,00 (cento e sessenta e cinco mil reais).

Data homologação: 03/03/2015

Alto Araguaia 01/04/2015

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Setor de Licitações

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ADITIVOS MARÇO 044

Segundo termo aditivo ao contrato: 044/2014

Contratada: A M de Carvalho Neto ME

Objeto: Transporte escolar na Linha nº 07

Do percentual: Fica o presente aumentado o percentual de 7.7018% referente a média da inflação acumulada nos doze meses de contrato, registrada pelo IPCA/IBGE, o que corresponde a R$0,14 (Quatorze centavos), passando de R$1,90 (Um real e noventa centavos) para R$2,04 (dois reais e quatro centavos) o valor do KM rodado.

Do valor: Para esse acréscimo fica aumentado no contrato o valor de R$ 6.843,20 (seis mil, oitocentos e quarenta e três reais e vinte centavos) percorrendo uma quilometragem estimada de 260 km/dia.

Data: 02/03/2015

Alto Araguaia 01/04/2015

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Setor de Licitações

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ATAS MARÇO 25

Ata de Registro de Preços 025/2015

Contratada: BS Link Informática e Telecomunicações ltda ME

Objeto: Registro de Preços para aquisição de 04 Hard Disc Externo de 2 Tera Bytes para uso da Secretaria de Administração.

Prazo: A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura.

Valor: R$ 1.280,00 (um mil duzentos e oitenta reais).

Data homologação: 03/03/2015

Alto Araguaia 01/04/2015

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Setor de Licitações

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ATAS MARÇO 26

Ata de Registro de Preços 026/2015

Contratada: Betania Borges Mariano Berigo ME

Objeto: Registro de Preços para aquisição de SCANNER para uso da Secretaria de Administração.

Prazo: A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura.

Valor: R$ 10.580,00 (dez mil quinhentos e oitenta reais).

Data Homologação: 03/03/2015

Alto Araguaia 01/04/2015

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Setor de Licitações

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
CARTA CONVITE 002/2015 – RESULTADO

A Prefeitura Municipal de Alto Araguaia – Estado de Mato Grosso, situada na Rua Silvio José de Castro Maia Nº 1034 centro, Alto Araguaia–MT, CEP 78.780-000 por meio da Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimento de todos que do julgamento do certame supra citado, cujo objeto trata de **ADEQUAÇÕES DO PRÉDIO SENAI; REFORMA DO PRÉDIO ONDE FUNCIONA O CENTRO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (PETI). "ORATÓRIO NOSSA SENHORA APARECIDA" E PAVIMENTAÇÃO COM ASSENTO DE BLOQUETES - EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESA DE PEQUENO PORTE,** tipo menor preço por lote. Sagraram-se vencedoras do certame as seguintes empresas: *LOTE 01 – ADEQUAÇÃO DO PRÉDIO DO SENAI* - a empresa **CONSTRUTORA R4 LTDA** no valor total de **R$ 11.967,12 (Onze mil novecentos e sessenta e sete reais e doze centavos); LOTE 02 - REFORMA DO PRÉDIO DO (PETI). "ORATÓRIO NOSSA SENHORA APARECIDA" –** Não houve proposta para este Lote tornando-o **DESERTO. LOTE 03 - PAVIMENTAÇÃO COM ASSENTAMENTO DE BLOQUETES -** a empresa **EDINANE BARROS DUARTE no valor total de R$ 13. 200,00 (Treze mil e duzentos reais)**. Informações mais detalhada com a CPL pelo fone (66) 3481-2885, e_mail: lici.altoaia@gmail.com Alto Araguaia, 01 de Março de 2015.

Rísia K. V. B. Resende

Presidente da CPL

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ATAS MARÇO 027

Ata de Registro de Preços 027/2015

Contratada: EMAM – Emulsões e Transportes ltda

Objeto: *Registro de Preços* para Aquisição de Emulsão Asfáltica para atender a secretaria de infraestrutura e serviços urbanos desta Prefeitura.

Prazo: A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura.

Valor: R$ 298.000,00 (duzentos e noventa e oito mil reais).

Data Homologação: 03/03/2015

Alto Araguaia 01/04/2015

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Setor de Licitações

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ATAS MARÇO 028

Ata de Registro de Preços 028/2015

Contratada: HG Comércio de Materiais Hidráulicos ltda ME.

Objeto: Registro de Preços para aquisição de materiais Hidráulicos para atender a Secretaria de Infra Estrutura.

Prazo: A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura.

Valor: R$ 6.387,73 (seis mil trezentos e oitenta e sete reais e setenta e três centavos).

Data homologação: 10/03/2015

Alto Araguaia 01/04/2015

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Setor de Licitações

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ADITIVOS MARÇO 043

Segundo termo aditivo ao contrato: 043/2014

Contratada: Freitas Fagundes & Cia ltda ME

Objeto: Transporte escolar na Linha nº 12

Do percentual: Fica o presente aumentado o percentual de 7.7018% referente a média da inflação acumulada nos doze meses de contrato, registrada pelo IPCA/IBGE, o que corresponde a R$0,14 (Quatorze centavos), passando de R$1,90 (Um real e noventa centavos) para R$2,04 (dois reais e quatro centavos) o valor do KM rodado.

Do valor: Para esse acréscimo fica aumentado no contrato o valor de R$ 9. 448,88(nove mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e oitenta e oito centavos) percorrendo uma quilometragem estimada de 359 km/dia.

Data: 02/03/2015

Alto Araguaia 01/04/2015

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Setor de Licitações

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ADITIVOS MARÇO 042

Segundo termo aditivo ao contrato: 042/2014

Contratada: Freitas Fagundes & Cia ltda ME

Objeto: Transporte escolar na Linha nº 05

Do percentual: Fica o presente aumentado o percentual de 7.7018% referente a média da inflação acumulada nos doze meses de contrato, registrada pelo IPCA/IBGE, o que corresponde a R$0,14 (Quatorze centavos), passando de R$1,90 (Um real e noventa centavos) para R$2,04 (dois reais e quatro centavos) o valor do KM rodado.

Do valor: Para esse acréscimo fica aumentado no contrato o valor de R$ 5.527,20(cinco mil, quinhentos e vinte e sete reais) percorrendo uma quilometragem estimada de 210 km/dia.

Data: 02/03/2015

Alto Araguaia 01/04/2015

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Setor de Licitações

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ATAS MARÇO 029

Ata de Registro de Preços 029/2015

Contratada: A C Araújo Agencia de Notícias e Publicações ltda EPP

Objeto: Registro de preços para contratação de empresa especializada na publicação de matérias em jornais de grande circulação.

Prazo: A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura.

Valor: R$ 124.000,00 (cento e vinte e quatro mil reais).

Data homologação: 09/03/2015

Alto Araguaia 01/04/2015

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Setor de Licitações

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ADITIVOS MARÇO 041

Segundo termo aditivo ao contrato: 041/2014

Contratada: Wisley Transporte e Turismo ltda ME

Objeto: Transporte escolar na Linha nº 04

Do percentual: Fica o presente aumentado o percentual de 7.7018% referente a média da inflação acumulada nos doze meses de contrato, registrada pelo IPCA/IBGE, o que corresponde a R$0,14 (Quatorze centavos), passando de R$1,90 (Um real e noventa centavos) para R$2,04 (dois reais e quatro centavos) o valor do KM rodado.

Do valor: Para esse acréscimo fica aumentado no contrato o valor de R$ 6.580,00 (seis mil, quinhentos e oitenta reais) percorrendo uma quilometragem estimada de 250 km/dia.

Data: 02/03/2015

Alto Araguaia 01/04/2015

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Setor de Licitações

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2015

Objeto: Registro de Preços para Aquisição de materiais esportivos como troféus, medalhas, bolas e entre outros materiais para uso das secretarias de esporte e de promoção social desta prefeitura - EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

Dia: 17/04/2015.

Entrega dos Envelopes: Até as **09:00** horas (Brasília), do dia 17/04/2015.

Edital Completo: Afixado no endereço acima ou pelo e-mail lici.altoaia@gmail.com.

Abertura do envelope Nº 01: Às **09:00** horas, do dia **17 de Abril de 2015**, no endereço acima.

Fundamento Legal:

Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, regulamentada pelo Decreto 3.555/2000 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98). Alto Araguaia - MT, 01 de Abril de 2015.

Renata Fermino de Oliveira

Pregoeira

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ADITIVOS MARÇO 039

Segundo termo aditivo ao contrato: 039/2014

Contratada: Wisley Transporte e Turismo ltda ME

Objeto: Transporte escolar na Linha nº 23

Do percentual: Fica o presente aumentado o percentual de 7.7018% referente a média da inflação acumulada nos doze meses de contrato, registrada pelo IPCA/IBGE, o que corresponde a R$0,14 (Quatorze centavos), passando de R$1,90 (Um real e noventa centavos) para R$2,04 (dois reais e quatro centavos) o valor do KM rodado.

Do valor: Para esse acréscimo fica aumentado no contrato o valor de R$ 6.053,60 (seis mil, cinquenta e três reais) percorrendo uma quilometragem estimada de 230 km/dia.

Data: 02/03/2015

Alto Araguaia 01/04/2015

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Setor de Licitações

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ADITIVOS MARÇO 038

Segundo termo aditivo ao contrato: 038/2014

Contratada: José Moreira dos Santos Transportes ME

Objeto: Transporte escolar na Linha nº 10

Do percentual: Fica o presente aumentado o percentual de 7.7018% referente a média da inflação acumulada nos doze meses de contrato, registrada pelo IPCA/IBGE, o que corresponde a R$0,14 (Quatorze centavos), passando de R$1,90 (Um real e noventa centavos) para R$2,04 (dois reais e quatro centavos) o valor do KM rodado.

Do valor: Para esse acréscimo fica aumentado no contrato o valor de R$ 9.870,00 (nove mil, oitocentos e setenta reais) percorrendo uma quilometragem estimada de 375 km/dia.

Data: 02/03/2015

Alto Araguaia 01/04/2015

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Setor de Licitações

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ADITIVOS MARÇO 036

Segundo termo aditivo ao contrato: 036/2014

Contratada: J Ferreira de Souza Transportes ME

Objeto: Transporte escolar na Linha nº 03

Do percentual: Fica o presente aumentado o percentual de 7.7018% referente a média da inflação acumulada nos doze meses de contrato, registrada pelo IPCA/IBGE, o que corresponde a R$0,14 (Quatorze centavos), passando de R$1,90 (Um real e noventa centavos) para R$2,04 (dois reais e quatro centavos) o valor do KM rodado.

Do valor: Para esse acréscimo fica aumentado no contrato o valor de R$ 7.896,00 (sete mil, oitocentos e noventa e seis reais) percorrendo uma quilometragem estimada de 300 km/dia.

Data: 02/03/2015

Alto Araguaia 01/04/2015

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Setor de Licitações

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ATAS MARÇO 030

Ata de Registro de Preços 030/2015

Contratada: Livraria e Papelaria Mariano ltda ME

Objeto: Registro de preços para aquisição de materiais de expediente para atender a diversas secretarias desta prefeitura.

Prazo: A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura.

Valor: R$ 52.489,15 (cinquenta e dois mil quatrocentos e oitenta e nove reais e quinze centavos).

Data homologação: 10/03/2015

Alto Araguaia 01/04/2015

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Setor de Licitações

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ADITIVOS MARÇO 035

Terceiro termo aditivo ao contrato: 035/2014

Contratada: J Ferreira de Souza Transportes ME

Objeto: Transporte escolar na Linha nº 14

Do percentual: Fica o presente aumentado o percentual de 7.7018% referente a média da inflação acumulada nos doze meses do contrato, registrada pelo IPCA/IBGE, o que corresponde a R$ 0,10 (Nove centavos), referente ao valor contratado,passando de R$1,40 (Um real e noventa centavos) para R$1,50 (dois reais e quatro centavos). E mais R$0,50 (Cinquenta centavos) referente aos acréscimos da gasolina, passando para R$2,00 (Dois reais) o valor do KM rodado.

Do valor: Para esse acréscimo fica aumentado no contrato o valor de R$ 16.920,00 (Dezesseis mil novecentos e vinte reais) percorrendo uma quilometragem estimada de 150 km/dia.

Data: 02/03/2015

Alto Araguaia 01/04/2015

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Setor de Licitações

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ATAS MARÇO 031

Ata de Registro de Preços 031/2015

Contratada: Comercial Prime de Móveis - EIRELI

Objeto: Registro de preços para aquisição de materiais de expediente para atender a diversas secretarias desta prefeitura.

Prazo: A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura.

Valor: Os preços registrados na presente Ata referem-se aos seguintes itens: 001, 002, 003, 008, 016, 018, 020, 021, 022, 023, 037, 038, 039, 040, 041, 045, 046, 047, 049, 050, 051, 053, 054, 055, 056, 057, 060, 067, 068, 069, 070, 073, 075, 076, 077, 083, 085, 088, 089, 090, 091, 095, 096, 097, 099, 104, 105, 106, 107, 108, 111, 113, 115, 117, 121, 122, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 136, 138, 140, 142, 143, 144, 145, 147, 148, 152, 153, 154, 156, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 177, 186, 188, 190, 191, 194, 195, 196, 199, 200, 205, 206, 209, 210, 211, 212, 214, 215, 217, 218, 221, 224, 225, 228, 230, 232, 233, com o valor total de R$ 238. 915,95 (duzentos e trinta e oito mil novecentos e quinze reais e noventa e cinco centavos).

Data homologação: 10/03/2015

Alto Araguaia 01/04/2015

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Setor de Licitações

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ADITIVOS MARÇO 034

Segundo termo aditivo ao contrato: 034/2014

Contratada: João Neto de Assis Leal ME

Objeto: Transporte escolar na Linha nº 08

Do percentual: Fica o presente aumentado o percentual de 7.7018% referente a média da inflação acumulada nos doze meses de contrato, registrada pelo IPCA/IBGE, o que corresponde a R$0,14 (Quatorze centavos), passando de R$1,90 (Um real e noventa centavos) para R$2,04 (dois reais e quatro centavos) o valor do KM rodado.

Do valor: Para esse acréscimo fica aumentado no contrato o valor de R$ 4.737,60 (quatro mil, setecentos e trinta e sete reais e sessenta centavos) percorrendo uma quilometragem estimada de 180 km/dia.

Data: 02/03/2015

Alto Araguaia 01/04/2015

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Setor de Licitações

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ADITIVOS MARÇO 033

Segundo termo aditivo ao contrato: 033/2014

Contratada: João Neto de Assis Leal ME

Objeto: Transporte escolar na Linha nº 18

Do percentual: Fica o presente aumentado o percentual de 7.7018% referente a média da inflação acumulada nos doze meses de contrato, registrada pelo IPCA/IBGE, o que corresponde a R$0,14 (Quatorze centavos), passando de R$1,90 (Um real e noventa centavos) para R$2,04 (dois reais e quatro centavos) o valor do KM rodado.

Do valor: Para esse acréscimo fica aumentado no contrato o valor de R$ 6.000,96 (seis mil, noventa e seis centavos) percorrendo uma quilometragem estimada de 285 km/dia.

Data: 02/03/2015

Alto Araguaia 01/04/2015

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Setor de Licitações

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ATAS MARÇO 032

Ata de Registro de Preços 032/2015

Contratada: Stock Comercial ltda ME

Objeto: Registro de preços para aquisição de materiais de expediente para atender a diversas secretarias desta prefeitura.

Prazo: A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura.

Valor: Os preços registrados na presente Ata referem-se aos seguintes itens: 025, 026, 027, 028, 029, 030, 042, 065, 084, 100, 101, 102, 103, 120, 123, 149, 170, 179, 180, 181, 182, 187, 227, 231, com o valor total de R$ 551.791,40 (quinhentos e cinquenta e um mil setecentos e noventa e um reais e quarenta centavos)

Data homologação: 10/03/2015

Alto Araguaia 01/04/2015

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Setor de Licitações

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ADITIVOS MARÇO 032

Terceiro termo aditivo ao contrato: 032/2014

Contratada: Nivaldo França dos Santos ME

Objeto: Transporte escolar na Linha nº 22

Do percentual: Fica o presente aumentado o percentual de 7.7018% referente a média da inflação acumulada nos doze meses de contrato, registrada pelo IPCA/IBGE, o que corresponde a R$0,14 (Quatorze centavos), passando de R$1,90 (Um real e noventa centavos) para R$2,04 (dois reais e quatro centavos) o valor do KM rodado.

Do valor: Para esse acréscimo fica aumentado no contrato o valor de R$ 8. 290,80 (oito mil, duzentos e noventa reais e oitenta centavos) percorrendo uma quilometragem estimada de 315 km/dia.

Data: 02/03/2015

Alto Araguaia 01/04/2015

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Setor de Licitações

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ADITIVOS MARÇO 031

Segundo termo aditivo ao contrato: 031/2014

Contratada: Nivaldo França dos Santos ME

Objeto: Transporte escolar na Linha nº 21

Do percentual: Fica o presente aumentado o percentual de 7.7018% referente a média da inflação acumulada nos doze meses de contrato, registrada pelo IPCA/IBGE, o que corresponde a R$0,14 (Quatorze centavos), passando de R$1,90 (Um real e noventa centavos) para R$2,04 (dois reais e quatro centavos) o valor do KM rodado.

Do valor: Para esse acréscimo fica aumentado no contrato o valor de R$ 9. 212,00 (nove mil, duzentos e doze reais) percorrendo uma quilometragem estimada de 350 km/dia.

Data: 02/03/2015

Alto Araguaia 01/04/2015

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Setor de Licitações

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ATAS MARÇO 033

Ata de Registro de Preços 033/2015

Contratada: Cyan Papelaria e Materiais de Informática Eireli EPP

Objeto: Registro de preços para aquisição de materiais de expediente para atender a diversas secretarias desta prefeitura.

Prazo: A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura.

Valor: Os preços registrados na presente Ata referem-se aos seguintes itens: 004, 005, 007, 009, 011, 014, 019, 024, 031, 032, 033, 034, 035, 036, 043, 052, 058, 059, 061, 062, 063, 064, 071, 072, 074, 079, 080, 081, 082, 086, 087, 092, 093, 098, 109, 114, 118, 119, 127, 135, 137, 139, 141, 146, 150, 151, 165, 167, 168, 169, 171, 172, 174, 176, 183, 184, 185, 189, 192, 197, 198, 203, 207, 208, 216, 219, 220, 222, 223, 226, com o valor

total de R$ 252.621,24 (duzentos e cinquenta e dois mil seiscentos e vinte e um reais e vinte e quatro centavos)

Data homologação: 10/03/2015

Alto Araguaia 01/04/2015

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Setor de Licitações

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ADITIVOS MARÇO 030

Segundo termo aditivo ao contrato: 030/2014

Contratada: K Fraga Ribeiro ME

Objeto: Transporte escolar na Linha nº 11

Do percentual: Fica o presente aumentado o percentual de 7.7018% referente a média da inflação acumulada nos doze meses de contrato, registrada pelo IPCA/IBGE, o que corresponde a R$0,14 (Quatorze centavos), passando de R$1,90 (Um real e noventa centavos) para R$2,04 (dois reais e quatro centavos) o valor do KM rodado.

Do valor: Para esse acréscimo fica aumentado no contrato o valor de R$ 7.896,00 (sete mil, oitocentos e noventa e seis reais) percorrendo uma quilometragem estimada de 340 km/dia.

Data: 02/03/2015

Alto Araguaia 01/04/2015

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Setor de Licitações

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ADITIVOS MARÇO 029

Segundo termo aditivo ao contrato: 029/2014

Contratada: K Fraga Ribeiro ME

Objeto: Transporte escolar na Linha nº 25

Do percentual: Fica o presente aumentado o percentual de 7.7018% referente a média da inflação acumulada nos doze meses de contrato, registrada pelo IPCA/IBGE, o que corresponde a R$0,14 (Quatorze centavos), passando de R$1,90 (Um real e noventa centavos) para R$2,04 (dois reais e quatro centavos) o valor do KM rodado.

Do valor: Para esse acréscimo fica aumentado no contrato o valor de R$ 3.158,40 (três mil, cento e cinquenta e oito reais e quarenta centavos) percorrendo uma quilometragem estimada de 120 km/dia.

Data: 02/03/2015

Alto Araguaia 01/04/2015

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Setor de Licitações

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ATAS MARÇO 034

Ata de Registro de Preços 034/2015

Contratada: Supermercado Ponto X ltda EPP

Objeto: Registro de preços para aquisição de agua mineral e gás para atender a diversas secretarias desta prefeitura.

Prazo: A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura.

Valor: R$ 140.117,00 (cento e quarenta mil cento e dezessete reais).

Data homologação: 18/03/2015

Alto Araguaia 01/04/2015

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Setor de Licitações

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ATAS MARÇO 035

Ata de Registro de Preços 035/2015

Contratada: Indústria Química CMT ltda

Objeto: Registro de preços para aquisição Hipoclorito de Cálcio para atender a secretaria de infraestrutura - DIVAES deste município

Prazo: A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura.

Valor: R$ 79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais).

Data homologação: 18/03/2015

Alto Araguaia 01/04/2015

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Setor de Licitações

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ATAS MARÇO 036

Ata de Registro de Preços 036/2015

Contratada: Comercial Prime de Móveis Eireli.

Objeto: Registro de preço para aquisição de Cartuchos de Toners e Cartuchos de tinta para as Secretarias desta Prefeitura.

Prazo: A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura.

Valor: Os preços registrados na presente Ata referem-se aos seguintes itens: 042, 044, 046, 048, 050, 052, 056, 058, 060, 062, 064, 066, 068, 070, 074, 076, 078 e 079, com o valor total de R$ 181.300,00 (cento e oitenta e um mil e trezentos reais)

Data homologação: 18/03/2015

Alto Araguaia 01/04/2015

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Setor de Licitações

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ADITIVOS MARÇO 028

Segundo termo aditivo ao contrato: 028/2014

Contratada: Joiciley Aparecida Porfírio

Objeto: Transporte escolar na Linha nº 17

Do percentual: Fica o presente aumentado o percentual 7.7018% referente a média da inflação acumulada nos doze meses de contrato, registrada pelo IPCA/IBGE, o que corresponde a R$ 0,09 (Nove centavos), referente ao valor contratado,passando de R$1,25 (Um real e noventa centavos) para R$1,34 (dois reais e quatro centavos). E mais R$0,66 (sessenta e seis centavos) referente aos acréscimos da gasolina, passando para R$2,00 (Dois reais) o valor do KM rodado.

Do valor: Para esses acréscimos fica aumentado no contrato o valor de R$ 21.150,00 (Vinte e um mil cento e cinquenta reais) percorrendo uma quilometragem estimada de 150 km/dia.

Data: 02/03/2015

Alto Araguaia 01/04/2015

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Setor de Licitações

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ATAS MARÇO 037

Ata de Registro de Preços 037/2015

Contratada: Betania Borges Mariano Berigo ME

Objeto: Registro de preço para aquisição de Cartuchos de Toners e Cartuchos de tinta e serviços de recarga de cartuchos de toners e cartuchos de tintas para as Secretarias desta Prefeitura.

Prazo: A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura.

Valor: Os preços registrados na presente Ata referem-se aos seguintes itens: 001, 002, 003, 004, 005, 006, 007, 008, 009, 010, 011, 012, 013, 014, 015, 016, 017, 018, 019, 020, 021, 022, 023, 024, 025, 026, 027, 028, 029, 030, 031, 032, 033, 034, 035, 036, 037, 038, 039, 040, 041, 043, 045, 047, 049, 051, 051, 054, 059, 061, 063, 065, 067, 069, 071, 073, 075, 077, com o valor total de R$ 781.300,00 (setecentos e oitenta e um mil e trezentos reais).

Data homologação: 18/03/2015

Alto Araguaia 01/04/2015

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Setor de Licitações

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ADITIVOS MARÇO 027

Terceiro termo aditivo ao contrato: 027/2014

Contratada: Damacena Prestação de Serviços ltda

Objeto: Transporte escolar na Linha nº 02

Do percentual: Fica o presente aumentado o percentual de 7.7018% referente a média da inflação acumulada nos dozes meses de contrato, registrada pelo IPCA/IBGE, o que corresponde a R$0,14 (Quatorze centavos), passando de R$1,90 (Um real e noventa centavos) para R$2,04 (dois reais e quatro centavos) o valor do KM rodado.

Do valor: Para esse acréscimo fica aumentado no contrato o valor de R$ 3.948,00 (três mil, novecentos e quarenta e oito reais) percorrendo uma quilometragem estimada de 150 km/dia.

Data: 02/03/2015

Alto Araguaia 01/04/2015

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Setor de Licitações

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ADITIVOS MARÇO 025

Segundo termo aditivo ao contrato: 025/2014

Contratada: J A de Oliveira & Cia ltda ME

Objeto: Transporte escolar na Linha nº 14

Do percentual: Fica o presente aumentado o percentual de 7.7018% referente a média da inflação acumulada nos dozes meses de contrato, registrada pelo IPCA/IBGE, o que corresponde a R$0,14 (Quatorze centavos), passando de R$1,90 (Um real e noventa centavos) para R$2,04 (dois reais e quatro centavos) o valor do KM rodado.

Do valor: Para esse acréscimo fica aumentado no contrato o valor de R$ 8.422,40 (oito mil quatrocentos e vinte e dois reais e quarenta centavos) percorrendo uma quilometragem estimada de 320 km/dia.

Data: 02/03/2015

Alto Araguaia 01/04/2015

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Setor de Licitações

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ADITIVOS MARÇO 022

Primeiro termo aditivo ao contrato: 022/2015

Contratada: Santa Rita Comércio e Serviços ME

Objeto: Lote 01 – Construção de muro na escola estadual Arlinda Pessoa Morbeck e lote 02 – construção de muro no Estádio Afonso de Melo.

Prazo: Fica o presente prorrogado seu prazo de vigência em 60 dias a partir de seu vencimento extinguindo-se em 06/09/15 e execução dos serviços em 60 dias para os lotes 01 e 02 extinguindo-se respectivamente em 11/06/15 e 27/05/15, prorrogável nos termos da Lei.

Data: 26/03/2015

Alto Araguaia 01/04/2015

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Setor de Licitações

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ATAS MARÇO 038

Ata de Registro de Preços 038/2015

Contratada: Caio Vinícios Vieira ME

Objeto: Registro de preços para aquisição de passagens terrestres para a secretaria municipal de promoção social e secretaria municipal de saúde.

Prazo: A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura.

Valor: Pelo fornecimento das passagens, a Prefeitura pagará à CONTRATADA a importância total estimado de R$ 334.252,70 (trezentos e trinta e quatro mil duzentos e cinquenta e dois reais e setenta centavos).

Data homologação: 25/03/2015

Alto Araguaia 01/04/2015

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Setor de Licitações

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ATAS MARÇO 039

Ata de Registro de Preços 039/2015

Contratada: Enytur Transportes ltda ME

Objeto: Registro de preços para aquisição de passagens terrestres para a secretaria municipal de promoção social e secretaria municipal de saúde.

Prazo: A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura.

Valor: Pelo fornecimento das passagens, a Prefeitura pagará à CONTRATADA a importância total estimado de R$ 463.875,50 (quatrocentos e sessenta e três mil oitocentos e setenta e cinco mil e cinquenta centavos).

Data homologação: 25/03/2015

Alto Araguaia 01/04/2015

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Setor de Licitações

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ADITIVOS MARÇO 014

Segundo termo aditivo ao contrato: 014/2015

Contratada: Hecoservice Construções e Saneamento ltda

Objeto: Elaboração de sondagens nas áreas de implantação das quadras do loteamento Parque do Cerrado, Distrito do Buriti e UBS´s do centro e setor Nossa Senhora Aparecida - lote 01.

Valor: Fica o presente acrescido o valor de R$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais) passando o valor do contrato que era de R$ 27.708,00 (vinte e sete mil setecentos e oito reais) para R$ 30.908,00 (trinta mil novecentos e oito reais).

Data: 18/03/2015

Alto Araguaia 01/04/2015

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Setor de Licitações

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ATAS MARÇO 040

Ata de Registro de Preços 040/2015

Contratada: HG Comércio de Peças ltda ME

Objeto: Registro de preços para aquisição de peças genuínas ou originais de primeira linha, para atender às necessidades dos diversos órgãos municipais.

Prazo: A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura.

Valor: A presente Ata de Registro de Preços tem o valor registrado por ITEM conforme segue:

Para os itens 01 a 8, 10, 15 a 17 na linha mecânica, assessórios e elétrica, a base de preços sistema de pesquisa de mercado com 44% de desconto para o Fornecimento de peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha.

Data homologação: 30/03/2015

Alto Araguaia 01/04/2015

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Setor de Licitações

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ATAS MARÇO 041

Ata de Registro de Preços 041/2015

Contratada: Marangoni Comercial Importação e Exportação ltda - EPP

Objeto: Registro de preços para aquisição de peças genuínas ou originais de primeira linha, para atender às necessidades dos diversos órgãos municipais.

Prazo: A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura.

Valor: A presente Ata de Registro de Preços tem o valor registrado por ITEM conforme segue:

Para o item 09 na linha mecânica, acessórios e elétrica, a base de preços sistema de pesquisa de mercado com 50% de desconto para o Fornecimento de peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha.

Para o item 11 na linha mecânica, acessórios e elétrica, a base de preços sistema de pesquisa de mercado com 52% de desconto para o Fornecimento de peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha.

Para o item 12 na linha mecânica, acessórios e elétrica, a base de preços sistema de pesquisa de mercado com 59% de desconto para o Fornecimento de peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha.

Para o item 13 na linha mecânica, acessórios e elétrica, a base de preços sistema de pesquisa de mercado com 48% de desconto para o Fornecimento de peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha.

Para o item 14 na linha mecânica, acessórios e elétrica, a base de preços sistema de pesquisa de mercado com 54% de desconto para o Fornecimento de peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha.

Data homologação: 30/03/2015

Alto Araguaia 01/04/2015

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Setor de Licitações

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
RESCISÃO ATA 030

Termo de Rescisão à Ata de Registro de Preços 030/2015

Contratada: Enediney Agro Ferragens Eireli - ME

Objeto: Registro de preços para aquisição de equipamentos de proteção individual (EPI), com o objetivo de atender diversas secretarias desta prefeitura.

Da rescisão: Fica o presente rescindido de comum acordo e sem ônus para as partes tendo em vista decisão administrativa.

Dos valores: A presente rescisão não acarretará nenhum tipo de ressarcimento ou multa para as partes.

Data homologação: 25/02/2015

Alto Araguaia 01/04/2015

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Setor de Licitações

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
OBRAS - CONTRATO 189

Nono termo aditivo ao contrato 189/2013

Contratada: Construtora Vipps ltda

Objeto: Reforma e ampliação do PSF “Ondino Rodrigues” no bairro Vila Aeroporto; LOTE 03 – Reforma e ampliação do Centro de Saúde.

Prazo: Fica o presente prorrogado seu prazo de vigência em 120 dias a partir de seu vencimento extinguindo-se em 21/11/15 e execução em mais 120 dias a partir de seu vencimento para os lotes 02 e 03 – extinguindo-se em 03/08/15, prorrogável nos termos da Lei 8.666/93.

Data: 01/04/2015

Alto Araguaia 01/04/2015

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Setor de Licitações

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
CONTRATOS MARÇO 018

Contrato 018/2015

Contratada: Editora Positivo ltda

Objeto: Aquisição de um Sistema de Ensino que disponibilize, além do Livro Didático, um Portal com conteúdos educacionais, especialmente selecionados e direcionados para as atividades didáticas do livro, um serviço de *Assessoria Pedagógica* que contribua para a formação continuada dos gestores e professores de nossa Rede Municipal de Ensino, além de uma

Ferramenta de Monitoramento Educacional que permita ao município avaliar por meio de indicadores, os benefícios da implantação do Sistema de Ensino

Prazo: O prazo de vigência do contrato será de 304 dias, até 31 de dezembro de 2015, a contar da assinatura do contrato, podendo ser renovado, conforme disposto no art. 57, II da Lei 8.666/93 com suas alterações, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração.

Valor: R$ 184.003,20 (cento e oitenta e quatro mil três reais e vinte centavos)

Data: 02/03/2015

Alto Araguaia 01/04/2015

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Setor de Licitações

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
CONTRATOS MARÇO 019

Contrato 019/2015

Contratada: Regina Martins Barbosa Faria ME

Objeto: Serviços de transporte escolar de Alto Araguaia – MT a Mineiros – GO nos períodos Integral "Matutino e Vespertino" e "Noturno" referentes aos **ITENS** *01* **e 02,** visando atendimento aos alunos de curso superior para o ano letivo de 2015.

Prazo: O prazo para a execução dos serviços será de 10 (dez) meses inicia-se a partir da expedição da Ordem de Serviço indo até 31/12/2015

Valor: R$ 221.482,80 (duzentos e vinte e um mil quatrocentos e oitenta e dois reais e oitenta centavos)

Data: 02/03/2015

Alto Araguaia 01/04/2015

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Setor de Licitações

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
CONTRATOS MARÇO 020

Contrato 020/2015

Contratada: EMAM – Emulsões e Transportes ltda

Objeto: Aquisição de 200 Toneladas de Emulsão Asfáltica RL-1C para atender a secretaria Municipal de Infra Estrutura.

Prazo: O prazo do presente contrato é de aproximadamente 302 (trezentos e dois) dias até 31/12/2015, a contar da data da Expedição da Ordem de Fornecimento.

Valor: O valor total do objeto deste Contrato é de R$ **298.000,00** (Duzentos e noventa e oito mil reais), com estimativa de empenho imediato de R$ 90. 890,00 (Noventa mil oitocentos e noventa reais).

Data: 04/03/2015

Alto Araguaia 01/04/2015

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Setor de Licitações

SEC. OBRAS/ENGENHARIA
NOTIFICAÇÃO/CASA ALTA CONSTRUÇÕES LTDA

Notificação: 51/OBRAS/ENG/2015

Em 1 de abril de 2015.

À

CASAALTACONSTRUÇÕES LTDA

RUA FERNANDO SIMAS N°1222

BAIRRO-MERCEDES

CURITIBA-PR

RESPONSAVEL- WILSON WIECK

Assunto: Notificação.

Prezado Senhor:

Dirigimo-nos a Vossa Senhoria notificar a empresa, que conforme a visita técnica dos Engenheiros responsáveis pela obra **328/2013-1 CONSTRUÇÃO DE ESCOLA DO PROGRAMA PROINFÂNCIA, OBEDECENDO A TIPOLOGIA DOS PROJETOS PADRÃO DO FNDE ESCOLA PROINFÂNCIA B,** foi constatado a não evolução nos serviços executados e, portanto notificamos a dar continuidade aos serviços.

Atenciosamente,

EDINALDO ALVES DE ABREU-Secretário Municipal de Obras

JEANE OLIVEIRA BORGES-Engenheira Civil

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
CONTRATOS MARÇO 021

Contrato 021/2015

Contratada: J A de Oliveira & Cia ltda ME

Objeto: Serviço de reforma de Ponte do Córrego Fundo UM 66 na Região da Colônia do Ariranha.

Prazo: O prazo do presente contrato é de 120 (cento e vinte) dias, O prazo para execução dos serviços é de (30) trinta dias a contar da ordem de serviço.

Valor: R$ 6.179,50 (seis mil cento e setenta e nove reais e cinquenta centavos)

Data: 06/03/2015

Alto Araguaia 01/04/2015

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Setor de Licitações

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
CONTRATOS MARÇO 022

Contrato 022/2015

Contratada: Santa Rita Comércio e Serviços ltda ME

Objeto: Construções de muro na escola estadual Arlinda Pessoa Morbeck e Estádio Afonso de Melo

Prazo: O presente contrato vigerá pelo tempo de 120 (cento e vinte) dias a contar de sua assinatura ate 08/07/2015. O prazo de execução dos serviços, objeto deste convite para o lote 01 é 30 (trinta) Dias, para o lote 02 é 15 (quinze) dias a contar da data da expedição da ordem de serviço.

Valor: R$ 82.820,79 (oitenta e dois mil oitocentos e vinte reais e setenta e nove centavos)

Data: 10/03/2015

Alto Araguaia 01/04/2015

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Setor de Licitações

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
CONTRATOS MARÇO 023

Contrato 023/2015

Contratada: Fancar Distribuidora de Veículos ltda

Objeto: Aquisição de um caminhão 6x4 zero quilometro, ano modelo 2015, potencia no mínimo de 275 cv, direção hidráulica, transmissão de no mínimo 9 marchas a frente e 02 a ré, tanque de plástico com mínimo de 275 litros, garantia de 12 meses sem limites de quilometragem, ar condicionado, vidros elétricos, pneus radiais novos, caçamba basculante 12/14 m³ abertura tipo porteira, CMT 42.000 kg, PBT 23.000 kg, para atender serviços de manutenção em geral das estradas rurais do município e transporte de máquinas.

Prazo: O prazo do presente contrato é de 60 (sessenta) dias.

Valor: R$ 265.000,00 (duzentos e sessenta e cinco mil reais)

Data: 13/03/2015

Alto Araguaia 01/04/2015

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Setor de Licitações

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
CONTRATOS MARÇO 024

Contrato 024/2015

Contratada: Cleiton Santos Moraes Transportes ME

Objeto: Locação de um veículo CAR/Caminhão/Basculante, ano/modelo 1981/1981, marca/modelo M. BENZ/L 2213, cor branca, placa BXE 0262, chassi 34540312571239, cód. RENAVAM 374483329, com motorista.

Prazo: O prazo previsto para locação do veículo objeto deste Contrato é de 30 (trinta) dias, a partir de sua assinatura até 15/04/2015.

Valor: R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)

Data: 16/03/2015

Alto Araguaia 01/04/2015

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Setor de Licitações

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
CONTRATOS MARÇO 036

Contrato 036/2015

Contratada: Raquel Hugueney Gomes ME

Objeto: Serviços na área de: Odontologia de acordo com os valores propostos, baseados nos orçamentos de mercado local e as tabelas VRPO/2009/2012/2013 e 2014 (Valores Referenciais de Procedimentos Odontológicos), no Município de Alto Araguaia.

Prazo: A Vigência do presente contrato e de 281(duzentos e oitenta e um) dias, a contar da data de sua assinatura até 31/12/2015.

Valor: O valor estimado para o presente contrato é de R$ 189.765,67 (cento e oitenta e nove mil setecentos e sessenta e cinco reais e sessenta e sete centavos), a ser pago mensalmente, conforme as quantidades de serviços prestados no período, comprovados pelas autorizações e de acordo com os valores propostos na Inexigibilidade 002/2015 - Credenciamento 002/2015.

Data: 25/03/2015

Alto Araguaia 01/04/2015

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Setor de Licitações

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
CONTRATOS MARÇO 026

Contrato 026/2015

Contratada: Joyce Caroline da Conceição Confecções EPP

Objeto: Aquisição de Malha Branca, Linha de Costura e Malha Verde Bandeira para serem utilizados no projeto de costura “Programa de Ressocialização”.

Prazo: O prazo do presente contrato é de 289 (duzentos e oitenta e nove) dias.

Valor: R$ 23.427,00 (vinte e três mil quatrocentos e vinte e sete reais)

Data: 17/03/2015

Alto Araguaia 01/04/2015

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Setor de Licitações

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
CONTRATOS MARÇO 027

Contrato 027/2015

Contratada: Comercial Prime de Móveis - Eireli

Objeto: Aquisição de fio 100% poliéster texturizado para Overlock, Etiqueta Fio 150G, para serem utilizados no projeto de costura “Programa de Ressocialização”.

Prazo: O prazo do presente contrato é de 289 (duzentos e oitenta e nove) dias.

Valor: R$ 779,00 (setecentos e setenta e nove reais)

Data: 17/03/2015

Alto Araguaia 01/04/2015

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Setor de Licitações

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
CONTRATOS MARÇO 028

Contrato 028/2015

Contratada: Clínica e Microcirurgia de Olhos ltda ME

Objeto: Serviços Médicos na área de: Oftalmologia, de acordo com os valores e serviços propostos no Edital da Inexigibilidade 003/2015 - Credenciamento 003/2015.

Prazo: A Vigência do presente contrato é de 289 (duzentos e oitenta e nove) dias, a contar da data de sua assinatura até 30/12/2015.

Valor: O valor estimado para o presente contrato é de R$ 2.565.010,00 (dois milhões quinhentos e sessenta e cinco mil e dez reais), com a estimativa de empenho imediato de R$ 792.410,00 (setecentos e noventa e dois mil e quatrocentos e dez reais) a ser pago mensalmente, conforme as quantidades de serviços prestados no período, comprovados pelas autorizações e de acordo com os valores propostos no CREDENCIAMENTO 003/2015.

Data: 17/03/2015

Alto Araguaia 01/04/2015

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Setor de Licitações

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
CONTRATOS MARÇO 029

Contrato 029/2015

Contratada: Alexandre Loverde Falcão

Objeto: Serviços médicos na área de: Neurologia, de acordo com os valores e serviços propostos no edital da inexigibilidade 003/2015-credenciamento 003/2015, atendendo pacientes encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde de Alto Araguaia – MT.

Prazo: A Vigência do presente contrato é de 289 (duzentos e oitenta e nove) dias, a contar da data de sua assinatura até 30/12/2015.

Valor: O valor estimado para o presente contrato é de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), a ser pago mensalmente, conforme as quantidades de serviços prestados no período, comprovados pelas autorizações e de acordo com os valores propostos no CREDENCIAMENTO 003/2015.

Data: 17/03/2015

Alto Araguaia 01/04/2015

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Setor de Licitações

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
CONTRATOS MARÇO 030

Contrato 030/2015

Contratada: Vacari & Senna - Serviços Médicos

Objeto: Serviços médicos na área de: Psiquiatria, de acordo com os valores e serviços propostos no Edital da inexigibilidade 003/2015-credenciamento 003/2015, atendendo pacientes encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde de Alto Araguaia – MT.

Prazo: A Vigência do presente contrato é de 289 (duzentos e oitenta e nove) dias, a contar da data de sua assinatura até 30/12/2015.

Valor: O valor estimado para o presente contrato é de R$ 12.000,00 (doze mil reais), a ser pago mensalmente, conforme as quantidades de serviços prestados no período, comprovados pelas autorizações e de acordo com os valores propostos no CREDENCIAMENTO 003/2015.

Data: 17/03/2015

Alto Araguaia 01/04/2015

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Setor de Licitações

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
CONTRATOS MARÇO 031

Contrato 031/2015

Contratada: M R Clínica Médica ltda ME

Objeto: Serviços médicos na área de: Cardiologia, de acordo com os valores e serviços propostos no Edital da inexigibilidade 003/2015-credenciamento 003/2015, atendendo pacientes encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde de Alto Araguaia – MT.

Prazo: A Vigência do presente contrato é de 289 (duzentos e oitenta e nove) dias, a contar da data de sua assinatura até 30/12/2015, prorrogável no interesse das partes até o máximo permitido em Lei, especialmente com base no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Valor: O valor estimado para o presente contrato é de R$ 90.000,00 (noventa mil reais), a ser pago mensalmente, conforme as quantidades de serviços prestados no período, comprovados pelas autorizações e de acordo com os valores propostos no CREDENCIAMENTO 003/2015.

Data: 18/03/2015

Alto Araguaia 01/04/2015

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Setor de Licitações

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
CONTRATOS MARÇO 032

Contrato 032/2015

Contratada: A A G Júnior ME

Objeto: Contratação de um (01) caminhão prensa para prestação de serviços na coleta de lixo domestico deste município.

Prazo: O prazo para a execução dos serviços é de 30 (trinta) dias indo até 19/04/2015, e inicia-se a partir da sua assinatura.

Valor: Pela execução dos serviços, a Prefeitura pagará à CONTRATADA a importância total de R$ 13.890,00 (treze mil oitocentos e noventa reais), que serão pagos após a aprovação dos serviços.

Data: 20/03/2015

Alto Araguaia 01/04/2015

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Setor de Licitações

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
CONTRATOS MARÇO 033

Contrato 033/2015

Contratada: Wesdrey Breno Domingues

Objeto: Contratação de um profissional para dar aulas de dança (zumba) no parque municipal Atanael Farias da Costa, para atender a comunidade de Alto Araguaia.

Prazo: A vigência do presente contrato é de 90 (noventa) dias, a contar da data da sua assinatura indo até 18/06/2015.

Valor: O valor global para execução do presente contrato é de R$ 2.100,00 (Dois mil e cem reais), que serão pagos em 03 (três) parcelas mensais iguais de R$ 700,00 (setecentos reais), mediante apresentação da competente fatura.

Data: 20/03/2015

Alto Araguaia 01/04/2015

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Setor de Licitações

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ADITIVOS MARÇO 230

Primeiro termo aditivo ao contrato: 230/2014

Contratada: ACPI ASSESSORIA, Consultoria, Planejamento & Informática ltda.

Objeto: Serviços de levantamento físico e financeiro dos bens móveis e imóveis desta instituição

Prazo: Fica o presente que tem seu vencimento em 27/04/2015, em mais 60 dias a partir e seu vencimento extinguindo-se em 26/06/2015, prorrogável nos termos da Lei 8.666/93.

Data: 31/03/2015

Alto Araguaia 01/04/2015

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Setor de Licitações

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
CONTRATOS MARÇO 039

Contrato 039/2015

Contratada: Afonso Borges David, CRECI-MT 4225

Objeto: Contratação de serviço de avaliação de aluguel de imóvel.

Prazo: O prazo previsto para termino objeto deste Contrato é de 60 (sessenta) dias, a partir de sua assinatura até 29/05/2015, prorrogável nos termos da Lei.

Valor: Dá-se a este Contrato o valor total bruto de R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), a serem pagos com recursos próprios do Município.

Data: 31/03/2015

Alto Araguaia 01/04/2015

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Setor de Licitações

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
CONTRATOS MARÇO 034

Contrato 034/2015

Contratada: Alto Uruguai Soluções Ambientais ltda - ME

Objeto: Revisão de plano de gerenciamento integrado de resíduos sólidos – PGIRS do município de Alto Araguaia – MT.

Prazo: O prazo do presente contrato é de 281 (duzentos e oitenta e um) dias, O prazo para execução dos serviços é de (06) seis meses a contar da ordem de serviço, prorrogável nos termos da Lei.

Valor: $ 54.720,00(cinquenta e quatro mil setecentos e vinte reais)

Data: 25/03/2015

Alto Araguaia 01/04/2015

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Setor de Licitações

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ADITIVOS MARÇO 261

Quarto termo aditivo ao contrato: 261/2013

Contratada: J A Zachini

Objeto: Serviços profissionais de Médico Ginecologista e Obstetra para o Hospital Municipal

Da supressão: Fica o presente suprimido o valor de R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) o que representa 25% do valor anteriormente contratado, passando o valor que era de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais) para R$ 225.000,00 (duzentos e vinte e cinco mil reais) que deverão ser pagos em parcelas mensais após realização dos serviços e apresentação de fatura competente.

Data: 02/03/2015

Alto Araguaia 01/04/2015

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Setor de Licitações

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
CONTRATOS MARÇO 038

Contrato 038/2015

Contratada: TW Aranha & Cia ltda

Objeto: Serviços na área de: Odontologia de acordo com os valores propostos, baseados nos orçamentos de mercado local e as tabelas VRPO/2009/2012/2013 e 2014 (Valores Referenciais de Procedimentos Odontológicos), no Município de Alto Araguaia.

Prazo: A Vigência do presente contrato e de 281(duzentos e oitenta e um) dias, a contar da data de sua assinatura até 31/12/2015.

Valor: O valor estimado para o presente contrato é de R$ 189.765,67 (cento e oitenta e nove mil setecentos e sessenta e cinco reais e sessenta e sete centavos), a ser pago mensalmente, conforme as quantidades de serviços prestados no período, comprovados pelas autorizações e de acordo com os valores propostos na Inexigibilidade 002/2015 - Credenciamento 002/2015.

Data: 25/03/2015

Alto Araguaia 01/04/2015

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Setor de Licitações

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
CONTRATOS MARÇO 037

Contrato 037/2015

Contratada: Kleia F. da Costa ME

Objeto: Serviços na área de: Odontologia de acordo com os valores propostos, baseados nos orçamentos de mercado local e as tabelas VRPO/2009/2012/2013 e 2014 (Valores Referenciais de Procedimentos Odontológicos), no Município de Alto Araguaia.

Prazo: A Vigência do presente contrato e de 281(duzentos e oitenta e um) dias, a contar da data de sua assinatura até 31/12/2015.

Valor: O valor estimado para o presente contrato é de R$ 189.765,67 (cento e oitenta e nove mil setecentos e sessenta e cinco reais e sessenta e sete centavos), a ser pago mensalmente, conforme as quantidades de serviços prestados no período, comprovados pelas autorizações e de acordo com os valores propostos na Inexigibilidade 002/2015 - Credenciamento 002/2015.

Data: 25/03/2015

Alto Araguaia 01/04/2015

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Setor de Licitações

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA

GRUPO DE PREGÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2015
REGISTRO DE PREÇO N° 001/2015

A Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista – MT, torna público para conhecimento de interessados, que, com base na Lei no 10.520, de 17 de Julho de 2002 e Decreto Municipal 019/2009 e 001/2010, subsidiariamente a Lei no 8.666/93 e alterações posteriores, encontra-se aberta Licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO, do tipo MENOR PREÇO, para, “CONTRATAÇÃO DE MÉDICO CLÍNICO GERAL, PARA MANUTENÇÃO DO PSF I, DEVENDO PRESTAR SERVIÇOS NO MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA, CONFORME EDITAL E MINUTA DE CONTRATO”. Abertura no dia 16 de Abril de 2015, às 08:30 horas, à Avenida Serra Nova n° 975, Centro. Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço supra citado, no horário de 13:00 ás 17:00 pelo telefone (66) 3539-1113.

Alto Boa Vista, 01 de Abril de 2015.

Cristiano Rubin Parizotto

Pregoeiro/Port: 006/2015

GRUPO DE PREGÃO
SEGUNDO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 002/2014, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA – MT E A EMPRESA M OPPELT – ME.

Pelo presente aditivo contratual, regido pela Lei Federal nº 8.666/93 de 21/06/93 e alterações posteriores, o Município de Alto Boa Vista, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Avenida Moisés Dorneles Montiel nº 975 – Vila Real, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o n.º 37.465.143/0001-89, doravante denominado CONTRATANTE, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Sr.Leuzipe Domingues Gonçalves, brasileiro, funcionário público, portador do RG nº. 1500054 SSP/GO e do CPF nº. 280.901.871-53, situado no mesmo endereço acima citado, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa M OPPELT – ME, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 12.958.846/0001-18, com sede na AV MARÇAL CARLOS DA CUNHA – S/N – SETOR CECCATO – ALTO BOA VISTA/MT, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr (a) ADONILSON RODRIGUES DOS REIS, portador (a) da Carteira de Identidade n.º 765873 SSP/MT, CPF/MF n.º 495.969.691-53, de ora em diante denominado simplesmente *CONTRATADO*, resolvem celebrar Termo Aditivo a Ata de Registro de Preço N° 002/2014, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – O presente aditivo tem por objetivo, reajuste no preço dos pneus, este reajuste se deve principalmente ao aumento de combustíveis e matérias primas usadas na confecção de pneus.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL 2.1 - O presente aditivo encontra embasamento legal na Cláusula Dez da Ata de Registro de Preço nº 002/2014.

2.1.1 – A prorrogação promovida por este Termo se deve ao seguinte fator:

2.1.2 – A Administração Municipal se sentiu na obrigação de promover o aditivo devido ao aumento de preços setorial, que se deve principalmente ao aumento de combustíveis e matérias primas usadas na confecção de pneus.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1 – O presente aditivo tem por objetivo, reajuste no preço dos itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 13, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27 e 41 em 10%(dez por cento) no seu preço original, e o item 16 em 6%(seis por cento), conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Pneu = 265/65-17 - Toyota SW4 Administração	10	UNIDADE	NEXEN	R$ 1.045,00	R$ 10.450,00
2	Pneu = 235/70-16 - Ranger XLS Educação	10	UNIDADE	HANKOOK	R$ 825,00	R$ 8.250,00
3	Pneu = 235/70-16 - L-200 XL Obras	10	UNIDADE	HANKOOK	R$ 825,00	R$ 8.250,00
4	Pneu = 235/70-16 - L-200 XL Administração	10	UNIDADE	HANKOOK	R$ 825,00	R$ 8.250,00
5	Pneu = 235/70-16 - S-10 Rodeio Saúde	10	UNIDADE	HANKOOK	R$ 825,00	R$ 8.250,00
6	Pneu = 185/80-14 - Kombi Escolar Educação	10	UNIDADE	PIRELLI CRONO	R$ 508,20	R$ 5.082,00
7	Pneu = 175/70-13 - Uno Saúde	10	UNIDADE	HANKOOK	R$ 231,00	R$ 2.310,00
8	Pneu = 175/70-13 - Uno Conselho Promoção Social	10	UNIDADE	HANKOOK	R$ 231,00	R$ 2.310,00
9	Pneu = 225/75-15 - S-10 Ambulância Saúde	10	UNIDADE	NEXEN	R$ 737,00	R$ 7.370,00
10	Pneu = 185/70-14 - Courier Obras	10	UNIDADE	HANKOOK	R$ 346,50	R$ 3.465,00
13	Pneu = 7.50 -16 - Massey F. (Diant.) Agricultura	3	UNIDADE	TAISHAN-3 AGRI.	R$ 638,00	R$ 1.914,00
16	Pneu = 16.9-30 - Agrale (Traz.) Agricultura	3	UNIDADE	TORNEL	R$ 3.465,00	R$ 10.395,00
17	Pneu = 215/75-17.5 - Iveco Educação	20	UNIDADE	SAILUN PR16	R$ 968,00	R$ 19.360,00
18	Pneu = 215/75-17.5 - Mercedes B. Educação	20	UNIDADE	SAILUN PR16	R$ 968,00	R$ 19.360,00
19	Pneu = 14.00-24 - Motoniveladora Obras	20	UNIDADE	FIRESTONE	R$ 3.245,00	R$ 64.900,00
21	Pneu Borrachudo = 275/80-22.5 - Mercedes B. 1620 Obras	30	UNIDADE	PIRELLI	R$ 2.349,60	R$ 70.488,00
22	Pneu Liso = 275/80-22.5 - Mercedes B. 1620 Obras	30	UNIDADE	PIRELLI	R$ 1.716,00	R$ 51.480,00
23	Pneu Borrachudo = 1000-20 - Mercedes B. 1513 Obras	10	UNIDADE	TORNEL	R$ 1.529,00	R$ 15.290,00
24	Pneu Liso = 900-20 - Onibus Educação	6	UNIDADE	ROTA 21	R$ 1.303,50	R$ 7.821,00
25	Pneu Borrachudo = 900-20 - Onibus Educação	6	UNIDADE	CONQUISTADOR	R$ 1.320,00	R$ 7.920,00
26	Câmara de ar p/ Carro - R13 Obras	5	UNIDADE	MAGNUM	R$ 38,50	R$ 192,50
27	Câmara de ar p/ carro - R14 Obras	5	UNIDADE	MAGNUM	R$ 38,50	R$ 192,50
41	Pneu Traseiro = 90/100-17 - NXR Bros Saúde	4	UNIDADE	RINALD	R$ 220,00	R$ 880,00

CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 – As demais Cláusulas da Ata de Registro de Preços original permanecem inalteradas.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 2 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Alto Boa Vista - MT, 27 de Março de 2015.

LEUZIPE DOMINGUES GONÇALVES

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

M OPPELT – ME

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Nome:

R.G. n° R.G. n°

C.P.F. n° C.P.F. nº

GRUPO DE PREGÃO
SEGUNDO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 001-C/2014, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA – MT E A EMPRESA IRES JOSE MORAIS – ME.

Pelo presente aditivo contratual, regido pela Lei Federal nº 8.666/93 de 21/06/93 e alterações posteriores, o Município de Alto Boa Vista, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Avenida Moisés Dorneles Montiel nº 975 – Vila Real, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o n.º 37.465.143/0001-89, doravante denominado CONTRATANTE, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Sr.Leuzipe Domingues Gonçalves, brasileiro, funcionário público, portador do RG nº. 1500054 SSP/GO e do CPF nº. 280.901.871-53, situado no mesmo endereço acima citado, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa IRES JOSE MORAIS – ME, inscrita no CNPF (MF) sob o nº 435.670.291-34, com sede na AV ARLINDA REZENDE AZEVEDO – 975 – CENTRO – CEP 78665-000 – ALTO BOA VISTA/MT, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr (a) WESLEY SOUZA MORAIS, portador (a) da Carteira de Identidade n.º 40.506.409-3 SSP/SP, CPF/MF n.º 221.734.178-27, de ora em diante denominado simplesmente *CONTRATADO*, resolvem celebrar Termo Aditivo a Ata de Registro de Preço N° 001-C/2014, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – O presente aditivo tem por objetivo, a extensão do prazo do contrato por mais 12(doze) meses, devido os serviços da contratada ser de ótima qualidade e atenderem a contento as necessidades da contratante.

1.2 – A prorrogação do referido Registro de Preços se dará sem a aplicação de reajuste do valor contratual original.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 - O presente aditivo encontra embasamento legal no art. 57 inciso II e § 3º da Lei nº 8.666/93 e na Cláusula Segunda da Ata de Registro de Preços Nº 001/2014. 2.1.1 – A prorrogação promovida por este Termo se deve ao seguinte fator: 2.1.2 – A Administração Municipal se sentiu na obrigação de promover o aditivo devido que com o advento da prorrogação a vantagem será da população, pois os produtos oferecidos pelo CONTRATADO são de ótima qualidade, e atendem a contento as necessidades da CONTRATANTE. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO

3.1 – O presente Termo Aditivo tem por finalidade a implementação de 12 (doze) meses no prazo final do referido contrato, com vigência de 25 de Março de 2015 a 24 de Março de 2016.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS 4.1 – As demais Cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas. E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 2 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Alto Boa Vista - MT, 20 de Março de 2015.

LEUZIPE DOMINGUES GONÇALVES

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

IRES JOSE MORAIS – ME

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

_____

_____

Nome: Nome:

R.G. n° R.G. n°

C.P.F. n° C.P.F. nº

GRUPO DE PREGÃO
SEGUNDO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 001-A/2014, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA – MT E A EMPRESA IRES JOSE MORAIS – ME.

Pelo presente aditivo contratual, regido pela Lei Federal nº 8.666/93 de 21/06/93 e alterações posteriores, o Município de Alto Boa Vista, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Avenida Moisés Dorneles Montiel nº 975 – Vila Real, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o n.º 37.465.143/0001-89, doravante denominado CONTRATANTE, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Sr.Leuzipe Domingues Gonçalves, brasileiro, funcionário público, portador do RG nº. 1500054 SSP/GO e do CPF nº. 280.901.871-53, situado no mesmo endereço acima citado, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa IRES JOSE MORAIS – ME, inscrita no CNPF (MF) sob o nº 435.670.291-34, com sede na AV ARLINDA REZENDE AZEVEDO – 975 – CENTRO – CEP 78665-000 – ALTO BOA VISTA/MT, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr (a) WESLEY SOUZA MORAIS, portador (a) da Carteira de Identidade n.º 40.506.409-3 SSP/SP, CPF/MF n.º 221.734.178-27, de ora em diante denominado simplesmente *CONTRATADO*, resolvem celebrar Termo Aditivo a Ata de Registro de Preço N° 001-A/2014, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – O presente aditivo tem por objetivo, a extensão do prazo do contrato por mais 12(doze) meses, devido os serviços da contratada ser de ótima qualidade e atenderem a contento as necessidades da contratante.

1.2 – A prorrogação do referido Registro de Preços se dará sem a aplicação de reajuste do valor contratual original.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 - O presente aditivo encontra embasamento legal no art. 57 inciso II e § 3º da Lei nº 8.666/93 e na Cláusula Segunda da Ata de Registro de Preços Nº 001/2014. 2.1.1 – A prorrogação promovida por este Termo se deve ao seguinte fator: 2.1.2 – A Administração Municipal se sentiu na obrigação de promover o aditivo devido que com o advento da prorrogação a vantagem será da população, pois os produtos oferecidos pelo CONTRATADO são de ótima qualidade, e atendem a contento as necessidades da CONTRATANTE. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO

3.1 – O presente Termo Aditivo tem por finalidade a implementação de 12 (doze) meses no prazo final do referido contrato, com vigência de 25 de Março de 2015 a 24 de Março de 2016.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS 4.1 – As demais Cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas. E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e pa-

ra todos os efeitos legais, na presença de 2 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Alto Boa Vista - MT, 20 de Março de 2015.

LEUZIPE DOMINGUES GONÇALVES

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

IRES JOSE MORAIS – ME

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

_____

_____

Nome: Nome:

R.G. n° R.G. n°

C.P.F. n° C.P.F. nº

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 060, 27 DE MARÇO DE 2015.

NOMEIA PREGOEIRO, PREGOEIRO SUBSTITUTO E MEMBROS DA EQUIPE DE APOIO PARA PROCEDIMENTOS REFERENTES À REALIZAÇÃO DE LICITAÇÕES NA MODALIDADE DE PREGÃO, PARA TODOS OS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃOPÚBLICA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS – MT

O Prefeito Municipal de Alto Garças**,** Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 71, inciso X da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 2º, §3° da Lei Municipal nº 873, de 24 de Outubro de 2011, e com o art. 30 anexo II, da Lei Municipal nº 874, de 08 de Novembro de 2011.

R E S O L V E:

Art. 1°.Fica nomeado para exercer a função de PREGOEIRO na realização de Pregões de todos os órgãos da Administração Pública Municipal de Alto Garças – MT, o servidor RONALDO PASZKO DE BRITO, RG: 32284504-X SSP/SP, CPF: 224.024.878-52.

Art. 2°. Ficam nomeadas para a Equipe de Apoio de Pregão, as servidoras:

MARCIANA VILLA ALVES, RG nº: 24.917.606-3 SSP/SP, CPF nº: 249. 596.688-81 e SONIA VILELA DE ALMEIDA RG nº: 1002.329 SSP/MT, CPF nº: 580.574.801-06

Art. 3º. Nos impedimentos e ausências do Pregoeiro assumirá como PREGOEIRA SUBSTITUTA, a servidora ELLEN BETÂNIA CORREIA DOURADO, RG: 125.85769 SSP/MT, CPF: 886.943.721-34, permanecendo a Equipe de Apoio nomeada no art. 2º.

Art. 4º. Os trabalhos dos servidores ora nomeados deverão ser executados conforme as disposições constantes do Decreto Municipal nº 121/ 2008, Lei Federal nº 10.520/2008 e subsidiariamente na Lei Federal nº 8. 666/1993 e suas alterações, bem como demais regulamentações de licitações e pregões.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças - MT, em 27 de Março de 2015.

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR

Prefeito Municipal de Alto Garças - MT

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 044/2015

MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2015

A Prefeitura Municipal de Alto Garças - MT através da Comissão Permanente de Licitação, torna Público aos interessados, que realizará licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS – Tipo Menor Preço Global, no **dia 29 de abril de 2015, às 13:00 horas**, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE II, PADRÃO 1, DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS, POR EXECUÇÃO INDIRETA, EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.** A íntegra do Edital encontra-se disponível na sede da Prefeitura Municipal de Alto Garças, localizada à Rua Dom Aquino n° 346, Centro – Alto Garças /MT. Os Interessados também poderão obter informações através do e-mail compras@altogarcas.mt.gov.br, pelo site http://www.altogarcas.mt.gov.br e telefone (66) 3471 – 2450/3471 - 1155. Alto Garças - MT, 01 de abril de 2015. Marciana Vila Alves – Presidente.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 059 DE 25 DE MARÇO DE 2015.

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PARA AVERIGUAR POSSIVEL FALTA DISCIPLINAR DE SERVIDORES

O *Prefeito Municipal de Alto Garças*, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV, do artigo 71, da Lei Orgânica do Município

Considerando o artigo 187 e seguintes, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município de Alto Garças, a Constituição Federal, a Lei Orgânica Municipal e demais regulamentações;

Considerando o Memorando 140/2015 da Secretaria Municipal de Saúde;

Considerando a **Portaria n° 009/2015 que nomeia os membros da Comissão Permanente De Processo Administrativo Disciplinar do município de Alto Garças - MT e dá outras providências.**

R E S O L V E:

Art. 1º: INSTAURAR PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR para apuração de possível falta disciplinar da servidora pública municipal Neuzicleuma Alves Rosa.

Art. 2º: A Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar deverá proceder à instauração do procedimento com finalidade de apurar os fatos relatados de possíveis desvios de conduta praticados pela servidora.

Art. 3º: Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda a documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer declarações, depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 4º: A Comissão, ora constituída, terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos e elaborar o relatório final, dando ciência à Administração Superior desta entidade.

Art. 5: Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças-MT, em 25 de março de 2015.

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR

Prefeito Municipal de Alto Garças - MT

DEPARTAMENTO DE COMPRAS/ LICITAÇÕES
AVISO DE CANCELAMENTO DE EDITAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 036/2015

PREGÃO PRESENCIAL N° 026/2015

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

A Prefeitura de Alto Garças por intermédio de sua Pregoeira e no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria n° 02/2015, de 02 de Janeiro de 2015, comunica aos interessados que fará realizar a Licitação na modalidade **Pregão Presencial N° 089/2014**, que tem como objeto: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE TACHAS E PLACAS DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, A FIM DE ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS,** de acordo com o Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Data de abertura: 07/04/2015.

Data de Cancelamento: 01/04/2015

Motivo: Cancelamento do certame diante de interesse público (Artigo 49 da Lei 8.666/93).

Alto Garças - MT, 01 de Abril de 2015.

Edi Batista Ribeiro de Miranda

Pregoeira

Portaria n° 02/2015

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N°. 003/2015- PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO n°. 003/2015

O Senhor CEZAPILNO MENDES TEIXEIRA JUNIOR, Prefeito Municipal de Alto Garças-MT, Estado de Mato Grosso, no exercício de suas atribuições e de acordo com o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado 001/2015, CONVOCA os candidatos abaixo relacionados a comparecerem na sede da Prefeitura Municipal de Alto Garças-MT, situada à Rua Dom Aquino nº 346, no prazo de 30 (TRINTA) dias, munidos dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, sob pena de ser considerado desistente, ocasionado a perda da respectiva vaga:

Alto Garças – MT, 01 de Abril de 2015

Cargo: APOIO ADMIN.EDUC.- MANUTENÇÃO INFRAEST. ESCOLAR

10ALEXANDRA ALVES DE MORAES

Cargo: APOIO ADMIN.EDUCACIONAL - NUTRIÇÃO

02ELIZANGELA EUZEBIO FERREIRA

Cezalpino Mendes Teixeira Júnior

Prefeito Municipal de Alto Garças – MT

Sônia Vilela de Almeida

Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado N.º 001/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

CAMARA MUNICIPAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 01/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 01/2015

ALESSANDRO SOUZA DE CARVALHO, Presidente da Câmara Municipal de Alto Paraguai-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e em especial o art. 37, item II da constituição Federal e o disposto no Edital do Concurso Público nº 001/2014.

C O N V O C A

A abaixo relacionada aprovada no Concurso Público Municipal, homologado pelo Decreto Municipal nº 005/2015, que devera comparecer no prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta data, na Câmara Municipal de Alto Paraguai - MT, no horário de 7h00 as 12h00, para assumir suas funções, na conformidade da Lei, apresentando a seguinte documentação:

a) Cópia autenticada em cartório da Carteira de Identidade;

b) Cópia autenticada em cartório do Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;

c) Cópia autenticada em cartório do CPF;

d) Cópia autenticada em cartório do Certificado de Reservista, ou documento equivalente, ou ainda dispensa de incorporação (se do sexo masculino);

e) Cópia autenticada em cartório da Certidão de nascimento ou casamento;

f) Cópia do Cartão de Cadastramento do PIS/PASEP (se tiver);

g) Comprovante de Endereço;

h) Uma fotografia, tamanho 3x4 recente, colorida;

i) Fotocópia autenticada em cartório dos documentos que comprovem a escolaridade exigida para o cargo / categoria profissional / especialidade, conforme discriminado neste Edital, e respectivo registro no conselho de classe;

j) Exibição do original de Diploma ou Certificado de Conclusão do curso correspondente à escolaridade exigida, conforme especificação constante deste Edital;

k) Declaração de horário de trabalho, se possuir outro vínculo empregatício, para demonstração de compatibilidade com o horário disponível e de interesse do Órgão Público;

l) Declaração de antecedentes criminais;

m) declaração de não acumulação de cargos públicos, inclusive função, cargo ou emprego em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do

Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios ou de acumulação lícita, nos termos do inciso XVII, art. 37 da CRFB/88;

n) Atestado médico, firmado por profissional da área de medicina do trabalho ou da rede pública de saúde, de capacidade física e mental;

o) Comprovante de Conta Corrente ou / Salário;

p) Cópia da Certidão de Nascimento dos Filhos (menores de 21 anos);

q) Cópia CPF do Pai e da Mãe;

r) Cópia CPF do Cônjuge (se Casado);

s) Cópia da Carteira de Trabalho;

t) Declaração de Bens;

u) Demais documentos, se necessários, solicitados pelo Município.

O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo de 30 (trinta) dias, à partir desta data, e a apresentação da documentação prevista acima, implicará no reconhecimento da

DESISTÊNCIA E RENÚNCIA

quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado(a), reservando à Administração o direito de convocar outro candidato.

Cargo: Técnico de Nível Superior – CONTROLADOR INTERNO.

Inscrição Nº 000332 – GLEICIANE DOS SANTOS ARAÚJO SOARES - Classificação---------- 01°

Gabinete do Presidente 01 de Abril de 2015.

ALESSANDRO SOUZA DE CARVALHO

Presidente da Câmara Municipal

Alto Paraguai-MT

SMPG/LICITACAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2015 PREGÃO Nº 006/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2015

PREGÃO Nº 006/2015

VALIDADE: 12 (Doze) MESES

Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai, através do Prefeito Municipal de Alto Paraguai, Adair José Alves Moreira, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade n.º 0928786-8, SSP/MT, e inscrito no CPF sob o n.º 604.418.441-20, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS N°006/2015** publicado no DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS (AMM), JORNAL DE CIRCULAÇÃO REGIONAL, bem como a classificação das propostas e sua respectiva homologação, **RESOLVE** registrar os preços da empresa, **FERNANDA OLIVEIRA MAGALHAES – ME,** CNPJ 07.593.871.0001/05 nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por elas alcançadas por ITEM, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n° 8.666/93 de 21.06.93 e suas alterações, Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto N° 3.931 de 19 de setembro de 2001, Decreto Municipal Nº004/2009 e em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, NA ZONA RURAL, PARA ATENDER SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, NESTE MUNICÍPIO**.**

Parágrafo Segundo - Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, para aquisição conforme abaixo especificados:

VALORES REGISTRADOS

FERNANDA OLIVEIRA MAGALHAES – ME, CNPJ 07.593.871.0001/05

Descrição da linha e horário	Tipo de Veículo	Destino/ Escola	Km/ Dia	Valor Km (R$)	Valor/ Dia (R$)	Dias Letivos	Km/ Ano	Valor Total (R$)
Fazenda Sr. Juarez/ Capão Verde (Matutino e Noturno)	Veículo em ótimas condições de uso, com capacidade para 31 pessoas e deverão obedecer as disposições do Código de Trânsito Brasileiro.	E. E “Henrique José Trindade”	188 Km	5,55	1.043,4	200	37.600	208.680,00

Parágrafo Terceiro – Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação, podendo ser prorrogada na forma da Lei.

Parágrafo Único – Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLAUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA E DO FISCAL DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O gerenciamento e a fiscalização deste instrumento caberá a Secretaria de Administração através da nomeação de servidor responsável pelo Almoxarifado Central – Setor de Compras – no seu aspecto operacional e a Assessoria Jurídica do Município, nas questões legais.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

Os preços registrados, a especificações dos produtos, os quantitativos, marcas e empresas fornecedoras encontram-se elencados no Quadro Comparativo de Preços, em ordem de classificação no processo licitatório de Pregão Presencial nº. 001/2015 - SRP.

CLÁUSULA QUINTA - Do(s) LOCAL (Is) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

Os materiais/produtos deverão ser entregues exclusivamente na Prefeitura Municipal de Alto Paraguai, ou conforme determinado pela mesma, através de autorização por escrito.

Parágrafo Primeiro - Os materiais/produtos contratados deverão ser entregues na sede do Município, nos dias e horários estipulados na Ordem de Fornecimento/empenho/Requisição.

Parágrafo Segundo - O prazo de entrega será imediato, contados a partir da expedição da Ordem de Fornecimento/empenho/Requisição expedida pelo Setor de Compras do Almoxarifado da Prefeitura.

CLÁUSULA SEXTA — DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento e seus Anexos, e na legislação pertinente.

Parágrafo Primeiro - As aquisições dos produtos registradas neste instrumento serão efetuadas através Nota de Empenho, emitida pela Execução Orçamentária, com Autorização de Fornecimento emitida pelo Setor de Compras, contendo o nº. da ATA, o nome da empresa, o objeto, a especificação, o endereço e a data de entrega.

Parágrafo Segundo - A Nota de empenho será encaminhada ao fornecedor que deverá assiná-la e devolvê-la ao Setor de Compras no prazo de 02 (dois) dias a contar da data do seu recebimento.

Parágrafo Terceiro - Se fornecedor com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a assinar a Nota de Empenho, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitadas as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta no Edital:

I - executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pelo Setor de Compras, de acordo com o especificado no Edital e no Anexo I-A, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo órgão, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente bem como dar ciência ao Setor de Compras, Imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Setor de Compras, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do Fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos produtos objeto desta ATA não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

VII - comunicar imediatamente ao Setor de Compras qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX - fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo Setor de Compras;

X - indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou Omissão de Fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI - substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus ao Órgão toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 3 (três) dias úteis, caso constatadas divergências nas especificações.

XII - emitir relatório mensal dos materiais entregues no período, constando a data, NF, Órgão/Local de entrega, Responsável pelo recebimento e outras informações necessárias ao controle dos produtos entregues.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I. todo e qualquer dano que causar ao Órgão ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo Setor de Compras;

II. todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III. toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas à Prefeitura Municipal de Alto Paraguai por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas pela mesma ao Órgão/Entidade, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido à contratada, o valor correspondente.

Parágrafo Primeiro - a CONTRATADA autoriza a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

Parágrafo Segundo – a ausência ou omissão da fiscalização do Setor de Compras não eximirá CONTRATADA das responsabilidades previstas nesta ATA.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A Prefeitura Municipal de Alto Paraguai obriga-se a:

I. indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os produtos.

II. permitir ao pessoal da contratada acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III. notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade e encontrada no fornecimento dos produtos;

IV. Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

Parágrafo único: caberá ao Setor de Compras promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados do mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA — DO PAGAMENTO.

A Prefeitura Municipal de Alto Paraguai efetuará o pagamento à CONTRATADA, através de crédito em conta corrente mantida pela CONTRATADA preferencialmente em, até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota Fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente Autorização de Fornecimento, com o respectivo comprovante de que o fornecimento foi realizado a contento.

Parágrafo Primeiro — Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

Parágrafo Segundo — Para cada Nota de Empenho, a Contratada deverá emitir nota fiscal/fatura distinta.

Parágrafo Terceiro — Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta 'ON-LINE" da situação do Fornecedor junto ao INSS e FGTS, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa.

Parágrafo Quarto — Constatada a situação de irregularidade, a CONTRATADA será comunicada por escrito para que regularize sua situação, no prazo estabelecido pelo Setor de Compras, sendo lhe facultada a apresentação de defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

Parágrafo Quinto — Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

Os preços registrados manter-se-ão inalteradas pelo período da vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

Parágrafo primeiro — Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão aos preços praticados no mercado mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquela vigente no mercado à época do registro.

Parágrafo Segundo — Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Setor de Compras, solicitará ao Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo Único.

Parágrafo Terceiro – Fracassada a negociação com o primeiro colocado, o Setor de Compras convocará as demais empresas com preços registrados para o ITEM, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitadas as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado para redução do preço; hipótese em que poderá ocorrer alterações na ordem de classificação das empresas com preço registrado.

Parágrafo Quarto — Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Setor de Compras desta Prefeitura.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

A presente Ata de Registro de preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital de Registro de Preços;

b) quando o Fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido;

c) quando o Fornecedor der causa à rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificadas;

Parágrafo Primeiro — Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado, por correspondência, com aviso de recebimento, o qual será juntado ao processo administrativo da presente Ata.

Parágrafo Segundo — No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

Parágrafo Terceiro — A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal de Alto Paraguai, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

Parágrafo Quarto — Havendo o cancelamento do preço registrado cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

Parágrafo Quinto — Caso o SETOR DE COMPRAS não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

I. todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

II. as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução da entrega dos materiais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES

Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) advertência;

II) multa

III) suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública por período não superior a 2 (dois) anos;

IV) declaração de inidoneidade.

Parágrafo primeiro - A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai.

Parágrafo Segundo - A CONTRATADA sujeitar-se á multa moratória simples, de 0,5% (cinco décimos por cento), sobre o total do fornecimento não executado, por dia corrido de atraso, até o 20° (vigésimo) dia, considerando o prazo estabelecido para entrega dos produtos.

Parágrafo Terceiro - No caso de atraso na entrega do produto por mais de 20 (vinte) dias poderá a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai, a partir do 5º (quinto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando a contratada impedida de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

Parágrafo Quarto - 10% (dez por cento) sobre o valor constante do Contrato, pela inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis;

Parágrafo Quinto - A multa será descontada do valor da garantia contratual, da fatura, cobrada diretamente CONTRATADA ou ainda judicialmente.

Parágrafo Sexto - A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se a CONTRATADA descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses Fatos resultem prejuízos à Prefeitura Municipal de Alto Paraguai;

b) se a CONTRATADA sofrer condenação definitiva por prática de Fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos ou deixar de cumprir suas obrigações Fiscais ou parafiscais;

c) se a CONTRATADA tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

Parágrafo Sétimo - As sanções previstas nos incisos I, III e IV, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II desta Cláusula.

Parágrafo Oitavo - A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e no eximirá a CONTRATADA das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA- DAS SANÇÕES:

1. O CONTRATADO será punida com o impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e ser descredenciado no Sicaf e no cadastro de fornecedores do CONTRATANTE, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e demais cominações legais, nos seguintes casos:

1.1. apresentação de documentação falsa;

1.2. retardamento da execução do objeto;

1.3. falhar na execução do contrato;

1.4. fraudar na execução do contrato;

1.5. comportamento inidôneo;

1.6. declaração falsa;

1.7. fraude fiscal.

2. Para os fins do subitem 1.5, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993. 2.1. Para condutas descritas nos subitens 1.1, 1.4, 1.5, 1.6 e 1.7 será aplicada multa de no máximo 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

3. Para os fins dos subitens 1.2 e 1.3, em atendimento ao art. 86 da Lei n.º 8.666/1993, ficam definidas as multas previstas em conformidade com a CLAUSULA DECIMA QUARTA e parágrafos, devendo ser recolhidas no prazo de 10 (dez) dias, contados da notificação.

4. Uma vez atingidos os limites definidos tanto para multas quanto para descontos em faturas decorrentes de descumprimento de obrigações assumidas no contrato, poderão ser tomadas ações administrativas com vistas à rescisão do contrato, por grave inobservância de cláusula contratual, caracterizando inexecução parcial do objeto, sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas no contrato.

5. Cumulativamente, as multas aplicadas não deverão exceder a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, quando poderão ser tomadas ações administrativas com vistas à rescisão do contrato, por inexecução parcial, sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas no contrato.

6. Multas poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas no contrato, não terão caráter compensatório e sua cobrança não isentará o CONTRATADO da obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.

7. A multa aplicada ao CONTRATADO e os prejuízos por ela causados ao CONTRATANTE poderão ser deduzidos de qualquer crédito a ela devido, cobrados direta ou judicialmente.

8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao CONTRATADO.

8.1. Se os valores do pagamento e da garantia forem insuficientes, fica o CONTRATADO obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial;

823. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo CONTRATADO ao CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa;

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS ILÍCITOS PENAIS

As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLAUSULA DECIMA SETIMA – DA GARANTIA

17.1. Do Produto

17.1.1. A CONTRATADA deverá comprometer-se a prestar a garantia estabelecida nas especificações técnicas constantes de cada Lote deste processo licitatório;

17.1.2. O período de garantia passará a contar a partir da Assinatura do Termo de Recebimento a ser expedido pelo CONTRATANTE na forma descrita no Item 15 “PAGAMENTO”.

17.1.3. As hipóteses de exclusão da garantia são as seguintes: 17.1.3.1. Os danos provocados por imperícia ou negligência dos usuários. 17.1.3.2. Rompimento indevido do lacre de garantia dos equipamentos; 17.1.3.3. A movimentação dos equipamentos entre unidades da CONTRATANTE efetuado com recursos próprios NÃO exclui a garantia. 17.1.4. Aplica-se subsidiariamente ao Contrato Administrativo as cláusulas estabelecidas no Código de Defesa do Consumidor – CDC, Lei n. 8.070 de 11 de setembro de 1990.

17.2- Resolução do problema

17.2.1. Após o registro de incidente / problema na central de atendimento da CONTRATADA, os técnicos deverão ser deslocados para o local onde estiver localizado o equipamento onde deverão resolver o problema técnico no prazo de no máximo 03 (três) dias;

17.2.2 - Caso o problema detectado seja passível de substituição de peças, componenetes ou do próprio equipamento o técnico da LICITANTE vendedora deverá de imediato registrar a solução do problema, iniciado o prazo de substituição de peças, equipamentos, componentes e equipamentos.

17.2.3. As peças e componentes a serem substituídas deverão ter especificação igual ou superior à substituída;

17.2.4. As peças e componentes trocados deverão ser novas (não utilizadas ou recondicionadas) e homologadas pelo Fabricante.

17.2.5. No caso de vícios insanáveis no equipamento e sempre que determinado pela Assistência Técnica o equipamento deverá ser substituído por um novo.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A despesa decorrente das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta de dotações orçamentárias previstas em:

DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS:

Cód. Reduzido	Órgão/Unid. Orçam.	Projeto/Atividade	Elemento Despesa
969	06 002 12 361 0029	2214	339030 000000

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo, aditivo presente ata de Registro de Preços, conforme previsto da Lei 8.666/93

II. integram esta Ata, o Edital do Pregão Presencial nº 006/2015 e seus anexos e as propostas da empresas classificadas para cada grupo, por ITEM.

III. é vedado caucionar ou utilizar a ATA decorrente do presente registro para qualquer operação Financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Alto Paraguai.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

As partes contratantes elegem o foro de Diamantino - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam apresente ATA em 03 (Três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando duas via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 60 da Lei 8.666 de 21/06/93.

Alto Paraguai- MT, 23 de Março de 2015.

Adair José Alves Moreira Prefeito Municipal
CONTRATANTE

FERNANDA OLIVEIRA MAGALHAES – ME

CNPJ 07.593.871.0001/05

CONTRATADA

Testemunhas:

Robson Rodrigues dos Santos Thyerry Lincoln de Almeida Amorim

SMPG/LICITACAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2015 PREGÃO Nº 006/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2015

PREGÃO Nº 006/2015

VALIDADE: 12 (Doze) MESES

Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai, através do Prefeito Municipal de Alto Paraguai, Adair José Alves Moreira, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade n.º 0928786-8, SSP/MT, e inscrito no CPF sob o n.º 604.418.441-20, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS N°006/2015** publicado no DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS (AMM), JORNAL DE CIRCULAÇÃO REGIONAL, bem como a classificação das propostas e sua respectiva homologação, **RESOLVE** registrar os preços da empresa, **SÃO CRISTOVÃO TRANPORTE EIRELI,** CNPJ 26.796.953/0001-00 nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por elas alcançadas por ITEM, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n° 8.666/93 de 21.06.93 e suas alterações, Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto N° 3.931 de 19 de setembro de 2001, Decreto Municipal Nº004/2009 e em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, NA ZONA RURAL, PARA ATENDER SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, NESTE MUNICÍPIO

.

Parágrafo Segundo - Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, para aquisição conforme abaixo especificados:

VALORES REGISTRADOS

SÃO CRISTOVÃO TRANPORTE EIRELI, CNPJ 26.796.953/0001-00

Descrição da linha e horário	Tipo de Veículo	Destino/ Escola	Km/ Dia	Valor Km (R$)	Valor/ Dia (R$)	Dias Letivos	Km/ Ano	Valor Total (R$)
Água Santa /Caju/ Faz. Dr. Márcio. (Vespertino)	Veículo em ótimas condições de uso, com capacidade para 31 pessoas e deverão obedecer as disposições do Código de Trânsito Brasileiro.	E.E "Água Santa"	110 KM	5,55	610,50	200	22. 000	122. 100,00

Parágrafo Terceiro – Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação, podendo ser prorrogada na forma da Lei.

Parágrafo Único – Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLAUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA E DO FISCAL DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O gerenciamento e a fiscalização deste instrumento caberá a Secretaria de Administração através da nomeação de servidor responsável pelo Almoxarifado Central – Setor de Compras – no seu aspecto operacional e a Assessoria Jurídica do Município, nas questões legais.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

Os preços registrados, a especificações dos produtos, os quantitativos, marcas e empresas fornecedoras encontram-se elencados no Quadro Comparativo de Preços, em ordem de classificação no processo licitatório de Pregão Presencial nº. 001/2015 - SRP.

CLÁUSULA QUINTA - Do(s) LOCAL (Is) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

Os materiais/produtos deverão ser entregues exclusivamente na Prefeitura Municipal de Alto Paraguai, ou conforme determinado pela mesma, através de autorização por escrito.

Parágrafo Primeiro - Os materiais/produtos contratados deverão ser entregues na sede do Município, nos dias e horários estipulados na Ordem de Fornecimento/empenho/Requisição.

Parágrafo Segundo - O prazo de entrega será imediato, contados a partir da expedição da Ordem de Fornecimento/empenho/Requisição expedida pelo Setor de Compras do Almoxarifado da Prefeitura.

CLÁUSULA SEXTA — DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento e seus Anexos, e na legislação pertinente.

Parágrafo Primeiro - As aquisições dos produtos registradas neste instrumento serão efetuadas através Nota de Empenho, emitida pela Execução Orçamentária, com Autorização de Fornecimento emitida pelo Setor de Compras, contendo o nº. da ATA, o nome da empresa, o objeto, a especificação, o endereço e a data de entrega.

Parágrafo Segundo - A Nota de empenho será encaminhada ao fornecedor que deverá assiná-la e devolvê-la ao Setor de Compras no prazo de 02 (dois) dias a contar da data do seu recebimento.

Parágrafo Terceiro - Se fornecedor com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a assinar a Nota de Empenho, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitadas as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta no Edital:

I - executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pelo Setor de Compras, de acordo com o especificado no Edital e no Anexo I-A, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo órgão, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente bem como dar ciência ao Setor de Compras, Imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Setor de Compras, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do Fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos produtos objeto desta ATA não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

VII - comunicar imediatamente ao Setor de Compras qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX - fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo Setor de Compras;

X - indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou Omissão de Fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI - substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus ao Órgão toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 3 (três) dias úteis, caso constatadas divergências nas especificações.

XII - emitir relatório mensal dos materiais entregues no período, constando a data, NF, Órgão/Local de entrega, Responsável pelo recebimento e outras informações necessárias ao controle dos produtos entregues.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I. todo e qualquer dano que causar ao Órgão ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo Setor de Compras;

II. todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III. toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas à Prefeitura Municipal de Alto Paraguai por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas pela mesma ao Órgão/Entidade, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido à contratada, o valor correspondente.

Parágrafo Primeiro - a CONTRATADA autoriza a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

Parágrafo Segundo – a ausência ou omissão da fiscalização do Setor de Compras não eximirá CONTRATADA das responsabilidades previstas nesta ATA.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A Prefeitura Municipal de Alto Paraguai obriga-se a:

I. indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os produtos.

II. permitir ao pessoal da contratada acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III. notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade e encontrada no fornecimento dos produtos;

IV. Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

Parágrafo único: caberá ao Setor de Compras promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados do mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA — DO PAGAMENTO.

A Prefeitura Municipal de Alto Paraguai efetuará o pagamento à CONTRATADA, através de crédito em conta corrente mantida pela CONTRATADA preferencialmente em, até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota Fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente Autorização de Fornecimento, com o respectivo comprovante de que o fornecimento foi realizado a contento.

Parágrafo Primeiro — Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

Parágrafo Segundo — Para cada Nota de Empenho, a Contratada deverá emitir nota fiscal/fatura distinta.

Parágrafo Terceiro — Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta 'ON-LINE" da situação do Fornecedor junto ao INSS e FGTS, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa.

Parágrafo Quarto — Constatada a situação de irregularidade, a CONTRATADA será comunicada por escrito para que regularize sua situação, no prazo estabelecido pelo Setor de Compras, sendo lhe facultada a apresentação de defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

Parágrafo Quinto — Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

Os preços registrados manter-se-ão inalteradas pelo período da vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

Parágrafo primeiro — Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão aos preços praticados no mercado mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquela vigente no mercado à época do registro.

Parágrafo Segundo — Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Setor de Compras, solicitará ao Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo Único.

Parágrafo Terceiro – Fracassada a negociação com o primeiro colocado, o Setor de Compras convocará as demais empresas com preços registrados para o ITEM, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitadas as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado para redução do preço; hipótese em que poderá ocorrer alterações na ordem de classificação das empresas com preço registrado.

Parágrafo Quarto — Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Setor de Compras desta Prefeitura.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

A presente Ata de Registro de preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital de Registro de Preços;

b) quando o Fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido;

c) quando o Fornecedor der causa à rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificadas;

Parágrafo Primeiro — Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado, por correspondência, com aviso de recebimento, o qual será juntado ao processo administrativo da presente Ata.

Parágrafo Segundo — No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

Parágrafo Terceiro — A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal de Alto Paraguai, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

Parágrafo Quarto — Havendo o cancelamento do preço registrado cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

Parágrafo Quinto — Caso o SETOR DE COMPRAS não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

I. todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

II. as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução da entrega dos materiais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES

Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) advertência;

II) multa

III) suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública por período não superior a 2 (dois) anos;

IV) declaração de inidoneidade.

Parágrafo primeiro - A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai.

Parágrafo Segundo - A CONTRATADA sujeitar-se á multa moratória simples, de 0,5% (cinco décimos por cento), sobre o total do fornecimento não executado, por dia corrido de atraso, até o 20° (vigésimo) dia, considerando o prazo estabelecido para entrega dos produtos.

Parágrafo Terceiro - No caso de atraso na entrega do produto por mais de 20 (vinte) dias poderá a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai, a partir do 5º (quinto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando a contratada impedida de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

Parágrafo Quarto - 10% (dez por cento) sobre o valor constante do Contrato, pela inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis;

Parágrafo Quinto - A multa será descontada do valor da garantia contratual, da fatura, cobrada diretamente CONTRATADA ou ainda judicialmente.

Parágrafo Sexto - A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se a CONTRATADA descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses Fatos resultem prejuízos à Prefeitura Municipal de Alto Paraguai;

b) se a CONTRATADA sofrer condenação definitiva por prática de Fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos ou deixar de cumprir suas obrigações Fiscais ou parafiscais;

c) se a CONTRATADA tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

Parágrafo Sétimo - As sanções previstas nos incisos I, III e IV, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II desta Cláusula.

Parágrafo Oitavo - A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e no eximirá a CONTRATADA das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA- DAS SANÇÕES:

1. O CONTRATADO será punida com o impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e ser descredenciado no Sicaf e no cadastro de fornecedores do CONTRATANTE, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e demais cominações legais, nos seguintes casos:

1.1. apresentação de documentação falsa;

1.2. retardamento da execução do objeto;

1.3. falhar na execução do contrato;

1.4. fraudar na execução do contrato;

1.5. comportamento inidôneo;

1.6. declaração falsa;

1.7. fraude fiscal.

2. Para os fins do subitem 1.5, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993. 2.1. Para condutas descritas nos subitens 1.1, 1.4, 1.5, 1.6 e 1.7 será aplicada multa de no máximo 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

3. Para os fins dos subitens 1.2 e 1.3, em atendimento ao art. 86 da Lei n.º 8.666/1993, ficam definidas as multas previstas em conformidade com a CLAUSULA DECIMA QUARTA e parágrafos, devendo ser recolhidas no prazo de 10 (dez) dias, contados da notificação.

4. Uma vez atingidos os limites definidos tanto para multas quanto para descontos em faturas decorrentes de descumprimento de obrigações assumidas no contrato, poderão ser tomadas ações administrativas com vistas à rescisão do contrato, por grave inobservância de cláusula contratual, caracterizando inexecução parcial do objeto, sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas no contrato.

5. Cumulativamente, as multas aplicadas não deverão exceder a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, quando poderão ser tomadas ações administrativas com vistas à rescisão do contrato, por inexecução parcial, sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas no contrato.

6. Multas poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas no contrato, não terão caráter compensatório e sua cobrança não isentará o CONTRATADO da obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.

7. A multa aplicada ao CONTRATADO e os prejuízos por ela causados ao CONTRATANTE poderão ser deduzidos de qualquer crédito a ela devido, cobrados direta ou judicialmente.

8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao CONTRATADO.

8.1. Se os valores do pagamento e da garantia forem insuficientes, fica o CONTRATADO obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial;

823. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo CONTRATADO ao CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa;

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS ILÍCITOS PENAIS

As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLAUSULA DECIMA SETIMA – DA GARANTIA

17.1. Do Produto

17.1.1. A CONTRATADA deverá comprometer-se a prestar a garantia estabelecida nas especificações técnicas constantes de cada Lote deste processo licitatório;

17.1.2. O período de garantia passará a contar a partir da Assinatura do Termo de Recebimento a ser expedido pelo CONTRATANTE na forma descrita no Item 15 “PAGAMENTO”.

17.1.3. As hipóteses de exclusão da garantia são as seguintes: 17.1.3.1. Os danos provocados por imperícia ou negligência dos usuários. 17.1.3.2. Rompimento indevido do lacre de garantia dos equipamentos; 17.1.3.3. A movimentação dos equipamentos entre unidades da CONTRATANTE efetuado com recursos próprios NÃO exclui a garantia. 17.1.4. Aplica-se subsidiariamente ao Contrato Administrativo as cláusulas estabelecidas no Código de Defesa do Consumidor – CDC, Lei n. 8.070 de 11 de setembro de 1990.

17.2- Resolução do problema

17.2.1. Após o registro de incidente / problema na central de atendimento da CONTRATADA, os técnicos deverão ser deslocados para o local onde estiver localizado o equipamento onde deverão resolver o problema técnico no prazo de no máximo 03 (três) dias;

17.2.2 - Caso o problema detectado seja passível de substituição de peças, componenetes ou do próprio equipamento o técnico da LICITANTE vendedora deverá de imediato registrar a solução do problema, iniciado o prazo de substituição de peças, equipamentos, componentes e equipamentos.

17.2.3. As peças e componentes a serem substituídas deverão ter especificação igual ou superior à substituída;

17.2.4. As peças e componentes trocados deverão ser novas (não utilizadas ou recondicionadas) e homologadas pelo Fabricante.

17.2.5. No caso de vícios insanáveis no equipamento e sempre que determinado pela Assistência Técnica o equipamento deverá ser substituído por um novo.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A despesa decorrente das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta de dotações orçamentárias previstas em:

DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS:

Cód. Reduzido	Órgão/Unid. Orçam.	Projeto/Atividade	Elemento Despesa
969	06 002 12 361 0029	2214	339030 000000

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo, aditivo presente ata de Registro de Preços, conforme previsto da Lei 8.666/93

II. integram esta Ata, o Edital do Pregão Presencial nº 006/2015 e seus anexos e as propostas da empresas classificadas para cada grupo, por ITEM.

III. é vedado caucionar ou utilizar a ATA decorrente do presente registro para qualquer operação Financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Alto Paraguai.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

As partes contratantes elegem o foro de Diamantino - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam apresente ATA em 03 (Três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando duas via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 60 da Lei 8.666 de 21/06/93.

Alto Paraguai- MT, 23 de Março de 2015.

Adair José Alves Moreira Prefeito Municipal
CONTRATANTE

SÃO CRISTOVÃO TRANPORTE EIRELI

CNPJ 26.796.953/0001-00

CONTRATADA

Testemunhas:

Robson Rodrigues dos Santos Thyerry Lincoln de Almeida Amorim

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA N° 011/2015

PORTARIA N° 011/2015

SUMULA: Nomear para Exercer o Cargo de Motorista do Poder Legislativo Municipal de Alto Paraguai-MT.

ALESSANDRO SOUZA DE CARVALHO.

Presidente da Câmara Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais, consoantes às normas gerais de direito público, e na forma da Lei expede a seguinte Portaria RESOLVENDO:

Art. 1° - Fica nomeado para o Cargo de Motorista do Poder Legislativo Municipal de Alto Paraguai-MT, o Senhor **ALUIZIO CARVALHO JUNIOR** portador do RG N.º 505.690 SSP/MT, CPF N.º 522.480.031-53, residente e domiciliado a Rua Mascarenhas de Moraes, N° 495 , Centro - Alto Paraguai, CEP 78.410-000.

Art. 2°

- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.

Registra-se

Publica-se

Cumpra-se.

Câmara Municipal de Alto Paraguai, 01 de Abril de 2015

ALESSANDRO SOUZA DE CARVALHO

Presidente

CPF n° 571.571.201-78 -

RG n° 0767 9564 SSP/MT

Rua Joaquim Murtinho - Centro –

Alto Paraguai-MT

SMPG/LICITACAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2015 PREGÃO Nº 006/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2015

PREGÃO Nº 006/2015

VALIDADE: 12 (Doze) MESES

Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai, através do Prefeito Municipal de Alto Paraguai, Adair José Alves Moreira, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade n.º 0928786-8, SSP/MT, e inscrito no CPF sob o n.º 604.418.441-20, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS N°006/2015** publicado no DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS (AMM), JORNAL DE CIRCULAÇÃO REGIONAL, bem como a classificação das propostas e sua respectiva homologação, **RESOLVE** registrar os preços da empresa, **M. A. CHAGAS E CIA LTDA - ME**, CNPJ 15.619.906/0001-66 nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por elas alcançadas por ITEM, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n° 8.666/93 de 21.06.93 e suas alterações, Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto N° 3.931 de 19 de setembro de 2001, Decreto Municipal Nº004/2009 e em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, NA ZONA RURAL, PARA ATENDER SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, NESTE MUNICÍPIO.

Parágrafo Segundo - Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, para aquisição conforme abaixo especificados:

VALORES REGISTRADOS

M. A. CHAGAS E CIA LTDA - ME, CNPJ 15.619.906/0001-66

Descrição da linha e horário	Tipo de Veículo	Destino/ Escola	Km/ Dia	Valor Km (R$)	Valor/ Dia (R$)	Dias Letivos	Km/ Ano	Valor Total (R$)
Faz. Gazeta/Faz. Valéria/Faz. Polaco(Prof.ª Carmem)/Sítio do Sr. Calixto/Tira Sentido/Sítio do Badinha Sítio Sr. Adalberto. Matutino/ Noturno	Veículo em ótimas condições de uso, com capacidade para 31 pessoas e deverão obedecer as disposições do Código de Trânsito Brasileiro.	EE “Zélia Costa de Almeida”	274. 2Km	5,55	1. 521,81	200	54. 840	304. 362,00

Parágrafo Terceiro – Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação, podendo ser prorrogada na forma da Lei.

Parágrafo Único – Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLAUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA E DO FISCAL DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O gerenciamento e a fiscalização deste instrumento caberá a Secretaria de Administração através da nomeação de servidor responsável pelo Almoxarifado Central – Setor de Compras – no seu aspecto operacional e a Assessoria Jurídica do Município, nas questões legais.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

Os preços registrados, a especificações dos produtos, os quantitativos, marcas e empresas fornecedoras encontram-se elencados no Quadro Comparativo de Preços, em ordem de classificação no processo licitatório de Pregão Presencial nº. 001/2015 - SRP.

CLÁUSULA QUINTA - Do(s) LOCAL (Is) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

Os materiais/produtos deverão ser entregues exclusivamente na Prefeitura Municipal de Alto Paraguai, ou conforme determinado pela mesma, através de autorização por escrito.

Parágrafo Primeiro - Os materiais/produtos contratados deverão ser entregues na sede do Município, nos dias e horários estipulados na Ordem de Fornecimento/empenho/Requisição.

Parágrafo Segundo - O prazo de entrega será imediato, contados a partir da expedição da Ordem de Fornecimento/empenho/Requisição expedida pelo Setor de Compras do Almoxarifado da Prefeitura.

CLÁUSULA SEXTA — DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento e seus Anexos, e na legislação pertinente.

Parágrafo Primeiro - As aquisições dos produtos registradas neste instrumento serão efetuadas através Nota de Empenho, emitida pela Execução Orçamentária, com Autorização de Fornecimento emitida pelo Setor de Compras, contendo o nº. da ATA, o nome da empresa, o objeto, a especificação, o endereço e a data de entrega.

Parágrafo Segundo - A Nota de empenho será encaminhada ao fornecedor que deverá assiná-la e devolvê-la ao Setor de Compras no prazo de 02 (dois) dias a contar da data do seu recebimento.

Parágrafo Terceiro - Se fornecedor com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a assinar a Nota de Empenho, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitadas as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta no Edital:

I - executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pelo Setor de Compras, de acordo com o especificado no Edital e no Anexo I-A, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo órgão, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente bem como dar ciência ao Setor de Compras, Imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Setor de Compras, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do Fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos produtos objeto desta ATA não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

VII - comunicar imediatamente ao Setor de Compras qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX - fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo Setor de Compras;

X - indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou Omissão de Fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI - substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus ao Órgão toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 3 (três) dias úteis, caso constatadas divergências nas especificações.

XII - emitir relatório mensal dos materiais entregues no período, constando a data, NF, Órgão/Local de entrega, Responsável pelo recebimento e outras informações necessárias ao controle dos produtos entregues.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I. todo e qualquer dano que causar ao Órgão ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo Setor de Compras;

II. todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III. toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas à Prefeitura Municipal de Alto Paraguai por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas pela mesma ao Órgão/Entidade, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido à contratada, o valor correspondente.

Parágrafo Primeiro - a CONTRATADA autoriza a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

Parágrafo Segundo – a ausência ou omissão da fiscalização do Setor de Compras não eximirá CONTRATADA das responsabilidades previstas nesta ATA.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A Prefeitura Municipal de Alto Paraguai obriga-se a:

I. indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os produtos.

II. permitir ao pessoal da contratada acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III. notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade e encontrada no fornecimento dos produtos;

IV. Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

Parágrafo único: caberá ao Setor de Compras promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados do mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA — DO PAGAMENTO.

A Prefeitura Municipal de Alto Paraguai efetuará o pagamento à CONTRATADA, através de crédito em conta corrente mantida pela CONTRATADA preferencialmente em, até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota Fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente Autorização de Fornecimento, com o respectivo comprovante de que o fornecimento foi realizado a contento.

Parágrafo Primeiro — Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

Parágrafo Segundo — Para cada Nota de Empenho, a Contratada deverá emitir nota fiscal/fatura distinta.

Parágrafo Terceiro — Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta ‘ON-LINE” da situação do Fornecedor junto ao INSS e FGTS, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa.

Parágrafo Quarto — Constatada a situação de irregularidade, a CONTRATADA será comunicada por escrito para que regularize sua situação, no prazo estabelecido pelo Setor de Compras, sendo lhe facultada a apresentação de defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

Parágrafo Quinto — Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

Os preços registrados manter-se-ão inalteradas pelo período da vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

Parágrafo primeiro — Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão aos preços praticados no mercado mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquela vigente no mercado à época do registro.

Parágrafo Segundo — Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Setor de Compras, solicitará ao Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo Único.

Parágrafo Terceiro – Fracassada a negociação com o primeiro colocado, o Setor de Compras convocará as demais empresas com preços registrados para o ITEM, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitadas as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado para redução do preço; hipótese em que poderá ocorrer alterações na ordem de classificação das empresas com preço registrado.

Parágrafo Quarto — Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Setor de Compras desta Prefeitura.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

A presente Ata de Registro de preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital de Registro de Preços;

b) quando o Fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido;

c) quando o Fornecedor der causa à rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificadas;

Parágrafo Primeiro — Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado, por correspondência, com aviso de recebimento, o qual será juntado ao processo administrativo da presente Ata.

Parágrafo Segundo — No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

Parágrafo Terceiro — A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal de Alto Paraguai, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

Parágrafo Quarto — Havendo o cancelamento do preço registrado cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

Parágrafo Quinto — Caso o SETOR DE COMPRAS não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

I. todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

II. as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução da entrega dos materiais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES

Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) advertência;

II) multa

III) suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública por período não superior a 2 (dois) anos;

IV) declaração de inidoneidade.

Parágrafo primeiro - A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai.

Parágrafo Segundo - A CONTRATADA sujeitar-se á multa moratória simples, de 0,5% (cinco décimos por cento), sobre o total do fornecimento não executado, por dia corrido de atraso, até o 20° (vigésimo) dia, considerando o prazo estabelecido para entrega dos produtos.

Parágrafo Terceiro - No caso de atraso na entrega do produto por mais de 20 (vinte) dias poderá a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai, a partir do 5º (quinto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando a contratada impedida de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

Parágrafo Quarto - 10% (dez por cento) sobre o valor constante do Contrato, pela inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis;

Parágrafo Quinto - A multa será descontada do valor da garantia contratual, da fatura, cobrada diretamente CONTRATADA ou ainda judicialmente.

Parágrafo Sexto - A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se a CONTRATADA descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses Fatos resultem prejuízos à Prefeitura Municipal de Alto Paraguai;

b) se a CONTRATADA sofrer condenação definitiva por prática de Fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos ou deixar de cumprir suas obrigações Fiscais ou parafiscais;

c) se a CONTRATADA tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

Parágrafo Sétimo - As sanções previstas nos incisos I, III e IV, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II desta Cláusula.

Parágrafo Oitavo - A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e no eximirá a CONTRATADA das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA- DAS SANÇÕES:

1. O CONTRATADO será punida com o impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e ser descredenciado no Sicaf e no cadastro de fornecedores do CONTRATANTE, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e demais cominações legais, nos seguintes casos:

1.1. apresentação de documentação falsa;

1.2. retardamento da execução do objeto;

1.3. falhar na execução do contrato;

1.4. fraudar na execução do contrato;

1.5. comportamento inidôneo;

1.6. declaração falsa;

1.7. fraude fiscal.

2. Para os fins do subitem 1.5, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei n. º 8.666/1993. 2.1. Para condutas descritas nos subitens 1.1, 1.4, 1.5, 1.6 e 1.7 será aplicada multa de no máximo 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

3. Para os fins dos subitens 1.2 e 1.3, em atendimento ao art. 86 da Lei n.º 8.666/1993, ficam definidas as multas previstas em conformidade com a CLAUSULA DECIMA QUARTA e parágrafos, devendo ser recolhidas no prazo de 10 (dez) dias, contados da notificação.

4. Uma vez atingidos os limites definidos tanto para multas quanto para descontos em faturas decorrentes de descumprimento de obrigações assumidas no contrato, poderão ser tomadas ações administrativas com vistas à rescisão do contrato, por grave inobservância de cláusula contratual, caracterizando inexecução parcial do objeto, sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas no contrato.

5. Cumulativamente, as multas aplicadas não deverão exceder a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, quando poderão ser tomadas ações administrativas com vistas à rescisão do contrato, por inexecução parcial, sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas no contrato.

6. Multas poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas no contrato, não terão caráter compensatório e sua cobrança não isentará o CONTRATADO da obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.

7. A multa aplicada ao CONTRATADO e os prejuízos por ela causados ao CONTRATANTE poderão ser deduzidos de qualquer crédito a ela devido, cobrados direta ou judicialmente.

8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao CONTRATADO.

8.1. Se os valores do pagamento e da garantia forem insuficientes, fica o CONTRATADO obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial;

823. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo CONTRATADO ao CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa;

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS ILÍCITOS PENAIS

As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLAUSULA DECIMA SETIMA – DA GARANTIA

17.1. Do Produto

17.1.1. A CONTRATADA deverá comprometer-se a prestar a garantia estabelecida nas especificações técnicas constantes de cada Lote deste processo licitatório;

17.1.2. O período de garantia passará a contar a partir da Assinatura do Termo de Recebimento a ser expedido pelo CONTRATANTE na forma descrita no Item 15 “PAGAMENTO”.

17.1.3. As hipóteses de exclusão da garantia são as seguintes: 17.1.3.1. Os danos provocados por imperícia ou negligência dos usuários. 17.1.3.2. Rompimento indevido do lacre de garantia dos equipamentos; 17.1.3.3. A movimentação dos equipamentos entre unidades da CONTRATANTE efetuado com recursos próprios NÃO exclui a garantia. 17.1.4. Aplica-se subsidiariamente ao Contrato Administrativo as cláusulas estabelecidas no Código de Defesa do Consumidor – CDC, Lei n. 8.070 de 11 de setembro de 1990.

17.2- Resolução do problema

17.2.1. Após o registro de incidente / problema na central de atendimento da CONTRATADA, os técnicos deverão ser deslocados para o local onde estiver localizado o equipamento onde deverão resolver o problema técnico no prazo de no máximo 03 (três) dias;

17.2.2 - Caso o problema detectado seja passível de substituição de peças, componenetes ou do próprio equipamento o técnico da LICITANTE vendedora deverá de imediato registrar a solução do problema, iniciado o prazo de substituição de peças, equipamentos, componentes e equipamentos.

17.2.3. As peças e componentes a serem substituídas deverão ter especificação igual ou superior à substituída;

17.2.4. As peças e componentes trocados deverão ser novas (não utilizadas ou recondicionadas) e homologadas pelo Fabricante.

17.2.5. No caso de vícios insanáveis no equipamento e sempre que determinado pela Assistência Técnica o equipamento deverá ser substituído por um novo.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A despesa decorrente das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta de dotações orçamentárias previstas em:

DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS:

Cód. Reduzido	Órgão/Unid. Orçam.	Projeto/Atividade	Elemento Despesa
969	06 002 12 361 0029	2214	339030 000000

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo, aditivo presente ata de Registro de Preços, conforme previsto da Lei 8.666/93

II. integram esta Ata, o Edital do Pregão Presencial nº 006/2015 e seus anexos e as propostas da empresas classificadas para cada grupo, por ITEM.

III. é vedado caucionar ou utilizar a ATA decorrente do presente registro para qualquer operação Financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Alto Paraguai.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

As partes contratantes elegem o foro de Diamantino - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam apresente ATA em 03 (Três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando duas via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 60 da Lei 8.666 de 21/06/93.

Alto Paraguai- MT, 23 de Março de 2015.

Adair José Alves Moreira Prefeito Municipal
CONTRATANTE

M. A. CHAGAS E CIA LTDA – ME

CNPJ 15.619.906/0001-66

CONTRATADA

Testemunhas:

Robson Rodrigues dos Santos Thyerry Lincoln de Almeida Amorim

SMPLAG/RH
PORTARIA 092/2015

PORTARIA 092/2015

O Prefeito Municipal de Alto Paraguai – MT., **ADAIR JOSE ALVES MOREIRA**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º. – Nomear a Sra. **FLAVIA OLIVEIRA PEREIRA**, portadora do RG N° 2202807-2 SSP/MT, e do CPF N° 701.373.251-69, do Cargo em Comissão de Orientadora Social junto ao **Departamento de Projetos e Programas Sociais - DAS 4,** junto a **Sec. Mun. de Assistência Social**.

Art. 2º. –

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publica-se;

Registra-se;

Cumpra-se;

Gabinete do Prefeito Mun. de Alto Paraguai – MT, 01 de Abril de 2015.

SMPLAG/RH
PORTARIA 089/2015

PORTARIA 089/2015

O Prefeito Municipal de Alto Paraguai – MT, **ADAIR JOSE ALVES MOREIRA**, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º. – Art. 1º. – Dar posse a Sra. **ARCELIA GOES QUIGUNA LUNDQUIST,** portadora do **RG: N° 1689359-0 SSP/MT e CPF: N° 011.393.651-69,** para exercer o cargo efetivo de Técnica Nível Superior – Assistente Social, 40 horas, em caráter de estágio probatório, junto à Secretaria Municipal de Assistência social, conforme concurso público 001/2014, realizado em 07/12/2014, Homologado pelo Decreto Municipal 05/2015 de 29/01/2015, publicado no Jornal Oficial dos Municípios, ano X, Nº 2157 de 03/02/2015 pagina 5, da Associação Mato-grossense dos Municípios, e EDITAL DE CONVOCAÇÃO 08/2015 de 09/03/2015.

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publica-se;

Registra-se;

Cumpra-se;

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai–MT. 01 de Abril de 2015.

SMPLAG/RH
PORTARIA 090/2015

PORTARIA 090/2015

O Prefeito Municipal de Alto Paraguai – MT, **ADAIR JOSE ALVES MOREIRA**, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º. – Art. 1º. – Dar posse a Sra. **LUZINETH DOMINGAS PINTO,** portadora do **RG: N° 562 564 SSP/MT e CPF: N° 396386181-91,** para exercer o cargo efetivo de Técnica Nível Médio – Técnico de Enfermagem, 40 horas, em caráter de estágio probatório, junto à Secretaria Municipal da Saúde, conforme concurso público 001/2014, realizado em 07/12/2014, Homologado pelo Decreto Municipal 05/2015 de 29/01/2015, publicado no Jornal Oficial dos Municípios, ano X, Nº 2157 de 03/02/2015 pagina 5, da Associação Mato-grossense dos Municípios, e EDITAL DE CONVOCAÇÃO 08/2015 de 09/03/2015.

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publica-se;

Registra-se;

Cumpra-se;

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai–MT. 01 de Abril de 2015.

SMPG/LICITACAO
TA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2015 PREGÃO Nº 006/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2015

PREGÃO Nº 006/2015

VALIDADE: 12 (Doze) MESES

Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai, através do Prefeito Municipal de Alto Paraguai, Adair José Alves Moreira, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade n.º 0928786-8, SSP/MT, e inscrito no CPF sob o n.º 604.418.441-20, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS N°006/2015** publicado no DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS (AMM), JORNAL DE CIRCULAÇÃO REGIONAL, bem como a classificação das propostas e sua respectiva homologação, **RESOLVE** registrar os preços da empresa, **FRANCISCO NARCISO DE CAMPOS**, CNPJ 03.374.150/0001-53 nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por elas alcançadas por ITEM, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n° 8.666/93 de 21.06.93 e suas alterações, Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto N° 3.931 de 19 de setembro de 2001, Decreto Municipal Nº004/2009 e em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, NA ZONA RURAL, PARA ATENDER SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, NESTE MUNICÍPIO**.**

Parágrafo Segundo - Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, para aquisição conforme abaixo especificados:

VALORES REGISTRADOS

FRANCISCO NARCISO DE CAMPOS, CNPJ 03.374.150/0001-53

Descrição da linha e horário	Tipo de Veículo	Destino/ Escola	Km/ Dia	Valor Km (R$)	Valor/ Dia (R$)	Dias Letivos	Km/ Ano	Valor Total (R$)
Ema/ Água Santa/ Fazenda Sr. Ari (Matutino e Noturno	Veículo em ótimas condições de uso, com capacidade para 31 pessoas e deverão obedecer as disposições do Código de Trânsito Brasileiro.	E.E "Água Santa"/N. Esperança(EMA)"	165Km	5,55	915,75	200	33.000	183.150,00

Parágrafo Terceiro – Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação, podendo ser prorrogada na forma da Lei.

Parágrafo Único – Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLAUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA E DO FISCAL DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O gerenciamento e a fiscalização deste instrumento caberá a Secretaria de Administração através da nomeação de servidor responsável pelo Almoxarifado Central – Setor de Compras – no seu aspecto operacional e a Assessoria Jurídica do Município, nas questões legais.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

Os preços registrados, a especificações dos produtos, os quantitativos, marcas e empresas fornecedoras encontram-se elencados no Quadro Comparativo de Preços, em ordem de classificação no processo licitatório de Pregão Presencial nº. 001/2015 - SRP.

CLÁUSULA QUINTA - Do(s) LOCAL (Is) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

Os materiais/produtos deverão ser entregues exclusivamente na Prefeitura Municipal de Alto Paraguai, ou conforme determinado pela mesma, através de autorização por escrito.

Parágrafo Primeiro - Os materiais/produtos contratados deverão ser entregues na sede do Município, nos dias e horários estipulados na Ordem de Fornecimento/empenho/Requisição.

Parágrafo Segundo - O prazo de entrega será imediato, contados a partir da expedição da Ordem de Fornecimento/empenho/Requisição expedida pelo Setor de Compras do Almoxarifado da Prefeitura.

CLÁUSULA SEXTA — DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento e seus Anexos, e na legislação pertinente.

Parágrafo Primeiro - As aquisições dos produtos registradas neste instrumento serão efetuadas através Nota de Empenho, emitida pela Execução Orçamentária, com Autorização de Fornecimento emitida pelo Setor de Compras, contendo o nº. da ATA, o nome da empresa, o objeto, a especificação, o endereço e a data de entrega.

Parágrafo Segundo - A Nota de empenho será encaminhada ao fornecedor que deverá assiná-la e devolvê-la ao Setor de Compras no prazo de 02 (dois) dias a contar da data do seu recebimento.

Parágrafo Terceiro - Se fornecedor com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a assinar a Nota de Empenho, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitadas as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta no Edital:

I - executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pelo Setor de Compras, de acordo com o especificado no Edital e no Anexo I-A, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo órgão, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente bem como dar ciência ao Setor de Compras, Imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Setor de Compras, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do Fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos produtos objeto desta ATA não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

VII - comunicar imediatamente ao Setor de Compras qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX - fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo Setor de Compras;

X - indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou Omissão de Fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI - substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus ao Órgão toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 3 (três) dias úteis, caso constatadas divergências nas especificações.

XII - emitir relatório mensal dos materiais entregues no período, constando a data, NF, Órgão/Local de entrega, Responsável pelo recebimento e outras informações necessárias ao controle dos produtos entregues.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I. todo e qualquer dano que causar ao Órgão ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo Setor de Compras;

II. todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III. toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas à Prefeitura Municipal de Alto Paraguai por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas pela mesma ao Órgão/Entidade, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido à contratada, o valor correspondente.

Parágrafo Primeiro - a CONTRATADA autoriza a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

Parágrafo Segundo – a ausência ou omissão da fiscalização do Setor de Compras não eximirá CONTRATADA das responsabilidades previstas nesta ATA.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A Prefeitura Municipal de Alto Paraguai obriga-se a:

I. indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os produtos.

II. permitir ao pessoal da contratada acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III. notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade e encontrada no fornecimento dos produtos;

IV. Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

Parágrafo único: caberá ao Setor de Compras promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados do mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA — DO PAGAMENTO.

A Prefeitura Municipal de Alto Paraguai efetuará o pagamento à CONTRATADA, através de crédito em conta corrente mantida pela CONTRATADA preferencialmente em, até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota Fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente Autorização de Fornecimento, com o respectivo comprovante de que o fornecimento foi realizado a contento.

Parágrafo Primeiro — Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

Parágrafo Segundo — Para cada Nota de Empenho, a Contratada deverá emitir nota fiscal/fatura distinta.

Parágrafo Terceiro — Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta 'ON-LINE" da situação do Fornecedor junto ao INSS e FGTS, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa.

Parágrafo Quarto — Constatada a situação de irregularidade, a CONTRATADA será comunicada por escrito para que regularize sua situação, no prazo estabelecido pelo Setor de Compras, sendo lhe facultada a apresentação de defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

Parágrafo Quinto — Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

Os preços registrados manter-se-ão inalteradas pelo período da vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

Parágrafo primeiro — Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão aos preços praticados no mercado mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquela vigente no mercado à época do registro.

Parágrafo Segundo — Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Setor de Compras, solicitará ao Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo Único.

Parágrafo Terceiro – Fracassada a negociação com o primeiro colocado, o Setor de Compras convocará as demais empresas com preços registrados para o ITEM, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitadas as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado para redução do preço; hipótese em que poderá ocorrer alterações na ordem de classificação das empresas com preço registrado.

Parágrafo Quarto — Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Setor de Compras desta Prefeitura.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

A presente Ata de Registro de preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital de Registro de Preços;

b) quando o Fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido;

c) quando o Fornecedor der causa à rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificadas;

Parágrafo Primeiro — Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado, por correspondência, com aviso de recebimento, o qual será juntado ao processo administrativo da presente Ata.

Parágrafo Segundo — No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

Parágrafo Terceiro — A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal de Alto Paraguai, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

Parágrafo Quarto — Havendo o cancelamento do preço registrado cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

Parágrafo Quinto — Caso o SETOR DE COMPRAS não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

I. todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

II. as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução da entrega dos materiais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES

Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) advertência;

II) multa

III) suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública por período não superior a 2 (dois) anos;

IV) declaração de inidoneidade.

Parágrafo primeiro - A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai.

Parágrafo Segundo - A CONTRATADA sujeitar-se á multa moratória simples, de 0,5% (cinco décimos por cento), sobre o total do fornecimento não executado, por dia corrido de atraso, até o 20° (vigésimo) dia, considerando o prazo estabelecido para entrega dos produtos.

Parágrafo Terceiro - No caso de atraso na entrega do produto por mais de 20 (vinte) dias poderá a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai, a partir do 5º (quinto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando a contratada impedida de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

Parágrafo Quarto - 10% (dez por cento) sobre o valor constante do Contrato, pela inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis;

Parágrafo Quinto - A multa será descontada do valor da garantia contratual, da fatura, cobrada diretamente CONTRATADA ou ainda judicialmente.

Parágrafo Sexto - A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se a CONTRATADA descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses Fatos resultem prejuízos à Prefeitura Municipal de Alto Paraguai;

b) se a CONTRATADA sofrer condenação definitiva por prática de Fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos ou deixar de cumprir suas obrigações Fiscais ou parafiscais;

c) se a CONTRATADA tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

Parágrafo Sétimo - As sanções previstas nos incisos I, III e IV, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II desta Cláusula.

Parágrafo Oitavo - A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e no eximirá a CONTRATADA das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA- DAS SANÇÕES:

1. O CONTRATADO será punida com o impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e ser descredenciado no Sicaf e no cadastro de fornecedores do CONTRATANTE, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e demais cominações legais, nos seguintes casos:

1.1. apresentação de documentação falsa;

1.2. retardamento da execução do objeto;

1.3. falhar na execução do contrato;

1.4. fraudar na execução do contrato;

1.5. comportamento inidôneo;

1.6. declaração falsa;

1.7. fraude fiscal.

2. Para os fins do subitem 1.5, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei n. º 8.666/1993. 2.1. Para condutas descritas nos subitens 1.1, 1.4, 1.5, 1.6 e 1.7 será aplicada multa de no máximo 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

3. Para os fins dos subitens 1.2 e 1.3, em atendimento ao art. 86 da Lei n.º 8.666/1993, ficam definidas as multas previstas em conformidade com a CLAUSULA DECIMA QUARTA e parágrafos, devendo ser recolhidas no prazo de 10 (dez) dias, contados da notificação.

4. Uma vez atingidos os limites definidos tanto para multas quanto para descontos em faturas decorrentes de descumprimento de obrigações assumidas no contrato, poderão ser tomadas ações administrativas com vistas à rescisão do contrato, por grave inobservância de cláusula contratual, caracterizando inexecução parcial do objeto, sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas no contrato.

5. Cumulativamente, as multas aplicadas não deverão exceder a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, quando poderão ser tomadas ações administrativas com vistas à rescisão do contrato, por inexecução parcial, sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas no contrato.

6. Multas poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas no contrato, não terão caráter compensatório e sua cobrança não isentará o CONTRATADO da obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.

7. A multa aplicada ao CONTRATADO e os prejuízos por ela causados ao CONTRATANTE poderão ser deduzidos de qualquer crédito a ela devido, cobrados direta ou judicialmente.

8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao CONTRATADO.

8.1. Se os valores do pagamento e da garantia forem insuficientes, fica o CONTRATADO obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial;

823. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo CONTRATADO ao CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa;

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS ILÍCITOS PENAIS

As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLAUSULA DECIMA SETIMA – DA GARANTIA

17.1. Do Produto

17.1.1. A CONTRATADA deverá comprometer-se a prestar a garantia estabelecida nas especificações técnicas constantes de cada Lote deste processo licitatório;

17.1.2. O período de garantia passará a contar a partir da Assinatura do Termo de Recebimento a ser expedido pelo CONTRATANTE na forma descrita no Item 15 “PAGAMENTO”.

17.1.3. As hipóteses de exclusão da garantia são as seguintes: 17.1.3.1. Os danos provocados por imperícia ou negligência dos usuários. 17.1.3.2. Rompimento indevido do lacre de garantia dos equipamentos; 17.1.3.3. A movimentação dos equipamentos entre unidades da CONTRATANTE efetuado com recursos próprios NÃO exclui a garantia. 17.1.4. Aplica-se subsidiariamente ao Contrato Administrativo as cláusulas estabelecidas no Código de Defesa do Consumidor – CDC, Lei n. 8.070 de 11 de setembro de 1990.

17.2- Resolução do problema

17.2.1. Após o registro de incidente / problema na central de atendimento da CONTRATADA, os técnicos deverão ser deslocados para o local onde estiver localizado o equipamento onde deverão resolver o problema técnico no prazo de no máximo 03 (três) dias;

17.2.2 - Caso o problema detectado seja passível de substituição de peças, componenetes ou do próprio equipamento o técnico da LICITANTE vendedora deverá de imediato registrar a solução do problema, iniciado o prazo de substituição de peças, equipamentos, componentes e equipamentos.

17.2.3. As peças e componentes a serem substituídas deverão ter especificação igual ou superior à substituída;

17.2.4. As peças e componentes trocados deverão ser novas (não utilizadas ou recondicionadas) e homologadas pelo Fabricante.

17.2.5. No caso de vícios insanáveis no equipamento e sempre que determinado pela Assistência Técnica o equipamento deverá ser substituído por um novo.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A despesa decorrente das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta de dotações orçamentárias previstas em:

DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS:

Cód. Reduzido	Órgão/Unid. Orçam.	Projeto/Atividade	Elemento Despesa
969	06 002 12 361 0029	2214	339030 000000

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo, aditivo presente ata de Registro de Preços, conforme previsto da Lei 8.666/93

II. integram esta Ata, o Edital do Pregão Presencial nº 006/2015 e seus anexos e as propostas da empresas classificadas para cada grupo, por ITEM.

III. é vedado caucionar ou utilizar a ATA decorrente do presente registro para qualquer operação Financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Alto Paraguai.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

As partes contratantes elegem o foro de Diamantino - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam apresente ATA em 03 (Três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando duas via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 60 da Lei 8.666 de 21/06/93.

Alto Paraguai- MT, 23 de Março de 2015.

Adair José Alves Moreira Prefeito Municipal
CONTRATANTE

Francisco Narciso de Campos

CNPJ 03.374.150/0001-53

CONTRATADA

Testemunhas:

Robson Rodrigues dos Santos Thyerry Lincoln de Almeida Amorim

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

PREFEITURA MUNICIPAL
PREGÃO PRESENCIAL 006/2015 – EDITAL RESUMIDO

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de máquinas e equipamentos para a produção de tijolos ecológicos. Abertura às 07:00h (Horário de Mato Grosso) dia 15/04/2015. O edital e anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura, das 07:00 às 13:00 horas, junto a Pregoeira ou pelo site: www.altotaquari.mt.gov.br**,** ou solicitado pelo email: licitação@altotaquari.mt.gov.br. Informações complementares poderão ser obtidas com a Pregoeira, em horário comercial, de Segunda a Sexta através do fone 066-3496-1575/1471 na Prefeitura Municipal de Alto Taquari. Alto Taquari – MT, 01 de abril de 2015 – Jusinéia Menezes de Carvalho - Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

PREFEITURA MUNICIAL
PORTARIA Nº. 145/2015

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE FUNCIONÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar a pedido, a Servidora **VILMA MARUCHI GONÇALVES,** ocupante do cargo de Professora, Portaria n° 072/1997 – Concurso Público n° 001/1997, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para fins de aposentadoria.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costume, revogadas as disposições em contrário.

Apiacás-MT; 01 de Abril de 2015.

_____

ADALTO JOSÉ ZAGO

-

Prefeito Municipal -

PREFEITURA MUNICIAL
PORTARIA Nº. 144/2015

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA DO RESPECTIVO CARGO DO CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder Licença Maternidade a Servidora **SUZANA APARECIDA DE SOUZA,** ocupante do cargo de Trabalhador Braçal, lotada na Secretaria Municipal de Administração, no período de 01/04/2015 à 29/07/2015.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, nos lugares de costume, revogando as disposições em contrario.

Registra-se, Cumpra-se, Publica-se.

Apiacás-MT; 01 de Abril de 2015.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-PREFEITO MUNICIPAL -

PREFEITURA MUNICIAL
PORTARIA Nº. 017/2015

A Diretora Executiva do **FUNDO MUNICIPAL DE PREV. DOS SERV. DO MUN. DE APIACÁS – PREVIAP**, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Municipal 900/2015 de 23/02/2015, e tendo em vista o Parecer exarado pelo DD. Procurador do Município no Processo nº. 001/2015,

R E S O L V E *:*

Art. 1º - Conceder a **VILMA MARUCHI GONÇALVES, brasileira,** RG nº. 788945 – SSP/MT, CPF nº. 581.309.771-68, efetiva no cargo de (código 204) Professor – Perfil Profissional Professor 30 horas – Classe C – Nível 06, matrícula n°. 0198, lotado na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, **APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO.**

Art. 2º - A aposentadoria se dará com fulcro no Art. 6º da Emenda Constitucional nº. 41 de 19/12/2003 em consonância com o Art. 12, inciso III, alínea "a", da Lei Municipal nº. 900/2015 de 23/02/2015, Art.226 da Lei Municipal Complementar 010/2008, de 25 de março de 2008, com um redutor baseado no § 5º do Art. 40 da Constituição Federal de 05/10/1988 (redação dada pela Emenda Constitucional nº. 20 de 15/12/1998) em conformidade com o Art. 12 § 3º da Lei Municipal nº. 900/2015 de 23/02/2015.

Art. 3º - O provento da Aposentadoria será baseado na ultima remuneração do cargo efetivo da servidora e os reajustes terão paridade com a remuneração dos servidores da ativa, conforme o Art. 7º da Emenda Constitucional nº. 41 de 19/12/2003 (redação dada através do Art. 2º da Emenda Constitucional nº. 47 de 05/07/2005) e anexo III da Lei Complementar 100/2014 de 22 de Abril de 2014.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

IVONE HOISSA TEIXEIRA

Diretora Executiva

H O M O L O G O:

Em 01 de Abril de 2015.

ADALTO JOSÉ ZAGO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIAL
PORTARIA Nº. 146/2015

SÚMULA: DISPÕE SOBRE RETORNO AO TRABALHO À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Artigo 1º - Retornar a Servidora **MARICE DO NASCIMENTO,** ocupante do cargo de Apoio Administrativo Educacional, que se encontrava de Licença Médica, lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua afixação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, Cumpra-se, Publica-se.

Apiacás-MT; 02 de Abril de 2015.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-PREFEITO MUNICIPAL-

PREFEITURA MUNICIAL
PORTARIA Nº.147/2015

SUMULA: "DISPÕE SOBRE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Artigo 1º - Contratar a Srª **GLENDA RODRIGUES MONTEIRO** no cargo de Apoio Administrativo Educacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme Processo Seletivo Simplificado 004/2014 - Contrato de Prestação de Serviços nº. 040/2015 em 02 de Abril de 2015.

Artigo 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação nos lugares de costume, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Cumpra-se,

Publica-se.

Apiacás-MT, 02 de Abril de 2015.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-PREFEITO MUNICIPAL-

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 32/2015 DE 16 DE MARÇO DE 2015

NOMEIA COMISSÃO

O Senhor *JOSÉ MARRA NERY,* Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso das Atribuições legais e em conformidade com o artigo 77, Inciso VI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear os senhores **GETULIO DUTRA VIEIRA**, portador da CI RG. nº 949.743-SS/MT e inscrito no CPF sob o nº 567.276.401-06; **JOSÉ TENÓRIO DE OLIVEIRA,** portador da CI RG. nº 285.120-SSP/MT e inscrito no CPFsob o nº 329.185.771-20, e

MARCOS ANTONIO PERNÉ DUTRA

portador da CI RG. nº 895.600-SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 855.452.871-91, sob a Presidência do primeiro compor a COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE BENS INSERVÍVEIS que irão a Leilão Público pela Administração Municipal.

Parágrafo Único – Para garantir a lisura do processo de avaliação ficam convidados a participarem da Comissão todos os vereadores de Araguaiana – MT, especialmente os vereadores Davi Tenório de Oliveira, Derci Nardes Gomes e João Bosco Moreira Brito.

Artigo 2º - Os membros de que trata o artigo anterior fará a avaliação de acordo com o mercado e com base nos Laudos expedido por empresas do ramo.

Artigo 3º - Os laudos circunstanciados deverá compor o Processo de Avaliação.

Artigo 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 20 de março de 2015.

José Marra Nery

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 14/2015

Contrato nº 14/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Araguaiana

Contratada: G D GUIRRA EIRELI – ME

Valor R$40.000,00

Data: 23/03/2015

Período: 10 meses

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇO Nº 002/2015

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 002/2015

A *Prefeitura Municipal de Araguaiana – MT* Torna Público aos interessados o **Resultado da Licitação** realizada na Modalidade de **Pregão Presencial** N.º **002/2015** para Registro de Preços, tendo como objetivo: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE SISTEMA DE SEGURANÇA, ALARME, LOCAÇÃO E MONITORAMENTO DIÁRIO NOTURNO DE 12 (DOZE) HORAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO.** Em Abertura realizada no dia **25/03/2015** às **08:00**. Empresa Vencedora: INVIOLÁVEL SISTEMAS E ALARMES LTDA. Araguaiana – MT, 01 de Abril de 2015. Márcia Cristina Fernandes Corrêa - Pregoeira de Licitação.

DEPERTAMENTO PESSOAL
DECRETO 23/2015, ARAGUAIANA 01 DE ABRIL DE 2015

Decreto nº 23/2015Araguaiana, 01 de abril de 2015.

“ Convocação de candidato do Concurso Público realizado pela Prefeitura Municipal de Araguaiana –MT”

O Sr. JOSÉ MARRA NERY – Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições estabelecidas em lei e em conformidade com o Edital do Concurso Público nº 1/2011;

Considerando a homologação do resultado final do Concurso Publico pelo Decreto nº 9/2012 de 13/02/2012, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 13/02/2012;

Considerando a necessidade do provimento de cargos públicos efetivos;

Considerando o disposto no item 7.1 do Edital do Concurso Público nº 1/2011 de 03/11/2011;

DECRETA:

Art. 1º - Fica convocado o candidato classificado no Concurso Público para o cargo abaixo relacionado para se apresentar no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Araguaiana – MT, à Av. Presidente Vargas, 643 – Bairro Jardim Urânia II, - fone 663499-1108/1250 no período de 02/04/2015a02/05/2015, no horário de 07:30hs às 11:00hs e 13:00 as 17:00, pessoalmenteou por procurador munido do instrumento de procuração.

CARGO: (25) MOTORISTA CATEGORIA “B”

Inscrição	Candidato	Pontuação	Classificação
067	ZENILDO SIMON BARBOSA	7,50	8°

Art. 2º - O candidato deverá ser apresentar com os seguintes documentos reproduzidos por cópias autenticadas em cartório:

1.Carteira de Identidade;

2.Cadastro de Pessoa Física (CPF);

3.Título de Eleitor

4.4. Comprovante de ter votado na última eleição;

5.Comprovante de quitação com o serviço militar;

6.Prova de regularidade exigida para o cargo – histórico escolar ou diploma;

7.Registro Profissional no Conselho Regional respectivo, para as profissões regulamentadas e sujeitas à fiscalização do exercícioprofissional;

8.Duas fotografias 3 X 4;

9.Atestado de antecedentes criminais;

10. **Atestado de Sanidade física e mental;**

11. **Atestado de Saúde Ocupacional;**

12. **Declaração de bens patrimoniais;**

13.Certidão de casamento (se for casado) ou com as respectivas averbações (separado judicialmente ou divorciado);

14.Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos de idade;

15.Declaração de que não ocupa outro cargo público e remunerado, exceto acúmulos permitidos pela legislação (modelo a ser fornecido pela Prefeitura);

16. **Comprovante de inscrição no PIS/PASEP.**

Art. 3º - Se o candidato convocado não se apresentar para fazer entrega da documentação, ainda que incompleta, no prazo estabelecido por este Decreto, será considerado DESISTENTE do direito de ser nomeado para o cargo ao qual foi aprovado no Concurso Público.

Art. 4º - Após a apresentação de toda a documentação, o candidato será nomeado e terá prazo de até 30 (trinta) dias para tomar posse no cargo respectivo, podendo o prazo para a posse ser prorrogado por 30 (trinta) dias, mediante requerimento do interessado.

Art. 5º

- Se o candidato não tomar posse no cargo, o Decreto de nomeação será revogado, ficando caracterizada a DESISTÊNCIA do candidato.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 01 de abril de 2015.

José Marra Nery

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 13/2015

Contrato nº 13/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Araguaiana

Contratada: CONSTRUTORA NETO & SANTOS LTDA - ME

Valor R$14.500,00

Data: 05/03/2015

Prazo: 30 dias

DEPERTAMENTO PESSOAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 13/2015, ARAGUAIANA 01 DE ABRIL DE 2015

Edital de Convocação nº 13/2015

Araguaiana - MT, 01 de abril de 2015.

"Convocação de candidato do Concurso Público realizado pela Prefeitura Municipal de Araguaiana –MT"

O Sr. JOSÉ MARRA NERY – Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições estabelecidas em lei e em conformidade com o Edital do Concurso Público nº 1/2014;

Considerando a homologação do resultado final do Concurso Publico pelo Decreto nº 59/2014 de 21/10/2014, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso em 29/10/2014;

Considerando a necessidade do provimento de cargos públicos efetivos;

Considerando o disposto no item 7.1 do Edital do Concurso Público nº 1/2014 de 07/07/2014;

CONVOCA:

Art. 1º - Fica convocado o candidato classificado no Concurso Público para o cargo abaixo relacionado para se apresentar no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Araguaiana – MT, à Av. Presidente Vargas, 643 – Bairro Jardim Urânia II, - fone 66 3499-1108 ou 8444-6485 no período de 02/04/2015 a02/05/2015, no horário de 08:00hs às 11:00hs e 13:00 as 17:00hrs.

Cargo: MOTORISTA CATEGORIA "D"			
Candidato	**Inscrição**	**Nota**	**Class.**
WENDER JUNIOR PEREIRA DA SILVA	**0653**	**8,32**	**5°**

Art. 2º **- O candidato deverá se apresentar com os seguintes documentos reproduzidos por cópias autenticadas em cartório:**

2.1Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

2.2 Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

2.3. Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts. 12 e 37, I da CF/88);

2.4. Titulo de eleitor;

2.5 Certidão de quitação eleitoral (Cartório Eleitoral) ou pela Internet http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral;

2.6 Certidão de nascimento ou casamento com as respectivas averbações se for o caso;

2.7 Certificado de reservista, de dispensa de incorporação, ou outro documento de quitação com o serviço militar (para o sexo masculino);

2.8 Comprovante de endereço atualizado;

2.9 Carteira Nacional de Habilitação - CNH (exigido nos cargos de motorista);

2.10 Declarações de Bens (se não houver, emitir certidão de que não possui bens);

2.11 Certidão de nascimento dos filhos (se for menor de 07 anos, trazer copia do cartão de vacina e se for de 08 a 14 anos trazer comprovante de frequência escolar junto com a certidão de nascimento);

2.12Comprovante de escolaridade/pré-requisitos de acordo com o estabelecido no Edital;

2.13 Certificado de conclusão e histórico do respectivo curso técnico ou superior, correspondente ao cargo (Diploma ou Certificado juntamente com o Histórico);

2.14 Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF) Mãe e Pai.

2.15Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

2.16 Certidão Negativa junto a Receita Fazendária Municipal (setor de Tributação da Prefeitura de ARAGUAIANA - MT);

2.17 Declaração junto ao INSS - Extrato Previdenciário (qualquer agencia do INSS);

2.18. Certidão Negativa Civil e Criminal Estadual da Comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);

2.19 Declaração negativa de acúmulo de cargo público em consonância com os incisos XVI e XVII do art. 37, da Constituição Federal;

2.20 Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função;

2.21. Exames Laboratoriais (hemograma completo, Ácido Úrico, Glicose, Raio- x Tórax, Eletro Cardiograma, colesterol completo, VDRL, VHS, ultrassom pélvica (sexo feminino), parasitológico, glicemia, teste ergométrico), Avaliação Psicológica (Laudo com métodos utilizados na avaliação).

2.22 Atestado de Saúde Física e Mental (Pré-Admissional) será expedido de acordo com exigências da Administração Municipal mediante todos os exames do item 2.21, a serem entregues no Departamento de Recursos Humanos, o qual encaminhará ao perito indicado pela prefeitura conforme o caso;

2.23 01 (uma) foto 3x4, colorida e recente;

2.24 Os exames médicos admissionais solicitados nos Itens 7.4.23 serão de inteira responsabilidade do candidato. Em hipótese alguma a Prefeitura Municipal de ARAGUAIANA se responsabilizará pela execução e pagamento dos mesmos.

Art. 3º **- Se o candidato convocado não se apresentar para fazer entrega da documentação, ainda que incompleta, no prazo estabelecido por este Edital, será considerado DESISTENTE do direito de ser nomeado para o cargo ao qual foi aprovado no Concurso Público.**

Art. 4º - Após a apresentação de toda a documentação, o candidato será nomeado e terá prazo de até 30 (trinta) dias para tomar posse no cargo respectivo, podendo o prazo para a posse ser prorrogado por 30 (trinta) dias, mediante requerimento do interessado.

Art. 5º - Se o candidato não tomar posse no cargo, o Edital de nomeação será revogado, ficando caracterizada a DESISTÊNCIA do candidato.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 01 de abril de 2015.

José Marra Nery

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

DECRETO

DECRETO Nº. 20 DE 1° DE ABRIL DE 2015.

"DISPÕE SOBRE *PONTO FACULTATIVO EM VIRTUDE* **DO FALECIMENTO DE ILMA ALVES DE SOUZA E EM VIRTUDE DA SEMANA SANTA".**

A PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sra. **MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

DECRETA:

Art. 1º -

PONTO FACULTATIVO

no dia 1º de Abril em virtude do falecimento de Ilma Alves de Souza (Dona Nenê) esposa do Ex Prefeito David José de Souza.

Art. 2º - PONTO FACULTATIVO no dia 02 de Abril em virtude do FERIADO da SEMANA SANTA dia 03, devendo retornar as atividades dia 06 de Abril de 2015.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art. 4º - Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

_____

MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 43/2015

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO/CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2014.

O Prefeito Municipal de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o Edital de Processo Seletivo Simplificado nº. 02/2014, para ingresso em cargo Público de provimento Temporário**,** publicado no Diário Oficial dos Municípios (AMM-MT) de 16 de maio de 2014;

Considerando o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado, publicado no Diário Oficial dos Municípios (AMM-MT) em 24 de junho de 2014;

Considerando a Homologação, realizado por meio Decreto Municipal nº. 36/2014, em 26 de junho 2014.

RESOLVE: Art. 1.º - Nomear/Convocar os candidatos aprovados/classificados, constante nos quadro abaixo relacionado, para provimento de cargo Temporário, da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT:

CARGO- 01: AGENTE DE LIMPEZA PÚBLICA

CLASS	**NOME**	**NOTA FINAL**
27	CLAUDENICE CARDOSO MAIA GONCALVES	43
28	MARIA DE FATIMA SILVA SANTOS	42
29	ELIZETE ALVES GOMES	42
30	IUDEMARIO MARQUES GONCALVES	42
31	MARIA DE FATIMA DE ALMEIDA	41
32	ZILDA FERREIRA	41

CARGO- 07: MOTORISTA

CLASS	**NOME**	NOTA FINAL
15	CLEIDE MARIA DA SILVA	54

Art. 2.º- Exigindo desde o momento, o comparecimento dos candidatos na Diretoria de Recursos Humanos, da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, munido de todos os documentos necessários para comprovação dos requisitos do cargo pleiteado, sob pena de ser considerado desistente, perdendo a respectiva vaga.

Art. 3º- Esta Portaria Entra em Vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário. Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos vinte e cinco (25) dias do mês de março (03) do ano de dois mil e quinze (2015).

SIDNEY PIRES SALOMÉ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

GABINETE DO PREFEITO
ATO Nº 009/2015

CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA Nº 001/2015, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 396/99, DE ACORDO COM AS LEIS COMPLEMENTARES Nº 001/99 E 002/99 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

EDNILSON LUIZ FAITTA, Prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Municipal nº 396/1999;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam convocadas as candidatas abaixo relacionadas aprovadas no Processo Seletivo Simplificado para Professores da Educação Básica nº 001/2015, para comparecer na Secretaria Municipal de Educação e Cultura –SEMEC, no dia 1º/04/2015, às 8:00 horas para atribuição de classes e/ou aulas e posterior contratação.

Art. 2º No ato da convocação os candidatos deverão apresentar fotocópia e os originais dos documentos exigidos no Edital, e demais REQUISITOS constante no quadro de nº de vagas, do Edital de Seleção nº 001/2015 do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015.

Art. 3º As despesas decorrentes do presente ato correrão por conta das dotações próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 31 de março de 2015.

Registre-se e Publique-se

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

LOCALIDADE CONSELVAN – NÍVEL MÉDIO SEM FORMAÇÃO

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABILITAÇÃO
154/2015	CLEMILDA DE SOUZA SANTOS	042.866.991-37	2343606-9 SSP/MT	NÍVEL MÉDIO S/F
134/2015	FERNANDA MACIEL DA SILVA	047.437.491-23	2412254-8 SEJSP/MT	NÍVEL MÉDIO S/F

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 2.579/2015

SÚMULA:

"FIXA O VALOR DA VRM PARA O II TRIMESTRE DE 2015"

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais com amparo no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Artigo 1º - Fica estabelecido o valor de **R$ 14,59** (Quatorze Reais e Cinqüenta e Nove Centavos), como Valor de Referência Municipal - VRM, para o **II Trimestre de 2015**, com amparo no Artigo 99, § 2º da Lei Complementar n°. 005/99 de 27 de dezembro de 1999.

Artigo 2º *- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.*

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã ao 1° de abril de 2015.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ELISANETE MERIZIO JORGE

Secretária Mun. de Finanças

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2015

Ao Primeiro dia do mês de Abril do ano de dois mil e quinze, o Município de Aripuanã/MT, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o N. º 03.507.498/0001-71 com sede na Praça São Francisco de Assis n° 128, Centro, na cidade de Aripuanã, neste ato denominada simplesmente **CONTRATANTE,** representado pelo **PREFEITO MUNICIPAL, Sr.** *EDNILSON LUIZ FAITTA, RESOLVE* **REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa **VALDELICIO MOREIRA TOBIAS-ME,** inscrita no CNPJ(MF) Nº. **14.286.925/0001-55,** com sede na Ruas das Palmeiras, Nº.109, Bairro: Baú, município de Cuiabá, Estado de Mato Grosso - CEP Nº. 78.008-050 Telefone: (65) 9604-3877, representada pelo (a) Srº. **Valdelicio Moreira Tobias,** portador do RG nº. **07606907 SSP/MT** e CPF

537.889.581-20

, nas quantidades e especificações estimadas, de acordo com a classificação por item do lote único, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preço, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei 10.520/2002, Decreto nº. 7.892/2013, dos Decretos Municipais 1.392/2008 e 1.729/2010 e subsidiariamente, á Lei 8.666/93 e alterações posteriores, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO – PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

1.1.O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade encontram-se indicados na tabela abaixo:

SEQ.	ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QUANT.	VALOR UN.	VALOR TOTAL
01	675752	PRESTACAO DE SERVICO EM HOSPEDAGEM, ALIMENTACAO E TRANSPORTE DE PACIENTES EM TRATAMENTO NAS UNIDADES DE SAUDE PUBLICA EM CUIABA - MT.	DIARIA	10.000,00	56,00	560.000,00

2. DA ASSINATURA DA ATA

2.1. A CONTRATANTE devera apresentar o alvará da vigilância sanitária, referente ao estabelecimento licitado, em te 15(quinze) dias após a assinatura da Ata de Registro de Preço.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto 1729/2010 e, prorrogável no caso de haver interesse da Administração Publica, para obtenção de preço ou condições mais vantajosas.

4. DO REAJUSTE DE PREÇOS:

4.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

5. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A presente Ata de Registro de Preço poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o CONTRATADO/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e nesta Ata;

b) quando o CONTRATADO /consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente desta Ata, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente desta Ata;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado;

e) por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados;

f) descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta.

6. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

6.1. Correrão por conta exclusivas da Ata de Registro de Preço:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência da presente da ata e do objeto do Edital; e,

II) qualquer tipo de análise ou emissão de laudo para comprovação da qualidade da execução dos serviços durante todo o prazo da presente Ata, ou qualquer outra necessidade que o Município considere imprescindível.

7. DOS ILÍCITOS PENAIS

7.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

8. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

8.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento de 2015 do Município de Aripuanã.

9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata;

II - é vedado caucionar ou utilizar a Ata decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem previa autorização do Municipio de Aripuanã.

10. DO FORO

10.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata Registro de Preço, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Aripuanã-MT.

E assim, por estarem às partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

11. CONDIÇÕES GERAIS:

11.1. As condições gerais do fornecimento do objeto, tais como os prazos para execução dos serviços, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e Termo de Referência (Anexo I), assim como a proposta vencedora, que são partes integrantes desta Ata, independentemente de transcrição.

E, por estarem às partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Aripuanã-MT, 01 de Abril de 2015

Ednilson Luiz Faitta

Prefeito Municipal

VALDELICIO MOREIRA TOBIAS-ME

CNPJ Nº. 14.286.925/0001-55

Valdelicio Moreira Tobias

CPF 537.889.581-20

RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇO Nº. 011/2015

A Prefeitura Municipal de Aripuanã - MT torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial/Registro de Preço que trata o Edital nº. 011/2015, levado a efeito às **08h00min** do dia **31/03/2015**, sagrou-se vencedora a empresa: *VALDELICIO MOREIRA TOBIAS-ME*.

Aripuanã – MT, 01 de Abril de 2015

Ana Cristina da Silva Cappellesso

Pregoeira

GABINETE DO PREFEITO
ATO Nº 010/2015

CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA Nº 001/2015, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 396/99, DE ACORDO COM AS LEIS COMPLEMENTARES Nº 001/99 E 002/99 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

EDNILSON LUIZ FAITTA, Prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Municipal nº 396/1999;

RESOLVE:

Art. 1º Ficaconvocadaa candidata abaixo relacionada aprovada no Processo Seletivo Simplificado para Professores da Educação Básica nº 001/2015, para comparecer na Secretaria Municipal de Educação e Cultura –SEMEC, no dia 02/04/2015, às 8:00 horas para atribuição de classes e/ou aulas e posterior contratação.

Art. 2º No ato da convocação os candidatos deverão apresentar fotocópia e os originais dos documentos exigidos no Edital, e demais REQUISITOS constante no quadro de nº de vagas, do Edital de Seleção nº 001/2015 do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015.

Art. 3º As despesas decorrentes do presente ato correrão por conta das dotações próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

LOCALIDADE CONSELVAN – NÍVEL MÉDIO SEM FORMAÇÃO

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABILITAÇÃO
110/2015	SOLANGE MANN CARRIEL	764.572.652-00	000807629 SESP/RO	NÍVEL MÉDIO S/F
170/2015	GLEICIELLY SILVA DE SOUZA	006.782.612-10	00001082335 SESDC/RO	NÍVEL MÉDIO S/F

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº.:01/2015

O município de Barra do Bugres - MT, torna público à Inexigibilidade de Licitação nº.:01/2015, fundamentada no artigo 25 Inciso III da Lei Federal nº.:8.666/93 e alterações posteriores, para a CONTRATAÇAO DE SERVIÇOS DE PESSOA FISICA ARTISTA (ARTESÃO) PARA CONFECÇAO DE PAINEL ARTISTICO E INSTALAÇÃO DO PORTAL DA CIDADE DE BARRA DO BUGRES - MT. Contratada: IVALDO RODOWANSKI, inscrita no CPF Nº762.434.351-72, e SICAB sob o nº MT.1013.0005419.00. Valor contratado: R$54.350,00(Cinqüenta e quatro mil e trezentos e cinqüenta reais).

Barra do Bugres, 12 de março de 2015

JULIO CESAR FLORINDO

Prefeito municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 004/2015

CÂMARA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

SALVADOR DE ARAUJO NETO, Presidente da Câmara Municipal de Barão de Melgaço, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Art. 37 da Constituição Federal, as Legislações Estadual e Municipal em vigor e em conformidade com o Edital Nº. 014/2014, que em razão do não comparecimento do aprovado terceiro colocado para o cargo de Assessor Jurídico no prazo estabelecido no edital de convocação n.º 003/2015, para apresentação dos documentos exigidos para nomeação, TORNA PÚBLICA A CONVOCAÇÃO DO CANDIDATO CLASSIFICADO EM QUARTO LUGAR, relacionado conforme abaixo, PARA NOMEAÇÃO, conforme Resultado Final Homologado através da Portaria Nº 014/2014, de lavra do Ilustre Presidente da Câmara Municipal, devidamente publicado, no sítio: www.amm.org.br e no mural da Câmara Municipal de Barão de Melgaço - MT:

1. DA POSSE E NOMEAÇÃO

1.1. O candidato relacionado no Anexo I do presente Edital deverá comparecer dentro do período de 10 (dez) dias a contar da publicação do presente edital, no horário das 7:00 as 13:00 horas (horário local), na sede da Câmara Municipal de Barão de Melgaço – MT, localizada na Avenida Augusto Leverger, 1.440, Centro na cidade de Barão de Melgaço - MT, por-

tando a documentação conforme disposto no item 12.10 das disposições finais do edital do Concurso para assinatura do Termo de Posse e devida nomeação, conforme segue:

Cargo	Assessor Jurídico		
Classificação	Nome Completo	CPF	Pontos
4	SAULO VICTOR ARRAIS MALHEIROS NEVES	020.691.001-03	61,00

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente, em 1º de abril de 2015.

SALVADOR DE ARAUJO NETO

Presidente da Câmara Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE

PREFEITURA DE BRASNORTE
AVISO PREGÃO 016/2015

Aviso de Licitação *Pregão Presencial nº. 016/2015*

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, faz saber que se encontra aberta Licitação modalidade Pregão Presencial nº 016/2015, regida pela Lei 8.666/93 com as alterações da Lei 8.883/94, Lei 10520/2002, no Tipo **"Menor por item",** com o objetivo de contratação de empresa especializada para futura e eventual aquisição de material esportivo para atender as Secretarias Municipais e seus Departamentos. Os envelopes contendo a de Proposta de Preços e Habilitação deverão ser entregues às 08:00 h do dia 27de abril de 2015, no Paço Municipal no endereço acima citado e pelo telefone: 066-3592-3200 ou site: www.brasnorte.mt.gov.br.

Brasnorte - MT, 01 de Abril de 2015.

Donizete Alves de Souza

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
ORDEM DE INÍCIO DE EXECUÇÃO DE OBRA

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, *AUTORIZA* a empresa **A. F. DOS SANTOS – CONSTRUTORA - EPP**., inscrita no CNPJ sob o nº 11.060.248/0001-64, com sede na Rua B, nº 400, Quadra 1, Lote 4, Bairro Novo Mundo, Aragarças/GO, legalmente representada, neste ato, por seu administrador o Senhor **ADINALDO FERREIRA DOS SANTOS**, brasileiro, empresário, inscrito no CPF nº 271.797.811-72 e RG nº 330104 SSP/MT, residente e domiciliado à Rua Castelo Branco, nº 50. Bairro Domingos Mariano, na cidade de Barra do Garças/MT, a **INÍCIAR** a obra abaixo descrita:

Construção de Quadra Poliesportiva Coberta com Vestiário na Escola Municipal Anastácio Feliciano Alves.

Localização Geográfica:

14°32'7.7" S

52°47'55.8" W

A obra deverá ser executada em conformidade com o Projeto Básico, Memorial Descritivo, Planilha de Quantitativos, especificações e prazos contidos no Edital de Tomada de Preços nº 001/2015 e Contrato Administrativo nº 025/2015.

Campinápolis/MT, 01 de abril de 2015.

Jeovan Faria

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
PORTARIA Nº 6094, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

"Nomeia Fiscal Responsável pelo Acompanhamento e Fiscalização da Obra de Construção de Quadra Poliesportiva Coberta com Vestiário na E. M. Anastácio F. Alves, referente à Tomada de Preços nº 001/2015 e Contrato Administrativo nº 025/2015".

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e em consonância com o artigo 67 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

I - Nomear o Engenheiro **HUMBERTO DAVID SANTANA**, portador da Cédula de Identidade RG nº 785510 SSP/GO, CPF nº 270.457.141-49 e Carteira Profissional do CREA MT02911/D-D, expedida em 26/07/1983 e Registro Nacional nº 120270330-5, para exercer a função de Fiscal, Responsável pelo Acompanhamento e Fiscalização da **Obra de Construção de Quadra Poliesportiva Coberta com Vestiário na E. M. Anastácio F. Alves, referente à Tomada de Preços nº 001/2015 e Contrato Administrativo nº 025/2015"**, em conformidade com o artigo 67 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

II - Caberá ao Fiscal nomeado exercer suas funções em rigorosa obediência às disposições formais e legais que regem a matéria, em especial às emanadas pelo Sistema GEO-BRAS.

III - O exercício da função atribuída ao Fiscal nomeado

não acarretará ônus para o Município

.IV - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis – MT, 01 de abril de 2015.

Jeovan Faria

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS
DECRETO DA PRESIDENCIA Nº 24 DE 02 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO DA PRESIDENCIA Nº 24 DE 02 DE MARÇO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A INTERRUPÇÃO DE FÉRIAS DO

SERVIDOR JOSÉ CORREIA DA SILVA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS."

CELIOMAR PIABA BENTO, PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições .

Considerando a necessidade da continuidade de funcionamento do Departamento em que o referido servidor desenvolve suas funções:

Considerando a necessidade da presença do servidor na abertura um processo licitatório.

D E C R E T A

Art. 1º - Fica interrompido o período de férias do servidor JOSÉ CORREIA DA SILVA, a partir do dia 01 à 10 de Abril do ano de 2015, de acordo com o art. 84 da Lei Complementar nº 001 de 13 de Dezembro de 1993, sendo suas férias remanejada do dia 11 de Abril a 10 de Maio de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL

Campinápolis/MT, 02 de Março de 2015.

CELIOMAR PIABA BENTO

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS
DECRETO DA PRESIDENCIA Nº 23 DE 02 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO DA PRESIDENCIA Nº 23 DE 02 DE MARÇO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A INTERRUPÇÃO DE FÉRIAS DA

SERVIDORA GASPARINA APARECIDA DOS REIS

FREITAS E DA OUTRAS PROVIDENCIAS."

CELIOMAR PIABA BENTO, PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições .

Considerando a necessidade da continuidade de funcionamento do Departamento em que a referida servidora desenvolve suas funções:

Considerando a necessidade da presença da servidora na abertura de um processo licitatório.

D E C R E T A

Art. 1º - Fica interrompido o período de férias da servidora GASPARINA APARECIDA DOS REIS FREITAS a partir do dia 01 à 10 de Abril do ano de 2015, de acordo com o art. 84 da Lei Complementar nº 001 de 13 de Dezembro de 1993, sendo suas férias remanejada do dia 11 de Abril a 10 de Maio de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL

Campinápolis/MT, 02 de Março de 2015.

CELIOMAR PIABA BENTO

Presidente

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO 097/2015.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campinápolis/MT.

CONTRATADA: RANK CONSTRUTORA LTDA.

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo:

1 - acréscimo de serviços não contemplados pela planilha original da obra. O prazo de execução dos serviços será de 90 dias, conforme o Cronograma Físico – Financeiro;

2 - alterar a Cláusula Oitava – Do Preço e Da Forma de Pagamento, que passa a vigorar com a seguinte redação:

I. Pelos serviços prestados, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, a quantia global de R$ 130.612,24 (cento e trinta mil seiscentos e doze reais e vinte e quatro centavos). **RATIFICAÇÃO**: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato.

ASSINAM: Jeovan Faria – por parte da contratante e RANK CONSTRUTORA LTDA – por parte da contratada.

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
ORDEM DE INÍCIO DE EXECUÇÃO DE OBRA

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, *AUTORIZA* a empresa **A. F. DOS SANTOS – CONSTRUTORA - EPP**., inscrita no CNPJ sob o nº 11.060.248/0001-64, com sede na Rua B, nº 400, Quadra 1, Lote 4, Bairro Novo Mundo, Aragarças/GO, legalmente representada, neste ato, por seu administrador o Senhor **ADINALDO FERREIRA DOS SANTOS**, brasileiro, empresário, inscrito no CPF nº 271.797.811-72 e RG nº 330104 SSP/MT, residente e domiciliado à Rua Castelo Branco, nº 50. Bairro Domingos Mariano, na cidade de Barra do Garças/MT, a **INÍCIAR** a obra abaixo descrita:

Construção de Muro e Revestimento de Piso em Passeio de Concreto Desempenado na Escola Municipal Anastácio Feliciano Alves.

Localização Geográfica:

14°32'7.7" S

52°47'55.8" W

A obra deverá ser executada em conformidade com o Projeto Básico, Memorial Descritivo, Planilha de Quantitativos, especificações e prazos contidos no Edital de Tomada de Preços nº 001/2015 e Contrato Administrativo nº 025/2015.

Campinápolis/MT, 01 de abril de 2015.

Jeovan Faria*Prefeito Municipal*

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
PORTARIA Nº 6095, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

"Nomeia Fiscal Responsável pelo Acompanhamento e Fiscalização da Obra de Construção de Muro e Revestimento de Piso em Passeio de Concreto Desempenado na E. M. Anastácio F. Alves, referente à Tomada de Preços nº 001/2015 e Contrato Administrativo nº 025/2015".

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e em consonância com o artigo 67 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

I - Nomear o Engenheiro **HUMBERTO DAVID SANTANA**, portador da Cédula de Identidade RG nº 785510 SSP/GO, CPF nº 270.457.141-49 e Carteira Profissional do CREA MT02911/D-D, expedida em 26/07/1983 e Registro Nacional nº 120270330-5, para exercer a função de Fiscal, Responsável pelo Acompanhamento e Fiscalização da **Obra de Construção de Muro e Revestimento de Piso em Passeio de Concreto Desempenado na E. M. Anastácio F. Alves E. M. Anastácio F. Alves, referente à Tomada de Preços nº 001/2015 e Contrato Administrativo nº 025/2015"**, em conformidade com o artigo 67 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

II - Caberá ao Fiscal nomeado exercer suas funções em rigorosa obediência às disposições formais e legais que regem a matéria, em especial às emanadas pelo Sistema GEO-BRAS.

III - O exercício da função atribuída ao Fiscal nomeado não acarretará ônus para o Município.

IV - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis – MT, 01 de abril de 2015.

Jeovan Faria

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO 057/2015

ABERTURA: 22 de abril de 2015.

CREDENCIAMENTO: a partir das **08:00h.**

INÍCIO DA SESSÃO: 22 de abril de 2015 às 08:00 horas.

OBJETO: Contração de pessoa jurídica para prestação de serviços na área de seguros para veículo de pequeno porte, utilitário, ônibus e ambulância, pertencente a frota do Município.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: Sala de Licitações do Paço Municipal Euclides Horst, Av. Mato Grosso 66NE, Campo Novo do Parecis MT. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, ou pelo telefone 65 3382 5147 / 5157, o edital na integra poderá ser retirado pelo site: www.camponovodoparecis.mt.gov.br

Campo Novo do Parecis-MT, 1 de abril de 2015.

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
DECRETO EXECUTIVO Nº. 024, DE 30 DE MARÇO DE 2015

Disciplina expediente nos órgãos vinculados à Administração Pública Municipal durante o período alusivo à Páscoa.

MAURO VALTER BERFT, Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município:

Considerando a necessidade administrativa,

D E C R E T A

Art. 1º. O expediente nos órgãos e repartições vinculadas à Administração Pública Municipal, no dia 2 de abril de 2015, quinta-feira, véspera da "Sexta-Feira Santa" ocorrerá no seguinte horário:

I – das 7h às 13h.

Art. 2º. As Secretarias Municipais responsáveis pelos serviços essenciais à população deverão providenciar o atendimento aos usuários mediante calendário específico.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 31 dias do mês de março de 2015.

MAURO VALTER BERFT

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTÃO CANTERLE

Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº. 002/2015

O **PREFEITO MUNICIPAL *DE CAMPO NOVO DO PARECIS***, Estado de Mato Grosso, atendendo o disposto na Constituição Federal, no art. 48 da Lei Complementar nº. 101 de 04.05.2000 e cumprindo o disposto na Lei Municipal nº. 883 de 08 de maio de 2002 torna público que fará realizar **AUDIÊNCIA PÚBLICA,** no dia **16 de abril de 2015, quinta-feira, às 14h, no Plenário da Câmara Municipal,** com o objetivo de recolher subsídios ou informações para o processo de tomada de decisões no âmbito do Poder Executivo Municipal, bem como proporcionar aos cidadãos a oportunidade de encaminhar seus pleitos, sugestões e opiniões acerca do seguinte assunto:

a

) ações que integrarão a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2016 – LDO.

MAURO VALTER BERFT

Prefeito

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO RP 058/2015

ABERTURA: 22 de abril de 2015.

CREDENCIAMENTO: a partir das **14:00h.**

INÍCIO DA SESSÃO: 22 de abril de 2015 às 14:00 horas.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa para execução de serviços de reforma de placas de sinalização de trânsito de 0,60m x 0,60m com fornecimento dos postes de aço galvanizado medindo 8cm x 8cm x 3,50m.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: Sala de Licitações do Paço Municipal Euclides Horst, Av. Mato Grosso 66NE, Campo Novo do Parecis MT. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, ou pelo telefone 65 3382 5147 / 5157, o edital na integra poderá ser retirado pelo site: www.camponovodoparecis.mt.gov.br

Campo Novo do Parecis-MT, 1 de abril de 2015.

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
EXTRATO DE ADITAMENTO

Aditivo nº 012 ao Contrato *de* Prestação de Serviço nº 023/2012

Partes: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis X Gecon Gestão em Engenharia e Construções Ltda – ME

Objeto: alterar a Cláusula Segunda – Da Vigência, do Contrato.

Data: 23/03/2015

Procedimento Licitatório:

Concorrência Pública nº 003/2012

Secretaria: *Educação*

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PORTARIA Nº 246/2015, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

NOMEIA ENGENHEIRO RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO DA OBRA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

FABIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

ARTIGO. 1º - Nomear, o Engenheiro **IGOR EDUARDO GRANDE**, como responsável técnico pela fiscalização da obra abaixo especificada:

- APLICAÇÃO DE LAMA ASFÁLTICA NO BAIRRO JUPIARA e BAIRRO BORDAS DO LAGO, conforme Convite nº 002/2014 e Contrato n° 102/2014;

§ 1° - A fiscalização deverá ser efetuada através de Medições, Relatórios e Termos de Ocorrência.

§ 2° - Qualquer aditivo ou alteração no Projeto deverá ter prévia autorização desta Municipalidade.

ARTIGO. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de março de 2015, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, ao 01 dia do mês de Abril de 2015.

FABIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se, Publique-se.

GILMAR ZITO PRATI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PORTARIA Nº 243/2015, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

NOMEIA ENGENHEIRO RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO DA OBRA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

FABIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

ARTIGO. 1º - Nomear, o Engenheiro **IGOR EDUARDO GRANDE**, como responsável técnico pela fiscalização da obra abaixo especificada:

- PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA TIPO TSD NAS AVENIDAS PRESIDENTE JOÃO GOULART E VEREADOR CLÓVIS CEZAR DE LIMA, conforme Tomada de Preço nº 012/2014 e Contrato n° 091/2014;

§ 1° - A fiscalização deverá ser efetuada através de Medições, Relatórios e Termos de Ocorrência.

§ 2° - Qualquer aditivo ou alteração no Projeto deverá ter prévia autorização desta Municipalidade.

ARTIGO. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de março de 2015, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, ao 01 dia do mês de Abril de 2015.

FABIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se, Publique-se.

GILMAR ZITO PRATI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº. 023/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Objeto: Prestação de serviços de gestão de folha de pagamento, proventos, vencimentos e similares, empréstimos consignados em folha de pagamento, processamento da receita municipal e da movimentação financeira de todas as contas correntes, aplicação das disponibilidades financeiras de caixa do Município.

Valor: 1.250.000,00 (um milhão, duzentos e cinqüenta mil reais).

Vigência: 60 (sessenta) meses.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO N° 034/2015

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão de Licitação, torna público o*REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE PROCEDIMENTO E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER A REDE MUNICIPAL DE SAÚDE*, na modalidade pregão (presencial) n° 034/2015, a se realizar no dia **17 de abril de 2015 às 08h00min,** na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada do edital www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação vigente. Campo Verde - MT, 01 de abril de 2015.

ANA CAROLINA SANT'ANA BRAGA BLUME

Pregoeira

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PORTARIA Nº 241/2015, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

NOMEIA ENGENHEIRO RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO DA OBRA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

FABIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

ARTIGO. 1º - Nomear, o Engenheiro **IGOR EDUARDO GRANDE**, como responsável técnico pela fiscalização da obra abaixo especificada:

- APLICAÇÃO DE MICROREVESTIMENTO NA AVENIDA DOS TRABALHADORES, conforme Tomada de Preço n° 003/2014 e Contrato n° 40/2014;

§ 1° - A fiscalização deverá ser efetuada através de Medições, Relatórios e Termos de Ocorrência.

§ 2° - Qualquer aditivo ou alteração no Projeto deverá ter prévia autorização desta Municipalidade.

ARTIGO. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de março de 2015, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, ao 01 dia do mês de abril de 2015.

FABIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se, Publique-se.

GILMAR ZITO PRATI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PORTARIA Nº 245/2015, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

NOMEIA ENGENHEIRO RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO DA OBRA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

FABIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

ARTIGO. 1º - Nomear, o Engenheiro **IGOR EDUARDO GRANDE**, como responsável técnico pela fiscalização da obra abaixo especificada:

- CONSTRUÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE NO LOTEAMENTO ESTAÇÃO DA LUZ, conforme Tomada de Preços nº 007/2014e Contrato n° 076/2014;

§ 1° - A fiscalização deverá ser efetuada através de Medições, Relatórios e Termos de Ocorrência.

§ 2° - Qualquer aditivo ou alteração no Projeto deverá ter prévia autorização desta Municipalidade.

ARTIGO. 2º

- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de março de 2015, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, ao 01 dia do mês de Abril de 2015.

FABIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se, Publique-se.

GILMAR ZITO PRATI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº. 021/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: IMPPACTO PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA

Objeto: Prestação de serviços de porteiro, para atender a administração pública

Valor: 336.764,80 (trezentos e trinta e seis mil setecentos e sessenta e quatro reais e oitenta centavos).

Vigência: até 31 de dezembro de 2015.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PORTARIA Nº 242/2015, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

NOMEIA ENGENHEIRO RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO DA OBRA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

FABIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

ARTIGO. 1º - Nomear, o Engenheiro **IGOR EDUARDO GRANDE**, como responsável técnico pela fiscalização da obra abaixo especificada:

- PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NA PISTA DE KART, conforme Convite nº 001/2014e Contrato n° 078/2014;

§ 1° - A fiscalização deverá ser efetuada através de Medições, Relatórios e Termos de Ocorrência.

§ 2° - Qualquer aditivo ou alteração no Projeto deverá ter prévia autorização desta Municipalidade.

ARTIGO. 2º

- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de março de 2015, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, ao 01 dia do mês de Abril de 2015.

FABIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se, Publique-se.

GILMAR ZITO PRATI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
HOMOLOGAÇÃO DAS RESOLUÇÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Dispõe sobre a homologação das Resoluções do Conselho Municipal de Saúde referente ao mês de março de 2015.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO VERDE – MT, no uso de suas atribuições legais e considerando:

I – Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;

II – Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;

III – Resolução nº453 do Conselho Nacional de Saúde que aprova as diretrizes para instituição, reformulação, reestruturação e funcionamento dos Conselhos de Saúde;

IV- Lei nº 1.044, de 02 de junho de 2005, que cria o novo Conselho Municipal de Saúde, com sua Secretaria Geral, bem como Ouvidoria Municipal de Saúde de Campo Verde;

R E S O L V E:

Art.1º- Homologar:

Resolução nº 03 – Dispõe sobre aprovação da realização da VI Conferência Municipal de Saúde nos dias 18 e 19 de junho de 2015.

Resolução nº 04 – Dispõe sobre aprovação da Comissão Organizadora da VI Conferência Municipal de Saúde.

Campo Verde, 01 de abril de 2015.

SANDRA CARLA FAVARO DE SOUZA BADOCO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚD

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº. 022/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: TRAZ VALOR TREINAMENTO E PESQUISA DE MERCADO EMPRESARIAL LTDA

Objeto: Prestação de serviços de orçamento online para autopeças, serviços de oficina mecânica e elétrica.

Valor: 13.188,00 (treze mil cento e oitenta e oito reais).

Vigência: 12 (doze) meses.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
ERRATA – AVISO DE PREGÃO N°030/2015

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão de Licitação, torna pública a **retificação da publicação** do Aviso de **Pregão n° 030/2015**, cujo objeto é o *REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS HIDRÁULICOS, PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA MUNICIPAL*. **Onde se lê**: "a se realizar no dia 22 de março de 2015", **leia-se** "a se realizar no dia 22 de abril de 2015 ". Campo Verde - MT, 01 de abril de 2015.

Leila Gubert

Pregoeira

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PORTARIA Nº 240/2015, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

NOMEIA O SERVIDOR ADEMIR DE BRANCO PARA SER RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DO CONTRATO 002/2014, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

FABIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

ARTIGO. 1º - Nomear o servidor ADEMIR DE BRANCO, para ser responsável pelo controle e acompanhamento do contrato 002/2014 – CONSTRULOCAR LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA ME, aos quais deverão ser encaminhados todos os documentos pertinentes para atesto, ciência ou outras observações que julgar necessárias para o cumprimento integral das cláusulas contratadas.

ARTIGO. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 19 de março de 2015, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, ao 01 dia do mês de Abril de 2015.

FABIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se, Publique-se.

GILMAR ZITO PRATI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
PORTARIA Nº 232/2015

PORTARIA Nº 232/2015, DE 31 DE MARÇO DE 2015.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO TÉCNICA NO PREGÃO 032/2015, DO TIPO PREÇO E TÉCNICA PARA AQUISIÇÃO DE SOFTWARE EDUCACIONAL PARA GESTÃO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Fica Nomeada a Comissão sob a presidência do Primeiro para acompanhamento do Pregão Nº 032/2015, bem como, análise e avaliação das propostas técnicas das empresas participantes do referido Pregão:

-Presidente: Julio César Tomazi

-Membro: Almir José de Oliveira da Silva

-Membro: Regiane Vicentin

ARTIGO 2º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, aos 31 dias do mês de Março de 2015.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

Cumpra-se, registra-se e publique.

GILMAR ZITO PRATI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PORTARIA Nº 244/2015, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

NOMEIA ENGENHEIRO RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO DA OBRA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

FABIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

ARTIGO. 1º - Nomear, o Engenheiro **IGOR EDUARDO GRANDE**, como responsável técnico pela fiscalização da obra abaixo especificada:

- CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA NAS AVENIDAS BRASIL E CAMPO GRANDE, NAS RUAS MARINO CATANI, MANOEL GENILDO DE ARAÚJO, JUSCIMEIRA E JACIARA, conforme Concorrência nº 004/2014 e Contrato n° 081/2014;

§ 1° - A fiscalização deverá ser efetuada através de Medições, Relatórios e Termos de Ocorrência.

§ 2° - Qualquer aditivo ou alteração no Projeto deverá ter prévia autorização desta Municipalidade.

ARTIGO. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de março de 2015, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, ao 01 dia do mês de Abril de 2015.

FABIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se, Publique-se.

GILMAR ZITO PRATI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2015

A Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, torna público que está realizando processo licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇO sob o n.º 001/2015, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando selecionar a melhor proposta para contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para construção de uma cozinha anexo á Unidade Mista de Saúde Leocyr Lazaretti, adequação da sala de Raio-X e Construção de rede de distribuição de energia elétrica., conforme projetos, em estrita observância aos termos do edital e seus anexos.

A data de abertura está designada para **22/04/2015**, às 08h00 (oito horas) do horário local, na sede da Prefeitura Municipal, situada à Av. Valdir Masutti, nº 779W, Bom Jardim. Os interessados poderão adquirir o edital e seus anexos na Prefeitura Municipal, no Departamento de Licitações, mediante o pagamento da taxa não reembolsável de R$ 30,20 (trinta reais e vinte centavos).

Quaisquer informações, entrar em contato pelo telefone (65) 3387 – 2800 ou pelo e-mail licitacao5@camposdejulio.mt.gov.br.

Campos de Júlio - MT, 31 de Março de 2015.

Michelle Cristine de Almeida Silva

Presidente da CPL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO "SRP" N. 022/2015

A Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO sob o n. 022/2015, pelo SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, com a finalidade de selecionar propostas objetivando futuras e eventuais aquisições de medicamentos para a Secretaria Municipal de Saúde, cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital e seus anexos disponíveis no endereço: www.bll.org.br "Acesso Identificado no link - licitações". A abertura da disputa de preços está marcada para o dia 16/04/2015, às 09h00 (nove) horas do horário Brasília (DF).

Campos de Júlio - MT, 01 de Abril de 2015.

Rosimeire C. Favero

Pregoeira Oficial

Decreto nº. 002/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 023/2015

PORTARIA Nº 023/2015DE: 31/03/2015

"EM CONFORMIDADE COM A LEI ORGANICA MUNICIPAL ARTIGO 83 PARAGRAFO II E XXX ."

Valdez Viana Nunes, Prefeito de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Artigo 1º. Fica o Sr. **NELSON RICARDO ALVES DE SOUZA,** portador da Cédula de Identidade Civil CI-RG sob nº **1729846-6** Órgão Expedidor SSP/MT e Inscrito no Cadastro de Pessoa Física CPF/MF. sob. nº**. 014. 385.531-02,**

Exonerado

da função de GERENTE DO GABINETE DO PREFEITO, deste Município.

Artigo 2º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se toda e qualquer disposição em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 31 de Março de 2015.

_____

VALDEZ VIANA NUNES

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE -SE

CUMPRE-SE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 010/2015

EDITAL Nº 010/2015 DE: 31 de Março de 2015

"A Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte – MT, em cumprimento ao que determina o Art. 182, Inciso II e Art. 184, Inciso II da Resolução nº 14/2007 – TCE/MT."

Torna–se pública o Balancete Financeiro referente ao mês de Fevereiro do exercício de 2015, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000.

A documentação referente à publicação encontra-se na Prefeitura a disposição de qualquer contribuinte do Município de Canabrava do Norte – MT, para questionar – lhe sua legitimidade.

_____

VALDEZ VIANA NUNES

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RELAÇÃO DAS OBRAS EM ANDAMENTO EXERCICIO 2015

RELAÇÃO DAS OBRAS EM EXECUÇÃO COM PRAZO EM VIGÊNCIA EM 2015

CONVÊNIOS COM RECURSOS FEDERAIS

Nº CONV:OBJETO:ORIGEM:VIGÊNCIA:VALOR TOTAL:

220/2007-Sistema do Abastecimento de Água – ETAFUNASA23/09/20151.268.195,45

0244056-18/2007-Reabilitação dos Cenários de Desastres-RepresaMI / CAIXA31/05/2015999.100,00

0178/2088-Ampliação do Sist. De Abastecimento de ÁguaFUNASA23/06/2015361.156,00

0348490-87/2010-Pavimentação Asfáltica na Avenida Manoel BatistaMT / CAIXA30/04/2015300.380,41

700109/2011 -Construção da Creche Infantil – ProinfanciaFNDE16/07/2015620.706,76

37465200000211003- Construção Academia de Saúde – AmpliadaFNS31/12/2015181.661,66

1580/2007-Construção do Esgotamento Sanitário-ETEFUNASA16/12/20153.799.156,91

Canabrava do Norte-MT, 31 de Março de 2015.

RELAÇÃO DAS OBRAS EM EXECUÇÃO COM PRAZO EM VIGÊNCIA EM 2015

CONVÊNIOS COM RECURSOS ESTADUAIS

NºCONV.OBJETO:ORIGEM:VIGÊNCIA:VALOR TOTAL:

186/2010-Construção daAmpliação do CRASSec.SETPU16/04/201586.423,31

196/2010-Construção do Centro de Convivência do IdosoSec.SETPU16/04/2015121.359,01

013/2010-Construção da Praça Central com LanchoneteSec.SECID10/06/2015111.416,12

034/2012-Pavimentação Asfáltica Av. Antonio BosaipoSec.SETPU24/09/2015140.778,07

Canabrava do Norte-MT, 31 de Março de 2015.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 011/2015

EDITAL Nº 011/2015 DE: 31 de Março de 2015

"A Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte - MT, em cumprimento ao que determina os art. 37, 162 da Constituição Federal e art. 48, 49, 52, 53, 54 e 55 da Lei Complementar 101/2000 e Lei Orgânica Municipal".

Considerando a necessidade desta Administração em atender os princípios da Publicidade na divulgação dos atos administrativos;

Torna-se Público, a relação das **Obras em Andamento no exercício Financeiro de 2015**, conforme o Art. 45 Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000.

A documentação referente à Publicação encontra-se na Prefeitura a disposição de qualquer contribuinte do município de Canabrava do Norte, para questionar-lhe sua legitimidade.

_____

VALDEZ VIANA NUNES

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 640/2015

LEI Nº. 640/2015DE: 27 de Março de 2015.

"ALTERA PARCIALMENTE O ART. 1° DA LEI MUNICIPAL N°. 612/2014,

E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

VALDEZ VIANA NUNES, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de minhas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI

Art. 1º - Fica alterado o art. 1° da Lei Municipal n°. 612/2014, que passa a viger com a seguinte redação:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a contratar operação de crédito junto ao Banco do Brasil S.A., no valor de R$ 1.000.000,00 (Hum Milhão de Reais), observado as disposições legais e contratuais e em vigor para as operações de crédito do Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos - PMAT.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 27 de Março de 2015.

_____

VALDEZ VIANA NUNES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 160/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO ao Contrato nº 160/2014, *firmado com a empresa AM DA COSTA SILVA-ME para a Ampliação do PSF no Distrito de Guarapu II no Município de Canarana-MT***.**

Pelo presente aditivo contratual, regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 de 21/06/93 e alterações posteriores, o **MUNICÍPIO DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Rua Miraguai nº 228, Centro, Canarana - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº. 15.023.922/0001-91, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. **EVALDO OSVALDO DIEHL**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na cidade de Canarana, Estado de Mato Grosso, portador da Cédula de Identidade RG nº 211.566 SSI/SC e do CPF nº. 132. 773.839-20, doravante denominada de **CONTRATANTE,** e a empresa **AM DA COSTA SILVA - ME**, devidamente inscrita no CNPJ nº 10.524.831/0001-16, inscrição estadual nº 13.364.908-3, estabelecida na Rua 12 nº 431, Bairro Setor Industrial, na cidade de Agua Boa-MT, representada neste ato pela empresária Ana Maria da Costa Silva, , neste ato representada por sua proprietária Sra. Ana Maria da Costa Silva, portadora da cédula de identidade RG nº 2074077 SSP/GO e do CPF nº 243.784.291-87, doravante denominada de **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente

TERMO ADITIVO contrato nº 160/2014

, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação de prazo, objeto do Contrato originário, a Cláusula Quarta – do Prazo da Execução da Obra, referente ao processo de licitatório na modalidade Dispensa de Licitação nº 010/2014.

CLAUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO

2.1 - **Fica acrescentada à** a Cláusula Quarta – do Prazo da Execução da Obra, do contrato originário o total de 90(noventa) dias.

2.2 – **O prazo de execução fica estendido até o dia 17/05/2015.**

CLAUSULA TERCEIRA - DA JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

3.1 – O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 57, § 1º, Inciso II da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

3.2 - A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Contrato Originário justifica-se em decorrência da prorrogação do prazo de execução, em virtude do inicio do período chuvoso que atinge a região e ainda pelo fato de que os funcionários durante as festividades do fim de 2014 e inicio de 2015 cometeram faltas para as festividades acarretando o atraso da obra e dificultando que os serviços sejam prestados conforme o cronograma (justificativa anexa).

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 – **O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.**

4.2 - As demais Cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

CLAUSULA QUINTA - DOMICÍLIO E FORO

5.1 – Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana-MT, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo.

Canarana – MT, 16 de Março de 2015.

EVALDO OSVALDO DIEHL

Prefeito Municipal de Canarana

CONTRATANTE

A.M. DA COSTA SILVA – ME

Ana Maria da Costa Silva

CONTRATADA

ALINE DA SILVA GRESPAN

Portaria nº. 468 de 27 de novembro de 2014

FISCAL DO CONTRATO

Testemunhas:

01:_____ 02:_____

PREFEITURA MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 199/2015

De 01 de abril de 2015

Dispõe sobre Licença Prêmio.

O Prefeito do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, Sr. EVALDO OSVALDO DIEHL, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe Lei Municipal Complementar nº. 080/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a IVANÊS LUCIMAR ZANIN ocupante do cargo de PROFESSORA CLASSE C-NIVEL 04, matricula de n°1460, lotada na Secretaria Municipal de Educação, três (03) meses de Licença Premio por assiduidade, conforme dispõe legislação supramencionada, no período de 04 de abril de 2015 á 02 de julho de 2015, relativo ao quinquênio de 2009 a 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 01 de abril de 2015.

EVALDO OSVALDO DIEHL

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 198/2015

De 01 de abril de 2015.

Dispõe sobre Licença Prêmio.

O Prefeito do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, Sr. EVALDO OSVALDO DIEHL, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe Lei Municipal Complementar nº. 080/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a MARA CARMECITA SASSO MARTINS ocupante do cargo de PROFESSORA CLASSE C-NIVEL 08, matricula de n°55, lotada na Secretaria Municipal de Educação, três (03) meses de Licença Premio por assiduidade, conforme dispõe legislação supramencionada, no período de 06 de abril de 2015 á 04 de julho de 2015, relativo ao quinquênio de 2009 a 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 01 de abril de 2015.

EVALDO OSVALDO DIEHL

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº202/2015

De 01 de abril de 2015.

Exonerar Servidora, a pedido.

EVALDO OSVALDO DIEHL, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 11 § 2º da Lei Municipal Complementar nº 028/2002, de 23 de dezembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar LIDIANI DE FATIMA MULLER do cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SAÚDE constante no Anexo I da Lei Complementar nº 123/2014, de 28 de julho de 2014.

2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 01 de abril de 2015.

EVALDO OSVALDO DIEHL

Prefeito Municipal de Canarana

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2015

REGISTRO DE PREÇOS

A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso designada pela Portaria nº. 019/2015 torna público que o pregão acima mencionado nas sessões dos dias 05/03/2015 e 01/04/2015 não houve nenhum interessado e o mesmo foi DESERTO PELA SEGUNDA VEZ.

Canarana -MT, 01 de Abril de 2015.

ALESSANDRA SANTOS ABREU

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 197/2015

De 01 de abril de 2015.

Dispõe sobre Licença Prêmio.

O Prefeito do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, Sr. EVALDO OSVALDO DIEHL, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe Lei Municipal Complementar nº. 080/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a SOLANGE ALVES DE ALMEIDA ocupante do cargo de AUXILIAR DE SALA matricula de n° 3448, lotada na Secretaria Municipal de Educação, três (03) meses de Licença Premio por assiduidade, conforme dispõe legislação supramencionada, no período de 01 de abril de 2015 á 29 de junho de 2015, relativo ao quinquênio de 2009 a 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 01 de abril de 2015.

EVALDO OSVALDO DIEHL

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 196/2015

De 01 de abril de 2015.

Dispõe sobre Licença Prêmio.

O Prefeito do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, Sr. EVALDO OSVALDO DIEHL, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe Lei Municipal Complementar nº. 080/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a SANDRA REGINA WOJAHN FACIONI ocupante do cargo de PROFESSORA CLASSE C- NIVEL 07 matricula de n° 72, lotada na Secretaria Municipal de Educação, três (03) meses de Licença Premio por assiduidade, conforme dispõe legislação supramencionada, no período de 01 de abril de 2015 á 29 de junho de 2015, relativo ao quinquênio de 2009 a 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 01 de abril de 2015.

EVALDO OSVALDO DIEHL

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 002/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, torna público a todos os munícipes, que será realizada *Audiência Pública para apresentação e discussão do Projeto de Lei que Dispõe sobre as Diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual de 2016, no dia 14 de abril de 2015, às 19:30 horas, no Plenário da Câmara Municipal, situada à avenida Rio Grande do Sul nº 217, centro, nesta cidade*, em atendimento ao disposto no do artigo 4º, da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000 (Responsabilidade Fiscal).

Canarana – MT, 01 de Abril de 2015.

Evaldo Osvaldo Diehl

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 200/2015

De 01 de abril de 2015.

Dispõe sobre retorno ao serviço da Servidora Pública com licença interesse particular.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 102 paragrafo único da Lei Municipal Complementar n° 028/2002 – Estatuto do Servidor Publico,

RESOLVE:

Art.1° - A servidora Pública Magda Aparecida da Silva,efetiva no cargo de Auxiliar de Administração I,lotada na Secretaria Municipal de Saúde da Lei Complementar 123/2014,em licença interesse concedida em 01/04/2013, retornar as suas funções, no dia 01/04/2015.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ou afixação.

Art. 3° - Revogam – se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana – MT, 01 de Abril de 2015.

Evaldo Osvaldo Diehl

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 201/2015

De 01 de abril de 2015.

Dispõe sobre Licença Prêmio.

O Prefeito do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, Sr. EVALDO OSVALDO DIEHL, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe Lei Municipal Complementar nº. 080/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a LOLAMAR GUARESE TIEPPO ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, matricula de n°1316, lotada na Secretaria Municipal de Educação, três (03) meses de Licença Premio por assiduidade, conforme dispõe legislação supramencionada, no período de 28 de abril de 2015 á 26 de julho de 2015, relativo ao quinquênio de 2009 a 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 01 de abril de 2015.

EVALDO OSVALDO DIEHL

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

LEGISLATIVO
RESUMO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 003/2015

Contratante: **CÂMARA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA.** Contratada: **LUIZ NUNES DO AMARANTE 36968412934**. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE PEDREIRO E SERVENTE DE PEDREIRO PARA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO NA SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA**. Fundamentação Legal: Lei n.º 8.666/93, Licitação Tomada de Preços n.º 001/2015. Dotação Orçamentária: 4.4.90.51.00.00.00 – Obras e Instalações. Data da Assinatura: 01/04/2015. Assina pela Câmara Municipal: **AMILCAR PEREIRA RIOS** - Presidente. Assina pela Contratada: **LUIZ NUNES DO AMARANTE**. Valor global da contratação: R$ 23. 600,00 (vinte e três mil e seiscentos reais).

AMILCAR PEREIRA RIOS Presidente da Câmara Municipal de Castanheira

DECRETO 014/2015

MUNICÍPIODECASTANHEIRA

PODEREXECUTIVO

ESTADODEMATOGROSSO

DECRETO N.º 14, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

Decreta Ponto Facultativo, no âmbito do

Município de Castanheira, Estado de Mato

Grosso, função das datas religiosas que

menciona, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA-MT, no uso das atribuições que

lhe confere a Constituição Federal, o art. 68, inciso III, da Lei Orgânica Municipal; e,

considerando as datas religiosas da quinta-feira santa e da sexta-feira da paixão do

DECRETA:

Art. 1.º Decreta Ponto Facultativo osdias02 de abril (quinta-feira) e 03 de abril

(sexta-feira) de 2015, no âmbito do Município de Castanheira, Estado de Mato

Grosso, em função das datas religiosas, respectivamente, da Quinta-feira Santa e da

Sexta-feira da Paixão.

Art. 2.ºPara todos os efeitos, o Ponto Facultativo administrativo que trata o

artigo anterior não será aplicado para:

I - os serviços essenciais, tais como aqueles pertinentes às áreas de saúde,

limpeza urbana, coleta de lixo e outros que se fizerem necessários, que exercerão

as suas funções conforme determinação das Secretarias Municipais pertinentes; e,

II – as Unidades Educacionais vinculadas à Secretaria Municipal de Educação

que deverão seguir a programação constante do Calendário Escolar.

Art. 3.º Fica a critério da Administração Municipal a qualquer momento através

de ato do chefe do Poder Executivo Municipal ou do Secretário Municipal da

respectiva pasta, se necessário for, convocar todos ou parte dos servidores

municipais para executarem tarefas consideradas inadiáveis e indispensáveis diante

do interesse público, utilizando-se da jornada normal de trabalho.

Art. 4.º Os servidores públicos municipais que cumprir expediente nos dias 02 e

03 de abril (quinta e sexta-feira) de 2015, poderão requerer posteriormente junto aos

Secretários/Chefes de Pastas Municipais horas/dias de folga correspondente aos

dias trabalhados neste período.

GESTÃO:2013/2016

RuaMatoGrosso,n.º142,BairroCentro, Castanheira-MT – CEP.:78345-000 – Fone: (66)3581-1166

CNPJ/MFn.º24.772.154/0001-60–e-mail:prefeituraCastanheira@gmail.com

MUNICÍPIODECASTANHEIRA

ESTADODEMATOGROSSO

PODEREXECUTIVO

Art. 5.º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Castanheira-MT, 01 de abril de 2015.

MABEL DE FÁTIMA MILANEZI ALMICI

Prefeita Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação nesta data no local de costume.

GESTÃO:2013/2016

RuaMatoGrosso,n.º142,BairroCentro, Castanheira-MT – CEP.:78345-000 – Fone: (66)3581-1166

CNPJ/MFn.º24.772.154/0001-60–e-mail:prefeituraCastanheira@gmail.com

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

OFICIO 049

Ofício nº 049/2015-PRESIDENCIA

Em, 23 de Março de 2015.

Prezado Senhor,

Através do presente informamos a Vossa Senhoria, que o **PARECER PRÉVIO Nº 143/2014** emitido pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, referente as Contas Anuais de Governo do exercício de 2013, será apreciado na Sessão Ordinária que será realizada no dia 20 de Abril de 2015 as 19h00, no Plenário desta Casa de Leis.

Conforme disposição Regimental Vossa Senhoria querendo poderá utilizar a Tribuna Livre, para esclarecimentos que julgar necessários, devendo proceder a comunicação por escrito com antecedência mínima de 03 (três) dias da realização da sessão ordinária.

Sem mais para o momento, reitero protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente

Ver. JOAIR LARA DE SIQUEIRA

- Presidente -

Ilmº Sr.

JOSÉ DE SOUZA NEVES

Ex-Gestor do município de Chapada dos Guimarães

Chapada dos Guimarães - MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

RH
DECRETO Nº: 021/2015

DATA: 24 DE MARÇO DE 2015.

SÚMULA: “NOMEIA CONTRIBUINTE POR SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei, e tendo em vista art. 6° incisos e parágrafos da Lei Complementar Federal 116/2003, combinados com o art. 268 da Lei Municipal complementar n° 023/2014 (Código Tributário Municipal).

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado, a partir da data de vigência deste, *Sujeito Passivo por Substituição Tributaria*, o seguinte tomador de serviço:

C.VALE-COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL, com sede social no Município de Cláudia, sito Estrada Alessandra, Km 10 - S/N, Setor Rural, contribuinte regularmente inscrito no CNPJ sob n.º 77.863.223/0138-61 e inscrição municipal 32018.

Art. 2º - O contribuinte substituto tributário nomeado pelo Art. anterior deverá efetuar a retenção e o recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, incidente sobre todos os serviços por ele contratados.

§1º - O contribuinte substituto tributário aplicará a alíquota correspondente, quando da retenção na fonte do ISSQN aos prestadores de serviços enquadrados no REGIME DE TRIBUTAÇÃO DO SIMPLES NACIONAL , conforme disposições da Lei Complementar nº 123/2006 de 14/12/2006 e posteriores alterações.

§2º - O enquadramento no regime de tributação do simples nacional deverá ser devidamente comprovado pelo respectivo prestador, assim como a sua alíquota.

§3º - Estão isentos da retenção por substituição tributaria as empresas enquadradas no regime tributário **MEI** (Micro Empreendedor Individual), facilmente identificados na Nota Fiscal de Prestação de Serviços.

Art. 3º

- O contribuinte substituto tributário aplicará para a retenção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN a alíquota correspondente ao tipo de serviços relacionado na lista de serviços previsto no art. 249 do Código Tributário Municipal – Lei Complementar nº 023/2014, sobre o valor base de cálculo do serviço executado.

§1º - **A base de cálculo do** Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN é o preço total do serviço.

§2º - **Considera-se preço dos serviços** a receita bruta a ele correspondente, sem qualquer dedução, nos termos da legislaçãotributária do Município.

§3º - O contribuinte substituto tributário aplicará para a retenção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN a alíquota de 5% (cinco por cento) quando está não estiver informada no documento fiscal sobre o valor de base de cálculo do serviço.

Art. 4º - Para substituição tributária de empresa prestadora de serviços não domiciliadas no município de Cláudia/MT, será necessário verificar se o tipo de serviço executado pelo prestador na Lei complementar 023/2014.

Art. 5º - Será disponibilizado ao contribuinte substituto tributário, acompanhamento por meio de sistema eletrônico, onde este deverá emitir o Documento de Arrecadação Municipal (DAM), para recolhimento com data limite até dia 20 do mês subsequente ao fato gerador.

Art. 6º -O contribuinte substituto tributário assinará o Recibo de Retenção do Imposto (documento emitido juntamente com a nota fiscal) no ato do empenho, o qual servirá de comprovante de pagamento do impostoaoprestador.

Art. 7º - Aplicam-se ao contribuinte substituto tributário, todas as demais normas contidas na legislação tributária do município, Lei complementar 023/2014 do Código Tributário Municipal e todas as penas legais aplicáveis.

Art. 8º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLAUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO EM 24 DE MARÇO DE 2015.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - ESTADO DE MATO GROSSO-RESULTADO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2015.

O Prefeito Municipal de Cláudia/MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público, para conhecimento dos interessados, que a empresa **MV RODRIGUES CONSTRUÇÕES LTDA ME**, sagrou-se vencedora do processo de Licitação em referência, para a **"Contratação de Empresa para execução de Obra referente a Quadra Poliesportiva com Vestiários do Município de Cláudia – MT**".

Cláudia/MT; 01 de Abril de 2015.

João Batista Moraes De Oliveira

Prefeito Municipal

Shirley Yotzchetz

Presidente da C.P.L.

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - ESTADO DE MATO GROSSO-RESULTADO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2015.

O Prefeito Municipal de Cláudia/MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público, para conhecimento dos interessados, que a empresa **HECOSERVICE CONSTRUÇÕES E SANEAMENTO LTDA**, sagrou-se vencedora do processo de Licitação em referência, para a **"Contratação de Empresa para execução de Obra referente a Construção do Centro de Especialidades no Município de Cláudia – MT".**

Cláudia/MT; 01 de Abril de 2015.

João Batista Moraes De Oliveira

Prefeito Municipal

Shirley Yotzchetz

Presidente da C.P.L.

RH
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - MT CONCURSO PÚBLICO 001/2015

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 01 AO EDITAL Nº 001/2015

O Prefeito do Município de Cláudia - MT, Sr. **João Batista Moraes De Oliveira**, através da Comissão Organizadora do Concurso Público, nomeada pelo Decreto 06/2015, torna público o edital complementar do Concurso Público 001/2015.

Art. 1º Fica Retificado o

ANEXO - I

do Edital do Concurso Público 001/2015, alterado as descrição escolaridade, requisitos e detalhamento dos cargos conforme ANEXO - I abaixo.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário, permanecendo inalteradas as demais disposições do EDITAL n. º 001/2015. Este Edital Complementar 01 do Concurso Público 001/2015, entra em vigor na data de 01 de Abril de 2015.

Cláudia – MT, 01 de Abril de 2015

João Batista Moraes De Oliveira Esdra Nunes de Andrade

Prefeito Municipal Presidente da Comissão Conc. Publico 001/2015

RH
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

FICA RETIFICADO O CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 010/2015 PUBLICADO NA DATA

20/03/2015 NO DIÁRIO OFICIAL DA AMM, MURAL DO PAÇO E SITE MUNICIPAL,

POR ERRO DE DIGITAÇÃO, PASSANDO A VIGORAR A

PUBLICAÇÃO CONFORME ABAIXO:

CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 010/2015

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - MT**, sito a Avenida Gaspar Dutra – s/n, Claudia-MT, inscrita no CGC/MF 01.310.499/0001-04, denominada a seguir como *CONTRATANTE*, e **CRISTIANA PEREIRA DA SILVA**, residente e domiciliada na cidade de Claudia, Estado de Mato Grosso, portadora do RG nº 1734397-6 SSP/MT e CPF sob nº 025.709.661-26, doravante denominada como **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato individual de Trabalho por Tempo Determinado, a título precário, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme Lei Municipal N.º 256/2009 e as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O objetivo da presente contratação temporária é com base na Lei Complementar N.º 256/2009, para a prestação de serviços na função de Professora – de 30 HORAS, a ser desempenhada junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

CLÁUSULA SEGUNDA - O valor mensal do presente contrato será de R$ 1 .909,64 (hum mil novecentos e nove reais e sessenta e quatro centavos), correspondentes a 30 (trinta) horas semanais, de acordo com a Lei Complementar 014/2013, podendo ocorrer variação durante a vigência do mesmo, variação esta que ficará a critério exclusivo da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento do valor mencionado no

caput

desta Cláusula será efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subseqüente ao seu vencimento, e quando houver variação das horas, tal variação deverá ser aferida pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e informado ao Departamento de Recursos Humanos, mediante relatório específico, com a discriminação das horas contratadas e das horas que variarem no mês relativo ao pagamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO- A remuneração mensal prevista no caput desta Cláusula será reajustada na mesma época e índice adotados para os demais servidores da CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA - Quando do término do presente contrato o CONTRATADO (A), terá direito a receber 13º salário proporcional, férias e um terço proporcional, não tendo direito ao Aviso prévio, haja vista que o presente contrato é celebrado por prazo determinado.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para efeito do pagamento das verbas rescisórias mencionadas no caput desta Cláusula, será realizada uma média dos salários percebidos durante a vigência deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - O CONTRATADO (A) fica desde já obrigado ao exercício da função pública, nos limites e obrigações igualmente impostos aos servidores efetivos por força Lei Complementar 014/2013, sem que com isso adquira direitos iguais aos benefícios individuais previstos naquele texto legal, com exceção àqueles inerentes ao exercício de determinada função

PARÁGRAFO ÚNICO - Se houver faltas não justificadas por parte do CONTRATADO (A), estas serão descontadas no seu pagamento.

CLÁUSULA QUINTA - Este contrato tem como suporte legal a Lei nº 256/2009, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, e regulamenta também as demais características do presente instrumento.

PARÁGRAFO ÚNICO - Além dos descontos previstos em Lei, reservam-se a CONTRATANTE, o direito de descontar do CONTRATADO (A) as importâncias correspondentes aos danos eventualmente causados por ele.

CLÁUSULA SEXTA - As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da Dotação Orçamentária, abaixo consignada no Orçamento Programa para o corrente Exercício.

05.003.12.365.0018.2017.3190.04

DESPESAS CORRENTES

PESSOAL CIVIL

CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.

CLÁUSULA SÉTIMA - A vigência do presente contrato será da data de sua assinatura até 18 de Dezembro de 2015, sendo que as obrigações e direitos pactuados no mesmo se extinguirão de pleno direito, quando da data de seu vencimento, sem prejuízo do disposto na Cláusula Terceira supramencionada.

CLÀUSULA OITAVA - Fica ressalvado à CONTRATANTE o direito a rescisão unilateral deste instrumento de contrato, desde que o mesmo se torne inadequado ou inconveniente aos interesses do município.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATANTE pode rescindir este contrato antes do término previsto na Cláusula Sétima, quando assim for necessário, respeitando-se o Princípio da Supremacia do Interesse Público.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O (A) CONTRATADO (A) pode pedir a rescisão deste instrumento de contrato, por motivos de foro íntimo, sempre com aviso de 30 (trinta) dias anterior à data da rescisão de fato ou com prazo menor quando houver a anuência por parte da CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA - Os servidores contratados com base na Lei N.º 256/2009, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, estão sujeitos ao Regime de Previdência Oficial - INSS.

CLÁUSULA DÉCIMA - As partes elegem o Foro da Comarca de Claudia - MT, para dirimirem dúvidas oriundas do presente contrato.

E, por terem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente contrato.

CLAUDIA (MT), 18 de Fevereiro de 2015.

PREFEITURA MUN. DE CLAUDIA

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

CRISTIANA PEREIRA DA SILVA

CONTRATADO (A)

TESTEMUNHAS:

1 - _____ 2 - _____

Esdra Nunes de Andrade Rejane Cristina Anderle

CPF – 843.363.581-68 CPF: 650.249.151-00

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2015

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de Cláudia, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de Cláudia, de um lado o **MUNICÍPIO DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.310.499/0001-04, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. JOAO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, agente político, portador da CIC/RG sob o n.º 1047145-6 SSP/MT e CPF/MF sob o n.º 782.277.801-30, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e do outro lado a empresa M L TRENTO MERCADO ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 18.356.823/0001-10 e Inscrição Estadual n.º. 13.493.866-6 estabelecida a Rua Santa Lucia, Quadra 06, Lote 02, bairro Habitar Brasil, cidade de Cláudia/MT, neste ato representada pela Srª. Maira Luiza Trento, portadora do CIRG n.º 7.620..814-0 SESP/PR e CPF n.º 030.042.889-82, doravante denominada **"PROMITENTE FORNECEDORA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, e alterações posteriores, que regulamenta o Pregão Presencial e Registro de Preços no Município de CLÁUDIA e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL nº 018/2015**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1 - REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUALAQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS DIVERSOS PARA A MERENDA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS, CRECHES MUNICIPAIS, ESCOLA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL DIVA RODRIGUES E PETI E PARA A MANUTENÇÃO DAS CANTINAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, conforme disposto abaixo:

Nº	PRODUTOS	UNIDADE	QTD.	VL. UNIT.	VLR. TOTAL	MARCA
01	Alecrim desidratado embalagem de 10g com data de fabricação e validade no rotulo da embalagem. Validade mínima 06 a 08 meses.	PCT	560	1,00	560,00	Alcondi
02	Canela em Pau embalagem de 10g, validade não deverá ser menor que 06 a 08 meses. Embalagem do produto deve conter registro da data de fabricação, peso e validade estampada no rotulo da embalagem.	PCT	372	0,95	353,40	Alcondi
03	Canela em Pó com embalagem de 10gramas, validade não deverá ser menor que 06 a 08 meses. Embalagem do produto deve conter registro da data de fabricação, peso e validade estampada no rotulo da embalagem.	PCT	340	1,00	340,00	Alcondi
05	Confeites Coloridos 80g, validade não deverá ser menor que 06 a 08 meses. Embalagem do produto deve conter registro da data de fabricação, peso e validade estampada no rotulo da embalagem.	PCT	279	4,31	1.202,49	Mil Cores
07	Essência para bolo embalagem de 30 ml	UNI	182	4,85	882,70	Cepêra
08	Farinha de Arroz Alim.Inf. 400g, isento de parasitas, sujidades, sabores e odores indesejados. Validade não deverá ser menor que 06 a 08 meses. Embalagem do produto deve conter registro da data de fabricação, peso e validade estampada no rotulo da embalagem.	UNI	328	10,70	3.509,60	Nestle
09	Farinha de Aveia Alim.Inf. 400g, isento de parasitas, sujidades, sabores e odores indesejados. validade não deverá ser menor que 06 a 08 meses. Embalagem do produto deve conter registro da data de fabricação, peso e validade estampada no rotulo da embalagem.	UNI	318	10,70	3.402,60	Nestle
10	Linhaça em grão 200g, 90 ou 98% de aproveitamento das sementes, limpos e saudáveis, sendo que, não devem estar presente grãos murchos, de aspecto podre, isento de parasitas, sujidades, sabores e odores indesejados. Validade não deverá ser menor que 06 a 08 meses. Embalagem do produto deve conter registro da data de fabricação, peso e validade estampada no rotulo da embalagem.	PCT	290	3,82	1.107,80	Mika

14	Mistura para leite sabor Morango 400g, + isento de parasitas, sujidades, sabores e odores indesejados. Validade	UNI	364	4,50	1.638,00	Muki
	Nãodeverá ser menor que 06 a 08 meses. Embalagem do produto deve conter registro da data de fabricação, peso e validade estampada no rotulo da embalagem.					
15	Noz-moscada 10g, a validade não deverá ser menor que 06 a 08 meses. Embalagem do produto deve conter registro da data de fabricação, peso e validade estampada no rotulo da embalagem.	UNI	360	1,99	716,40	Alcondi
16	Pepino em conserva embalagem Própria de 300g, a validade não deverá ser menor que 06 a 08 meses. Embalagem do produto deve conter registro da data de fabricação, peso e validade estampada no rotulo da embalagem.	UNI	90	6,50	585,00	Vale Fértil
18	Rapadura simples barra 500gramas, a validade não deverá ser menor que 06 a 08 meses. Embalagem do produto deve conter registro da data de fabricação, fabricante, peso e validade estampada no rotulo da embalagem.	UNI	90	5,60	504,00	Estrela
19	Refrigerante 2Lts de 1º qualidade, similar a marca Coca- cola, Fanta, Guaraná e Pepsi. a validade não deverá ser menor que 06 a 08 meses. Embalagem do produto deve conter registro da data de fabricação, peso e validade estampada no rotulo da embalagem.	UNI	6400	6,00	38.400,00	Coca Fanta Antarctica
20	Sagu 500g	PCT	409	4,99	2.040,91	Mika
21	Sal amoníaco 30g, a validade não deverá ser menor que 06 a 08 meses. embalagem do produto deve conter registro da data de fabricação, peso e validade estampada no rotulo da embalagem.	UNI	200	1,15	230,00	Alcondi
22	Sebo para fazer sabão	KG	150	3,70	555,00	-
23	Abacaxi tamanho medio- O produto não deverá apresentar odor desagradavel, podridões, queimaduras de sol, manchas anormais, batidas, rachaduras, exsudações e ataque de insetos, sendo que as folhas da coroa devem estar verdes e erguidas.	KG	5.396	4,00	21.584,00	-
24	Abacate tamanho grande- O produto não deverá apresentar odor	KG	470	3,50	1.645,00	
	Desagradável, podridões, queimadura de sol, manchas anormais, batidas, rachaduras, exsudações e ataque de insetos.					
25	Abóbora Cabotiá média em bom estado de conservação, O produto não deverá apresentar odor desagradavel, podridões, queimaduras de sol, manchas anormais, batidas, rachaduras, exsudações e ataque de insetos e com especificações de peso na embalagem	KG	810	3,55	2.875,50	-
26	Abobrinha Verde de pescoço em bom estado de conservação tamanho médio, O produto não deverá apresentar odor desagradavel, podridões, queimaduras de sol, manchas anormais, batidas, rachaduras, exsudações e ataque de Insetos com especificações de peso na embalagem	KG	530	2,65	1.404,50	-
27	Acelga- O produto deverá ter uma textura crocante e sabor doce. As folhas verdes que deverão ser de cor viva e não devem apresentar qualquer escurecimento ou amarelecimento. As folhas não devem ter pequenos buracos. As hastes devem ser frescas. Em maço com no mínimo 400g.	UNI	505	5,20	2.626,00	-
28	Alface crespa grande- O produto deve mostrar folhas limpas, frescas, livres de manchas escuras ou viscosas. Além disso, as bordas das folhas não devem ter sinais de cor marrom ou amarelo, O produto não devera apresentar odor desagradavel, podridões, queimaduras de sol, manchas anormais, batidas, rachaduras, exsudações e ataque de insetos	UNI	3.200	2,40	7.680,00	-
29	Alho de cabeça saudável de boa qualidade, embalado em saco plástico com identificação de peso e data da pesagem na embalagem	KG	936	13,90	13.010,40	
30	Almeirão - em embalagem individual, maços de tamanho mediano, em bom estado de conservação, - O produto deve mostrar folhas limpas, frescas, livres de manchas escuras ou viscosas. Além disso, as bordas das folhas não devem ter sinais de cor marrom ou amarelo	UNI	2.008	1,94	3.895,52	-
31	Banana DA TERRA , em grau médio de	KG	322	4,98	1.603,56	-
	Amadurecimento com especificações de peso na embalagem. Não sendo permitido entrega da fruta em estado de podridão, O produto não deverá apresentar odor desagradavel, queimaduras de sol, manchas anormais, batidas, rachaduras, exsudações e ataque de insetos, deverá ser entregue INTACTA. Livre de oriundos físicos ou mecânicos no transporte.					
32	Banana Maçã em grau médio em grau médio de amadurecimento com especificações de peso na embalagem. Não sendo permitido entrega da fruta em estado de podridão, O produto não deverá apresentar odor desagradavel, queimaduras de sol, manchas anormais, batidas, rachaduras, exsudações e ataque de insetos, deverá ser entregue INTACTA. Livre de oriundos físicos ou mecânicos no transporte.	KG	2.038	3,98	8.111,24	-
33	Banana Nanica em grau médio de amadurecimento com especificações de peso na embalagem. Não sendo permitido entrega da fruta em estado de podridão	KG	6.096	2,90	17.678,40	-
34	Batata Doce, livre de brotos e sinais de podridão, em embalagem plástica com descrição de pesagem, lisa e lavada de primeira qualidade, tamanho e coloração uniforme, fresca, compacta e firme, sem lesões de rachaduras e cortes, sem danos físicos oriundos de manuseio e transporte, devendo ser bem desenvolvida de colheita recente.	KG	610	3,49	2.128,90	-
35	Batata inglesa média, livre de brotos e sinais de podridão, em embalagem plástica com descrição de pesagem, lisa e lavada de primeira qualidade, tamanho e coloração uniforme, fresca, compacta e firme, sem lesões de rachaduras e cortes, sem danos físicos oriundos de manuseio e transporte, devendo ser bem desenvolvida de colheita recente.	KG	2.578	4,89	12.606,42	-
36	Beterraba extra- Não é tolerada a presença de beterrabas que apresentem os seguintes defeitos listados: dano profundo- qualquer lesão, não importando a origem, que exponha ou	KG	1.156	3,00	3.468,00	-
	atinja a polpa da raiz, podendo ou não estar cicatrizada, deficiência de boro, rachadura, mecânica e praga: murcha- raiz com desidratação caracterizada por flacidez: podridão- dano patológico e ou fisiológico que leva a decomposição, desintegração ou fermentação em qualquer grau: e passado- raízes muito grandes colhidas tardiamente e que podem apresentar- se fibrosas.					
37	Cebola de cabeça inteira branca, com grau médio de amadurecimento, compacta e firme, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, graúda, isenta de enfermidades, sujidades, parasitas e larvas.	KG	1.706	3,99	6.806,94	-
38	Cenoura tamanho médio de 1ª qualidade sem sinais de podridão, tamanho médio e coloração uniforme, isenta de enfermidades, material terroso e umidade externa anormal, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte.	KG	1.582	3,98	6.296,36	-
39	Cheiro Verde- O cheiro verde precisa ser fresco, com uma cor verde profunda e aparência viçosa. Os maços não podem ter folhas que estão murchas ou amarelas. O cheiro verde deve ser seco e que tenha sido cultivada organicamente em maço com no mínimo 300g.	MAÇO	1.600	2,00	3.200,00	-
40	Chuchu Não é tolerada a presença de chuchus que apresentem os seguintes defeitos listados: dano profundo- qualquer lesão, não importando a origem, que exponha ou atinja a o legume, podendo ou não estar cicatrizada, deficiência de boro, rachadura, mecânica e praga: murcho, com desidratação caracterizada por flacidez: podridão- dano patológico e ou fisiológico que leva a decomposição, desintegração ou fermentação em qualquer grau: e passado- chuchus muito grandes colhidas tardiamente e que podem apresentar- se fibrosos	KG	904	3,45	3.118,80	-
41	Couve Chinesa, O produto deve mostrar folhas limpas, frescas, livres de	MAÇO	948			-

	Manchas escuras ou viscosas. Além disso, as bordas das folhas não devem ter sinais de cor marrom ou amarelo, O produto não deverá apresentar odor desagradavel, podridões, queimaduras de sol, manchas anormais, batidas, rachaduras, exsudações e ataque de insetos			2,00	1.896,00	
42	Limão Taiti, A consistência deve ser igual em toda a fruta, um lado não deve ser mais mole que o outro: a cor tem que estar de acordo com a variedade: Fruta boa para o consumo deve ser firme, sem ceder à pressão dos dedos. O produto não deverá apresentar odor desagradavel, podridões, queimaduras de sol, manchas anormais, batidas, rachaduras, exsudações e ataque de insetos.	KG	198	4,99	988,02	-
43	Maçã nacional- As maças devem ser de cor viva, firmes e pesadas em relação ao tamanho. A casca deve ser lisa, sem depressões ou machucados. Tamanho médio de primeira qualidade. A consistência deve ser igual em toda a fruta, um lado não deve ser mais mole que o outro: a cor tem que estar de acordo com a variedade: fruta boa para o consumo deve ser firme, sem ceder a pressão dos dedos. O produto não deverá apresentar odor desagradavel, podridões, queimaduras de sol, manchas anormais, batidas, rachaduras, exsudações e ataque de insetos.	KG	3.250	5,22	16.965,00	-
44	Mamão Formosa comercial- O produto não pode estar manchado, flácido, com exsudações e lesões. O produto deve ser de tamanho médio e grau médio de amadurecimento, com tons amarélo alaranjado e exalando um suave aroma característico.	KG	908	4,87	4.421,96	-
45	Mandioca descascada e congelada, as raízes devem ser novas, cor amarelada ou branca, sem carunchos, perfurações, com peso na embalagem, não podendo ter sinais de escurecimento	KG	1.868	3,50	6.538,00	-
46	Maracujá tamanho médio de 1ª qualidade sem sinais de podridão ou ressecamento, isento de larvas e parasitas, odores e sabores estranhos,	KG	664	3,85	2.556,40	-
	Grau médio de amadurecimento e com especificações de peso na embalagem					
47	Melancia- tamanho grande, O produto precisa ter a casca firme, lustrosa e sem manchas escuras ou amareladas, de sabor doce, não permitindo melancias aguadas, ou colhidas muito nova, sua cor deve ser vermelho vivo, Ela deve ser pesada em relação ao seu volume.	KG	5.210	1,77	9.221,70	-
48	Melão- O produto precisa ter a casca firme, lustrosa e sem manchas escuras, de sabor doce, não permitindo melões aguados, ou colhidos muito novos, sua cor deve amarelo vivo, ele deve ser pesado em relação ao seu volume.	0	70	4,99	349,30	-
49	Milho verde em espiga DUZIA COM 12, espiga de tamanho grande, colhidas meia verdes, sem sinais de larvas ou parasitas, a espiga deve ser limpa e embalada em pcts cm peso referente ao seu volume.	DUZIA	608	7,00	4.256,00	-
50	Pepino médio de 1ª qualidade sem sinais de podridão, tamanho médio e coloração uniforme, isenta de enfermidades, material terroso e umidade externa anormal, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte.	KG	910	3,40	3.094,00	-
51	Pimentão verde médio de 1ª qualidade sem sinais de podridão, tamanho médio e coloração uniforme, isenta de enfermidades, material terroso e umidade externa anormal, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte.	KG	340	5,37	1.825,80	-
52	Repolho liso, fresco, de primeira, tamanha e coloração uniforme, devendo ser bem desenvolvido, firme e intacto, sem lesões de origem física ou mecânica perfurações e corte.	KG	1.792	2,60	4.659,20	-
53	Tomate aspecto globoso, cor vermelha, classificada como legume, graúda, de polpa firme e intacta, isento de enfermidades, boa qualidade, livre de resíduos, sujidade, parasitas, larvas, podridão, amasso, sem lesões de origem física ou mecânica oriunda de manuseio ou transporte, acondicionado em caixas de madeiras por quilo pesado.	KG	1.710	4,69	8.019,90	-
TOTAL DA PROPOSTA:					R$	240.558,72

VALOR TOTAL: R$ 240.558,72 (Duzentos e quarenta mil, quinhentos e cinqüenta e oito reais e setenta e dois centavos).

1.2 Os itens que tiverem os preços e quantidades registrados, eventualmente serão contratados de acordo com a necessidade das Unidades Escolares do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A presente ata de registro de preços terá vigência de 12 (dose) meses, a partir da data de 31/03/2015 até 31/03/2016.

2.1.1 A vigência da Ata de Registro de Preços e do contrato administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57 da Lei 8.666/1993.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Cláudia não será obrigado a efetuar a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, dos gêneros alimentícios referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL nº 018/2015, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1 - Os pagamentos serão efetuados, em média, até 30 (trinta) dias após a entrega dos gêneros alimentícios da merenda escolar, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Administração.

3.2 - Caso seja constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

3.2.1 - Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

3.3 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

3.4 - Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

3.5 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

CLÁUSULA QUARTA

DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1 As entregas serão feitas de forma parcelada conforme a necessidade das Secretarias Solicitantes, através de Solicitação, Pedido ou Autorização de fornecimento na quantidade solicitada;

4.2 Os itens adquiridos/registrados através deste Registro de Preços deverão ser entregues nas quantidades solicitadas, nos locais indicados pela Secretaria solicitante no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após solicitação, pedido ou autorização de fornecimento expedido pela Secretaria solicitante.

4.3 A ata de registro de preços terá validade 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura;

4.3.1 As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57 da Lei 8.666/1993.

4.4 Caso a licitante não consiga efetuar a entrega dos gêneros alimentícios no prazo previsto no item 4.1, deverão apresentar justificativa plausível e fundamentada a Administração, sob pena de responder pelas sanções previstas na cláusula sétima.

4.5 Os itens licitados somente serão adquiridos se houver eventual necessidade de aquisição das Secretarias.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1 - Do Município:

5.1.1- Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

5.1.2- Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.3- Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.4- Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.5- Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.1.6- Conferir e Fiscalizar a execução ou aquisição do objeto licitado.

5.2 - Da Detentora da Ata:

5.2.1- Fornecer o objeto nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2- Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3- Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4- Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

5.2.5- Fornecer o objeto nos termos estipulados na proposta preços e edital de licitação.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 - Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa pela detentora.

6.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa.

6.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS PENALIDADES

7.1 A recusa injustificada em entregar os itens licitados da empresa com proposta classificada na licitação conforme instruções deste edital ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 com as alterações posteriores.

7.2 O atraso injustificado na entrega dos itens licitados após o prazo preestabelecido no Edital, sujeitará o contratado a multa, na forma estabelecida a seguir:

a) 0,3% (três décimos por cento) do valor total da Ata de Registro de preços, por dia de atraso, até o máximo de 15 (quinze) dias;

b) 2% (dois por cento), do valor total da Ata de Registro de preços, a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, configurando-se após esse prazo a inexecução do contrato, descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

7.3 Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (objeto de contrato ou nota de empenho), a Contratante poderá aplicar às empresas, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) advertência;

b) multa de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, por dia de atraso na entrega dos itens;

c) multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, por infração a quaisquer das cláusulas do contrato e itens deste Edital e pela recusa da assinatura do contrato;

d) multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, na hipótese de rescisão do contrato nos casos previstos em Lei, por culpa da contratada, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal incidente e da obrigação de ressarcir das perdas e danos que der causa;

e) suspensão temporária de participar em licitações e impedimentos de contratar com a Prefeitura Municipal de Cláudia - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com as Administrações Públicas Federal, Estaduais ou Municipais, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

7.4 De qualquer sanção imposta, a contratada poderá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contado da intimação do ato, oferecer recurso à Prefeitura Municipal de Cláudia - MT, devidamente fundamentado.

7.5 A segunda adjudicatária, em ocorrendo à hipótese do item precedente, ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas neste Edital.

CLÁUSULA OITAVA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 - Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.1.1 - Considera-se Preço registrado aquele atribuido aos produtos, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2 - Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o IGPM/FGV.

8.3 - O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4 - No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5 - Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.6 - Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

8.7 - Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8 - Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

8.8.1 - A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9 - A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

8.10 - Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11 - Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12 - Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA NONA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 30(trinta) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pelo “PROMITENTE FORNECEDORA”, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

9.2 - A presente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1 - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.2.2 - a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.3 - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.2.4 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.2.5 - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.6 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.4 - Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8. 666/93.

9.4.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO

10.1 - As aquisições dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA DO

ORÇAMENTO

11.1 As despesas decorrentes da presente Ata correrão por conta de recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de Cláudia.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de PREGÃO PRESENCIAL Nº. 018/2015, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela PROMITENTE FORNECEDORA, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DAS COMUNICAÇÕES

13.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Integram esta Ata, o edital da PREGÃO PRESENCIAL nº018/2015 a proposta da empresa M L TRENTO MERCADO ME classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

14.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Cláudia – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Cláudia – MT, 01 de Abril de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

João Batista Moraes De Oliveira

Prefeito Municipal

M L TRENTO MERCADO ME

Maira Luiza Trento

EMPRESA/PROMITENTE FORNECEDORA

Testemunhas:

_____

Nome: Hemilin Fernanda Tiedt

CPF: 041.620.821-54

_____

Nome: Everson Ceser Konzen

CPF: 945.010.251-15

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

EDITAL COMPLEMENTAR 004 - SAUDE

EDITAL COMPLEMENTAR DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SECRETARIA DE SAÚDE Nº 004/2015

O Prefeito Municipal de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, através da Comissão Organizadora de Processo Seletivo Público, nomeada pela Portaria Nº. 008/2015, em conformidade com a Constituição Federal CF/88 Artigo 37, com a Lei Federal Nº. 11.350 de 05 de Outubro de 2006 e com a Lei Municipal Nº. 699/2014 de 10/03/2014 torna público o indeferimento da inscrição, pelo fato da requerente não residir na área de abrangência da microárea pretendida, conforme a seguir:

Valquiria Machado Borges dos Santos CPF: 808.485.671-53

Cocalinho – MT, 01 de abril de 2015.

Luiz Henrique do Amaral

Prefeito Municipal

EDITAL COMPLEMENTAR 003 - SAUDE

EDITAL COMPLEMENTAR DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SECRETARIA DE SAÚDE Nº 003/2015

O Prefeito Municipal de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, através da Comissão Organizadora de Processo Seletivo Público, nomeada pela Portaria Nº. 008/2015, em conformidade com a Constituição Federal CF/88 Artigo 37, com a Lei Federal Nº. 11.350 de 05 de Outubro de 2006 e com a Lei Municipal Nº. 699/2014 de 10/03/2014 torna público a relação provisória dos inscritos, conforme a seguir:

MICRO ÁREA 03 – JARDIM ARAGUAIA	
CANDIDATO	**CPF**
1. ANA MARCIA FERREIRA RIBEIRO DA LUZ	028.673.961-58
2. PATRICIA APARECIDA SILVA	003.761.471-13
3. EDIZANGELA DA SILVA ARAUJO	021.497.311-50
4. IVANETE RODRIGUES DAS NEVES	017.823.721-30
5. ISPLESESN BARROS RAMOS	038.282.531-48
6. REGIANE D'ANUNCIAÇÃO DE ARAUJO	021.359.701-23
7. JESSICA GARCIA DA SILVA	058.325.811-56
8. LAIS GONZAGA SANTOS	053.565.151-11
9. TELMA DOS SANTOS SILVA	018.156.231-60
10. SARIA DIAS CASTRO	025.614.321-81
11. VALQUIRIA MACHADO BORGES DOS SANTOS	808.485.671-53
MICRO ÁREA 06 – CIDADE NOVA	
CANDIDATO	**CPF**
1. LUCIANA PINTO DO NASCIMENTO	003.264.431-00
2. JOEL OLIVEIRA DOS SANTOS	942.547.291-20
3. NILVA EVANGELISTA DE OLIVEIRA	997.281.411-49
4. CAMILA SOUZA MOTA	754.749.051-49
5. DAIANE APARECIDA DOS SANTOS	055.434.741-56
6. REGIANE SERAFIM SOARES	026.043.551-16
7. VALDIRENE PEREIRA RODRIGUES	935.669.991-72
8. DAIANE OLIVEIRA SANTOS	754.017.971-68
9. SIMONE MARIA DE OLIVEIRA	016.950.581-27
10. FRANCIELLE AGUIAR GONÇALVES	020.046.191-55
11. LUCIFATIMA ALFREDO MONTEIRO	618.156.241-91
12. JULIANA CEZAR DA SILVA	012.790.441-79
13. DENISE FERREIRA DOS REIS ABREU	011.645.041-00
MICRO ÁREA 15 – CALCÁRIO SERRA DOURADA	
CANDIDATO	CPF
1. LORENCIA SILVA VAZ	055.521.181-01
2. ADRIA CABRAL DO NASCIMENTO	000.338.351-28
3. CLEONICE SERAFIM DA SILVA	429.589.971-20
4. PRICILIA DE SOUZA ROSA	008.381.161-32
5. ANA PAULA RODRIGUES LEITE	039.539.051-63
MICRO ÁREA 11 – FAZENDA ÁGUA LIMPA	
CANDIDATO	CPF
1. LEIDIANE PEREIRA LIMA	046.502.151-45
2. ELISMARTA BARBOSA DE DEUS	941.597.181-91
MICRO ÁREA 12 – ITACAIÚ	
CANDIDATO	CPF
1. LUCIANA APARECIDA FERREIRA DA SILVA	034.433.651-40
2. MARCIA MENDES DE MELO	017.980.691-21

Cocalinho – MT, 31 de março de 2015.

Luiz Henrique do Amaral

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

ASSESSORIA JURÍDICA/CONTRATOS
CONTRATO: N°127/2014

CONTRATO: N°127/2014

PARTES: **PREFEITURA MUN. DE COLNIZA/MT E BGM CONSTRUTORA LTDA – ME.**

OBJETO: EXECUÇÃO DE OBRA DE AMPLIAÇÃO E REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL BOMJESUS.

VALOR GLOBAL: R$: 133.190,98 (CENTO E TRINTA E TRÊS MIL CENTO E NOVENTA REAIS E NOVENTA E OITO CENTAVOS).

VIGÊNCIA: VIGÊNCIA: 90 (NOVENTA) DIAS

CONTRATANTE: JOÃO ASSIS RAMOS

CONTRATADO (A): BGM CONSTRUTORA LTDA – ME.

ASSESSORIA JURÍDICA/CONTRATOS
CONTRATO: N°128/2014

CONTRATO: N°128/2014

PARTES: **PREFEITURA MUN. DE COLNIZA/MT E BGM CONSTRUTORA LTDA – ME.**

OBJETO: EXECUÇÃO DE OBRA DE AMPLIAÇÃO E REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL RAQUÉL DE QUEIROZ.

VALOR GLOBAL: R$: 38.106,78 (TRINTA E OITO MIL CENTO E SEIS REAIS E SETENTA E OITO CENTAVOS).

VIGÊNCIA: 90 (NOVENTA) DIAS

CONTRATANTE: JOÃO ASSIS RAMOS

CONTRATADO (A): BGM CONSTRUTORA LTDA – ME.

ASSESSORIA JURÍDICA/CONTRATOS
CONTRATO: N°129/2014

CONTRATO: N°129/2014

PARTES: **PREFEITURA MUN. DE COLNIZA/MT E BGM CONSTRUTORA LTDA – ME.**

OBJETO: EXECUÇÃO DE OBRA DE AMPLIAÇÃO E REFORMA DA ESCOLA MUNICÍPAL PEQUENOS PASSOS.

VALOR GLOBAL: R$: 21.000,91 (VINTE E UM MIL REAIS E NOVENTA E UM CENTAVOS).

VIGÊNCIA: 90 (NOVENTA) DIAS

CONTRATANTE: JOÃO ASSIS RAMOS

CONTRATADO (A): BGM CONSTRUTORA LTDA – ME.

ASSESSORIA JURÍDICA/CONTRATOS
CONTRATO: N°130/2014

CONTRATO: N°130/2014

PARTES: **PREFEITURA MUN. DE COLNIZA/MT DARDANELOS CONSTRUTORA LTDA – ME.**

OBJETO: EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM SUPERFICIAL PLUVIAL, CONFORME DETALHAMENTO DO ANEXO L – TERMO DE REFERENCIA, OBJETO INTEGRANTE DO EDITAL.

VALOR GLOBAL: R$ 1.130.444,26 (HUM MILHÃO CENTO E TRINTA MIL QUATROCENTOS E QUARENTA E QUATRO REAIS E VINTE E SEIS CENTAVOS).

VIGÊNCIA: 90 (NOVENTA) DIAS

CONTRATANTE: JOÃO ASSIS RAMOS

CONTRATADO (A): DARDANELOS CONSTRUTORA LTDA – ME.

ASSESSORIA JURÍDICA/CONTRATOS
CONTRATO: N°131/2014

CONTRATO: N°131/2014

PARTES: **PREFEITURA MUN. DE COLNIZA/MT E P. R. CONSTRUTORA LTDA**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇAO DE 01 (UMA) UNIDADE BÁSICA DE SAUDE - UBS, LOCALIZADA NA AVENIDA JOSE TROVÃO ESQUINA COM RUA MINAS GERAIS, S/Nº NO BAIRRO CIDADE ALTA COLNIZA/MT, CONFORME DETALHAMENTO DO ANEXO I – TERMO DE REFERENCIA, OBJETO INTEGRANTE DO EDITAL.

VALOR GLOBAL: R$ 407.664,78, (QUATROCENTOS E SETE MIL SEISCENTOS E SESSENTA E QUATRO REAIS E SETENTA E OITO CENTAVOS)

VIGÊNCIA: 90 (NOVENTA) DIAS

CONTRATANTE: JOÃO ASSIS RAMOS

CONTRATADO (A): P. R. CONSTRUTORA LTDA

ASSESSORIA JURÍDICA/CONTRATOS
CONTRATO: N°132/2014

CONTRATO: N°132/2014

PARTES: **PREFEITURA MUN. DE COLNIZA/MT E P. R. CONSTRUTORA LTDA.**

OBJETO: EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇAO DE 01 (UMA) UNIDADE BÁSICA DE SAUDE – (UBS), LOCALIZADA RUA DAS CASTANHEIRAS, S/Nº, NO DISTRITO DE TRÊS FRONTEIRAS, CONFORME DETALHAMENTO DO ANEXO I – TERMO DE REFERENCIA, OBJETO INTEGRANTE DO EDITAL.

VALOR GLOBAL: R$: 407.664,78 (QUATROCENTOS E SETE MIL SEISCENTOS E SESSENTA E QUATRO REAIS E SETENTA E OITO CENTAVOS).

VIGÊNCIA: 90 (NOVENTA) DIAS

CONTRATANTE: JOÃO ASSIS RAMOS

CONTRATADO (A): P. R. CONSTRUTORA LTDA.

ASSESSORIA JURÍDICA/CONTRATOS
CONTRATO: N° 120/2014

CONTRATO: N° 120/2014

PARTES: **PREFEITURA MUN. DE COLNIZA/MT E BGM CONSTRUTORA LTDA – ME.**

OBJETO: EXECUÇÃO DE OBRA DE AMPLIAÇÃO DO POSTO DE SAÚDE DA FAMÍLIA RURAL (PSF), LOCALIZADO NA AVENIDA DO CONTORNO, LOTE 07, QUADRA-03 NO CENTO DE COLNIZA/MT

VALOR GLOBAL: R$: 181.943,72 (CENTO E OITENTA E UM MIL NOVECENTOS E QUARENTA E TRÊS REAIS E SETENTA E DOIS CENTAVOS).

VIGÊNCIA: 90 (NOVENTA) DIAS

CONTRATANTE: JOÃO ASSIS RAMOS

CONTRATADO: BGM CONSTRUTORA LTDA – ME

ASSESSORIA JURÍDICA/CONTRATOS
CONTRATO: N°121/214

CONTRATO: N°121/214

PARTES: **PREFEITURA MUN. DE COLNIZA/MT E, BGM CONSTRUTORA LTDA – ME.**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CALÇAMENTO E O ESTACIONAMENTO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE (UBS) E CONTRUÇÃO DE UMA ACADEMIA DE SAÚDE LOCALIZADO NO BAIRRO GARÇA DE COLNIA/MT.

VALOR GLOBAL: R$ 106.412,99 (CENTO E SEIS MIL QUATROCENTOS E DOZE REAIS E NOVENTA E NOVE CENTAVOS)

VIGÊNCIA: 90 (NOVENTA) DIAS

CONTRATANTE: JOÃO ASSIS RAMOS

CONTRATADO (A): BGM CONSTRUTORA LTDA – ME.

ASSESSORIA JURÍDICA/CONTRATOS
CONTRATO: N°122/2014

CONTRATO: N°122/2014

PARTES: **PREFEITURA MUN. DE COLNIZA/MT E BGM CONSTRUTORA LTDA – ME.**

OBJETO: EXECUÇÃO DE OBRA DA CONSTRUÇÃO DA ACADEMIA DE SAÚDE AO LADO DO PSF DO BAIRRO BELA VISTA, LOCALIZADO NA AVENIDA SÃO DOMINGOS LOTE-40, QUADRA-02, NO BAIRRO-BELA VISTA DE COLNIZA/MT.

VALOR GLOBAL: R$: 64.417,44 (SESSENTA E QUATRO MIL QUATROCENTOS E DEZESSETE REAIS E QUARENTA E QUATRO CENTAVOS).

VIGÊNCIA: 90 (NOVENTA) DIAS

CONTRATANTE: JOÃO ASSIS RAMOS

CONTRATADO (A):

BGM CONSTRUTORA LTDA – ME.

ASSESSORIA JURÍDICA/CONTRATOS
CONTRATO: N°123/2014

CONTRATO: N°123/2014

PARTES: **PREFEITURA MUN. DE COLNIZA/MT E BGM CONSTRUTORA LTDA – ME.**

OBJETO: EXECUÇÃO DE OBRA DE ADEQUAÇÃO E EXECUÇÃO DE UM MURO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE (UBS), LOCALIZADA NA AVENIDA PRIMAVERA, LOTE17 E 19, QUADRA 04, Nº148 BAIRRO GARÇA COLNIZA/MT.

VALOR GLOBAL: R$: 14.738,019(QUATORZE MIL SETECENTOS E TRINTA E OITO REAIS E UM CENTAVO).

VIGÊNCIA:CONTRATANTE: JOÃO ASSIS RAMOS

CONTRATADO (A): BGM CONSTRUTORA LTDA – ME

ASSESSORIA JURÍDICA/CONTRATOS
CONTRATO: N°124/2014

CONTRATO: N°124/2014

PARTES: **PREFEITURA MUN. DE COLNIZA/MT E BGM CONSTRUTORA LTDA – ME.**

OBJETO: EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL RAIO DO SOL, LOCALIZADA NA RUA CLARINDO SANCHES, S/Nº BAIRRO CENTRO, COLNIZA/MT, CONFORME DETALHAMENTO DO ANEXO L – TERMO DE REFERENCIA, OBJETO INTEGRANTE DO EDITAL.

VALOR GLOBAL: R$: 26.573,64 (VINTE E SEIS MIL QUINHENTOS E SETENTA E TRÊS REAIS E SESSENTA E QUATRO CENTAVOS)

VIGÊNCIA: 90 (NOVENTA) DIAS

CONTRATANTE: JOÃO ASSIS RAMOS

CONTRATADO (A): BGM CONSTRUTORA LTDA – ME

ASSESSORIA JURÍDICA/CONTRATOS
CONTRATO: N°125/2014

CONTRATO: N°125/2014

PARTES: **PREFEITURA MUN. DE COLNIZA/MT E BGM CONSTRUTORA LTDA – ME.**

OBJETO: EXECUÇÃO DE OBRA DE AMPLIAÇÃO E REFORMADA ESCOLA MUNICIPAL CRIANÇA FELIZ.

VALOR GLOBAL: R$: 31.126,04(TRINTA E UM MIL CENTO E VINTE E SEIS REAIS E QUARENTA E QUATRO CENTAVOS)

VIGÊNCIA: 90 (NOVENTA) DIAS

CONTRATANTE: JOÃO ASSIS RAMOS

CONTRATADO (A): BGM CONSTRUTORA LTDA – ME.

ASSESSORIA JURÍDICA/CONTRATOS
CONTRATO: N°126/2014

CONTRATO: N°126/2014

PARTES: **PREFEITURA MUN. DE COLNIZA/MT E, BGM CONSTRUTORA LTDA – ME.**

OBJETO: EXECUÇÃO DE OBRA DE AMPLIAÇÃO E REFORMADA ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ SALVADOR.

VALOR GLOBAL: R$: 30.513,36 (TRINTA MIL QUINHENTOS E TREZE REAIS E TRINTA E SEIS SENTAVOS).

VIGÊNCIA: 90 (NOVENTA) DIAS

CONTRATANTE: JOÃO ASSIS RAMOS

CONTRATADO (A): BGM CONSTRUTORA LTDA – ME.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

DEPARTAMENTO PESSOAL
TERMO DE POSSE Nº 1038/2015

Aos 23 (vigésimo terceiro) dia do mês de março de 2015 (dois mil e quinze) na Prefeitura Municipal de Colíder – MT., sito à Travessa dos Parecís, nº. 85, Centro, Setor leste, no Gabinete do Prefeito Municipal, na presença da Secretária Municipal de Saúde e Saneamento Básico, o Sr. João Batista dos Santos e do Prefeito Municipal, Sr. Nilson José dos Santos, o Sr. Caio Bovo Gomes, toma posse no cargo de Odontólogo, através do Concurso Público Municipal nº. 001/2012, classificação 8º lugar, sob o Regime Estatutário de Trabalho, conforme Lei Municipal nº 2408/2010 e do regime próprio de previdência – PREVI-LIDER, aprovado pela Câmara Municipal e sancionado pelo Prefeito Municipal, comprometendo-as a desempenhar os seus deveres funcionais.

Termo de posse que assina o Srº. Caio Bovo Gomes que declara vir assinar o presente Termo, pelo qual se compromete a bem desempenhar todas as funções inerentes ao cargo de Odontólogo, da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico.

Apresentou os seguintes documentos:

(X) I documento de escolaridade referente ao cargo que se candidatou;

(X) II Título de Eleitor e Comprovante de quitação eleitoral;

(X) III comprovante de quitação militar, se do sexo masculino;

(X) IV carteira de identidade (R.G.);

(X) V cartão do CPF;

(X) VI certidão de nascimento ou casamento; (se casado (a) cópia do CPF do (a) cônjuge).

(X) VII 02 fotos 3x4 atualizada;

(X) VIII carteira de trabalho;

(X) IX cartão PIS/PASEP ou declaração que não é inscrito;

(X) X certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos;

(X) XI certidão negativa de antecedentes criminais dos últimos 05 (cinco) anos;

(X) XII comprovante de exame de sanidade física e mental;

(X) XIII declaração de disponibilidade do tempo para o cumprimento da carga horária;

(X) XIV comprovante de residência;

( ) XV carteira de habilitação Cat. “D” (cargo de Motorista);

( ) XVI comprovante se estrangeiro na forma da Lei (Naturalizado);

( ) XVII registro e certidão negativa expedida pelo órgão de classe conforme o caso

(X) XVIII declaração de bens que constituam seu patrimônio.

A investidura no cargo/função, fica consignado no presente Termo, e nada mais havendo o que constar, eu Viviane Halateno, lavrei este Termo de Posse, que depois de lido e achado conforme deverá ser assinado pelo compromissado e pelas autoridades competentes.

Colíder – MT., 23 de março de 2015.

Caio Bovo Gomes

Compromissado

João Batista dos Santos Secretário Municipal de Saúde e Saneamento Básico

Nilson José dos Santos

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
TERMO DE POSSE Nº 01/2015

TERMO DE POSSE Nº 01/2015

Aos 02 (segundo) dia do mês de março de 2015 (dois mil e quinze) na Prefeitura Municipal de Colíder – MT., sito à Travessa dos Parecís, nº. 85, Centro, Setor Leste, no Gabinete do Prefeito Municipal, na presença do Secretário Municipal de Saúde e Saneamento Básico, o Sr. João Batista dos Santos e do Prefeito Municipal, Sr. Nilson José dos Santos, a Srª. Gesmiane de Oliveira Silva, toma posse no cargo de Agente Comunitário de Saúde, através do Processo Seletivo Público Municipal nº. 001/2014, classificação 1º lugar, sob o Regime Estatutário de Trabalho, conforme Lei Municipal nº 2408/2010 e do regime próprio de previdência – PREVI-LIDER, aprovado pela Câmara Municipal e sancionado pelo Prefeito Municipal, comprometendo-as a desempenhar os seus deveres funcionais.

Termo de posse que assina a Srª. Gesmiane de Oliveira Silva que declara vir assinar o presente Termo, pelo qual se compromete a bem desempenhar todas as funções inerentes ao cargo de Agente Comunitário de Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico.

Apresentou os seguintes documentos:

(X) I Certificado, de conclusão de curso do Ensino fundamental;

(X) II Certidão de quitação eleitoral emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE;

(X) III Titulo de eleitor com o comprovante de votação/justificativa da última eleição;

( ) IV Comprovante de quitação com as obrigações militares, se do sexo masculino;

(X) V Carteira de Identidade;

(X) VI Cadastro de Pessoa Física – CPF;

(X) VII Certidão de Nascimento/Casamento ou Escritura Pública de União Estável, acompanhado da cópia do CPF do (a) (cônjuge);

(X) VIII Carteira de trabalho;

(X) IX Comprovante de inscrição no PIS/PASEP ou declaração que não é inscrito;

(X) X CNIS (retirado no INSS);

( ) XI Certidão e nascimento dos filhos menores de 21 anos;

(X) XII comprovante de Residência; no caso de Agente comunitário de Saúde deve constar em nome do candidato (conta de água, luz, telefone ou outro documento idôneo, com firma reconhecida de acordo com a Lei Federal nº. 11.350/2006);

(X) XIII Conta corrente (Banco Brasil);

(X) XIV Carteira Nacional de Habilitação;

( ) XV Comprovante se estrangeiro na forma da lei (naturalizado);

(X) XVI 02 fotos 3X4 atual e colorida;

(X) XVII Certidão de Inexistência de Antecedentes Criminais dos últimos 05 (cinco) anos, expedida pelo foro da Comarca em que o candidato residir ou for domiciliado;

(X) XVIII Atestado Médico de capacidade Física (emitidos por profissionais do SUS);

(X) XIX Atestado Médico de capacidade Mental (emitidos por profissionais do SUS);

(X) XX Declaração de não infringência ao Inciso XVI – art. 37 da Constituição Federal e, disponibilidade do tempo para cumprimento de carga horária;

(X) XXI Declaração de bens;

*Outros documentos pertinentes que se fizerem necessários.

A investidura no cargo/função, fica consignado no presente Termo, e nada mais havendo o que constar, eu Viviane Halateno, lavrei este Termo de Posse, que depois de lido e achado conforme deverá ser assinado pelo compromissado e pelas autoridades competentes.

Colíder – MT., 02 de março de 2015.

Gesmiane de Oliveira Silva

Compromissado

João Batista dos Santos Secretário Municipal de Saúde e Saneamento Básico

Nilson José dos Santos

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
TERMO DE POSSE Nº 02/2015

Aos 02 (segundo) dia do mês de março de 2015 (dois mil e quinze) na Prefeitura Municipal de Colíder – MT., sito à Travessa dos Parecís, nº. 85, Centro, Setor Leste, no Gabinete do Prefeito Municipal, na presença do Secretário Municipal de Saúde e Saneamento Básico, o Sr. João Batista dos Santos e do Prefeito Municipal, Sr. Nilson José dos Santos, a Srª. Marinalva da Silva Viana Souza, toma posse no cargo de Agente Comunitário de Saúde, através do Processo Seletivo Público Municipal nº. 001/2014, classificação 1º lugar, sob o Regime Estatutário de Trabalho, conforme Lei Municipal nº 2408/2010 e do regime próprio de previdência – PREVI-LIDER, aprovado pela Câmara Municipal e sancionado pelo Prefeito Municipal, comprometendo-as a desempenhar os seus deveres funcionais.

Termo de posse que assina a Srª. Marinalva da Silva Viana Souza que declara vir assinar o presente Termo, pelo qual se compromete a bem desempenhar todas as funções inerentes ao cargo de Agente Comunitário de Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico.

Apresentou os seguintes documentos:

(X) I Certificado, de conclusão de curso do Ensino fundamental;

(X) II Certidão de quitação eleitoral emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE;

(X) III Titulo de eleitor com o comprovante de votação/justificativa da última eleição;

( ) IV Comprovante de quitação com as obrigações militares, se do sexo masculino;

(X) V Carteira de Identidade;

(X) VI Cadastro de Pessoa Física – CPF;

(X) VII Certidão de Nascimento/Casamento ou Escritura Pública de União Estável, acompanhado da cópia do CPF do (a) (cônjuge);

(X) VIII Carteira de trabalho;

(X) IX Comprovante de inscrição no PIS/PASEP ou declaração que não é inscrito;

(X) X CNIS (retirado no INSS);

(X) XI Certidão e nascimento dos filhos menores de 21 anos;

(X) XII comprovante de Residência; no caso de Agente comunitário de Saúde deve constar em nome do candidato (conta de água, luz, telefone ou outro documento idôneo, com firma reconhecida de acordo com a Lei Federal nº. 11.350/2006);

(X) XIII Conta corrente (Banco Brasil);

(X) XIV Carteira Nacional de Habilitação;

( ) XV Comprovante se estrangeiro na forma da lei (naturalizado);

(X) XVI 02 fotos 3X4 atual e colorida;

(X) XVII Certidão de Inexistência de Antecedentes Criminais dos últimos 05 (cinco) anos, expedida pelo foro da Comarca em que o candidato residir ou for domiciliado;

(X) XVIII Atestado Médico de capacidade Física (emitidos por profissionais do SUS);

(X) XIX Atestado Médico de capacidade Mental (emitidos por profissionais do SUS);

(X) XX Declaração de não infringência ao Inciso XVI – art. 37 da Constituição Federal e, disponibilidade do tempo para cumprimento de carga horária;

(X) XXI Declaração de bens;

*Outros documentos pertinentes que se fizerem necessários.

A investidura no cargo/função, fica consignado no presente Termo, e nada mais havendo o que constar, eu Viviane Halateno, lavrei este Termo de Posse, que depois de lido e achado conforme deverá ser assinado pelo compromissado e pelas autoridades competentes.

Colíder – MT., 02 de março de 2015.

Marinalva da Silva Viana Souza

Compromissado

João Batista dos Santos Secretário Municipal de Saúde e Saneamento Básico

Nilson José dos Santos

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
TERMO DE POSSE Nº 03/2015

Aos 02 (segundo) dia do mês de março de 2015 (dois mil e quinze) na Prefeitura Municipal de Colíder – MT., sito à Travessa dos Parecís, nº. 85, Centro, Setor Leste, no Gabinete do Prefeito Municipal, na presença do Secretário Municipal de Saúde e Saneamento Básico, o Sr. João Batista dos Santos e do Prefeito Municipal, Sr. Nilson José dos Santos, o Sr. Elder Martins Santana, toma posse no cargo de Agente Comunitário de Saúde, através do Processo Seletivo Público Municipal nº. 001/2014, classificação 1º lugar, sob o Regime Estatutário de Trabalho, conforme Lei Municipal nº 2408/2010 e do regime próprio de previdência – PREVI-LIDER, aprovado pela Câmara Municipal e sancionado pelo Prefeito Municipal, comprometendo-as a desempenhar os seus deveres funcionais.

Termo de posse que assina o Sr. Elder Martins Santana que declara vir assinar o presente Termo, pelo qual se compromete a bem desempenhar todas as funções inerentes ao cargo de Agente Comunitário de Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico.

Apresentou os seguintes documentos:

(X) I Certificado, de conclusão de curso do Ensino fundamental;

(X) II Certidão de quitação eleitoral emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE;

(X) III Titulo de eleitor com o comprovante de votação/justificativa da última eleição;

(X) IV Comprovante de quitação com as obrigações militares, se do sexo masculino;

(X) V Carteira de Identidade;

(X) VI Cadastro de Pessoa Física – CPF;

(X) VII Certidão de Nascimento/Casamento ou Escritura Pública de União Estável, acompanhado da cópia do CPF do (a) (cônjuge);

(X) VIII Carteira de trabalho;

(X) IX Comprovante de inscrição no PIS/PASEP ou declaração que não é inscrito;

(X) X CNIS (retirado no INSS);

(X) XI Certidão e nascimento dos filhos menores de 21 anos;

(X) XII comprovante de Residência; no caso de Agente comunitário de Saúde deve constar em nome do candidato (conta de água, luz, telefone ou outro documento idôneo, com firma reconhecida de acordo com a Lei Federal nº. 11.350/2006);

(X) XIII Conta corrente (Banco Brasil);

(X) XIV Carteira Nacional de Habilitação;

( ) XV Comprovante se estrangeiro na forma da lei (naturalizado);

(X) XVI 02 fotos 3X4 atual e colorida;

(X) XVII Certidão de Inexistência de Antecedentes Criminais dos últimos 05 (cinco) anos, expedida pelo foro da Comarca em que o candidato residir ou for domiciliado;

(X) XVIII Atestado Médico de capacidade Física (emitidos por profissionais do SUS);

(X) XIX Atestado Médico de capacidade Mental (emitidos por profissionais do SUS);

(X) XX Declaração de não infringência ao Inciso XVI – art. 37 da Constituição Federal e, disponibilidade do tempo para cumprimento de carga horária;

(X) XXI Declaração de bens;

*Outros documentos pertinentes que se fizerem necessários.

A investidura no cargo/função, fica consignado no presente Termo, e nada mais havendo o que constar, eu Viviane Halateno, lavrei este Termo de Posse, que depois de lido e achado conforme deverá ser assinado pelo compromissado e pelas autoridades competentes.

Colíder – MT., 02 de março de 2015.

Elder Martins Santana

Compromissado

João Batista dos Santos Secretário Municipal de Saúde e Saneamento Básico

Nilson José dos Santos

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
TERMO DE POSSE Nº 04/2015

Aos 02 (segundo) dia do mês de março de 2015 (dois mil e quinze) na Prefeitura Municipal de Colíder – MT., sito à Travessa dos Parecís, nº. 85, Centro, Setor Leste, no Gabinete do Prefeito Municipal, na presença do Secretário Municipal de Saúde e Saneamento Básico, o Sr. João Batista dos Santos e do Prefeito Municipal, Sr. Nilson José dos Santos, a Srª. Célia Rocha Soares, toma posse no cargo de Agente Comunitário de Saúde, através do Processo Seletivo Público Municipal nº. 001/2014, classificação 1º lugar, sob o Regime Estatutário de Trabalho, conforme Lei Municipal nº 2408/2010 e do regime próprio de previdência – PREVI-LIDER, aprovado pela Câmara Municipal e sancionado pelo Prefeito Municipal, comprometendo-as a desempenhar os seus deveres funcionais.

Termo de posse que assina a Srª. Célia Rocha Soares que declara vir assinar o presente Termo, pelo qual se compromete a bem desempenhar todas as funções inerentes ao cargo de Agente Comunitário de Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico.

Apresentou os seguintes documentos:

(X) I Certificado, de conclusão de curso do Ensino fundamental;

(X) II Certidão de quitação eleitoral emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE;

(X) III Titulo de eleitor com o comprovante de votação/justificativa da última eleição;

( ) IV Comprovante de quitação com as obrigações militares, se do sexo masculino;

(X) V Carteira de Identidade;

(X) VI Cadastro de Pessoa Física – CPF;

(X) VII Certidão de Nascimento/Casamento ou Escritura Pública de União Estável, acompanhado da cópia do CPF do (a) (cônjuge);

(X) VIII Carteira de trabalho;

(X) IX Comprovante de inscrição no PIS/PASEP ou declaração que não é inscrito;

(X) X CNIS (retirado no INSS);

(X) XI Certidão e nascimento dos filhos menores de 21 anos;

(X) XII comprovante de Residência; no caso de Agente comunitário de Saúde deve constar em nome do candidato (conta de água, luz, telefone ou outro documento idôneo, com firma reconhecida de acordo com a Lei Federal nº. 11.350/2006);

(X) XIII Conta corrente (Banco Brasil);

(X) XIV Carteira Nacional de Habilitação;

( ) XV Comprovante se estrangeiro na forma da lei (naturalizado);

(X) XVI 02 fotos 3X4 atual e colorida;

(X) XVII Certidão de Inexistência de Antecedentes Criminais dos últimos 05 (cinco) anos, expedida pelo foro da Comarca em que o candidato residir ou for domiciliado;

(X) XVIII Atestado Médico de capacidade Física (emitidos por profissionais do SUS);

(X) XIX Atestado Médico de capacidade Mental (emitidos por profissionais do SUS);

(X) XX Declaração de não infringência ao Inciso XVI – art. 37 da Constituição Federal e, disponibilidade do tempo para cumprimento de carga horária;

(X) XXI Declaração de bens;

*Outros documentos pertinentes que se fizerem necessários.

A investidura no cargo/função, fica consignado no presente Termo, e nada mais havendo o que constar, eu Viviane Halateno, lavrei este Termo de Posse, que depois de lido e achado conforme deverá ser assinado pelo compromissado e pelas autoridades competentes.

Colíder – MT., 02 de março de 2015.

Célia Rocha Soares

Compromissado

João Batista dos Santos Secretário Municipal de Saúde e Saneamento Básico

Nilson José dos Santos

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
TERMO DE POSSE Nº 05/2015

Aos 02 (segundo) dia do mês de março de 2015 (dois mil e quinze) na Prefeitura Municipal de Colíder – MT., sito à Travessa dos Parecís, nº. 85, Centro, Setor Leste, no Gabinete do Prefeito Municipal, na presença do Secretário Municipal de Saúde e Saneamento Básico, o Sr. João Batista dos Santos e do Prefeito Municipal, Sr. Nilson José dos Santos, a Srª. Valdineia Aparecida Peres, toma posse no cargo de Agente Comunitário de Saúde, através do Processo Seletivo Público Municipal nº. 001/2014, classificação 1º lugar, sob o Regime Estatutário de Trabalho, conforme Lei Municipal nº 2408/2010 e do regime próprio de previdência – PREVI-LIDER, aprovado pela Câmara Municipal e sancionado pelo Prefeito Municipal, comprometendo-as a desempenhar os seus deveres funcionais.

Termo de posse que assina a Srª. Valdineia Aparecida Peres que declara vir assinar o presente Termo, pelo qual se compromete a bem desempenhar todas as funções inerentes ao cargo de Agente Comunitário de Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico.

Apresentou os seguintes documentos:

(X) I Certificado, de conclusão de curso do Ensino fundamental;

(X) II Certidão de quitação eleitoral emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE;

(X) III Titulo de eleitor com o comprovante de votação/justificativa da última eleição;

( ) IV Comprovante de quitação com as obrigações militares, se do sexo masculino;

(X) V Carteira de Identidade;

(X) VI Cadastro de Pessoa Física – CPF;

(X) VII Certidão de Nascimento/Casamento ou Escritura Pública de União Estável, acompanhado da cópia do CPF do (a) (cônjuge);

(X) VIII Carteira de trabalho;

(X) IX Comprovante de inscrição no PIS/PASEP ou declaração que não é inscrito;

(X) X CNIS (retirado no INSS);

(X) XI Certidão e nascimento dos filhos menores de 21 anos;

(X) XII comprovante de Residência; no caso de Agente comunitário de Saúde deve constar em nome do candidato (conta de água, luz, telefone ou outro documento idôneo, com firma reconhecida de acordo com a Lei Federal nº. 11.350/2006);

(X) XIII Conta corrente (Banco Brasil);

(X) XIV Carteira Nacional de Habilitação;

( ) XV Comprovante se estrangeiro na forma da lei (naturalizado);

(X) XVI 02 fotos 3X4 atual e colorida;

(X) XVII Certidão de Inexistência de Antecedentes Criminais dos últimos 05 (cinco) anos, expedida pelo foro da Comarca em que o candidato residir ou for domiciliado;

(X) XVIII Atestado Médico de capacidade Física (emitidos por profissionais do SUS);

(X) XIX Atestado Médico de capacidade Mental (emitidos por profissionais do SUS);

(X) XX Declaração de não infringência ao Inciso XVI – art. 37 da Constituição Federal e, disponibilidade do tempo para cumprimento de carga horária;

(X) XXI Declaração de bens;

*Outros documentos pertinentes que se fizerem necessários.

A investidura no cargo/função, fica consignado no presente Termo, e nada mais havendo o que constar, eu Viviane Halateno, lavrei este Termo de Posse, que depois de lido e achado conforme deverá ser assinado pelo compromissado e pelas autoridades competentes.

Colíder – MT., 02 de março de 2015.

Valdineia Aparecida Peres

Compromissado

João Batista dos Santos Secretário Municipal de Saúde e Saneamento Básico

Nilson José dos Santos

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
TERMO DE POSSE Nº 06/2015

Aos 02 (segundo) dia do mês de março de 2015 (dois mil e quinze) na Prefeitura Municipal de Colíder – MT., sito à Travessa dos Parecís, nº. 85, Centro, Setor Leste, no Gabinete do Prefeito Municipal, na presença do Secretário Municipal de Saúde e Saneamento Básico, o Sr. João Batista dos Santos e do Prefeito Municipal, Sr. Nilson José dos Santos, a Srª. Sandra Medeiros Barbosa, toma posse no cargo de Agente Comunitário de Saúde, através do Processo Seletivo Público Municipal nº. 001/2014, classificação 1º lugar, sob o Regime Estatutário de Trabalho, conforme Lei Municipal nº 2408/2010 e do regime próprio de previdência – PREVI-LIDER, aprovado pela Câmara Municipal e sancionado pelo Prefeito Municipal, comprometendo-as a desempenhar os seus deveres funcionais.

Termo de posse que assina a Srª. Sandra Medeiros Barbosa que declara vir assinar o presente Termo, pelo qual se compromete a bem desempenhar todas as funções inerentes ao cargo de Agente Comunitário de Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico.

Apresentou os seguintes documentos:

(X) I Certificado, de conclusão de curso do Ensino fundamental;

(X) II Certidão de quitação eleitoral emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE;

(X) III Titulo de eleitor com o comprovante de votação/justificativa da última eleição;

( ) IV Comprovante de quitação com as obrigações militares, se do sexo masculino;

(X) V Carteira de Identidade;

(X) VI Cadastro de Pessoa Física – CPF;

(X) VII Certidão de Nascimento/Casamento ou Escritura Pública de União Estável, acompanhado da cópia do CPF do (a) (cônjuge);

(X) VIII Carteira de trabalho;

(X) IX Comprovante de inscrição no PIS/PASEP ou declaração que não é inscrito;

(X) X CNIS (retirado no INSS);

(X) XI Certidão e nascimento dos filhos menores de 21 anos;

(X) XII comprovante de Residência; no caso de Agente comunitário de Saúde deve constar em nome do candidato (conta de água, luz, telefone ou outro documento idôneo, com firma reconhecida de acordo com a Lei Federal nº. 11.350/2006);

(X) XIII Conta corrente (Banco Brasil);

(X) XIV Carteira Nacional de Habilitação;

( ) XV Comprovante se estrangeiro na forma da lei (naturalizado);

(X) XVI 02 fotos 3X4 atual e colorida;

(X) XVII Certidão de Inexistência de Antecedentes Criminais dos últimos 05 (cinco) anos, expedida pelo foro da Comarca em que o candidato residir ou for domiciliado;

(X) XVIII Atestado Médico de capacidade Física (emitidos por profissionais do SUS);

(X) XIX Atestado Médico de capacidade Mental (emitidos por profissionais do SUS);

(X) XX Declaração de não infringência ao Inciso XVI – art. 37 da Constituição Federal e, disponibilidade do tempo para cumprimento de carga horária;

(X) XXI Declaração de bens;

*Outros documentos pertinentes que se fizerem necessários.

A investidura no cargo/função, fica consignado no presente Termo, e nada mais havendo o que constar, eu Viviane Halateno, lavrei este Termo de Posse, que depois de lido e achado conforme deverá ser assinado pelo compromissado e pelas autoridades competentes.

Colíder – MT., 02 de março de 2015.

Sandra Medeiros Barbosa

Compromissado

João Batista dos Santos Secretário Municipal de Saúde e Saneamento Básico

Nilson José dos Santos

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
TERMO DE POSSE Nº 07/2015

Aos 02 (segundo) dia do mês de março de 2015 (dois mil e quinze) na Prefeitura Municipal de Colíder – MT., sito à Travessa dos Parecís, nº. 85, Centro, Setor Leste, no Gabinete do Prefeito Municipal, na presença do Secretário Municipal de Saúde e Saneamento Básico, o Sr. João Batista dos Santos e do Prefeito Municipal, Sr. Nilson José dos Santos, a Srª. Graziela Sanches dos Santos, toma posse no cargo de Agente Comunitário de Saúde, através do Processo Seletivo Público Municipal nº. 001/2014, classificação 1º lugar, sob o Regime Estatutário de Trabalho, conforme Lei Municipal nº 2408/2010 e do regime próprio de previdência – PREVI-LIDER, aprovado pela Câmara Municipal e sancionado pelo Prefeito Municipal, comprometendo-as a desempenhar os seus deveres funcionais.

Termo de posse que assina a Srª. Graziela Sanches dos Santos que declara vir assinar o presente Termo, pelo qual se compromete a bem desempenhar todas as funções inerentes ao cargo de Agente Comunitário de Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico.

Apresentou os seguintes documentos:

(X) I Certificado, de conclusão de curso do Ensino fundamental;

(X) II Certidão de quitação eleitoral emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE;

(X) III Titulo de eleitor com o comprovante de votação/justificativa da última eleição;

( ) IV Comprovante de quitação com as obrigações militares, se do sexo masculino;

(X) V Carteira de Identidade;

(X) VI Cadastro de Pessoa Física – CPF;

(X) VII Certidão de Nascimento/Casamento ou Escritura Pública de União Estável, acompanhado da cópia do CPF do (a) (cônjuge);

(X) VIII Carteira de trabalho;

(X) IX Comprovante de inscrição no PIS/PASEP ou declaração que não é inscrito;

(X) X CNIS (retirado no INSS);

( ) XI Certidão e nascimento dos filhos menores de 21 anos;

(X) XII comprovante de Residência; no caso de Agente comunitário de Saúde deve constar em nome do candidato (conta de água, luz, telefone ou outro documento idôneo, com firma reconhecida de acordo com a Lei Federal nº. 11.350/2006);

(X) XIII Conta corrente (Banco Brasil);

(X) XIV Carteira Nacional de Habilitação;

( ) XV Comprovante se estrangeiro na forma da lei (naturalizado);

(X) XVI 02 fotos 3X4 atual e colorida;

(X) XVII Certidão de Inexistência de Antecedentes Criminais dos últimos 05 (cinco) anos, expedida pelo foro da Comarca em que o candidato residir ou for domiciliado;

(X) XVIII Atestado Médico de capacidade Física (emitidos por profissionais do SUS);

(X) XIX Atestado Médico de capacidade Mental (emitidos por profissionais do SUS);

(X) XX Declaração de não infringência ao Inciso XVI – art. 37 da Constituição Federal e, disponibilidade do tempo para cumprimento de carga horária;

(X) XXI Declaração de bens;

*Outros documentos pertinentes que se fizerem necessários.

A investidura no cargo/função, fica consignado no presente Termo, e nada mais havendo o que constar, eu Viviane Halateno, lavrei este Termo de Posse, que depois de lido e achado conforme deverá ser assinado pelo compromissado e pelas autoridades competentes.

Colíder – MT., 02 de março de 2015.

Graziela Sanches dos Santos

Compromissado

João Batista dos Santos Secretário Municipal de Saúde e Saneamento Básico

Nilson José dos Santos

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
TERMO DE POSSE Nº 08/2015

Aos 02 (segundo) dia do mês de março de 2015 (dois mil e quinze) na Prefeitura Municipal de Colíder – MT., sito à Travessa dos Parecís, nº. 85, Centro, Setor Leste, no Gabinete do Prefeito Municipal, na presença do Secretário Municipal de Saúde e Saneamento Básico, o Sr. João Batista dos Santos e do Prefeito Municipal, Sr. Nilson José dos Santos, a Srª. Aline Glacieli da Silva Molina, toma posse no cargo de Agente Comunitário de Saúde, através do Processo Seletivo Público Municipal nº. 001/2014, classificação 1º lugar, sob o Regime Estatutário de Trabalho, conforme Lei Municipal nº 2408/2010 e do regime próprio de previdência – PREVILIDER, aprovado pela Câmara Municipal e sancionado pelo Prefeito Municipal, comprometendo-as a desempenhar os seus deveres funcionais.

Termo de posse que assina a Srª. Aline Glacieli da Silva Molina que declara vir assinar o presente Termo, pelo qual se compromete a bem desempenhar todas as funções inerentes ao cargo de Agente Comunitário de Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico.

Apresentou os seguintes documentos:

(X) I Certificado, de conclusão de curso do Ensino fundamental;

(X) II Certidão de quitação eleitoral emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE;

(X) III Titulo de eleitor com o comprovante de votação/justificativa da última eleição;

( ) IV Comprovante de quitação com as obrigações militares, se do sexo masculino;

(X) V Carteira de Identidade;

(X) VI Cadastro de Pessoa Física – CPF;

(X) VII Certidão de Nascimento/Casamento ou Escritura Pública de União Estável, acompanhado da cópia do CPF do (a) (cônjuge);

(X) VIII Carteira de trabalho;

(X) IX Comprovante de inscrição no PIS/PASEP ou declaração que não é inscrito;

(X) X CNIS (retirado no INSS);

( ) XI Certidão e nascimento dos filhos menores de 21 anos;

(X) XII comprovante de Residência; no caso de Agente comunitário de Saúde deve constar em nome do candidato (conta de água, luz, telefone ou outro documento idôneo, com firma reconhecida de acordo com a Lei Federal nº. 11.350/2006);

(X) XIII Conta corrente (Banco Brasil);

(X) XIV Carteira Nacional de Habilitação;

( ) XV Comprovante se estrangeiro na forma da lei (naturalizado);

(X) XVI 02 fotos 3X4 atual e colorida;

(X) XVII Certidão de Inexistência de Antecedentes Criminais dos últimos 05 (cinco) anos, expedida pelo foro da Comarca em que o candidato residir ou for domiciliado;

(X) XVIII Atestado Médico de capacidade Física (emitidos por profissionais do SUS);

(X) XIX Atestado Médico de capacidade Mental (emitidos por profissionais do SUS);

(X) XX Declaração de não infringência ao Inciso XVI – art. 37 da Constituição Federal e, disponibilidade do tempo para cumprimento de carga horária;

(X) XXI Declaração de bens;

*Outros documentos pertinentes que se fizerem necessários.

A investidura no cargo/função, fica consignado no presente Termo, e nada mais havendo o que constar, eu Viviane Halateno, lavrei este Termo de Posse, que depois de lido e achado conforme deverá ser assinado pelo compromissado e pelas autoridades competentes.

Colíder – MT., 02 de março de 2015.

Aline Glacieli da Silva Molina

Compromissado

João Batista dos Santos Secretário Municipal de Saúde e Saneamento Básico

Nilson José dos Santos

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
TERMO DE POSSE Nº 09/2015

Aos 02 (segundo) dia do mês de março de 2015 (dois mil e quinze) na Prefeitura Municipal de Colíder – MT., sito à Travessa dos Parecís, nº. 85, Centro, Setor Leste, no Gabinete do Prefeito Municipal, na presença do Secretário Municipal de Saúde e Saneamento Básico, o Sr. João Batista dos Santos e do Prefeito Municipal, Sr. Nilson José dos Santos, a Srª. Ana Paula Ribeiro dos Santos, toma posse no cargo de Agente Comunitário de Saúde, através do Processo Seletivo Público Municipal nº. 001/2014, classificação 1º lugar, sob o Regime Estatutário de Trabalho, conforme Lei Municipal nº 2408/2010 e do regime próprio de previdência – PREVI-LIDER, aprovado pela Câmara Municipal e sancionado pelo Prefeito Municipal, comprometendo-as a desempenhar os seus deveres funcionais.

Termo de posse que assina a Srª. Ana Paula Ribeiro dos Santos que declara vir assinar o presente Termo, pelo qual se compromete a bem desempenhar todas as funções inerentes ao cargo de Agente Comunitário de Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico.

Apresentou os seguintes documentos:

(X) I Certificado, de conclusão de curso do Ensino fundamental;

(X) II Certidão de quitação eleitoral emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE;

(X) III Titulo de eleitor com o comprovante de votação/justificativa da última eleição;

( ) IV Comprovante de quitação com as obrigações militares, se do sexo masculino;

(X) V Carteira de Identidade;

(X) VI Cadastro de Pessoa Física – CPF;

(X) VII Certidão de Nascimento/Casamento ou Escritura Pública de União Estável, acompanhado da cópia do CPF do (a) (cônjuge);

(X) VIII Carteira de trabalho;

(X) IX Comprovante de inscrição no PIS/PASEP ou declaração que não é inscrito;

(X) X CNIS (retirado no INSS);

( ) XI Certidão e nascimento dos filhos menores de 21 anos;

(X) XII comprovante de Residência; no caso de Agente comunitário de Saúde deve constar em nome do candidato (conta de água, luz, telefone ou outro documento idôneo, com firma reconhecida de acordo com a Lei Federal nº. 11.350/2006);

(X) XIII Conta corrente (Banco Brasil);

(X) XIV Carteira Nacional de Habilitação;

( ) XV Comprovante se estrangeiro na forma da lei (naturalizado);

(X) XVI 02 fotos 3X4 atual e colorida;

(X) XVII Certidão de Inexistência de Antecedentes Criminais dos últimos 05 (cinco) anos, expedida pelo foro da Comarca em que o candidato residir ou for domiciliado;

(X) XVIII Atestado Médico de capacidade Física (emitidos por profissionais do SUS);

(X) XIX Atestado Médico de capacidade Mental (emitidos por profissionais do SUS);

(X) XX Declaração de não infringência ao Inciso XVI – art. 37 da Constituição Federal e, disponibilidade do tempo para cumprimento de carga horária;

(X) XXI Declaração de bens;

*Outros documentos pertinentes que se fizerem necessários.

A investidura no cargo/função, fica consignado no presente Termo, e nada mais havendo o que constar, eu Viviane Halateno, lavrei este Termo de Posse, que depois de lido e achado conforme deverá ser assinado pelo compromissado e pelas autoridades competentes.

Colíder – MT., 02 de março de 2015.

Ana Paula Ribeiro dos Santos

Compromissado

João Batista dos Santos Secretário Municipal de Saúde e Saneamento Básico

Nilson José dos Santos

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
TERMO DE POSSE Nº 10/2015

Aos 02 (segundo) dia do mês de março de 2015 (dois mil e quinze) na Prefeitura Municipal de Colíder – MT., sito à Travessa dos Parecís, nº. 85, Centro, Setor Leste, no Gabinete do Prefeito Municipal, na presença do Secretário Municipal de Saúde e Saneamento Básico, o Sr. João Batista dos Santos e do Prefeito Municipal, Sr. Nilson José dos Santos, a Srª. Roseni Macena de Jesus, toma posse no cargo de Agente Comunitário de Saúde, através do Processo Seletivo Público Municipal nº. 001/2014, classificação 1º lugar, sob o Regime Estatutário de Trabalho, conforme Lei Municipal nº 2408/2010 e do regime próprio de previdência – PREVI-LIDER, aprovado pela Câmara Municipal e sancionado pelo Prefeito Municipal, comprometendo-as a desempenhar os seus deveres funcionais.

Termo de posse que assina a Srª. Roseni Macena de Jesus que declara vir assinar o presente Termo, pelo qual se compromete a bem desempenhar todas as funções inerentes ao cargo de Agente Comunitário de Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico.

Apresentou os seguintes documentos:

(X) I Certificado, de conclusão de curso do Ensino fundamental;

(X) II Certidão de quitação eleitoral emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE;

(X) III Titulo de eleitor com o comprovante de votação/justificativa da última eleição;

( ) IV Comprovante de quitação com as obrigações militares, se do sexo masculino;

(X) V Carteira de Identidade;

(X) VI Cadastro de Pessoa Física – CPF;

(X) VII Certidão de Nascimento/Casamento ou Escritura Pública de União Estável, acompanhado da cópia do CPF do (a) (cônjuge);

(X) VIII Carteira de trabalho;

(X) IX Comprovante de inscrição no PIS/PASEP ou declaração que não é inscrito;

(X) X CNIS (retirado no INSS);

(X) XI Certidão e nascimento dos filhos menores de 21 anos;

(X) XII comprovante de Residência; no caso de Agente comunitário de Saúde deve constar em nome do candidato (conta de água, luz, telefone

ou outro documento idôneo, com firma reconhecida de acordo com a Lei Federal nº. 11.350/2006);

(X) XIII Conta corrente (Banco Brasil);

(X) XIV Carteira Nacional de Habilitação;

( ) XV Comprovante se estrangeiro na forma da lei (naturalizado);

(X) XVI 02 fotos 3X4 atual e colorida;

(X) XVII Certidão de Inexistência de Antecedentes Criminais dos últimos 05 (cinco) anos, expedida pelo foro da Comarca em que o candidato residir ou for domiciliado;

(X) XVIII Atestado Médico de capacidade Física (emitidos por profissionais do SUS);

(X) XIX Atestado Médico de capacidade Mental (emitidos por profissionais do SUS);

(X) XX Declaração de não infringência ao Inciso XVI – art. 37 da Constituição Federal e, disponibilidade do tempo para cumprimento de carga horária;

(X) XXI Declaração de bens;

*Outros documentos pertinentes que se fizerem necessários.

A investidura no cargo/função, fica consignado no presente Termo, e nada mais havendo o que constar, eu Viviane Halateno, lavrei este Termo de Posse, que depois de lido e achado conforme deverá ser assinado pelo compromissado e pelas autoridades competentes.

Colíder – MT., 02 de março de 2015.

Roseni Macena de Jesus

Compromissado

João Batista dos Santos Secretário Municipal de Saúde e Saneamento Básico

Nilson José dos Santos

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
TERMO DE POSSE Nº 11/2015

Aos 02 (segundo) dia do mês de março de 2015 (dois mil e quinze) na Prefeitura Municipal de Colíder – MT., sito à Travessa dos Parecís, nº. 85, Centro, Setor Leste, no Gabinete do Prefeito Municipal, na presença do Secretário Municipal de Saúde e Saneamento Básico, o Sr. João Batista dos Santos e do Prefeito Municipal, Sr. Nilson José dos Santos, a Srª. Edilaine Candido, toma posse no cargo de Agente Comunitário de Saúde, através do Processo Seletivo Público Municipal nº. 001/2014, classificação 1º lugar, sob o Regime Estatutário de Trabalho, conforme Lei Municipal nº 2408/2010 e do regime próprio de previdência – PREVI-LIDER, aprovado pela Câmara Municipal e sancionado pelo Prefeito Municipal, comprometendo-as a desempenhar os seus deveres funcionais.

Termo de posse que assina a Srª. Edilaine Candido que declara vir assinar o presente Termo, pelo qual se compromete a bem desempenhar todas as funções inerentes ao cargo de Agente Comunitário de Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico.

Apresentou os seguintes documentos:

(X) I Certificado, de conclusão de curso do Ensino fundamental;

(X) II Certidão de quitação eleitoral emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE;

(X) III Titulo de eleitor com o comprovante de votação/justificativa da última eleição;

( ) IV Comprovante de quitação com as obrigações militares, se do sexo masculino;

(X) V Carteira de Identidade;

(X) VI Cadastro de Pessoa Física – CPF;

(X) VII Certidão de Nascimento/Casamento ou Escritura Pública de União Estável, acompanhado da cópia do CPF do (a) (cônjuge);

(X) VIII Carteira de trabalho;

(X) IX Comprovante de inscrição no PIS/PASEP ou declaração que não é inscrito;

(X) X CNIS (retirado no INSS);

(X) XI Certidão e nascimento dos filhos menores de 21 anos;

(X) XII comprovante de Residência; no caso de Agente comunitário de Saúde deve constar em nome do candidato (conta de água, luz, telefone ou outro documento idôneo, com firma reconhecida de acordo com a Lei Federal nº. 11.350/2006);

(X) XIII Conta corrente (Banco Brasil);

(X) XIV Carteira Nacional de Habilitação;

( ) XV Comprovante se estrangeiro na forma da lei (naturalizado);

(X) XVI 02 fotos 3X4 atual e colorida;

(X) XVII Certidão de Inexistência de Antecedentes Criminais dos últimos 05 (cinco) anos, expedida pelo foro da Comarca em que o candidato residir ou for domiciliado;

(X) XVIII Atestado Médico de capacidade Física (emitidos por profissionais do SUS);

(X) XIX Atestado Médico de capacidade Mental (emitidos por profissionais do SUS);

(X) XX Declaração de não infringência ao Inciso XVI – art. 37 da Constituição Federal e, disponibilidade do tempo para cumprimento de carga horária;

(X) XXI Declaração de bens;

*Outros documentos pertinentes que se fizerem necessários.

A investidura no cargo/função, fica consignado no presente Termo, e nada mais havendo o que constar, eu Viviane Halateno, lavrei este Termo de Posse, que depois de lido e achado conforme deverá ser assinado pelo compromissado e pelas autoridades competentes.

Colíder – MT., 02 de março de 2015.

Edilaine Candido

Compromissado

João Batista dos Santos Secretário Municipal de Saúde e Saneamento Básico

Nilson José dos Santos

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
TERMO DE POSSE Nº 12/2015

Aos 02 (segundo) dia do mês de março de 2015 (dois mil e quinze) na Prefeitura Municipal de Colíder – MT., sito à Travessa dos Parecís, nº. 85, Centro, Setor Leste, no Gabinete do Prefeito Municipal, na presença do Secretário Municipal de Saúde e Saneamento Básico, o Sr. João Batista dos Santos e do Prefeito Municipal, Sr. Nilson José dos Santos, a Srª. Bruna Fonseca Moreira Gross, toma posse no cargo de Agente Comunitário de Saúde, através do Processo Seletivo Público Municipal nº. 001/2014, classificação 1º lugar, sob o Regime Estatutário de Trabalho, conforme Lei Municipal nº 2408/2010 e do regime próprio de previdência – PREVI-LIDER, aprovado pela Câmara Municipal e sancionado pelo Prefeito Municipal, comprometendo-as a desempenhar os seus deveres funcionais.

Termo de posse que assina a Srª. Bruna Fonseca Moreira Gross que declara vir assinar o presente Termo, pelo qual se compromete a bem desempenhar todas as funções inerentes ao cargo de Agente Comunitário de Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico.

Apresentou os seguintes documentos:

(X) I Certificado, de conclusão de curso do Ensino fundamental;

(X) II Certidão de quitação eleitoral emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE;

(X) III Titulo de eleitor com o comprovante de votação/justificativa da última eleição;

( ) IV Comprovante de quitação com as obrigações militares, se do sexo masculino;

(X) V Carteira de Identidade;

(X) VI Cadastro de Pessoa Física – CPF;

(X) VII Certidão de Nascimento/Casamento ou Escritura Pública de União Estável, acompanhado da cópia do CPF do (a) (cônjuge);

(X) VIII Carteira de trabalho;

(X) IX Comprovante de inscrição no PIS/PASEP ou declaração que não é inscrito;

(X) X CNIS (retirado no INSS);

( ) XI Certidão e nascimento dos filhos menores de 21 anos;

(X) XII comprovante de Residência; no caso de Agente comunitário de Saúde deve constar em nome do candidato (conta de água, luz, telefone ou outro documento idôneo, com firma reconhecida de acordo com a Lei Federal nº. 11.350/2006);

(X) XIII Conta corrente (Banco Brasil);

(X) XIV Carteira Nacional de Habilitação;

( ) XV Comprovante se estrangeiro na forma da lei (naturalizado);

(X) XVI 02 fotos 3X4 atual e colorida;

(X) XVII Certidão de Inexistência de Antecedentes Criminais dos últimos 05 (cinco) anos, expedida pelo foro da Comarca em que o candidato residir ou for domiciliado;

(X) XVIII Atestado Médico de capacidade Física (emitidos por profissionais do SUS);

(X) XIX Atestado Médico de capacidade Mental (emitidos por profissionais do SUS);

(X) XX Declaração de não infringência ao Inciso XVI – art. 37 da Constituição Federal e, disponibilidade do tempo para cumprimento de carga horária;

(X) XXI Declaração de bens;

*Outros documentos pertinentes que se fizerem necessários.

A investidura no cargo/função, fica consignado no presente Termo, e nada mais havendo o que constar, eu Viviane Halateno, lavrei este Termo de Posse, que depois de lido e achado conforme deverá ser assinado pelo compromissado e pelas autoridades competentes.

Colíder – MT., 02 de março de 2015.

Bruna Fonseca Moreira Gross

Compromissado

João Batista dos Santos Secretário Municipal de Saúde e Saneamento Básico

Nilson José dos Santos

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
TERMO DE POSSE Nº 13/2015

Aos 02 (segundo) dia do mês de março de 2015 (dois mil e quinze) na Prefeitura Municipal de Colíder – MT., sito à Travessa dos Parecís, nº. 85, Centro, Setor Leste, no Gabinete do Prefeito Municipal, na presença do Secretário Municipal de Saúde e Saneamento Básico, o Sr. João Batista dos Santos e do Prefeito Municipal, Sr. Nilson José dos Santos, a Srª. Eliane Pinto Pena Lopes, toma posse no cargo de Agente Comunitário de Saúde, através do Processo Seletivo Público Municipal nº. 001/2014, classificação 1º lugar, sob o Regime Estatutário de Trabalho, conforme Lei Municipal nº 2408/2010 e do regime próprio de previdência – PREVI-LIDER, aprovado pela Câmara Municipal e sancionado pelo Prefeito Municipal, comprometendo-as a desempenhar os seus deveres funcionais.

Termo de posse que assina a Srª. Eliane Pinto Pena Lopes que declara vir assinar o presente Termo, pelo qual se compromete a bem desempenhar todas as funções inerentes ao cargo de Agente Comunitário de Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico.

Apresentou os seguintes documentos:

(X) I Certificado, de conclusão de curso do Ensino fundamental;

(X) II Certidão de quitação eleitoral emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE;

(X) III Titulo de eleitor com o comprovante de votação/justificativa da última eleição;

( ) IV Comprovante de quitação com as obrigações militares, se do sexo masculino;

(X) V Carteira de Identidade;

(X) VI Cadastro de Pessoa Física – CPF;

(X) VII Certidão de Nascimento/Casamento ou Escritura Pública de União Estável, acompanhado da cópia do CPF do (a) (cônjuge);

(X) VIII Carteira de trabalho;

(X) IX Comprovante de inscrição no PIS/PASEP ou declaração que não é inscrito;

(X) X CNIS (retirado no INSS);

( ) XI Certidão e nascimento dos filhos menores de 21 anos;

(X) XII comprovante de Residência; no caso de Agente comunitário de Saúde deve constar em nome do candidato (conta de água, luz, telefone ou outro documento idôneo, com firma reconhecida de acordo com a Lei Federal nº. 11.350/2006);

(X) XIII Conta corrente (Banco Brasil);

(X) XIV Carteira Nacional de Habilitação;

( ) XV Comprovante se estrangeiro na forma da lei (naturalizado);

(X) XVI 02 fotos 3X4 atual e colorida;

(X) XVII Certidão de Inexistência de Antecedentes Criminais dos últimos 05 (cinco) anos, expedida pelo foro da Comarca em que o candidato residir ou for domiciliado;

(X) XVIII Atestado Médico de capacidade Física (emitidos por profissionais do SUS);

(X) XIX Atestado Médico de capacidade Mental (emitidos por profissionais do SUS);

(X) XX Declaração de não infringência ao Inciso XVI – art. 37 da Constituição Federal e, disponibilidade do tempo para cumprimento de carga horária;

(X) XXI Declaração de bens;

*Outros documentos pertinentes que se fizerem necessários.

A investidura no cargo/função, fica consignado no presente Termo, e nada mais havendo o que constar, eu Viviane Halateno, lavrei este Termo de Posse, que depois de lido e achado conforme deverá ser assinado pelo compromissado e pelas autoridades competentes.

Colíder – MT., 02 de março de 2015.

Eliane Pinto Pena Lopes

Compromissado

João Batista dos Santos Secretário Municipal de Saúde e Saneamento Básico

Nilson José dos Santos

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
TERMO DE POSSE Nº 14/2015

Aos 02 (segundo) dia do mês de março de 2015 (dois mil e quinze) na Prefeitura Municipal de Colíder – MT., sito à Travessa dos Parecís, nº. 85, Centro, Setor Leste, no Gabinete do Prefeito Municipal, na presença do Secretário Municipal de Saúde e Saneamento Básico, o Sr. João Batista dos Santos e do Prefeito Municipal, Sr. Nilson José dos Santos, a Srª. Meire Helen da Silva Aquino, toma posse no cargo de Agente Comunitário de Saúde, através do Processo Seletivo Público Municipal nº. 001/2014, classificação 1º lugar, sob o Regime Estatutário de Trabalho, conforme Lei Municipal nº 2408/2010 e do regime próprio de previdência – PREVI-LIDER, aprovado pela Câmara Municipal e sancionado pelo Prefeito Municipal, comprometendo-as a desempenhar os seus deveres funcionais.

Termo de posse que assina a Srª. Meire Helen da Silva Aquino que declara vir assinar o presente Termo, pelo qual se compromete a bem desempenhar todas as funções inerentes ao cargo de Agente Comunitário de Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico.

Apresentou os seguintes documentos:

(X) I Certificado, de conclusão de curso do Ensino fundamental;

(X) II Certidão de quitação eleitoral emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE;

(X) III Titulo de eleitor com o comprovante de votação/justificativa da última eleição;

( ) IV Comprovante de quitação com as obrigações militares, se do sexo masculino;

(X) V Carteira de Identidade;

(X) VI Cadastro de Pessoa Física – CPF;

(X) VII Certidão de Nascimento/Casamento ou Escritura Pública de União Estável, acompanhado da cópia do CPF do (a) (cônjuge);

(X) VIII Carteira de trabalho;

(X) IX Comprovante de inscrição no PIS/PASEP ou declaração que não é inscrito;

(X) X CNIS (retirado no INSS);

(X) XI Certidão e nascimento dos filhos menores de 21 anos;

(X) XII comprovante de Residência; no caso de Agente comunitário de Saúde deve constar em nome do candidato (conta de água, luz, telefone ou outro documento idôneo, com firma reconhecida de acordo com a Lei Federal nº. 11.350/2006);

(X) XIII Conta corrente (Banco Brasil);

(X) XIV Carteira Nacional de Habilitação;

( ) XV Comprovante se estrangeiro na forma da lei (naturalizado);

(X) XVI 02 fotos 3X4 atual e colorida;

(X) XVII Certidão de Inexistência de Antecedentes Criminais dos últimos 05 (cinco) anos, expedida pelo foro da Comarca em que o candidato residir ou for domiciliado;

(X) XVIII Atestado Médico de capacidade Física (emitidos por profissionais do SUS);

(X) XIX Atestado Médico de capacidade Mental (emitidos por profissionais do SUS);

(X) XX Declaração de não infringência ao Inciso XVI – art. 37 da Constituição Federal e, disponibilidade do tempo para cumprimento de carga horária;

(X) XXI Declaração de bens;

*Outros documentos pertinentes que se fizerem necessários.

A investidura no cargo/função, fica consignado no presente Termo, e nada mais havendo o que constar, eu Viviane Halateno, lavrei este Termo de Posse, que depois de lido e achado conforme deverá ser assinado pelo compromissado e pelas autoridades competentes.

Colíder – MT., 02 de março de 2015.

Meire Helen da Silva Aquino

Compromissado

João Batista dos Santos Secretário Municipal de Saúde e Saneamento Básico

Nilson José dos Santos

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
TERMO DE POSSE Nº 15/2015

Aos 02 (segundo) dia do mês de março de 2015 (dois mil e quinze) na Prefeitura Municipal de Colíder – MT., sito à Travessa dos Parecís, nº. 85, Centro, Setor Leste, no Gabinete do Prefeito Municipal, na presença do Secretário Municipal de Saúde e Saneamento Básico, o Sr. João Batista dos Santos e do Prefeito Municipal, Sr. Nilson José dos Santos, a Srª. Suelen Aparecida Freire, toma posse no cargo de Agente Comunitário de Saúde, através do Processo Seletivo Público Municipal nº. 001/2014, classificação 1º lugar, sob o Regime Estatutário de Trabalho, conforme Lei Municipal nº 2408/2010 e do regime próprio de previdência – PREVI-LIDER, aprovado pela Câmara Municipal e sancionado pelo Prefeito Municipal, comprometendo-as a desempenhar os seus deveres funcionais.

Termo de posse que assina a Srª. Suelen Aparecida Freire que declara vir assinar o presente Termo, pelo qual se compromete a bem desempenhar todas as funções inerentes ao cargo de Agente Comunitário de Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico.

Apresentou os seguintes documentos:

(X) I Certificado, de conclusão de curso do Ensino fundamental;

(X) II Certidão de quitação eleitoral emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE;

(X) III Titulo de eleitor com o comprovante de votação/justificativa da última eleição;

( ) IV Comprovante de quitação com as obrigações militares, se do sexo masculino;

(X) V Carteira de Identidade;

(X) VI Cadastro de Pessoa Física – CPF;

(X) VII Certidão de Nascimento/Casamento ou Escritura Pública de União Estável, acompanhado da cópia do CPF do (a) (cônjuge);

(X) VIII Carteira de trabalho;

(X) IX Comprovante de inscrição no PIS/PASEP ou declaração que não é inscrito;

(X) X CNIS (retirado no INSS);

( ) XI Certidão e nascimento dos filhos menores de 21 anos;

(X) XII comprovante de Residência; no caso de Agente comunitário de Saúde deve constar em nome do candidato (conta de água, luz, telefone ou outro documento idôneo, com firma reconhecida de acordo com a Lei Federal nº. 11.350/2006);

(X) XIII Conta corrente (Banco Brasil);

(X) XIV Carteira Nacional de Habilitação;

( ) XV Comprovante se estrangeiro na forma da lei (naturalizado);

(X) XVI 02 fotos 3X4 atual e colorida;

(X) XVII Certidão de Inexistência de Antecedentes Criminais dos últimos 05 (cinco) anos, expedida pelo foro da Comarca em que o candidato residir ou for domiciliado;

(X) XVIII Atestado Médico de capacidade Física (emitidos por profissionais do SUS);

(X) XIX Atestado Médico de capacidade Mental (emitidos por profissionais do SUS);

(X) XX Declaração de não infringência ao Inciso XVI – art. 37 da Constituição Federal e, disponibilidade do tempo para cumprimento de carga horária;

(X) XXI Declaração de bens;

*Outros documentos pertinentes que se fizerem necessários.

A investidura no cargo/função, fica consignado no presente Termo, e nada mais havendo o que constar, eu Viviane Halateno, lavrei este Termo de Posse, que depois de lido e achado conforme deverá ser assinado pelo compromissado e pelas autoridades competentes.

Colíder – MT., 02 de março de 2015.

Suelen Aparecida Freire

Compromissado

João Batista dos Santos Secretário Municipal de Saúde e Saneamento Básico

Nilson José dos Santos

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
TERMO DE POSSE Nº 16/2015

Aos 02 (segundo) dia do mês de março de 2015 (dois mil e quinze) na Prefeitura Municipal de Colíder – MT., sito à Travessa dos Parecís, nº. 85, Centro, Setor Leste, no Gabinete do Prefeito Municipal, na presença do Secretário Municipal de Saúde e Saneamento Básico, o Sr. João Batista dos Santos e do Prefeito Municipal, Sr. Nilson José dos Santos, a Srª. Maria Terezinha Duarte, toma posse no cargo de Agente Comunitário de Saúde, através do Processo Seletivo Público Municipal nº. 001/2014, classificação 1º lugar, sob o Regime Estatutário de Trabalho, conforme Lei Municipal nº 2408/2010 e do regime próprio de previdência – PREVI-LIDER, aprovado pela Câmara Municipal e sancionado pelo Prefeito Municipal, comprometendo-as a desempenhar os seus deveres funcionais.

Termo de posse que assina a Srª. Maria Terezinha Duarte que declara vir assinar o presente Termo, pelo qual se compromete a bem desempenhar todas as funções inerentes ao cargo de Agente Comunitário de Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico.

Apresentou os seguintes documentos:

(X) I Certificado, de conclusão de curso do Ensino fundamental;

(X) II Certidão de quitação eleitoral emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE;

(X) III Titulo de eleitor com o comprovante de votação/justificativa da última eleição;

( ) IV Comprovante de quitação com as obrigações militares, se do sexo masculino;

(X) V Carteira de Identidade;

(X) VI Cadastro de Pessoa Física – CPF;

(X) VII Certidão de Nascimento/Casamento ou Escritura Pública de União Estável, acompanhado da cópia do CPF do (a) (cônjuge);

(X) VIII Carteira de trabalho;

(X) IX Comprovante de inscrição no PIS/PASEP ou declaração que não é inscrito;

(X) X CNIS (retirado no INSS);

(X) XI Certidão e nascimento dos filhos menores de 21 anos;

(X) XII comprovante de Residência; no caso de Agente comunitário de Saúde deve constar em nome do candidato (conta de água, luz, telefone ou outro documento idôneo, com firma reconhecida de acordo com a Lei Federal nº. 11.350/2006);

(X) XIII Conta corrente (Banco Brasil);

(X) XIV Carteira Nacional de Habilitação;

( ) XV Comprovante se estrangeiro na forma da lei (naturalizado);

(X) XVI 02 fotos 3X4 atual e colorida;

(X) XVII Certidão de Inexistência de Antecedentes Criminais dos últimos 05 (cinco) anos, expedida pelo foro da Comarca em que o candidato residir ou for domiciliado;

(X) XVIII Atestado Médico de capacidade Física (emitidos por profissionais do SUS);

(X) XIX Atestado Médico de capacidade Mental (emitidos por profissionais do SUS);

(X) XX Declaração de não infringência ao Inciso XVI – art. 37 da Constituição Federal e, disponibilidade do tempo para cumprimento de carga horária;

(X) XXI Declaração de bens;

*Outros documentos pertinentes que se fizerem necessários.

A investidura no cargo/função, fica consignado no presente Termo, e nada mais havendo o que constar, eu Viviane Halateno, lavrei este Termo de Posse, que depois de lido e achado conforme deverá ser assinado pelo compromissado e pelas autoridades competentes.

Colíder – MT., 02 de março de 2015.

Maria Terezinha Duarte

Compromissado

João Batista dos Santos Secretário Municipal de Saúde e Saneamento Básico

Nilson José dos Santos

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
TERMO DE POSSE Nº 17/2015

Aos 02 (segundo) dia do mês de março de 2015 (dois mil e quinze) na Prefeitura Municipal de Colíder – MT., sito à Travessa dos Parecís, nº. 85, Centro, Setor Leste, no Gabinete do Prefeito Municipal, na presença do Secretário Municipal de Saúde e Saneamento Básico, o Sr. João Batista dos Santos e do Prefeito Municipal, Sr. Nilson José dos Santos, a Srª. Bru-

na Nattiely Vieira da Silva, toma posse no cargo de Agente Comunitário de Saúde, através do Processo Seletivo Público Municipal nº. 001/2014, classificação 1º lugar, sob o Regime Estatutário de Trabalho, conforme Lei Municipal nº 2408/2010 e do regime próprio de previdência – PREVI-LIDER, aprovado pela Câmara Municipal e sancionado pelo Prefeito Municipal, comprometendo-as a desempenhar os seus deveres funcionais.

Termo de posse que assina a Srª. Bruna Nattiely Vieira da Silva que declara vir assinar o presente Termo, pelo qual se compromete a bem desempenhar todas as funções inerentes ao cargo de Agente Comunitário de Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico.

Apresentou os seguintes documentos:

(X) I Certificado, de conclusão de curso do Ensino fundamental;

(X) II Certidão de quitação eleitoral emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE;

(X) III Titulo de eleitor com o comprovante de votação/justificativa da última eleição;

( ) IV Comprovante de quitação com as obrigações militares, se do sexo masculino;

(X) V Carteira de Identidade;

(X) VI Cadastro de Pessoa Física – CPF;

(X) VII Certidão de Nascimento/Casamento ou Escritura Pública de União Estável, acompanhado da cópia do CPF do (a) (cônjuge);

(X) VIII Carteira de trabalho;

(X) IX Comprovante de inscrição no PIS/PASEP ou declaração que não é inscrito;

(X) X CNIS (retirado no INSS);

( ) XI Certidão e nascimento dos filhos menores de 21 anos;

(X) XII comprovante de Residência; no caso de Agente comunitário de Saúde deve constar em nome do candidato (conta de água, luz, telefone ou outro documento idôneo, com firma reconhecida de acordo com a Lei Federal nº. 11.350/2006);

(X) XIII Conta corrente (Banco Brasil);

(X) XIV Carteira Nacional de Habilitação;

( ) XV Comprovante se estrangeiro na forma da lei (naturalizado);

(X) XVI 02 fotos 3X4 atual e colorida;

(X) XVII Certidão de Inexistência de Antecedentes Criminais dos últimos 05 (cinco) anos, expedida pelo foro da Comarca em que o candidato residir ou for domiciliado;

(X) XVIII Atestado Médico de capacidade Física (emitidos por profissionais do SUS);

(X) XIX Atestado Médico de capacidade Mental (emitidos por profissionais do SUS);

(X) XX Declaração de não infringência ao Inciso XVI – art. 37 da Constituição Federal e, disponibilidade do tempo para cumprimento de carga horária;

(X) XXI Declaração de bens;

*Outros documentos pertinentes que se fizerem necessários.

A investidura no cargo/função, fica consignado no presente Termo, e nada mais havendo o que constar, eu Viviane Halateno, lavrei este Termo de Posse, que depois de lido e achado conforme deverá ser assinado pelo compromissado e pelas autoridades competentes.

Colíder – MT., 02 de março de 2015.

Bruna Nattiely Vieira da Silva

Compromissado

João Batista dos Santos Secretário Municipal de Saúde e Saneamento Básico

Nilson José dos Santos

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
TERMO DE POSSE Nº 18/2015

Aos 02 (segundo) dia do mês de março de 2015 (dois mil e quinze) na Prefeitura Municipal de Colíder – MT., sito à Travessa dos Parecís, nº. 85, Centro, Setor Leste, no Gabinete do Prefeito Municipal, na presença do Secretário Municipal de Saúde e Saneamento Básico, o Sr. João Batista dos Santos e do Prefeito Municipal, Sr. Nilson José dos Santos, a Srª. Rosangela de Sousa, toma posse no cargo de Agente Comunitário de Saúde, através do Processo Seletivo Público Municipal nº. 001/2014, classificação 1º lugar, sob o Regime Estatutário de Trabalho, conforme Lei Municipal nº 2408/2010 e do regime próprio de previdência – PREVI-LIDER, aprovado pela Câmara Municipal e sancionado pelo Prefeito Municipal, comprometendo-as a desempenhar os seus deveres funcionais.

Termo de posse que assina a Srª. Rosangela de Sousa que declara vir assinar o presente Termo, pelo qual se compromete a bem desempenhar todas as funções inerentes ao cargo de Agente Comunitário de Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico.

Apresentou os seguintes documentos:

(X) I Certificado, de conclusão de curso do Ensino fundamental;

(X) II Certidão de quitação eleitoral emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE;

(X) III Titulo de eleitor com o comprovante de votação/justificativa da última eleição;

( ) IV Comprovante de quitação com as obrigações militares, se do sexo masculino;

(X) V Carteira de Identidade;

(X) VI Cadastro de Pessoa Física – CPF;

(X) VII Certidão de Nascimento/Casamento ou Escritura Pública de União Estável, acompanhado da cópia do CPF do (a) (cônjuge);

(X) VIII Carteira de trabalho;

(X) IX Comprovante de inscrição no PIS/PASEP ou declaração que não é inscrito;

(X) X CNIS (retirado no INSS);

(X) XI Certidão e nascimento dos filhos menores de 21 anos;

(X) XII comprovante de Residência; no caso de Agente comunitário de Saúde deve constar em nome do candidato (conta de água, luz, telefone ou outro documento idôneo, com firma reconhecida de acordo com a Lei Federal nº. 11.350/2006);

(X) XIII Conta corrente (Banco Brasil);

(X) XIV Carteira Nacional de Habilitação;

( ) XV Comprovante se estrangeiro na forma da lei (naturalizado);

(X) XVI 02 fotos 3X4 atual e colorida;

(X) XVII Certidão de Inexistência de Antecedentes Criminais dos últimos 05 (cinco) anos, expedida pelo foro da Comarca em que o candidato residir ou for domiciliado;

(X) XVIII Atestado Médico de capacidade Física (emitidos por profissionais do SUS);

(X) XIX Atestado Médico de capacidade Mental (emitidos por profissionais do SUS);

(X) XX Declaração de não infringência ao Inciso XVI – art. 37 da Constituição Federal e, disponibilidade do tempo para cumprimento de carga horária;

(X) XXI Declaração de bens;

*Outros documentos pertinentes que se fizerem necessários.

A investidura no cargo/função, fica consignado no presente Termo, e nada mais havendo o que constar, eu Viviane Halateno, lavrei este Termo de Posse, que depois de lido e achado conforme deverá ser assinado pelo compromissado e pelas autoridades competentes.

Colíder – MT., 02 de março de 2015.

Rosangela de Sousa

Compromissado

João Batista dos Santos Secretário Municipal de Saúde e Saneamento Básico

Nilson José dos Santos

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
TERMO DE POSSE Nº 19/2015

Aos 02 (segundo) dia do mês de março de 2015 (dois mil e quinze) na Prefeitura Municipal de Colíder – MT., sito à Travessa dos Parecís, nº. 85, Centro, Setor Leste, no Gabinete do Prefeito Municipal, na presença do Secretário Municipal de Saúde e Saneamento Básico, o Sr. João Batista dos Santos e do Prefeito Municipal, Sr. Nilson José dos Santos, a Srª. Dirceia Almondes Silva, toma posse no cargo de Agente Comunitário de Saúde, através do Processo Seletivo Público Municipal nº. 001/2014, classificação 1º lugar, sob o Regime Estatutário de Trabalho, conforme Lei Municipal nº 2408/2010 e do regime próprio de previdência – PREVI-LIDER, aprovado pela Câmara Municipal e sancionado pelo Prefeito Municipal, comprometendo-as a desempenhar os seus deveres funcionais.

Termo de posse que assina a Srª. Dirceia Almondes Silva que declara vir assinar o presente Termo, pelo qual se compromete a bem desempenhar todas as funções inerentes ao cargo de Agente Comunitário de Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico.

Apresentou os seguintes documentos:

(X) I Certificado, de conclusão de curso do Ensino fundamental;

(X) II Certidão de quitação eleitoral emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE;

(X) III Titulo de eleitor com o comprovante de votação/justificativa da última eleição;

( ) IV Comprovante de quitação com as obrigações militares, se do sexo masculino;

(X) V Carteira de Identidade;

(X) VI Cadastro de Pessoa Física – CPF;

(X) VII Certidão de Nascimento/Casamento ou Escritura Pública de União Estável, acompanhado da cópia do CPF do (a) (cônjuge);

(X) VIII Carteira de trabalho;

(X) IX Comprovante de inscrição no PIS/PASEP ou declaração que não é inscrito;

(X) X CNIS (retirado no INSS);

(X) XI Certidão e nascimento dos filhos menores de 21 anos;

(X) XII comprovante de Residência; no caso de Agente comunitário de Saúde deve constar em nome do candidato (conta de água, luz, telefone ou outro documento idôneo, com firma reconhecida de acordo com a Lei Federal nº. 11.350/2006);

(X) XIII Conta corrente (Banco Brasil);

(X) XIV Carteira Nacional de Habilitação;

( ) XV Comprovante se estrangeiro na forma da lei (naturalizado);

(X) XVI 02 fotos 3X4 atual e colorida;

(X) XVII Certidão de Inexistência de Antecedentes Criminais dos últimos 05 (cinco) anos, expedida pelo foro da Comarca em que o candidato residir ou for domiciliado;

(X) XVIII Atestado Médico de capacidade Física (emitidos por profissionais do SUS);

(X) XIX Atestado Médico de capacidade Mental (emitidos por profissionais do SUS);

(X) XX Declaração de não infringência ao Inciso XVI – art. 37 da Constituição Federal e, disponibilidade do tempo para cumprimento de carga horária;

(X) XXI Declaração de bens;

*Outros documentos pertinentes que se fizerem necessários.

A investidura no cargo/função, fica consignado no presente Termo, e nada mais havendo o que constar, eu Viviane Halateno, lavrei este Termo de Posse, que depois de lido e achado conforme deverá ser assinado pelo compromissado e pelas autoridades competentes.

Colíder – MT., 02 de março de 2015.

Dirceia Almondes Silva

Compromissado

João Batista dos Santos Secretário Municipal de Saúde e Saneamento Básico

Nilson José dos Santos

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
TERMO DE POSSE Nº 20/2015

Aos 02 (segundo) dia do mês de março de 2015 (dois mil e quinze) na Prefeitura Municipal de Colíder – MT., sito à Travessa dos Parecís, nº. 85, Centro, Setor Leste, no Gabinete do Prefeito Municipal, na presença do Secretário Municipal de Saúde e Saneamento Básico, o Sr. João Batista dos Santos e do Prefeito Municipal, Sr. Nilson José dos Santos, a Srª. Idene Aparecida Silverio, toma posse no cargo de Agente Comunitário de Saúde, através do Processo Seletivo Público Municipal nº. 001/2014, classificação 1º lugar, sob o Regime Estatutário de Trabalho, conforme Lei Municipal nº 2408/2010 e do regime próprio de previdência – PREVI-LIDER, aprovado pela Câmara Municipal e sancionado pelo Prefeito Municipal, comprometendo-as a desempenhar os seus deveres funcionais.

Termo de posse que assina a Srª. Idene Aparecida Silverio que declara vir assinar o presente Termo, pelo qual se compromete a bem desempenhar todas as funções inerentes ao cargo de Agente Comunitário de Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico.

Apresentou os seguintes documentos:

(X) I Certificado, de conclusão de curso do Ensino fundamental;

(X) II Certidão de quitação eleitoral emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE;

(X) III Titulo de eleitor com o comprovante de votação/justificativa da última eleição;

( ) IV Comprovante de quitação com as obrigações militares, se do sexo masculino;

(X) V Carteira de Identidade;

(X) VI Cadastro de Pessoa Física – CPF;

(X) VII Certidão de Nascimento/Casamento ou Escritura Pública de União Estável, acompanhado da cópia do CPF do (a) (cônjuge);

(X) VIII Carteira de trabalho;

(X) IX Comprovante de inscrição no PIS/PASEP ou declaração que não é inscrito;

(X) X CNIS (retirado no INSS);

(X) XI Certidão e nascimento dos filhos menores de 21 anos;

(X) XII comprovante de Residência; no caso de Agente comunitário de Saúde deve constar em nome do candidato (conta de água, luz, telefone ou outro documento idôneo, com firma reconhecida de acordo com a Lei Federal nº. 11.350/2006);

(X) XIII Conta corrente (Banco Brasil);

(X) XIV Carteira Nacional de Habilitação;

( ) XV Comprovante se estrangeiro na forma da lei (naturalizado);

(X) XVI 02 fotos 3X4 atual e colorida;

(X) XVII Certidão de Inexistência de Antecedentes Criminais dos últimos 05 (cinco) anos, expedida pelo foro da Comarca em que o candidato residir ou for domiciliado;

(X) XVIII Atestado Médico de capacidade Física (emitidos por profissionais do SUS);

(X) XIX Atestado Médico de capacidade Mental (emitidos por profissionais do SUS);

(X) XX Declaração de não infringência ao Inciso XVI – art. 37 da Constituição Federal e, disponibilidade do tempo para cumprimento de carga horária;

(X) XXI Declaração de bens;

*Outros documentos pertinentes que se fizerem necessários.

A investidura no cargo/função, fica consignado no presente Termo, e nada mais havendo o que constar, eu Viviane Halateno, lavrei este Termo de Posse, que depois de lido e achado conforme deverá ser assinado pelo compromissado e pelas autoridades competentes.

Colíder – MT., 02 de março de 2015.

Idene Aparecida Silverio

Compromissado

João Batista dos Santos Secretário Municipal de Saúde e Saneamento Básico

Nilson José dos Santos

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
TERMO DE POSSE Nº 21/2015

Aos 02 (segundo) dia do mês de março de 2015 (dois mil e quinze) na Prefeitura Municipal de Colíder – MT., sito à Travessa dos Parecís, nº. 85, Centro, Setor Leste, no Gabinete do Prefeito Municipal, na presença do Secretário Municipal de Saúde e Saneamento Básico, o Sr. João Batista dos Santos e do Prefeito Municipal, Sr. Nilson José dos Santos, a Srª. Roberta Martins Conte, toma posse no cargo de Agente Comunitário de Saúde, através do Processo Seletivo Público Municipal nº. 001/2014, classificação 1º lugar, sob o Regime Estatutário de Trabalho, conforme Lei Municipal nº 2408/2010 e do regime próprio de previdência – PREVI-LIDER, aprovado pela Câmara Municipal e sancionado pelo Prefeito Municipal, comprometendo-as a desempenhar os seus deveres funcionais.

Termo de posse que assina a Srª. Roberta Martins Conte que declara vir assinar o presente Termo, pelo qual se compromete a bem desempenhar todas as funções inerentes ao cargo de Agente Comunitário de Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico.

Apresentou os seguintes documentos:

(X) I Certificado, de conclusão de curso do Ensino fundamental;

(X) II Certidão de quitação eleitoral emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE;

(X) III Titulo de eleitor com o comprovante de votação/justificativa da última eleição;

( ) IV Comprovante de quitação com as obrigações militares, se do sexo masculino;

(X) V Carteira de Identidade;

(X) VI Cadastro de Pessoa Física – CPF;

(X) VII Certidão de Nascimento/Casamento ou Escritura Pública de União Estável, acompanhado da cópia do CPF do (a) (cônjuge);

(X) VIII Carteira de trabalho;

(X) IX Comprovante de inscrição no PIS/PASEP ou declaração que não é inscrito;

(X) X CNIS (retirado no INSS);

( ) XI Certidão e nascimento dos filhos menores de 21 anos;

(X) XII comprovante de Residência; no caso de Agente comunitário de Saúde deve constar em nome do candidato (conta de água, luz, telefone ou outro documento idôneo, com firma reconhecida de acordo com a Lei Federal nº. 11.350/2006);

(X) XIII Conta corrente (Banco Brasil);

(X) XIV Carteira Nacional de Habilitação;

( ) XV Comprovante se estrangeiro na forma da lei (naturalizado);

(X) XVI 02 fotos 3X4 atual e colorida;

(X) XVII Certidão de Inexistência de Antecedentes Criminais dos últimos 05 (cinco) anos, expedida pelo foro da Comarca em que o candidato residir ou for domiciliado;

(X) XVIII Atestado Médico de capacidade Física (emitidos por profissionais do SUS);

(X) XIX Atestado Médico de capacidade Mental (emitidos por profissionais do SUS);

(X) XX Declaração de não infringência ao Inciso XVI – art. 37 da Constituição Federal e, disponibilidade do tempo para cumprimento de carga horária;

(X) XXI Declaração de bens;

*Outros documentos pertinentes que se fizerem necessários.

A investidura no cargo/função, fica consignado no presente Termo, e nada mais havendo o que constar, eu Viviane Halateno, lavrei este Termo de Posse, que depois de lido e achado conforme deverá ser assinado pelo compromissado e pelas autoridades competentes.

Colíder – MT., 02 de março de 2015.

Roberta Martins Conte

Compromissado

João Batista dos Santos Secretário Municipal de Saúde e Saneamento Básico

Nilson José dos Santos

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
TERMO DE POSSE Nº 22/2015

Aos 02 (segundo) dia do mês de março de 2015 (dois mil e quinze) na Prefeitura Municipal de Colíder – MT., sito à Travessa dos Parecís, nº. 85, Centro, Setor Leste, no Gabinete do Prefeito Municipal, na presença do Secretário Municipal de Saúde e Saneamento Básico, o Sr. João Batista dos Santos e do Prefeito Municipal, Sr. Nilson José dos Santos, a Srª. Odete Juliana Fonseca Zane, toma posse no cargo de Agente Comunitário de Saúde, através do Processo Seletivo Público Municipal nº. 001/2014, classificação 1º lugar, sob o Regime Estatutário de Trabalho, conforme Lei Municipal nº 2408/2010 e do regime próprio de previdência – PREVI-LIDER, aprovado pela Câmara Municipal e sancionado pelo Prefeito Municipal, comprometendo-as a desempenhar os seus deveres funcionais.

Termo de posse que assina a Srª. Odete Juliana Fonseca Zane que declara vir assinar o presente Termo, pelo qual se compromete a bem desempenhar todas as funções inerentes ao cargo de Agente Comunitário de Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico.

Apresentou os seguintes documentos:

(X) I Certificado, de conclusão de curso do Ensino fundamental;

(X) II Certidão de quitação eleitoral emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE;

(X) III Titulo de eleitor com o comprovante de votação/justificativa da última eleição;

( ) IV Comprovante de quitação com as obrigações militares, se do sexo masculino;

(X) V Carteira de Identidade;

(X) VI Cadastro de Pessoa Física – CPF;

(X) VII Certidão de Nascimento/Casamento ou Escritura Pública de União Estável, acompanhado da cópia do CPF do (a) (cônjuge);

(X) VIII Carteira de trabalho;

(X) IX Comprovante de inscrição no PIS/PASEP ou declaração que não é inscrito;

(X) X CNIS (retirado no INSS);

(X) XI Certidão e nascimento dos filhos menores de 21 anos;

(X) XII comprovante de Residência; no caso de Agente comunitário de Saúde deve constar em nome do candidato (conta de água, luz, telefone ou outro documento idôneo, com firma reconhecida de acordo com a Lei Federal nº. 11.350/2006);

(X) XIII Conta corrente (Banco Brasil);

(X) XIV Carteira Nacional de Habilitação;

( ) XV Comprovante se estrangeiro na forma da lei (naturalizado);

(X) XVI 02 fotos 3X4 atual e colorida;

(X) XVII Certidão de Inexistência de Antecedentes Criminais dos últimos 05 (cinco) anos, expedida pelo foro da Comarca em que o candidato residir ou for domiciliado;

(X) XVIII Atestado Médico de capacidade Física (emitidos por profissionais do SUS);

(X) XIX Atestado Médico de capacidade Mental (emitidos por profissionais do SUS);

(X) XX Declaração de não infringência ao Inciso XVI – art. 37 da Constituição Federal e, disponibilidade do tempo para cumprimento de carga horária;

(X) XXI Declaração de bens;

*Outros documentos pertinentes que se fizerem necessários.

A investidura no cargo/função, fica consignado no presente Termo, e nada mais havendo o que constar, eu Viviane Halateno, lavrei este Termo de Posse, que depois de lido e achado conforme deverá ser assinado pelo compromissado e pelas autoridades competentes.

Colíder – MT., 02 de março de 2015.

Odete Juliana Fonseca Zane

Compromissado

João Batista dos Santos Secretário Municipal de Saúde e Saneamento Básico

Nilson José dos Santos

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
TERMO DE POSSE Nº 23/2015

Aos 02 (segundo) dia do mês de março de 2015 (dois mil e quinze) na Prefeitura Municipal de Colíder – MT., sito à Travessa dos Parecís, nº. 85, Centro, Setor Leste, no Gabinete do Prefeito Municipal, na presença do Secretário Municipal de Saúde e Saneamento Básico, o Sr. João Batista dos Santos e do Prefeito Municipal, Sr. Nilson José dos Santos, a Srª. Lidia Maria eres Caon, toma posse no cargo de Agente Comunitário de Saúde, através do Processo Seletivo Público Municipal nº. 001/2014, classificação 1º lugar, sob o Regime Estatutário de Trabalho, conforme Lei Municipal nº 2408/2010 e do regime próprio de previdência – PREVI-LIDER, aprovado pela Câmara Municipal e sancionado pelo Prefeito Municipal, comprometendo-as a desempenhar os seus deveres funcionais.

Termo de posse que assina a Srª. Lidia Maria eres Caon que declara vir assinar o presente Termo, pelo qual se compromete a bem desempenhar todas as funções inerentes ao cargo de Agente Comunitário de Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico.

Apresentou os seguintes documentos:

(X) I Certificado, de conclusão de curso do Ensino fundamental;

(X) II Certidão de quitação eleitoral emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE;

(X) III Titulo de eleitor com o comprovante de votação/justificativa da última eleição;

( ) IV Comprovante de quitação com as obrigações militares, se do sexo masculino;

(X) V Carteira de Identidade;

(X) VI Cadastro de Pessoa Física – CPF;

(X) VII Certidão de Nascimento/Casamento ou Escritura Pública de União Estável, acompanhado da cópia do CPF do (a) (cônjuge);

(X) VIII Carteira de trabalho;

(X) IX Comprovante de inscrição no PIS/PASEP ou declaração que não é inscrito;

(X) X CNIS (retirado no INSS);

(X) XI Certidão e nascimento dos filhos menores de 21 anos;

(X) XII comprovante de Residência; no caso de Agente comunitário de Saúde deve constar em nome do candidato (conta de água, luz, telefone ou outro documento idôneo, com firma reconhecida de acordo com a Lei Federal nº. 11.350/2006);

(X) XIII Conta corrente (Banco Brasil);

(X) XIV Carteira Nacional de Habilitação;

( ) XV Comprovante se estrangeiro na forma da lei (naturalizado);

(X) XVI 02 fotos 3X4 atual e colorida;

(X) XVII Certidão de Inexistência de Antecedentes Criminais dos últimos 05 (cinco) anos, expedida pelo foro da Comarca em que o candidato residir ou for domiciliado;

(X) XVIII Atestado Médico de capacidade Física (emitidos por profissionais do SUS);

(X) XIX Atestado Médico de capacidade Mental (emitidos por profissionais do SUS);

(X) XX Declaração de não infringência ao Inciso XVI – art. 37 da Constituição Federal e, disponibilidade do tempo para cumprimento de carga horária;

(X) XXI Declaração de bens;

*Outros documentos pertinentes que se fizerem necessários.

A investidura no cargo/função, fica consignado no presente Termo, e nada mais havendo o que constar, eu Viviane Halateno, lavrei este Termo de Posse, que depois de lido e achado conforme deverá ser assinado pelo compromissado e pelas autoridades competentes.

Colíder – MT., 02 de março de 2015.

Lidia Maria eres Caon

Compromissado

João Batista dos Santos Secretário Municipal de Saúde e Saneamento Básico

Nilson José dos Santos

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
TERMO DE POSSE Nº 24/2015

Aos 02 (segundo) dia do mês de março de 2015 (dois mil e quinze) na Prefeitura Municipal de Colíder – MT., sito à Travessa dos Parecís, nº. 85, Centro, Setor Leste, no Gabinete do Prefeito Municipal, na presença do Secretário Municipal de Saúde e Saneamento Básico, o Sr. João Batista dos Santos e do Prefeito Municipal, Sr. Nilson José dos Santos, a Srª. Diane Martins Durco, toma posse no cargo de Agente Comunitário de Saúde, através do Processo Seletivo Público Municipal nº. 001/2014, classificação 1º lugar, sob o Regime Estatutário de Trabalho, conforme Lei Municipal nº 2408/2010 e do regime próprio de previdência – PREVI-LIDER, aprovado pela Câmara Municipal e sancionado pelo Prefeito Municipal, comprometendo-as a desempenhar os seus deveres funcionais.

Termo de posse que assina a Srª. Diane Martins Durco que declara vir assinar o presente Termo, pelo qual se compromete a bem desempenhar todas as funções inerentes ao cargo de Agente Comunitário de Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico.

Apresentou os seguintes documentos:

(X) I Certificado, de conclusão de curso do Ensino fundamental;

(X) II Certidão de quitação eleitoral emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE;

(X) III Titulo de eleitor com o comprovante de votação/justificativa da última eleição;

( ) IV Comprovante de quitação com as obrigações militares, se do sexo masculino;

(X) V Carteira de Identidade;

(X) VI Cadastro de Pessoa Física – CPF;

(X) VII Certidão de Nascimento/Casamento ou Escritura Pública de União Estável, acompanhado da cópia do CPF do (a) (cônjuge);

(X) VIII Carteira de trabalho;

(X) IX Comprovante de inscrição no PIS/PASEP ou declaração que não é inscrito;

(X) X CNIS (retirado no INSS);

(X) XI Certidão e nascimento dos filhos menores de 21 anos;

(X) XII comprovante de Residência; no caso de Agente comunitário de Saúde deve constar em nome do candidato (conta de água, luz, telefone ou outro documento idôneo, com firma reconhecida de acordo com a Lei Federal nº. 11.350/2006);

(X) XIII Conta corrente (Banco Brasil);

(X) XIV Carteira Nacional de Habilitação;

( ) XV Comprovante se estrangeiro na forma da lei (naturalizado);

(X) XVI 02 fotos 3X4 atual e colorida;

(X) XVII Certidão de Inexistência de Antecedentes Criminais dos últimos 05 (cinco) anos, expedida pelo foro da Comarca em que o candidato residir ou for domiciliado;

(X) XVIII Atestado Médico de capacidade Física (emitidos por profissionais do SUS);

(X) XIX Atestado Médico de capacidade Mental (emitidos por profissionais do SUS);

(X) XX Declaração de não infringência ao Inciso XVI – art. 37 da Constituição Federal e, disponibilidade do tempo para cumprimento de carga horária;

(X) XXI Declaração de bens;

*Outros documentos pertinentes que se fizerem necessários.

A investidura no cargo/função, fica consignado no presente Termo, e nada mais havendo o que constar, eu Viviane Halateno, lavrei este Termo de Posse, que depois de lido e achado conforme deverá ser assinado pelo compromissado e pelas autoridades competentes.

Colíder – MT., 02 de março de 2015.

Diane Martins Durco

Compromissado

João Batista dos Santos Secretário Municipal de Saúde e Saneamento Básico

Nilson José dos Santos

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
TERMO DE POSSE Nº 25/2015

Aos 02 (segundo) dia do mês de março de 2015 (dois mil e quinze) na Prefeitura Municipal de Colíder – MT., sito à Travessa dos Parecís, nº. 85, Centro, Setor Leste, no Gabinete do Prefeito Municipal, na presença do Secretário Municipal de Saúde e Saneamento Básico, o Sr. João Batista dos Santos e do Prefeito Municipal, Sr. Nilson José dos Santos, a Srª. Elizabete Barboza da Silva, toma posse no cargo de Agente de Combate as Endemias, através do Processo Seletivo Público Municipal nº. 001/2014, classificação 1º lugar, sob o Regime Estatutário de Trabalho, conforme Lei Municipal nº 2408/2010 e do regime próprio de previdência – PREVI-LIDER, aprovado pela Câmara Municipal e sancionado pelo Prefeito Municipal, comprometendo-as a desempenhar os seus deveres funcionais.

Termo de posse que assina a Srª. Elizabete Barboza da Silva que declara vir assinar o presente Termo, pelo qual se compromete a bem desempenhar todas as funções inerentes ao cargo de Agente de Combate as Endemias, da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico.

Apresentou os seguintes documentos:

(X) I Certificado, de conclusão de curso do Ensino fundamental;

(X) II Certidão de quitação eleitoral emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE;

(X) III Titulo de eleitor com o comprovante de votação/justificativa da última eleição;

( ) IV Comprovante de quitação com as obrigações militares, se do sexo masculino;

(X) V Carteira de Identidade;

(X) VI Cadastro de Pessoa Física – CPF;

(X) VII Certidão de Nascimento/Casamento ou Escritura Pública de União Estável, acompanhado da cópia do CPF do (a) (cônjuge);

(X) VIII Carteira de trabalho;

(X) IX Comprovante de inscrição no PIS/PASEP ou declaração que não é inscrito;

(X) X CNIS (retirado no INSS);

(X) XI Certidão e nascimento dos filhos menores de 21 anos;

(X) XII comprovante de Residência; no caso de Agente comunitário de Saúde deve constar em nome do candidato (conta de água, luz, telefone ou outro documento idôneo, com firma reconhecida de acordo com a Lei Federal nº. 11.350/2006);

(X) XIII Conta corrente (Banco Brasil);

(X) XIV Carteira Nacional de Habilitação;

( ) XV Comprovante se estrangeiro na forma da lei (naturalizado);

(X) XVI 02 fotos 3X4 atual e colorida;

(X) XVII Certidão de Inexistência de Antecedentes Criminais dos últimos 05 (cinco) anos, expedida pelo foro da Comarca em que o candidato residir ou for domiciliado;

(X) XVIII Atestado Médico de capacidade Física (emitidos por profissionais do SUS);

(X) XIX Atestado Médico de capacidade Mental (emitidos por profissionais do SUS);

(X) XX Declaração de não infringência ao Inciso XVI – art. 37 da Constituição Federal e, disponibilidade do tempo para cumprimento de carga horária;

(X) XXI Declaração de bens;

*Outros documentos pertinentes que se fizerem necessários.

A investidura no cargo/função, fica consignado no presente Termo, e nada mais havendo o que constar, eu Viviane Halateno, lavrei este Termo de Posse, que depois de lido e achado conforme deverá ser assinado pelo compromissado e pelas autoridades competentes.

Colíder – MT., 02 de março de 2015.

Elizabete Barboza da Silva

Compromissado

João Batista dos Santos Secretário Municipal de Saúde e Saneamento Básico

Nilson José dos Santos

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
TERMO DE POSSE Nº 26/2015

Aos 02 (segundo) dia do mês de março de 2015 (dois mil e quinze) na Prefeitura Municipal de Colíder – MT., sito à Travessa dos Parecís, nº. 85, Centro, Setor Leste, no Gabinete do Prefeito Municipal, na presença do Secretário Municipal de Saúde e Saneamento Básico, o Sr. João Batista dos Santos e do Prefeito Municipal, Sr. Nilson José dos Santos, a Srª. Crizeide Costa da Silva, toma posse no cargo de Agente de Combate as Endemias, através do Processo Seletivo Público Municipal nº. 001/2014, classificação 1º lugar, sob o Regime Estatutário de Trabalho, conforme Lei Municipal nº 2408/2010 e do regime próprio de previdência – PREVILIDER, aprovado pela Câmara Municipal e sancionado pelo Prefeito Municipal, comprometendo-as a desempenhar os seus deveres funcionais.

Termo de posse que assina a Srª. Crizeide Costa da Silva que declara vir assinar o presente Termo, pelo qual se compromete a bem desempenhar todas as funções inerentes ao cargo de Agente de Combate as Endemias, da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico.

Apresentou os seguintes documentos:

(X) I Certificado, de conclusão de curso do Ensino fundamental;

(X) II Certidão de quitação eleitoral emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE;

(X) III Titulo de eleitor com o comprovante de votação/justificativa da última eleição;

( ) IV Comprovante de quitação com as obrigações militares, se do sexo masculino;

(X) V Carteira de Identidade;

(X) VI Cadastro de Pessoa Física – CPF;

(X) VII Certidão de Nascimento/Casamento ou Escritura Pública de União Estável, acompanhado da cópia do CPF do (a) (cônjuge);

(X) VIII Carteira de trabalho;

(X) IX Comprovante de inscrição no PIS/PASEP ou declaração que não é inscrito;

(X) X CNIS (retirado no INSS);

( ) XI Certidão e nascimento dos filhos menores de 21 anos;

(X) XII comprovante de Residência; no caso de Agente comunitário de Saúde deve constar em nome do candidato (conta de água, luz, telefone ou outro documento idôneo, com firma reconhecida de acordo com a Lei Federal nº. 11.350/2006);

(X) XIII Conta corrente (Banco Brasil);

(X) XIV Carteira Nacional de Habilitação;

( ) XV Comprovante se estrangeiro na forma da lei (naturalizado);

(X) XVI 02 fotos 3X4 atual e colorida;

(X) XVII Certidão de Inexistência de Antecedentes Criminais dos últimos 05 (cinco) anos, expedida pelo foro da Comarca em que o candidato residir ou for domiciliado;

(X) XVIII Atestado Médico de capacidade Física (emitidos por profissionais do SUS);

(X) XIX Atestado Médico de capacidade Mental (emitidos por profissionais do SUS);

(X) XX Declaração de não infringência ao Inciso XVI – art. 37 da Constituição Federal e, disponibilidade do tempo para cumprimento de carga horária;

(X) XXI Declaração de bens;

*Outros documentos pertinentes que se fizerem necessários.

A investidura no cargo/função, fica consignado no presente Termo, e nada mais havendo o que constar, eu Viviane Halateno, lavrei este Termo de Posse, que depois de lido e achado conforme deverá ser assinado pelo compromissado e pelas autoridades competentes.

Colíder – MT., 02 de março de 2015.

Crizeide Costa da Silva

Compromissado

João Batista dos Santos Secretário Municipal de Saúde e Saneamento Básico

Nilson José dos Santos

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
TERMO DE POSSE Nº 27/2015

Aos 02 (segundo) dia do mês de março de 2015 (dois mil e quinze) na Prefeitura Municipal de Colíder – MT., sito à Travessa dos Parecís, nº. 85, Centro, Setor Leste, no Gabinete do Prefeito Municipal, na presença do Secretário Municipal de Saúde e Saneamento Básico, o Sr. João Batista dos Santos e do Prefeito Municipal, Sr. Nilson José dos Santos, a Srª. Daiane Santos Santana, toma posse no cargo de Agente de Combate as Endemias, através do Processo Seletivo Público Municipal nº. 001/2014, classificação 1º lugar, sob o Regime Estatutário de Trabalho, conforme Lei Municipal nº 2408/2010 e do regime próprio de previdência – PREVILIDER, aprovado pela Câmara Municipal e sancionado pelo Prefeito Municipal, comprometendo-as a desempenhar os seus deveres funcionais.

Termo de posse que assina a Srª. Daiane Santos Santana que declara vir assinar o presente Termo, pelo qual se compromete a bem desempenhar todas as funções inerentes ao cargo de Agente de Combate as Endemias, da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico.

Apresentou os seguintes documentos:

(X) I Certificado, de conclusão de curso do Ensino fundamental;

(X) II Certidão de quitação eleitoral emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE;

(X) III Titulo de eleitor com o comprovante de votação/justificativa da última eleição;

( ) IV Comprovante de quitação com as obrigações militares, se do sexo masculino;

(X) V Carteira de Identidade;

(X) VI Cadastro de Pessoa Física – CPF;

(X) VII Certidão de Nascimento/Casamento ou Escritura Pública de União Estável, acompanhado da cópia do CPF do (a) (cônjuge);

(X) VIII Carteira de trabalho;

(X) IX Comprovante de inscrição no PIS/PASEP ou declaração que não é inscrito;

(X) X CNIS (retirado no INSS);

( ) XI Certidão e nascimento dos filhos menores de 21 anos;

(X) XII comprovante de Residência; no caso de Agente comunitário de Saúde deve constar em nome do candidato (conta de água, luz, telefone ou outro documento idôneo, com firma reconhecida de acordo com a Lei Federal nº. 11.350/2006);

(X) XIII Conta corrente (Banco Brasil);

(X) XIV Carteira Nacional de Habilitação;

( ) XV Comprovante se estrangeiro na forma da lei (naturalizado);

(X) XVI 02 fotos 3X4 atual e colorida;

(X) XVII Certidão de Inexistência de Antecedentes Criminais dos últimos 05 (cinco) anos, expedida pelo foro da Comarca em que o candidato residir ou for domiciliado;

(X) XVIII Atestado Médico de capacidade Física (emitidos por profissionais do SUS);

(X) XIX Atestado Médico de capacidade Mental (emitidos por profissionais do SUS);

(X) XX Declaração de não infringência ao Inciso XVI – art. 37 da Constituição Federal e, disponibilidade do tempo para cumprimento de carga horária;

(X) XXI Declaração de bens;

*Outros documentos pertinentes que se fizerem necessários.

A investidura no cargo/função, fica consignado no presente Termo, e nada mais havendo o que constar, eu Viviane Halateno, lavrei este Termo de Posse, que depois de lido e achado conforme deverá ser assinado pelo compromissado e pelas autoridades competentes.

Colíder – MT., 02 de março de 2015.

Daiane Santos Santana

Compromissado

João Batista dos Santos Secretário Municipal de Saúde e Saneamento Básico

Nilson José dos Santos

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
TERMO DE POSSE Nº 28/2015

Aos 02 (segundo) dia do mês de março de 2015 (dois mil e quinze) na Prefeitura Municipal de Colíder – MT., sito à Travessa dos Parecís, nº. 85, Centro, Setor Leste, no Gabinete do Prefeito Municipal, na presença do Secretário Municipal de Saúde e Saneamento Básico, o Sr. João Batista dos Santos e do Prefeito Municipal, Sr. Nilson José dos Santos, a Srª. Amanda Lima Goncalves, toma posse no cargo de Agente de Combate as Endemias, através do Processo Seletivo Público Municipal nº. 001/2014, classificação 1º lugar, sob o Regime Estatutário de Trabalho, conforme Lei Municipal nº 2408/2010 e do regime próprio de previdência – PREVILIDER, aprovado pela Câmara Municipal e sancionado pelo Prefeito Municipal, comprometendo-as a desempenhar os seus deveres funcionais.

Termo de posse que assina a Srª. Amanda Lima Goncalves que declara vir assinar o presente Termo, pelo qual se compromete a bem desempenhar todas as funções inerentes ao cargo de Agente de Combate as Endemias, da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico.

Apresentou os seguintes documentos:

(X) I Certificado, de conclusão de curso do Ensino fundamental;

(X) II Certidão de quitação eleitoral emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE;

(X) III Titulo de eleitor com o comprovante de votação/justificativa da última eleição;

( ) IV Comprovante de quitação com as obrigações militares, se do sexo masculino;

(X) V Carteira de Identidade;

(X) VI Cadastro de Pessoa Física – CPF;

(X) VII Certidão de Nascimento/Casamento ou Escritura Pública de União Estável, acompanhado da cópia do CPF do (a) (cônjuge);

(X) VIII Carteira de trabalho;

(X) IX Comprovante de inscrição no PIS/PASEP ou declaração que não é inscrito;

(X) X CNIS (retirado no INSS);

( ) XI Certidão e nascimento dos filhos menores de 21 anos;

(X) XII comprovante de Residência; no caso de Agente comunitário de Saúde deve constar em nome do candidato (conta de água, luz, telefone ou outro documento idôneo, com firma reconhecida de acordo com a Lei Federal nº. 11.350/2006);

(X) XIII Conta corrente (Banco Brasil);

(X) XIV Carteira Nacional de Habilitação;

( ) XV Comprovante se estrangeiro na forma da lei (naturalizado);

(X) XVI 02 fotos 3X4 atual e colorida;

(X) XVII Certidão de Inexistência de Antecedentes Criminais dos últimos 05 (cinco) anos, expedida pelo foro da Comarca em que o candidato residir ou for domiciliado;

(X) XVIII Atestado Médico de capacidade Física (emitidos por profissionais do SUS);

(X) XIX Atestado Médico de capacidade Mental (emitidos por profissionais do SUS);

(X) XX Declaração de não infringência ao Inciso XVI – art. 37 da Constituição Federal e, disponibilidade do tempo para cumprimento de carga horária;

(X) XXI Declaração de bens;

*Outros documentos pertinentes que se fizerem necessários.

A investidura no cargo/função, fica consignado no presente Termo, e nada mais havendo o que constar, eu Viviane Halateno, lavrei este Termo de Posse, que depois de lido e achado conforme deverá ser assinado pelo compromissado e pelas autoridades competentes.

Colíder – MT., 02 de março de 2015.

Amanda Lima Goncalves

Compromissado

João Batista dos Santos Secretário Municipal de Saúde e Saneamento Básico

Nilson José dos Santos

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
TERMO DE POSSE Nº 29/2015

Aos 02 (segundo) dia do mês de março de 2015 (dois mil e quinze) na Prefeitura Municipal de Colíder – MT., sito à Travessa dos Parecís, nº. 85, Centro, Setor Leste, no Gabinete do Prefeito Municipal, na presença do Secretário Municipal de Saúde e Saneamento Básico, o Sr. João Batista dos Santos e do Prefeito Municipal, Sr. Nilson José dos Santos, a Srª. Gleicy Fernandes Ramos, toma posse no cargo de Agente de Combate as Endemias, através do Processo Seletivo Público Municipal nº. 001/2014, classificação 1º lugar, sob o Regime Estatutário de Trabalho, conforme Lei Municipal nº 2408/2010 e do regime próprio de previdência – PREVI-LIDER, aprovado pela Câmara Municipal e sancionado pelo Prefeito Municipal, comprometendo-as a desempenhar os seus deveres funcionais.

Termo de posse que assina a Srª. Gleicy Fernandes Ramos que declara vir assinar o presente Termo, pelo qual se compromete a bem desempenhar todas as funções inerentes ao cargo de Agente de Combate as Endemias, da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico.

Apresentou os seguintes documentos:

(X) I Certificado, de conclusão de curso do Ensino fundamental;

(X) II Certidão de quitação eleitoral emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE;

(X) III Titulo de eleitor com o comprovante de votação/justificativa da última eleição;

( ) IV Comprovante de quitação com as obrigações militares, se do sexo masculino;

(X) V Carteira de Identidade;

(X) VI Cadastro de Pessoa Física – CPF;

(X) VII Certidão de Nascimento/Casamento ou Escritura Pública de União Estável, acompanhado da cópia do CPF do (a) (cônjuge);

(X) VIII Carteira de trabalho;

(X) IX Comprovante de inscrição no PIS/PASEP ou declaração que não é inscrito;

(X) X CNIS (retirado no INSS);

( ) XI Certidão e nascimento dos filhos menores de 21 anos;

(X) XII comprovante de Residência; no caso de Agente comunitário de Saúde deve constar em nome do candidato (conta de água, luz, telefone ou outro documento idôneo, com firma reconhecida de acordo com a Lei Federal nº. 11.350/2006);

(X) XIII Conta corrente (Banco Brasil);

(X) XIV Carteira Nacional de Habilitação;

( ) XV Comprovante se estrangeiro na forma da lei (naturalizado);

(X) XVI 02 fotos 3X4 atual e colorida;

(X) XVII Certidão de Inexistência de Antecedentes Criminais dos últimos 05 (cinco) anos, expedida pelo foro da Comarca em que o candidato residir ou for domiciliado;

(X) XVIII Atestado Médico de capacidade Física (emitidos por profissionais do SUS);

(X) XIX Atestado Médico de capacidade Mental (emitidos por profissionais do SUS);

(X) XX Declaração de não infringência ao Inciso XVI – art. 37 da Constituição Federal e, disponibilidade do tempo para cumprimento de carga horária;

(X) XXI Declaração de bens;

*Outros documentos pertinentes que se fizerem necessários.

A investidura no cargo/função, fica consignado no presente Termo, e nada mais havendo o que constar, eu Viviane Halateno, lavrei este Termo de Posse, que depois de lido e achado conforme deverá ser assinado pelo compromissado e pelas autoridades competentes.

Colíder – MT., 02 de março de 2015.

Gleicy Fernandes Ramos

Compromissado

João Batista dos Santos Secretário Municipal de Saúde e Saneamento Básico

Nilson José dos Santos

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
TERMO DE POSSE Nº 30/2015

Aos 02 (segundo) dia do mês de março de 2015 (dois mil e quinze) na Prefeitura Municipal de Colíder – MT., sito à Travessa dos Parecís, nº. 85, Centro, Setor Leste, no Gabinete do Prefeito Municipal, na presença do Secretário Municipal de Saúde e Saneamento Básico, o Sr. João Batista dos Santos e do Prefeito Municipal, Sr. Nilson José dos Santos, a Srª. Poliani Alves Pereira, toma posse no cargo de Agente de Combate as Endemias, através do Processo Seletivo Público Municipal nº. 001/2014, classificação 1º lugar, sob o Regime Estatutário de Trabalho, conforme Lei Municipal nº 2408/2010 e do regime próprio de previdência – PREVI-LIDER, aprovado pela Câmara Municipal e sancionado pelo Prefeito Municipal, comprometendo-as a desempenhar os seus deveres funcionais.

Termo de posse que assina a Srª. Poliani Alves Pereira que declara vir assinar o presente Termo, pelo qual se compromete a bem desempenhar

todas as funções inerentes ao cargo de Agente de Combate as Endemias, da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico.

Apresentou os seguintes documentos:

(X) I Certificado, de conclusão de curso do Ensino fundamental;

(X) II Certidão de quitação eleitoral emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE;

(X) III Titulo de eleitor com o comprovante de votação/justificativa da última eleição;

( ) IV Comprovante de quitação com as obrigações militares, se do sexo masculino;

(X) V Carteira de Identidade;

(X) VI Cadastro de Pessoa Física – CPF;

(X) VII Certidão de Nascimento/Casamento ou Escritura Pública de União Estável, acompanhado da cópia do CPF do (a) (cônjuge);

(X) VIII Carteira de trabalho;

(X) IX Comprovante de inscrição no PIS/PASEP ou declaração que não é inscrito;

(X) X CNIS (retirado no INSS);

(X) XI Certidão e nascimento dos filhos menores de 21 anos;

(X) XII comprovante de Residência; no caso de Agente comunitário de Saúde deve constar em nome do candidato (conta de água, luz, telefone ou outro documento idôneo, com firma reconhecida de acordo com a Lei Federal nº. 11.350/2006);

(X) XIII Conta corrente (Banco Brasil);

(X) XIV Carteira Nacional de Habilitação;

( ) XV Comprovante se estrangeiro na forma da lei (naturalizado);

(X) XVI 02 fotos 3X4 atual e colorida;

(X) XVII Certidão de Inexistência de Antecedentes Criminais dos últimos 05 (cinco) anos, expedida pelo foro da Comarca em que o candidato residir ou for domiciliado;

(X) XVIII Atestado Médico de capacidade Física (emitidos por profissionais do SUS);

(X) XIX Atestado Médico de capacidade Mental (emitidos por profissionais do SUS);

(X) XX Declaração de não infringência ao Inciso XVI – art. 37 da Constituição Federal e, disponibilidade do tempo para cumprimento de carga horária;

(X) XXI Declaração de bens;

*Outros documentos pertinentes que se fizerem necessários.

A investidura no cargo/função, fica consignado no presente Termo, e nada mais havendo o que constar, eu Viviane Halateno, lavrei este Termo de Posse, que depois de lido e achado conforme deverá ser assinado pelo compromissado e pelas autoridades competentes.

Colíder – MT., 02 de março de 2015.

Poliani Alves Pereira

Compromissado

João Batista dos Santos Secretário Municipal de Saúde e Saneamento Básico

Nilson José dos Santos

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
TERMO DE POSSE Nº 31/2015

Aos 02 (segundo) dia do mês de março de 2015 (dois mil e quinze) na Prefeitura Municipal de Colíder – MT., sito à Travessa dos Parecís, nº. 85, Centro, Setor Leste, no Gabinete do Prefeito Municipal, na presença do Secretário Municipal de Saúde e Saneamento Básico, o Sr. João Batista dos Santos e do Prefeito Municipal, Sr. Nilson José dos Santos, a Srª. Rosilene Eliza de Souza Braga, toma posse no cargo de Agente de Combate as Endemias, através do Processo Seletivo Público Municipal nº. 001/2014, classificação 1º lugar, sob o Regime Estatutário de Trabalho, conforme Lei Municipal nº 2408/2010 e do regime próprio de previdência – PREVI-LIDER, aprovado pela Câmara Municipal e sancionado pelo Prefeito Municipal, comprometendo-as a desempenhar os seus deveres funcionais.

Termo de posse que assina a Srª. Rosilene Eliza de Souza Braga que declara vir assinar o presente Termo, pelo qual se compromete a bem desempenhar todas as funções inerentes ao cargo de Agente de Combate as Endemias, da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico.

Apresentou os seguintes documentos:

(X) I Certificado, de conclusão de curso do Ensino fundamental;

(X) II Certidão de quitação eleitoral emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE;

(X) III Titulo de eleitor com o comprovante de votação/justificativa da última eleição;

( ) IV Comprovante de quitação com as obrigações militares, se do sexo masculino;

(X) V Carteira de Identidade;

(X) VI Cadastro de Pessoa Física – CPF;

(X) VII Certidão de Nascimento/Casamento ou Escritura Pública de União Estável, acompanhado da cópia do CPF do (a) (cônjuge);

(X) VIII Carteira de trabalho;

(X) IX Comprovante de inscrição no PIS/PASEP ou declaração que não é inscrito;

(X) X CNIS (retirado no INSS);

(X) XI Certidão e nascimento dos filhos menores de 21 anos;

(X) XII comprovante de Residência; no caso de Agente comunitário de Saúde deve constar em nome do candidato (conta de água, luz, telefone ou outro documento idôneo, com firma reconhecida de acordo com a Lei Federal nº. 11.350/2006);

(X) XIII Conta corrente (Banco Brasil);

(X) XIV Carteira Nacional de Habilitação;

( ) XV Comprovante se estrangeiro na forma da lei (naturalizado);

(X) XVI 02 fotos 3X4 atual e colorida;

(X) XVII Certidão de Inexistência de Antecedentes Criminais dos últimos 05 (cinco) anos, expedida pelo foro da Comarca em que o candidato residir ou for domiciliado;

(X) XVIII Atestado Médico de capacidade Física (emitidos por profissionais do SUS);

(X) XIX Atestado Médico de capacidade Mental (emitidos por profissionais do SUS);

(X) XX Declaração de não infringência ao Inciso XVI – art. 37 da Constituição Federal e, disponibilidade do tempo para cumprimento de carga horária;

(X) XXI Declaração de bens;

*Outros documentos pertinentes que se fizerem necessários.

A investidura no cargo/função, fica consignado no presente Termo, e nada mais havendo o que constar, eu Viviane Halateno, lavrei este Termo de Posse, que depois de lido e achado conforme deverá ser assinado pelo compromissado e pelas autoridades competentes.

Colíder – MT., 02 de março de 2015.

Rosilene Eliza de Souza Braga

Compromissado

João Batista dos Santos Secretário Municipal de Saúde e Saneamento Básico

Nilson José dos Santos

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
TERMO DE POSSE Nº 32/2015

Aos 10 (decimo) dia do mês de março de 2015 (dois mil e quinze) na Prefeitura Municipal de Colíder – MT., sito à Travessa dos Parecís, nº. 85, Centro, Setor Leste, no Gabinete do Prefeito Municipal, na presença do Secretário Municipal de Saúde e Saneamento Básico, o Sr. João Batista dos Santos e do Prefeito Municipal, Sr. Nilson José dos Santos, a Srª. Karina Santos Lima, toma posse no cargo de Agente Comunitário de Saúde, através do Processo Seletivo Público Municipal nº. 001/2014, classificação 2º lugar, sob o Regime Estatutário de Trabalho, conforme Lei Municipal nº 2408/2010 e do regime próprio de previdência – PREVI-LIDER, aprovado pela Câmara Municipal e sancionado pelo Prefeito Municipal, comprometendo-as a desempenhar os seus deveres funcionais.

Termo de posse que assina a Srª. Karina Santos Lima que declara vir assinar o presente Termo, pelo qual se compromete a bem desempenhar todas as funções inerentes ao cargo de Agente Comunitário de Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico.

Apresentou os seguintes documentos:

(X) I Certificado, de conclusão de curso do Ensino fundamental;

(X) II Certidão de quitação eleitoral emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE;

(X) III Titulo de eleitor com o comprovante de votação/justificativa da última eleição;

( ) IV Comprovante de quitação com as obrigações militares, se do sexo masculino;

(X) V Carteira de Identidade;

(X) VI Cadastro de Pessoa Física – CPF;

(X) VII Certidão de Nascimento/Casamento ou Escritura Pública de União Estável, acompanhado da cópia do CPF do (a) (cônjuge);

(X) VIII Carteira de trabalho;

(X) IX Comprovante de inscrição no PIS/PASEP ou declaração que não é inscrito;

(X) X CNIS (retirado no INSS);

(X) XI Certidão e nascimento dos filhos menores de 21 anos;

(X) XII comprovante de Residência; no caso de Agente comunitário de Saúde deve constar em nome do candidato (conta de água, luz, telefone ou outro documento idôneo, com firma reconhecida de acordo com a Lei Federal nº. 11.350/2006);

(X) XIII Conta corrente (Banco Brasil);

(X) XIV Carteira Nacional de Habilitação;

( ) XV Comprovante se estrangeiro na forma da lei (naturalizado);

(X) XVI 02 fotos 3X4 atual e colorida;

(X) XVII Certidão de Inexistência de Antecedentes Criminais dos últimos 05 (cinco) anos, expedida pelo foro da Comarca em que o candidato residir ou for domiciliado;

(X) XVIII Atestado Médico de capacidade Física (emitidos por profissionais do SUS);

(X) XIX Atestado Médico de capacidade Mental (emitidos por profissionais do SUS);

(X) XX Declaração de não infringência ao Inciso XVI – art. 37 da Constituição Federal e, disponibilidade do tempo para cumprimento de carga horária;

(X) XXI Declaração de bens;

*Outros documentos pertinentes que se fizerem necessários.

A investidura no cargo/função, fica consignado no presente Termo, e nada mais havendo o que constar, eu Viviane Halateno, lavrei este Termo de Posse, que depois de lido e achado conforme deverá ser assinado pelo compromissado e pelas autoridades competentes.

Colíder – MT., 10 de março de 2015.

Karina Santos Lima

Compromissado

João Batista dos Santos Secretário Municipal de Saúde e Saneamento Básico

Nilson José dos Santos

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
TERMO DE POSSE Nº 33/2015

Aos 10 (decimo) dia do mês de março de 2015 (dois mil e quinze) na Prefeitura Municipal de Colíder – MT., sito à Travessa dos Parecís, nº. 85, Centro, Setor Leste, no Gabinete do Prefeito Municipal, na presença do Secretário Municipal de Saúde e Saneamento Básico, o Sr. João Batista dos Santos e do Prefeito Municipal, Sr. Nilson José dos Santos, a Srª. Sandra Aparecida Guedes, toma posse no cargo de Agente Comunitário de Saúde, através do Processo Seletivo Público Municipal nº. 001/2014, classificação 2º lugar, sob o Regime Estatutário de Trabalho, conforme Lei Municipal nº 2408/2010 e do regime próprio de previdência – PREVI-LIDER, aprovado pela Câmara Municipal e sancionado pelo Prefeito Municipal, comprometendo-as a desempenhar os seus deveres funcionais.

Termo de posse que assina a Srª. Sandra Aparecida Guedes que declara vir assinar o presente Termo, pelo qual se compromete a bem desempenhar todas as funções inerentes ao cargo de Agente Comunitário de Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico.

Apresentou os seguintes documentos:

(X) I Certificado, de conclusão de curso do Ensino fundamental;

(X) II Certidão de quitação eleitoral emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE;

(X) III Titulo de eleitor com o comprovante de votação/justificativa da última eleição;

( ) IV Comprovante de quitação com as obrigações militares, se do sexo masculino;

(X) V Carteira de Identidade;

(X) VI Cadastro de Pessoa Física – CPF;

(X) VII Certidão de Nascimento/Casamento ou Escritura Pública de União Estável, acompanhado da cópia do CPF do (a) (cônjuge);

(X) VIII Carteira de trabalho;

(X) IX Comprovante de inscrição no PIS/PASEP ou declaração que não é inscrito;

(X) X CNIS (retirado no INSS);

(X) XI Certidão e nascimento dos filhos menores de 21 anos;

(X) XII comprovante de Residência; no caso de Agente comunitário de Saúde deve constar em nome do candidato (conta de água, luz, telefone ou outro documento idôneo, com firma reconhecida de acordo com a Lei Federal nº. 11.350/2006);

(X) XIII Conta corrente (Banco Brasil);

(X) XIV Carteira Nacional de Habilitação;

( ) XV Comprovante se estrangeiro na forma da lei (naturalizado);

(X) XVI 02 fotos 3X4 atual e colorida;

(X) XVII Certidão de Inexistência de Antecedentes Criminais dos últimos 05 (cinco) anos, expedida pelo foro da Comarca em que o candidato residir ou for domiciliado;

(X) XVIII Atestado Médico de capacidade Física (emitidos por profissionais do SUS);

(X) XIX Atestado Médico de capacidade Mental (emitidos por profissionais do SUS);

(X) XX Declaração de não infringência ao Inciso XVI – art. 37 da Constituição Federal e, disponibilidade do tempo para cumprimento de carga horária;

(X) XXI Declaração de bens;

*Outros documentos pertinentes que se fizerem necessários.

A investidura no cargo/função, fica consignado no presente Termo, e nada mais havendo o que constar, eu Viviane Halateno, lavrei este Termo de Posse, que depois de lido e achado conforme deverá ser assinado pelo compromissado e pelas autoridades competentes.

Colíder – MT., 10 de março de 2015.

Sandra Aparecida Guedes

Compromissado

João Batista dos Santos Secretário Municipal de Saúde e Saneamento Básico

Nilson José dos Santos

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
TERMO DE POSSE Nº 34/2015

Aos 13 (decimo terceiro) dia do mês de março de 2015 (dois mil e quinze) na Prefeitura Municipal de Colíder – MT., sito à Travessa dos Parecís, nº. 85, Centro, Setor Leste, no Gabinete do Prefeito Municipal, na presença do Secretário Municipal de Saúde e Saneamento Básico, o Sr. João Batista dos Santos e do Prefeito Municipal, Sr. Nilson José dos Santos, a Srª. Vilma Ferreira de Souza Silva, toma posse no cargo de Agente Comunitário de Saúde, através do Processo Seletivo Público Municipal nº. 001/2014, classificação 2º lugar, sob o Regime Estatutário de Trabalho, conforme Lei Municipal nº 2408/2010 e do regime próprio de previdência – PREVI-LIDER, aprovado pela Câmara Municipal e sancionado pelo Prefeito Municipal, comprometendo-as a desempenhar os seus deveres funcionais.

Termo de posse que assina a Srª. Vilma Ferreira de Souza Silva que declara vir assinar o presente Termo, pelo qual se compromete a bem desempenhar todas as funções inerentes ao cargo de Agente Comunitário de Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico.

Apresentou os seguintes documentos:

(X) I Certificado, de conclusão de curso do Ensino fundamental;

(X) II Certidão de quitação eleitoral emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE;

(X) III Titulo de eleitor com o comprovante de votação/justificativa da última eleição;

( ) IV Comprovante de quitação com as obrigações militares, se do sexo masculino;

(X) V Carteira de Identidade;

(X) VI Cadastro de Pessoa Física – CPF;

(X) VII Certidão de Nascimento/Casamento ou Escritura Pública de União Estável, acompanhado da cópia do CPF do (a) (cônjuge);

(X) VIII Carteira de trabalho;

(X) IX Comprovante de inscrição no PIS/PASEP ou declaração que não é inscrito;

(X) X CNIS (retirado no INSS);

(X) XI Certidão e nascimento dos filhos menores de 21 anos;

(X) XII comprovante de Residência; no caso de Agente comunitário de Saúde deve constar em nome do candidato (conta de água, luz, telefone ou outro documento idôneo, com firma reconhecida de acordo com a Lei Federal nº. 11.350/2006);

(X) XIII Conta corrente (Banco Brasil);

(X) XIV Carteira Nacional de Habilitação;

( ) XV Comprovante se estrangeiro na forma da lei (naturalizado);

(X) XVI 02 fotos 3X4 atual e colorida;

(X) XVII Certidão de Inexistência de Antecedentes Criminais dos últimos 05 (cinco) anos, expedida pelo foro da Comarca em que o candidato residir ou for domiciliado;

(X) XVIII Atestado Médico de capacidade Física (emitidos por profissionais do SUS);

(X) XIX Atestado Médico de capacidade Mental (emitidos por profissionais do SUS);

(X) XX Declaração de não infringência ao Inciso XVI – art. 37 da Constituição Federal e, disponibilidade do tempo para cumprimento de carga horária;

(X) XXI Declaração de bens;

*Outros documentos pertinentes que se fizerem necessários.

A investidura no cargo/função, fica consignado no presente Termo, e nada mais havendo o que constar, eu Viviane Halateno, lavrei este Termo de Posse, que depois de lido e achado conforme deverá ser assinado pelo compromissado e pelas autoridades competentes.

Colíder – MT., 13 de março de 2015.

Vilma Ferreira de Souza Silva

Compromissado

João Batista dos Santos Secretário Municipal de Saúde e Saneamento Básico

Nilson José dos Santos

Prefeito Municipal

CAMARA MUNICIPAL
LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE COLÍDER-MT

TÍTULO I

DA ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

CAPÍTULO I

Do Município

SEÇÃO I

Disposições preliminares

Art. 1º - O Município de Colider, com sede na cidade do Colider, unidade territorial do Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com autonomia política, administrativa e financeira, é organizado e regido pela presente Lei Orgânica, nas formas das Constituições Federal e Estadual.

Art. 2º - São poderes municipais independentes e colaborativos entre si, o Legislativo e o Executivo.

SEÇÃO II

Da Competência

Art. 3º Cumpre ao Município, na promoção de tudo quanto respeite ao interesse local e ao bem estar de sua população:

I – legislar sobre o interesse social;

II – suplementar a legislação Federal e Estadual no que couber;

III – instituir e arrecadar tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em Lei;

IV – criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual;

V – organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo que tem caráter essencial;

VI – manter com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental, inclusive de ensino superior e profissionalizante;

VII – promover assistência técnica e extensão rural, principalmente ao pequeno e médio produtor rural, incentivando lavouras permanentes e a produção hortifrutigranjeira que venha garantir a fixação do homem no campo;

VIII – incentivar a organização rural dos produtores na criação de associações e cooperativa, a fim de assegurar o fortalecimento da comercialização dos produtos;

IX – elaborar e executar a política de desenvolvimento urbano, com o objetivo de ordenar as funções sociais das áreas habitadas do Município e garantir o bem estar de seus habitantes;

XI – exigir do proprietário do solo urbano não edificado, sub-utilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento na forma do plano diretor, sob pena, sucessivamente, de parcelamento ou edificação compulsório, imposto sobre propriedade urbana progressiva no tempo e desapropriação com pagamento, mediante títulos da dívida pública municipal, com o prazo de resgate de até 10 (dez) anos, em parcelas anuais e sucessivas, assegurando o valor real da indenização e os juros legais;

XII – promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora Federal e Estadual;

XIII – Dispensar tratamento jurídico diferenciado às micro-empresas e empresas de pequeno porte, visando o incentivo à simplificação ou eliminação de obrigações para com o Município;

XIV – promover, com a cooperação da União e do Estado, programas de incentivo à instalação , funcionamento e difusão de indústrias que objetivem o aproveitamento das matérias-primas disponíveis na região;

XV – promover e incentivar o turismo, como fator de desenvolvimento social, econômico, cultural e religioso;XVI – garantir na forma da Lei, proteção aos locais de cultos e sua liturgia, e a livre expressão do nome de Deus em todas as repartições públicas municipais;

XVII – fiscalizar e inspecionar todo alimento destinado a consumo humano, qualquer que seja sua origem, estado ou procedência, produzidos ou expostos à venda em todo o Município, bem como bebidas e águas;

XVIII – estabelecer a obrigatoriedade da prévia fiscalização nos locais de abate, transformação e comercialização de produtos de origem animal, destinados ao consumo humano, tais como: matadouros, açougues, restaurantes, bares, supermercados e feiras livres.

SEÇÃO III

Dos Bens e Patrimônio do Município

Art. 4º - São bens do Município de Colider, os que atualmente lhe pertencem e os que forem adquiridos, na forma da legislação em vigor.

Art. 5º - A alienação de bens municipais, subordinadas à existência de interesse público, devidamente justificado, será sempre precedida de avaliação e obedecerá as seguintes normas:

I – quando de imóveis, dependerá de autorização legislativa, mediante voto favorável de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara, e de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

a) doação, devendo constar obrigatoriamente no contrato: os encargos do donatário, o prazo de seu cumprimento e a cláusula de retrocessão, sob pena de nulidade do ato;

b) permuta;

II – quando móveis, dependerá de licitação, dispensada nos seguintes casos:

a) doação, que será exclusivamente para fins de interesso social;

b) permuta;

c) venda de ações, que serão obrigatoriamente, efetuadas em bolsa.

III – o Município, preferencialmente à venda ou doação de seus bens móveis, outorgará concessão de direito real de uso, mediante prévia autorização legislativa e concorrência, podendo esta ser dispensada por lei, quando o uso se destinar à concessionária de serviços públicos, a entidades assistenciais ou, quando houver relevante interesse público, devidamente justificado;

IV – a venda aos proprietários de imóveis lindeiros, de áreas urbanas remanescentes e inaproveitáveis para edificação, resultantes de obras públicas, dependerá apenas de prévia avaliação e autorização legislativa;

V – as áreas resultantes de modificação de alinhamento, poderão ser alienadas nas mesmas condições do inciso anterior, que sejam aproveitáveis ou não.

Art. 6º - A aquisição de bens imóveis por compra ou permuta, dependerá de prévia avaliação e autorização legislativa.

Art. 7º - O uso de bens municipais por terceiros, poderá ser feito mediante concessão ou autorização , conforme o caso e quando exigir o interesse público.

§ 1º - A concessão administrativa dos bens públicos de uso especial e dominiais, dependerá de lei e concorrência, e far-se-á mediante contrato, sob pena de nulidade, podendo a lei dispensar a concorrência, quando o uso se destinar a concessionária de serviço público, a entidades assistenciais ou, quando houver interesse público relevante, devidamente justificado.

§ 2º - A concessão administrativa de bens públicos, de uso comum, somente poderá ser outorgada para fins escolares, mediante autorização legislativa.

§ 3º - A permissão, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será feita a título precário, por decreto.

§ 4º - A autorização que poderá incidir sobre qualquer bem público, será feita por transitórios, pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias, salvo quando, para fins de formar canteiros de obra pública, caso em que o prazo corresponderá a duração da obra.

Art. 8º - Poderão ser cedidos a particulares, para serviços transitórios, máquinas e operadores da Prefeitura, desde que não haja prejuízo para os trabalhos do Município e, o interessado recolha previamente, a remuneração arbitrada, e assine o termo de responsabilidade, concessão e devolução dos bens, no estado em que os haja encontrado ou recebido.

CAPÍTULO II

Da Administração Municipal

SEÇÃO I

Disposições Gerais

Art. 9º - A administração pública direta, indireta ou fundacional de qualquer dos poderes do Município, obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e também, o seguinte:

I – os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis a todos os brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei;

II – a investidura, em cargos ou empregos públicos municipais, depende de aprovação prévia em concurso público de provas e/ou títulos, ressalvadas as7nomeações para cargo em comissão, declarado em Lei de livre nomeação e exoneração;

III – o prazo de validade do concurso público será de até um ano, prorrogável, uma vez, por igual período;

IV – durante o prazo improrrogável, previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público, no termo do inciso II, deste artigo, será convocado, com prioridade, sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira;

V – os cargos em comissão e as funções de confiança serão exercidos, preferencialmente, por servidores ocupantes de cargos de carreira técnica ou profissional, nos casos e condições previstas em Lei;

VI – é garantido ao servidor público a livre associação sindical;

VII – o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em Lei Complementar Federal;

VIII – a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiências físicas e definirá os critérios de sua admissão;

IX – a lei determinará os casos de contratação, por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

X – a revisão geral da remuneração dos servidores públicos municipais far-se-á sempre na mesma data;

XI – a lei fixará o limite máximo e a relação de valores, entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos municipais, observados como limite máximo, os valores percebidos como remuneração, em espécie, a qualquer título, pelo Prefeito Municipal;

XII – os vencimentos dos cargos da Câmara Municipal não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;

XIII – é vedada a vinculação ou equiparação de vencimentos, para efeito de remuneração de pessoal de serviço público, ressalvado o disposto no inciso anterior os casos de isonomia constitucionalmente assegurada;

XIV – os acréscimos pecuniários, percebidos por servidores públicos, não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores, sob o mesmo título ou fundamento;

XV - os vencimentos dos servidores são irredutíveis e a remuneração observará o que dispõe os incisos XI e XIII deste artigo;

XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários:a) a de dois cargos de professor:b) a de um cargo de professor, com outro de natureza técnica ou científica;c) a de dois cargos privativos de médicos.

XVII – a proibição de acúmulo estende-se a empregos e funções abrangendo órgãos da administração pública federal e estadual, direta, indireta e fundacional;

XVIII – somente por leis específicas, poderão ser criadas empresas públicas, sociedades de economia mista, autarquias ou fundações públicas e suas subsidiárias, bem como, autorizada a participação destas em empresas privadas;

XIX – ressalvados os casos especificados em lei, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas a proposta, nos termos da Lei, a qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações:

XX – a posse do cargo, emprego ou função municipal, da administração direta ou indireta, inclusive fundacional, será precedida de declaração de bens, atualizada bienalmente.

§ 1º - A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos municipais terá caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que importem promoção pessoal de autoridade, de servidores públicos ou de terceiros.

§ - 2º - A publicação oficial de leis, decretos e outros atos administrativos de efeito externo será feita dentro de trinta dias, a contar de sua ultimação, em órgão de imprensa oficial, próprio ou de outra pessoa de direito público, sob pena de serem nulos os atos posteriores praticados com apoio neles.

Art. 10 – Ao servidor público municipal em exercício de mandato eletivo, aplica-se as seguintes disposições:

I – tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado do cargo, emprego ou função:

II – investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;

III – investido no mandato de Vereador, e havendo compatibilidade de horário, perceberá vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo, da remuneração do cargo eletivo, e não havendo compatibilidade, aplicar-se-á a norma do inciso anterior.

IV – em caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, o tempo de serviço será computado para as promoções por merecimento;

V – para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados, como se no exercício estivesse.

SEÇÃO II

Dos Servidores Públicos

Art. 11 – O Município instituirá regime jurídico único e plano de carreira para os seus servidores da administração direta, indireta e fundacional.

§ 1º - A lei assegurará aos servidores da administração direta, isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhados do mesmo poder, ou entre servidores do Poder Executivo e do Legislativo, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.

§ 2º - Aos servidores públicos municipais são assegurados os seguintes direitos:

I – piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho:

II – irredutibilidade de salário, salvo disposto em convenção ou acordo coletivo;

III – garantia de salário ou vencimento nunca inferior ao piso salarial para os que percebam remuneração variável;

IV – décimo terceiro salário, com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;

V – remuneração do trabalho noturno superior ao diurno;

VI – salário família aos seus dependentes:

VII duração do trabalho normal, não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro horas semanais;

VIII – repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;

IX – remuneração do serviço extraordinário, superior, no mínimo, cinqüenta por cento, em relação ao normal;

X – gozo de férias anuais, remuneradas, em pelo menos, um terço a mais do que o salários ou vencimento normal;

XI – licença-gestante, com duração de cento e vinte dias, sem prejuízo do cargo, emprego ou da remuneração;

XII – licença paternidade, nos termos fixados em lei;

XIII – proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei;

XIV – redução dos riscos inerentes ao trabalho por meios das normas de saúde, higiene e segurança;

XV – adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei;

XVI – proibição de diferença de retribuição pecuniária, de exercício de funções e de critérios de admissão, por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.

§ 3º - A remoção do servidor dar-se-á em caso de necessidade comprovada ou, atendendo à natureza do serviço, quando não for a pedido do interessado.

§ 4º - O pagamento da remuneração dos servidores públicos municipais dar-se-á até o dia 10 (dez) do mês subseqüente.

§ 5º - O não pagamento da remuneração até a data referida no parágrafo anterior, importará na correção de seu valor, aplicando-se os índices federais de correção diária, a partir do dia seguinte ao vencimento até a data do efetivo pagamento.

§ 6º – O montante da correção será pago juntamente com o vencimento do mês subseqüente, corrigido o seu total até o último dia do mês pelos mesmos índices do parágrafo anterior.

Art. 12 – O servidor público será aposentado:

I – por invalidez permanente, sendo os proventos integrais, quando decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei, e proporcionais nos demais casos;

II – compulsoriamente aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço;

III – voluntariamente:

a) aos trinta e cinco anos de serviço, se homem, e aos trinta, se mulher, com proventos integrais;

b) aos trinta anos de efetivo exercício em função do magistério, se professor, e vinte e cinco anos, se professora, com proventos integrais;

c) aos trinta anos de serviço, se homem, aos vinte e cinco, se mulher, com proventos proporcionais a esse tempo;

d) aos sessenta e cinco anos de idade, se homem, aos sessenta, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

§ 1º - A lei disporá sobre aposentadoria em cargos ou empregos temporários.

§ 2º - Os proventos da aposentadoria serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que modificar a remuneração aos servidores em atividade, sendo também estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens, posteriormente concedidas aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função, em que se deu a aposentadoria, na forma da lei.

§ 3º - O benefício da pensão, por morte, corresponderá à totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido, até o limite estabelecido em lei, observado o disposto no parágrafo anterior.

§ 4º - O tempo de serviço público federal, estadual ou municipal será computado integralmente para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade.

Art. 13 – São estáveis, após dois anos de efetivo exercício, os servidores nomeados em virtude de concurso público.

§ 1º - O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado, ou mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.

§ 2º - Invalidada, por sentença judicial, a admissão do servidor estável, será reintegrado e o eventual ocupante da vaga reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade.

§ 3º - Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade remunerada, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

TITULO II

DA ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL

CAPÍTULO I

Dos Princípios Gerais

Art. 14 – O Município de Colider, com observância dos preceitos estabelecidos nas Constituições Estadual e Federal, dirigirá suas ações no sentido da realização do desenvolvimento econômico e da justiça social, com finalidade de assegurar a elevação dos níveis de vida e bem estar da população.

§ 1º - Como agente normativo e regulador da atividade econômica, no limite de sua competência, o Município exercerá, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo livre a iniciativa privada, não contrária ao interesse público.

§ 2º - O planejamento, seus objetivos, diretrizes e prioridades são imperativos à sua própria administração, e indicativos para o setor privado.

§ 3º - O Município adotará por si o em convênio com a União e o Estado, programas especiais destinados à erradicação dos fatores de pobreza e marginalização, e das discriminações, com vistas à emancipação econômico-social dos segmentos sociais carentes.

Art. 15 – O Município apoiará e incentivará o turismo, como atividade econômica, reconhecendo-o como forma de promoção sócio-cultural.

§ Único – Juntamente com segmentos envolvidos no setor, o Município definirá a política de turismo, mediante plano integrado e permanente com estímulo à produção artesanal típica de cada região.

Art. 16 – As micro-empresas e as empresas de pequeno porte, assim conceituadas na legislação competente, sediadas no Município, receberão deste, em sua esfera de competência, tratamento jurídico diferenciado.

Art. 17 – Na administração das empresas públicas, das sociedades de economia mista e nas fundações instituídas pelo Município, será assegurar a participação de, pelo menos, um representante de seus empregados.

CAPÍTULO II

Da Política Urbana

Art. 18 – A política urbana atenderá ao plano de desenvolvimento das funções sociais da comunidade, e à garantia do bem-estar de seus habitantes.

Art. 19 – O plano diretor do Município disporá:

I – sobre o macro-zoneamento, o parcelamento do solo urbano, sem uso e ocupação, as construções, as edificações a proteção ao meio ambiente, o licenciamento e a fiscalização, bom como os parâmetros urbanísticos básicos;

II – sobre a criação de áreas de especial interesse urbanístico, ambiental, turístico e de utilização pública.

Art. 20 - O Poder Público Municipal, mediante lei específica para áreas incluídas no plano diretor, poderá exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, sub-utilizado ou não utilizado, que promova seu aproveitamento sob pena de sucessivamente:

I – parcelamento ou edificação compulsórios;

II – imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressiva no tempo;

III – desapropriação, com pagamento, mediante títulos da dívida pública, de emissão autorizada pelo Senado, com prazo de resgate até dez anos, em parcelas anuais iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

§ 1º - As terras públicas municipais urbanas, sub-utilizadas ou não utilizadas, serão destinadas prioritariamente, ao assentamento de população de baixa renda.

§ 2º - Na política de assentamento populacional, o Município utilizará o instituto jurídico da concessão de direito real.

Art. 21 – O Município promoverá e executará, isolado ou em convênio com a União e o Estado, programas de construção de habitações populares, com condições infra-estruturais e urbanas, em especial as de saneamento básico e de transporte.

Art. 22 – O Município manterá serviço de natureza técnica, destinado a orientar as populações de baixa renda sobre construção de moradia e utilização de obras comunitárias.

CAPÍTULO III

Da Política Agrícola e Fundiária

Art. 23 – A política agrícola, visando a fixação do homem no campo, ao incremento da produção e produtividade e a melhoria das condições sócio-culturais do rurícola, terá sua coordenação unificada, com prioridade aos pequenos e médios produtores, levando em conta especialmente:

a) assistência técnica e extensão rural;

b) pesquisa agropecuária;

c) associativismo;

d) eletrificação rural, irrigação e drenagem;

e) habitação para o trabalhador rural;

f) armazenamento da produção;

g) telefonia rural;

h) assistência social;

i) transporte;

j) segurança;

k) represas e barragens;

l) mecanização agrícola;

m) garantia do preço de mercado;

n) estradas.

§ 1º - O planejamento e a execução da política agrícola municipal terá a participação efetiva dos setores de produção, envolvendo os produtores e trabalhadores rurais,

bem como dos setores de comercialização, armazenamento e transporte.

§ 2º - Incluem-se no planejamento agrícola as atividades agroindustriais, agropecuárias, pesqueiras e florestais, inclusive o extrativismo.

Art. 24 – A política de desenvolvimento agrícola será planejada através dos planos plurianuais e anuais, levando em consideração:

I – apoio creditício e incentivos fiscais à produção e comercialização dos produtos agropecuários, para os pequenos e médios produtores rurais e suas organizações, bem como as atividades agroindustriais;

II – a melhoria das condições de vida da população rural, principalmente em relação a educação, saúde, habitação, lazer, cultura, transporte e saneamento.

III – assistência técnica e extensão rural, mantida como serviço público oficial de caráter educativo, sem paralelismo na área municipal, será garantida gratuidade aos pequenos e médios produtores rurais, pescadores, artesões, suas famílias e suas formas associativas levando em conta:

a) a realidade municipal, os interesses e os anseios do produtor e sua família;

b)alternativas tecnológicas ao alcance do produtor rural e sua família, mas que não venham poluir o meio ambiente.

c) medidas que visam incrementar a renda líquida do produtor rural, através de aumento de produção e produtividade, diminuição dos custos operacionais e melhoria nos sistemas que evitem as perdas na colheita;

d) medias que visem despertar a consciência associativista no campo e assessoramento a criação e dinamização das organizações de produtores, já formalizados, com o objetivo de eficientizar os sistemas de produção e comercialização, e sobre tudo, criar mecanismos que permitam a esses grupos, competir com setores mais eficientes e organizados da sociedade;

e) atendimento a população dos centros urbanos, principalmente a de baixa renda, através de comercialização direta, produtor/consumidor de forma a diminuir as margens de intermediação com reflexos positivos na diminuição dos custos a nível dos consumidores;

f) a propriedade como um todo, mas voltada para a unidade de planejamento (comunidade, municípios);

g) a diversificação de culturas com introdução de culturas regionais, criando novas alternativas de renda e diminuindo os riscos advindos da exploração de uma única atividade;

h) o tratamento e aproveitamento de áreas encapoeiradas, com o objetivo de combater as derrubadas das matas e a destruição dos ecossistemas;

i) o aproveitamento das várzeas.

IV – a produção de alimentos para o abastecimento do Município e geração de excedentes exportáveis, bem como a produção de matérias-primas para atender o parque industrial regional e nacional;

V – a profissionalização do produtor rural;

VII – a energização rural, aproveitado os mananciais hídricos para a implantação de micro-turbinas e outros equipamentos, de forma integrada com os sistemas produtivo e social;

Art. 25 – As ações do poder público de apóia à produção primária, atenderão, preferencialmente, aos beneficiários dos projetos de assentamento e de posses consolidadas, observando o requisito do cumprimento da função social da propriedade.

Art. 26 – O Município poderá destinar suas terras devolutas de acordo com a política agrícola da União e com o plano nacional de reforma agrária.

§ 1º A destinação dos imóveis será feita através do instituto jurídico da concessão de direito real de uso, inegociáveis os títulos, pelo prazo de dez anos.

§ 2º - Não se fará concessão se o beneficiário, pessoa natural ou jurídica, não evidenciar disponibilidade de recursos técnicos e financeiros, capazes

de tornar a área economicamente produtiva, dentro de seus fins, no prazo de até cinco anos.

CAPÍTULO IV

Da Ciência e Tecnologia

Art. 27 – O Município promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológica, isoladamente, ou em conjunto com a União e o Estado;

§ 1º - A pesquisa científica básica receberá tratamento prioritário, tendo em vista, o bem público e o processo das ciências.

§ 2º - A pesquisa tecnológica voltar-se-á, preponderantemente, para a solução de problemas locais e o desenvolvimento produtivo.

CAPÍTULO V

Do meio Ambiente

Art. 28 – Impõe-se ao Município o dever de zelar pela preservação e recuperação do meio ambiente, em seu território, em benefício das gerações atuais e futuras.

Art. 29 – Qualquer atividade econômica e social, desenvolvida no Município, deverá ser conciliada com a proteção ao meio ambiente.

Art. 30 – O Município, em convênio com órgão competente, fiscalizará queimadas no seu território, garantindo a preservação de no mínimo, 50 metros de árvores naturais, às margens de rios e córregos, incumbindo aos proprietários o devido reflorestamento.

Art. 31 – Na defesa do meio ambiente, o Município levará em conta as condições dos espaços locais assegurando:

I – controle e fiscalização da produção, estocagem, transporte e a comercialização de substâncias tóxicas e, da utilização de técnicas, métodos e instalações que representem riscos para a vida, incluindo materiais geneticamente alterados à ação humana e fontes de radioatividade, para o controle desta sendo vedado o depósito de lixo atômico em seu território;

II – promoção de zoneamento agro-ecológico do território municipal, estabelecendo normas para a utilização do solo em que ocorrer processos erosivos e a redução de fertilidade, estimulando o manejo integrado e a difusão de técnicas e de controle biológico;

III – implantação de unidade de conservação representativa de todos os ecossistemas originais da área territorial do Município;

IV – proteção à fauna e à flora, vedando nos limites de sua competência, práticas que submetam animais à crueldade e queimadas sem a respectiva autorização do órgão competente;

V – os rios e córregos do território municipal só poderão ser utilizados para exploração mineral, mediante Lei específica que não comprometa o meio ambiente;

VI – implantação de mecanismos que visem a diminuição de índices de poluição de fábricas;

VII – proteção aos morros e encostas, sendo vedado o seu uso para loteamentos, valendo a proibição também às margens de rios e córregos;

VIII – proteção aos rios e córregos do Município, sendo vedado o uso de redes, caixotes e equipamentos que caracterizem a pesca predatória.

Art. 32 - Os atos e condutas lesivas ao meio ambiente, sofrerão as sanções administrativas, com a aplicação de multas progressivas, nos casos de continuidade ou de incidência, incluídas a redução do nível de atividade e a interdição, independentemente da obrigação de reparação dos danos causados.

Art. 33 – A conservação do solo em todo o território do Município é de interesse público, impondo à coletividade e ao Poder Público Municipal o dever de preservá-lo.

CAPÍTULO VI

Da Seguridade Social

SEÇÃO I

Disposições Gerais

Art. 34 – As ações do Município, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social, serão por ele adotadas isoladamente ou através de convênios com a União ou Estado.

§ 1º - O Município, no âmbito de sua jurisdição, organizará a seguridade social a seus habitantes, com base nos seguintes objetivos:

I – universalidade da cobertura e do atendimento;

II – seletividade e distributividade na proteção dos serviços.

§ 2º - O Município fará constar em seu orçamento anual as receitas destinadas à seguridade social.

§ 3º - A Pessoa Jurídica, em débito com o sistema de seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

Art. 35 – Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.

Art. 36 – Entende-se como saúde a resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, lazer, liberdade, segurança e transporte, acesso e posse de terra aos serviços de saúde, garantidas através de um plano de desenvolvimento municipal elaborado de acordo com o artigo 301 da Constituição do Estado de Mato Grosso.

Art. 37 – As ações e serviços de saúde do Município integram uma rede regionalizada e hierarquizada, da União e do Estado, e constituem um sistema único, conforme diretrizes estabelecidas nas Constituições Federal e Estadual.

§ 1º - O setor privado do SUS em caráter complementar, segundo diretrizes deste, mediante contrato ou convênio, através de licitação pública, tendo preferência as entidades filantrópicas e sem fins lucrativo.

§ 2º - Sem prejuízo do disposto neste artigo, o Município adotará seu próprio sistema de saúde.

Art. 38 – O Município desenvolverá políticas sociais, econômicas e ambientais que visem a eliminação de riscos de doença e outros agravos, e o acesso igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e reabilitação das populações rurais e urbanas.

Art. 39 – O Sistema Único de Saúde deste Município será regido pelos seguintes princípios fundamentais:

I – comando único normativo, gerencial e administrativo exercido pela Secretaria de Saúde em articulação com o Ministério da Saúde;

II - integralidade na prestação das ações de saúde;

III – gratuidade na prestação de serviços de assistência à saúde, mantidos pelo Poder Público, ou serviço privado contratado ou conveniado pelo Sistema Único de Saúde;

IV – controle social através da participação e fiscalização da comunidade;

V – articulação com as instâncias técnicas e de apoio do Ministério da Saúde e Secretaria de Estado de Saúde;

VI – o SUS investirá em práticas alternativas e tecnologias apropriadas que visem promoção, proteção e recuperação da saúde.

Art. 40 - As ações de saúde, no âmbito deste Município, reger-se-ão por um modelo assistencial que contemple as ações promocionais preventivas e curativas, integradas através de uma rede assistencial composta pelos níveis básicos, geral especializado e de internação, conforme a complexidade do quadro epidemiológico local.

Art. 41 – O modelo assistencial constituir-se-á pelo conjunto de unidades compostas de centros de saúde e serviços especializados hierarquica-

mente, cada qual compreendendo população de referencia, em termos de população de riscos e/ou área de abrangência.

Art. 42 – Os serviços municipais de saúde compreenderão unidades com as seguintes características:

§ 1º - A unidade básica de serviços de saúde será o centro de saúde e sua rede satélite de postos, com a capacidade de realizar serviços gerais de atendimento curativo e preventivo, integrado à prática de saúde coletiva: controle ambiental, de vetores, roedores e reservatórios, das doenças endêmicas, imunizações, vigilância sanitária e epidemiológica; acompanhamento nutricional; controle das condições de saúde de populações de risco; atendimento à doenças profissionais, acidentes de trabalhos e vigilância das condições de trabalho.

§ 2º - Os serviços especializados constituir-se-ão em ambulatórios, unidades mestras e policlínicas com capacidade tecnológica de diagnóstico e terapia.

§ 3º - Os serviços especializados e de alta complexidade compreenderão serviços especializados que envolvam a utilização de tecnologia complexa.

§ 4º - Os serviços especializados e de alta complexidade poderão ser organizados por este Município, por um conjunto de Municípios em consórcio ou, pelo Estado quando ultrapassar a capacidade de resposta do Município, de acordo com o artigo 255 da Constituição do Estado de Mato Grosso.

Art. 43 – O Sistema Único de Saúde será regido e administrado pela Secretaria Municipal de Saúde.

§ Único – Os titulares dos cargos de direção devem ser exercidos por profissionais do setor de saúde em regime de tempo integral.

Art. 44 – Para auxiliar o desenvolvimento da política de saúde, o Município criará o Conselho Municipal de Saúde.

Art. 45 – É dever do serviço de saúde fornecer as informações ao cidadão e a coletividade.

§ 1º - As informações concernentes a horários de funcionamento dos serviços e jornada de trabalho de servidores, devem ser fixados em cada unidade, em quadro próprio ou em local visível aos usuários.

§ 2º - As informações referentes a surtos epidemiológicos, condições de riscos à saúde da coletividade, devem ser fornecidas através de divulgação por meio de comunicação escrita e falada, com a finalidade educativa e preventiva.

§ 3º - As informações referentes a comprovação de inspeção sanitária, devem ser fornecidas através de atestado de regularidade com data e período de validade a ser fixado em local visível.

§ 4º - As informações referentes a prontuários da pessoa física, devem ser fornecidas somente por solicitação da mesma ou responsável legal.

§ 5º - As informações sobre providências, requeridas para sindicância, apuração de responsabilidades, e outras realizadas por usuários ou entidades representativas dos mesmos, devem ser fornecidas sempre que solicitadas, pelo órgão onde foi dado entrada à solicitação.

Art. 46 – É direito de qualquer cidadão ou entidade representativa, impetrar solicitação e acompanhar sua tramitação junto ao Conselho Municipal de Saúde, quando:

§ 1º - Se julgar prejudicado no acesso às informações que devem estar disponíveis ao cidadão e regulamentadas no artigo 45 da presente lei.

§ 2º - A Prefeitura não estiver cumprindo o § 1º do artigo 42 na oferta de serviços básicos de saúde.

§ 3º - Na omissão de atendimento, nos casos de imperícia profissional, de omissão de informações e de irregularidade no funcionamento dos serviços.Art. 47 – O Sistema Único de Saúde deste Município será financiado por recursos de:

I – orçamento municipal;

II – transferências estaduais e federais;

III – convênios e contratos.

Art. 48 – É vedada a destinação de recursos públicos, na área de saúde, para auxílios ou subvenções à instituições privadas com fins lucrativos.

Art. 49 – A assistência farmacêutica às pessoas de baixa renda, integra o sistema municipal de saúde.

Art. 50 – O Município, conjuntamente com o Estado estabelecerá planos e programas para coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos, urbanos e industriais, com ênfase nos processos que envolvam sua reciclagem.

§ Único – O lixo hospitalar receberá tratamento adequado e diferenciado.

SEÇÃO III

Da Previdência e Assistência Social

Art. 51 – O Município poderá instituir, isoladamente ou em conjunto com o Estado, sistema próprio de previdência social para seus agentes políticos, utilizando, neste caso, a faculdade de cobrança da contribuição para fiscal prevista no parágrafo único do artigo 149 da Constituição Federal.

Art. 52 - A Assistência

I- proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e a velhice;

II – amparo aos menores carentes;

III – promoção da integração do mercado de trabalho:

IV – habilitação e reabilitação das pessoas deficientes e sua integração ou reintegração social

.Art. 53 – As ações municipais na área de assistência social serão realizadas com recursos próprios consignados, anualmente, no orçamento municipal, sem prejuízo da aplicação de recursos oriundos de convênios.

CAPÍTULO VII

Da Educação, da cultura e do Desporto

SEÇÃO I

Da Educação

Art. 54 – A educação, será promovida e incentivada, com a colaboração da sociedade, visando o desenvolvimento integral da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.

Art. 55 – O conteúdo mínimo para o ensino fundamental, obrigatório, atenderá aos aspectos sociais, históricos e geoeconômicos municipais.

Art. 56 – O Município aplicará, anualmente, no mínimo, vinte e cinco por cento de sua receita resultante de impostos, inclusive transferências da União e do Estado, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Art. 57 – A destinação dos recursos obedecerá ao disposto no artigo 213 da Constituição Federal.

Art. 58 – O funcionamento de educandários, no nível de ensino fundamental, no Município, dependerá de autorização deste, e ficarão subordinados a avaliação e controle e qualidade.

Art. 59 – O sistema municipal de ensino, organizado em regime de colaboração com a União e o Estado, será efetivado mediante a garantia de:

I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II – progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;

III – atendimento educacional especializados aos portadores de deficiência, preferencialmente, na rede regular de ensino;

IV – atendimento em creche e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade;

V – acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um:

VI – oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII – educação ambiental em todos os níveis de ensino:

VIII – atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.Art. 60 – O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

Art. 61 – o não oferecimento do ensino obrigatório pelo Município, ou sua oferta irregular, importa na responsabilidade da autoridade competente.

Art. 62 – Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada, e zelar junto aos seus pais ou responsáveis, pela freqüência à escola.

Art. 63 – O sistema de ensino municipal, assegurará aos alunos necessitados condições de eficiência escolar.

Art. 64 – O ensino oficial do Município será gratuito em todos os graus e atuará, prioritariamente, no ensino fundamental e pré-escolar.

Art. 65 - O ensino religioso, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários das escolas oficiais do Município e será ministrado de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, ser for capaz, ou por seu representante legal ou responsável.

Art. 66 – O Município orientará e estimulará, por todos os meios, a educação física, que será obrigada nos estabelecimentos municipais de ensino e nos particulares que recebem auxílios do Município.

Art. 67 – O Município manterá o professorado municipal em nível econômico, social e moral à altura de suas funções.

Art. 68 – É competência do Município em comum com o Estado e a União, proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência.

Art. 69 – O Município criará um Conselho Municipal de Educação, objetivando um melhor desenvolvimento do ensino.

Art. 70 – Os recursos públicos municipais destinados às escolas públicas, podem ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, a bolsa de estudo para o ensino fundamental e médio, para as que demonstram insuficiência de recursos, quando houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública, ficando o Poder Público, obrigado a investir, prioritariamente, na expansão.

SEÇÃO II

Da Cultura

Art. 71 – Garantidos pela União e Estado, o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes de cultura, o Município apoiará e incentivará as manifestações dessa área do conhecimento humano.

Art. 72 – O patrimônio cultural do Município é constituído dos bens materiais e imateriais, podadores de referências aos feitos históricos, à memória dos diferentes grupos que se destacaram na defesa dos valores nacionais, estaduais e municipais.

§ Único – Lei Municipal disporá sobre a fixação de datas comemorativas, de alta significação, para os segmentos sociais.

Art. 73 – O Município no exercício de sua competência:I – apoiará as manifestações da cultura local;II – protegerá, por todos os meios ao seu alcance, obras, objetos, documentos e imóveis de valor histórico, artístico, cultural e paisagístico.

SEÇÃO III

Do Desporto

Art. 74 – O Município fomentará práticas desportivas formais e informais, como direito de cada um observados:I – autonomia das entidades desportivas, dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;

II – destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;

III – tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não profissional;

IV – proteção e incentivo às manifestação desportivas em caráter local.

§ Único – O Poder Público Municipal incentivará o lazer como forma de promoção social.

CAPÍTULO VII

IDa Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso

Art. 75 – O Município estimulará, por meio de incentivos fiscais, ou diretamente, mediante subsídios consignados em seu orçamento anual, o acolhimento, ou a guarda de criança ou adolescente órfão, ou abandonado, ou a pessoa idosa necessitada.

Art. 76 – Os programas sócio-educativos destinados aos carentes, de proteção à pessoa idosa, de responsabilidade de entidades beneficentes sem fins lucrativos, receberão apoio técnico ou financeiro do Município.

Art. 77 – Aos maiores de cinqüenta e cinco anos, sessenta anos, mulher e homem respectivamente, aposentados, é garantida a gratuidade do transporte coletivo em linhas municipais urbana e rural, bastando para comprovar a idade do beneficiário, o carnê de aposentadoria e documento de identidade.

§ Único – Aos menores de 14 (quatorze) anos, que estiverem cursando o 1º grau e aos professores da rede municipal de ensino, serão assegurados, descontos de 50% (cinqüenta por cento) do preço normal das passagens.

CAPÍTULO IX

Dos Transportes Coletivos

Art. 78 – O transporte coletivo, como serviço essencial do Município, afora outros exigidos por normas específicas, subordina-se as seguintes condições:

I – valor da tarifa;

II – freqüência;

III – tipo de veículo;

IV – itinerário e uso de terminais;

V – padrões de segurança e manutenção;

VI – normas relativas ao conforto e à saúde dos passageiros e operadores dos veículos.

§ 1º - As empresas que dispõe de transporte coletivo próprio para seus empregados, inclusive trabalhadores rurais subordinam-se às normas municipais a que se refere este artigo.

§ 2º - É obrigatório o uso do terminal rodoviário e obediências aos locais de embarque e desembarque de passageiros, inclusive pelos coletivos interurbanos, ressalvado o disposto no § 1º deste artigo.

§ 3º - Os valores tarifários deverão ser previamente fixados pelo Poder Executivo Municipal, tomando por base os acréscimos determinados pelo organismo estadual.

Art. 79 – A exploração da atividade de transporte coletivo dentro do Município, far-se-á, por este, preferencialmente, sob regime de concessão.

§ Único – A exploração direta não isenta o Poder Público do cumprimento das normas e exigências, por ele estabelecidas para os concessionários.

TÍTULO III

DOS PODERES DO MUNICÍPIO

CAPÍTULO I

Do Poder Legislativo

SEÇÃO I

Da Câmara Municipal

Art. 80 – O Poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal, constituída de vereadores, eleitos pelo sistema proporcional, para uma legislatura de quatro anos.

SUB-SEÇÃO I

Das Reuniões

Art. 81 – A Câmara Municipal reunir-se-á, anualmente, na sede do Município, de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 01 de agosto a 15 de dezembro, independentemente de convocação.

§ 1º - As reuniões marcadas para estas datas serão transferidas para o primeiro dia útil subseqüente, quando recaírem em sábados, domingos e feriados.

§ 2º - A Sessão Legislativa não será interrompida sem a aprovação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 3º - A Sessão Extraordinária será convocada pelo Presidente da Câmara Municipal ou a requerimento da maioria de seus membros, ou pelo Prefeito, em caso de urgência e de interesse público relevante.

§ 4º - Na Sessão Extraordinária, a Câmara Municipal somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocada.

§ 5º - Serão remuneradas as Sessões Extraordinárias, quando convocadas pelo Prefeito.

SUB-SEÇÃO II

Das Sessões Solenes

Art. 82 – Além de outros casos previstos nesta Lei Orgânica ou, no Regimento Interno, a Câmara Municipal reunir-se-á em Sessão Solene:I – em primeiro de janeiro, no início da legislatura, para posse de seus membros, receber o compromisso de posse do Prefeito e do Vice-Prefeito eleitos, e eleição da Mesa Diretora.II – em primeiro de janeiro, do terceiro ano da Legislatura, para a posse da Mesa Diretora.

§ 1º - Presidirá as Sessões previstas neste artigo, o vereador mais antigo do Município ou, inexistindo-o, o mais idoso, ou ainda, em havendo recusa, qualquer outro edil, eleito por aclamação para o ato.

§ 2º - Os atos de posse dos membros da Câmara, deverão preceder ao ato de recebimento dos compromissos de posse do Prefeito e Vice-Prefeito, devendo o Regimento Interno dispor sobre horários, termos de compromisso e outras formalidades pertinentes.

SUB-SEÇÃO III

Da Competência

Art. 83 – Ressalvados os casos de sua competência exclusiva, cabe à Câmara Municipal, com sanção do Prefeito, dispor sobre todas as matérias da competência do Município e, em especial:

I – tributação, arrecadação e aplicação dos recursos do Município;

II – plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de créditos e divida;

III – planos e programas regionais e setoriais de desenvolvimento;

IV – transferência temporária da sede do Governo Municipal;

V – organização administrativa;

VI – criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas;

VII – criação, estruturação e atribuições das Secretarias e órgãos da administração pública;

VIII – autorização de emissões de títulos da divida pública, aceite de títulos de créditos e apresentação de garantias;

IX – concessão para exploração de serviços públicos;

X autorização de alienações de bens do Município e o recebimento de doações com encargos.

Art. 84 – É da competência exclusiva da Câmara Municipal:I – eleger a Mesa Diretora e constituir suas comissões;

II – elaborar seu Regimento Interno;

III – dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus servidores, e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

IV – fixar os subsídios dos Vereadores, do Presidente da Câmara, do Primeiro Secretário, observando o disposto na Constituição Federal;

V – fixar o subsídio do Prefeito e do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais observando o disposto na Constituição Federal

VI - dar posse ao Prefeito e ao Vice-Prefeito do Município;

VII conhecer da renúncia do Prefeito e Vice-Prefeito do Município e da investidura do interventor;

VIII – conceder licença ao Prefeito A interromper o exercício de suas funções, ou autoriza-lo a ausentar-se do Município, por mais de quinze dias consecutivos;

IX – autorizar o Prefeito, o Vice-Prefeito, os Secretários, bem como qualquer de seus membros, a se ausentarem do território nacional;

X – autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra os Secretários Municipais, nos crimes comuns e de responsabilidade, não conexos com os do Prefeito;

XI – processar e julgar o Prefeito e o Vice-Prefeito, nos crimes de responsabilidade, e os Secretários, nos crimes da mesma natureza, conexos com aqueles;

XII – declarar a perda do cardo de Prefeito, de Vice-Prefeito, ou de Secretário Municipal, após a condenação por crime comum ou de responsabilidade em sentença irrecorrível;

XIII – proceder a tomada de contas do Prefeito Municipal, quando não apresentadas dentro de trinta dias após a abertura da Sessão Legislativa;

XIV – julgar, anualmente, as contas prestadas pelo Município;

XV – autorizar a celebração de convênios pelo Prefeito Municipal com entidades de direito público ou privado, e ratificar os que por motivo de urgência justificada ou de comprovado interesse público forem efetivadas sem essas autorizações devendo, neste caso serem remetidas, em cinco dias à Câmara Municipal;

XVI – autorizar a celebração de convênios, intermunicipais para modificação de limites, viabilização de tráfego, divulgação de atos administrativos, conforme dispõe o artigo 9º, § 2º desta Lei;

XVII – solicitar, por maioria de dois terços de seus membros, a intervenção Estadual para garantir o livre exercício de suas atribuições;

XVIII – suspender, no todo ou em parte, a execução de lei ou ato normativo municipal, declarados inconstitucionais por decisão judicial definitiva;

XIX – sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar, ou dos limites de delegação legislativa;

XX – fiscalizar e controlar diretamente os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;

XXI – zelar pela preservação de sua competência legislativa em face de atribuição normativa dos outros poderes;

XXII – dispor sobre sistema de previdência dos seus membros, autorizando convênios com outras entidades.

§ 1º - A ratificação de convênios a que se refere o inciso XVI, deste artigo, será feita, dentro de quinze dias, da data de entrada da documentação na Secretaria da Câmara, operando-o tacitamente após esse prazo, se não decidida a matéria.

§ 2º - A superveniência de rejeição dos atos a que se refere o parágrafo anterior, não importará em nulidade de outros praticados em sua decorrência, mas determinará a sua resolução.

SUB-SEÇÃO IV

Da Presidência

Art. 85 – Cumpre ao Presidente da Câmara Municipal, dentre outras atribuições:

I – representar a Câmara Municipal em juízo ou fora dele;

II – dirigir os trabalhos legislativos e supervisionar, na forma do Regimento Interno, os trabalhos administrativos da Câmara Municipal;

III – interpretar e fazer cumprir o Regimento Interno;

IV – promulgar as Resoluções da Câmara Municipal, bem como as leis, quando couber;

V - providenciar a publicação das resoluções da Câmara Municipal e das leis por ela promulgadas, bem como dos atos da Mesa Diretora;

VI – declarar extinto o mandato dos Vereadores, do Prefeito e do Vice-Prefeito, nos casos e prazos previstos nesta lei;

VII – manter a ordem no recinto da Câmara Municipal, podendo solicitar a força necessária para esse fim;

VIII – requisitar o numerário destinado às despesas da Câmara Municipal, quando, por deliberação do Plenário, as despesas não forem processadas e pagas pela Prefeitura, apresentando no Plenário, até dez dias antes do término de cada período legislativo, o balancete relativo aos recursos recebidos e às despesas realizadas.

Art. 86 - Nos seus impedimentos, o Presidente da Câmara Municipal será substituído, sucessivamente, pelo Vice-Presidente, pelo primeiro secretário e pelo segundo secretário.

§ Único – Na falta de membros da Mesa Diretora, assumirá a presidência, dentre os presentes, o vereador que houver sido mais votado pelo povo.

SUB-SEÇÃO V

Da Mesa Diretora

Art. 87 – A Câmara Municipal reunir-se-á logo após a posse e, com a presença da maioria absoluta de seus membros, elegerá por voto secreto e maioria simples, os componentes da Mesa Diretora, considerando-se automaticamente empossados os eleitos; para o segundo biênio, a eleição da Mesa Diretora dar-se-á na ordem do dia da última sessão do segundo ano legislativo, tomando posso os eleitos a primeiro de janeiro do ano subseqüente.

1º - No caso de empate, ter-se-á por eleito o mais votado pelo povo.

§ 2º - Não havendo número legal, o Vereador que tiver assumido a direção dos trabalhos, permanecerá, na presidência e convocará sessões diárias, até que seja eleita a Mesa Diretora.

Art. 88 – A Mesa Diretora terá mandato de dois anos, vedada a recondução para o mesmo cargo, na eleição imediatamente subseqüente, mesmo que em legislatura diversa.

§ Único – O Presidente da Câmara Municipal presidirá a Mesa Diretora, dispondo o Regimento Interno sobre o número e as atribuições de seus cargos, assegurada quando possível, a representação proporcional dos partidos que participam da Casa.

Art. 89 – Cumpre à Mesa Diretora, dentre outras atribuições:

I – elaborar e encaminhar ao Prefeito a proposta orçamentária da Câmara Municipal a ser incluída na proposta do Município, e a fazer, mediante ato, a discriminação analítica das dotações respectivas, bem como altera-las quando necessário; se a proposta não for encaminhada no prazo previsto, será tomado como base o orçamento vigente para a Câmara Municipal.

II – suplementar, mediante ato, as dotações do orçamento da Câmara da Câmara Municipal, observado o limite da autorização, consoante da Lei32Orçamentária, desde que os recursos para sua cobertura sejam provenientes da anulação total ou parcial de suas dotações;

III – devolver à Fazenda Municipal, até o dia 31 de dezembro, saldo do numerário que foi liberado, durante o exercício, para a execução do seu orçamento;

IV – enviar ao Prefeito, até o dia 1º de março, as contas do exercício anterior;

V - enviar ao Prefeito até o dia 10 do mês seguinte, para fim de serem incorporados aos balancetes do Município, os balancetes financeiros e suas despesas orçamentárias relativas ao mês anterior, quando a movimentação do numerário para as despesas forem feitas pela Câmara Municipal.

VI – administrar os recursos organizacionais, humanos, materiais e financeiro da Câmara Municipal.

VII – designar Vereadores para missão de representação da Câmara Municipal, limitado em 3 (três).

SUB-SEÇÃO VI

Das Comissões

Art. 90 – A Câmara Municipal terá comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e, com as atribuições previstas no respectivo Regimento Interno ou no ato de que resultar a sua criação.

§ 1º - Na constituição da Mesa Diretora da Câmara e de cada Comissão, é assegurada a representação proporcional dos partidos políticos ou blocos parlamentares.

§ 2º - Às Comissões, em razão de matéria de sua competência, cabe:

I – discutir e votar projetos de lei que dispuser, na forma do Regimento Interno, a competência do plenário, salvo se houver, para decisão deste, recurso de um terço dos membros da Câmara;

II – realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;III – receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa, contra atos ou omissões das autoridades públicas municipais;

IV – apreciar planos de desenvolvimento e programas de obras municipais, urbanas e rurais, e sobre eles emitir parecer.

§ 3º - As Comissões parlamentares de inquéritos, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciárias, além de outros previstos no Regimento Interno, serão criadas mediante requerimento de dois terços dos membros da Câmara Municipal, para apuração de fato determinado e, por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que se promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

Art. 91 – A Câmara Municipal, bem como qualquer de suas Comissões, poderá convocar Secretários Municipais, Presidentes ou Diretores de entidades de economia mista, empresas públicas, autarquias e fundações municipais, para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade, a ausência sem justificação adequada.

§ 1º - Os Secretário Municipais e os ocupantes de cargos que lhes forem equivalentes, poderão comparecer à Câmara Municipal ou a qualquer de suas Comissões, por sua iniciativa ou mediante entendimento com a Mesa Diretora, para expor assunto relevante de sua competência.

§ 2º - A Mesa Diretora poderá encaminhar pedidos de informações às pessoas a quem se refere o “caput" deste artigo, importando crime de responsabilidade a recusa, ou não atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.

Art. 92 – Durante o recesso parlamentar, haverá uma comissão representativa da Câmara Municipal, denominada de Comissão de Recesso, eleita na última Sessão Ordinária do período legislativo, com atribuições definidas no Regimento Interno, cuja composição reproduzirá a proporcionalidade de representação partidária.

SEÇÃO II

Dos Vereadores

SUB-SEÇÃO I Da Posse Art. 94 – O Vereador tomará posse na Sessão Solene da Câmara a que se refere o artigo 82, inciso I desta Lei Orgânica. 34

§ 1º - Decorridos dez dias, sem que o eleito tenha comparecido para a Posse ou justificado a ausência, será declarado vago o cargo, convocando-se o suplente.

§ 2º - A declaração de vacância do cargo e a conseqüente convocação do suplente, deverão ser feitas pela Mesa, no prazo de dez dias, da data fixada para a pose.§ 3º - O Vereador fará declaração de bens, por ocasião da posse e, até dez dias antes do término do mandato.

SUB-SEÇÃO II

Da Inviolabilidade, Das Prerrogativas e Dos Impedimentos

Art. 95 – O Vereador é inviolável por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato, na circunscrição do Município.

§ 1º - Desde a expedição do diploma e até a inauguração da legislatura subseqüente, o Vereador não poderá ser preso, salvo em flagrante de crime inafiançável.

§ 2º - O Vereador não será obrigado a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato nem sobre as pessoas que lhe confiaram ou dele receberam informações.

§ 3º - Aplicam-se ao Vereador demais regras das Constituições Federal e Estadual, não inscritas nesta Lei Orgânica sobre sistema eleitoral, inviolabilidade, remuneração, perda de mandato, licença, impedimento e incorporação às Forças Armadas.

Art. 96 – O Vereador não poderá:

I – desde a expedição do diploma:

a) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista, fundação mantida pelo Município, ou empresa concessionária de serviço público municipal, salvo quando o contrato obedecer as cláusulas uniformes;

b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que seja demissível “ad nutum" nas entidades constantes da alínea anterior;

II – desde a posse:

a) ser proprietário, controlar ou ser diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada;

b) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I;

c) ser titular demais de um cargo ou mandato público eletivo.

SUB-SEÇÃO III

Da Perda do Mandato

Art. 97 – Perderá o mandato o Vereador:

I – que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;

II – cujo impedimento for declarado incompatível como o decoro parlamentar;

III – que deixar de comparecer, em cada Sessão Legislativa, à terça parte das reuniões ordinárias, salvo licença ou missão autorizada pela Câmara Municipal;

IV – que perder ou tiver suspenso os direitos políticos;

V – quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos na Constituição Federal;

VI – que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado;

VII – fixar residência fora do Município.

§ 1º - é incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no Regimento Interno, o abuso das prerrogativas asseguradas ao Vereador ou a percepção de vantagens indevidas.

§ 2º - Nos casos dos incisos I e II, a perda de mandato será decidida pela Câmara Municipal, por voto secreto e maioria absoluta, mediante convocação da Mesa ou partido político representado na Câmara, assegurada ampla defesa.

§ 3º - Nos casos dos incisos III, IV, V e VI a perda será declarada pela Mesa Diretora da Câmara Municipal, em ofício, mediante provocação de qualquer de seus membros, ou de partido político com representação na Câmara Municipal, assegurada ampla defesa.

Art. 98 – Não perderá o mandato o Vereador:

I – investido no cargo de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, do Distrito Federal, de Território, de Município, ou chefe de missão diplomática temporária;

II – licenciado pela Câmara Municipal por motivo de doença, comprovado por perícia médica, ou para tratar sem remuneração, de interesse particular, desde que, neste caso, o afastamento não ultrapasse a cento e vinte dias, por Sessão Legislativa.

§ 1º - O suplente será convocado nos casos de vaga, de investidura em funções previstas neste artigo ou, de licença superior a cento e vinte dias.

§ 2º - Ocorrendo vaga e não havendo suplentes, far-se-á a eleição para preenchê-la, isto é, se faltarem mais de quinze meses para o término do mandato.

§ 3º - Na hipótese de inciso I, o Vereador poderá optar pela remuneração do mandato.

SEÇÃO III

Do Processo Legislativo

Art. 99 – O processo legislativo compreende a elaboração de:

I – emendas á Lei Orgânica;

II – leis ordinárias;

III – leis delegadas;

IV – decretos legislativos,

V - resoluções.

Art. 100 – A Lei Orgânica poderá ser emendada, mediante propostas:

I – de um terço, no mínimo dos membros da Câmara Municipal;

II – do Prefeito Municipal.

§ 1º - A Lei Orgânica poderá ser emendada na vigência de intervenção estadual, de estado, de defesa ou de estado de sitio, decretado pela União.

§ 2º A proposta será discutida e votada em dois turnos, considerando-se aprovada quando obtiver, em ambos, dois terços de votos dos membros da Câmara Municipal.

§ 3º - A Emenda a Lei Orgânica será promulgada pela Mesa Diretora da Câmara Municipal.

§ 4 º - A matéria constante de propostas de emenda rejeitada ou havida por prejudicada, não poderá ser objeto de nova proposta na mesma Sessão Legislativa.

Art. 101 – A iniciativa das leis cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara Municipal ou ao Prefeito Municipal, e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica.

Art. 102 – São de iniciativa privada do Prefeito Municipal as leis que disponham sobre:

I – criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e indireta ou fundacional, ou, aumento de sua remuneração;

II – organização administrativa, matéria tributária, orçamentária e serviços públicos;

III – servidores públicos, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria.

Art. 103 – A iniciativa popular será exercida pela apresentação à Câmara Municipal de projeto de lei subscrito por, no mínimo, cinco por cento do eleitorado municipal, e deverá ser apreciado em, no máximo, sessenta dias.

§ Único – O Regimento Interno disporá sobre o uso da Tribuna, nos casos previstos neste artigo.

Art. 104 – Não será admitido aumento de despesa prevista:

I – nos projetos de iniciativa exclusiva do Prefeito Municipal, ressalvado o disposto no artigo 166, § 3º e 4º da Constituição Federal;

II – nos projetos sobre organização administrativa da Câmara Municipal;

Art. 105 – O Prefeito Municipal poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa.

§ 1º - Se a Câmara Municipal não manifestar, em até trinta dias, sobre proposição, será esta incluída na ordem do dia, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos para que se ultime a votação.

§ 2º - O prazo do parágrafo anterior não corre nos períodos de recesso.

Art. 106 – O Projeto de Lei aprovado pela Câmara Municipal será enviado à sanção do Prefeito. Se este considerar a proposição, no todo ou em parte, inconstitucional, contrária a esta Lei Orgânica ou ao interesse público, vetá-la-á, total ou parcialmente, no prazo de quinze dias, úteis, contados da data de recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Câmara Municipal os motivos do veto.

§ 1º - O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou alínea.

§ 2º - Decorrido o prazo de quinze dias, a contar do seu recebimento, podendo ser rejeitado, pelo voto secreto, pelo mesmo “quorum" que aprovou a matéria.

§ 4º - Se o veto não for mantido, será o projeto enviado ao Prefeito Municipal, para promulgação.

§ 5º - Esgotado sem deliberação, o prazo estabelecido no parágrafo 2º, o veto será colocado na ordem do dia, da Sessão imediata, sobrestadas as demais proposições até sua votação final.

§ 6º - Se a lei for sancionada, dentro de quarenta e oito horas, pelo Prefeito Municipal, nos casos dos parágrafos 2º e 4º, o Presidente da Câmara Municipal a promulgará, e, se este não o fizer, fá-lo-á, em igual prazo, o vice-presidente.

Art. 107 – A matéria constante de projeto de lei rejeitado, somente poderá constituir objeto e nova proposta, na mesma Sessão Legislativa, mediante proposta de maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

Art. 108 – As leis delegadas serão elaboradas pelo Prefeito Municipal, que deverá solicitar a delegação à Câmara Municipal.

§ 1º - Não serão objetos de delegação ao atos de competência exclusiva da Câmara Municipal, nem a legislação sobre:

I – planos plurianuais, diretrizes orçamentárias e orçamentos;

II – orçamento, tributação e finanças públicas.

§ 2º - A delegação ao Prefeito Municipal, que especificará seus conteúdos e os termos de seu exercício.

§ 3º - Se a resolução determinar a apreciação do projeto pela Câmara Municipal, esta o fará em votação única, vedada qualquer emenda.Art. 109 – As leis, para as quais esta Lei Orgânica não exige “quorum" qualificado, serão aprovadas por maioria absoluta dos membros da Câmara.

SEÇÃO IV

Da Organização Financeira, Orçamentária, Operacional e Patrimonial

Art. 110 – A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município e das entidades da administração indireta, inclusive fundações mantidas pelo poder público, quanto a legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela39Câmara Municipal, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada poder.

§ Único – Prestará contas qualquer pessoa física, jurídica inclusive entidade pública que utilize, arrecade, gerencie ou administre dinheiro , bens e valores públicos, ou pelos quais o Município responda, ou que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária.

Art. 111 – O controle externo, a cargo da Câmara Municipal, será exercido com o auxilio do Tribunal de Contas, com competência que lhe é definida em Lei Estadual.

Art. 112 – Recebida do Poder Executivo a prestação de contas anual, a Câmara Municipal encaminhá-lo-á, dentro de quinze dias, ao órgão competente, para emissão de parecer, observado o disposto no artigo 121, incisos, IX e X desta Lei Orgânica.

Art. 113 – O questionamento da legitimidade de contas do Município, poderá ser feito, no prazo de sessenta dias, no período em que estarão as contas à disposição de qualquer contribuinte, de acordo com o artigo 121, inciso X desta lei, observadas as seguintes normas:

I – as arguições serão feitas por escrito, em duas vias, sob protocolo, junto à Secretaria da Câmara Municipal;

II – a primeira via será autuada e notifica o Poder Executivo, pelo Presidente da Câmara Municipal, no prazo de cinco dias, para, em igual prazo, prestar, sobre a matéria, as informações que julgar convenientes;

III – formado o processo, será este encaminhado ao Tribunal de Contas, que decidirá sobre sua procedência ou improcedência.

§ Único – Para a prática do ato a que se refere o “caput" deste artigo, a pessoa física ou jurídica, contribuinte “de jure", deverá fazer prova de estar quite com a Fazenda Municipal.

CAPÍTULO II

Do Poder Executivo

SEÇÃO I

Do Prefeito e do Vice-Prefeito

Art. 114 – O Poder Executivo é exercido pelo Prefeito Municipal, auxiliado por secretários municipais.

Art. 115 – A eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito, para mandato de quatro anos, dar-se-á mediante pleito simultâneo, realizado em todo o país, até noventa dias antes do término dos que devem suceder.

§ 1º - A eleição do Prefeito importará a do Vice-Prefeito com ele registrado.

§ 2º - Será considerado eleito Prefeito, o candidato que registrado por partido político, obtiver o maior número de votos válidos.

Art. 116 – O Prefeito e o Vice-Prefeito tomarão posse em Sessão Solene da Câmara Municipal, no dia 1º de janeiro do ano subseqüente ao da eleição, às 10:00 horas, prestando o compromisso de manter, defender e cumprir a Constituição Federal, a Constituição Estadual e esta Lei Orgânica; observar as leis e promover o bem geral do Município.

§ Único – Se decorridos dez dias da data fixada para a posse, o Prefeito ou o Vice-Prefeito, salvo motivo de força maior aceito pela Câmara, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.Art. 117 – Substituirá o Prefeito, no caso de impedimento, e suceder-lhe-á no caso de vaga, o Vice-Prefeito.

§ 1º - O Vice-Prefeito, além de outras atribuições, que lhe forem atribuídas por Lei Complementar, auxiliará o Prefeito, sempre que por ele convocado, para missões especiais.

§ 2º A investidura do Vice-Prefeito em Secretaria Municipal não impedirá as funções previstas no parágrafo anterior.

Art. 118 – Em caso de impedimento do Prefeito e do Vice-Prefeito ou vacância dos respectivos cargos, será chamado ao exercício do cargo de Prefeito o Presidente da Câmara Municipal.

Art. 119 – Vagando os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito, far-se-á eleição, noventa dias depois de aberta a última vaga.

§ 1º - Ocorrendo vacância nos últimos dois anos de mandato, a eleição para ambos os cargos, será feita trinta dias depois de aberta a última vaga, pela Câmara Municipal na forma da lei.

§ 2º Em qualquer dos casos, os eleitos deverão completar o período dos antecessores.

Art. 120 – O Prefeito e o Vice-Prefeito não poderão, sem licença da Câmara Municipal, ausentar-se do Município, por período superior a quinze dias, sob pena de perda do cargo.

SEÇÃO II

Das Atribuições do Prefeito

Art. 121 – Compete privativamente ao Prefeito:

I – nomear e exonerar os Secretários Municipais;

II – Exercer com o auxílio dos Secretários Municipais a direção superior da administração municipal;

III – iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica;

IV – sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução;

V – vetar projetos de lei, total ou parcialmente;

VI – dispor sobre a organização e funcionamento da administração municipal na forma da lei;

VII – comparecer ou remeter mensagem e plano de governo à Câmara Municipal, por ocasião da abertura da Sessão Legislativa, expondo a situação do Município e solicitando as providências que julgar necessárias;

VIII – nomear, após aprovação pela Câmara Municipal, os servidores que a lei assim determinar;

IX – enviar à Câmara Municipal o plano plurianual, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamento previstas nesta Lei Orgânica;

X – prestar, anualmente à Câmara Municipal, dentro de quarenta e cinco dias, após a abertura da Sessão Legislativa, as contas referentes ao exercício anterior;

XI – enviar à Câmara Municipal, até o dia 30 de cada mês, o balancete financeiro relativo ao mês anterior;

XII – colocar até o dia 15 de fevereiro de cada ano, as contas relativas ao exercício financeiro anterior para apreciação e questionamento popular;

XIII – criar e extinguir os cargos públicos municipais na forma da lei;

XIV – prestar à Câmara Municipal, em 15 (quinze) dias úteis, as informações que esta solicitar;

XV – colocar a disposição da Câmara dentro de 10 (dez) dias da sua requisição, as quotas que deverão ser despendidas de uma só vez, e até o dia 20 (vinte) de cada mês, os recursos correspondentes as suas dotações orçamentárias, compreendendo os critérios suplementares e especiais;

XVI – decretar estado de calamidade pública;

XVII – contratar terceiros para prestação de serviços públicos com a autorização da Câmara Municipal;

XVIII – aprovar projetos de edificação de planos de loteamentos, arruamentos e zoneamento urbano ou par a fins urbanos;

XIX – solicitar o auxílio da polícia para garantia do cumprimento de seus atos;

XX – exercer outras atribuições previstas nesta Lei Orgânica.

SEÇÃO III

Da Responsabilidade do Prefeito Municipal

Art. 122 – São crimes de responsabilidade do Prefeito Municipal afora outros definidos em Lei Federal, os atos que atentarem contra:

I – ordem jurídica constituída;

II – o livre exercício do Poder Legislativo;

III – o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;

IV – a segurança interna do País, do Estado ou do Município;

V – a probidade na administração;

VI – a Lei Orçamentária.

§ Único – O processo e o julgamento perante o Tribunal de Justiça, nas infrações penais comuns, ou perante a Câmara Municipal, nos crimes de responsabilidade.

Art. 123 – O Prefeito ficará afastado de suas funções:

I – nas infrações penais comuns, se recebida denúncia ou queixa-crime pelo Tribunal de Justiça;

II – nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pela Câmara.

§ 1º - Se decorrido o prazo de cento e oitenta dias, o julgamento não estiver concluído, cessará o afastamento do Prefeito, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo.

§ 2º - enquanto não sobrevier a sentença condenatório, nas infrações penais comuns, o Prefeito Municipal não está sujeito a prisão.

Art. 124 – O Prefeito Municipal, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.

SEÇÃO IV

Dos Secretários Municipais

Art. 125 – Os Secretários Municipais, como agentes políticos, serão escolhidos dentre os brasileiros maiores de vinte e um anos e no exercício dos direitos políticos.

§ Único – compete aos Secretários Municipais:

I – exercer a orientação, coordenação e supervisão dos órgãos e entidades da administração municipal, na área de sua competência, e referendar os atos e decretos assinados pelo Prefeito;

II – expedir instruções para a execução das lei, decretos e regulamentos;

III – apresentar ao Prefeito Municipal relatório anual de sua gestão na secretaria;

IV – praticar os atos pertinentes às atribuições que lhe forem outorgadas ou delegados pelo Prefeito;

Art. 126 – Lei Complementar disporá sobre a criação, estruturação e atribuição das secretarias municipais.

§ 1º Nenhum órgão da administração pública municipal, direta ou indireta, deixará de ser estruturado a uma secretaria municipal.

§ 2º - A chefia de gabinete do Prefeito e a procuradoria geral do Município terão a estrutura de secretaria municipal.

Art. 127 – Os secretários municipais, nos crimes comuns e nos crimes de responsabilidade, salvo quando conexos com os do Prefeito, serão julgados pelo juízo da comarca do Município de Colider.

§ Único – Nos crimes de responsabilidade conexos com os do Prefeito o julgamento será efetuado pela Câmara Municipal.

SEÇÃO V

Da Procuradoria Geral do Município

Art. 128 – A Procuradoria Geral do Município é a instituição que o representa, judicialmente e extrajudicialmente, competindo-lhe as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.

§ 1º - A Procuradoria Geral do Município tem por chefe o Procurador Geral do Município, nomeado pelo Prefeito dentre integrantes da carreira de Procurador Municipal, desde que, tenha no mínimo, dois anos de experiência profissional, com devida inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, não se computando para tanto o estágio universitário; após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta da Câmara Municipal, para o mandato de dois anos, permitida a recondução.

§ 2º - A destituição do Procurador do Município, pelo Prefeito, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

§ 3º - O Procurado Geral do Município poderá ser destituído pela maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal, na forma da Lei Complementar respectiva.

Art. 129 – O ingresso na carreira de Procurador Municipal, far-se-á mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a participação da seção de Colider, da Ordem dos Advogados do Brasil em sua realização, inclusive na elaboração do programa e quesitos das provas, observada, nas nomeações, a ordem de classificação.

SEÇÃO VI

Da Guarda Municipal

Art. 130 – A Guarda Municipal destina-se à proteção dos bens, serviços e instalações do Município e terá organização, funcionamento e comando na forma da Lei Complementar.

TÍTULO IV

DA TRIBUTAÇÃO E DOS ORÇAMENTOS

CAPÍTULO I

Do Sistema Tributário Municipal

SEÇÃO I

Dos Princípios Gerais

Art. 131 – O Município de Colider, Estado de Mato Grosso, poderá instituir e cobrar os seguintes tributos:

I – impostos;

II – taxas, em razão do poder de polícia ou pela utilização efetiva ou potencial de serviços de sua atribuição específicos e divisíveis, prestados aos contribuintes ou postos a sua disposição;

III – contribuição de melhoria, decorrentes de obras públicas.

§ 1º - Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado às administrações tributárias, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio do contribuinte.

§ 2º - As taxas não poderão ter base de cálculo própria de imposto.

§ 3º - Toda a arrecadação do Município será processada através de estabelecimentos oficiais de crédito, sediada em seu território.

Art. 132 – O Município poderá instituir contribuições cobradas de seus servidores, para o custeio, em benefício deste, de sistema de previdência e assistência social.

SEÇÃO II

Das Limitações do Poder de Tributar

Art. 133 – Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado ao Município:

I – exigir ou aumentar tributos, sem que a lei o estabeleça;

II – instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

III – cobrar tributos:

a) em relação a fatos geradores, ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituídos ou aumentados;

b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;I

V – utilizar tributos com efeito de confisco;

V – estabelecer limitações de tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio, pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público;

VI - instituir importo sobre:

a) patrimônio, renda ou serviço de outras pessoas jurídicas de direito público interno;

b) templos de qualquer culto:

c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais de trabalhadores, das instituições de educação, e de assistência social sem fins lucrativos, observados os requisitos da lei.

d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.

§ 1º - A vedação expressa no inciso VI, alínea “a" deste artigo, à extensiva às autarquias e às fundações, instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços vinculados às suas finalidades essenciais ou dela decorrentes.

§ 2º - O disposto no inciso VI, alínea “a", e no parágrafo anterior, deste artigo, não compreende o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com a exploração de atividades econômicas, regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, nem exonerar o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativo ao bem imóvel.

§ 3º - As vedações expressas no inciso VI, alínea “b" e “c" deste artigo, compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades nela mencionadas.

§ 4º - Os serviços sobre os quais há incidência de impostos são os constantes de Lei Complementar Federal.

§ 5º - A concessão de anistia ou remissão de crédito tributário, só poderá ser feita por lei específica.

§ 6º - O Código Tributário Municipal estabelecerá o procedimento e o processo administrativo fiscal.

Art. 134 – É vedado ao Município estabelecer diferenças tributárias, entre os bens e serviços de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino, ou fazer incidir imposto sobre as operações a que se refere o artigo 155, inciso I, alínea “b", da Constituição Federal.

Art. 135 – As empresas públicas e as sociedades de economia mista não poderão gozar de privilégios fiscais, não extensivos ao setor privado.

SEÇÃO III

Dos Impostos do Município

Art. 136 – Compete ao Município instituir importo sobre:

I – propriedade predial e territorial urbana;

II – transmissão inter-vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis por natureza ou a cessão física, situados em áreas de seu domínio, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como, cessão de direito a sua aquisição;

III – vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, exceto óleo diesel;

IV – serviços de qualquer natureza, definidos em Lei Complementar Federal.

§ 1º - O imposto de que trata o inciso I, deste artigo, poderá ser progressivo, nos termos da Lei Municipal, de forma a assegurar o cumprimento da função social da propriedade.

§ 2º - O imposto de que trata o inciso II, deste artigo, não incide sobre a transmissão de bens ou de direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens e direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.

CAPITULO II

Das Finanças Públicas

SEÇÃO I

Normas Gerais

Art. 137 – As disponibilidades de caixa do Município e dos órgãos “para-municipais", inclusive fundações mantidas pelo Poder Público Municipal, serão depositados em sua própria instituição financeira, ou em instituições estaduais ou federais, observadas as conveniências da administração.

Art. 138 – Para a realização de investimentos, poderá o Município emitir títulos da dívida pública, resgatáveis em até cinco anos, observados os limites globais e condições outras, estabelecidas pelo Senado Federal, nos termos do artigo 52, inciso IX, da Constituição Federal, sem prejuízo do disposto no artigo 83, desta Lei Orgânica.

Art. 139 – Desde que não acarrete solução de continuidade ao cumprimento de obrigações, comprometimento da execução de obras ou pagamento de pessoal, poderá o Município aplicar disponibilidades de caixa em mercado aberto, nas modalidades operacionais “open" ou “over night".§ Único – Os rendimentos oriundos dessas operações terão escrituração em conta individual, sendo os extratos bancários colocados à disposição de qualquer contribuinte municipal, que assim desejar.

SEÇÃO II

Dos Orçamentos

Art. 140 – Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:I – o plano plurianual;II – as diretrizes orçamentárias;III – os orçamentos anuais.

§ 1º - A lei que instituir o Plano Plurianual estabelecerá de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração, para as despesas de capital e outras decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada.

§ 2º - A Lei de Diretrizes Orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública estadual e de interesse local, incluído as despesas de capital para o exercício financeiro subseqüente; orientará a elaboração da Lei Orçamentária Anual; disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeira oficiais de fomento.

§ 3º - O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, em resumo, relatório da execução orçamentária.

§ 4º - Os planos e programas municipais, regionais e setoriais, previstos nesta Lei Orgânica, serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pela Câmara Municipal.

§ 5º - A Lei Orçamentária Anual compreenderá:

I – orçamento fiscal referente aos poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta, indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II – orçamento de investimento das empresas de que o Município direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III – orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

§ 6 – O Projeto de Lei Orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito sobre as receitas e despesas decorrentes de isenções, anistias e remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

§ 7º - Os orçamentos previstos no parágrafo 5º, inciso I e II, deste artigo, compatibilizados com o plano plurianual, terá entre suas funções a de reduzir desigualdades intra-regionais, segundo critérios populacionais.

§ 8º - a Lei Orçamentária Anual ao conterá dispositivo estranho à previsão de receito e a fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos, ainda que, por antecipação de receita.

§ 9º - Para a fixação de exercício financeiro, da vigência, dos prazos, elaboração e organização do plano plurianual, estabelecimento de normas de gestão financeira e patrimonial do Município, inclusive condições para instituição e financiamento de fundos, serão observados, no que for aplicável, as disposições contidas em Lei Complementar Federal e Estadual.

Art. 141 – O projeto de lei de diretrizes orçamentárias, de iniciativa do chefe do Poder Executivo, resultará das propostas parciais dos dois poderes, compatibilizadas em regime de colaboração.

Art. 142 – Sem prejuízo da criação e funcionamento das comissões da Câmara Municipal, ela criará uma comissão mista permanente, com mandato de dois anos, à qual caberá examinar e emitir parecer sobre:

I – Projetos de leis relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais, e sobre as contas apresentadas anualmente, pelo Prefeito Municipal;II – planos e programas municipais, regionais e setoriais, previstos nesta Lei Orgânica, exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária.

§ 1º - As emendas serão apresentadas na Comissão Mista, que sobre elas emitirá parecer, e apreciadas, na forma regimental, pelo Plenário da Câmara.

§ 2º - As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem, somente podem ser aprovados caso:

I – sejam compatíveis, com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;

II – indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes da anulação de despesas, excluídas as que incidam sobre:a) dotações para pessoal e seus encargos;b) serviços da dívida;

III – sejam relacionadas:

a) com a correção de erros ou omissões ou,

b) com os dispositivos do texto do projeto de lei.

§ 3º - O Prefeito poderá enviar mensagem à Câmara Municipal, para propor modificações nos projetos a que se refere este artigo, enquanto não iniciada a votação, na Comissão Mista, na parte cuja alteração é proposta.

§ 4º - Aplicam-se aos projetos mencionados neste artigo, no que não contrariar o disposto nesta seção, as demais normas relativas ao processo legislativo.

§ 5º - Os recursos, que em decorrência do veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes, poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.51Art. 143 – São vedados:

I – o início de programas ou projetos não incluídos na Lei Orçamentária Anual;

II – a realização de despesas ou assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

III – a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pela Câmara, por maioria absoluta;

IV – a vinculação da receita de impostos, inclusive das transferências federais e estaduais, a órgãos e fundos ou despesas, ressalvadas a destinação de recursos para a manutenção e desenvolvimento do ensino, como determina o artigo 212, da Constituição Federal, e a prestação de garantia à operações de créditos por antecipação de receitas;

V – a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

VI – a transposição, o remanejamento ou a transferência de uma categoria de programação para outra, ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

VII – a concessão ou utilização de créditos ilimitados;

VIII – a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social, para suprir necessidade ou cobrir “déficit" de empresas, fundações e fundos;

IX – a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.

§ 1º - Nenhum investimento, cuja execução ultrapasse um exercício financeiro, poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize, sob pena de crime de responsabilidade.

§ 2º - Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato for promulgado nos seus últimos quatro meses, caso em que, reabertos nos limites seus saldos serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subseqüente.

§ 3º A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de calamidade pública.

Art. 144 – Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos do Poder Legislativo, ser-lhe-ão entregues até o dia 20 de cada mês.

§ Único – O disposto neste artigo não impede o Poder Executivo de condicionar a entrega de recursos ao pagamento de seus créditos.

Art. 145 – As despesas com pessoal ativo e inativo do Município, obedecerão ao disposto no artigo 169 da Constituição Federal.

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 1º - Ao Poder Público Municipal, após a promulgação da presente Lei Orgânica compete:

I – no prazo de 180 dias, criar os conselhos municipais de saúde e educação;

II – no prazo de 60 dias, adaptar seu quadro de pessoal às disposições desta lei, e convocar concurso de provas e títulos, para a regularização funcional de todos os cargos, exceto os de confiança;

III – no prazo de 180 dias, em todo o perímetro urbano da cidade, implantar adequada sinalização e ordenamento de trânsito;

IV – no prazo de 180 dias, regular por Lei Complementar, o sistema tributário municipal;

V - Editar oficialmente a presente Lei Orgânica, com ampla divulgação em todo o Município.

Art. 2º - No prazo de 60 dias, após a aprovação desta Lei, o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal relação nominal de todos os seus servidores, dela constando os respectivos cargos, lotação, data e forma de admissão, os respectivos salários e legislação permissiva de sua admissão.

Art. 3º - A Câmara Municipal, no prazo de 90 dias após a promulgação da presente Lei, adaptará seu Regimento Interno às suas disposições.

Colider, 05 de abril de 1990.

JOSÉ LUIZ DA SILVA - PresidenteSEBASTIÃO BENTO DE OLIVEIRA - Relator GeralARCHIMEDES FERNANDES PEREIRA -1º SecretárioÉrio Ferreira Nogueira,José Ferreira da SilvaAdão Brives de JesusDamião Pereira PintoEdvaldo Santana RochaBenedito Moreira BritoJosé Martins da SilvaMauro Pereira da SilvaSergio da Silva TeixeiraPaulo Pinho Nogueira-Gil Teixeira Falzoni

DEPARTAMENTO PESSOAL
TERMO DE POSSE Nº 1035/2015

Ao 03 (terceiro) dia do mês de março de 2015 (dois mil e quinze) na Prefeitura Municipal de Colíder – MT., sito à Travessa dos Parecís, nº. 85, Centro, Setor leste, no Gabinete do Prefeito Municipal, na presença da Secretária Municipal de Educação, Esporte e Lazer, o Sr. Adriano Marcos Camilo de Oliveira do Prefeito Municipal, Sr. Nilson José dos Santos, a Srª. Lucileia Santos Freire, toma posse no cargo de Professor Licenciatura em Computação, através do Concurso Público Municipal nº. 001/2012, classificação 8º lugar, sob o Regime Estatutário de Trabalho, conforme Lei Municipal nº 2408/2010 e do regime próprio de previdência – PREVI-LIDER, aprovado pela Câmara Municipal e sancionado pelo Prefeito Municipal, comprometendo-as a desempenhar os seus deveres funcionais.

Termo de posse que assina a Srª. Lucileia Santos Freire que declara vir assinar o presente Termo, pelo qual se compromete a bem desempenhar todas as funções inerentes ao cargo de Professor Licenciatura em Computação da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

Apresentou os seguintes documentos:

(X) I documento de escolaridade referente ao cargo que se candidatou;

(X) II Título de Eleitor e Comprovante de quitação eleitoral;

( ) III comprovante de quitação militar, se do sexo masculino;

(X) IV carteira de identidade (R.G.);

(X) V cartão do CPF;

(X) VI certidão de nascimento ou casamento; (se casado (a) cópia do CPF do (a) cônjuge).

(X) VII 02 fotos 3x4 atualizada;

(X) VIII carteira de trabalho;

(X) IX cartão PIS/PASEP ou declaração que não é inscrito;

( ) X certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos;

(X) XI certidão negativa de antecedentes criminais dos últimos 05 (cinco) anos;

(X) XII comprovante de exame de sanidade física e mental;

(X) XIII declaração de disponibilidade do tempo para o cumprimento da carga horária;

(X) XIV comprovante de residência;

( ) XV carteira de habilitação Cat. “C” (cargo de Motorista);

( ) XVI comprovante se estrangeiro na forma da Lei (Naturalizado);

( ) XVII registro e certidão negativa expedida pelo órgão de classe conforme o caso

(X) XVIII declaração de bens que constituam seu patrimônio.

A investidura no cargo/função, fica consignado no presente Termo, e nada mais havendo o que constar, eu Viviane Halateno, lavrei este Termo de Posse, que depois de lido e achado conforme deverá ser assinado pelo compromissado e pelas autoridades competentes.

Colíder – MT., 03 de março de 2015.

Lucileia Santos Freire

Compromissado

Adriano Marcos Camilo de Oliveira Secretário Municipal de Educação Esporte e Lazer

Nilson José dos Santos

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
TERMO DE POSSE Nº 1036/2015

Aos 09 (nono) dia do mês de março de 2015 (dois mil e quinze) na Prefeitura Municipal de Colíder – MT., sito à Travessa dos Parecís, nº. 85, Centro, Setor leste, no Gabinete do Prefeito Municipal, na presença da Secretária Municipal de Educação, Esporte e Lazer, o Srº. Adriano Marcos Camilo de Oliveira e do Prefeito Municipal, Sr. Nilson José dos Santos, a Srª. Marines Batista dos Santos, toma posse no cargo de Professor Licenciatura em Pedagogia, através do Concurso Público Municipal nº. 001/2012, classificação 44º lugar, sob o Regime Estatutário de Trabalho, conforme Lei Municipal nº 2408/2010 e do regime próprio de previdência – PREVI-LIDER, aprovado pela Câmara Municipal e sancionado pelo Prefeito Municipal, comprometendo-as a desempenhar os seus deveres funcionais.

Termo de posse que assina a Srª. Marines Batista dos Santos que declara vir assinar o presente Termo, pelo qual se compromete a bem desempenhar todas as funções inerentes ao cargo de Professor Licenciatura em Pedagogia da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

Apresentou os seguintes documentos:

(X) I documento de escolaridade referente ao cargo que se candidatou;

(X) II Título de Eleitor e Comprovante de quitação eleitoral;

( ) III comprovante de quitação militar, se do sexo masculino;

(X) IV carteira de identidade (R.G.);

(X) V cartão do CPF;

(X) VI certidão de nascimento ou casamento; (se casado (a) cópia do CPF do (a) cônjuge).

(X) VII 02 fotos 3x4 atualizada;

(X) VIII carteira de trabalho;

(X) IX cartão PIS/PASEP ou declaração que não é inscrito;

( ) X certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos;

(X) XI certidão negativa de antecedentes criminais dos últimos 05 (cinco) anos;

(X) XII comprovante de exame de sanidade física e mental;

(X) XIII declaração de disponibilidade do tempo para o cumprimento da carga horária;

(X) XIV comprovante de residência;

( ) XV carteira de habilitação Cat. “C” (cargo de Motorista);

( ) XVI comprovante se estrangeiro na forma da Lei (Naturalizado);

( ) XVII registro e certidão negativa expedida pelo órgão de classe conforme o caso

(X) XVIII declaração de bens que constituam seu patrimônio.

A investidura no cargo/função, fica consignado no presente Termo, e nada mais havendo o que constar, eu Viviane Halateno, lavrei este Termo de Posse, que depois de lido e achado conforme deverá ser assinado pelo compromissado e pelas autoridades competentes.

Colíder – MT., 09 de março de 2015.

Marines Batista dos Santos

Compromissado

Adriano Marcos Camilo de Oliveira Secretário Municipal de Educação Esporte e Lazer

Nilson José dos Santos

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
TERMO DE POSSE Nº 1037/2015

Aos 10 (decimo) dia do mês de março de 2015 (dois mil e quinze) na Prefeitura Municipal de Colíder – MT., sito à Travessa dos Parecís, nº. 85, Centro, Setor leste, no Gabinete do Prefeito Municipal, na presença da Secretária Municipal de Educação, Esporte e Lazer, o Srº. Adriano Marcos Camilo de Oliveira e do Prefeito Municipal, Sr. Nilson José dos Santos, a Srª. Edileusa de Arruda Placido, toma posse no cargo de Professor Licenciatura em Pedagogia, através do Concurso Público Municipal nº. 001/2012, classificação 45º lugar, sob o Regime Estatutário de Trabalho, conforme Lei Municipal nº 2408/2010 e do regime próprio de previdência – PREVI-LIDER, aprovado pela Câmara Municipal e sancionado pelo Prefeito Municipal, comprometendo-as a desempenhar os seus deveres funcionais.

Termo de posse que assina a Srª. Edileusa de Arruda Placido que declara vir assinar o presente Termo, pelo qual se compromete a bem desempenhar todas as funções inerentes ao cargo de Professor Licenciatura em Pedagogia da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

Apresentou os seguintes documentos:

(X) I documento de escolaridade referente ao cargo que se candidatou;

(X) II Título de Eleitor e Comprovante de quitação eleitoral;

( ) III comprovante de quitação militar, se do sexo masculino;

(X) IV carteira de identidade (R.G.);

(X) V cartão do CPF;

(X) VI certidão de nascimento ou casamento; (se casado (a) cópia do CPF do (a) cônjuge).

(X) VII 02 fotos 3x4 atualizada;

(X) VIII carteira de trabalho;

(X) IX cartão PIS/PASEP ou declaração que não é inscrito;

( ) X certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos;

(X) XI certidão negativa de antecedentes criminais dos últimos 05 (cinco) anos;

(X) XII comprovante de exame de sanidade física e mental;

(X) XIII declaração de disponibilidade do tempo para o cumprimento da carga horária;

(X) XIV comprovante de residência;

( ) XV carteira de habilitação Cat. "C" (cargo de Motorista);

( ) XVI comprovante se estrangeiro na forma da Lei (Naturalizado);

( ) XVII registro e certidão negativa expedida pelo órgão de classe conforme o caso

(X) XVIII declaração de bens que constituam seu patrimônio.

A investidura no cargo/função, fica consignado no presente Termo, e nada mais havendo o que constar, eu Viviane Halateno, lavrei este Termo de Posse, que depois de lido e achado conforme deverá ser assinado pelo compromissado e pelas autoridades competentes.

Colíder – MT., 10 de março de 2015.

Edileusa de Arruda Placido

Compromissado

Adriano Marcos Camilo de Oliveira Secretário Municipal de Educação Esporte e Lazer

Nilson José dos Santos

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

PORTARIA 31

PORTARIA Nº 031/2015 DE 31/03/2015

JOSÉ JOÃO FERNANDES, Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, Biênio 2015/2016, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei,

R E S O L V E

Art. 1º. Homologar o Estágio Probatório realizado no período de fevereiro de 2012 a fevereiro de 2015, dos servidores a seguir especificados:

Aline Queiroz dos Santos Rios – Controlador Interno

Fabiano Felipe da Costa – Agente Legislativo de Transporte Cat "AC"

Silvana Pereira Simonete – Agente Legislativo de Copa e Limpeza

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

José João Fernandes - Presidente

Registre-se e Publique-se:

Jeferson Ferreira Gomes - 1º Secretário

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

PRORROGAÇÃO DATA DE ABERTURA PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2015

A Prefeitura de Confresa, através de seu Pregoeiro, comunica que por razões da melhor especificação do produto a ser adquirido, fica prorrogada para o dia 14 de Abril às 08:00 o processo nº 022/2015 Pregão Presencial nº 017/2015, que tem como objeto o Registro de Preços para Possível e Eventual Aquisição de um Aparelho de Ultrassonografia.

Confresa, 01 de Abril de 2015

José Carneiro da Silva

Pregoeiro.

RATIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DE PRORROGAÇÕES DA DATA DE ABERTURA DE LICITAÇÕES NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

A Prefeitura de Confresa, através de seu Pregoeiro, comunica que na Publicação Realizada no Diário Oficial de Contas Ano 4 Nº 598, Página 32 Divulgação quarta feira, 01 de abril de 2015, no Diário Oficial dos Municípios no dia 01 de Abril de 2015 Ano X Nº 2.197 Página 111 e no Site da Prefeitura Municipal de Confresa no dia 31 de Março de 2015, na publicação de **Prorrogações da Data de Abertura de Licitações na Modalidade Pregão Presencial**, onde se **Ler** *"..., fica prorrogado para o dia 06/07/2015;"* **Ler-se** "**..., fica prorrogado para o dia 06/04/2015;".**

Confresa, 01 de Abril de 2015

José Carneiro da Silva

Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

DEPARTAMENTO PESSOAL
DECRETO 940/2015

A PREFEITA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU, ESTADO DE MATO GROSSO, ROSANGELA APARECIDA NERVIS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal

Considerando o disposto no §2o do art. 71 da Lei Municipal no 019/2005, alterada pela Lei Municipal no 034/2008, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município;

RESOLVE:

Art.1º. Determinar a incorporação aos vencimentos da servidora MARA REGINA MARAIA SCHOENBERGER, das vantagens referentes ao exercício das respectivas funções de Coordenadora Escolar, referente aos períodos aquisitivos de 01 à 12/2009, de 01/2010 à 03/2011, 04/2011 à 03/2012. De acordo com o §2o do art. 71 da Lei Municipal no 019/2005, alterada pela Lei Municipal no 034/2008, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, a partir de 11 de Março, na proporção de 3/5, conforme demonstrativo abaixo:

Salário Base Atual	Incorporação	Novo Salário Base
2.750,49	326,50	3.076,99

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cotriguaçu – MT, em 11 de Março de 2015.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS

Prefeita de Cotriguaçu

DEPARTAMENTO PESSOAL
DECRETO 941/2015

A PREFEITA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU, ESTADO DE MATO GROSSO, ROSANGELA APARECIDA NERVIS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal

Considerando o disposto no §2o do art. 71 da Lei Municipal no 019/2005, alterada pela Lei Municipal no 034/2008, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município;

RESOLVE:

Art.1º. Determinar a incorporação aos vencimentos do servidor ELIANO DIAS DE OLIVEIRA, das vantagens referentes ao exercício das respectivas funções de Diretor Escolar, referente aos períodos aquisitivos de 01

à 12/2009, de 01/2010 à 03/2011, 04/2011 à 03/2012. De acordo com o §2o do art. 71 da Lei Municipal no 019/2005, alterada pela Lei Municipal no 034/2008, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, a partir de 11 de Março, na proporção de 2/5, conforme demonstrativo abaixo:

Salário Base Atual	Incorporação	Novo Salário Base
2.750,49	345,56	3.096,05

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cotriguaçu – MT, em 11 de Março de 2015.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS

Prefeita de Cotriguaçu

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº. 048/2015

Ementa: Designa Servidor.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS, Prefeita do Município de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Artigo 1º. Designar a Sra. JESUÍNA MARIA DE AQUINO SULZBACH, inscrita no CPF nº 966.366.881-49, Efetiva no Cargo Agente Administrativo, para o cargo de Diretora do Departamento de Recursos Humanos, lotada na Secretaria Municipal de Administração, sem ônus para a função.

Artigo 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Cotriguaçu – MT, em 02 de Março de 2015.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS

Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

VALDETE V. FRANÇA DA SILVA

Secretária de Governo

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº. 065/2015

Ementa: Designa Servidor.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS, Prefeita do Município de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Artigo 1º. Designar o Sr. JACIÉLIO DO NASCIMENTO EUFRÁSIO, inscrito no CPF nº 778.708.671-87, Efetivo no Cargo Especialista em Saúde - Biólogo, para atuar como Responsável pelo Departamento de Identificação no Município de Cotriguaçu – MT, tendo com atribuições a emissão de documentos e execução dos serviços relacionados à:

* Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS do tipo Informatizado;

*Identificação Civil e Criminal;

*Junta de Serviço Militar;

Artigo 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Cotriguaçu – MT, em 24 de Março de 2015.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS

Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

VALDETE V. FRANÇA DA SILVA

Secretária de Governo

DEPARTAMENTO PESSOAL
DECRETO 942/2015

A PREFEITA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU, ESTADO DE MATO GROSSO, ROSANGELA APARECIDA NERVIS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal

Considerando o disposto no §2o do art. 71 da Lei Municipal no 019/2005, alterada pela Lei Municipal no 034/2008, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município;

RESOLVE:

Art.1º. Determinar a incorporação aos vencimentos da servidora ANEMARI DREHMER, das vantagens referentes ao exercício das respectivas funções de Diretora Escolar, referente ao período aquisitivo de 01 à 12/2014. De acordo com o §2o do art. 71 da Lei Municipal no 019/2005, alterada pela Lei Municipal no 034/2008, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, a partir de 11 de Março, na proporção de 3/5, conforme demonstrativo abaixo:

Salário Base Atual	Incorporação	Novo Salário Base
3.028,60	214,98	3.243,58

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cotriguaçu – MT, em 11 de Março de 2015.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS

Prefeita de Cotriguaçu

DEPARTAMENTO PESSOAL
DECRETO 945/2015

A PREFEITA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU, ESTADO DE MATO GROSSO, ROSANGELA APARECIDA NERVIS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal

Considerando o disposto no §2o do art. 71 da Lei Municipal no 019/2005, alterada pela Lei Municipal no 034/2008, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município;

RESOLVE:

Art.1º. Determinar a incorporação aos vencimentos do servidor ITALO JOSÉ SCOLARI CARARO, das vantagens referentes ao exercício das respectivas funções de Chefe de Divisão, referente ao período aquisitivo de 03/2014 à 03/2015. De acordo com o §2o do art. 71 da Lei Municipal no 019/2005, alterada pela Lei Municipal no 034/2008, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, a partir de 20 de Março, na proporção de 2/5, conforme demonstrativo abaixo:

Salário Base Atual	Incorporação	Novo Salário Base
1.104,86	101,02	1.205,88

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cotriguaçu – MT, em 20 de Março de 2015.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS

Prefeita de Cotriguaçu

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº. 046/2015

Ementa: Exonera Servidor.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS, Prefeita do Município de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Artigo 1º. Exonerar a partir de 02/03/2015, Servidora Comissionada a Sra. VALDETE VERONEZ FRANÇA DA SILVA, portadora do CPF: 684.700. 532-72, do cargo de Diretora do Departamento de Recursos Humanos, Lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Artigo 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Cotriguaçu – MT, em 02 de Março de 2015.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS

Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

VALDETE V. FRANÇA DA SILVA

Secretária de Governo

DEPARTAMENTO PESSOAL
DECRETO 946/2015

A PREFEITA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU, ESTADO DE MATO GROSSO, ROSANGELA APARECIDA NERVIS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal

Considerando o disposto no §2o do art. 71 da Lei Municipal no 019/2005, alterada pela Lei Municipal no 034/2008, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município;

RESOLVE:

Art.1º. Determinar a incorporação aos vencimentos do servidor ROBSON ALVES DE ARAUJO, das vantagens referentes ao exercício das respectivas funções de Chefe de Divisão, referente ao período aquisitivo de 03/2014 à 03/2015. De acordo com o §2o do art. 71 da Lei Municipal no 019/2005, alterada pela Lei Municipal no 034/2008, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, a partir de 20 de Março, na proporção de 2/5, conforme demonstrativo abaixo:

Salário Base Atual	Incorporação	Novo Salário Base
1.107,48	118,33	1.225,81

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cotriguaçu – MT, em 20 de Março de 2015.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS

Prefeita de Cotriguaçu

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº. 045/2015

Ementa: Exonera Servidor.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS, Prefeita do Município de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Artigo 1º. Exonerar a partir de 02/03/2015, Servidora Comissionada a Sra. NOELI MARIA LORANDI, portadora do CPF: 419.980.221-53, do cargo de Secretária Municipal de Governo.

Parágrafo Único - A Servidora voltará a exercer as funções referentes ao cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, na Secretaria Municipal de Governo.

Artigo 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Cotriguaçu – MT, em 02 de Março de 2015.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS

Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

VALDETE V. FRANÇA DA SILVA

Secretária de Governo

DEPARTAMENTO PESSOAL
DECRETO 947/2015

A PREFEITA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU, ESTADO DE MATO GROSSO, ROSANGELA APARECIDA NERVIS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal

Considerando o disposto no §2o do art. 71 da Lei Municipal no 019/2005, alterada pela Lei Municipal no 034/2008, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município;

RESOLVE:

Art.1º. Determinar a incorporação aos vencimentos do servidor EDILSON VARGAS CHARNESKI, das vantagens referentes ao exercício das respectivas funções de Diretor de Departamento, referente aos períodos aquisitivos de 01 à 12/2013 e de 01 à 12/2014. De acordo com o §2o do art. 71 da Lei Municipal no 019/2005, alterada pela Lei Municipal no 034/2008, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, a partir de 20 de Março, na proporção de 3/5, conforme demonstrativo abaixo:

Salário Base Atual	Incorporação	Novo Salário Base
1249,04	318,69	1.567,73

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cotriguaçu – MT, em 20 de Março de 2015.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS

Prefeita de Cotriguaçu

DEPARTAMENTO PESSOAL
DECRETO 948/2015

A PREFEITA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU, ESTADO DE MATO GROSSO, ROSANGELA APARECIDA NERVIS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal

Considerando o disposto no §2o do art. 71 da Lei Municipal no 019/2005, alterada pela Lei Municipal no 034/2008, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município;

RESOLVE:

Art.1º. Determinar a incorporação aos vencimentos da servidora MARILENE LOHMANN, das vantagens referentes ao exercício das respectivas funções de Diretora Escolar, referente ao período aquisitivo de 01/2014 à 12/2015. De acordo com o §2o do art. 71 da Lei Municipal no 019/2005, alterada pela Lei Municipal no 034/2008, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, a partir de 20 de Março, na proporção de 1/5, conforme demonstrativo abaixo:

Salário Base Atual	Incorporação	Novo Salário Base
2.634,92	193,08	2.828,00

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cotriguaçu – MT, em 20 de Março de 2015.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS

Prefeita de Cotriguaçu

DEPARTAMENTO PESSOAL
DECRETO 949/2015

A PREFEITA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU, ESTADO DE MATO GROSSO, ROSANGELA APARECIDA NERVIS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal

Considerando o disposto no §2o do art. 71 da Lei Municipal no 019/2005, alterada pela Lei Municipal no 034/2008, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município;

RESOLVE:

Art.1º. Determinar a incorporação aos vencimentos da servidora SOLANGE FÁTIMA TIBOLA, das vantagens referentes ao exercício das respectivas funções de Coordenadora Escolar, referente aos períodos aquisitivos de 02/2011 à 01/2012, de 02/2012 à01/2013 e de 07/2013 à 06/2014. De acordo com o §2o do art. 71 da Lei Municipal no 019/2005, alterada pela Lei Municipal no 034/2008, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, a partir de 20 de Março, na proporção de 4/5, conforme demonstrativo abaixo:

Salário Base Atual	Incorporação	Novo Salário Base
2.756,76	438,98	3.195,74

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cotriguaçu – MT, em 20 de Março de 2015.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS

Prefeita de Cotriguaçu

DEPARTAMENTO PESSOAL
DECRETO 952/2015

A PREFEITA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU, ESTADO DE MATO GROSSO, ROSANGELA APARECIDA NERVIS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal

Considerando o disposto no §2o do art. 71 da Lei Municipal no 019/2005, alterada pela Lei Municipal no 034/2008, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município;

RESOLVE:

Art.1º. Determinar a incorporação aos vencimentos do servidor CARLOS NIERO FILHO, das vantagens referentes ao exercício das respectivas funções de Diretor e Coordenador Escolar, referente aos períodos aquisitivos de 02/2009 à 01/2010, de 02/2010 à 01/2011, de 02/2011 à 01/2013, de 02/2013 à 01/2014 e de 02/2014 à 01/2015. De acordo com o §2o do art. 71 da Lei Municipal no 019/2005, alterada pela Lei Municipal no 034/2008, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, a partir de 30 de Março, na proporção de 5/5, conforme demonstrativo abaixo:

Salário Base Atual	Incorporação	Novo Salário Base
2.634,92	907,82	3.542,74

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cotriguaçu – MT, em 30 de Março de 2015.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS

Prefeita de Cotriguaçu

DEPARTAMENTO PESSOAL
DECRETO 953/2015

A PREFEITA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU, ESTADO DE MATO GROSSO, ROSANGELA APARECIDA NERVIS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal

Considerando o disposto no §2o do art. 71 da Lei Municipal no 019/2005, alterada pela Lei Municipal no 034/2008, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município;

RESOLVE:

Art.1º. Determinar a incorporação aos vencimentos do servidor ADILSON PEREIRA DOS SANTOS, das vantagens referentes ao exercício das respectivas funções de Coordenador Escolar, referente ao período aquisitivo de 01 à 12/2013. De acordo com o §2o do art. 71 da Lei Municipal no 019/2005, alterada pela Lei Municipal no 034/2008, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, a partir de 30 de Março, na proporção de 1/5, conforme demonstrativo abaixo:

Salário Base Atual	Incorporação	Novo Salário Base
2.311,34	222,57	2.533,91

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cotriguaçu – MT, em 30 de Março de 2015.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS

Prefeita de Cotriguaçu

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº. 056/2015

Ementa: Designa Equipe Técnica.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS, Prefeita do Município de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Artigo 1º. Designa Equipe Técnica responsável pelo acompanhamento e prestação de contas do Projeto Semeando Novos Rumos em Cotriguaçu, financiado pelo BNDES / FUNDO AMAZÔNIA.

Ø Raquel Pereira da Silva – Engenheira Florestal; Ø Amilton Castanha - Secretário Municipal de Meio Ambiente.

Artigo 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Cotriguaçu – MT, em 02 de Março de 2015.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS

Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

VALDETE V. FRANÇA DA SILVA

Secretária de Governo

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº. 061/2015

Ementa: Concede Cedência à Servidora

ROSANGELA APARECIDA NERVIS**,** Prefeita do Município de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal

RESOLVE:

Artigo 1º. Ceder a Sra. ROSIMERI APARECIDA VIGANÓ, portadora do CPF: 627.676.401-97, servidora efetiva no cargo de Professor, para atuar

como Assessora Pedagógica junto à rede Estadual de Ensino neste município, sem ônus para o órgão cedente.

Artigo 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Cotriguaçu – MT, em 02 de Março de 2015.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS

Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

VALDETE V. FRANÇA DA SILVA

Secretária de Governo

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº. 057/2015

Ementa: Designa Servidor.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS, Prefeita do Município de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Artigo 1º. Designar o Sr. PAULINO ALVES DE CARVALHO, inscrito no CPF nº 828.968.101-10, Efetivo no Cargo Agente Administrativo, para atuar como Agente de Emissão de Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS do tipo Informatizado no Município de Cotriguaçu/MT.

Artigo 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Cotriguaçu – MT, em -02 de Março de 2015.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS

Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

VALDETE V. FRANÇA DA SILVA

Secretária de Governo

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº. 054/2015

Ementa: Nomeia Servidor

ROSANGELA APARECIDA NERVIS**,** Prefeita do Município de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal

RESOLVE:

Artigo 1º. Nomear a partir de 02/03/2015 a Sra. ELENICE CORREA, portadora do CPF: 022.262.771-96, para o cargo de Chefe de Divisão, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento.

Artigo 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Cotriguaçu – MT, em 02 de Março de 2015.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS

Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

VALDETE V. FRANÇA DA SILVA

Secretária de Governo

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº. 058/2015

Ementa: Designa Servidor.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS, Prefeita do Município de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Artigo 1º. Designar a Servidora DENISE SCHUTZ FREITAS inscrita no CPF Nº 028.531.519-64, Efetiva no Cargo de Técnico Administrativo Educacional, para atuar na Coordenação do Projeto Semeando Novos Rumos em Cotriguaçu, financiado pelo BNDES / FUNDO AMAZÔNIA.

Artigo 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Cotriguaçu – MT, em 02 de Março de 2015.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS

Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

VALDETE V. FRANÇA DA SILVA

Secretária de Governo

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº. 062/2015

Ementa: Eleva Classe/Nível

ROSANGELA APARECIDA NERVIS, Prefeita do Município de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições, que lhes são conferidas pela Lei Complementar nº 019/2005 e a Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Artigo 1º. Elevar Classe e/ou Nível de Servidores Municipais de acordo com Escolaridade e/ou Tempo de Serviço em conformidade com o Plano de Cargos, Carreiras e Salários:

Carlos Roberto Fernandes - Passa a ocupar a Classe/Nível AIV; Denise Schutz Freitas - Passa a ocupar a Classe/Nível CIV; Geziel Campos de Menezes - Passa a ocupar a Classe/Nível BII; Irene Czernek da Silva- Passa a ocupar a Classe/Nível CIV; Ivonete Slongo - Passa a ocupar a Classe/Nível CVIII; Jelsi Adelis Schaedler - Passa a ocupar a Classe/Nível CVIII; Lindalva Miranda Pereira- Passa a ocupar a Classe/Nível AIV; Maria Aparecida Granza - Passa a ocupar a Classe/Nível CVIII; Marlice Maria Ripplinger - Passa a ocupar a Classe/Nível CVIII; Rodrigo Evandro Borchert - Passa a ocupar a Classe/Nível BIV; Rosane Solidário - Passa a ocupar a Classe/Nível AII; Rosangela Maria Viganó Brambila - Passa a ocupar a Classe/Nível CVIII; Silanir Lucia Cagol Tonet - Passa a ocupar a Classe/Nível CVII; Silvia Cristina Braz - Passa a ocupar a Classe/Nível BII; Susana Beatriz Gallian- Passa a ocupar a Classe/Nível CVIII; Terezinha Barbosa de Souza - Passa a ocupar a Classe/Nível BVIII; Vagner Alves Cardoso - Passa a ocupar a Classe/Nível CIV; Valcilene Pereira Batista - Passa a ocupar a Classe/Nível CIV;

Artigo 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Cotriguaçu – MT, em 02 de Março de 2015.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS

Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

VALDETE V. FRANÇA DA SILVA

Secretária de Governo

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº. 055/2015

Ementa: Designa Servidor.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS, Prefeita do Município de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Artigo 1º. Designar a Srª JOSERLANHA MACEDO DE OLIVEIRA, inscrito no CPF nº 931.661.501-10, Efetivo no Cargo Auxiliar Administrativo, para atuar como Agente de Emissão de Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS do tipo Informatizado no Município de Cotriguaçu/MT.

Artigo 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Cotriguaçu – MT, em 02 de Março de 2015.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS

Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

VALDETE V. FRANÇA DA SILVA

Secretária de Governo

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº. 047/2015

Ementa: Nomeia Servidor

ROSANGELA APARECIDA NERVIS**,** Prefeita do Município de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal

RESOLVE:

Artigo 1º. Nomear a partir de 02/03/2015 a Sra. VALDETE VERONEZ FRANÇA DA SILVA, portadora do CPF: 684.700.532-72, para o cargo de **Secretária Municipal de Governo.**

Artigo 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Cotriguaçu – MT, em 02 de Março de 2015.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS

Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

VALDETE V. FRANÇA DA SILVA

Secretária de Governo

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº. 063/2015

Ementa: Concede Licença.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS, Prefeita do Município de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições, que lhes são conferidas pela Lei Complementar nº 019/2005 e a Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Artigo 1º. Licenciar o servidor JONAS RODRIGUES GONÇALVES, por 02 anos, do cargo Agente de Manutenção e Conservação, a partir de 09/03/2015; para trato de interesses particulares de acordo com a Lei Complementar 019/2005, Cap. V, Sessão I e Sub-sessão VIII.

Artigo 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Cotriguaçu – MT, em 02 de Março de 2015.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS

Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

VALDETE V. FRANÇA DA SILVA

Secretária de Governo

CONTRATO N° 021/2015 – DATA: 01/04/2015

OBJETO: "**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA RETIFICAR MOTORES DOS VEÍCULOS DAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO E INFRA ESTRUTURA**". Contratado: *RETIFICADORA JUINA LTDA _ EPP, CNPJ Nº 24.748.436/0003-93*. Valor a ser pago **R$ 51.184,73** (Cinquenta e um mil, cento e oitenta e quatro reais e setenta e três centavos). **Prazo: 31/12/2015.**

CONTRATO N° 018/2015 – DATA: 01/04/2015

OBJETO: "AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA ATENDER OS ALUNOS MATRICULADOS NAS ESCOLAS PEQUENO CIDADÃO, PAULO FREIRE E SANTA MARIA". Contratado: **MARIA HELENA SULZBACH** . Valor: **R$ 17.561,24. Prazo: 31/12/2015.**

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº. 064/2015

Ementa: Designa Comissão Especial para avaliação de imóvel.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS, Prefeita do Município de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Artigo 1º. Designar Comissão Especial para avaliação de imóvel, conforme Lei Municipal nº 873/2015. Composta pelos seguintes membros:

Ø José de Oliveira Amorim – Vereador/Representante do Poder Legislativo; Ø Gilson Longen – Vereador/Representante do Poder Legislativo; Ø Ivanilda Aparecida Vaz Ramos – Secretária Municipal de Administração e Finanças/Representante do Poder Executivo; Ø Amanda da Silva Braga – Diretora do Departamento de Tributos/Representante do Poder Executivo.

Artigo 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Cotriguaçu – MT, em 24 de Março de 2015.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS

Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

VALDETE V. FRANÇA DA SILVA

Secretária de Governo

DEPARTAMENTO PESSOAL
DECRETO 939/2015

A PREFEITA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU, ESTADO DE MATO GROSSO, ROSANGELA APARECIDA NERVIS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal

Considerando o disposto no §2o do art. 71 da Lei Municipal no 019/2005, alterada pela Lei Municipal no 034/2008, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município;

RESOLVE:

Art.1º. Determinar a incorporação aos vencimentos do servidor CLODOALDO RODRIGUES DE FREITAS, das vantagens referentes ao exercício das respectivas funções de Coordenador Escolar, referente aos períodos aquisitivos de 01 à 12/2009, de 01 à 12/2010, 01 à 12/2011, 01 à 12/2012. De acordo com o §2o do art. 71 da Lei Municipal no 019/2005, alterada

pela Lei Municipal no 034/2008, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, a partir de 11 de Março, na proporção de 4/5, conforme demonstrativo abaixo:

Salário Base Atual	Incorporação	Novo Salário Base
2.519,36	524,00	3.043,36

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cotriguaçu – MT, em 11 de Março de 2015.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS

Prefeita de Cotriguaçu

DEPARTAMENTO PESSOAL
DECRETO 938/2015

A PREFEITA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU, ESTADO DE MATO GROSSO, ROSANGELA APARECIDA NERVIS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal

Considerando o disposto no §2o do art. 71 da Lei Municipal no 019/2005, alterada pela Lei Municipal no 034/2008, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município;

RESOLVE:

Art.1º. Determinar a incorporação aos vencimentos do servidor JOÃO BATISTA VENTURA, das vantagens referentes ao exercício das respectivas funções de Coordenador Escolar, referente aos períodos aquisitivos de 02/2009 à 01/2013, de 02/2013 à 01/2014 e de 02/2014 à 01/2015. De acordo com o §2o do art. 71 da Lei Municipal no 019/2005, alterada pela Lei Municipal no 034/2008, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, a partir de 11 de Março, na proporção de 3/5, conforme demonstrativo abaixo:

Salário Base Atual	Incorporação	Novo Salário Base
2.519,36	410,79	2.930,15

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cotriguaçu – MT, em 11 de Março de 2015.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS

Prefeita de Cotriguaçu

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº. 052/2015

Ementa: Exonera Servidor.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS, Prefeita do Município de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Artigo 1º. Exonerar a partir de 02/03/2015, Servidor Comissionado o Sr. LAUDINEI DOERNER, portador do CPF: 005.518.509-65, do cargo de Diretor do Departamento de Cultura, Lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Artigo 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Cotriguaçu – MT, em 02 de Março de 2015.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS

Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

VALDETE V. FRANÇA DA SILVA

Secretária de Governo

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº. 053/2015

Ementa: Nomeia Servidor

ROSANGELA APARECIDA NERVIS**,** Prefeita do Município de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal

RESOLVE:

Artigo 1º. Nomear a partir de 02/03/2015 o Sr. LAUDINEI DOERNER, portador do CPF: 005.518.509-65, para o cargo de Secretário Municipal de Educação e Cultura.

Artigo 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Cotriguaçu – MT, em 02 de Março de 2015.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS

Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

VALDETE V. FRANÇA DA SILVA

Secretária de Governo

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº. 069/2015

Ementa: Nomeia Servidor

ROSANGELA APARECIDA NERVIS**,** Prefeita do Município de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal

RESOLVE:

Artigo 1º. Nomear a partir de 02/03/2015 a Sra. JOSERLANHA MACEDO DE OLIVEIRA, inscrito no CPF nº 931.661.501-10**,** lotada na Secretaria Municipal de Assistência, Gestão Social e Trabalho.

Parágrafo Único – Fica a servidora designada para a função de **Coordenadora do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS**

Artigo 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Cotriguaçu – MT, em 31 de Março de 2015.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS

Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

VALDETE V. FRANÇA DA SILVA

Secretária de Governo

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº. 068/2015

Ementa: Concede Licença.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS, Prefeita do Município de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições, que lhes são conferidas pela Lei Complementar nº 019/2005 e a Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Artigo 1º. Licenciar o servidor JURANDIR ERNESTO DUARTE, por 02 anos, do cargo Apoio Administrativo Educacional, a partir de 21/03/2015; para trato de interesses particulares de acordo com a Lei Complementar 019/2005, Cap. V, Sessão I e Sub-sessão VIII.

Artigo 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Cotriguaçu – MT, em 31 de Março de 2015.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS

Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

VALDETE V. FRANÇA DA SILVA

Secretária de Governo

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº. 067/2015

Ementa: Exonera Servidor.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS, Prefeita do Município de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Artigo 1º. Exonerar a partir de 31/03/2015, Servidora Efetiva a Sra. CLAUDIA MATOS DA COSTA SILVEIRA, portadora do CPF: 010.880.031-84, do cargo de Agente Público, Lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Artigo 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Cotriguaçu – MT, em 31 de Março de 2015.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS

Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

VALDETE V. FRANÇA DA SILVA

Secretária de Governo

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº066/2015

Ementa: Concede Licença.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS, Prefeita do Município de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Artigo 1º. Licenciar a servidora **MARA REGINA MARAIA SCHOENBERGER,** a partir de 31/03 até 14/04/2015; para Tratamento de Saúde, em conformidade com legislação vigente. A servidora terá seus vencimentos custeados pelo PREVI-COTRI.

Artigo 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Cotriguaçu – MT, em 31 de Março de 2015.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS

Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

VALDETE V. FRANÇA DA SILVA

Secretária de Governo

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 071/2015

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE PREGOEIRO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELI SANCHEZ ROMÃO - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE,

Art. 1º - Designar o Sr. **GUSTAVO ALVES DO CARMO**, matrícula funcional n° 246 portador da cédula de Identidade, RG 29405909-X SSP/SP, CPF 808.287.601-87, efetivo no cargo de Agente Administrativo para exercer o cargo de **PREGOEIRO**, a partir de 01 de abril de 2015, em conformidade com a Lei Complementar n° 40/2009 de 21 de dezembro de 2009.

Art. 2º - O servidor designado receberá sua remuneração em conformidade com o previsto na Lei Complementar nº 40/2009.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 01 de abril de 2015.

ELI SANCHEZ ROMÃO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 073/2015

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE APROVEITAMENTO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL SRA NEUZA MARIA ALVES DO CARMO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELI SANCHEZ ROMÃO - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em Lei, especialmente a Lei Complementar nº. 08/2001, em seus artigos 51 a 54;

RESOLVE,

Art. 1º - Conceder, **READAPTAÇÃO DE FUNÇÃO**, a servidora Sra. **NEUZA MARIA ALVES DO CARMO**, matrícula funcional n° 1669, efetiva no cargo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, 180 (cento e oitenta) dias, com início em 23/03/2015 e término em 23/09/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia-MT, 01 de abril de 2015.

ELI SANCHEZ ROMÃO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 072/2015

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE APROVEITAMENTO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL SRA ROSIANA MARIA DE SOUZA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELI SANCHEZ ROMÃO - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em Lei, especialmente a Lei Complementar nº. 08/2001, em seus artigos 51 a 54;

RESOLVE,

Art. 1º - Conceder, **READAPTAÇÃO DE FUNÇÃO**, a servidora Sra. **ROSIANA MARIA DE SOUZA**, matrícula funcional n° 341, efetiva no cargo de

Agente de Combate a Endemias, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, 180 (cento e oitenta) dias, com início em 16/03/2015 e término em 16/09/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia-MT, 01 de abril de 2015.

ELI SANCHEZ ROMÃO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO CONTRATO Nº 264/2015 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o senhor **CRISTIANO DOS SANTOS SILVA,** brasileiro, residente e domiciliado na Rua Jose Pinto de Arruda nº 350, Bairro Jardim Cidade Nova no Município de Cáceres-MT, portador do RG nº 1793386-2 SSP/MT e CPF n.º 023.583.121-26, daqui por diante denominado Contratado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, do senhor *CRISTIANO DOS SANTOS SILVA,* no cargo de Guarda, a que refere o Decreto nº 117, de 18 de março de 2015, para exercer suas funções no Centro Municipal de Educação Infantil, Município de Cáceres, com carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais (em vaga livre).

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **09 de fevereiro de 2015 e término em 09 de fevereiro de 2016.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª O Contratado fica comprometido a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento do Contratado, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pelo Contratado, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	2070
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00.00
Fonte de Recurso	119

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 18 de março de 2015.

_____

CRISTIANO DOS SANTOS SILVA

Contratado

_____

NELCI ELIETE LONGHI

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

RG nº

CPF nº

_____

RG nº

CPF nº

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº. 135 DE 27 DE MARÇO DE 2015.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o artigo 105, da Lei Complementar nº. 25, de 27 de novembro de 1997;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 7394, de 25 de fevereiro de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Afastar a pedido, a servidora **MARILZA APARECIDA LUZ,** do cargo de Técnica em Enfermagem, lotada na Secretaria de Saúde, sem ônus para esta Administração Pública Municipal, para tratar de assuntos de interesse particular, **no período de 02** (dois) anos, com efeitos desde 27 de fevereiro de 2015 até 26 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Durante o período de afastamento não se contará o tempo de serviço para nenhum efeito.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 27 de março de 2015.

WILSON MASSAHIRO KISHI

Secretário Municipal saúde

Afixado em: 27.03.15.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE EDITAL-CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2015

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, Estado de Mato Grosso por intermédio da Comissão Permanente de Licitação – CPL, torna pública a realização de licitação na modalidade CHAMADA PUBLICA, objetivando a *aquisição de Gêneros Alimentícios Proveniente da Agricultura Familiar, para compor o cardápio da alimentação escolar do ano letivo de 2015, visando atender a Lei n° 11.947/2009.*

Despesas:

Órgão/Unidade - Funcional/Programática - Nat. Despesa - Fonte de Recursos

07.070.2.0 12.306.1019.2.075 3.3.90 (0.1.15) Tranf. FNDE

07.070.2.0 12.306.1019.2.076 3.3.90 (0.1.15) Tranf. FNDE

Entrega das Amostras: 09 a 10 de Abril de 2015 das 09h00min às 16h00-min.

Habilitação e Projeto de Venda:

Os Grupos Formais/Informais deverão apresentar a documentação completa para Habilitação e Projeto de Venda do dia 13 de Abril a 04 de Maio de 2015, das 09h00min ás 09h30min na Secretaria de Administração - Setor de Licitação

Realização: 04 de Maio de 2015 às 09h30min horas, Horário de Cuiabá-MT.

Observação: O Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Avenida Getúlio Vargas nº 1895 – C.O.C. – Vila Mariana, CEP: 78200-000 - Cáceres-MT, ou através do portal http://www.caceres.mt.gov.br/licitacao/. As despesas oriundas com fotocópias e outros serviços ficam por conta da empresa solicitante.

Prefeitura de Cáceres, 01 de Abril de 2015.

Sílvia Mara Gonçalves

Secretária Municipal de Administração

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
CONVITE

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

C O N V I T E

A PREFEITURA DE CÁCERES convida os munícipes para participarem da **Audiência Pública**, em conformidade com o § único, art. 48, da LRF (Lei Complementar nº 101/2000), visando à participação popular durante o processo de elaboração e discussão da seguinte peça de planejamento municipal:

-LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias, para o exercício de 2016.

Data	Horário	Local
08/04/2015	19h00min	Sala de reuniões do Gabinete do Prefeito – Prefeitura Municipal de Cáceres Av. Getúlio Vargas, 1.895, COC, Cáceres - MT

A presença de todos é uma oportunidade ímpar de participar do planejamento com vistas ao desenvolvimento do Município.

Atenciosamente.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito de Cáceres

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 314/2015 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **PATRICIA DA SILVA ALMEIDA,** brasileira, residente e domiciliada na Rua travessa Nicarágua, Quadra 06, Lote 06, Bairro Vila Real, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 1655225-3 SEJUSP/MT e CPF n.º 010.236.311-05, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, da senhora *PATRICIA DA SILVA ALMEIDA,* no cargo de Assistente Administrativo, a que refere o Decreto nº 117, de 18 de março de 2015, para exercer suas funções na Escola Municipal Vila Real, Município de Cáceres, com carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais (em substituição ao servidor Robson André Morales que está na Direção da Escola Vila Real).

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **09 de fevereiro de 2015 e término em 18 de dezembro de 2015.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 808,95 (oitocentos e oito reais e noventa e cinco centavos) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª O Contratado fica comprometido a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento do Contratado, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pelo Contratado, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	2070
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00.00
Fonte de Recurso	119

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 19 de março de 2015.

_____

PATRICIA DA SILVA ALMEIDA

Contratada

_____

NELCI ELIETE LONGHI

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

RG nº

CPF nº

_____

RG nº

CPF nº

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 224/2015 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **GRACIANE ANICETO DA SILVA FONSECA,** brasileira, residente e domiciliada na Rua B, Quadra C, Lote 02, Bairro Santos Dumont, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 1361670-6 SEJUSP/MT e CPF n.º 720.445.351-49, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora *GRACIANE ANICETO DA SILVA FONSECA*, no cargo de Professor Licenciado em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 115, de 17 de março de 2015, para exercer suas funções no Centro Municipal Educação Infantil, com carga horária de trabalho de 30 (trinta) horas semanais (em substituição a Celia Ribeiro Fâncio que está de licença-prêmio até 29 de maio de 2015).

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **09 de fevereiro de 2015 e término em 29 de maio de 2015.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 2.157,51 (dois mil, cento e cinquenta e sete reais e cinquenta e um centavos) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª O Contratado fica comprometido a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento do Contratado, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pelo Contratado, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual o Contratado contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00.00
Fonte de Recurso	118

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 18 de março de 2015.

_____

GRACIANE ANICETO DA SILVA FONSECA

Contratada

_____

NELCI ELIETE LONGHI

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

RG nº

CPF nº

_____

RG nº

CPF nº

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 136/2015 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **CRISTIANE ROSA VALENTIM PEREIRA,** brasileira, residente e domiciliada no Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 1522041-9 SSP/MT e CPF n.º 000.944.061-54, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril

de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora *CRISTIANE ROSA VALENTIM PEREIRA,* no cargo de Professor Licenciado em Letras, a que refere o Decreto nº 106, de 06 de março de 2015, para exercer suas funções na Escola Municipal São Francisco, Município de Cáceres, com carga horária de trabalho de 22 (vinte e duas) horas semanais (em vaga livre) devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **09 de fevereiro de 2015 e término em 18 de dezembro de 2015.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.582,24 (um mil, quinhentos e oitenta e dois reais e vinte e quatro centavos) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato,

com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	2068
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00.00
Fonte de Recurso	118

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 13 de março de 2015.

_____

CRISTIANE ROSA VALENTIM PEREIRA

Contratada

_____

NELCI ELIETE LONGHI

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

RG nº

CPF nº

_____

RG nº

CPF nº

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 043/2015 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **MARIA SEBASTIANA AGUIAR**,brasileira, residente e domiciliada na Rua Santa Laura, s/nº, localizado na Zona Rural do Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 904624 SSP/MT e CPF n.º 580.726. 671-49, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **MARIA SEBASTIANA AGUIAR**, no cargo de Professora Licenciada em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 106, de 06 de março de 2015, para exercer suas funções na Escola Municipal União, localizada na zona rural deste município, com carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais (em Vaga Livre), devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **09 de fevereiro de 2015 e término em 18 de dezembro de 2015,** com o devidocumprimento de 200 (duzentos) dias letivos**.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.438,35 (um mil, quatrocentos e trinta e oito reais e trinta e cinco centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	2068
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00.00
Fonte de Recurso	118

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 09 de março de 2015.

_____

MARIA SEBASTIANA AGUIAR

Contratada

_____

NELCI ELIETE LONGHI

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

RG nº

CPF nº

_____

RG nº

CPF nº

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 302/2015 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **VANIRA CEBALHO DE SOUZA,** brasileira, residente e domiciliada na Comunidade Clarinópolis, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 0817935-2 SEJUSP/MT e CPF n.º 621.769.271-68, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, da senhora *VANIRA CEBALHO DE SOUZA,* no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, a que refere o Decreto nº 117, de 18 de março de 2015, para exercer suas funções na Escola Municipal Clarinópolis, Município de Cáceres, com carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais (em vaga livre).

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **09 de fevereiro de 2015 e término em 09 de fevereiro de 2016.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª O Contratado fica comprometido a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento do Contratado, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pelo Contratado, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	2070
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00.00
Fonte de Recurso	119

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 20 de março de 2015.

_____

VANIRA CEBALHO DE SOUZA

Contratada

_____

NELCI ELIETE LONGHI

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

RG nº

CPF nº

_____

RG nº

CPF nº

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 164/2015 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA

ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **ANA MARCIA DA SILVA CRUZ**,brasileira, residente e domiciliada na Rua Madre Tereza, nº 09, Bairro Luz do Sol, Cáceres-MT, portadora do RG nº 1687361-0 SSP/MT e CPF n.º 012.886.721-36, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, da senhora **ANA MARCIA DA SILVA CRUZ**, no cargo de Professor Licenciado em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 115, de 17 de março de 2015, para exercer suas funções na Escola Municipal Gotinhas do Saber (Em substituição a Professora Rosilene Mirian Costa Leonel que está na Coordenação Pedagógica), com carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **09 de fevereiro de 2015 e término em 18 de dezembro de 2015.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.438,35 (um mil, quatrocentos e trinta e oito reais e trinta e cinco centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00.00
Fonte de Recurso	118

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 17 de março de 2015.

_____

ANA MARCIA DA SILVA CRUZ

Contratada

_____

NELCI ELIETE LONGHI

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

RG nº

CPF nº

_____

RG nº

CPF nº

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 143/2015 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **LUZINETE MIRANDA DE TOLEDO SILVA,** brasileira, residente e domiciliada na Rua C, Q 13, Casa 12, Bairro Vitória Régia, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 1738692-6 SEJUSP/MT e CPF n.º 567.604.851-49, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora *LUZINETE MIRANDA DE TOLEDO SILVA,* no cargo de Professor Licenciado em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 106, de 06 de março de 2015, para exercer suas funções na Escola Municipal Vitória Régia, com carga horária de trabalho de 25 (vinte e cinco) horas semanais (sendo 17 H/A em substituição ao Professor Renato Matias Ramos que está em readaptação de função e 08 H/A em vaga livre) devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **09 de fevereiro de 2015 e término em 18 de dezembro de 2015.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.797,92 (um mil, setecentos e noventa e sete reais e noventa e dois centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	2068
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00.00
Fonte de Recurso	118

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 13 de março de 2015.

_____

LUZINETE MIRANDA DE TOLEDO SILVA

Contratada

_____

NELCI ELIETE LONGHI

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

RG nº

CPF nº

_____

RG nº

CPF nº

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 109/2015 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a **MAYARA DE ALMEIDA TAVARES,** brasileira, residente e domiciliada na Rua Almirante Barroso, nº 896, Bairro Jardim Paraiso, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 1470034-4 SSP/MT e CPF n.º 021. 099.851-27, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora *MAYARA DE ALMEIDA TAVARES,* no cargo de Professor Licenciado em Educação Física, a que refere o Decreto nº 106, de 06 de março de 2015, para exercer suas funções na Escola Municipal Raquel Ramão da Silva, com carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais (Em substituição a Professora Rosemeire Tieko Une que está em readaptação) devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **09 de fevereiro de 2015 e término em 18 de dezembro de 2015.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.438,35 (um mil, quatrocentos e trinta e oito reais e trinta e cinco centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	2068
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00.00
Fonte de Recurso	118

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 12 de março de 2015.

_____

MAYARA DE ALMEIDA TAVARES

Contratada

_____

NELCI ELIETE LONGHI

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

RG nº

CPF nº

_____

RG nº

CPF nº

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 095/2015 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o senhor **RIVALDO DELCARO**,brasileiro, residente e domiciliado na Rua dos Lavapés, nº 244, Bairro Cidade Alta, Município de Cáceres-MT, portador do RG 1054572-7 SJ/MT e CPF n.º 702.530.801-34, daqui por diante denominado Contratado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do senhor **RIVALDO DELCARO**, no cargo de Professor Licenciado em Educação Física, a que refere o Decreto nº 106, de 06 de março de 2015, para exercer suas funções na Escola Municipal Buriti, Município de Cáceres, com carga horária de trabalho de 14 (catorze) horas semanais (em vaga livre), devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **09 de fevereiro de 2015 e término em 18 de dezembro de 2015.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.006,88 (um mil e seis reais e oitenta e oito centavos) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª O Contratado fica comprometido a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento do Contratado, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pelo Contratado, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	2068
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00.00
Fonte de Recurso	118

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 12 de março de 2015.

_____

RIVALDO DELCARO

Contratado

_____

NELCI ELIETE LONGHI

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

RG nº

CPF nº

_____

RG nº

CPF nº

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 051/2015 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a **GLEICE MARANGUELI DA SILVA ANDRADE,** brasileira, residente e domiciliada na Rua dos Professores, s/nº, Distrito de Caramujo, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 1674044-0 SEJUSP/MT e CPF n.º 015.229.661-10, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora *GLEICE MARANGUELI DA SILVA ANDRADE,* no cargo de Professor Licenciado em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 106, de 06 de março de 2015, para exercer suas funções na Escola Municipal Santo Antonio do Caramujo, na Zona Rural do Município de Cáceres, com carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais (Vaga Livre) devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **09 de fevereiro de 2015 e término em 18 de dezembro de 2015.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.438,35 (um mil quatrocentos e trinta e oito reais e trinta e cinco centavos) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	2068
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00.00
Fonte de Recurso	118

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 09 de março de 2015.

_____

GLEICE MARANGUELI DA SILVA ANDRADE

Contratada

_____

NELCI ELIETE LONGHI

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

RG nº

CPF nº

_____

RG nº

CPF nº

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 039/2015 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o senhor **NATALINO RIBEIRO DE PINHO**,brasileiro, residente e domiciliado na Rua da Alegria, s/nº, Distrito de Clarinópolis, Município de Cáceres-MT, portador do RG nº 035.794 SSP/MT e CPF n.º 156.185. 871-49, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do senhor **NATALINO RIBEIRO DE PINHO**, no cargo de Professor Licenciado em Letras, a que refere o Decreto nº 106, de 06 de março de 2015, para exercer suas funções na Escola Municipal Clarinópolis, Município de Cáceres, com carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais (Em VAGA LIVRE), devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **09 de fevereiro de 2015 e término em 18 de dezembro de 2015.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.438,35 (um mil, quatrocentos e trinta e oito reais e trinta e cinco centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª O Contratado fica comprometido a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento do Contratado, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pelo Contratado, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	2068
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00.00
Fonte de Recurso	118

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 11 de março de 2015.

_____

NATALINO RIBEIRO DE PINHO

Contratado

_____

NELCI ELIETE LONGHI

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

RG nº

CPF nº

_____

RG nº

CPF nº

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 033/2015 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a **MARTA NORBERTA DA SILVA,** brasileira, residente e domiciliada na Avenida Tancredo Neves, s/nº, Bairro Jardim Padre Paulo, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 1486979-9 SSP/MT e CPF n.º 980. 588.001-04, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora *MARTA NORBERTA DA SILVA,* no cargo de Professor Licenciado em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 106, de 06 de março de 2015, para exercer suas funções na Escola Municipal Roça Velha, Município de Cáceres, com carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais (Vaga Livre) devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **09 de fevereiro de 2015 e término em 18 de dezembro de 2015.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 2.876,70 (dois mil, oitocentos e setenta e seis reais e setenta centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	2068
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00.00
Fonte de Recurso	118

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 11 de março de 2015.

_____

MARTA NORBERTA DA SILVA

Contratada

_____

NELCI ELIETE LONGHI

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

RG nº

CPF nº

_____

RG nº

CPF nº

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 014/2015 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **IDEZIA DE CÂNDIO,** brasileira, residente e domiciliada no Sítio São Jorge, Assentamento Limoeiro, Zona Rural do Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 0386427-8 SEJUSP/MT e CPF n.º 304. 618.981-87, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora *IDEZIA DE CÂNDIO,* no cargo de Professor Licenciado em História, a que referem o Decreto nº 106 de 06 de março de 2015, para exercer suas funções no Núcleo Paulo Freire/Escola Municipal Limoeiro, localizada na Zona Rural do Município de Cáceres, com carga horária de trabalho de 29(vinte e nove) horas semanais (Em VAGA LIVRE) devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **09 de fevereiro de 2015 e término em 18 de dezembro de 2015,** com o cumprimento de 200 (duzentos) dias letivos**.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 2.085,68 (dois mil, oitenta e cinco reais e sessenta e oito centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	2068
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00.00
Fonte de Recurso	118

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 10 de março de 2015.

_____

IDEZIA DE CÂNDIO

Contratada

_____

NELCI ELIETE LONGHI

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

RG nº

CPF nº

_____

RG nº

CPF nº

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2015-PREGÃO ELETRONICO N° 08/2015 – TIPO MENOR PREÇO POR LOTE.

Para atendimento do disposto no § 2º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, a Prefeitura de Cáceres, através da Secretaria Municipal de Administração torna públicos os preços registrados na ata abaixo discriminada, bem como, as respectivas empresas detentoras, conforme segue:

Órgão Gerenciador: Secretaria Municipal de Obras e Serviço Urbano.

Objeto: **A**quisição conjunto de equipamentos para fazer reparos e novo asfalto Usina de Asfalto, Vibroacabadora, Retroescavadeira, Caminhão caçamba para atender à manutenção e possíveis pavimentações das vias públicas do município de Cáceres/MT e Distritos Caramujo, Vila Aparecida, Horizonte do Oeste e Nova Cáceres.

Fonte de Recursos: Dotação Orçamentaria 3.3.90, da Secretaria Solicitante.

Realização: 09 de Março de 2015, as 09:00 horário de Brasília.

Empresa Vencedora: ECS COMERCIO DE VEICULOS E EQUIPAMENTOS LTDA. Vencedora do lote 03, perfazendo o valor total de R$2.660.000,00 (dois milhões seiscentos e sessenta mil reais).

Empresa Vencedora: PAV PARTS COMERCIO DE MAQUINAS LTDA ME, Vencedora do lote 01, perfazendo o valor total de R$ 388.000,00 (trezentos e oitenta e oito mil reais).

Empresa Vencedora: TORK SUL COMERCIO DE PEÇAS E MAQUINAS LTDA, Vencedora do lote 02, perfazendo o valor total de R$450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais).

LOTE 01

Item	Qtd	Complemento	Marca
1	01	Vibro acabadora de asfalto hidráulica rebocada por caminhão basculante, zero hora de uso. Capacidade de aplicação de massa de até 15cm de espessura e faixa de trabalho ajustável entre 2,50m até 3,70m de largura. Mesa acabadora telescopia vibratória acionada por pistões hidráulicos e com sistema de abaulamento positivo e negativo acionado por motor diesel partida elétrica de 13cv. Sistema de vibração independente de 1.800VPM acionado por motor hidráulico. Braços de acopla-	J.COLOMBO/ FALCON PLUS

		mento com acionamento hidráulico, equipado com cabeçote de acoplamento rápido composto de roldana vertical e horizontal. Aplicação de massa asfáltica fria ou quente.	
2	01	Usina móvel de asfalto e Lama Asfáltica, zero horas de uso, montada sobre chassi de caminhão, processamento mínimo de 1800m2/hora de lama asfáltica, processamento mínimo de 60m3/hora de PMF, dotada de esteira transportadora tipo helicoide (rosca sem fim), misturador constituído por eixo com braços e palhetas reguláveis, substituíveis. Sistema de transmissão mecânico ou hidráulico. Silo duplo em chapa 3/16, capacidade mínima de carga e abastecimento de 5,00m3 de agregados, bomba de emulsão de 2", 3.700 litros e emulsão, 500 litros de água, 25 litros de aditivo e 25 litros de diesel, sistema de pintura e ligação com caneta espargidora construída em alumínio, sistema de auto abastecimento, válvula de alivio e segurança, circuito de água e emulsão construído em tubos de aço galvanizado de formato quadrado de 50 x 50 mm, com válvulas flangeadas, escada e plataforma de acesso ao silo, acionamento do equipamento feito por motor estacionário diesel partida elétrica de com potência mínima 30cv e transmissão mecânica com reversor. Processa todos os tipos de mistura asfáltica fria, concreto e solos. Eixo misturador duplo; esteira transportadora de correias; Terceiro silo para usinagem de solos e micro pavimento; Mesa hidráulica para micro pavimento. Veículo será fornecido pela Prefeitura de Cáceres.	.COLOMBO/FALCON TRUCK
LOTE 02			
	02	Retroescavadeira tração 4x4 turbo a diesel. Descrição: - Máquina retroescavadeira - O (zero) hora (nova) - ano/modelo 2014 ou superior - tração 4x4 - equipada com : Motor diesel de no mínimo 4 cc turboalimentado, com potência mínima de 90 HP - Dispositivo de segurança do veículo composto por alarme sonoro de marcha à ré. - Peso operacional mínimo de 6.300 kg - com protetor de cárter ou cárter em ferro fundido - tubo de escape em aço inox - Transmissão sincronizada com no mínimo 4 marchas à frente e no mínimo 3 à ré - conversor de torque e inversor hidráulico - chassi monobloco integralmente soldado em peça única com numeração de acordo com o Código Brasileiro de Trânsito que permita o emplacamento do equipamento. - Cabine de acordo com as normas técnicas da ABNT, - plaqueta de identificação informando as normas técnicas utilizadas, o número de série da cabine e o nome do fabricante; - assento giratório multiajustável com suspensão regulável de acordo com o peso do operador, - pára-brisa de vidro laminado com limpador e esguicho de água - faróis dianteiros e traseiros - Pintura amarela de acordo com a legislação vigente - Sistema retro centrada com profundidade de escavação mínima de 4.300 mm, com força de escavação mínima de 3.400 Kgf. - caçamba/concha de no mínimo 30" reforçada com chapas de desgaste nas laterais e no fundo, com dentes. Sistema de carregamento frontal com altura de descarga mínima de 2.450 mm com caçamba reforçada com no mínimo 4 chapas de desgaste no fundo - caçamba/concha de no mínimo 80" reforçada - Sistema de freio de estacionamento/segurança totalmente independente do sistema de freio de serviço. - Tanques do combustível e de óleo hidráulico, ambos com tampas fechadas com chave - Pneus traseiros mínimo 19,5 x 24 L2.	CASE MODELO 580M4X4 DIESEL, TURBO, CABINE FECHADA COM AR CONDICIONADO
LOTE 03			
	10	Caminhão basculante traçado 6x4 com caçamba basculante de 12 m3 * CAMINHÃO Caminhão novo (zero quilómetro) diesel, traçado 6x4, com caçamba basculante de 12 m3. Diferencial reduzido. Dispositivo de segurança do veículo composto por alarme sonoro de marcha à ré. Cadastro ou pré-cadastro na Base índice Nacional - B.I.N. Ar condicionado. Ano/modelo: 2014 ou superior Especificações: Motor turbo diesel, Euro 5, potência mínima 135 CV ou maior, transmissão manual sincronizada de pelo menos 8 marchas à frente e 1 à ré, torque imínimo de 83 mkgf., peso bruto total mínimo de 23.000 kg, pneus dianteiros radiais direcionais com câmara 10.00 R x 20" 16 PR, pneus traseiros radiais com câmara 10.00 R x 20", direção hidráulica, freio de serviço a Ar, tipo tambor nas rodas dianteiras e traseiras, com circuito duplo, independente, freio motor eletropneumatico, tecla no painel e comando no acelerador/pedal embreagem, tanque de abastecimento de combustível, embreagem com acionamento hidráulico tipo monodisco, diâmetro mínimo de 380 mm. Suspensão dianteira com molas semi-elipticas de duplo estagio, com amortecedores hidráulicos de dupla ação e barra estabilizadora. Suspensão traseira feixe de molas semielípticas de duplo estagio progressivo. Capacidade de carga útil mais carroceria mínimo de 14.600 kg. Capacidade mínima de tração 35.000 kg. -CABINE Cabine Principal: em aço, na cor branca, com retrovisores laterais externos, cinto de segurança de 03 pontos e demais equipamentos necessários para o bom desempenho do equipamento. -CAÇAMBA * com caçambas de ação indireta com 2 pistões * fundo das caçambas com chapa de ¼. * caixas de ferramentas * parabarros metálicos com lameiros de borracha * pintura P. U * cor branca * faixas refletivas, pára-choque com certificação do INMETRO e CONTRAN.	FORD CARGO 2629, 6X4, POTENCIA 290 CV. EQUIPADO COM CAÇAMBA BASCULÂNTE 12 M³

Prefeitura de Cáceres - MT, 31 de Março de 2015.

ROSAIR SANTANA DE OLIVEIRA

PREGOEIRA OFICIAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 146 DE 01 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 74, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Decreto nº. 288 de 10 de maio de 2010, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 35808, de 30 de dezembro de 2014, e 11580, de 01 de abril de 2015,

R E S O L V EM:

Art. 1º Designar a servidora **ALICE DE FÁTIMA GONZAGA ARAÚJO,** para exercer a função de Presidente da Comissão Permanente de Licitação – CPL, destinada a promover o julgamento das propostas que forem apresentadas nas licitações a serem realizadas pela Prefeitura Municipal de Cáceres, pelo período de 01 (um) ano, prorrogável por mais um:

Art. 2º Cabe ao Presidente da Comissão Permanente:

I - A coordenação dos trabalhos da comissão permanente e a condução do procedimento licitatório;

II

– elaborar as minutas dos editais, tendo como base a justificativa, o termo de referência e demais informações constantes nos processos;

III - convocar os demais membros para a participação nas reuniões, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas;

IV - abrir, presidir e coordenar a lavratura de atas e encerrar as sessões desse colegiado;

V - promover as medidas necessárias ao processamento e julgamento de licitações e pedidos de cadastramento;

VI - anunciar as deliberações da Comissão Permanente;

VII - julgar os recursos interpostos contra ato da Comissão Permanente;

VIII - instruir os Protocolos a cargo da Comissão Permanente, determinando a juntada ou o desentranhamento de documentos pertinentes;

IX - resolver, quando forem de sua competência decisória, os pedidos apresentados nas sessões públicas;

X - votar;

XI - solicitar informações necessárias à tramitação dos Protocolos a cargo da Comissão Permanente a que preside e prestar informações sempre que solicitadas;

XII - relacionar-se com terceiros, estranhos ou não à Administração Direta Municipal licitante, no que respeita aos interesses da Comissão Permanente que preside;

XIII - solicitar às autoridades competentes servidores para o desempenho de funções burocráticas pertinentes à Comissão Permanente;

XIV - prestar informações em mandado de segurança impetrado contra ato do Presidente da Comissão Permanente;

Portaria nº 146 de 01 de abril de 2015 - fls. 02/05.

XV - assinar os editais de licitação;

XVI – encaminhar processos à Procuradoria Geral do Município para análise dos recursos interpostos contra ato da Comissão Permanente;

XVII - realizar outras atribuições listadas na Lei Federal nº 8.666 /1993.

Art. 3º Designar as servidoras ROSAIR SANTANA DE OLIVEIRA, e CRISTIANE CEBALHO DE OLIVEIRA, para exercerem a função de Pregoeira, pelo período de 01 (um) ano, prorrogável por mais um:

Art. 4º As atribuições do Pregoeiro incluem:

I-A coordenação dos trabalhos da equipe de apoio e a condução do procedimento licitatório;

II-Elaborar as minutas dos editais, tendo como base a justificativa, o termo de referência e demais informações constantes nos processos;

III-O credenciamento dos interessados, mediante a verificação dos documentos que comprovem a existência de poderes para formulação de propostas, e os demais atos inerentes ao certame;

IV-O recebimento da declaração dos licitantes do pleno atendimento aos requisitos de habilitação, bem como dos envelopes-proposta de preços e dos envelopes-documentos de habilitação;

V-A abertura dos envelopes-proposta, a análise e desclassificação das propostas cujo objeto não atenda às especificações, prazos e condições fixados no edital;

VI-A seleção e a ordenação das propostas não desclassificadas, observado o disposto nos incisos VIII e IX, do artigo 4º, da Lei nº 10.520/2002;

VII-A classificação das ofertas, conjugadas as propostas e os lances, e a decisão motivada a respeito de aceitabilidade do menor preço;

VIII- a negociação do preço com vistas à sua redução;

IX - a análise dos documentos de habilitação do autor da oferta de melhor preço;

X – a adjudicação do objeto ao licitante vencedor, se não tiver havido manifestação de recorrer por parte de algum licitante, nos termos do inciso XVII, do artigo 12, deste regulamento; XI – a elaboração da ata de sessão pública, que conterá, sem prejuízo de outros elementos, o registro: a) Do credenciamento dos representantes dos proponentes presentes na sessão; b) das propostas apresentadas, das desclassificadas e das selecionadas para a etapa de lances; c) dos lances e da classificação das ofertas; d) da decisão a respeito da aceitabilidade do menor preço; e) da negociação de preço; f) da análise dos documentos de habilitação; g) da manifestação de intenção do licitante interessado em recorrer, se houver, com a correspondente motivação; XII – o encaminhamento do processo devidamente instruído, após a adjudicação, à autoridade competente, visando à homologação do certame e à contratação; XIII – propor a revogação ou anulação do processo licitatório à autoridade competente.

Portaria nº 146 de 01 de abril de 2015 - fls. 02/05.

Art. 5º **Designar os servidores abaixo para compor como membros da Comissão Permanente de Licitação,** pelo período de 01 (um) ano, prorrogável por mais um, de acordo com o art. 51 §4º, da Lei 8666/1993:

Membros:

Debhora Belussi

Luciene Etiene de Souza

Gislaine Monteiro Claudino

Cezarine Aparecida de Alcântara

Rosangela Martins Cardozo

Art. 6º As atribuições dos membros da Comissão Permanente de Licitação incluem:

I. Auxiliar na elaboração das minutas dos editais, tendo como base a justificativa, o termo de referência e demais informações constantes nos processos; II. auxiliar o presidente em todas as fases do processo licitatório, bem como elaboração de edital, dentre outros; **III.** auxiliar nas análises de encaminhamento dos processos das fases interna e externa da licitação e pregão; **IV.** auxiliar o Presidente nas fases de abertura, julgamento, encerramento das sessões públicas; **V.** auxiliar nos serviços inerentes a recursos interpostos; **VI.** auxiliar o pregoeiro em todas as fases do pregão; **VII.** auxiliar o Pregoeiro nas fases de abertura, julgamento, encerramento das sessões públicas do Pregão.

Art. 7º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as Portarias nº 267 e 268, de 03 de junho de 2014.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 01 de abril de 2015.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

SILVIA MARA GONÇALVES

Secretária Municipal de Administração

Afixado em: 01.04.2015.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 068/2015 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **FRANCIELE GOMES DELUQUE,** brasileira, residente e domiciliada na Rua Salamanca, nº 51, Bairro Jardim Imperial, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 1841677-2 SSP/MT e CPF n.º 015.536. 091-40, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, da senhora *FRANCIELE GOMES DELUQUE,* no cargo de Professor licenciado em Matemática, a que refere o Decreto nº 106, de 06 de março de 2015, para exercer suas funções na Escola Municipal Dom Máximo Biennés, Município de Cáceres, (em substituição ao Professor Cleomendes Cruz Nunes que está de licença médica), com carga horária de trabalho de 12 (doze) horas semanais.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **09 de fevereiro de 2015 e término em 30 de abril de 2015.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 863,04 (oitocentos e sessenta e três reais e quatro centavos).

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	2068
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00.00
Fonte de Recurso	118

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 10 de março de 2015.

_____

FRANCIELE GOMES DELUQUE

Contratada

_____

NELCI ELIETE LONGHI

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

RG nº

CPF nº

_____

RG nº

CPF nº

BALANCETE MENSAL - SETEMBRO A NOVEMBRO/2014

EDITAL

Encontra-se a disposição dos interessados, na Secretaria Municipal de Finanças, os Balancetes da Prefeitura Municipal de Cáceres, referente aos meses de **SETEMBRO a NOVEMBRO/2014.**

Este documento permanecerá exposto pelo prazo de 10 (dez) dias, a contar da data desta publicação.

Cáceres-MT., 01 de abril de 2015.

BRUNO FRANK TEIXEIRA

Secretário Municipal de Finanças

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 323/2015 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **LUCIANA DA SILVA TORRES,** brasileira, residente e domiciliada, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 2211575-7 SSP/MT e CPF n.º 037.594.261-07, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, da senhora *LUCIANA DA SILVA TORRES,* no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, a que refere o Decreto nº 117, de 18 de março de 2015, para exercer suas funções na Escola Municipal Santa Catarina/Núcleo Limão, Município de Cáceres, com carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais (em vaga livre).

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **09 de fevereiro de 2015 e término em 09 de fevereiro de 2016.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª O Contratado fica comprometido a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento do Contratado, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pelo Contratado, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	2070
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00.00
Fonte de Recurso	119

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 19 de março de 2015.

_____

LUCIANA DA SILVA TORRES

Contratada

_____

NELCI ELIETE LONGHI

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

RG nº

CPF nº

_____

RG nº

CPF nº

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 032/2015 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **JESUÍNA MIRANDA DA SILVA,** brasileira, residente e domiciliada na Rua Pedro Alexandrino de Lacerda, nº 590, Bairro Vila Irene, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 1049528-2 SJ/MT e CPF n.º 828.279. 581-04, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora *JESUÍNA MIRANDA DA SILVA,* no cargo de Professora Licenciada em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 106, de 06 de março de 2015, para exercer suas funções na Escola Municipal Santa Catarina, com carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais (em vaga livre), devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **09 de fevereiro de 2015 e término em 18 de dezembro de 2015.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 2.876,70 (dois mil, oitocentos e setenta e seis reais e setenta centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	2068
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00.00
Fonte de Recurso	118

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 11 de março de 2015.

_____

JESUÍNA MIRANDA DA SILVA

Contratada

_____

NELCI ELIETE LONGHI

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

RG nº

CPF nº

_____

RG nº

CPF nº

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 038/2015 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **IZABEL MARIA DE SOUZA,** brasileira, residente e domiciliada na Rua dos Poaieiros, nº 999, Bairro Junco, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 681.549 SSP/MT e CPF n.º 486.926.891-49, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1. 931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora *IZABEL MARIA DE SOUZA*, no cargo de Professora Licenciada em Letras, a que refere o Decreto nº 106, de 06 de março de 2015, para exercer suas funções na Escola Municipal Santa Catarina, com carga horária de trabalho de 34 (trinta e quatro) horas semanais (sendo 20 (vinte) horas em substituição a Professora Emilia Nunes de Alcantara que está na Direção, e 14 (catorze) horas em vaga livre), devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **09 de fevereiro de 2015 e término em 18 de dezembro de 2015.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 2.445,28 (dois mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e vinte e oito centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	2068
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00.00
Fonte de Recurso	118

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 11 de março de 2015.

_____

IZABEL MARIA DE SOUZA

Contratada

_____

NELCI ELIETE LONGHI

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

RG nº

CPF nº

_____

RG nº

CPF nº

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 327/2015 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **LIDIANA DOS SANTOS SILVA**,brasileira, residente e domiciliada na Rua Santa Maria, nº 28, Bairro Marajoara, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 2077983-6 SSP/MT e CPF n.º 035.887. 591-90, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **LIDIANA DOS SANTOS SILVA,** no cargo de Professor Licenciado em Ciências Físicas e Biológicas, a que refere o Decreto nº 117, de 18 de março de 2015, para exercer suas funções na Escola Municipal Limoeiro/Núcleo Paiol, com carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais (Em vaga livre), devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **27 de fevereiro de 2015 e término em 18 de dezembro de 2015.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 2.876,70 (dois mil, oitocentos e setenta e seis reais e setenta centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	2068
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00.00
Fonte de Recurso	118

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 19 de março de 2015.

_____

LIDIANA DOS SANTOS SILVA

Contratada

_____

NELCI ELIETE LONGHI

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

RG nº

CPF nº

_____

RG nº

CPF nº

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

PORTARIA 094-15

PORTARIA Nº. 094/2015.

EMENTA: DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO SENHOR “DOMINGOS SÁVIO FERREIRA DA COSTA” DO CARGO DE LIVRE NOMEAÇÃO E EXONERAÇÃO E ESTABELECE OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Senhor PEDRO TERCY BARBOSA, Prefeito Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de Direito Público, expede a seguinte portaria,

R E S O L V E:

Art. 1º - EXONERAR oSenhor **DOMINGOS SÁVIO FERREIRA DA COSTA,** brasileiro, solteiro, portador da CI – RG nº. 926602-SSP/MT, cadastrado no CPF sob o nº. 807.379.001-72, residente e domiciliado na cidade de Denise - MT, do cargo de provimento em comissão de **ASSESSOR JURÍDICO**, nomeado por força da Portaria n.º 135/2013 de 02 de Maio de 2013, a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se, na data supra, na forma da lei.

Paço Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, aos 31 (trinta e um) dias do mês de Março do ano de 2015.

PEDRO TERCY BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
REALINHAMENTO DE PREÇO

A Prefeitura Municipal de Diamantino, através do Prefeito Municipal, torna público o **REALINHAMENTO DE PREÇO, do item 11 do lote 01 da Ata de Registro de Preço 037/2014 do Pregão Presencial 058/2014**, onde se sagrou vencedora a empresa **RINALDI & COGO LTDA ME,** CNPJ: 07.269.677/0001-79, conforme passa a demonstrar a seguir:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR REGISTRADO	VALOR REALINHADO
01	11	Amálgama, capsulas padrão, disponível em jarros com 500 unid.	SDI	R$ 1,71	R$ 841,00

Todos os itens constantes do Pregão 058/2014 e da Ata de Registro de Preços n° 037/2014, publicada no Diário dos Municípios no dia 07/08/2014. O realinhamento deve-se a erro de digitação, onde o valor registrado era inexequível. Os valores realinhados passam a vigorar à partir da data da Publicação deste Aviso no Diário Oficial dos Municípios.

Diamantino - MT, em 01 de Abril de 2015.

JUVIANO LINCOLN

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
I TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 310/2014

I TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 310/2014 – ASS: 23/03/2015 – referente à prorrogação do prazo de vigência e de execução do Contrato por mais 120 (cento e vinte dias). Detentor: **J. VARGAS PINTO & CIA LTDA ME**, Objeto: *CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR OBRAS DE CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA NO POSTO GIL, MUNICÍPIO DE DIAMANTINO - MT*. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato.

DIAMANTINO /MT em 23 de Março de 2015.

JUVIANO LINCOLN-PREFEITO MUNICIPAL.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
VIII TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 302/2012

VIII TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 302/2012 – ASS: 27/03/2015 – referente à prorrogação do prazo de vigência e execução do Contrato por mais 120 (cento e vinte) dias. Detentor: **WP CONSTRUTORA LTDA**, Objeto: *CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS PARA CONSTRUÇÃO DE MINI ESTÁDIO, NO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO*. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato.

DIAMANTINO /MT em 27 de Março de 2015.

JUVIANO LINCOLN-PREFEITO MUNICIPAL.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL 017/2015

A Prefeitura Municipal de Diamantino, através do Pregoeiro Oficial, torna público o **RESULTADO** do **PREGÃO PRESENCIAL 017/2015**, cujo objeto é: *REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FUTURO E EVENTUAL FORNECIMENTO DE REFEIÇÃO AOS PACIENTES E ACOMPANHANTES LEGALMENTE INSTITUIDOS E PARA PLANTONISTAS E SERVIDORES DO PRONTO ATENDIMENTO DO MUNICIPIO DE* **DIAMANTINO - MT.** Onde se sagrou vencedora a empresa **SANDRO RODRIGUES DE OLIVEIRA ME,** CNPJ: 09.813.461/0001-58, totalizando **R$ 232.500,00** (Duzentos e trinta e dois mil e quinhentos Reais).

Diamantino - MT, 01 de Abril de 2015.

_____

LAURO JOSNEY CORREA

Pregoeiro Oficial

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL 011/2015

A Prefeitura Municipal de Diamantino, através do Pregoeiro Oficial, torna público o **RESULTADO** do **PREGÃO PRESENCIAL 011/2015**, cujo objeto é *REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO* **- MT.** Onde se sagrou vencedora a empresa **MARQUES E OLIVEIRA LTDA ME,** CNPJ: 07.976.057/0001-70, totalizando **R$ 531.300,00** (Quinhentos e trinta e um mil e trezentos Reais).

Diamantino - MT, 01 de Abril de 2015.

_____

LAURO JOSNEY CORREA

Pregoeiro Oficial

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PRORROGAÇÃO TOMADA DE PREÇO 001/2015

A Prefeitura Municipal de Diamantino, através da CPL, torna público, para conhecimento de interessados que **PRORROGOU** a licitação na modalidade: TOMADA DE PREÇO, tipo "Menor Preço Global", para o dia **17/04/2015** às *14h00min*, cujo objetivo é: **Contratação de empresa para Construção de Rede de Iluminação Pública, Manutenção de Iluminação Publica em ruas e avenidas e Manutenção em Iluminação de 45 Super Postes, no município de Diamantino - MT.** A **Prorrogação** deu-se devido à **retificação** do projeto básico, das planilhas orçamentárias e cronograma físico financeiro. O Edital completo está à disposição na sede da Prefeitura, sito a Av. Desembargador J. P. F. Mendes, Nº 2.341 – Jardim Eldorado, Diamantino – MT, setor de licitação das 07h00min as 11h00min e das 13h00min as 17h00min, e no site da Prefeitura Municipal: www.diamantino.mt.gov.br. Maiores informações pelo telefone (65) 3336-6422/6423.

Diamantino - MT, 01 de Abril de 2015.

_____

DURVAL DOMINGOS

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 009/2014.

AVISO - REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº *028/2014*

Tomada de Preços Nº 009/2014.

OBJETO: O objeto do certame consiste na contratação de empresa do ramo pertinente para prestação de serviços de construção de ciclovia pavimentada em PAVER, Bairro Vila Ituberaba/Ponte do Rio Mutum sentido Campo Verde, incluindo materiais e mão de obra, de acordo com a descrição dos serviços, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro, memorial descritivo e projeto básico, ambos parte integrante deste edital, para atender a secretaria municipal de obras públicas e urbanismo, cabendo a mesma, a responsabilidade de acompanhar, supervisionar e fiscalizar, juntamente com o Engenheiro responsável pelo acompanhamento da obra.

Por ordem do Excelentíssimo Prefeito Municipal de Dom Aquino - MT, JOSAIR JEREMIAS LOPES, nos termos do art. 49 e do Inciso I do art. 109 da Lei 8.666/93, torna pública a Revogação do procedimento Licitatório acima discriminado, motivado pela impossibilidade de execução do referido contrato.

Dom Aquino-MT, 01 de abril de 2015.

WANUSA SOARES ALVES

Pregoeira

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO 004/2015

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO 004/2015, TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR.

O MUNICÍPIO DE DOM AQUINO-MT, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista que o Processo Licitatório na modalidade de PREGÃO transcorreu em todas as fases sem nenhum questionamento por parte dos licitantes e que foram obedecidos os ditames da Legislação em vigor, conforme as Leis Federais 10.520/2002 e 8.666/93 e as suas alterações.

R E S O L V E :

HOMOLOGAR a Empresa: JEOVA RODRIGUES DE SOUSA ME portadora do CNPJ: 08.603.673/0001-48, **registrada no valor global de** R$ 390.040,00 (trezentos e noventa mil e quarenta reais), destinado a atender a demanda daSecretaria Municipal de Educação, conforme condições e especificações constantes no edital do Pregão 004/2015 e seus anexos.

Determina ainda ao departamento de Contabilidade a emissão do respectivo empenho em favor da Empresa vencedora.

Dom Aquino-MT, 31 de março de 2015.

JOSAIR JEREMIAS LOPES

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2014.

AVISO - REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº *025/2014*

Tomada de Preços Nº 006/2014.

OBJETO: O objeto do certame consiste na contratação de empresa do ramo pertinente para prestação de serviços de revitalização da praça central Emanuel Pinheiro, incluindo materiais e mão de obra, de acordo com a descrição dos serviços, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro, memorial descritivo e projeto básico, ambos parte integrante deste edital, para atender a secretaria municipal de obras públicas e urbanismo, cabendo a mesma, a responsabilidade de acompanhar, supervisionar e fiscalizar, juntamente com o Engenheiro responsável pelo acompanhamento da obra.

Por ordem do Excelentíssimo Prefeito Municipal de Dom Aquino - MT, JOSAIR JEREMIAS LOPES, nos termos do art. 49 e do Inciso I do art. 109 da Lei 8.666/93, torna pública a Revogação do procedimento Licitatório acima discriminado, motivado pela impossibilidade de execução do referido contrato.

Dom Aquino-MT, 01 de abril de 2015.

WANUSA SOARES ALVES

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL N.º089/2015.

DATA: 01 DE ABRIL DE 2015.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA, *PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO*, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei,

RESOLVE:

Artigo 1.º Exonerar, o Sr. **GLENIO OSORIO MACHADO sob. Matricula nº 1694,** ocupante do cargo de **ASSESSORIA I**, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras, do Município de Feliz Natal/MT.

Artigo 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º Revogam – se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE GROSSO, AO 1º DIA DO MÊS de ABRIL DE 2015.

José Antônio Dubiella

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA Nº078/2015

DATA: 01 DE ABRIL DE 2015.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei e,

Considerando o disposto no art. 6º, § 3º da Lei Complementar nº 019/2012, de 27 de Março de 2012;

Considerando o resultado das eleições para escolha dos Diretores escolares para o biênio 2015/2016, realizada no dia 31 de março de 2015;

RESOLVE:

Artigo 1.º Nomear a Sra. **DEONILDE FATIMA FURLAN,** Professora Efetiva da Rede Municipal de Ensino (40 horas,inscrita no CPF sob nº 526. 654.969-68 para exercer a função de DIRETORA da Instituição de Ensino Municipal Escola 25 de Dezembro, pelo biênio 2015/2016:

Artigo 2.º A Diretora nomeada fará jus a remuneração determinada em Legislação Especifica, (Art. 68 da Lei Complementar 019/2012), com acréscimo de 30% (trinta por centro) do seu vencimento padrão.

Artigo 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AO 1º DIA DO MÊS DE ABRIL DE 2015.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA Nº081/2015

DATA: 01 DE ABRIL DE 2015.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei e,

Considerando o disposto no art. 6º, § 3º da Lei Complementar nº 019/2012, de 27 de Março de 2012;

Considerando o resultado das eleições para escolha dos Diretores escolares para o biênio 2015/2016, realizada no dia 31 de março de 2015;

RESOLVE:

Artigo 1.º Nomear a Sra. **JOVANA PAULA MENIN,** Professora Efetiva da Rede Municipal de Ensino (20 horas,inscrita no CPF sob nº 814.956. 501-97 para exercer a função de DIRETORA da Instituição de Ensino Municipal Rural Escola Malvina Evaristo Pescinelli, pelo biênio 2015/2016:

Artigo 2.º A Diretora nomeada fará jus a remuneração determinada em Legislação Especifica, (Art. 68 da Lei Complementar 019/2012, com acréscimo de 30% (trinta por centro) do seu vencimento padrão.

Artigo 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AO 1º DIA DO MÊS DE ABRIL DE 2015.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se.Publique-se.Cumpra-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA Nº080/2015

DATA: 01 DE ABRIL DE 2015.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei e,

Considerando o disposto no art. 6º, § 3º da Lei Complementar nº 019/2012, de 27 de Março de 2012;

Considerando o resultado das eleições para escolha dos Diretores escolares para o biênio 2015/2016, realizada no dia 31 de março de 2015;

RESOLVE:

Artigo 1.º Nomear a Sra. **ROSINEI KOBELISKI,** Professora Efetiva da Rede Municipal de Ensino (40 horas,inscrita no CPF sob nº 001.421.751-10 para exercer a função de DIRETORA da Instituição de Ensino Municipal Escola Bela Vista, pelo biênio 2015/2016:

Artigo 2.º A Diretora nomeada fará jus a remuneração determinada em Legislação Especifica, (Art. 68 da Lei Complementar 019/2012, com acréscimo de 30% (trinta por centro) do seu vencimento padrão.

Artigo 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AO 1º DIA DO MÊS DE ABRIL DE 2015.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se.Publique-se.Cumpra-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL N.º093/2015.

DATA: 01 DE ABRIL DE 2015.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA*, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO*, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei,

RESOLVE:

Artigo 1.º Exonerar, a pedido a Sra. **MONIQUE RAMOS DE MORAES sob. Matricula nº 1764,** ocupante do cargo de **VIGIA – 40 HORAS**, lotada na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras, do Município de Feliz Natal/MT.

Artigo 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º Revogam – se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE GROSSO, AO 1º DIA DO MÊS de abril DE 2015.

José Antônio Dubiella

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA Nº086/2015

DATA: 01 DE ABRIL DE 2015.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei e,

Considerando o disposto no art. 6º, § 5º da Lei Complementar nº 019/2012, de 27 de Março de 2012;

Considerando o resultado das eleições para escolha dos Coordenadores escolares para o biênio 2015/2016, realizada no dia 31 de março de 2015;

RESOLVE:

Artigo 1.º Nomear o Sr. **JORGE MARTINEZ BOAS,** Professor Efetivo da Rede Municipal de Ensino (20 horas,inscrito no CPF sob nº 026.118. 499-78 para exercer a função de COORDENADOR ESCOLAR da Instituição de Ensino Municipal Rural Escola Malvina Evaristo Pescinelli, pelo biênio 2015/2016:

Artigo 2.º O Coordenador nomeado fará jus a remuneração determinada em Legislação Especifica, (Art. 69 da Lei Complementar 019/2012, com acréscimo de 20% (vinte por centro) do seu vencimento padrão.

Artigo 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AO 1º DIA DO MÊS DE ABRIL DE 2015.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se.Publique-se.Cumpra-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA Nº085/2015

DATA: 01 DE ABRIL DE 2015.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei e,

Considerando o disposto no art. 6º, § 5º da Lei Complementar nº 019/2012, de 27 de Março de 2012;

Considerando o resultado das eleições para escolha dos Coordenadores escolares para o biênio 2015/2016, realizada no dia 31 de março de 2015;

RESOLVE:

Artigo 1.º Nomear a Sra. **IDIVANE SANDRIN,** Professora Efetiva da Rede Municipal de Ensino (40 horas,inscrita no CPF sob nº 026.118.499-78 para exercer a função de COORDENADORA ESCOLAR da Instituição de Ensino Municipal Escola Princesa Isabel, pelo biênio 2015/2016:

Artigo 2.º A Coordenadora nomeada fará jus a remuneração determinada em Legislação Especifica, (Art. 69 da Lei Complementar 019/2012, com acréscimo de 20% (vinte por centro) do seu vencimento padrão.

Artigo 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AO 1º DIA DO MÊS DE ABRIL DE 2015.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se.Publique-se.Cumpra-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL 009/2015 - REGISTRO DE PREÇOS 008/2015

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL nº. 009/2015

A Prefeitura Municipal de Feliz Natal, através de seu pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou no dia 26 de março de 2015, PREGÃO PRESENCIAL nº 009/2015, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL** *AQUISIÇÃO DE PEÇAS/ACESSÓRIOS DA LINHA MECÂNICA, DE PRIMEIRA LINHA PARA A FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL - MT.* foram vencedoras do presente certame as seguintes empresas **NE EQUIPAMENTOS PEÇAS E LOCAÇÃO DE MAQUINAS LTDA - ME**, foi vencedora do lote 27 com o valor de desconto de 27%. A empresa **TRICATE COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA**, foi vencedora dos lotes 26 com o valor de desconto de 26,5%, lote 28 com o valor de desconto de 27%, lote 29 com o valor de desconto de 27%, lote 30 com o valor de desconto de 27%, lote 35 com o valor de desconto de 27%. A empresa **CECILIA PINTO DA SILVA EIRELI – ME** foi vencedora do lote 01 com o valor de desconto de 61%, lote 13 com o valor de desconto de 60%, lote 16 com o valor de desconto de 40,5%, lote 18 com o valor de desconto de 39,5%, lote 31 com o valor de desconto de 39,5%, lote 34 com o valor de desconto de 39,5%. A empresa **O. MONTAGNA & CIA LTDA** foi vencedora do lote 11 com o valor de desconto de 41%, lote 17 com o valor de desconto de 38,5%, lote 19 com o valor de desconto de 37%, lote 21 com o valor de desconto de 37%, lote 23 com o valor de desconto de 38%, lote 32 com o valor de desconto de 40,5%, lote 36 com o valor de desconto de 38,5%. A empresa **TATIANA SIQUEIRA SANTIAGO EIRELI** foi vencedora do lote 02 com o valor de desconto de 51,5%, lote 03 com o valor de desconto de 47,5%, lote 06 com o valor de desconto de 61%, lote 24 com o valor de desconto de 59,5%, lote 25 com o valor de desconto de 52%. A empresa **COPEÇAL DISTRIBUIDORA DE AUTO PEÇAS LTDA – ME** foi vencedora do lote 04 com o valor de desconto de 60%, lote 05 com o valor de desconto de 61%, lote 07 com o valor de desconto de 62%, lote 08 com o valor de desconto de 56%, lote 09 com o valor de desconto de 42,5%, lote 10 com o valor de desconto de 59,5%, lote 12 com o valor de desconto de 61%, lote 14 com o valor de desconto de 42%, lote 15 com o valor de desconto de 36,5%, lote 20 com o valor de desconto de 40,5%, lote 22 com o valor de desconto de 40,5%, lote 33 com o valor de desconto de 36%.

Feliz Natal – MT, 01 de abril de 2015.

MARCOS PAGNO

PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº091/2015

DATA: 01 DE ABRIL DE 2015.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei,

RESOLVE:

Artigo 1º- Nomear O Sr. **GERALDO RODRIGUES FILHO,** para ocupar o cargo em Comissão de

ASSESSORIA I,

com Retide de 28,50% (vinte e oito vírgula cinquenta por cento), lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras, com fundamento Lei Complementar nº 026/2013.

Artigo 2º - A remuneração a que faz jus está definida na Lei Complementar nº 026/2013.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam–se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AO 1º DIA DO MÊS DE ABRIL DE 2015.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA Nº079/2015

DATA: 01 DE ABRIL DE 2015.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei e,

Considerando o disposto no art. 6º, § 3º da Lei Complementar nº 019/2012, de 27 de Março de 2012;

Considerando o resultado das eleições para escolha dos Diretores escolares para o biênio 2015/2016, realizada no dia 31 de março de 2015;

RESOLVE:

Artigo 1.º Nomear a Sra. **IRACEMA DE FATIMA DA SILVA,** Professora Efetiva da Rede Municipal de Ensino (40 horas,inscrita no CPF sob nº 435. 059.379-91 para exercer a função de DIRETORA da Instituição Creche Municipal Direitos Humanos, pelo biênio 2015/2016:

Artigo 2.º A Diretora nomeada fará jus a remuneração determinada em Legislação Especifica, (Art. 68 da Lei Complementar 019/2012, com acréscimo de 30% (trinta por centro) do seu vencimento padrão.

Artigo 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AO 1º DIA DO MÊS DE ABRIL DE 2015.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se.Publique-se.Cumpra-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA Nº087/2015

DATA: 01 DE ABRIL DE 2015.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei e,

Considerando o disposto no art. 6º, § 5º da Lei Complementar nº 019/2012, de 27 de Março de 2012;

Considerando o resultado das eleições para escolha dos Coordenadores escolares para o biênio 2015/2016, realizada no dia 31 de março de 2015;

RESOLVE:

Artigo 1.º Nomear o Sr. **JOAQUIM MARTINS DA SILVA NETO,** Professor Efetivo da Rede Municipal de Ensino (20 horas,inscrito no CPF sob nº 879. 471.021-04 para exercer a função de COORDENADOR ESCOLAR da Instituição de Ensino Municipal Escola Princesa Isabel (período noturno), pelo biênio 2015/2016:

Artigo 2.º O Coordenador nomeado fará jus a remuneração determinada em Legislação Especifica, (Art. 69 da Lei Complementar 019/2012, com acréscimo de 20% (vinte por centro) do seu vencimento padrão.

Artigo 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AO 1º DIA DO MÊS DE ABRIL DE 2015.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se.Publique-se.Cumpra-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
AVISO DE PRORROGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 010/2015
REGISTRO DE PREÇOS 009/2015

A Prefeitura Municipal de Feliz Natal, através de seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que PRORROGOU a abertura do PREGÃO PRESENCIAL Nº. 010/2015, REGISTRO DE PREÇOS Nº. 009/2015, objetivando a **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO**, para as 08:00 horas do dia 14 de abril de 2015. Tal prorrogação tem por objetivo a ampliação da concorrência no certame. O edital encontra-se disponível no endereço eletrônico www.feliznatal.mt.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Feliz Natal, situado à Av. Maravilha, Praça da Bíblia, na cidade de Feliz Natal, ou pelo telefone (66) 3585-2700.

Feliz Natal – MT, 31 de março de 2015.

MARCOS PAGNO

PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº090/2015

DATA: 01 DE ABRIL DE 2015.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei,

RESOLVE:

Artigo 1º- Nomear O Sr. **DERCILIO GOMES DE OLIVIERA,** para ocupar o cargo em Comissão de

CHEFE DE DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS,

com Retide de 60,00% (sessenta por cento), lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras, com fundamento Lei Complementar nº 026/ 2013.

Artigo 2º - A remuneração a que faz jus está definida na Lei Complementar nº 026/2013.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam–se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AO 1º DIA DO MÊS DE ABRIL DE 2015.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA Nº083/2015

DATA: 01 DE ABRIL DE 2015.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei e,

Considerando o disposto no art. 6º, § 5º da Lei Complementar nº 019/2012, de 27 de Março de 2012;

Considerando o resultado das eleições para escolha dos Coordenadores escolares para o biênio 2015/2016, realizada no dia 31 de março de 2015;

RESOLVE:

Artigo 1.º Nomear a Sra. **SILMARA DE PAULA,** Professora Efetiva da Rede Municipal de Ensino (40 horas,inscrita no CPF sob nº 003.163.

751-52 para exercer a função de COORDENADORA ESCOLAR da Instituição de Ensino Municipal Escola Mario Ciro Silva Rosa, pelo biênio 2015/2016:

Artigo 2.º A Coordenadora nomeada fará jus a remuneração determinada em Legislação Especifica, (Art. 69 da Lei Complementar 019/2012, com acréscimo de 20% (vinte por centro) do seu vencimento padrão.

Artigo 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AO 1º DIA DO MÊS DE ABRIL DE 2015.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se.Publique-se.Cumpra-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA Nº082/2015

DATA: 01 DE ABRIL DE 2015.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei e,

Considerando o disposto no art. 6º, § 3º da Lei Complementar nº 019/2012, de 27 de Março de 2012;

Considerando o resultado das eleições para escolha dos Diretores escolares para o biênio 2015/2016, realizada no dia 31 de março de 2015;

RESOLVE:

Artigo 1.º Nomear o Sr. **MAURO RIBOLDI,** Professor Efetivo da Rede Municipal de Ensino (40 horas,inscrito no CPF sob nº 036.759.689-01 para exercer a função de DIRETOR da Instituição de Ensino Municipal Escola Princesa Isabel, pelo biênio 2015/2016:

Artigo 2.º O Diretor nomeado fará jus a remuneração determinada em Legislação Especifica, (Art. 68 da Lei Complementar 019/2012, com acréscimo de 30% (trinta por centro) do seu vencimento padrão.

Artigo 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AO 1º DIA DO MÊS DE ABRIL DE 2015.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se.Publique-se.Cumpra-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº076/2015

DATA: 25 DE MARÇO DE 2015.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei:

RESOLVE:

Artigo 1º- Conceder ao Sr. **ROGÉRIO JOSÉ MENDICINO,** ocupante do cargo em Comissão de **CONTROLADOR MUNICIPAL,** lotado na Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, RETIDE de 25% (vinte e cinco por cento) a partir desta data, com fundamento no Art. 46 da Lei Complementar nº 026/2013.

Artigo 2º - A remuneração a que faz jus está definida no Anexo VI da Lei Complementar nº 026/2013.

Artigo 3º-

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de Março de 2015.

Artigo 4º - Revogam – se as disposições em contrário.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E CINCO DO MÊS DE MARÇO DE 2015.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA Nº077/2015

DATA: 01 DE ABRIL DE 2015.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei e,

Considerando o disposto no art. 6º, § 3º da Lei Complementar nº 019/2012, de 27 de Março de 2012;

Considerando o resultado das eleições para escolha dos Diretores escolares para o biênio 2015/2016, realizada no dia 31 de março de 2015;

RESOLVE:

Artigo 1.º Nomear a Sra. **ELIANE SALES DE OLIVEIRA,** Professora Efetiva da Rede Municipal de Ensino (40 horas,inscrita no CPF sob nº 029.180.269-99 para exercer a função de DIRETORA da Instituição de Ensino Municipal Escola Mário Ciro Silva Rosa, pelo biênio 2015/2016:

Artigo 2.º A Diretora nomeada fará jus a remuneração determinada em Legislação Especifica, (Art. 68 da Lei Complementar 019/2012),com acréscimo de 30% (trinta por centro) do seu vencimento padrão.

Artigo 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AO 1º DIA DO MÊS DE ABRIL DE 2015.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se. Publique-se.Cumpra-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA Nº084/2015

DATA: 01 DE ABRIL DE 2015.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei e,

Considerando o disposto no art. 6º, § 5º da Lei Complementar nº 019/2012, de 27 de Março de 2012;

Considerando o resultado das eleições para escolha dos Coordenadores Escolares para o biênio 2015/2016, realizada no dia 31 de março de 2015;

RESOLVE:

Artigo 1.º Nomear a Sra. **ELISANGELA BERNARDINO,** Professora Efetiva da Rede Municipal de Ensino (40 horas,inscrita no CPF sob nº 031.779.169-93 para exercer a função de COORDENADORA ESCOLAR da Instituição de Ensino Municipal Escola 25 de Dezembro, pelo biênio 2015/2016:

Artigo 2.º A Coordenadora nomeada fará jus a remuneração determinada em Legislação Especifica, (Art. 69 da Lei Complementar 019/2012, com acréscimo de 20% (vinte por centro) do seu vencimento padrão.

Artigo 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AO 1º DIA DO MÊS DE ABRIL DE 2015.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se.Publique-se.Cumpra-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D´OESTE

SUPERVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
PORTARIA Nº. 053/2015 - DE 17 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº. 053/2015 - DE 17 DE MARÇO DE 2015

Designa responsável para acompanhamento e fiscalização do Contrato Nº. 016/2015

O Senhor. **LINO CUPERTINO TEIXEIRA,** Prefeito do Município de Figueirópolis D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pelo art. 76, VIII da Lei Orgânica Municipal, considerando a Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, em especial em seu art. 67, Resolve:

Art. 1º - Designar a Senhora **ADILÉIA PEREIRA DE OLIVEIRA CARDOSO**, para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização do **Contrato nº 016/2015**, firmado entre o Município de Figueirópolis D'Oeste, e do outro lado à empresa: **G. F. VIANA EVENTOS - ME** contratada para Fornecimento de estruturas e serviços necessários à realização das festividades em comemoração ao 44º aniversário de Figueirópolis D Oeste.

Art. 2º - Revoga-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Registrada, Publicada, Cumpra-se.

Figueirópolis D'Oeste, 17 de março de 2015.

LINO CUPERTINO TEIXEIRA

Prefeito Municipal

SUPERVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
PORTARIA Nº. 051/2015 - DE 17 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº. 051/2015 - DE 17 DE MARÇO DE 2015

Designa responsável para acompanhamento e fiscalização do Contrato Nº. 014/2015

O Senhor. **LINO CUPERTINO TEIXEIRA,** Prefeito do Município de Figueirópolis D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pelo art. 76, VIII da Lei Orgânica Municipal, considerando a Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, em especial em seu art. 67, Resolve:

Art. 1º - Designar a Senhora **ADILÉIA PEREIRA DE OLIVEIRA CARDOSO**, para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização do **Contrato nº 014/2015**, firmado entre o Município de Figueirópolis D'Oeste, e do outro lado à empresa: **E. M. PAINS MARTINS - ME** contratada para realização de Serviço de segurança, no evento 44º aniversário de Figueirópolis D'Oeste.

Art. 2º - Revoga-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Registrada, Publicada, Cumpra-se.

Figueirópolis D'Oeste, 17 de março de 2015.

LINO CUPERTINO TEIXEIRA

Prefeito Municipal

SUPERVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DO CONTRATO 008/2015

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DO CONTRATO 008/2015

Na Publicação do extrato do contrato 008/2015, realizada no **Jornal Oficial dos Municípios - AMM** do dia 05/03/2015, edição nº 2178, pág. 111, e no Diário Oficial de Contas do dia 06/03/2015, edição 579, pag. 23, *ONDE SE LÊ:* 31/12/2015, **LEIA – SE**: 02/09/2015. Figueirópolis D'Oeste – MT, 31 de março de 2015 - Lino Cupertino Teixeira – Prefeito Municipal.

SUPERVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 058/2014.

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 058/2014.

Contratado: JOSÉ EDSON PAVINI NUNES

Objeto do Contrato: Prestação de serviço médico em regime de plantão junto ao pronto atendimento municipal.

Objeto do Aditivo: acréscimo de serviço no valor de R$ 13.297,50.

Figueirópolis D'Oeste – MT, 02 de Março de 2015.

Lino Cupertino Teixeira

Prefeito Municipal

SUPERVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
PORTARIA Nº. 243/2014 - DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº. 243/2014 - DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014

Designa responsável para acompanhamento e fiscalização do Contrato Nº. 045/2013

O Senhor. **LINO CUPERTINO TEIXEIRA,** Prefeito do Município de Figueirópolis D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pelo art. 76, VIII da Lei Orgânica Municipal, considerando a Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, em especial em seu art. 67, Resolve:

Art. 1º - Designar a Senhora **ADILÉIA PEREIRA DE OLIVEIRA CARDOSO**, para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização do **Contrato nº 045/2013**, firmado entre o Município de Figueirópolis D'Oeste, e do outro lado à pessoa jurídica **FASSIL ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA - ME** contratada para a Prestação de Serviços de consultoria técnica de execução orçamentária e contabilidade pública bem como consultoria financeira e administrativa, consultoria no preenchimento e envio de informações do SISTN, SIOPS E LRF cidadão.

Art. 2º - Revoga-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Registrada, Publicada, Cumpra-se.

Figueirópolis D'Oeste, 18 de Dezembro de 2014.

LINO CUPERTINO TEIXEIRA

Prefeito Municipal

SUPERVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
PORTARIA Nº. 242/2014 - DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº. 242/2014 - DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014

Designa responsável para acompanhamento e fiscalização do Contrato Nº. 020/2013

O Senhor. **LINO CUPERTINO TEIXEIRA,** Prefeito do Município de Figueirópolis D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pelo art. 76, VIII da Lei Orgânica Municipal, considerando a Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, em especial em seu art. 67, Resolve:

Art. 1º - Designar a Senhora **ADILÉIA PEREIRA DE OLIVEIRA CARDOSO**, para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização do **Contrato nº 020/2013**, firmado entre o Município de Figueirópolis D'Oeste, e do outro lado à pessoa jurídica **FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA - CONTABILIDADE** contratada para a Prestação de Serviços de consultoria no envio das cargas mensais, bem como as simultâneas do sistema APLIC ao TCE/MT.

Art. 2º - Revoga-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Registrada, Publicada, Cumpra-se.

Figueirópolis D'Oeste, 18 de Dezembro de 2014.

LINO CUPERTINO TEIXEIRA

Prefeito Municipal

SUPERVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
PORTARIA Nº. 059/2015 - DE 01 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA Nº. 059/2015 - DE 01 DE ABRIL DE 2015

Designa responsável para acompanhamento e fiscalização do Contrato Nº. 064/2014

O Senhor. **LINO CUPERTINO TEIXEIRA,** Prefeito do Município de Figueirópolis D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pelo art. 76, VIII da Lei Orgânica Municipal, considerando a Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, em especial em seu art. 67, Resolve:

Art. 1º - Designar a Senhora **ADILÉIA PEREIRA DE OLIVEIRA CARDOSO**, para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização do **Contrato nº 064/2014**, firmado entre o Município de Figueirópolis D'Oeste, e do outro lado à empresa: **F. T. DE OLIVEIRA GUERREIRO - ME** contratada para prestação de serviços profissionais de médico na Unidade de Pronto Atendimento de Saúde.

Art. 2º - Revoga-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Registrada, Publicada, Cumpra-se.

Figueirópolis D'Oeste, 01 de abril de 2015.

LINO CUPERTINO TEIXEIRA

Prefeito Municipal

SUPERVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
PORTARIA Nº. 052/2015 - DE 17 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº. 052/2015 - DE 17 DE MARÇO DE 2015

Designa responsável para acompanhamento e fiscalização do Contrato Nº. 015/2015

O Senhor. **LINO CUPERTINO TEIXEIRA,** Prefeito do Município de Figueirópolis D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pelo art. 76, VIII da Lei Orgânica Municipal, considerando a Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, em especial em seu art. 67, Resolve:

Art. 1º - Designar a Senhora **WELIDA SOARES DE SOUZA**, para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização do **Contrato nº 015/2015**, firmado entre o Município de Figueirópolis D'Oeste, e do outro lado à pessoa física: **DALILA DOS REIS BRITO,** contratada para Prestação de serviços na função de Orientador Social.

Art. 2º - Revoga-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Registrada, Publicada, Cumpra-se.

Figueirópolis D'Oeste, 17 de março de 2015.

LINO CUPERTINO TEIXEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

LEI Nº. 663, DE 02 DE ABRIL DE 2015

"Altera A Lei Nº 624 De 30 De Junho De 2015, Que Dispõe Sobre A Concessão De Auxílio - Alimentação Aos Servidores Do Poder Legislativo Do Município De Gaucha Do Norte-Mt".

Nilson Francisco Aléssio, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores em sessão de 16/03/2015, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Autoriza o Poder Legislativo Municipal de Gaúcha do Norte – MT, a alterar a Lei Municipal nº 624 de Junho de 2015, a qual institui a Concessão de Auxílio - Alimentação aos Servidores do Poder Legislativo do Município de Gaúcha Do Norte-MT.

Art. 2º - Altera o Artigo 1º, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º: Fica instituído auxílio-alimentação para os servidores públicos do Poder Legislativo do Município de Gaúcha do Norte-MT, no valor limite de R$220,00 (Duzentos e vinte reais).

Art. 3º - Dá nova redação ao Artigo 10, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 10 -

O valor unitário do auxílio alimentação corresponderá a R$10,00 (dez reais), por dia útil efetivamente trabalhado, observado o limite mensal de 22 (vinte e dois) dias para o servidor que tiver freqüência integral durante o mês de competência.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Gaúcha do Norte, 02 de Abril de 2015.

Nilson Francisco Aléssio.

Prefeito Municipal.

LEI Nº. 662, DE 02 DE ABRIL DE 2015

"Altera a Lei nº 452 de 12 de Abril de 2011 e Revoga a Lei nº504 de 16 de Dezembro de 2011, que Dispõe sobre a criação da verba indenizatória pelo exercício da atividade parlamentar de controle externo e interação direta com a população do Município de Gaúcha do Norte/MT".

Nilson Francisco Aléssio, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores em sessão de 16/03/2015, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Revoga a Lei nº504 de 16 de Dezembro de 2011 e autoriza o Poder Legislativo Municipal de Gaúcha do Norte – MT, a alterar a Lei Municipal nº 452 de 12 de Abril de 2011, o qual institui verba de caráter indenizatório, pelo exercício da atividade parlamentar de controle externo e interação direta com a população sob o título de Verba Indenizatória.

Art. 2º - Altera o Parágrafo Único, Artigo 1º, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Parágrafo Primeiro: A verba de que trata o caput será paga mensalmente aos Vereadores no valor de R$ 1.500,00 (Um mil e quinhentos reais).

Parágrafo Segundo: Ao Vereador ocupante do Cargo de Presidente da Câmara Municipal de Gaúcha do Norte, será pago o Valor de R$ 1.890,00 (Um mil oitocentos e noventa reais).

Art. 3º - Dá nova redação ao Artigo 2º e § 1º, os quais passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º -

Para receber a verba indenizatória o vereador deverá apresentar um relatório das atividades desenvolvidas, conforme Anexo I, junto à Diretoria Geral da Câmara Municipal.

§ 1º. Este relatório deverá, obrigatoriamente, ser entregue até o dia 05 (cinco) do mês subseqüente, sob pena de o Vereador perder o direito de receber a verba do respectivo mês;

Art. 4º - Revoga o §2º do Artigo 2º.

Art. 5º - Altera o Anexo I da Lei nº452/2011, passando a vigorar conforme anexo apresentado junto a esta Lei.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Gaúcha do Norte, 02 de Abril de 2015.

Nilson Francisco Aléssio.

Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

DECRETO 010/2015

DECRETO Nº. 010/2015 DE, 01 DE ABRIL DE 2015.

"Dispõe sobre ponto facultativo nas repartições públicas municipais, e da outras providências".

A Prefeita Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, Sra. **MAGALI AMORIM VILELA DE MORAES**, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica do município de General Carneiro:

DECRETA:

Art. 1º -

Fica decretado ponto facultativo nas repartições públicas no dia 02 de Abril, quinta-feira Santa véspera do Feriado Nacional no dia 03 de Abril, sexta-feira da Paixão.

Art. 2º - Não se aplica os dispositivos deste decreto aos serviços essenciais, tais como: saúde e serviços urbanos e transporte, que terão funcionamento normal.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete da Prefeita, 01 de Abril de 2015.

MAGALI AMORIM VILELA DE MORAES

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE

RECURSOS HUMANOS
DEMONSTRATIVO DAS RESCISÕES. MARÇO/2015 – AGENTE DE INSPEÇÃO AUXILIAR/FRIGORIFICO

DEMONSTRATIVO DAS RESCISÕES. MARÇO/2015 -AGENTE DE INSPEÇÃO AUXILIAR/FRIGORIFICO

NOME	*CARGO*	DATA DEMISSÃO	MOTIVO DESLIGAMENTO
CLEANE LIMA SOUZA MORAIS	AGENTE DE INSPEÇÃO AUXILIAR	23/03/2015	TERMINO DE CONTRATO DE TRABALHO

RECURSOS HUMANOS
RESUMO DE CONTRATO DE TRABALHO

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO -MARÇO/2015

OBJETIVO: Contratação temporária por excepcional interesse Público, Teste seletivo simplificado 002/2014 (PROFESSORES E APOIO EDUCACIONAL DO CAMPO)

Nº CONTRATO	NOME	CARGO
104/2015	**DENISE DA SILVA SOUZA**	**Professor 20 h. Ens. Médio Curs. nível Sup. áreas da Educação** **Vigência: 16/03/2015 à 31/12/2015** Valor mensal: 808,58 Carga horária: 20 h.
054/2015	JONIEDSON TEIXEIRA DA SILVA SAIBERT	Apoio Educacional do Campo Vigência: 02/03/2015 à 31/12/2015 Valor mensal: 788,00 Carga horária: 30 h.
041/2015	MARILENE GREFF	Professor 20 h. Ens. Médio Curs. nível Sup. áreas da Educação Vigência: 01/03/2015 à 31/12/2015 Valor mensal: 808,58 Carga horária: 20 h.
063/2015	TAMARIS NOSLEI BECHLIN	Professor 20 h. nível sup. Área da Educação Vigência: 02/03/2015 à 31/12/2015 Valor mensal: 1.510,74 Carga horária: 20 h.
090/2015	TAIANE ALVES PEREIRA	Professor 20 h. nível sup. Área da Educação Vigência: 10/03/2015 à 31/12/2015 Valor mensal: 1.510,74 Carga horária: 20 h.

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 169/2015 DE 31/03/2015.

PORTARIA Nº 169/2015 *de 31/03/2015***.**

"NOMEIA MEMBRO PARA COMPOR O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS , E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1º

– Nomeia membro para Compor o Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, como segue a baixo.

COMPOSIÇÃO	MEMBROS NOMEADOS	CPF
GESTOR	Marcos Aurélio Hartmann	643.923. 769-15
SECRETARIA EXECUTIVA	Jane Franco de Andrade	777.310. 001-25
1º AGENTE ADMINISTRAÇÃO	Jussara Maciel Alves Pacheco	622.071. 481-49
2º ADMINISTRATIVO	Eleny Anjos Silva Santos	579.316. 518-91

ARTIGO 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 31 (Trinta e Um) dias do mês de Março do ano de dois mil e Quinze.

Sandra Martins

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 31/03/2015.

NP 261/2015.

MARLU MACHADO DO COUTO

Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional Interino

RECURSOS HUMANOS
RESUMO DE CONTRATO DE TRABALHO

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - MARÇO/2015

OBJETIVO: Contratação temporária por excepcional interesse Público, Teste seletivo simplificado 003/2014 (PROFESSORES E APOIO EDUCACIONAL DO INDIGENA)

Nº CONTRATO	**NOME**	**CARGO**
094/2015	**BAKA KAYAPO**	**Professor 20 h. Ensino Fundamental** **Vigência: 10/03/2015 à 31/12/2015** Valor mensal: 671,45 Carga horária: 20 h.
067/2015	BAKAKO PATKIETI	Professor 20 h. Ensino Fundamental Vigência: 03/03/2015 à 31/12/2015 Valor mensal: 671,45 Carga horária: 20 h.
099/2015	BEKIRE MEKRANOTIRE	Professor 20 h. Ensino Fundamental Vigência: 10/03/2015 à 31/12/2015 Valor mensal: 671,45 Carga horária: 20 h.
089/2015	BEKWYJPA MENKRAGNOTIRE	Apoio Educacional Indigena Vigência: 09/03/2015 à 31/12/2015 Valor mensal: 788,00 Carga horária: 30 h.
076/2015	BENGOTI MEKRAGNOTIRE	Apoio Educacional Indigena Vigência: 05/03/2015 a 31/12/2015 Valor mensal: 788,00 Carga horária: 30 h.
074/2015	BEP PUNU MEKRAGNOTIRE	Apoio Educacional Indigena Vigência: 05/03/2015 a 31/12/2015 Valor mensal: 788,00 Carga horária: 30 h.
082/2015	BEPDJODJAM MEKRAGNOTIRE	Professor 20 h. Ensino Fundamental Vigência: 05/03/2015 à 31/12/2015 Valor mensal: 671,45 Carga horária: 20 h.
080/2015	BEPKAMREK MEKRAGNOTIRE	Professor 20 h. Ensino Fundamental Vigência: 05/03/2015 à 31/12/2015 Valor mensal: 671,45 Carga horária: 20 h.
066/2015	BEPKO RE MEKRAKNOTI	Professor 20 h. Ensino Fundamental Vigência: 03/03/2015 à 31/12/2015 Valor mensal: 671,45 Carga horária: 20 h.
064/2015	BEPKOTOTI MEKRAGNOTIRE	Professor 20 h. Ensino Fundamental Vigência: 03/03/2015 à 31/12/2015 Valor mensal: 671,45 Carga horária: 20 h.
101/2015	BEPNGARATI KOKOREREKTI	Professor 20 h. Ensino Fundamental Vigência: 10/03/2015 à 31/12/2015 Valor mensal: 671,45 Carga horária: 20 h.
086/2015	BEPNHI MENKRAGNOTI	Professor 20 h. Ensino Médio Magisterio Vigência: 05/03/2015 à 31/12/2015 Valor mensal: 1.007,11 Carga horária: 20 h.
060/2015	BEPNOI MEKRANGNOTIRE	Professor 20 h. Ensino Fundamental Vigência: 02/03/2015 à 31/12/2015 Valor mensal: 671,45 Carga horária: 20 h.
088/2015	BEPRONTI KAYAPO MEKRANGNOTIRE	Professor 20 h. Ensino Fundamental Vigência: 05/03/2015 à 31/12/2015 Valor mensal: 671,45 Carga horária: 20 h.
078/2015	BERE MEKRAGNOTI RE	Professor 20 h. Ensino Fundamental Vigência: 05/03/2015 à 31/12/2015

		Valor mensal: 671,45 Carga horária: 20 h.
056/2015	IKREA PANARA	Apoio Educacional Indigena Vigência: 02/03/2015 a 31/12/2015 Valor mensal: 788,00 Carga horária: 30 h.
072/2015	IMO RE MENKRAKNOTI	Apoio Educacional Indigena Vigência: 05/03/2015 a 31/12/2015 Valor mensal: 788,00 Carga horária: 30 h.
046/2015	IOTIKIA PANARA	Professor 20 h. Ensino Médio Magisterio Vigência: 02/03/2015 à 31/12/2015 Valor mensal: 1.007,11 Carga horária: 20 h.
069/2015	IREPAJET MEKRAGNOTI RE	Apoio Educacional Indigena Vigência: 03/03/2015 a 31/12/2015 Valor mensal: 788,00 Carga horária: 30 h.
097/2015	KANHOK KAYAPO	Professor 20 h. Ensino Fundamental Vigência: 10/03/2015 à 31/12/2015 Valor mensal: 671,45 Carga horária: 20 h.
081/2015	KAPREP MEKRAGNOTIRE	Professor 20 h. Ensino Fundamental Vigência: 05/03/2015 à 31/12/2015 Valor mensal: 671,45 Carga horária: 20 h.
057/2015	KARAPE TRUMAI KAMAYURA	Professor 20 h. Ensino Fundamental Vigência: 02/03/2015 à 31/12/2015 Valor mensal: 671,45 Carga horária: 20 h.
058/2015	KASO PANARA	Apoio Educacional Indigena Vigência: 02/03/2015 a 31/12/2015 Valor mensal: 788,00 Carga horária: 30 h.
045/2015	KIANSI PANARA	Apoio Educacional Indigena Vigência: 02/03/2015 a 31/12/2015 Valor mensal: 788,00 Carga horária: 30 h.
092/2015	KOKOBA KAYAPO	Professor 20 h. Ensino Médio Magisterio Vigência: 10/03/2015 à 31/12/2015 Valor mensal: 1.007,11 Carga horária: 20 h.
070/2015	KOKOKABEN MENKRAGNOTERE	Professor 20 h. Ensino Fundamental Vigência: 03/03/2015 à 31/12/2015 Valor mensal: 671,45 Carga horária: 20 h.
051/2015	KOKORY PANARA	Professor 20 h. Ensino Fundamental Vigência: 02/03/2015 à 31/12/2015 Valor mensal: 671,45 Carga horária: 20 h.
077/2015	KORA KAIAPO	Apoio Educacional Indigena Vigência: 05/03/2015 a 31/12/2015 Valor mensal: 788,00 Carga horária: 30 h.
093/2015	KRANTDJORE KAIAPO	Professor 20 h. Ensino Fundamental Vigência: 10/03/2015 à 31/12/2015 Valor mensal: 671,45 Carga horária: 20 h.
048/2015	KREKREANSA PANARA	Professor 20 h. Ensino Médio Magisterio Vigência: 02/03/2015 à 31/12/2015 Valor mensal: 1.007,11 Carga horária: 20 h.
071/2015	KUBENHIKATJI MEKRAKNOTI RE	Apoio Educacional Indigena Vigência: 05/03/2015 a 31/12/2015 Valor mensal: 788,00 Carga horária: 30 h.
062/2015	KUKA PANARA	Professor 20 h. Ensino Fundamental Vigência: 02/03/2015 à 31/12/2015 Valor mensal: 671,45 Carga horária: 20 h.
091/2015	KUKRYTKRA BEPKURE	Professor 20 h. Ensino Médio Magisterio Vigência: 10/03/2015 à 31/12/2015 Valor mensal: 1.007,11 Carga horária: 20 h.
052/2015	KYPAKIA PANARA	Professor 20 h. Ensino Fundamental Vigência: 02/03/2015 à 31/12/2015 Valor mensal: 671,45 Carga horária: 20 h.
065/2015	MAPRI MEKRAGNOTI	Professor 20 h. Ensino Fundamental Vigência: 03/03/2015 à 31/12/2015 Valor mensal: 671,45 Carga horária: 20 h.
098/2015	MONHIRE MEKRAGNOTIRE	Professor 20 h. Ensino Fundamental Vigência: 10/03/2015 à 31/12/2015 Valor mensal: 671,45 Carga horária: 20 h.
055/2015	NAPRAPRAA PANARA	Apoio Educacional Indigena Vigência: 02/03/2015 a 31/12/2015 Valor mensal: 788,00 Carga horária: 30 h.
087/2015	NERE MEKRAGNOTIRE	Professor 20 h. Ensino Fundamental Vigência: 05/03/2015 à 31/12/2015 Valor mensal: 671,45 Carga horária: 20 h.

102/2015	NGREIBATI MEKRAGNOTIRE	Apoio Educacional Indigena Vigência: 10/03/2015 a 31/12/2015 Valor mensal: 788,00 Carga horária: 30 h.
059/2015	PANH KE MEKRAGNOTIRE	Professor 20 h. Ensino Fundamental Vigência: 02/03/2015 à 31/12/2015 Valor mensal: 671,45 Carga horária: 20 h.
049/2015	PANHTI MEKRAGNOTIRE	Professor 20 h. Ensino Fundamental Vigência: 02/03/2015 à 31/12/2015 Valor mensal: 671,45 Carga horária: 20 h.
085/2015	PATKO RE MEKRAKNOTI	Professor 20 h. Ensino Fundamental Vigência: 05/03/2015 à 31/12/2015 Valor mensal: 671,45 Carga horária: 20 h.
042/2015	PERANKO PANARA	Professor 20 h. nível sup. Área da Educação Vigência: 02/03/2015 à 31/12/2015 Valor mensal: 1.510,73 Carga horária: 20 h.
084/2015	PIN-RY MEKRAGN0OTIRE	Professor 20 h. Ensino Fundamental Vigência: 05/03/2015 à 31/12/2015 Valor mensal: 671,45 Carga horária: 20 h.
073/2015	PO E MEKRAGNOTIRE	Apoio Educacional Indigena Vigência: 05/03/2015 a 31/12/2015 Valor mensal: 788,00 Carga horária: 30 h.
043/2015	POKI PANARA	Apoio Educacional Indigena Vigência: 02/03/2015 a 31/12/2015 Valor mensal: 788,00 Carga horária: 30 h.
047/2015	POTO PANARA	Professor 20 h. Ensino Médio Magisterio Vigência: 02/03/2015 à 31/12/2015 Valor mensal: 1.007,11 Carga horária: 20 h.
079/2015	PREY MEKRAGNOTIRE	Professor 20 h. Ensino Fundamental Vigência: 05/03/2015 à 31/12/2015 Valor mensal: 671,45 Carga horária: 20 h.
061/2015	SAKIERA PANARA	Professor 20 h. Ensino Médio Magisterio Vigência: 02/03/2015 à 31/12/2015 Valor mensal: 1.007,11 Carga horária: 20 h.
050/2015	SAKORA PANARA	Professor 20 h. Ensino Fundamental Vigência: 02/03/2015 à 31/12/2015 Valor mensal: 671,45 Carga horária: 20 h.
044/2015	SINKU PANARA	Apoio Educacional Indigena Vigência: 02/03/2015 a 31/12/2015 Valor mensal: 788,00 Carga horária: 30 h.
053/2015	SOTI-I PANARA	Professor 20 h. Ensino Fundamental Vigência: 02/03/2015 à 31/12/2015 Valor mensal: 671,45 Carga horária: 20 h.
068/2015	TAKAKMAKOKO KAIAPO	Apoio Educacional Indigena Vigência: 03/03/2015 a 31/12/2015 Valor mensal: 788,00 Carga horária: 30 h.
100/2015	TAKAKNHO MEKRANOTI RE	Professor 20 h. Ensino Fundamental Vigência: 10/03/2015 à 31/12/2015 Valor mensal: 671,45 Carga horária: 20 h.
096/2015	TAKAKPE KAYAPO	Apoio Educacional Indigena Vigência: 10/03/2015 a 31/12/2015 Valor mensal: 788,00 Carga horária: 30 h.
083/2015	TAKAKTI KAYAPO MEKRANGNOTI RE	Professor 20 h. Ensino Fundamental Vigência: 05/03/2015 à 31/12/2015 Valor mensal: 671,45 Carga horária: 20 h.
075/2015	TAKAKTO MEKRAKNOTI RE	Apoio Educacional Indigena Vigência: 05/03/2015 a 31/12/2015 Valor mensal: 788,00 Carga horária: 30 h.
095/2015	TEKA RE KAIAPO	Apoio Educacional Indigena Vigência: 10/03/2015 a 31/12/2015 Valor mensal: 788,00 Carga horária: 30 h.
103/2015	WAKONTIRE KAYAPO	Apoio Educacional Indigena Vigência: 10/03/2015 a 31/12/2015 Valor mensal: 788,00 Carga horária: 30 h.

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 171/2015 DE 31/03/2015.

PORTARIA Nº 171/2015 *de 31/03/2015*.

"NOMEIA MEMBROS PARA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS , E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1º

– Nomeia membros para Presidência do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, como segue a baixo.

COMPOSIÇÃO	MEMBROS NOMEADOS	CPF
PRESIDENTE	Marlene de Andrade	544.881. 761-00
VICE - PRESIDENTE	Marlu Machado do Couto	393.744. 751-20
SECRETARIA SUPLENTE	Miriam Cestario M. Rodrigues	770.449. 162-82
TESOREIRA	Andreia da Silva	037.298. 751-91
TESOUREIRO SUPLENTE	Jonas José Leal	799.792. 541-49

ARTIGO 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 31 (Trinta e Um) dias do mês de Março do ano de dois mil e Quinze.

Sandra Martins

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 31/03/2015.

NP 264/2015.

MARLU MACHADO DO COUTO

Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional Interino

RECURSOS HUMANOS
DEMONSTRATIVO DAS RESCISÕES. MARÇO/2015– TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2014

DEMONSTRATIVO DAS RESCISÕES. MARÇO/2015– TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2014

NOME	*CARGO*	**DATA DEMISSÃO**	**MOTIVO DESLIGAMENTO**
GISELE CARVALHO LOMEU	PROF. 20 H. NIVEL SUP. GRAD. AREAS DA EDUCAÇÃO	06/03/ 2015	PEDIDO DE DEMISSAO SEM JUSTA CAUSA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIRATINGA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
LEI MUNICIPAL 1355/2015 - ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

LEI N.º 1355/2015

De 17 de março de 2.015

Dispõe sobre autorização Legislativa para abertura de **CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR** e dá outras providências.

HELIO ANTONIO FILIPIN GOULART, prefeito municipal de Guiratinga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atividades legais. Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei.

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder, no Orçamento vigente, abertura de **CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR** até o montante de **R$ 39.799,46 (trinta e nove mil setecentos e noventa e nove reais e quarenta e seis centavos),** de acordo com os arts. 42 e 43 da lei nº. 4.320/64, destinado a despesas com Manutenção da Unidade do Ensino Infantil, reforçando as seguintes dotações do orçamento vigente por fonte de recursos financeiros do exercício anterior:

02.030 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

123656020.2093 – MANTER UNIDADES DO ENSINO INFANTIL

3390300000 – Material de Consumo

Recurso: 0315000000 – Transferência Rec. Fundo Nac. Des. Educação - FNDE R$ 29.799,46

3390360000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

Recurso: 0315000000 – Transferência Rec. Fundo Nac. Des. Educação - FNDE R$ 10.000,00

TOTAL R$ 39.799,46

Artigo 2º - Para cobertura do crédito referido no artigo anterior serão utilizados recursos por fonte de recursos financeiros do exercício anterior de acordo com o disposto no art. 42 e 43 da Lei nº 4.320/64.

Artigo 3º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guiratinga/MT, 17 de março de 2015.

HELIO ANTONIO FILIPIN GOULART

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
LEI MUNICIPAL 1356/2015 - ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL ESPECIAL

LEI N.º 1356/2015

De 17 de março de 2.015

Dispõe sobre autorização Legislativa para abertura de *CREDITO ADICIONAL ESPECIAL* e dá outras providências.

HELIO ANTONIO FILIPIN GOULART, prefeito municipal de Guiratinga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atividades legais. Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei.

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder, no Orçamento vigente, abertura de **CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL** até o montante de **R$ 20.000,00 (vinte mil reais),** de acordo com os arts. 42 e 43 da Lei nº 4.320/64, destinados à **criação do seguinte elemento de despesa 4490520000 – Equipamento e Material Permanente** na dotação abaixo descrita no orçamento vigente:

02.030 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

123656020.2093 – MANTER UNIDADES DO ENSINO INFANTIL

4490520000 – Equipamentos e Material Permanente

Recurso: 03150000 – Transferência Rec.Fundo Nac.Des.Educação - FNDE R$ 20.000,00

TOTAL R$ 20.000,00

Artigo 2º - Para cobertura do crédito referido no artigo anterior serão utilizados recursos por fonte de recursos financeiros do exercício anterior de acordo com o disposto no art. 42 e 43 da Lei nº 4.320/64.

Artigo 3º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guiratinga/MT, 17 de março de 2015.

HELIO ANTONIO FILIPIN GOULART

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
LEI MUNICIPAL 1353/2015 - ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL

LEI N.º 1353/2015

De 17 de março de 2.015

Dispõe sobre autorização Legislativa para abertura de **CREDITO ADICIONAL ESPECIAL** e dá outras providências.

HELIO ANTONIO FILIPIN GOULART, prefeito municipal de Guiratinga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atividades legais. Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei.

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder, no Orçamento vigente, abertura de **CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL** até o montante de **R$. 60.875,41 (sessenta mil oitocentos e setenta e cinco reais e quarenta e um centavos),** de acordo com os arts. 42 e 43 da Lei nº 4.320/64, destinados à **inclusão da seguinte Atividade: 2175 – EXECUTAR O PROGRAMA ACESSUAS - TRABALHO; e seus elementos de despesas** na dotação abaixo descrita no orçamento vigente por fonte de recursos financeiros do exercício anterior:

04.070 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

083348020.2 – EXECUTAR O PROGRAMA ACESSUAS TRABALHO

3390300000 – Material de Consumo

Recurso: 03290000 – Transferência Rec. Fundo Nac. Ass. Social - FNAS R$ 27.875,41

3390360000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

Recurso: 03290000 – Transferência Rec. Fundo Nac. Ass. Social - FNAS R$ 28.000,00

3390390000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Recurso: 03290000 – Transferência Rec. Fundo Nac. Ass. Social - FNAS R$ 5.000,00

TOTAL R$ 60.875,41

Artigo 2º - Para cobertura do crédito referido no artigo anterior serão utilizados recursos por fonte de recursos financeiros do exercício anterior de acordo com o disposto no art. 42 e 43 da Lei nº 4.320/64.

Artigo 3º - Fica autorizado o Poder Executivo a inserir no Anexo I da Lei n°. 1288/2013 do Plano Plurianual; Lei n°. 1340/2014 de Diretrizes Orçamentárias e da Lei nº. 1343/2014 – Lei Orçamentária Anual para o Exercício de 2015, a Atividade: 2175 – EXECUTAR O PROGRAMA ACESSUAS - TRABALHO.

Artigo 4º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Artigo 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guiratinga/MT, 17 de março de 2015.

HELIO ANTONIO FILIPIN GOULART

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
LEI MUNICIPAL 1359/2015 - AUTORIZA EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS DE DUAS LANCHONETES PÚBLICAS, LOCALIZADAS NA HUMBERTO MARCILIO E PRAÇA ELEVADA

LEI N.º 1359/2015

De 31 de março de 2015

Autoriza o Poder Executivo Municipal de Guiratinga, Estado de Mato Grosso, a conceder em conformidade com a Lei n.º 8.987, Lei n.º 8.666 e suas alterações subsequentes e Art. 175 da Constituição Federal a exploração dos serviços de duas Lanchonetes Públicas, localizadas na Humberto Marcilio e Praça Elevada e dá outras providencias.

HÉLIO ANTONIO FILLIPIN GOULART, Prefeito Municipal de Guiratinga, Estado de Mato Grosso, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo Municipal de Guiratinga, Estado de Mato Grosso, autorizado a conceder mediante licitação, a exploração dos serviços de duas Lanchonetes Públicas, localizadas na Praça Humberto Marcílio, centro, e Praça Elevada, Avenida Rotary Internacional, por prazo a ser definido em Edital previsto para a competente licitação.

Art. 2.º - A regulamentação da presente Lei autorizativa, será através de Edital, elaborado pela Comissão de Licitação, que cumprirá o determinado na Lei n.º 8.987, Lei n.º 8.666 e suas alterações subsequentes e Art. 175 da Constituição Federal.

Art. 3º - Após o cumprimento do procedimento licitatório, o vencedor deverá assinar com o Município de Guiratinga o instrumento contratual que definirá os deveres e obrigações para o devido cumprimento quanto a correta exploração dos serviços ensejadores da presente norma.

Art. 4.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guiratinga, Estado de Mato Grosso, em 31 de março de 2015.

HÉLIO ANTONIO FILLIPIN GOULART

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
LEI MUNICIPAL 1357/2015 - CRIAÇÃO DA PATRULHA MIRIM

LEI N.º 1357/2015.

De 30 de março de 2015

Regulamenta a Criação da "Patrulha Mirim" no âmbito do Município de Guiratinga - MT, com a finalidade de desenvolver um programa socioeducativo de atendimento qualificado ao adolescente procedente de todas as camadas da sociedade do município e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUIRATINGA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele Sanciona a seguinte lei:

ARTIGO 1º - Fica Regulamentada a criação da Patrulha Mirim de Guiratinga com a finalidade de preparar os infantes e adolescentes do município de Guiratinga contribuir com a qualificação sócio profissional do adolescente oriundo das diversas camadas da sociedade, visando a sua inserção no mercado de trabalho, bem como auxiliar o seu desenvolvimento educacional e, em casos excepcionais onde restar comprovada extrema necessidade, prestar assistência à sua família, será regido por esta lei e pelas demais legislações pertinentes em vigor, especialmente o Estatuto da Criança e do Adolescente.

ARTIGO 2º - A Patrulha Mirim de Guiratinga, atuará como um instrumento social, atuando especialmente, através de um conjunto estruturado de políticas públicas, voltado para a inclusão social, integração e mobilização comunitária, fiscalização e monitoramento, educação e desenvolvimento urbano. Esse conjunto de ações tem como eixos principais a defesa da vida, o respeito à cidadania e a garantia dos direitos fundamentais da criança e do adolescente.

ARTIGO 3º - A Patrulha Mirim do Município de Guiratinga – MT será composta por integrantes da faixa etária de 12 a 17 anos, que serão selecionados entre alunos da rede da educação publica no Município de Guiratinga – MT.

ARTIGO 4º - As atividades terão a duração de 04 (quatro) horas diárias de segunda a sexta feira, e serão incluídas nos programas de aprendizagem, matérias como:

a) Acompanhamento Escolar: Verificação de frequência escolar; Observação de notas e Reforço nas atividades escolares.

b) Cidadania (Ética, Civismo, Militar): O amor à Pátria; Normas e diretrizes para o Patrulheiro; Normas militares, hierarquia e regras disciplinares; Símbolos nacionais; O valor da família e da sociedade; Respeito mútuo e a cidadania; Ordem unida; Simbologia (breves, divisas, fardas e emblemas).

c)

Práticas

esportivas: Defesa pessoal; Beisebol e softbol; Voleibol; Futebol e Basquete.

d) Educação Ambiental: este é um item fundamental, pois como Guiratinga está localizado no entorno do Vale do Rio Garça, é importante incorporar os conceitos de sustentabilidade e preservação ambiental ao cotidiano dos participantes, com expectativas de que estas práticas se tornem comuns também em seus lares e na comunidade.

e) Educação antidrogas: Tabagismo; Alcoolismo; Outras drogas (maconha, cocaína etc.) e Os males físicos e psicológicos das drogas.

f) Educação para o trânsito: Noções de legislação para o trânsito; Meios de transporte; Sinalizações; Principais causas de acidentes de trânsito.

g) Noções de primeiros socorros: Sinais vitais; Respiração artificial; Reanimação cardiopulmonar; Hemorragias e fraturas; Curativos e imobilizações; Queimaduras; Animais peçonhentos e venenosos; Intoxicação e envenenamento; Desmaio e convulsões; Acidentes de trabalho e domésticos.

h) Educação sexual: Sexualidade e o jovem; Casamento; Doenças sexualmente transmitidas.

i) Educação religiosa: As religiões no mundo; Cristianismo; A Bíblia Sagrada; Os dez mandamentos; O amor ao próximo; O respeito às crenças.

j) Inclusão Digital: Garantir que a inclusão digital não se restrinja apenas à manipulação do computador e ao acesso à internet, e sim ao desenvolvimento de competências e habilidades socioculturais e empreendedoras.

k) Práticas artísticas: Práticas artísticas, com a finalidade de desenvolver as aptidões dos nossos infantes.

l) Capacitação profissional: Os participantes serão encaminhados a cursos gratuitos de acordo com seus interesses e também com as necessidades de estagiários do município.

ARTIGO 5º - Cabe a Patrulha Mirim do Município de Guiratinga - MT garantir ao adolescente aprendiz a frequência escolar e ministrar aulas de reforço, fora da jornada de aprendizagem, promover atividades esportivas monitoradas e atividades culturais e recreativas.

ARTIGO 6º - A Patrulha Mirim do Município de Guiratinga - MT se comprometerá ainda a não permitir que os adolescentes aprendizes exerçam atividades em horário noturno bem como atividades perigosas ou insalubres (Salvo quando houver comemorações cívicas e participação em jogos esportivos)

ARTIGO 7º - O Executivo Municipal poderá manter convênios com instituições, órgãos públicos e empresas privadas, no sentido de parceria à execução da presente lei.

ARTIGO 8º - Compete a Patrulha Mirim de Guiratinga, mediante a supervisão e orientação do poder Público, Ministério Público, Polícia Judiciária, Conselho Tutelar e Ministério do Trabalho, acompanhar e coordenar a execução de medidas socioeducativas aplicadas a adolescentes infratores nos termos da faixa etária estipulada no Art. 3º, ressalvado os casos de infração provisória ou definitiva.

Parágrafo 1º - O acompanhamento se dará mediante encaminhamento do adolescente infrator pelo Judiciário ou Ministério Público.

ARTIGO 9º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Guiratinga - MT, 31 de março de 2015.

HÉLIO ANTONIO FILIPIN GOULART

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
LEI MUNICIPAL 1360/2015 - AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CELEBRAR CONVÊNIO COM ENTIDADES ASSISTÊNCIAS E CASA DE REPOUSO SEDIADAS NO MUNICÍPI

LEI N.º 1360/2015

De 31 de março de 2015

Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com entidades Assistências e Casa de Repouso sediadas no Município e da outras providencias.

HÉLIO ANTONIO FILLIPIN GOULART, Prefeito Municipal de Guiratinga, Estado de Mato Grosso, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo Municipal de Guiratinga, Estado de Mato Grosso, autorizado a celebrar convenio com Entidades Assistenciais e Casa de Repouso sediadas no Município, visando subsidiar o atendimento sócios assistenciais.

Art. 2.º - A prefeitura destinará às Entidades Assistenciais e Casa de Repouso, recursos financeiros oriundos de programas sociais prestados pelas conveniadas.

Art. 3.º - As despesas com a execução desta lei correrão por conta da dotação Orçamentaria nº 04.070.08.244.8060.2070.335043000000, suplementada se necessário.

Art. 4.º Esta lei entra em vigor na data da publicação, revogadas as disposições em contrario.

Registre –se e publique – se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guiratinga, Estado de Mato Grosso, em 31 de março de 2015.

HÉLIO ANTONIO FILLIPIN GOULART

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
LEI MUNICIPAL 1358/2015 - ALIENAR BENS IMOVEIS

LEI N.º 1358/2015

De 31 de março de 2.015

Autoriza o Município de GUIRATINGA, Estado de Mato Grosso, a alienar bens imóveis e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUIRATINGA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela lei orgânica do município, faz saber que câmara municipal de Vereadores aprovou e é sancionada e promulgada a seguinte lei:

Art. 1º Fica o poder executivo municipal autorizado a alienar, mediante licitação na modalidade concorrência, o imóvel situado à Rua João Pessoa, esquina com a Avenida Marechal Rondon, matriculado sob n. 4.833, em data de 19/06/1962 do 1º Serviço Notarial de Registro de Imóveis, Protestos, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas de Guiratinga – MT, de propriedade do Município de Guiratinga, situado no lote n. 11 da quadra "A", medindo 13,80 mts de frente para a Avenida Marechal Rondon, 23,00 mts pelo lado direito, limitando-se coma Rua João Pessoa, 23,00 mts pelo lado esquerdo, limitando com parte do mesmo lote, e 13,80 mts nos fundos, limitando também com parte do mesmo lote.

Art. 2º O preço mínimo exigido no procedimento de alienação não poderá ser inferior ao da avaliação procedida pela comissão de avaliação.

Art. 3º Os documentos de alienação do imóvel referido no art. 1º serão transferidos obedecendo à legislação federal em vigor e aplicável a espécie.

Art. 4º O bem imóvel referido nesta lei fica desafetado dos fins anteriormente previstos para os quais foram instituídos e adquiridos.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito municipal, Guiratinga, 31 de março de 2.015.

HELIO ANTONIO FILIPIN GOULART

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RESUMO DE DISTRATOS FIRMADOS NO MES 03-2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIRATINGA-MT

Resumo de Distratos firmados no mês 03/2015

Nº Distrato	**Data**	**Distratante**	**Distratado**	**Motivo**
003/2015	27.03.2015	Prefeitura Mun. Guiratinga	Giordanny Paula ribeiro de Almeida	Desistência da contratada

Guiratinga/MT, 01 de abril de 2015.

HÉLIO ANTONIO FILIPIN GOULART

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RESUMO DE CONVENIOS FIRMADOS NO MES 03/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIRATINGA-MT

Resumo de Convênios firmados no mês 03/2015

N. Conv.	**Concedente**	**Proponente**	**Objeto**	**Valor R$**	**Vigência**
003/2015	Pref. Mun. Guiratinga	Casa de Repouso Gaetana Sterni	Rep. Fin.. atend. da rede prestadora de serv. sociassistenciais p/ pessoa idosa	30.000,00 T	31.03 a 31.12. 15
004/2015	Pref. Mun. Guiratinga	APAE	Rep. Fin. atend. da rede prestadora de serv. sociassistenciais p/ pessoas neces. especiais,	17.000,00 T	31.03 a 31.12. 15

Guiratinga/MT, 01 de abril de 2015.

HÉLIO ANTONIO FILIPIN GOULART

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RESUMO DE TERMO ADITIVO FIRMADO NO MES 02/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIRATINGA-MT

Resumo de Termos Aditivos firmados no mês 02/2015

Número do Termo	**Data**	**Número Contrato**	**Contratante**	**Contratado**	**Cláusula Alterada**	**Prazo**	Valor do Aditivo R$
1º T. Aditivo	12.02.2015	012-2015	Pref. M. Guiratinga	K. A Teixeira & Cia Ltda-EPP	1ª- Objeto		Gasolina de R$ 3.20 p/ R$ 3,42 o Lt. e Óleo diesel comum de R$ 2,92 p/ R$ 3,07 o Lt.

Guiratinga/MT, 01 de abril de 2015.

HÉLIO ANTONIO FILIPIN GOULART

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RESUMO DE CONTRATOS FIRMADOS NO MES 03-2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIRATINGA-MT Resumo de Contratos firmados no mês 03/2015

N. Cont.	Contratante	Contratado	Objeto	Valor R$	Vigência	Processo Licitatório
054/2015	Pref. M. Guiratinga	PRO-RAD Consultores em Radioproteção S/S Ltda	Serv. de dosimetria de radiação e conces. do direito ao uso de dosímetros	736,80	26.03.15 a 26.03.16	
055/2015	Pref. M. Guiratinga	PRINT 7 Com. de Cartuchos e Impressões Ltda	Aquis. de cartucho/tinta, toner e insumos, sendo originais e/ou compatíveis	79.005,00	28.03.15 a 28.03.16	C.C 007/2015

Guiratinga/MT, 01 de abril de 2015

HÉLIO ANTONIO FILIPIN GOULART

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
LEI MUNICIPAL 1352/2015 - ABERTURA DE CREDITO SUPLEMENTAR

LEI N.º 1352/2015

De 17 de março de 2.015

Dispõe sobre autorização Legislativa para abertura de **CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR** e dá outras providências.

HELIO ANTONIO FILIPIN GOULART, prefeito municipal de Guiratinga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atividades legais. Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei.

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder, no Orçamento vigente, abertura de **CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR** até o montante de **R$. 105.117,63 (cento e cinco mil cento e dezessete reais e sessenta e três centavos),** de acordo com os arts. 42 e 43 da lei nº. 4. 320/64, destinado a despesas com Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social, reforçando as seguintes dotações do orçamento vigente por fonte de recursos financeiros do exercício anterior:

04.070 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

082438080.2153 – EXECUTAR RECURSOS IGD/SUAS

4490520000 – Equipamentos e Material Permanente

Recurso: 03290000 – Transferência Rec. Fundo Nac. Ass. Social - FNAS R$

6.144,47

082438110.2125 – EXECUTAR O PROGRAMA PBV

3390300000 – Material de Consumo

Recurso: 03290000 – Transferência Rec. Fundo Nac. Ass. Social - FNAS R$ 27.277,14

3390360000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

Recurso: 03290000 – Transferência Rec. Fundo Nac. Ass. Social - FNAS R$ 37.499,78

082448060.2067 – MANTER AS ATIVS. DO FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL

3390360000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

Recurso: 03000000 – Recursos Ordinários R$ 5.700,22

082448060.2070 – EXECUTAR AUXÍLIO A ASSOCS. E ENTIDS. ASSISTENCIAIS

3350430000 – Subvenções Sociais

Recurso: 03290000 – Transferência Rec. Fundo Nac. Ass. Social - FNAS R$ 1.259,35

082448080.2102 – EXECUTAR PROG. IND. GESTÃO DESCENT. – IGD/PBF

3390300000 – Material de Consumo

Recurso: 03290000 – Transferência Rec. Fundo Nac. Ass. Social - FNAS R$ 8.364,94

3390360000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

Recurso: 03290000 – Transferência Rec. Fundo Nac. Ass. Social - FNAS R$ 3.000,00

4490520000 – Equipamentos e Material Permanente

Recurso: 03290000 – Transferência Rec. Fundo Nac. Ass. Social - FNAS R$ 8.000,00

082448120.2138 – REALIZAR PROT. ATEND. INT. A FAMILIA – CREAS/PAIF

3390300000 – Material de Consumo

Recurso: 03290000 – Transferência Rec. Fundo Nac. Ass. Social - FNAS R$ 4.571,73

3390360000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

Recurso: 03290000 – Transferência Rec. Fundo Nac. Ass. Social - FNAS R$ 3.300,00

TOTAL R$ 105.117,63

Artigo 2º - Para cobertura do crédito referido no artigo anterior serão utilizados recursos por fonte de recursos financeiros do exercício anterior de acordo com o disposto no art. 42 e 43 da Lei nº 4.320/64.

Artigo 3º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guiratinga/MT, 17 de março de 2015.

HELIO ANTONIO FILIPIN GOULART

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
LEI MUNICIPAL 1354/2015 - ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

LEI N.º 1354/2015

De 17 de março de 2.015**.**

Dispõe sobre autorização Legislativa para abertura de *CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR* e dá outras providências.

HELIO ANTONIO FILIPIN GOULART, prefeito municipal de Guiratinga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atividades legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei.

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder, no Orçamento vigente, abertura de **CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR** até o montante de **R$. 127.000,00 (cento e vinte e sete mil reais),** de acordo com os arts. 42 e 43 da lei nº. 4.320/64, destinado a despesas com Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social, reforçando as seguintes dotações do orçamento vigente por fonte de recursos financeiros do exercício anterior:

02.030 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

123616030.2028 – MANTER O TRANSPORTE ESCOLAR

3390360000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

Recurso: 0100000000 – Recursos Ordinários R$ 127.000,00

TOTAL R$ 127.000,00

Artigo 2º - Para cobertura do crédito referido no artigo anterior serão utilizados recursos por anulação parcial ou total de acordo com o disposto no art. 42 e 43 da Lei nº 4.320/64 nas seguintes dotações:

02.020 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PUBLICAS

041224080.1146 – REFORMA OU AMPL.PREDIO NOVO PACO MUNICIPAL

3390390000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Recurso: 0100000000 – Recursos Ordinários R$ 62.000,00

02.045 – SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

133929010.3001 – REALIZAÇÃO DO GUIRAFOLIA

3390390000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Recurso: 0100000000 – Recursos Ordinários R$ 65.000,00

TOTAL R$ 127.000,00

Artigo 3º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guiratinga/MT, 17 de março de 2015.

HELIO ANTONIO FILIPIN GOULART

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE

PREFEITURA MUNICIPAL / LICITAÇÃO
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2015

Processo Administrativo n.º: 032/2015

Interessado: SECRETARIA ESPECIAL DE COORDENAÇÃO GERAL.

Fica dispensada de licitação a despesa abaixo especificada, cujo objeto é a "Locação de um imóvel urbano, com espaço físico com uma piscina, para a pratica de atividades físicas, hidroginástica e Alongamento, visando a pratica de exercícios físicos, para o desenvolvimento do projeto Terceira Idade em Movimento", localizado na Rua das Orquídeas, Centro, neste Município, o qual será utilizado pela Secretaria Municipal de Ação Social para o desenvolvimento de atividades físicas, com fundamento no inciso X, do artigo 24, da Lei Federal no 8.666/93, e em consonância com o Parecer Jurídico acostado aos autos, exigência do art.38, inciso VI, do mesmo diploma legal.

Valor global: R$ 3.600,00 (Três Mil e Seiscentos Reais)

Dotação Orçamentária: **09.002.08.241.0026. 2080-33903900000129000000**

Prazo: 09 (Nove) meses.

Locador: CLUBE DO IDOSO ALEGRIA DE VIVER

CNPJ: 07.238.938/0001-93

Fundamento: Art. 24, inciso X da Lei nº 8.666/93, bem como suas alterações posteriores.

Ipiranga do Norte/MT, 02 de Abril de 2014.

PEDRO FERRONATO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL / RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 148/2015, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

SÚMULA: "CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SENHORA ELIANE YUMI TANAKA MORAES, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE".

O Senhor *PEDRO FERRONATTO*, Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade administrativa,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Senhora **ELIANE YUMI TANAKA MORAES**,matrícula nº.792, no cargo de Cirurgião Dentista, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, da Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, **Função Gratificada – FG, de 30% sobre o salário base**, conforme art. 51 da Lei Municipal nº. 054 de 01 de novembro de 2005 alterada pela Lei Municipal nº 371 de 08 de maio de 2012.

Art. 2º

- A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte/MT, 01 de Abril de 2015.

PEDRO FERRONATTO

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

Data Supra

PREFEITURA MUNICIPAL / RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 149/2015, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

SÚMULA: "CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SENHORA LUCIMAR DOS SANTOS BONFIM DE ABREU, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE".

O Senhor *PEDRO FERRONATTO*, Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade administrativa,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Senhora **LUCIMAR DOS SANTOS BONFIM DE ABREU**,matrícula nº. 498, no cargo de Assistente Odontológico, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, da Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, **Função Gratificada – FG, de 30% sobre o salário base**, conforme art. 51 da Lei Municipal nº. 054 de 01 de novembro de 2005 alterada pela Lei Municipal nº 371 de 08 de maio de 2012.

Art. 2º

- A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte/MT, 01 de Abril de 2015.

_____

PEDRO FERRONATTO

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

Data Supra

PREFEITURA MUNICIPAL / JURIDICO
CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE MUNICÍPIO DE IPIRANGA DO NORTE/MT

RESOLUÇÃO Nº 001/CMDCA/2015

Dispõe sobre a convocação da eleição unificada do Conselho Tutelar de Ipiranga do Norte/MT.

O Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Ipiranga do Norte/MT em reunião extraordinária realizada no dia 01 de Abril de 2015, no uso de suas atribuições resolve:

Art. 1º Convoca a eleição do Conselho Tutelar do Município.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ipiranga do Norte/MT, 01 de Abril de 2015.

_____

Mariana Machado Brazil Barboza

Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente.

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 013/2015

Portaria nº 013/2015

"Concede Férias a Auxiliar de serviços Gerais da Câmara Municipal e dá outras providências".

O Senhor **Sérgio Medeiros de Araújo,** Presidente da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas férias à Servidora Iria Idelci Klais, nomeada pela Portaria nº 009/2013 ao cargo de Auxiliar de Serviços Gerais da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte/MT.

Art. 2º - As Férias ora concedidas referem-se ao período aquisitivo do Exercício de 2014, que serão gozadas de 06 de abril de 2015 a 05 de maio de 2015.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de Ipiranga do Norte/MT, aos 01 de abril de 2015.

_____

Sérgio Medeiros de Araújo

Presidente da Câmara Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚBA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO Nº 010/2015

MODALIDADE LICITAÇÃO: Pregão Presencial

TIPO: Menor Preço Global

OBJETO: Contratação de Empresa especializada para fornecimento de licenciamento de software de sistema integrado de gestão pública, desenvolvido para trabalhar em ambiente multiusuário em plataforma Windows com módulo web software para gerenciamento da Educação via internet, contemplando Portal do Aluno e Portal do Professor (envio eletrônico do censo escolar) para a Secretaria Municipal de Educação do Município de Itaúba-MT.

Abertura das Propostas e Inicio da seção de disputa de preços: dia 16 de Abril de 2015 as 10h00 (dez horas) Horário de Mato Grosso.

Local: Sala de Licitação da Prefeitura Municipal de Itaúba – MT, situada na Av. Tancredo Neves, 799, centro, Itaúba – MT.

Aquisição do Edital e Informações: O caderno de licitação, composto de edital, minuta de contrato e anexos, poderá ser retirado no Paço Municipal, situado a Av. Tancredo Neves, 799, Centro, Itaúba-MT. Maiores informações pelo fone (xx) 66-3561-2800 das 07h30min as 11h00min.

Itaúba – MT 01 de Abril de 2015

OTAVIO LUIZ FIEL

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RREO - ANEXO VIII

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA-MT
ANEXO VIII

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2015/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

Página 1 de 5

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72) R$ 1

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	(c) =(b/a)x100 (%)
1. RECEITAS DE IMPOSTOS	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.1 - IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3 - Dívida Ativa do IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.5 - (-)Deduções da Receita do IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2 - Receitas Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1 - ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3 - Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5 - (-) Deduções da Receita do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3 - Receitas Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.1 - ISS	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3 - Dívida Ativa do ISS	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5 - (-) Deduções da Receita de ISS	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4 - Receitas Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.1 - IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3 - Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5 - (-) Deduções da Receita do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5 - Receitas Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1 - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3 - Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5 - (-) Deduções da Receita do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
2. RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1 - Cota-Parte FPM	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I alínea b	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I alínea d	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2 - Cota-Parte ICMS	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3 - ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4 - Cota-Parte IPI-Exportação	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5 - Cota-Parte ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
2.6 - Cota-Parte IPVA	0,00	0,00	0,00	0,00
2.7 - Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00
3. TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1+2)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.14.1445], PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA-MT, Data/hora da emissão: 01/abr/2015 14h e 33m" Portaria Nº 553 de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA-MT

ANEXO VIII

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2015/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72) R$ 1

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	(c) =(b/a)x100 (%)
4. RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	30.000,00	30.000,00	2.035,32	6,78
5. RECEITA DE TRANSFERÊNCIA DO FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.1 - Transferências do Salário-Educação	0,00	0,00	0,00	0,00
5.2 - Transferências Diretas - PDDE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3 - Transferências Diretas - PNAE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.4 - Transferências Diretas - PNATE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.5 - Outras Transferências do FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6 - Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00
6. RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1 - Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2 - Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
7. RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
8. OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00
9. TOTAL DAS OUTRAS RECEITAS ADICIONAIS DO ENSINO (4+5+6+7+8)	30.000,00	30.000,00	2.035,32	6,78

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	(c) =(b/a)x100 (%)
10. RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	4.950.278,90	4.950.278,90	941.173,04	19,01
10.1 - Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	2.369.736,33	2.369.736,33	538.856,22	22,74
10.2 - Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	1.902.445,43	1.902.445,43	279.327,68	14,68
10.3 - ICMS - Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	11.138,14	11.138,14	0,00	0,00
10.4 - Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	0,00	0,00	0,00	0,00
10.5 - Cota-Parte ITR Destinada ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	79.720,00	79.720,00	12.800,59	16,06
10.6 - Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	587.239,00	587.239,00	110.188,55	18,76
11. RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	5.729.163,00	5.729.163,00	1.070.992,00	18,69
11.1 - Transferências de Recursos do FUNDEB	5.709.163,00	5.709.163,00	1.069.847,89	18,74
11.2 - Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3 - Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	20.000,00	20.000,00	1.144,11	5,72
12. ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	758.884,10	758.884,10	128.674,85	16,96

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			No Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	No Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100	
13. PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	3.125.497,80	3.181.097,80	799.978,27	25,15	799.978,27	25,15	0,00
13.1 - Com Educação Infantil	1.022.000,00	1.077.600,00	413.603,21	38,38	413.603,21	38,38	0,00
13.2 - Com Ensino Fundamental	2.103.497,80	2.103.497,80	386.375,06	18,37	386.375,06	18,37	0,00
14. OUTRAS DESPESAS	2.283.665,20	2.250.075,20	495.825,67	22,04	417.902,71	18,57	0,00
14.1 - Com Educação Infantil	938.000,00	904.410,00	273.504,31	30,24	245.076,30	27,10	0,00
14.2 - Com Ensino Fundamental	1.345.665,20	1.345.665,20	222.321,36	16,52	172.826,41	12,84	0,00
15. TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13+14)	5.409.163,00	5.431.173,00	1.295.803,94	23,86	1.217.880,98	22,42	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.14.1445], PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA-MT, Data/hora da emissão: 01/abr/2015 14h e 33m" Portaria Nº 553 de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA-MT
ANEXO VIII
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2015/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72) R$ 1

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB	Valor
16. RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00
16.1 - FUNDEB 60%	0,00
16.2 - FUNDEB 40%	0,00
17. DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB	0,00
17.1 - FUNDEB 60%	0,00
17.2 - FUNDEB 40%	0,00
18. TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16+17)	0,00

INDICADORES DO FUNDEB	Valor
19. TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15-18)	100,00
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério¹ ((13-(16.1-17.1))/(11)x100%)	74,70
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério ((14-(16.2-17.2))/(11)x100%)	39,02
19.3 - Máxima de 5% não Aplicado no Exercício (100-(19.1+19.2))%	-13,72

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQÜENTE	Valor
20. RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	0,00
21. DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015	0,00

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	(c) =(b/a)x100 (%)
22. IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			No Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	No Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100	
23. EDUCAÇÃO INFANTIL	3.180.000,00	3.202.010,00	832.665,75	26,00	727.817,01	22,73	0,00
23.1 Creche	3.180.000,00	3.202.010,00	832.665,75	26,00	727.817,01	22,73	0,00
23.1.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.960.000,00	1.982.010,00	687.107,52	34,67	658.679,51	33,23	0,00
23.1.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.220.000,00	1.220.000,00	145.558,23	11,93	69.137,50	5,67	0,00
23.2 Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24. ENSINO FUNDAMENTAL	3.449.163,00	3.449.163,00	608.696,42	17,65	559.201,47	16,21	0,00
24.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.449.163,00	3.449.163,00	608.696,42	17,65	559.201,47	16,21	0,00
24.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25. ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26. ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27. ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28. OUTRAS	40.000,00	40.000,00	840,00	2,10	840,00	2,10	0,00
29. TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO (23+24+25+2	6.669.163,00	6.691.173,00	1.442.202,17	21,55	1.287.858,48	19,25	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.14.1445], PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA-MT, Data/hora da emissão: 01/abr/2015 14h e 33m" Portaria Nº 553 de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA-MT

ANEXO VIII

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2015/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72) R$ 1

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	Valor
30. RESULTADOS LÍQUIDOS DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	128.674,85
31. DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
32. RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)	1.144,11
33. DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB	0,00
34. DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
35. RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO²	0,00
36. CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46g)	0,00 0,00
37. TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30+31+32+33+34+35+36)	129.818,96
38. TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23+24)-37)	1.157.199,52
39. MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS NA MDE³ ((38)/(3)x100)%	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			No Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	No Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100	
40. DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS V	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	2.035,32	6,78	0,00
41. DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	790.000,00	812.000,00	72.506,70	8,93	45.634,56	5,62	0,00
42. DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO, '	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43. DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	970.000,00	1.188.000,00	262.612,35	22,11	235.740,21	19,84	0,00
44. TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENT(	1.790.000,00	2.030.000,00	335.119,05	16,51	283.410,09	13,96	0,00
45. TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29+44)	8.459.163,00	8.721.173,00	1.777.321,22	20,38	1.571.268,57	18,02	0,00

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE REUCURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM <ANO> (g)
46. RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	9.940,88	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	9.670,00	0,00
46.2 - Executados com Recursos do FUNDEB	270,88	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.14.1445], PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA-MT, Data/hora da emissão: 01/abr/2015 14h e 33m" Portaria Nº 553 de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA-MT

ANEXO VIII

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2015/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72) R$ 1

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS DO FUNDEB	VALOR
47. SALDO FINANCEIRO DO FUNDEB EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	81.231,52
48. (+) INGRESSO DE RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE	1.069.847,89
49. (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	1.221.683,21
49.1 - Orçamento do Exercício	1.140.702,87
49.2 - Restos a Pagar	80.980,34
50. (+) RECEITAS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE	1.091,61
51. (=) SALDO FINANCEIRO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO ATUAL	-69.512,19

ADEMIR GASPAR DE LIMA
Prefeito municipal

IVAN DE ALMEIDA SILVA
Encarregado da Contabilidade

1) Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
2) Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional."
3) Caput do artigo 212 da CF/1988
4) Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
5) Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.
6) Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa
7) Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.14.1445], PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA-MT, Data/hora da emissão: 01/abr/2015 14h e 33m" Portaria Nº 553 de 2014

CÂMARA MUNICIPAL DE JACIARA
AVISO DE ADJUDICAÇÃO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2015

A Câmara Municipal de Jaciara-MT, por meio de sua Pregoeira Oficial nomeada pela Portaria n.º 08 de março de 2015, vem a publico divulgar a **ADJUDICAÇÂO** da licitação na modalidade Pregão Presencial n.º 01/2015, Processo n.º 04/2015, que tem por objeto o "registro de preços para eventual contratação de veículo de comunicação (rádio, televisão, jornal impresso), conforme termo de referência constante no anexo I do Edital do Pregão Presencial 01/2015. O qual teve como vencedoras as Empresas:

Item Vencedor R$ Adjudicado

01 **Rádio Xavantes de Jaciara Ltda ME** R$ 1.440,00

02 **São Lourenço Comunicações Ltda** R$ 52,00

03 **Antonio Marcos Rodrigues Edições ME** R$ 12,00

Jaciara-MT, 02 de abril de 2015.

Samantha Alcântara Santos

Pregoeira Oficial

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RREO - ANEXO I

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA-MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2015/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR
			BIMESTRE	%	JAN A FEV 2015	%	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)
RECEITAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	53.775.580,64	53.775.580,64	7.650.159,34	14,23	7.650.159,34	14,23	46.125.421,30
RECEITAS CORRENTES	50.750.785,41	50.750.785,41	7.650.159,34	15,07	7.650.159,34	15,07	43.100.626,07
RECEITA TRIBUTARIA	6.593.076,34	6.593.076,34	517.171,94	7,84	517.171,94	7,84	6.075.904,40
Impostos	5.603.621,08	5.603.621,08	437.436,64	7,81	437.436,64	7,81	5.166.184,44
Taxas	989.455,26	989.455,26	79.735,30	8,06	79.735,30	8,06	909.719,96
Contribuicao de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUICOES	2.539.450,78	2.539.450,78	29.462,16	1,16	29.462,16	1,16	2.509.988,62
Contribuicoes Sociais	1.760.000,00	1.760.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.760.000,00
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	779.450,78	779.450,78	29.462,16	3,78	29.462,16	3,78	749.988,62
RECEITA PATRIMONIAL	1.973.000,00	1.973.000,00	48.000,35	2,43	48.000,35	2,43	1.924.999,65
Receitas Imobiliárias	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00
Receitas de Valores Mobiliários	1.965.000,00	1.965.000,00	48.000,35	2,44	48.000,35	2,44	1.916.999,65
Receitas de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUARIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas da Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	2.368.556,30	2.368.556,30	373.378,68	15,76	373.378,68	15,76	1.995.177,62
Receita de Serviços	2.368.556,30	2.368.556,30	373.378,68	15,76	373.378,68	15,76	1.995.177,62
TRANSFERENCIAS CORRENTES	35.752.981,78	35.752.981,78	6.447.879,79	18,03	6.447.879,79	18,03	29.305.101,99
Transferências Intergovernamentais	34.944.892,08	34.944.892,08	6.336.160,85	18,13	6.336.160,85	18,13	28.608.731,23
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	808.089,70	808.089,70	111.718,94	13,83	111.718,94	13,83	696.370,76
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.523.720,21	1.523.720,21	234.266,42	15,37	234.266,42	15,37	1.289.453,79
Multas e Juros de Mora	173.719,48	173.719,48	31.878,03	18,35	31.878,03	18,35	141.841,45
Indenizações e Restituições	235.000,00	235.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	235.000,00
Receita da Dívida Ativa	675.000,73	675.000,73	160.153,57	23,73	160.153,57	23,73	514.847,16
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortiza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Diversas	440.000,00	440.000,00	42.234,82	9,60	42.234,82	9,60	397.765,18
RECEITAS DE CAPITAL	3.024.795,23	3.024.795,23	0,00	0,00	0,00	0,00	3.024.795,23
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ARMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	3.024.795,23	3.024.795,23	0,00	0,00	0,00	0,00	3.024.795,23
Transferências Intergovernamentais	811.564,38	811.564,38	0,00	0,00	0,00	0,00	811.564,38
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência de Outras Instit. Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	2.213.230,85	2.213.230,85	0,00	0,00	0,00	0,00	2.213.230,85
Transferência para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	2.222.000,00	2.222.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.222.000,00
Receita de Contribuições	2.090.000,00	2.090.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.090.000,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	132.000,00	132.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	132.000,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	55.997.580,64	55.997.580,64	7.650.159,34	13,66	7.650.159,34	13,66	48.347.421,30

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA-MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2015/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR
			BIMESTRE	%	JAN A FEV 2015	%	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV)	55.997.580,64	55.997.580,64	7.650.159,34	13,66	7.650.159,34	13,66	48.347.421,30
DÉFICIT (VI)					1.425.551,48		
TOTAL (VII) = (V+VI)	55.997.580,64	55.997.580,64	7.650.159,34	13,66	9.075.710,82		
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS		0,00			0,00		
Superávit Financeiro		0,00			0,00		
Reabertura de Créditos Adicionais		0,00			0,00		

ADEMIR GASPAR DE LIMA
Prefeito municipal

IVAN DE ALMEIDA SILVA
Encarregado da Contabilidade

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA-MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2015/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1°) R$ 1

DESPESAS	DOTACAO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS²
			BIMESTRE	JAN A FEV 2015		BIMESTRE	JAN A FEV 2015			
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)	(k)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(VIII)	54.259.180,64	54.497.180,64	13.678.614,59	13.678.614,59	40.818.566,05	8.923.689,87	8.923.689,87	45.573.490,77	5.887.820,41	0,00
DESPESAS CORRENTES	48.500.135,79	48.403.435,79	12.146.253,97	12.146.253,97	36.257.181,82	7.908.616,32	7.908.616,32	40.494.819,47	5.540.092,74	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	28.471.183,00	28.394.603,00	5.022.699,92	5.022.699,92	23.371.903,08	5.022.699,92	5.022.699,92	23.371.903,08	4.846.936,11	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DíVIDA	106.000,00	122.000,00	118.954,87	118.954,87	3.045,13	22.622,77	22.622,77	99.377,23	10.776,82	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	19.922.952,79	19.886.832,79	7.004.599,18	7.004.599,18	12.882.233,61	2.863.293,63	2.863.293,63	17.023.539,16	682.379,81	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	4.712.037,00	5.046.737,00	1.532.360,62	1.532.360,62	3.514.376,38	1.015.073,55	1.015.073,55	4.031.663,45	347.727,67	0,00
INVESTIMENTOS	3.808.037,00	4.158.737,00	924.284,74	924.284,74	3.234.452,26	892.805,41	892.805,41	3.265.931,59	284.237,60	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	904.000,00	888.000,00	608.075,88	608.075,88	279.924,12	122.268,14	122.268,14	765.731,86	63.490,07	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	507.007,85	507.007,85	0,00	0,00	507.007,85	0,00	0,00	507.007,85	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	540.000,00	540.000,00	0,00	0,00	540.000,00	0,00	0,00	540.000,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)	1.738.400,00	1.734.400,00	152.020,95	152.020,95	1.582.379,05	152.020,95	152.020,95	1.582.379,05	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X)=(VIII+IX)	55.997.580,64	56.231.580,64	13.830.635,54	13.830.635,54	42.400.945,10	9.075.710,82	9.075.710,82	47.155.869,82	5.887.820,41	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII)=(X+XI)	55.997.580,64	56.231.580,64	13.830.635,54	13.830.635,54	42.400.945,10	9.075.710,82	9.075.710,82	47.155.869,82	5.887.820,41	0,00
SUPERÁVIT (XIII)							0,00			
TOTAL (XIV)=(XII + XIII)	55.997.580,64	56.231.580,64	13.830.635,54	13.830.635,54		9.075.710,82	9.075.710,82		5.887.820,41	0,00

ADEMIR GASPAR DE LIMA
Prefeito municipal

IVAN DE ALMEIDA SILVA
Encarregado da Contabilidade

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RREO - ANEXO XII

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA-MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
Referência: Janeiro - Fevereiro/2015

REO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Jan a Fev 2015 (b)	% (b/a)
ECEITAS DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	5.904.621,08	5.904.621,08	490.560,12	8,3
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	958.768,58	958.768,58	660,38	0,0
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	952.503,44	952.503,44	68.450,92	7,1
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.736.711,44	2.736.711,44	347.102,07	12,6
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	955.637,62	955.637,62	22.757,98	2,3
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,0
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	33.000,00	33.000,00	4.695,20	14,2
Dívida Ativa dos Impostos	230.000,00	230.000,00	39.903,36	17,3
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	38.000,00	38.000,00	6.990,21	18,4
ECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	24.970.186,57	24.970.186,57	4.678.875,15	18,7
Cota-Parte do FPM	11.999.389,25	11.999.389,25	2.694.281,28	22,4
Cota Parte do ITR	398.600,00	398.600,00	64.003,15	16,0
Cota-Parte do IPVA	2.936.195,00	2.936.195,00	523.952,11	17,8
Cota-Parte do ICMS	9.512.227,15	9.512.227,15	1.396.638,61	14,6
Cota-Parte IPI-Exportação	68.084,46	68.084,46	0,00	0,0
Compensação Financeiras Provinientes de Impostos e Transf. Constitucionais	55.690,71	55.690,71	0,00	0,0
Desoneração ICMS (LC 87/96)	55.690,71	55.690,71	0,00	0,0
Outras	0,00	0,00	0,00	0,0
OTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I+II	30.874.807,65	30.874.807,65	5.169.435,27	16,7

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Jan a Fev 2015 (d)	% (d/c) x 10
RANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	6.010.437,24	6.010.437,24	1.341.581,43	22,3
Provenientes da União	5.930.437,24	5.930.437,24	1.165.850,14	19,6
Provenientes dos Estados	0,00	0,00	165.849,33	0,0
Proveniente de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,0
Outras Receitas do SUS	80.000,00	80.000,00	9.881,96	12,3
RANSFERÊNCIA VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,0
ECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,0
UTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,0
OTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	6.010.437,24	6.010.437,24	1.341.581,43	22,3

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO
			Jan a Fev 2015 (f)	% (f/e) x 100	Jan a Fev 2015 (g)	% (g/e) x 100	
ESPESAS CORRENTE	12.274.500,00	12.127.150,00	3.374.511,97	27,83	2.739.140,85	22,59	0,0
Pessoal e Encargos Sociais (inclui Patronal)	8.389.600,00	8.319.950,00	2.095.454,87	25,19	2.095.454,87	25,19	0,0
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
Outras Despesas Correntes	3.884.900,00	3.807.200,00	1.279.057,10	33,60	643.685,98	16,91	0,0
ESPESAS DE CAPITAL	187.900,00	395.900,00	246.294,84	62,21	232.394,84	58,70	0,0
Investimentos	187.900,00	395.900,00	246.294,84	62,21	232.394,84	58,70	0,0
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
OTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	12.462.400,00	12.523.050,00	3.620.806,81	28,91	2.971.535,69	23,73	0,0

ONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.14.1445], PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA-MT, Data/hora da emissão: 01/abr/2015 14h e 35m" Portaria N° 553 de 20

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA-MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

Referência: Janeiro - Fevereiro/2015

.REO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$

ESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO
			Jan a Fev 2015 (h)	% (h/IVf) x 100	Jan a Fev 2015 (i)	% (i/IVg) x 100	
)ESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,
)ESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE .O PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,
)ESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	4.710.100,00	4.742.500,00	1.345.324,17	37,16	1.094.305,42	36,83	0,
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	4.710.100,00	4.742.500,00	1.345.324,17	37,16	1.094.305,42	36,83	0,
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,
.ESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE INANCEIRA	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,
)ESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA 'INCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,
)ESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À ARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI .PLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM XERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,
OTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	4.710.100,00	4.742.500,00	1.345.324,17	37,16	1.094.305,42	36,83	0,
'OTAL DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS)E SAÚDE (VI) = (IV-V)	7.752.300,00	7.780.550,00	2.275.482,64	62,84	1.877.230,27	63,17	0.

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VIi / IIIb x 100) – LIMITE CONSTITUCIONAL 15%	36,
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VII - 15)/100 x IIIb)]	1.101.813,

EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
nscritos em 2014	28.430,02	0,00	24.951,51	3.478,51	0,0
'otal	28.430,02	0,00	24.951,51	3.478,51	0,0

CONTROLE DAS DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRISTOS CONSIDERADOS PARA FINS DE CUMPRIMENTO DO LIMITE ARTIGO 24, § 1º e 2º	DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em ...	0,00	0,00	0,0
Total (VIII)	0,00	0,00	0,0

CONTROLE DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO APLICACA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES - ARTIGOS 25 E 26	RECURSOS VINCULADOS À DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limites não cumprido em ...	0,00	0,00	0,0
Total (IX)	0,00	0,00	0,0

ONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.14.1445], PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA-MT, Data/hora da emissão: 01/abr/2015 14h e 35m" Portaria Nº 553 de 20

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA-MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

Referência: Janeiro - Fevereiro/2015

.REO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO
			Jan a Fev 2015 (l)	% (l/total) x 100	Jan a Fev 2015 (m)	% (m/total) x 100	
.dministração Geral	1.556.000,00	1.536.400,00	633.143,50	17,49	514.775,18	17,32	0,(
ormação de Recursos Humanos	20.000,00	20.000,00	940,00	0,03	240,00	0,01	0,(
.tenção Básica	3.896.200,00	4.046.200,00	1.041.996,45	28,78	985.272,32	33,16	0,(
.ssistência Hospitalar e Ambulatorial	6.042.700,00	6.005.350,00	1.793.717,44	49,54	1.356.110,06	45,64	0,(
uporte Profilático e Terapêutico	320.000,00	279.600,00	28.626,05	0,79	0,00	0,00	0,(
´igilância Sanitária	158.000,00	158.000,00	35.484,84	0,98	35.318,62	1,19	0,(
´igilância Epidemiológica	369.500,00	377.500,00	86.898,53	2,40	79.819,51	2,69	0,(
.limentação e Nutrição	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,(
)utras Subfunções(inclui contr. Patronal)	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,(
'OTAL	12.462.400,00	12.523.050,00	3.620.806,81	100,00	2.971.535,69	100,00	0,(

) Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
) O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
) O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
) Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012
) Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012
) No último bimestre, será utilizada a fórmula [VI(h+i) - (15 x IIIb)/100].
) Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre

ADEMIR GASPAR DE LIMA
Prefeito municipal

IVAN DE ALMEIDA SILVA
Encarregado da Contabilidade

ONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.14.1445], PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA-MT, Data/hora da emissão: 01/abr/2015 14h e 35m" Portaria Nº 553 de 20

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RREO - VII

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA-MT

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2015/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO – Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) R$ 1

PODER / ORGÃO		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total (b)
		Inscritos					Inscritos						
		Exercicios Anteriores	Em 31 de Dezembro 2014	Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Exercicios Anteriores	Em 31 de Dezembro 2014	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	
	RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	12.616,82	2.025.745,85	1.677.042,92	0,00	361.319,75	0,00	82.759,02	60.556,51	60.556,51	0,00	22.202,51	383.522,26
)1	PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA(exceto Intra-Orçam.)-(I)	12.616,82	2.025.745,85	1.677.042,92	0,00	361.319,75	0,00	82.759,02	60.556,51	60.556,51	0,00	22.202,51	383.522,26
)102	GABINETE DO PREFEITO	10.226,30	76.611,38	75.021,38	0,00	11.816,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.816,30
)103	SECRETARIA MUN. DE PLANEJAMENTO, DESEN. ECONÔMICO,	0,00	15.275,68	15.275,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
)104	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	40,52	132.804,50	120.305,50	0,00	12.539,52	0,00	17.400,00	17.400,00	17.400,00	0,00	0,00	12.539,52
)105	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORT	0,00	354.386,97	338.570,09	0,00	15.816,88	0,00	13.579,00	12.855,00	12.855,00	0,00	724,00	16.540,88
)106	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	0,00	482.524,57	454.490,13	0,00	28.034,44	0,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	28.034,44
)107	SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	0,00	18.254,19	18.254,19	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	12.000,00
)108	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	749.516,51	526.619,05	0,00	222.897,46	0,00	31.430,02	27.951,51	27.951,51	0,00	3.478,51	226.375,97
)109	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, TURISMO E MEIC	0,00	24.852,17	24.851,97	0,00	0,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,20
)110	SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO SOCIAL	2.350,00	171.519,88	103.654,93	0,00	70.214,95	0,00	6.350,00	350,00	350,00	0,00	6.000,00	76.214,95
	RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	558,33	145.681,10	145.681,10	0,00	558,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	558,33
)1	PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA(Intra-Orçam.)-(II)	558,33	145.681,10	145.681,10	0,00	558,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	558,33
	TOTAL (III) = (I+II)	13.175,15	2.171.426,95	1.822.724,02	0,00	361.878,08	0,00	82.759,02	60.556,51	60.556,51	0,00	22.202,51	384.080,59

ADEMIR GASPAR DE LIMA
Prefeito municipal

IVAN DE ALMEIDA SILVA
Encarregado da Contabilidade

PREV-JACI
HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 001/2015_PREV-JACI

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2015

PROCESSO ADM Nº 1059/2015

O Diretor Executivo da Prev-Jaci de Jaciara, Estado de Mato Grosso. Sr. JOSÉ ROBERTO CARNEIRO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do inciso XXII do Artigo 4º da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2022 c/c o Inciso VI do Artigo 43 da Lei Federal nº 8.666/93, HOMOLOGA o procedimento Licitatório – modalidade Pregão nº 001/2015 foi vencedor à empresa, AGENDA ASSESSORIA, PLANEJAMENTO E INFORMÁTICA LTDA ao valor global de R$ 21.600,00 (vinte e um mil e seiscentos reais), conforme Relatório Geral de Sessões.

Jaciara-MT, 01 de abril de 2015.

JOSÉ ROBERTO CARNEIRO

DIRETOR EXECUTIVO DA PREV-JACI DE JACIARA - MT

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RREO ANEXO III

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA-MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAR/2014 A FEV/2015

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I) R$

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA
	MAR/2014	ABR/2014	MAI/2014	JUN/2014	JUL/2014	AGO/2014	SET/2014	OUT/2014	NOV/2014	DEZ/2014	JAN/2015	FEV/2015		
RECEITAS CORRENTES (I)	4.306.625,88	5.844.933,78	5.438.638,81	5.784.679,91	4.662.271,41	4.884.610,75	5.579.784,96	4.788.919,02	4.112.862,85	5.906.430,20	4.336.838,02	4.254.494,36	59.901.089,95	55.701.064,31
RECEITA TRIBUTÁRIA	652.689,48	1.267.506,96	933.366,43	424.057,17	759.233,46	904.371,88	915.475,57	688.163,64	387.395,00	463.646,72	355.388,53	161.783,41	7.913.078,25	6.593.076,34
IPTU	1.343,04	414.195,89	362.408,97	43.848,64	26.671,17	12.695,66	10.940,66	4.912,70	6.993,89	20.275,92	571,34	89,04	904.946,92	958.768,58
ISS	423.074,08	171.449,93	244.371,99	191.855,69	515.208,37	369.995,75	684.722,45	491.816,22	174.817,66	199.367,02	283.040,49	63.708,71	3.813.428,36	2.736.711,44
ITBI	24.716,24	382.137,65	85.914,28	36.066,08	66.657,23	384.871,64	78.621,57	44.968,57	94.081,45	54.534,67	17.570,92	50.880,00	1.321.020,30	952.503,44
IRRF	76.559,49	103.422,96	79.140,42	90.895,88	94.955,99	89.420,57	89.584,37	86.599,38	69.539,36	132.722,65	13.517,18	8.058,96	934.417,21	955.637,62
Outras receitas Tributárias	126.996,63	196.300,53	161.530,77	61.390,88	55.740,70	47.388,26	51.606,52	59.866,77	41.962,64	56.746,46	40.688,60	39.046,70	939.265,46	989.455,20
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	63.830,87	64.201,43	64.366,36	661.113,34	71.106,44	70.714,70	518.784,73	210.914,70	32.609,27	392.858,72	29.462,16	0,00	2.179.962,72	2.539.450,78
RECEITA PATRIMONIAL	83.286,06	90.605,62	58.371,27	704.182,23	36.110,56	35.426,59	423.292,25	265.125,53	30.394,58	258.240,09	28.209,96	19.790,39	2.033.035,13	1.973.000,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇO	203.997,15	222.217,92	233.892,94	236.607,89	267.631,59	263.743,87	277.223,13	344.125,35	312.029,71	371.631,04	205.729,76	167.648,92	3.106.479,27	2.368.556,30
TRANSFERENCIAS CORRENTES	3.198.347,45	4.136.201,79	4.065.042,59	3.240.041,42	3.433.857,57	3.557.288,25	3.132.418,87	3.442.279,76	3.281.995,85	4.148.292,60	3.581.471,71	3.807.581,12	43.024.818,98	40.703.260,68
Cota Parte do FPM	837.450,34	955.808,56	1.273.732,43	955.217,12	820.410,64	996.659,34	873.655,24	825.694,18	1.092.911,83	1.757.845,96	1.333.270,46	1.361.010,82	13.083.666,92	11.999.389,25
Cota Parte do ICMS	695.458,08	883.602,80	731.671,68	671.755,23	985.115,59	832.520,71	867.400,97	858.470,92	825.988,26	868.984,32	768.472,72	628.165,89	9.617.607,17	9.512.227,15
Cota Parte do IPVA	536.014,51	730.943,17	662.123,91	301.898,65	177.564,17	132.897,10	64.972,20	112.101,47	70.458,80	37.904,58	24.625,72	499.326,39	3.350.830,67	2.936.195,00
Cota Parte do ITR	2.467,73	386,87	1.984,69	1.674,75	335,87	13.931,71	14.244,69	284.536,03	52.112,05	77.129,78	32.629,38	31.373,77	512.807,32	398.600,00
Transf. da LC 87/1996	0,00	4.409,68	4.409,68	4.409,68	4.409,68	4.409,68	4.409,68	4.409,68	4.409,68	8.819,36	0,00	0,00	44.096,80	55.690,71
Transf. da LC 61/1989	0,00	19.155,39	6.462,23	7.028,73	6.694,49	6.877,33	7.089,00	12.985,46	8.068,99	7.967,89	0,00	0,00	82.329,51	68.084,46
Transferencias do FUNDEB	428.390,51	531.116,07	509.563,32	436.478,66	447.885,73	583.259,49	477.636,34	550.035,05	501.762,32	535.852,34	523.775,19	546.072,70	6.071.827,72	5.709.163,00
Outras Transferências Correntes	698.566,28	1.010.779,25	875.094,65	861.578,60	991.441,40	986.732,89	823.010,75	794.046,97	726.283,92	853.788,37	898.698,24	741.631,55	10.261.652,87	10.023.911,11
Outras Receitas Correntes	104.474,87	64.200,06	83.599,22	518.677,86	94.331,79	53.065,46	312.590,41	-161.689,96	68.438,44	271.761,03	136.575,90	97.690,52	1.643.715,60	1.523.720,21
DEDUÇÕES (II)	414.278,02	515.030,10	534.679,33	1.048.714,99	397.567,02	396.083,58	764.740,50	549.244,45	409.176,02	714.388,32	431.799,59	509.373,45	6.685.075,37	6.875.278,90
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	633.549,01	0,00	0,00	395.066,64	132.202,11	0,00	273.992,77	0,00	0,00	1.434.810,53	1.760.000,00
Compens Financ. entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	28.174,97	0,00	0,00	4.737,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32.912,37	165.000,00
Dedução da Receita para Formação do FUNDEB	414.278,02	515.030,10	534.679,33	386.991,01	397.567,02	396.083,58	364.936,46	417.042,34	409.176,02	440.395,55	431.799,59	509.373,45	5.217.352,47	4.950.278,90
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I)-(II)	3.892.347,86	5.329.903,68	4.903.959,48	4.735.964,92	4.264.704,39	4.488.527,17	4.815.044,46	4.239.674,57	3.703.686,83	5.192.041,88	3.905.038,43	3.745.120,91	53.216.014,58	48.825.785,41

ADEMIR GASPAR DE LIMA
Prefeito municipal

IVAN DE ALMEIDA SILVA
Encarregado da Contabilidade

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.14.1445], PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA-MT, Data/hora da emissão: 31/mar/2015 13h e 10m" Portaria Nº 553 de 201

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RREO ANEXO IV

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA-MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2015/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II) R$ 1

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Jan a Fev 2015	Jan a Fev 2014
RECEITAS PREVIDENCÍARIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	3.300.000,00	3.300.000,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	3.300.000,00	3.300.000,00	0,00	0,00
Receita de Contribuição dos Segurados	1.735.000,00	1.735.000,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	1.735.000,00	1.735.000,00	0,00	0,00
Ativo	1.720.000,00	1.720.000,00	0,00	0,00
Inativo	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	1.375.000,00	1.375.000,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	1.375.000,00	1.375.000,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	165.000,00	165.000,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	165.000,00	165.000,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimo	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCÍARIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.222.000,00	2.222.000,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCÍARIAS - RPPS (III) = (I+II)	5.522.000,00	5.522.000,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.14.1445], PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA-MT, Data/hora da emissão: 31/mar/2015 13h e 12m" Portaria Nº 553 de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA-MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2015/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II)

R$ 1

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Jan a Fev/2015	Jan a Fev/2014	Jan a Fev/2015	Jan a Fev/2014	Em 2015	Em 2014
DESPESAS PREVIDENCÍARIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	4.982.000,00	4.982.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	607.100,00	607.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	542.100,00	542.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	65.000,00	65.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA	4.374.900,00	4.374.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	4.374.900,00	4.374.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentados	2.680.000,00	2.680.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	554.900,00	554.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdencíarios	1.140.000,00	1.140.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdencíarios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdencíarias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdencíaria do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdencíarias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PRECIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV+V)	4.982.000,00	4.982.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCÍARIO (VII) = (III-VI)	540.000,00	540.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	APORTES REALIZADOS
TOTAL DOS APORTES PARA O EPPS	0,00
Plano Financeiro	0,00
Recursos para Cobertura de Insufuciências Financeiras	0,00
Recursos para Formatação de Reserva	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Plano Previdenciário	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	540.000,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	Em 2015	Em 2014
CAIXA	1.932.925,67	0,00
BANCOS CONTA MOVIMENTO	12.927.076,92	14.099.622,18
INVESTIMENTOS	97.125,80	97.125,80
OUTROS BENS E DIREITOS	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.14.1445], PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA-MT, Data/hora da emissão: 31/mar/2015 13h e 12m"

Portaria Nº 553 de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA-MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2015/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II) R$ 1

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Jan a Fev 2015	Jan a Fev 2014
RECEITAS CORRENTES (VIII)	2.222.000,00	2.222.000,00	0,00	0,00
Receitas de Contribuições	2.090.000,00	2.090.000,00	0,00	0,00
Patronal	1.920.000,00	1.920.000,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	1.920.000,00	1.920.000,00	0,00	0,00
Ativo	1.920.000,00	1.920.000,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	170.000,00	170.000,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	132.000,00	132.000,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII+IX-X)	2.222.000,00	2.222.000,00	0,00	0,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Jan a Fev/2015	Jan a Fev/2014	Jan a Fev/2015	Jan a Fev/2014	Em 2015	Em 2014
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ADEMIR GASPAR DE LIMA
Prefeito municipal

IVAN DE ALMEIDA SILVA
Encarregado da Contabilidade

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.14.1445], PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA-MT, Data/hora da emissão: 31/mar/2015 13h e 12m" Portaria Nº 553 de 2014

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RREO - ANEXO VI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA-MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2015/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO – ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Jan a Fev 2015	Jan a Fev 2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	51.007.785,41	7.603.693,70	8.367.741,79
Receita Tributária	6.593.076,34	518.706,65	841.555,61
IPTU	958.768,58	660,38	906,24
ISS	2.736.711,44	347.102,07	390.993,62
ITBI	952.503,44	68.450,92	108.151,63
IRRF	955.637,62	22.757,98	165.621,10
Taxas	989.455,26	79.735,30	175.883,02
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Tributárias	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições	4.629.450,78	29.462,16	135.575,23
Receitas Previdenciárias	3.850.000,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	779.450,78	29.462,16	135.575,23
Receita Patrimonial Líquida	8.000,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	1.973.000,00	48.000,35	179.242,15
(-)Aplicações Financeiras	1.965.000,00	48.000,35	179.242,15
Transferências Correntes	35.752.981,78	6.447.879,79	6.811.086,53
LC 61/89	68.084,46	0,00	6.920,70
LC 87/96	44.552,57	0,00	8.819,36
Convênios	808.089,70	111.718,94	177.124,54
FPM	9.629.652,92	2.155.425,06	2.187.054,36
ICMS	7.609.781,72	1.117.310,93	1.243.624,04
IPVA	2.348.956,00	413.763,56	474.349,86
ITR	318.880,00	51.202,56	74.264,43
Outras Transferências Correntes	14.924.984,41	2.598.458,74	2.638.929,24
Demais Receitas Correntes	4.024.276,51	607.645,10	579.524,42
Dívida Ativa	675.000,73	160.153,57	166.858,10
Diversas Receitas Correntes	3.349.275,78	447.491,53	412.666,32
RECEITAS DE CAPITAL (II)	3.024.795,23	0,00	1.013.561,63
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens (V)	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	3.024.795,23	0,00	1.013.561,63
Convênios	2.213.230,85	0,00	870.857,63
Outras Transferências de Capital	811.564,38	0,00	142.704,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI)=(II-III-IV-V)	3.024.795,23	0,00	1.013.561,63
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL(VII)=(I+VI)	54.032.580,64	7.603.693,70	9.381.303,42

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.14.1445], PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA-MT, Data/hora da emissão: 01/abr/2015 14h e 38m" Portaria Nº 553 de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA-MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2015/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO – ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Jan a Fev 2015	Jan a Fev 2014	Jan a Fev 2015	Jan a Fev 2014	Em 2015	Em 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	50.137.835,79	12.297.931,42	11.652.589,69	8.060.637,27	8.392.055,41	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	30.129.003,00	5.174.720,87	4.821.133,88	5.174.720,87	4.821.133,88	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (IX)	122.000,00	118.954,87	107.687,17	22.622,77	17.419,20	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	19.886.832,79	7.004.255,68	6.723.768,64	2.863.293,63	3.553.502,33	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII-IX)	50.015.835,79	12.178.976,55	11.544.902,52	8.038.014,50	8.374.636,21	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	5.046.737,00	1.532.360,62	2.204.312,70	1.015.073,55	1.589.403,05	0,00	0,00
Investimentos	4.158.737,00	924.284,74	1.414.898,63	892.805,41	1.344.913,16	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado(XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	888.000,00	608.075,88	789.414,07	122.268,14	244.489,89	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV)=(XI-XII-XIII-XIV)	4.158.737,00	924.284,74	1.414.898,63	892.805,41	1.344.913,16	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	507.007,85	-	-	-	-		
RESERVA DO RPPS (XVII)	540.000,00	-	-	-	-		
DESPESAS PRIMÁRIAS TOTAL (XVIII)=(X+XV+XVI+XVII)	55.221.580,64	13.103.261,29	12.959.801,15	8.930.819,91	9.719.549,37	0,00	0,00
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX)=(VII-XVIII)	-1.189.000,00	-5.499.567,59	-3.578.497,73	-1.327.126,21	-338.245,95	0,00	0,00
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	0,00	1.376.885,80	0,00	1.376.885,80		

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS	

ADEMIR GASPAR DE LIMA
Prefeito municipal

IVAN DE ALMEIDA SILVA
Encarregado da Contabilidade

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.14.1445], PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA-MT, Data/hora da emissão: 01/abr/2015 14h e 38m" Portaria Nº 553 de 2014

CÂMARA MUNICIPAL DE JACIARA
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2015.

Processo Licitatório n.º 04/2015, Pregão Presencial n.º 01/2015. Que tem por objeto o registro de preços para eventual contratação de veículo de comunicação (rádio, televisão, jornal impresso), conforme termo de referência constante no anexo I do Edital do Pregão Presencial 01/2015. O qual teve como vencedoras as Empresas: **Rádio Xavantes de Jaciara Ltda ME**, inscrita no CNPJ sob o n.º 00.171.728/0001-86, com o seguinte valor R$ 1.440,00 (mil quatrocentos e quarenta reais); **São Lourenço Comunicações Ltda**, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.052.816/0001-57, com o seguinte valor R$ 52,00 (cinqüenta e dois reais); *Antonio Marcos Rodrigues Edições ME*, inscrita no CNPJ sob o n.º 05.467.955/0001-77, com o seguinte valor R$ 12,00 (doze reais). O Presidente da Câmara resolve **HOMOLOGAR** o processo licitatório em epígrafe.

Jaciara-MT, 02 de abril de 2015.

Sidney de Souza Soares

Presidente da Câmara Municipal de Jaciara

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RREO - ANEXO II

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA-MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2015/BIMESTRE

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS EXECUTADAS			SALDO	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			BIMESTRE	ATÉ BIMESTRE	%		BIMESTRE	ATÉ BIMESTRE	%		
		(a)		(b)	(b/total b)	(c) = (a-b)		(d)	(d/total d)	(e) = (a-d)	(f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	54.259.180,64	54.497.180,64	13.678.614,59	13.678.614,59	100,00	40.818.566,05	8.923.689,87	8.923.689,87	100,00	45.573.490,77	0,00
Legislativa	2.313.000,00	2.313.000,00	0,00	0,00	0,00	2.313.000,00	0,00	0,00	0,00	2.313.000,00	0,00
Ação Legislativa	2.313.000,00	2.313.000,00	0,00	0,00	0,00	2.313.000,00	0,00	0,00	0,00	2.313.000,00	0,00
Administração	6.629.700,00	6.470.685,00	1.898.635,88	1.898.635,88	13,88	4.572.049,12	1.147.359,83	1.147.359,83	12,86	5.323.325,17	0,00
Planejamento e Orçamento	35.000,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00
Administração Geral	5.897.700,00	5.738.185,00	1.788.867,53	1.788.867,53	13,08	3.949.317,47	1.100.343,32	1.100.343,32	12,33	4.637.841,68	0,00
Formação de Recursos Humanos	42.000,00	42.000,00	400,00	400,00	0,00	41.600,00	200,00	200,00	0,00	41.800,00	0,00
Alimentação e Nutrição	650.000,00	650.500,00	109.368,35	109.368,35	0,80	541.131,65	46.816,51	46.816,51	0,52	603.683,49	0,00
Desenvolvimento Científico	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00
Segurança Pública	35.000,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00
Defesa Civil	35.000,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00
Assistência Social	2.237.000,00	2.276.175,00	593.775,68	593.775,68	4,34	1.682.399,32	326.824,21	326.824,21	3,66	1.949.350,79	0,00
Administração Geral	17.000,00	30.300,00	18.950,00	18.950,00	0,14	11.350,00	18.950,00	18.950,00	0,21	11.350,00	0,00
Formação de Recursos Humanos	18.000,00	18.000,00	2.160,00	2.160,00	0,02	15.840,00	1.200,00	1.200,00	0,01	16.800,00	0,00
Assistência ao Idoso	123.000,00	123.000,00	33.520,37	33.520,37	0,25	89.479,63	1.012,55	1.012,55	0,01	121.987,45	0,00
Assistência ao Portador de Deficiência	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00
Assistência à Criança a ao Adolescente	476.500,00	485.400,00	119.350,43	119.350,43	0,87	366.049,57	58.142,02	58.142,02	0,65	427.257,98	0,00
Assistência Comunitária	1.600.500,00	1.617.475,00	419.794,88	419.794,88	3,07	1.197.680,12	247.519,64	247.519,64	2,77	1.369.955,36	0,00
Previdência Social	4.444.900,00	4.444.900,00	0,00	0,00	0,00	4.444.900,00	0,00	0,00	0,00	4.444.900,00	0,00
Previdência do Regime Estatutário	4.444.900,00	4.444.900,00	0,00	0,00	0,00	4.444.900,00	0,00	0,00	0,00	4.444.900,00	0,00
Saúde	12.462.400,00	12.523.050,00	3.621.150,31	3.621.150,31	26,47	8.901.899,69	2.971.535,69	2.971.535,69	33,30	9.551.514,31	0,00
Administração Geral	1.556.000,00	1.536.400,00	633.143,50	633.143,50	4,63	903.256,50	514.775,18	514.775,18	5,77	1.021.624,82	0,00
Formação de Recursos Humanos	20.000,00	20.000,00	940,00	940,00	0,01	19.060,00	240,00	240,00	0,00	19.760,00	0,00
Atenção Básica	3.896.200,00	4.046.200,00	1.041.192,59	1.041.192,59	7,61	3.005.007,41	985.272,32	985.272,32	11,04	3.060.927,68	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	6.042.700,00	6.005.350,00	1.794.864,80	1.794.864,80	13,12	4.210.485,20	1.356.110,06	1.356.110,06	15,20	4.649.239,94	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	320.000,00	279.600,00	28.626,05	28.626,05	0,21	250.973,95	0,00	0,00	0,00	279.600,00	0,00
Vigilância Sanitária	158.000,00	158.000,00	35.484,84	35.484,84	0,26	122.515,16	35.318,62	35.318,62	0,40	122.681,38	0,00
Vigilância Epidemiológica	369.500,00	377.500,00	86.898,53	86.898,53	0,64	290.601,47	79.819,51	79.819,51	0,89	297.680,49	0,00
Alimentação e Nutrição	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00
Educação	11.391.837,00	11.584.847,00	2.167.048,03	2.167.048,03	15,84	9.417.798,97	1.810.988,67	1.810.988,67	20,29	9.773.858,33	0,00
Administração Geral	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00
Formação de Recursos Humanos	40.000,00	40.000,00	840,00	840,00	0,01	39.160,00	840,00	840,00	0,01	39.160,00	0,00
Ensino Fundamental	7.328.702,20	7.303.702,20	1.135.955,57	1.135.955,57	8,30	6.167.746,63	884.744,95	884.744,95	9,91	6.418.957,25	0,00
Educação Infantil	3.666.000,00	3.884.010,00	1.005.623,64	1.005.623,64	7,35	2.878.386,36	900.774,90	900.774,90	10,09	2.983.235,10	0,00
Educação de Jovens e Adultos	87.200,00	87.200,00	1.950,00	1.950,00	0,01	85.250,00	1.950,00	1.950,00	0,02	85.250,00	0,00
Educação Especial	219.934,80	219.934,80	22.678,82	22.678,82	0,17	197.255,98	22.678,82	22.678,82	0,25	197.255,98	0,00
Cultura	272.000,00	272.000,00	75.141,57	75.141,57	0,55	196.858,43	15.817,14	15.817,14	0,18	256.182,86	0,00
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
Difusão Cultural	271.000,00	271.000,00	75.141,57	75.141,57	0,55	195.858,43	15.817,14	15.817,14	0,18	255.182,86	0,00
Direitos da Cidadania	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.14.1445], PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA-MT, Data/hora da emissão: 31/mar/2015 13h e 07m" Portaria Nº 553 de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA-MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2015/BIMESTRE

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS EXECUTADAS			SALDO	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			BIMESTRE	ATÉ BIMESTRE	%		BIMESTRE	ATÉ BIMESTRE	%		
		(a)		(b)	(b/total b)	(c) = (a-b)		(d)	(d/total d)	(e) = (a-d)	(f)
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00
Urbanismo	6.850.000,00	6.878.000,00	1.705.681,65	1.705.681,65	12,47	5.172.318,35	1.283.005,16	1.283.005,16	14,38	5.594.994,84	0,00
Administração Geral	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
Formação de Recursos Humanos	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00	0,00
Infra-Estrutura Urbana	685.400,00	675.400,00	293.361,05	293.361,05	2,14	382.038,95	286.842,17	286.842,17	3,21	388.557,83	0,00
Serviços Urbanos	6.155.600,00	6.193.600,00	1.412.320,60	1.412.320,60	10,33	4.781.279,40	996.162,99	996.162,99	11,16	5.197.437,01	0,00
Habitação	251.000,00	288.000,00	216.347,80	216.347,80	1,58	71.652,20	216.347,80	216.347,80	2,42	71.652,20	0,00
Habitação Rural	53.000,00	53.000,00	0,00	0,00	0,00	53.000,00	0,00	0,00	0,00	53.000,00	0,00
Habitação Urbana	198.000,00	235.000,00	216.347,80	216.347,80	1,58	18.652,20	216.347,80	216.347,80	2,42	18.652,20	0,00
Saneamento	2.192.000,00	2.201.800,00	1.474.074,35	1.474.074,35	10,78	727.725,65	480.499,46	480.499,46	5,38	1.721.300,54	0,00
Administração Geral	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	2.190.000,00	2.199.800,00	1.474.074,35	1.474.074,35	10,78	725.725,65	480.499,46	480.499,46	5,38	1.719.300,54	0,00
Gestão Ambiental	204.000,00	215.000,00	75.225,75	75.225,75	0,55	139.774,25	24.359,81	24.359,81	0,27	190.640,19	0,00
Administração Geral	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	185.000,00	196.000,00	75.225,75	75.225,75	0,55	120.774,25	24.359,81	24.359,81	0,27	171.640,19	0,00
Controle Ambiental	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00
Recuperação de Áreas Degradadas	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00
Ciência e Tecnologia	33.000,00	33.000,00	0,00	0,00	0,00	33.000,00	0,00	0,00	0,00	33.000,00	0,00
Desenvolvimento Científico	23.000,00	23.000,00	0,00	0,00	0,00	23.000,00	0,00	0,00	0,00	23.000,00	0,00
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
Agricultura	346.000,00	342.000,00	90.427,11	90.427,11	0,66	251.572,89	48.166,56	48.166,56	0,54	293.833,44	0,00
Promoção da Produção Vegetal	225.000,00	231.000,00	90.277,11	90.277,11	0,66	140.722,89	48.016,56	48.016,56	0,54	182.983,44	0,00
Promoção da Produção Animal	49.000,00	39.000,00	0,00	0,00	0,00	39.000,00	0,00	0,00	0,00	39.000,00	0,00
Abastecimento	9.000,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00	0,00
Extensão Rural	62.000,00	62.000,00	150,00	150,00	0,00	61.850,00	150,00	150,00	0,00	61.850,00	0,00
Irrigação	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
Indústria	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00
Promoção Industrial	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00
Comércio e Serviços	495.000,00	534.800,00	326.021,13	326.021,13	2,38	208.778,87	310.358,81	310.358,81	3,48	224.441,19	0,00
Promoção Comercial	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
Turismo	494.000,00	533.800,00	326.021,13	326.021,13	2,38	207.778,87	310.358,81	310.358,81	3,48	223.441,19	0,00
Transporte	163.000,00	152.580,00	14.295,20	14.295,20	0,10	138.284,80	14.295,20	14.295,20	0,16	138.284,80	0,00
Transporte Rodoviário	163.000,00	152.580,00	14.295,20	14.295,20	0,10	138.284,80	14.295,20	14.295,20	0,16	138.284,80	0,00
Desporto e Lazer	777.335,79	801.335,79	104.387,76	104.387,76	0,76	696.948,03	74.206,03	74.206,03	0,83	727.129,76	0,00
Desporto de Rendimento	777.335,79	801.335,79	104.387,76	104.387,76	0,76	696.948,03	74.206,03	74.206,03	0,83	727.129,76	0,00
Encargos Especiais	1.910.000,00	1.879.000,00	1.316.402,37	1.316.402,37	9,62	562.597,63	199.925,50	199.925,50	2,24	1.679.074,50	0,00
Serviço da Dívida Interna	1.050.000,00	1.050.000,00	755.398,75	755.398,75	5,52	294.601,25	149.618,91	149.618,91	1,68	900.381,09	0,00
Outros Encargos Especiais	860.000,00	829.000,00	561.003,62	561.003,62	4,10	267.996,38	50.306,59	50.306,59	0,56	778.693,41	0,00
Reserva de Contingência	1.047.007,85	1.047.007,85	0,00	0,00	0,00	1.047.007,85	0,00	0,00	0,00	1.047.007,85	0,00
Reserva de Contingência	1.047.007,85	1.047.007,85	0,00	0,00	0,00	1.047.007,85	0,00	0,00	0,00	1.047.007,85	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.14.1445], PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA-MT, Data/hora da emissão: 31/mar/2015 13h e 07m" Portaria Nº 553 de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA-MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2015/BIMESTRE

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS EXECUTADAS			SALDO	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			BIMESTRE	ATÉ BIMESTRE	%		BIMESTRE	ATÉ BIMESTRE	%		
		(a)		(b)	(b/total b)	(c) = (a-b)		(d)	(d/total d)	(e) = (a-d)	(f)
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	1.738.400,00	1.734.400,00	152.020,95	152.020,95	100,00	1.582.379,05	152.020,95	152.020,95	100,00	1.582.379,05	0,00
Legislativa	67.000,00	67.000,00	0,00	0,00	0,00	67.000,00	0,00	0,00	0,00	67.000,00	0,00
Ação Legislativa	67.000,00	67.000,00	0,00	0,00	0,00	67.000,00	0,00	0,00	0,00	67.000,00	0,00
Administração	185.400,00	185.400,00	9.433,90	9.433,90	6,21	175.966,10	9.433,90	9.433,90	6,21	175.966,10	0,00
Planejamento e Orçamento	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00
Administração Geral	180.400,00	180.400,00	9.433,90	9.433,90	6,21	170.966,10	9.433,90	9.433,90	6,21	170.966,10	0,00
Assistência Social	89.000,00	85.000,00	3.985,13	3.985,13	2,62	81.014,87	3.985,13	3.985,13	2,62	81.014,87	0,00
Assistência ao Idoso	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00
Assistência à Criança a ao Adolescente	9.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00	0,00
Assistência Comunitária	78.000,00	75.000,00	3.985,13	3.985,13	2,62	71.014,87	3.985,13	3.985,13	2,62	71.014,87	0,00
Saúde	569.000,00	569.000,00	84.208,61	84.208,61	55,39	484.791,39	84.208,61	84.208,61	55,39	484.791,39	0,00
Administração Geral	80.000,00	80.000,00	8.705,72	8.705,72	5,73	71.294,28	8.705,72	8.705,72	5,73	71.294,28	0,00
Atenção Básica	247.000,00	247.000,00	39.307,57	39.307,57	25,86	207.692,43	39.307,57	39.307,57	25,86	207.692,43	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	208.000,00	208.000,00	29.001,55	29.001,55	19,08	178.998,45	29.001,55	29.001,55	19,08	178.998,45	0,00
Vigilância Sanitária	12.000,00	12.000,00	2.223,12	2.223,12	1,46	9.776,88	2.223,12	2.223,12	1,46	9.776,88	0,00
Vigilância Epidemiológica	22.000,00	22.000,00	4.970,65	4.970,65	3,27	17.029,35	4.970,65	4.970,65	3,27	17.029,35	0,00
Educação	610.000,00	610.000,00	45.047,61	45.047,61	29,63	564.952,39	45.047,61	45.047,61	29,63	564.952,39	0,00
Ensino Fundamental	306.000,00	306.000,00	13.808,55	13.808,55	9,08	292.191,45	13.808,55	13.808,55	9,08	292.191,45	0,00
Educação Infantil	274.000,00	274.000,00	30.769,43	30.769,43	20,24	243.230,57	30.769,43	30.769,43	20,24	243.230,57	0,00
Educação de Jovens e Adultos	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00	0,00
Educação Especial	22.000,00	22.000,00	469,63	469,63	0,31	21.530,37	469,63	469,63	0,31	21.530,37	0,00
Cultura	17.000,00	17.000,00	0,00	0,00	0,00	17.000,00	0,00	0,00	0,00	17.000,00	0,00
Difusão Cultural	17.000,00	17.000,00	0,00	0,00	0,00	17.000,00	0,00	0,00	0,00	17.000,00	0,00
Urbanismo	125.000,00	125.000,00	5.034,03	5.034,03	3,31	119.965,97	5.034,03	5.034,03	3,31	119.965,97	0,00
Serviços Urbanos	125.000,00	125.000,00	5.034,03	5.034,03	3,31	119.965,97	5.034,03	5.034,03	3,31	119.965,97	0,00
Saneamento	35.000,00	35.000,00	847,24	847,24	0,56	34.152,76	847,24	847,24	0,56	34.152,76	0,00
Saneamento Básico Urbano	35.000,00	35.000,00	847,24	847,24	0,56	34.152,76	847,24	847,24	0,56	34.152,76	0,00
Gestão Ambiental	9.000,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	9.000,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00	0,00
Agricultura	7.000,00	7.000,00	705,57	705,57	0,46	6.294,43	705,57	705,57	0,46	6.294,43	0,00
Promoção da Produção Vegetal	7.000,00	7.000,00	705,57	705,57	0,46	6.294,43	705,57	705,57	0,46	6.294,43	0,00
Comércio e Serviços	10.000,00	10.000,00	1.025,26	1.025,26	0,67	8.974,74	1.025,26	1.025,26	0,67	8.974,74	0,00
Turismo	10.000,00	10.000,00	1.025,26	1.025,26	0,67	8.974,74	1.025,26	1.025,26	0,67	8.974,74	0,00
Desporto e Lazer	15.000,00	15.000,00	1.733,60	1.733,60	1,14	13.266,40	1.733,60	1.733,60	1,14	13.266,40	0,00
Desporto de Rendimento	15.000,00	15.000,00	1.733,60	1.733,60	1,14	13.266,40	1.733,60	1.733,60	1,14	13.266,40	0,00
TOTAL (III)=(I+II)	55.997.580,64	56.231.580,64	13.830.635,54	13.830.635,54	100,00	42.400.945,10	9.075.710,82	9.075.710,82	100,00	47.155.869,82	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.14.1445], PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA-MT, Data/hora da emissão: 31/mar/2015 13h e 07m" Portaria Nº 553 de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA-MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2015/BIMESTRE

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS EXECUTADAS			SALDO	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			BIMESTRE	ATÉ BIMESTRE	%		BIMESTRE	ATÉ BIMESTRE	%		
		(a)		(b)	(b/total b)	(c) = (a-b)		(d)	(d/total d)	(e) = (a-d)	(f)

ADEMIR GASPAR DE LIMA
Prefeito municipal

IVAN DE ALMEIDA SILVA
Encarregado da Contabilidade

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.14.1445], PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA-MT, Data/hora da emissão: 31/mar/2015 13h e 07m" Portaria Nº 553 de 2014

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RREO - ANEXO V

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA-MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2015/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (a)	Bim Anterior (b)	Em 28 Fev 2015 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	-	-	-
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III)=(I-II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III+IV-V)	0,00	0,00	0,00

RESULTADO NOMINAL	PERIODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (c-b)	JAN A FEV 2015 (c-a)
RESULTADO NOMINAL	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIAÁRIA	SALDO		
	Em 31 Dez 2014	Bimestre Anterior	JAN A FEV 2015
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX)=(VII-VII	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI)=(IX-X)	0,00	0,00	0,00

ADEMIR GASPAR DE LIMA
Prefeito municipal

IVAN DE ALMEIDA SILVA
Encarregado da Contabilidade

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.14.1445], PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA-MT, Data/hora da emissão: 01/abr/2015 14h e 37m" Portaria Nº 553 de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 010/2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 00497/2015

REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 009/2015 Regido pela Lei nº. 10.520, de 17 de Julho de 2002, Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Municipal nº. 067 de 01 de Dezembro 2009 e Decreto Municipal nº. 058/2009 de 03 de Novembro 2009, Decreto Federal 3.555/2000 e subsidiariamente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Objeto: **Registro de preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica especializada em locação de veículos para as secretarias municipais; conforme anexo I.**

SESSÃO PÚBLICA PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.

DATA 14/04/2015 HORARIO 08:00 horas

Local: Paço Municipal Presidente "Tancredo de Almeida Neves" Prefeitura Municipal de Jauru – Situada na Rua do Comercio, 480, Centro – Jauru – MT; CEP 78.255-000.

Pregoeiro – Gilmar Junior Ferreira

Telefone: (65) 3244-1855 ou 1849 (setor de Licitação)

www.jauru.mt.gov.br

E-mail: licitacao@jauru.mt.gov.br

EDITAL COMPLEMENTAR 001/2015 - PREGÃO 006/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2015

EDITAL COMPLEMENTAR 001/2015

Objeto: Contratação de empresa para Aquisição de locação de materiais e serviços para promoção de eventos, compreendendo: Locação de Grades Inibidoras, Chapas de Fechamento, tablados, portais de entrada, telões, camarins, palcos, painéis de lede, tendas, banheiros químicos, sonorização, gerador, iluminação, filmagem, através do sistema de registro de preços, destinados aos eventos a serem realizados pelo Poder Executivo do Município de Jauru-MT, **conforme anexo I – Termo de Referencia.**

Tipo: menor preço por unitário

1. PREÂMBULO

O Município de Jauru, através da Secretaria Municipal de Administração, por intermédio do seu Pregoeiro, designado pela Portaria nº. 003/2015, torna **público**, para todos os interessados, que em razão de alteração do item 6, "6.1" ficam alteradas as datas constantes no edital da referida licitação, e com base no que dispõe as Leis Federais nºs. 8.666/93 e 10.520/2002 e demais legislação complementar e ainda, em prestígio aos princípios norteadores da Administração Pública e das licitações, expede o

Edital Complementar nº 001/2015 ao Edital de Pregão Presencial nº 006/2015,

conforme a condições que seguem:

2. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

2.1. O objeto do Pregão Presencial nº 004/2015, permanece inalterado.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 – Poderão participar da presente licitação quaisquer empresas legalmente constituídas, do ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, conforme – Anexo I – Termo de Referencia e que se apresentarem, até às 10:00 horas do dia 14 de abril de 2015 ao Pregoeiro, em sessão pública, no endereço constante no preâmbulo deste edital.

4. DA NOVA DATA, HORA E LOCAL DA SESSÃO DE ABERTURA.

4.1. A sessão de processamento do citado Pregão será realizada na sala de Licitação, Rua do Comercio nº 480, no município de Jauru - Estado de Mato Grosso.

4.2. Os envelopes contendo a proposta e a documentação para habilitação deverá ser entregue até às 10 horas do dia 14/04/2015 no endereço constante do item 3.1.

3.3. Na mesma data, hora e local acima especificados, dar-se-á inicio à realização do pregão com a abertura dos envelopes dizendo conter as propostas.

3.4. A reabertura do prazo tem fulcro no Art. 21, § 4º da Lei 8.666/93.

6. DAS CONDIÇÕES GERAIS

4.1. Permanecem inalteradas todas as demais condições do edital original.

4.2. Informações podem ser obtidas pelo fone/fax (065)3244-1855 ou pelo e-mail licitacao@jauru.mt.gov.br .

Jauru – MT, 01 de abril de 2015.

Gilmar Ferreira Junior

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO N. 16/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA-MT

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO:

MODALIDADE: PREGÃO Nº. 016/2015

TIPO: PRESENCIAL

JULGAMENTO: MENOR VALOR POR LOTE

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Juara, designado pela Portaria GP nº 250/2010, e equipe de Apoio, nomeada pela Portaria GP nº 02/2015, torna público aos interessados que o processo licitatório realizado na modalidade de Pregão nº. 016/2015, cuja abertura ocorreu as 14h00 - Local, do dia 01/04/2015, na sala de Licitação da Prefeitura Municipal. Objeto: **FUTURA E EVENTUAL AQUISICAO DE MATERIAIS PARA PINTURA, ELETRICOS E GRAFICOS EM ATENDIMENTO AO CENTRO DE ATENDIMENTO AO TURISTA – CAT, CONFORME CONVENIO/ESTADO/SEDTUR N. 067/2014,** sagrou-se vencedora a empresa: **PERES & BOS LTDA,** inscrita com o CNPJ sob o n. 10.329.970/0001-99, localizada à Avenida Rio Arinos, 1220W, Centro, CEP: 78.575-000, no município de Juara/MT, sendo vencedora para os Lote 01 – Materiais de Expediente e Pintura, com o Valor Global de R$ 3.795,00 (três mil e setecentos e noventa e cinco reais) e Lote 02 – Materiais e Elétricos e Expediente, com o Valor Global de R$ 2.965,25 (dois mil e novecentos e sessenta e cinco reais e vinte e cinco centavos). O Lote 03 – Materiais Gráficos sagrou-se DESERTO.

Juara-MT, 01 de Abril de 2015.

José Roberto Pereira Alves Edson Miguel Piovesan

Pregoeiro Oficial Prefeito Municipal

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO:

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA-MT

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO:

MODALIDADE: PREGÃO Nº. 015/2015

TIPO: PRESENCIAL

JULGAMENTO: MENOR VALOR POR EMPREITADA GLOBAL

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Juara, designado pela Portaria GP nº 250/2010, e equipe de Apoio, nomeada pela Portaria GP nº 02/2015, torna público aos interessados que o processo licitatório realizado na modalidade de Pregão nº. 015/2015, cuja abertura ocorreu as 09h00 - Local, do dia 01/04/2015, na sala de Licitação da Prefeitura Municipal.

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICOS,** sagrou-se **DESERTA.**

Juara-MT, 01 de Abril de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 029/2015 PREGÃO: Nº 007/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 029/2015

PREGÃO: Nº 007/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

O **MUNICÍPIO DE JUÍNA**, **ESTADO DE MATO GROSSO**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no **CNPJ/MF** sob o n.º **15.359.201/0001-57**, com sede administrativa na Travessa Emmanuel, nº.605, Centro, na cidade de Juína-MT, neste ato representado pelo Vice Prefeito Municipal, **ZULMAR CURZEL**, brasileiro, casado, Prefeito Municipal em Exercício, portador da Cédula de Identidade n.º

575.507-SSP/PR

e inscrito no CPF/MF sob o n.º 415.318.841-72, residente e domiciliado na Rua Darci Jose Bortolini, 231 – Bairro Modulo 03 na cidade de Juína-MT, doravante denominado simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR e a empresa C.L PAGNUSSATT - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 08.562.676/0001-80, com sede na Rua Perpetua de Oliveira Joaquim, s/n -Terreo – Bairro Modulo 01 –CEP.78.320-000 em Juina – MT, neste ato, representada por Claudete Lourdes Pagnussatt, brasileira, casada, portador da Cédula de identidade RG. 895.756 SSP/MT, inscrito no CPF/MF sob o nº534.925.521-53, residente e domiciliado na Rua Altonia 161 – Modulo 05 –CEP. 78320-000 JUINA-MT, denominada simplesmente FORNECEDOR REGISTRADO, resolvem na forma da pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei complementar 123/2006 e Lei complementar 147/2014, Decretos Municipais nº, 488/2006, 369/2014, e, subsidiariamente, pela Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Juína, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE AMBULANCIA UTI, COM ENFERMEIRO OU TÉCNICO DE ENFERMAGEM, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE JUÍNA, ESTADO DE MATO GROSSO, CONFORME TERMO DE REFERENCIA, do Edital do Pregão Presencial nº 007/2015.

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 007/2015 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do Fornecedor Registrado.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO E PAGAMENTO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no Diário oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.juina.mt.gov.br.

4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar os Fornecedores registrados para negociar o novo valor.

4.2.1 Caso o Fornecedor registrado se recuse a baixar os seus preços, o Órgão Gerenciador poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvado a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo Órgão Gerenciador à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

4.5. É concedido um prazo de 03 (três) dias, contados da data da protocolização da Nota Fiscal/Fatura perante este Município de Juína/MT, para conferência e aprovação do recebimento definitivo do objeto deste Edital.

4.6. Após o prazo de conferência e aprovação do recebimento definitivo do objeto deste Edital e comprovada a manutenção das exigências da habilitação, as notas fiscais de fatura serão encaminhadas à contabilidade/tesouraria para o efetivo pagamento, que ocorrerá entre os dias 20 e 30 do mês subsequente ao recebimento definitivo do produto.

4.6.1. Os pagamentos serão creditados em favor da contratada, por meio de depósito Bancário/Transferência em conta corrente indicada na proposta, contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O Órgão Gerenciador adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

5.2. DOS PREÇOS REGISTRADOS POR ITEM:

ITEM	QUANT	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	50,00	UN	LOCAÇÃO DE AMBULANCIA UTI COM TECNICO ENFERMAGEM, DE JUINA A CUIABA MT	2.700,00	135.000,00
2	50,00	UN	LOCAÇÃO DE AMBULANCIA UTI COM ENFERMEIRA, DE JUINA A CUIABA MT	3.000,00	150.000,00
3	15,00	UN	LOCAÇÃO DE AMBULANCIA UTI COM TECNICO ENFERMAGEM, DE JUINA A TANGARÁ DA SERRA MT	2.000,00	30.000,00
4	15,00	UN	LOCAÇÃO DE AMBULANCIA UTI COM ENFERMEIRA, DE JUINA A TANGARA DA SERRA MT	2.400,00	36.000,00
5	15,00	UN	LOCAÇÃO DE AMBULANCIA UTI COM TECNICO ENFERMAGEM, DE JUINA A SORRISO MT	2.700,00	40.500,00
6	15,00	UN	LOCAÇÃO DE AMBULANCIA UTI COM ENFERMEIRA, DE JUINA A SORRISO MT	3.000,00	45.000,00
7	15,00	UN	LOCAÇÃO DE AMBULANCIA UTI COM TECNICO ENFERMAGEM, DE JUINA A SINOP MT	3.500,00	52.500,00
8	15,00	UN	LOCAÇÃO DE AMBULANCIA UTI COM ENFERMEIRA DE JUINA A SINOP MT	3.800,00	57.000,00
9	15,00	UN	LOCAÇÃO DE AMBULANCIA UTI COM TECNICO ENFERMAGEM, DE JUINA A CACERES MT	3.300,00	49.500,00
10	15,00	UN	LOCAÇÃO DE AMBULANCIA UTI COM ENFERMEIRO DE JUINA A CACERES MT	3.500,00	52.500,00

Valor total por extenso: Seiscentos e quarenta e oito mil reais .

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O Fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

c) houver razões de interesse público.

6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do Órgão Gerenciador.

6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata será divulgada no portal da internet www.juina.mt.gov.br

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do órgão gerenciador:

8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços:

8.1.2. Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização do fornecimento dos itens, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;

8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;

8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;

8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;

8.1.8. A fiscalização exercida pelo Órgão Gerenciador não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do Fornecedor Registrado pelo completo e perfeito fornecimento dos itens objeto deste certame.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

9.1. São obrigações do fornecedor registrado:

9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;

9.1.2. Manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;

9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;

9.1.4. Atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;

9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.

9.1.6. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, será dado por escrito.

9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;

9.1.8. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Juína/MT, Departamento de Compras, situado na Travessa Emmanuel, 605, Centro, Juína/MT.

9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;

9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;

9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;

9.1.12. Credenciar junto ao Município de Juína/MT funcionário(s) que atenderá (ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão-de- obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo FORNECEDOR REGISTRADO.

9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;

9.1.15. Efetuar a entrega dos produtos, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na Ordem de Compras.

9.1.16. Comunicar à Secretaria requisitante dos produtos, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

9.1.17. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.

9.1.18. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;

9.1.19. No ato da entrega os materiais serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer(em) à especificação exigida sera(ão) devolvido(s), à contratada;

9.1.19.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações, no prazo de 48(Quarenta e oito)horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

9.1.20. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

9.1.21. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;

9.1.22. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.

9.1.23. Credenciar junto ao Município de Juína/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às Ordens de Compra;

9.1.24. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos

10 – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

10.1. A entrega dos serviços deverá acontecer a partir do recebimento da Ordem de Compras.

10.1.1. Os serviços deverão ser executados em até 1 (um) dia, após o recebimento da ordem de compras, conforme solicitação da secretaria, nas quantidades estipuladas na ordem de compra, que poderá ser enviada também no e-mail apresentado na proposta da empresa, com confirmação de recebimento que será utilizado para contar prazo de mora.

10.1.1.1. O prazo de execução poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.

10.2. A execução será de forma parcelada, de acordo com as necessidades das Secretarias interessadas, sempre mediante apresentação da Ordem Compras.

10.3. Os serviços solicitados deverão ser executados no prazo estabelecido no item 10.1.1., pela empresa vencedora, sempre acompanhados de cópia da Ordem de Compras e Nota fiscal no local designado na Ordem de Compras, e quando o local for fora do perímetro urbano, no Almoxarifado Central do Município, localizado à Travessa Emmanuel, 605, Centro, ou outro local determinado pela Administração, na presença de servidores devidamente autorizados, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 05 (cinco) dias para aceitar o mesmo.

10.3.1. Quando o município não aceitar os serviços por estarem em desconformidade com o pactuado, será encaminhado notificação por e-mail, sendo que os itens ficarão a disposição da empresa para serem recolhidos no local onde os mesmos foram entregues, e devendo a empresa realizar a substituição em prazo não superior a 03(três) dias.

10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor responsável pelo Departamento de Almoxarifado, ou outro servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.

10.5. Os serviços deverão ser entregues conforme especificações e disposições contidas na Proposta apresentada na Licitação e serão avaliados no ato de cada entrega, através de servidor responsável designado para esse fim.

10.6. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão, estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor municipal, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:

I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;

II) multa de 1% (um por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;

III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;

IV) multa de 1% (um por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até o máximo de 10%;

V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Juína-MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto

perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

VII) após o 10º (décimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota fiscal/fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.

VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;

IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para o fornecimento dos itens ora contratados;

X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;

XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10%(dez por cento) do valor da contratação;

XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

XV A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.

XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo Fornecedor Registrado no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.

12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto municipal n.º 488/2006, 369/2014 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos do Tesouro Municipal, consignados no Orçamento do Poder Executivo, cuja programação é a seguinte:

Dotações Orçamentárias pertinentes, constantes do exercício em vigor.

14. DO FORO

14.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Juína/MT.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente ata de registro de preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada um via no Departamento de Licitação.

Juína, 23 de MARÇO de 2015 .

MUNICÍPIO DE JUINA-MT	C.L PAGNUSSATT - ME
CNPJ/MF n.º 15.359.201/0001-57	CNPJ n.º 08.562.676/0001-80
ZULMAR CURZEL	Claudete Lourdes Pagnussatt
Prefeito Municipal em Exercício	Representante Legal

TESTEMUNHAS:

Agostinho Bespalez Filho Valdoir Antonio Pezzini

CPF/MFn.º 004.080.081-48 CPF/MFn.º771.046.411-49

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N°031 /2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N°031 /2015

PREGÃO: Nº 015/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

O MUNICÍPIO DE JUÍNA, ESTADO DE MATO GROSSO, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no **CNPJ/MF** sob o n.º 15.359.201/0001-57, com sede administrativa na Travessa Emmanuel, nº.605, Centro, na cidade de Juína-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, **ZULMAR CURZEL**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n.º **575.507-SSP/PR** e inscrito no CPF/MF sob o n.º **415.318.841-72**, residente e domiciliado na Rua Darci Jose Bortolini, 231 – Bairro Modulo 03 na cidade de Juína-MT, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR** e a empresa

GIBBOR BRASIL PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA-EPP

, inscrita no CNPJ sob o nº08.329.433/0001-05 , com sede na Av. Barão de Itapura, 2294 – Bairro Jardim Guanabara – CEP. 13.073-300 em Campinas – SP, neste ato, representada pelo Sr. Alexandre da Silva Bandetini , portador da Cédula de identidade RG. 22.005.115-X (SSP/MT), Inscrito no CPF/MF. sob o nº163.813.638-60, residente e domiciliado na Rua Dona Rosa de Gusmão 1135 – Apto 12B –Bairro Jardim Chapadão-CEP. 13.070-187 em Campinas –SP, denominada simplesmente FORNECEDOR REGISTRADO, resolvem na forma da pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei complementar 123/2006 e Lei complementar 147/2014, Decretos Municipais nº, 488/2006, 369/2014, e, subsidiariamente, pela Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Juína, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES EM DIARIO OFICIAL DO ESTADO, JORNAIS DE GRANDE CIRCULAÇÃO, E DIARIO OFICIAL DA UNIÃO, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO, MUNICIPIO DE JUÍNA, ESTADO DE MATO GROSSO, CONFORME TERMO DE REFERENCIA.do Edital do Pregão Presencial nº 015/2015 .

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do Pregão Presencial para Registro de Preços nº

015/2015 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do

Fornecedor Registrado.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO E PAGAMENTO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no

Diário oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.juina.mt.gov.br.

4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar os Fornecedores registrados para negociar o novo valor.

4.2.1 Caso o Fornecedor registrado se recuse a baixar os seus preços, o Órgão Gerenciador poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvado a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo Órgão Gerenciador à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

4.5. É concedido um prazo de 03 (três) dias, contados da data da protocolização da Nota Fiscal/Fatura perante este

Município de Juína/MT, para conferência e aprovação do recebimento definitivo do objeto deste Edital.

4.6. Após o prazo de conferência e aprovação do recebimento definitivo do objeto deste Edital e comprovada a manutenção das exigências da habilitação, as notas fiscais de fatura serão encaminhadas à contabilidade/tesouraria para o efetivo pagamento, que ocorrerá entre os dias 20 e 30 do mês subsequente ao recebimento definitivo dos serviços.

4.6.1. Os pagamentos serão creditados em favor da contratada, por meio de depósito Bancário/Transferência em conta corrente indicada na proposta, contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O Órgão Gerenciador adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente

Ata.

5.2. DOS PREÇOS REGISTRADOS POR ITEM:

ITEM	DESCRIÇÃO	Qtde	UN	Valor Unit.	Valor total
2	SERVICO DE PUBLICACAO EM DIARIO OFICIAL DA UNIAO - DOU	1.000,00	Centímetro Coluna	19,85	19.850,00
3	SERVICO DE PUBLICACAO EM DIARIO OFICIAL DO ESTADO - DOE	1.500,00	Centímetro Coluna	5,40	8.100,00
				Total R$	27.950,00

Valor total por extenso: (Vinte sete mil, novecentos e cinquenta reais).

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O Fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

c) houver razões de interesse público.

6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do Órgão Gerenciador.

6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata será divulgada no portal da internet www.juina.mt.gov.br

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do órgão gerenciador:

8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços:

8.1.2. Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização do fornecimento dos itens, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;

8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;

8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;

8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;

8.1.8. A fiscalização exercida pelo Órgão Gerenciador não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do Fornecedor

Registrado pelo completo e perfeito fornecimento dos itens objeto deste certame.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

9.1. São obrigações do fornecedor registrado:

9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;

9.1.2. Manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;

9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;

9.1.4. Atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;

9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.

9.1.6. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, será dado por escrito.

9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;

9.1.8. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Juína/MT, Departamento de Compras, situado na Travessa Emmanuel, 605, Centro, Juína/MT.

9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;

9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;

9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;

9.1.12. Credenciar junto ao Município de Juína/MT funcionário(s) que atenderá (ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão-de- obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo FORNECEDOR REGISTRADO.

9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;

9.1.15. Efetuar a entrega dos serviços, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na Ordem de Compras.

9.1.16. Comunicar à Secretaria requisitante dos serviços, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

9.1.17. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.

9.1.18. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;

9.1.19. No ato da entrega os materiais serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer(em) à especificação exigida sera(ão) devolvido(s), à contratada;

9.1.19.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s)

em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações, no prazo de

48(Quarenta e oito)horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

9.1.20. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

9.1.21. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;

9.1.22. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.

9.1.23. Credenciar junto ao Município de Juína/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às Ordens de Compra;

9.1.24. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.

10 – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

10.1. A entrega dos produtos deverá ser iniciada a partir do recebimento da Ordem de Compras.

10.1.1. Realizar as publicações diariamente, até o final do dia, das publicações entregues até as 15:30 horas, após o recebimento da Ordem de Compras, emitida pela Secretaria Municipal de Finanças e Administração, que poderá ser enviada também no e-mail apresentado na proposta da empresa, com confirmação de recebimento que será utilizado para contar prazo de mora.

10.1.1.1. O prazo de execução poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.

10.2. A execução dos serviços será de forma parcelada, de acordo com as necessidades das Secretarias interessadas, sempre mediante apresentação da Ordem Compras.

10.3. Os serviços solicitados deverão ser entregues no prazo estabelecido no item 10.1.1.1, pela empresa vencedora, sempre acompanhados de cópia da Ordem de Compras e Nota fiscal no local designado na Ordem de Compras, e quando o local for fora do perímetro urbano, no Almoxarifado Central do Município, localizado à Travessa Emmanuel, 605, Centro, ou outro local determinado pela Administração, na presença de servidores

devidamente autorizados, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 05 (cinco) dias para aceitar o mesmo.

10.3.1. Quando o município não aceitar os serviços por estarem em desconformidade com o pactuado, será encaminhado notificação por e-mail, sendo que os itens ficarão a disposição da empresa para serem recolhidos no local onde os mesmos foram entregues, e devendo a empresa realizar a substituição em prazo não superior a 03(três) dias.

10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos serviços solicitados ficará a cargo do servidor responsável pelo Departamento de Almoxarifado, ou outro servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.

10.5. Os serviços deverão ser entregues conforme especificações e disposições contidas na Proposta apresentada na Licitação e serão avaliados no ato de cada entrega, através de servidor responsável designado para esse fim.

10.6. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão, estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº

8.666/93 e suas alterações.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor municipal, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:

I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;

II) multa de 1% (um por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;

III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de

Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;

IV) multa de 1% (um por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até o máximo de 10%;

V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de

Juína-MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto

perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

VII) após o 10º (décimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota fiscal/fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.

VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;

IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para o fornecimento dos itens ora contratados;

X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;

XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10%(dez por cento) do valor da contratação;

XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

XV A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.

XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo Fornecedor Registrado no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.

12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto municipal n.º 488/2006, 369/2014 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos do Tesouro Municipal, consignados no

Orçamento do Poder Executivo, cuja programação é a seguinte:

Dotações Orçamentárias pertinentes, constantes do exercício em vigor.

14. DO FORO

14.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Juína/MT.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente ata de registro de preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada um via no Departamento de Licitação.

Juína –MT, 25 de março de 2015 .

MUNICÍPIO DE JUINA-MT CNPJ/MF n.º 15.359.201/0001-57 ZULMAR CURZEL Prefeito Municipal em Exercício	GIBBOR BRASIL PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA-EPP CNPJ n.º 08.329.433/0001-05 Alexandre da Silva Bandetini Representante Legal

TESTEMUNHAS:

Rosimeire de Oliveira Brindarolli Valdoir Antonio Pezzini

CPF/MFn.º 031.890.961-80 CPF/MFn.º771.046.411-49

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N°034 /2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N°034 /2015

PREGÃO: Nº 017/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

O MUNICÍPIO DE JUÍNA, ESTADO DE MATO GROSSO, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no **CNPJ/MF** sob o n.º 15.359.201/0001-57, com sede administrativa na Travessa Emmanuel, nº.605, Centro, na cidade de Juína-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, **ZULMAR CURZEL**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n.º **575.507-SSP/PR** e inscrito no CPF/MF sob o n.º **415.318.841-72**, residente e domiciliado na Rua Darci Jose Bortolini, 231 – Bairro Modulo 03 na cidade de Juína-MT, doravante denominado simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR e a empresa **J.C.AUTO MOTORS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 10.227.348/0001-70, com sede na Av JK 4.400 CEP 78.320.000 – Setor de Serviços em Juina-MT, neste ato, representada pelo

Sr. Jose Carlos Iunes Junior

, brasileiro, empresário, portador da Cédula de identidade RG245.141- SSP/MT, inscrito no CPF/MF sob o nº 388.233.221-20, residente e domiciliado na Rua das Palmeiras, 07, Modulo 03 na cidade de Juina-MT, denominada simplesmente FORNECEDOR REGISTRADO, resolvem na forma da pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei complementar 123/2006 e Lei complementar 147/2014, Decretos Municipais nº, 488/2006, 369/2014, e, subsidiariamente, pela Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Juína, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEICULO 0KM, MOTOCICLETA E TELEVISORES PARA REALIZAÇÃO DE PREMIAÇÃO DA CAMPANHA NOTA PREMIADA, SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, MUNICIPIO DE JUÍNA, ESTADO DE MATO GROSSO, CONFORME TERMO DE REFERENCIA. do Edital do Pregão Presencial nº 017/2015

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do Pregão Presencial para Registro de Preços nº

017/2015 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do

Fornecedor Registrado.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO E PAGAMENTO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no

Diário oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.juina.mt.gov.br.

4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar os Fornecedores registrados para negociar o novo valor.

4.2.1 Caso o Fornecedor registrado se recuse a baixar os seus preços, o Órgão Gerenciador poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvado a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo Órgão Gerenciador à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

4.5. É concedido um prazo de 03 (três) dias, contados da data da protocolização da Nota Fiscal/Fatura perante este

Município de Juína/MT, para conferência e aprovação do recebimento definitivo do objeto deste Edital.

4.6. Após o prazo de conferência e aprovação do recebimento definitivo do objeto deste Edital e comprovada a manutenção das exigências da habilitação, as notas fiscais de fatura serão encaminhadas à contabilidade/tesouraria para o efetivo pagamento, que ocorrerá entre os dias 20 e 30 do mês subsequente ao recebimento definitivo dos produtos.

4.6.1. Os pagamentos serão creditados em favor da contratada, por meio de depósito Bancário/Transferência em conta corrente indicada na proposta, contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O Órgão Gerenciador adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente

Ata.

5.2. DOS PREÇOS REGISTRADOS POR ITEM:

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	MARCA
4	1,00	UN	VEICULO 0 KM - CAMIONETE CABINE DUPLA, 4 PORTAS, COR BRANCA, BI COMBUSTIVEL, POTENCIA MINIMA DE 138 CV, CAPACIDADE MINIMA DE CARGA UTIL DE 950 KG,RODAS ARO 16, DIRECAO HIDRAULICA, 4X2, CONSOLE CENTRAL, CAÇAMBA, PARABRISA DE GRADE, AR CONDICIONADO, AIR BAG, CINTO DE SEGURANÇA COM REGULAGEM DE ALTURA.	R$ 82. 900,00	R$ 82. 900,00	MITSUBISHI

Valor total por extenso: (Oitenta e dois mil e novecentos reais).

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O Fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

c) houver razões de interesse público.

6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do Órgão Gerenciador.

6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata será divulgada no portal da internet www.juina.mt.gov.br

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do órgão gerenciador:

8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços:

8.1.2. Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização do fornecimento dos itens, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;

8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;

8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;

8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;

8.1.8. A fiscalização exercida pelo Órgão Gerenciador não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do Fornecedor

Registrado pelo completo e perfeito fornecimento dos itens objeto deste certame.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

9.1. São obrigações do fornecedor registrado:

9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;

9.1.2. Manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;

9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;

9.1.4. Atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;

9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.

9.1.6. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, será dado por escrito.

9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;

9.1.8. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Juína/MT, Departamento de Compras, situado na Travessa Emmanuel, 605, Centro, Juína/MT.

9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;

9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;

9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;

9.1.12. Credenciar junto ao Município de Juína/MT funcionário(s) que atenderá (ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão-de- obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo FORNECEDOR REGISTRADO.

9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;

9.1.15. Efetuar a entrega dos serviços, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na Ordem de Compras.

9.1.16. Comunicar à Secretaria requisitante dos serviços, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

9.1.17. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.

9.1.18. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;

9.1.19. No ato da entrega os materiais serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer(em) à especificação exigida sera(ão) devolvido(s), à contratada;

9.1.19.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s)

em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações, no prazo de

48(Quarenta e oito)horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

9.1.20. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

9.1.21. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;

9.1.22. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.

9.1.23. Credenciar junto ao Município de Juína/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às Ordens de Compra;

9.1.24. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.

10 – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

10.1. A entrega dos produtos deverá ser iniciada a partir do recebimento da Ordem de Compras.

10.1.1. Entregar em até 05 (Cinco) dias para itens 01,02 e 03 e 40 (quarenta) dias para o item 04, após o recebimento da Ordem de Compras, emitida pela Secretaria Municipal de Educação, que poderá ser enviada também no e-mail apresentado na proposta da empresa, com confirmação de recebimento que será utilizado para contar prazo de mora.

10.1.1.1. O prazo de execução poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.

10.2. A entrega dos produtos será de forma parcelada, de acordo com as necessidades das Secretarias interessadas, sempre mediante apresentação da Ordem Compras.

10.3. Os produtos solicitados deverão ser entregues no prazo estabelecido no item 10.1.1.1, pela empresa vencedora, sempre acompanhados de cópia da Ordem de Compras e Nota fiscal no local designado na Ordem de Compras, e quando o local for fora do perímetro urbano, no Almoxarifado Central do Município, localizado à Travessa Emmanuel, 605, Centro, ou outro local determinado pela Administração, na presença de servidores

devidamente autorizados, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 05 (cinco) dias para aceitar o mesmo.

10.3.1. Quando o município não aceitar os produtos por estarem em desconformidade com o pactuado, será encaminhado notificação por e-mail, sendo que os itens ficarão a disposição da empresa para serem recolhidos no local onde os mesmos foram entregues, e devendo a empresa realizar a substituição em prazo não superior a 03(três) dias.

10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos produtos solicitados ficará a cargo do servidor responsável pelo Departamento de Almoxarifado, ou outro servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.

10.5. Os produtos deverão ser entregues conforme especificações e disposições contidas na Proposta apresentada na Licitação e serão avaliados no ato de cada entrega, através de servidor responsável designado para esse fim.

10.6. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão, estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº

8.666/93 e suas alterações.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor municipal, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:

I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;

II) multa de 1% (um por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;

III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de

Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;

IV) multa de 1% (um por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até o máximo de 10%;

V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de

Juína-MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto

perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

VII) após o 10º (décimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota fiscal/fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.

VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;

IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para o fornecimento dos itens ora contratados;

X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;

XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10%(dez por cento) do valor da contratação;

XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

XV A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.

XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo Fornecedor Registrado no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.

12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto municipal n.º 488/2006, 369/2014 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos do Tesouro Municipal, consignados no

Orçamento do Poder Executivo, cuja programação é a seguinte:

Dotações Orçamentárias pertinentes, constantes do exercício em vigor.

14. DO FORO

14.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Juína/MT.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente ata de registro de preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada um via no Departamento de Licitação.

Juína- MT, 27 DE Março de 2015 .

MUNICÍPIO DE JUINA-MT	J.C.AUTO MOTORS LTDA
CNPJ/MF n.º 15.359.201/0001-57	CNPJ n.º10.227.348/0001-70
ZULMAR CURZEL	Jose Carlos Iunes Junior
Prefeito Municipal em Exercício	Representante Legal

TESTEMUNHAS:

Rosimeire Oliveira Brindarolli Valdoir Antonio Pezzini

CPF/MFn.º 031.890.961-80 CPF/MFn.º771.046.411-49

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N°028 /2015 PREGÃO: Nº 009/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N°028 /2015

PREGÃO: Nº 009/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

O MUNICÍPIO DE JUÍNA, ESTADO DE MATO GROSSO, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no **CNPJ/MF** sob o n.º 15.359.201/0001-57, com sede administrativa na Travessa Emmanuel, nº.605, Centro, na cidade de Juína-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, **ZULMAR CURZEL**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n.º **575.507-SSP/PR** e inscrito no CPF/MF sob o n.º **415.318.841-72**, residente e domiciliado na Rua Darci Jose Bortolini, 231 – Bairro Modulo 03 na cidade de Juína-MT, doravante denominado simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR e o Sr. **ANTONIO DO NASCIMENTO SOUTO**, inscrita no CPF. Nº 069.125.406-00 e RG. Nº M1428187 SSP/MG, com sede na Rua Evaldo Braga, 173 – Modulo 02 –CEP. 78.320-000 em Juina –MT, denominada simplesmente FORNECEDOR REGISTRADO, resolvem na forma da pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei complementar 123/2006 e Lei complementar 147/2014, Decretos Municipais nº, 488/2006, 369/2014, e, subsidiariamente, pela Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Juína, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LEITE PASTEURIZADO, ATENDENDO AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE JUÍNA, ESTADO DE MATO GROSSO, CONFORME TERMO DE REFERENCIA do Edital do Pregão Presencial nº 009/2015.

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do Pregão Presencial para Registro de Preços nº

009/2015 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do

Fornecedor Registrado.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO E PAGAMENTO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no

Diário oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.juina.mt.gov.br.

4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar os Fornecedores registrados para negociar o novo valor.

4.2.1 Caso o Fornecedor registrado se recuse a baixar os seus preços, o Órgão Gerenciador poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvado a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo Órgão Gerenciador à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

4.5. É concedido um prazo de 03 (três) dias, contados da data da protocolização da Nota Fiscal/Fatura perante este

Município de Juína/MT, para conferência e aprovação do recebimento definitivo do objeto deste Edital.

4.6. Após o prazo de conferência e aprovação do recebimento definitivo do objeto deste Edital e comprovada a manutenção das exigências da habilitação, as notas fiscais de fatura serão encaminhadas à contabilidade/tesouraria para o efetivo pagamento, que ocorrerá entre os dias 20 e 30 do mês subsequente ao recebimento definitivo do serviço.

4.6.1. Os pagamentos serão creditados em favor da contratada, por meio de depósito Bancário/Transferência em conta corrente indicada na proposta, contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O Órgão Gerenciador adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente

Ata.

5.2. DOS PREÇOS REGISTRADOS POR ITEM:

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	MARCA
1	114.200,00	LITRO	LEITE PASTEURIZADO - 1 LITRO - EMBALADO EM PACOTES PLASTICOS, COM DADOS DO PRODUTO, MARCA VALIDADE.	1,75	199.850,00	VISTA ALEGRE
				TOTAL	199.850,00	

Valor total por extenso: (Cento e noventa e nove mil, oitocentos e cinquenta reais).

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O Fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

c) houver razões de interesse público.

6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do Órgão Gerenciador.

6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata será divulgada no portal da internet www.juina.mt.gov.br

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do órgão gerenciador:

8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços:

8.1.2. Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização do fornecimento dos itens, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;

8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;

8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;

8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;

8.1.8. A fiscalização exercida pelo Órgão Gerenciador não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do Fornecedor

Registrado pelo completo e perfeito fornecimento dos itens objeto deste certame.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

9.1. São obrigações do fornecedor registrado:

9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;

9.1.2. Manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;

9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;

9.1.4. Atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;

9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.

9.1.6. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, será dado por escrito.

9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;

9.1.8. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Juína/MT, Departamento de Compras, situado na Travessa Emmanuel, 605, Centro, Juína/MT.

9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;

9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;

9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital

9.1.12. Credenciar junto ao Município de Juína/MT funcionário(s) que atenderá (ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão-de- obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo FORNECEDOR REGISTRADO.

9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;

9.1.15. Efetuar a entrega dos serviços, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na Ordem de Compras.

9.1.16. Comunicar à Secretaria requisitante dos serviços, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

9.1.17. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.

9.1.18. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;

9.1.19. No ato da entrega os materiais serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer(em) à especificação exigida sera(ão) devolvido(s), à contratada;

9.1.19.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s)

em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações, no prazo de

48(Quarenta e oito)horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

9.1.20. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

9.1.21. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;

9.1.22. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.

9.1.23. Credenciar junto ao Município de Juína/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às Ordens de Compra;

9.1.24. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.

10 – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

10.1. A entrega dos produtos deverá ser iniciada a partir do recebimento da Ordem de Compras.

10.1.1. Entregar diariamente, após o recebimento da Ordem de Compras, emitida pela Secretaria Municipal de Educação, que poderá ser enviada também no e-mail apresentado na proposta da empresa, com confirmação de recebimento que será utilizado para contar prazo de mora.

10.1.1.1. A entrega deverá ser diária, devendo o produto ser entregue de acordo com a solicitação das secretarias.

10.2. A entrega dos produtos será de forma parcelada, de acordo com as necessidades das Secretarias interessadas, sempre mediante apresentação da Ordem Compras.

10.3. Os produtos solicitados deverão ser entregues no prazo estabelecido no item 10.1.1.1, pela empresa vencedora, sempre acompanhados de cópia da Ordem de Compras e Nota fiscal no local designado na Ordem de Compras, e quando o local for fora do perímetro urbano, no Almoxarifado Central do Município, localizado à Travessa Emmanuel, 605, Centro, ou outro local determinado pela Administração, na presença de servidores

devidamente autorizados, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 05 (cinco) dias para aceitar o mesmo.

10.3.1. Quando o município não aceitar os serviços por estarem em desconformidade com o pactuado, será encaminhado notificação por e-mail, sendo que os itens ficarão a disposição da empresa para serem recolhidos no local onde os mesmos foram entregues, e devendo a empresa realizar a substituição em prazo não superior a 03(três) dias.

10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos serviços solicitados ficará a cargo do servidor responsável pelo Departamento de Almoxarifado, ou outro servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.

10.5. Os serviços deverão ser entregues conforme especificações e disposições contidas na Proposta apresentada na Licitação e serão avaliados no ato de cada entrega, através de servidor responsável designado para esse fim.

10.6. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão, estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº

8.666/93 e suas alterações.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor municipal, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:

I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;

II) multa de 1% (um por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;

III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de

Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;

IV) multa de 1% (um por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até o máximo de 10%;

V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de

Juína-MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto

perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

VII) após o 10º (décimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota fiscal/fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.

VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;

IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para o fornecimento dos itens ora contratados;

X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;

XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10%(dez por cento) do valor da contratação;

XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

XV A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.

XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo Fornecedor Registrado no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.

12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto municipal n.º 488/2006, 369/2014 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos do Tesouro Municipal, consignados no

Orçamento do Poder Executivo, cuja programação é a seguinte:

Dotações Orçamentárias pertinentes, constantes do exercício em vigor.

14. DO FORO

14.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Juína/MT.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente ata de registro de preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada um via no Departamento de Licitação.

Juina-MT, 19 de março de 2015

MUNICÍPIO DE JUÍNA-MT CNPJ/MF N.º 15.359.201/0001-57 ZULMAR CURZEL Prefeito Municipal em Exercicio	ANTONIO DO NASCIMENTO SOUTO CPF/MT N.º 415.318.841-72 RG.M1 428187 SSP/MG

TESTEMUNHAS:

Rosimeire de Oliveira Brindarolli Valdoir Antonio Pezzini

CPF.031.890.961-80 CPF. 771.046.411-49

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N°036/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N°036/2015

PREGÃO: Nº 018/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

O **MUNICÍPIO DE JUÍNA**, ESTADO DE MATO GROSSO, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 15.359.201/0001-57, com sede administrativa na Travessa Emmanuel, nº.605, Centro, na cidade de Juína-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, ZULMAR CURZEL, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n.º 575.507-SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o n.º 415.318.841-72, residente e domiciliado na Rua Darci Jose Bortolini, 231 – Bairro Modulo 03 na cidade de Juína-MT, doravante denominado simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR e a empresa **PADOVANI & PADOVANI LTDA-ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 11.684.464/0001-80, com sede Av. JK, 475 – Setor de Serviços- CEP. 78.320-000 Juina –MT, neste ato, representada pela Sra. **KENNYA LUIZA PADOVANI**, brasileira, empresaria, portadora da Cédula de identidade RG 1921556-8 -SSP/MT, inscrito no CPF/MF sob o nº 040.403.021-17, residente e domiciliado na Av. JK, 475 Setor de serviços-CEP.78320-000 Juina-MT, denominada simplesmente FORNECEDOR REGISTRADO, resolvem na forma da pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei complementar 123/2006 e Lei complementar 147/2014, Decretos Municipais nº, 488/2006, 369/2014, e, subsidiariamente, pela Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Juína, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CAIXAS D'ÀGUA MODELO TAÇA ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, MUNICIPIO DE JUÍNA, ESTADO DE MATO GROSSO, CONFORME TERMO DE REFERENCIA.do Edital do **Pregão Presencial nº 018/2015**.

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 018/2015 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do Fornecedor Registrado.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO E PAGAMENTO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no Diário oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.juina.mt.gov.br.

4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar os Fornecedores registrados para negociar o novo valor.

4.2.1 Caso o Fornecedor registrado se recuse a baixar os seus preços, o Órgão Gerenciador poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvado a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo Órgão Gerenciador à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

4.5. É concedido um prazo de 03 (três) dias, contados da data da protocolização da Nota Fiscal/Fatura perante este Município de Juína/MT, para conferência e aprovação do recebimento definitivo do objeto deste Edital.

4.6. Após o prazo de conferência e aprovação do recebimento definitivo do objeto deste Edital e comprovada a manutenção das exigências da habilitação, as notas fiscais de fatura serão encaminhadas à contabilidade/tesouraria para o efetivo pagamento, que ocorrerá entre os dias 20 e 30 do mês subsequente ao recebimento definitivo do serviço.

4.6.1. Os pagamentos serão creditados em favor da contratada, por meio de depósito Bancário/Transferência em conta corrente indicada na proposta, contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O Órgão Gerenciador adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

5.2. DOS PREÇOS REGISTRADOS POR ITEM:

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	10,00	UN	GUARDA CORPO DE GRADE DE PROTEÇÃO (INSTALADAS NO TOPO) DA CAIXA D'AGUA	R$ 1. 650,00	R$16. 500,00
2	5,00	UN	CAIXA D'AGUA MODELO TAÇA; CAPACIDADE: 10.000 LITROS; MATERIAL: CHAPA EM AÇO CARBONO – NORMA NBR; ALTURA TOTAL: 9,70 METROS; DIÂMETRO MÁXIMO: 1,60 METROS; SISTEMA DE SOLDA: MIG MAG (ALTA PROFUNDIDADE – INTERNO/EXTERNO); ACABAMENTO: INTERNO TENDO FUNDO ESPECIAL EPOXI E DUPLA CAMADA DE TINTA EPOXI E, ACABAMENTO EXTERNO TENDO FUNDO ESPECIAL PRIMER E DUPLA CAMADA DE TINTA ESMALTE SINTÉTICO; ACESSÓRIOS: ESCADA INTERNA E EXTERNA, TUBULAÇÃO, BÓIA ELÉTRICA, NÍPEL, PORTA DE INSPEÇÃO. (PRODUTO ENTREGUE INSTALADO NO LOCAL)	R$ 11. 250,00	R$56. 250,00
3	5,00	UN	CAIXA D'AGUA MODELO TAÇA; CAPACIDADE: 5.000 LITROS; MATERIAL: CHAPA EM AÇO CARBONO – NORMA NBR; ALTURA TOTAL: 7,85 METROS; DIÂMETRO MÁXIMO: 1,27 METROS; SISTEMA DE SOLDA: MIG MAG (ALTA PROFUNDIDADE – INTERNO/EXTERNO); ACABAMENTO: INTERNO TENDO FUNDO ESPECIAL EPOXI E DUPLA CAMADA DE TINTA EPOXI E, ACABAMENTO EXTERNO TENDO FUNDO ESPECIAL PRIMER E DUPLA CAMADA DE TINTA ESMALTE SINTÉTICO; ACESSÓRIOS: ESCADA INTERNA E EXTERNA, TUBULAÇÃO, BÓIA ELÉTRICA, NÍPEL, PORTA DE INSPEÇÃO. (PRODUTO ENTREGUE INSTALADO NO LOCAL)	R$ 7. 850,00	R$39. 250,00

Valor total por extenso: R$ 112.000,00 (Cento e doze mil reais).

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O Fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

c) houver razões de interesse público.

6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do Órgão Gerenciador.

6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata será divulgada no portal da internet www.juina.mt.gov.br

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do órgão gerenciador:

8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços:

8.1.2. Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização do fornecimento dos itens, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;

8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;

8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;

8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;

8.1.8. A fiscalização exercida pelo Órgão Gerenciador não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do Fornecedor Registrado pelo completo e perfeito fornecimento dos itens objeto deste certame.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

9.1. São obrigações do fornecedor registrado:

9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;

9.1.2. Manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;

9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;

9.1.4. Atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;

9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.

9.1.6. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, será dado por escrito.

9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;

9.1.8. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Juína/MT, Departamento de Compras, situado na Travessa Emmanuel, 605, Centro, Juína/MT.

9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;

9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;

9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;

9.1.12. Credenciar junto ao Município de Juína/MT funcionário(s) que atenderá (ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão-de- obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo FORNECEDOR REGISTRADO.

9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;

9.1.15. Efetuar a entrega dos produtos, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na Ordem de Compras.

9.1.16. Comunicar à Secretaria requisitante dos produtos, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

9.1.17. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.

9.1.18. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;

9.1.19. No ato da entrega os materiais serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer(em) à especificação exigida sera(ão) devolvido(s), à contratada;

9.1.19.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações, no prazo de 48(Quarenta e oito)horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

9.1.20. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

9.1.21. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;

9.1.22. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.

9.1.23. Credenciar junto ao Município de Juína/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às Ordens de Compra;

9.1.24. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.

9.1.25. Os produtos devem ser entregues instalados no local solicitado, sem custo adicional.

10 – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

10.1. A entrega dos produtos deverão ser feitas a partir do recebimento da Ordem de Compras.

10.1.1. O prazo de entrega dos produtos solicitados é de até 45 (quarenta e cinco) dias, após a emissão da Ordem de Compra, nas quantidades estipuladas e no local indicado na mesma, sempre acompanhados da Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado.

10.1.1.1. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.

10.2. A aquisição dos produtos e serviços será de forma parcelada, de acordo com as necessidades das Secretarias interessadas, sempre mediante apresentação da Ordem Compras.

10.3. Os Produtos e serviços solicitados deverão ser entregues no prazo estabelecido no item 10.1.1., pela empresa vencedora, sempre acompanhados de cópia da Ordem de Compras e Nota fiscal no local designado na Ordem de Compras, e quando o local for fora do perímetro urbano, no Almoxarifado Central do Município, localizado à Travessa Emmanuel, 605, Centro, ou outro local determinado pela Administração, na presença de servidores devida-

mente autorizados, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 05 (cinco) dias para aceitar o mesmo.

10.3.1. Quando o município não aceitar os produtos por estarem em desconformidade com o pactuado, será encaminhado notificação por e-mail, sendo que os itens ficarão a disposição da empresa para serem recolhidos no local onde os mesmos foram entregues, e devendo a empresa realizar a substituição em prazo não superior a 03(três) dias.

10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor responsável pelo Departamento de Almoxarifado, ou outro servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.

10.5. Os produtos deverão ser entregues conforme especificações e disposições contidas na Proposta apresentada na Licitação e serão avaliados no ato de cada entrega, através de servidor responsável designado para esse fim.

10.6. As condições de acondicionamento e transporte dos produtos devem ser conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produtos serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas.

10.7. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão, estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor municipal, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:

I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;

II) multa de 1% (um por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;

III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;

IV) multa de 1% (um por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até o máximo de 10%;

V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Juína-MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto

perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

VII) após o 10º (décimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota fiscal/fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.

VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;

IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para o fornecimento dos itens ora contratados;

X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;

XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10%(dez por cento) do valor da contratação;

XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

XV A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.

XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo Fornecedor Registrado no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.

12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto municipal n.º 488/2006, 369/2014 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos do Tesouro Municipal, consignados no Orçamento do Poder Executivo, cuja programação é a seguinte:

Dotações Orçamentárias pertinentes, constantes do exercício em vigor.

14. DO FORO

14.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Juína/MT.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente ata de registro de preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada um via no Departamento de Licitação.

Juína-MT, 31 de março de 2015 .

MUNICÍPIO DE JUINA-MT CNPJ/MF n.º 15.359.201/0001-57 ZULMAR CURZEL Prefeito Municipal em Exercício	PADOVANI & PADOVANI LTDA-ME CNPJ n.º11.684.464/0001-80 KENNYA LUIZA PADOVANI Representante Legal

TESTEMUNHAS:

Ericson Leandro de Oliveira Valdoir Antonio Pezzini

CPF/MFn.º556.110.609-00 CPF/MFn.º771.046.411-49

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N°033 /2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N°033 /2015

PREGÃO: Nº 017/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

O MUNICÍPIO DE JUÍNA, ESTADO DE MATO GROSSO, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no **CNPJ/MF** sob o n.º 15.359.201/0001-57, com sede administrativa na Travessa Emmanuel, nº.605, Centro, na cidade de Juína-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, **ZULMAR CURZEL**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n.º **575.507-SSP/PR** e inscrito no CPF/MF sob o n.º **415.318.841-72**, residente e domiciliado na Rua Darci Jose Bortolini, 231 – Bairro Modulo 03 na cidade de Juína-MT, doravante denominado simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR e a empresa **MERCANTIL CANOPUS COMERCIO DE MOTOCICLETAS LTDA**, inscrita no CNPJ. 02.974.456/0006-92, com sede na Av JK, 1199 – Bairro Centro – CEP. 78.320-000 Juina-MT, neste ato representado pelo

Sr. Marcos Roberto Cruz

, portador do CPF. 207.545.151-68, residente na Rua Fernando Correa da Costa, 1800 Fundos-Bairro Jardim kennedy – em Cuiabá-MT, CEP.78.065-000, denominada simplesmente FORNECEDOR REGISTRADO, resolvem na forma da pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei complementar 123/2006 e Lei complementar 147/2014, Decretos Municipais nº, 488/2006, 369/2014, e, subsidiariamente, pela Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Juína, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEICULO 0KM, MOTOCICLETA E TELEVISORES PARA REALIZAÇÃO DE PREMIAÇÃO DA CAMPANHA NOTA PREMIADA, SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, MUNICIPIO DE JUÍNA, ESTADO DE MATO GROSSO, CONFORME TERMO DE REFERENCIA. do Edital do Pregão Presencial nº 017/2015

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do Pregão Presencial para Registro de Preços nº

017/2015 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do

Fornecedor Registrado.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO E PAGAMENTO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no

Diário oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.juina.mt.gov.br.

4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar os Fornecedores registrados para negociar o novo valor.

4.2.1 Caso o Fornecedor registrado se recuse a baixar os seus preços, o Órgão Gerenciador poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvado a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo Órgão Gerenciador à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

4.5. É concedido um prazo de 03 (três) dias, contados da data da protocolização da Nota Fiscal/Fatura perante este

Município de Juína/MT, para conferência e aprovação do recebimento definitivo do objeto deste Edital.

4.6. Após o prazo de conferência e aprovação do recebimento definitivo do objeto deste Edital e comprovada a manutenção das exigências da habilitação, as notas fiscais de fatura serão encaminhadas à contabilidade/tesouraria para o efetivo pagamento, que ocorrerá entre os dias 20 e 30 do mês subsequente ao recebimento definitivo dos produtos.

4.6.1. Os pagamentos serão creditados em favor da contratada, por meio de depósito Bancário/Transferência em conta corrente indicada na proposta, contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O Órgão Gerenciador adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente

Ata.

5.2. DOS PREÇOS REGISTRADOS POR ITEM:

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL	MARCA
1	9,00	UN	MOTOCICLETA MOTOR MÍNIMO DE 150 CILINDRADAS, MOTOR OHC MONOCILÍNDRICO, 4 TEMPOS, ARREFERIDO A AR, SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO INJEÇÃO ELETRONICA, 05 VELOCIDADES, SISTEMA DE PARTIDA ELÉTRICO, ANO 2015/2015.	R$ 7.690,00	R$ 69.210,00	HONDA CG 150

Valor total por extensor: (Sessenta e nove mil, duzentos e dez reais)

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O Fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

c) houver razões de interesse público.

6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do Órgão Gerenciador.

6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata será divulgada no portal da internet www.juina.mt.gov.br

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do órgão gerenciador:

8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços:

8.1.2. Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização do fornecimento dos itens, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;

8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;

8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;

8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;

8.1.8. A fiscalização exercida pelo Órgão Gerenciador não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do Fornecedor

Registrado pelo completo e perfeito fornecimento dos itens objeto deste certame.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

9.1. São obrigações do fornecedor registrado:

9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;

9.1.2. Manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;

9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;

9.1.4. Atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;

9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.

9.1.6. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, será dado por escrito.

9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;

9.1.8. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Juína/MT, Departamento de Compras, situado na Travessa Emmanuel, 605, Centro, Juína/MT.

9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;

9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;

9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;

9.1.12. Credenciar junto ao Município de Juína/MT funcionário(s) que atenderá (ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão-de- obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo FORNECEDOR REGISTRADO.

9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;

9.1.15. Efetuar a entrega dos serviços, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na Ordem de Compras.

9.1.16. Comunicar à Secretaria requisitante dos serviços, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

9.1.17. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.

9.1.18. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;

9.1.19. No ato da entrega os materiais serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer(em) à especificação exigida sera(ão) devolvido(s), à contratada;

9.1.19.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s)

em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações, no prazo de

48(Quarenta e oito)horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

9.1.20. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

9.1.21. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;

9.1.22. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.

9.1.23. Credenciar junto ao Município de Juína/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às Ordens de Compra;

9.1.24. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.

10 – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

10.1. A entrega dos produtos deverá ser iniciada a partir do recebimento da Ordem de Compras.

10.1.1. Entregar em até 05 (Cinco) dias para itens 01,02 e 03 e 40 (quarenta) dias para o item 04, após o recebimento da Ordem de Compras, emitida pela Secretaria Municipal de Educação, que poderá ser enviada também no e-mail apresentado na proposta da empresa, com confirmação de recebimento que será utilizado para contar prazo de mora.

10.1.1.1. O prazo de execução poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.

10.2. A entrega dos produtos será de forma parcelada, de acordo com as necessidades das Secretarias interessadas, sempre mediante apresentação da Ordem Compras.

10.3. Os produtos solicitados deverão ser entregues no prazo estabelecido no item 10.1.1.1, pela empresa vencedora, sempre acompanhados de cópia da Ordem de Compras e Nota fiscal no local designado na Ordem de Compras, e quando o local for fora do perímetro urbano, no Almoxarifado Central do Município, localizado à Travessa Emmanuel, 605, Centro, ou outro local determinado pela Administração, na presença de servidores

devidamente autorizados, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 05 (cinco) dias para aceitar o mesmo.

10.3.1. Quando o município não aceitar os produtos por estarem em desconformidade com o pactuado, será encaminhado notificação por e-mail, sendo que os itens ficarão a disposição da empresa para serem recolhidos no local onde os mesmos foram entregues, e devendo a empresa realizar a substituição em prazo não superior a 03(três) dias.

10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos produtos solicitados ficará a cargo do servidor responsável pelo Departamento de Almoxarifado, ou outro servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.

10.5. Os produtos deverão ser entregues conforme especificações e disposições contidas na Proposta apresentada na Licitação e serão avaliados no ato de cada entrega, através de servidor responsável designado para esse fim.

10.6. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão, estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº

8.666/93 e suas alterações.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor municipal, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:

I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;

II) multa de 1% (um por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;

III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de

Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;

IV) multa de 1% (um por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até o máximo de 10%;

V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de

Juína-MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto

perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

VII) após o 10º (décimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota fiscal/fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.

VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;

IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para o fornecimento dos itens ora contratados;

X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;

XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10%(dez por cento) do valor da contratação;

XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

XV A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.

XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo Fornecedor Registrado no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.

12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto municipal n.º 488/2006, 369/2014 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos do Tesouro Municipal, consignados no

Orçamento do Poder Executivo, cuja programação é a seguinte:

Dotações Orçamentárias pertinentes, constantes do exercício em vigor.

14. DO FORO

14.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Juína/MT.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente ata de registro de preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada um via no Departamento de Licitação.

Juína-MT, 27 de Março de 2015 .

MUNICÍPIO DE JUINA-MT CNPJ/MF n.º 15.359.201/0001-57 ZULMAR CURZEL Prefeito Municipal em Exercício	MERCANTIL CANOPUS COM. DE MOTOCICLETAS LTDA CNPJ n.º02.974.456/0006-92 Marcos Roberto Cruz Representante Legal

TESTEMUNHAS:

Rosimeire Oliveira Brindarolli Valdoir Antonio Pezzini

CPF/MFn.º 031.890.961-80 CPF/MFn.º771.046.411-49

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 032/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 032/2015

PREGÃO: Nº 017/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

O MUNICÍPIO DE JUÍNA, ESTADO DE MATO GROSSO, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no **CNPJ/MF** sob o n.º 15.359.201/0001-57, com sede administrativa na Travessa Emmanuel, nº.605, Centro, na cidade de Juína-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, **ZULMAR CURZEL**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n.º **575.507-SSP/PR** e inscrito no CPF/MF sob o n.**º 415.318.841-72**, residente e domiciliado na Rua Darci Jose Bortolini, 231 – Bairro Modulo 03 na cidade de Juína-MT, doravante denominado simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR e a empresa **OLMIR IORIS & CIA LTDA-EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº70.429.956/0001-99, com sede na Av. Mato Grosso, 839 Bairro Centro CEP. 78.320-000 Juína-MT, neste ato, representada pelo

Sr. Olmir Ioris

, portador da Cédula de identidade RG 1.483.392 - SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 252.935.409-04, residente e domiciliado na Rua Carmem Miranda, 205 Bairro Modulo 02 em Juina-MT, denominada simplesmente FORNECEDOR REGISTRADO, resolvem na forma da pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei complementar 123/2006 e Lei complementar 147/2014, Decretos Municipais nº, 488/2006, 369/2014, e, subsidiariamente, pela Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Juína, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEICULO 0KM, MOTOCICLETA E TELEVISORES PARA REALIZAÇÃO DE PREMIAÇÃO DA CAMPANHA NOTA PREMIADA, SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, MUNICIPIO DE JUÍNA, ESTADO DE MATO GROSSO, CONFORME TERMO DE REFERENCIA. do Edital do Pregão Presencial nº 017/2015

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do Pregão Presencial para Registro de Preços nº

017/2015 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do

Fornecedor Registrado.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO E PAGAMENTO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no

Diário oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.juina.mt.gov.br.

4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar os Fornecedores registrados para negociar o novo valor.

4.2.1 Caso o Fornecedor registrado se recuse a baixar os seus preços, o Órgão Gerenciador poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvado a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo Órgão Gerenciador à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

4.5. É concedido um prazo de 03 (três) dias, contados da data da protocolização da Nota Fiscal/Fatura perante este

Município de Juína/MT, para conferência e aprovação do recebimento definitivo do objeto deste Edital.

4.6. Após o prazo de conferência e aprovação do recebimento definitivo do objeto deste Edital e comprovada a manutenção das exigências da habilitação, as notas fiscais de fatura serão encaminhadas à contabilidade/tesouraria para o efetivo pagamento, que ocorrerá entre os dias 20 e 30 do mês subsequente ao recebimento definitivo dos produtos.

4.6.1. Os pagamentos serão creditados em favor da contratada, por meio de depósito Bancário/Transferência em conta corrente indicada na proposta, contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O Órgão Gerenciador adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente

Ata.

5.2. DOS PREÇOS REGISTRADOS POR ITEM:

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	MARCA
2	18,00	UN	TELEVISOR 32 POLEGADAS, TELA LED, DIGITAL, ENTRADA HDMI E USB (REFERENCIA SIMILAR OU SUPERIOR, SANSUNG, PANASSONIC, PHILCO).	R$ 989,00	R$ 17.802,00	PANASONIC

Valor total por extenso: Dezessete mil, oitocentos e dois reais).

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O Fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

c) houver razões de interesse público.

6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do Órgão Gerenciador.

6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata será divulgada no portal da internet www.juina.mt.gov.br

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do órgão gerenciador:

8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços:

8.1.2. Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização do fornecimento dos itens, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;

8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;

8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;

8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;

8.1.8. A fiscalização exercida pelo Órgão Gerenciador não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do Fornecedor

Registrado pelo completo e perfeito fornecimento dos itens objeto deste certame.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

9.1. São obrigações do fornecedor registrado:

9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;

9.1.2. Manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;

9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;

9.1.4. Atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;

9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.

9.1.6. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, será dado por escrito.

9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;

9.1.8. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Juína/MT, Departamento de Compras, situado na Travessa Emmanuel, 605, Centro, Juína/MT.

9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;

9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;

9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;

9.1.12. Credenciar junto ao Município de Juína/MT funcionário(s) que atenderá (ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão-de- obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo FORNECEDOR REGISTRADO.

9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;

9.1.15. Efetuar a entrega dos serviços, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na Ordem de Compras.

9.1.16. Comunicar à Secretaria requisitante dos serviços, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

9.1.17. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.

9.1.18. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;

9.1.19. No ato da entrega os materiais serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer(em) à especificação exigida sera(ão) devolvido(s), à contratada;

9.1.19.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s)

em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações, no prazo de

48(Quarenta e oito)horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

9.1.20. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

9.1.21. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;

9.1.22. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.

9.1.23. Credenciar junto ao Município de Juína/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às Ordens de Compra;

9.1.24. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.

10 – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

10.1. A entrega dos produtos deverá ser iniciada a partir do recebimento da Ordem de Compras.

10.1.1. Entregar em até 05 (Cinco) dias para itens 01,02 e 03 e 40 (quarenta) dias para o item 04, após o recebimento da Ordem de Compras, emitida pela Secretaria Municipal de Educação, que poderá ser enviada também no e-mail apresentado na proposta da empresa, com confirmação de recebimento que será utilizado para contar prazo de mora.

10.1.1.1. O prazo de execução poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.

10.2. A entrega dos produtos será de forma parcelada, de acordo com as necessidades das Secretarias interessadas, sempre mediante apresentação da Ordem Compras.

10.3. Os produtos solicitados deverão ser entregues no prazo estabelecido no item 10.1.1.1, pela empresa vencedora, sempre acompanhados de cópia da Ordem de Compras e Nota fiscal no local designado na Ordem de Compras, e quando o local for fora do perímetro urbano, no Almoxarifado Central do Município, localizado à Travessa Emmanuel, 605, Centro, ou outro local determinado pela Administração, na presença de servidores

devidamente autorizados, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 05 (cinco) dias para aceitar o mesmo.

10.3.1. Quando o município não aceitar os produtos por estarem em desconformidade com o pactuado, será encaminhado notificação por e-mail, sendo que os itens ficarão a disposição da empresa para serem recolhidos no local onde os mesmos foram entregues, e devendo a empresa realizar a substituição em prazo não superior a 03(três) dias.

10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos produtos solicitados ficará a cargo do servidor responsável pelo Departamento de Almoxarifado, ou outro servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.

10.5. Os produtos deverão ser entregues conforme especificações e disposições contidas na Proposta apresentada na Licitação e serão avaliados no ato de cada entrega, através de servidor responsável designado para esse fim.

10.6. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão, estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº

8.666/93 e suas alterações.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor municipal, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:

I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;

II) multa de 1% (um por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;

III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de

Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;

IV) multa de 1% (um por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até o máximo de 10%;

V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de

Juína-MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto

perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

VII) após o 10º (décimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota fiscal/fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.

VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;

IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para o fornecimento dos itens ora contratados;

X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;

XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10%(dez por cento) do valor da contratação;

XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

XV A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.

XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo Fornecedor Registrado no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.

12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto municipal n.º 488/2006, 369/2014 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos do Tesouro Municipal, consignados no

Orçamento do Poder Executivo, cuja programação é a seguinte:

Dotações Orçamentárias pertinentes, constantes do exercício em vigor.

14. DO FORO

14.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Juína/MT.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente ata de registro de preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada um via no Departamento de Licitação.

Juína- MT, 27 de Março de 2015 .

MUNICÍPIO DE JUINA-MT CNPJ/MF n.º 15.359.201/0001-57 ZULMAR CURZEL Prefeito Municipal em Exercício	OLMIR IORIS & CIA LTDA-EPP CNPJ n.º nº70.429.956/0001-99 Olmir Ioris Representante Legal

TESTEMUNHAS:

Rosimeire Oliveira Brindarolli Valdoir Antonio Pezzini

CPF/MFn.º 031.890.961-80 CPF/MFn.º771.046.411-49

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 035 /2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 035 /2015

PREGÃO: Nº 017/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

O MUNICÍPIO DE JUÍNA, ESTADO DE MATO GROSSO, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no **CNPJ/MF** sob o n.º 15.359.201/0001-57, com sede administrativa na Travessa Emmanuel, nº.605, Centro, na cidade de Juína-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, **ZULMAR CURZEL**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n.º **575.507-SSP/PR** e inscrito no CPF/MF sob o n.º **415.318.841-72**, residente e domiciliado na Rua Darci Jose Bortolini, 231 – Bairro Modulo 03 na cidade de Juína-MT, doravante denominado simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR e a empresa **V. RAMIRES SANCHES & CIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 01.304.123/0001-89, com sede na Avenida 9 de maio, nº 310, Bairro Modulo 01, em Juína- MT CEP: 78320-000, neste ato, representada pelo

Sr. Vanderlei Ramires Sanches

, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de identidade RG 594.690 SSP/MT, inscrito no CPF/MF sob o nº 428.067.981-91, residente e domiciliado na Rua Roberto Eugenio Bergamim, 87, modulo 02, CEP: 78.320-000 na cidade de Juína – MT, denominada simplesmente FORNECEDOR REGISTRADO, resolvem na forma da pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei complementar 123/2006 e Lei complementar 147/2014, Decretos Municipais nº, 488/2006, 369/2014, e, subsidiariamente, pela Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Juína, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEICULO 0KM, MOTOCICLETA E TELEVISORES PARA REALIZAÇÃO DE PREMIAÇÃO DA CAMPANHA NOTA PREMIADA, SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, MUNICIPIO DE JUÍNA, ESTADO DE MATO GROSSO, CONFORME TERMO DE REFERENCIA. do Edital do Pregão Presencial nº 017/2015

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do Pregão Presencial para Registro de Preços nº

017/2015 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do

Fornecedor Registrado.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO E PAGAMENTO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no

Diário oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.juina.mt.gov.br.

4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar os Fornecedores registrados para negociar o novo valor.

4.2.1 Caso o Fornecedor registrado se recuse a baixar os seus preços, o Órgão Gerenciador poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvado a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo Órgão Gerenciador à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

4.5. É concedido um prazo de 03 (três) dias, contados da data da protocolização da Nota Fiscal/Fatura perante este

Município de Juína/MT, para conferência e aprovação do recebimento definitivo do objeto deste Edital.

4.6. Após o prazo de conferência e aprovação do recebimento definitivo do objeto deste Edital e comprovada a manutenção das exigências da habilitação, as notas fiscais de fatura serão encaminhadas à contabilidade/tesouraria para o efetivo pagamento, que ocorrerá entre os dias 20 e 30 do mês subsequente ao recebimento definitivo dos produtos.

4.6.1. Os pagamentos serão creditados em favor da contratada, por meio de depósito Bancário/Transferência em conta corrente indicada na proposta, contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O Órgão Gerenciador adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente

Ata.

5.2. DOS PREÇOS REGISTRADOS POR ITEM:

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	MARCA
3	8,00	UN	TELEVISOR 40 POLEGADAS, TELA LED FULL HD, DIGITAL, ENTRADA HDMI E USB (REFERENCIA SIMILAR OU SUPERIOR, SANSUNG, PANASSONIC, PHILCO).	R$ 1. 500,00	R$ 12. 000,00	PHILCO

Valor total por extenso: (Doze mil reais).

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O Fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

c) houver razões de interesse público.

6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do Órgão Gerenciador.

6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata será divulgada no portal da internet www.juina.mt.gov.br

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do órgão gerenciador:

8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços:

8.1.2. Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização do fornecimento dos itens, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;

8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;

8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;

8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;

8.1.8. A fiscalização exercida pelo Órgão Gerenciador não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do Fornecedor

Registrado pelo completo e perfeito fornecimento dos itens objeto deste certame.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

9.1. São obrigações do fornecedor registrado:

9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;

9.1.2. Manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;

9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;

9.1.4. Atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;

9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.

9.1.6. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, será dado por escrito.

9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;

9.1.8. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Juína/MT, Departamento de Compras, situado na Travessa Emmanuel, 605, Centro, Juína/MT.

9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;

9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;

9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;

9.1.12. Credenciar junto ao Município de Juína/MT funcionário(s) que atenderá (ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão-de- obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo FORNECEDOR REGISTRADO.

9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;

9.1.15. Efetuar a entrega dos serviços, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na Ordem de Compras.

9.1.16. Comunicar à Secretaria requisitante dos serviços, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

9.1.17. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.

9.1.18. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;

9.1.19. No ato da entrega os materiais serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer(em) à especificação exigida sera(ão) devolvido(s), à contratada;

9.1.19.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s)

em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações, no prazo de

48(Quarenta e oito)horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

9.1.20. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

9.1.21. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;

9.1.22. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.

9.1.23. Credenciar junto ao Município de Juína/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às Ordens de Compra;

9.1.24. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.

10 – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

10.1. A entrega dos produtos deverá ser iniciada a partir do recebimento da Ordem de Compras.

10.1.1. Entregar em até 05 (Cinco) dias para itens 01,02 e 03 e 40 (quarenta) dias para o item 04, após o recebimento da Ordem de Compras, emitida pela Secretaria Municipal de Educação, que poderá ser enviada também no e-mail apresentado na proposta da empresa, com confirmação de recebimento que será utilizado para contar prazo de mora.

10.1.1.1. O prazo de execução poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.

10.2. A entrega dos produtos será de forma parcelada, de acordo com as necessidades das Secretarias interessadas, sempre mediante apresentação da Ordem Compras.

10.3. Os produtos solicitados deverão ser entregues no prazo estabelecido no item 10.1.1.1, pela empresa vencedora, sempre acompanhados de cópia da Ordem de Compras e Nota fiscal no local designado na Ordem de Compras, e quando o local for fora do perímetro urbano, no Almoxarifado Central do Município, localizado à Travessa Emmanuel, 605, Centro, ou outro local determinado pela Administração, na presença de servidores

devidamente autorizados, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 05 (cinco) dias para aceitar o mesmo.

10.3.1. Quando o município não aceitar os produtos por estarem em desconformidade com o pactuado, será encaminhado notificação por e-mail, sendo que os itens ficarão a disposição da empresa para serem recolhidos no local onde os mesmos foram entregues, e devendo a empresa realizar a substituição em prazo não superior a 03(três) dias.

10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos produtos solicitados ficará a cargo do servidor responsável pelo Departamento de Almoxarifado, ou outro servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.

10.5. Os produtos deverão ser entregues conforme especificações e disposições contidas na Proposta apresentada na Licitação e serão avaliados no ato de cada entrega, através de servidor responsável designado para esse fim.

10.6. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão, estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº

8.666/93 e suas alterações.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor municipal, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:

I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;

II) multa de 1% (um por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;

III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de

Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;

IV) multa de 1% (um por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até o máximo de 10%;

V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de

Juína-MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto

perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

VII) após o 10º (décimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota fiscal/fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.

VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;

IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para o fornecimento dos itens ora contratados;

X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;

XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10%(dez por cento) do valor da contratação;

XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

XV A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.

XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo Fornecedor Registrado no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.

12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto municipal n.º 488/2006, 369/2014 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos do Tesouro Municipal, consignados no

Orçamento do Poder Executivo, cuja programação é a seguinte:

Dotações Orçamentárias pertinentes, constantes do exercício em vigor.

14. DO FORO

14.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Juína/MT.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente ata de registro de preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada um via no Departamento de Licitação.

Juína-MT, 27 de março de 2015 .

MUNICÍPIO DE JUINA-MT CNPJ/MF n.º 15.359.201/0001-57 ZULMAR CURZEL Prefeito Municipal em Exercício	V. RAMIRES SANCHES & CIA LTDA CNPJ n.º01.304.123/0001-89 Vanderlei Ramires Sanches Representante Legal

TESTEMUNHAS:

Rosimeire Oliveira Brindarolli Valdoir Antonio Pezzini

CPF/MFn.º 031.890.961-80 CPF/MFn.º771.046.411-49

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N°030 /2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N°030 /2015

PREGÃO: Nº 015/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

O MUNICÍPIO DE JUÍNA, ESTADO DE MATO GROSSO, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no **CNPJ/MF** sob o n.º 15.359.201/0001-57, com sede administrativa na Travessa Emmanuel, nº.605, Centro, na cidade de Juína-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, **ZULMAR CURZEL**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n.º **575.507-SSP/PR** e inscrito no CPF/MF sob o n.º **415.318.841-72**, residente e domiciliado na Rua Darci Jose Bortolini, 231 – Bairro Modulo 03 na cidade de Juína-MT, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR** e a empresa

A.C. ARAUJO AGENCIA DE NOTICIAS E PUBLICAÇÃO EIRELI-EPP

, inscrita no CNPJ sob o nº 02.033.384/0001-74 , com sede na Rua Voluntário da Patria, 350 – Bairro Centro Norte –CEP. 78.005-180 – Cuiabá-MT, neste ato, representada pelo Sr. Antonio Carlos Araujo, brasileiro, divorciado, empresário, portador da Cédula de identidade RG. 0558910-0 -SSP/MT, inscrito no CPF/MF sob o nº291.930.101-25, residente e domiciliado na Rua Rosário Oeste, 99 – Bairro Jardim Renascer –CEP.78.061-364 em Cuiabá-MT, denominada simplesmente FORNECEDOR REGISTRADO, resolvem na forma da pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei complementar 123/2006 e Lei complementar 147/2014, Decretos Municipais nº, 488/2006, 369/2014, e, subsidiariamente, pela Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cuja minuta foi examinada pela

Assessoria Jurídica do município de Juína, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei

nº 8.666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES EM DIARIO OFICIAL DO ESTADO, JORNAIS DE GRANDE CIRCULAÇÃO, E DIARIO OFICIAL DA UNIÃO, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO, MUNICIPIO DE JUÍNA, ESTADO DE MATO GROSSO, CONFORME TERMO DE REFERENCIA.do Edital do Pregão Presencial nº 015/2015

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do Pregão Presencial para Registro de Preços nº

015/2015 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do

Fornecedor Registrado.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO E PAGAMENTO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no

Diário oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.juina.mt.gov.br.

4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar os Fornecedores registrados para negociar o novo valor.

4.2.1 Caso o Fornecedor registrado se recuse a baixar os seus preços, o Órgão Gerenciador poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvado a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo Órgão Gerenciador à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

4.5. É concedido um prazo de 03 (três) dias, contados da data da protocolização da Nota Fiscal/Fatura perante este

Município de Juína/MT, para conferência e aprovação do recebimento definitivo do objeto deste Edital.

4.6. Após o prazo de conferência e aprovação do recebimento definitivo do objeto deste Edital e comprovada a manutenção das exigências da habilitação, as notas fiscais de fatura serão encaminhadas à contabilidade/tesouraria para o efetivo pagamento, que ocorrerá entre os dias 20 e 30 do mês subsequente ao recebimento definitivo dos serviços.

4.6.1. Os pagamentos serão creditados em favor da contratada, por meio de depósito Bancário/Transferência em conta corrente indicada na proposta, contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O Órgão Gerenciador adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente

Ata.

5.2. DOS PREÇOS REGISTRADOS POR ITEM:

ITEM	DESCRIÇÃO	Qtde	UN	Valor Unit.	Valor total
1	SERVICO DE PUBLICACAO EM DIARIO DE GRANDE CIRCULACAO -DC	5.000,00	Centímetro Coluna	2,99	14.950,00

Valor total por extenso: (Quatorze mil, novecentos e cinquenta reais).

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O Fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

c) houver razões de interesse público.

6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do Órgão Gerenciador.

6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata será divulgada no portal da internet www.juina.mt.gov.br

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do órgão gerenciador:

8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços:

8.1.2. Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização do fornecimento dos itens, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;

8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;

8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;

8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;

8.1.8. A fiscalização exercida pelo Órgão Gerenciador não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do Fornecedor

Registrado pelo completo e perfeito fornecimento dos itens objeto deste certame.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

9.1. São obrigações do fornecedor registrado:

9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;

9.1.2. Manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;

9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;

9.1.4. Atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;

9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.

9.1.6. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, será dado por escrito.

9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;

9.1.8. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Juína/MT, Departamento de Compras, situado na Travessa Emmanuel, 605, Centro, Juína/MT.

9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;

9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;

9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;

9.1.12. Credenciar junto ao Município de Juína/MT funcionário(s) que atenderá (ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão-de- obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo FORNECEDOR REGISTRADO.

9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;

9.1.15. Efetuar a entrega dos serviços, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na Ordem de Compras.

9.1.16. Comunicar à Secretaria requisitante dos serviços, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

9.1.17. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.

9.1.18. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;

9.1.19. No ato da entrega os materiais serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer(em) à especificação exigida sera(ão) devolvido(s), à contratada;

9.1.19.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s)

em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações, no prazo de

48(Quarenta e oito)horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

9.1.20. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

9.1.21. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;

9.1.22. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.

9.1.23. Credenciar junto ao Município de Juína/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às Ordens de Compra;

9.1.24. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.

10 – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

10.1. A entrega dos produtos deverá ser iniciada a partir do recebimento da Ordem de Compras.

10.1.1. Realizar as publicações diariamente, até o final do dia, das publicações entregues até as 15:30 horas, após o recebimento da Ordem de Compras, emitida pela Secretaria Municipal de Finanças e Administração, que poderá ser enviada também no e-mail apresentado na proposta da empresa, com confirmação de recebimento que será utilizado para contar prazo de mora.

10.1.1.1. O prazo de execução poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.

10.2. A execução dos serviços será de forma parcelada, de acordo com as necessidades das Secretarias interessadas, sempre mediante apresentação da Ordem Compras.

10.3. Os serviços solicitados deverão ser entregues no prazo estabelecido no item 10.1.1.1, pela empresa vencedora, sempre acompanhados de cópia da Ordem de Compras e Nota fiscal no local designado na Ordem de Compras, e quando o local for fora do perímetro urbano, no Almoxarifado Central do Município, localizado à Travessa Emmanuel, 605, Centro, ou outro local determinado pela Administração, na presença de servidores

devidamente autorizados, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 05 (cinco) dias para aceitar o mesmo.

10.3.1. Quando o município não aceitar os serviços por estarem em desconformidade com o pactuado, será encaminhado notificação por e-mail, sendo que os itens ficarão a disposição da empresa para serem recolhidos no local onde os mesmos foram entregues, e devendo a empresa realizar a substituição em prazo não superior a 03(três) dias.

10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos serviços solicitados ficará a cargo do servidor responsável pelo Departamento de Almoxarifado, ou outro servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.

10.5. Os serviços deverão ser entregues conforme especificações e disposições contidas na Proposta apresentada na Licitação e serão avaliados no ato de cada entrega, através de servidor responsável designado para esse fim.

10.6. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão, estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº

8.666/93 e suas alterações.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor municipal, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:

I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;

II) multa de 1% (um por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;

III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de

Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;

IV) multa de 1% (um por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até o máximo de 10%;

V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de

Juína-MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto

perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

VII) após o 10º (décimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota fiscal/fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.

VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;

IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para o fornecimento dos itens ora contratados;

X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância rema-

nescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;

XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10%(dez por cento) do valor da contratação;

XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

XV A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.

XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo Fornecedor Registrado no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.

12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto municipal n.º 488/2006, 369/2014 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos do Tesouro Municipal, consignados no

Orçamento do Poder Executivo, cuja programação é a seguinte:

Dotações Orçamentárias pertinentes, constantes do exercício em vigor.

14. DO FORO

14.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Juína/MT.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente ata de registro de preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada um via no Departamento de Licitação.

Juína-MT, 25 de MARÇO de 2015 .

MUNICÍPIO DE JUINA-MT CNPJ/MF n.º 15.359.201/0001-57 ZULMAR CURZEL Prefeito Municipal em Exercício	A.C. ARAUJO AG.DE NOT.PUB. EIRELI-EPP CNPJ n.º02.033.384/0001-74 Antonio Carlos Araujo Representante Legal

TESTEMUNHAS:

Rosimeire de Oliveira Brindarolli Valdoir Antonio Pezzini

CPF/MFn.º 031.890.961-80 CPF/MFn.º771.046.411-49

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

PREVIDÊNCIA MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 012/2015

27 DE MARÇO DE 2015.

"Nomeia Fiscal de Contratos Administrativos da Lambari-Previ- Instituto de Previdência do Município de Lambari D'Oeste-MT."

O Senhor Néliton da Silva Mota, Diretor Executivo do Instituto de Previdência do Município de Lambari D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas na Lei Municipal nº 218/2005.

CONSIDERANDO

o disposto no § 1º do artigo 67 e artigo 73, inciso I, alínea “b” e inciso II, alíneas “a” e “b” da Lei 8.666/93 e os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º Designar a senhora Micaele Catarine Gonçalves de Abreu, portadora do CPF nº 041.996.661-76, para atuar como fiscal de contrato

administrativo celebrados pelo Instituto de Previdência do Município de Lambari D’Oeste-MT, com atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta exação do objeto aos termos contratuais.

Art. 2º. Fica a fiscal do Instituto obrigada a comunicar o Diretor todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo único. As decisões e providências que ultrapassam a competência da fiscal deverão ser solicitadas ao gestor em tempo hábil para a adoção das medidas saneadoras.

Art.3º. Revoga-se nesta, os efeitos da Portaria 002/2014.

Art.4º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Instituto de Previdência, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos vinte e sete dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

Publique-se, Registre-se e cumpra-se.

Néliton da Silva Mota

Diretor Executivo

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE

PREFEITURA MUNICIPAL
TERMO DE CANCELAMENTO DO CONTRATO

TIPO DE ALTERAÇÃO : TERMO DE CANCELAMENTO DO CONTRATO

CONTRATADO: DORIS FABIANE DA COSTA ALVES - ME

DATA:01/04/2015

MOTIVO: CANCELAMENTO DO CONTRATO Nº 362/2012

PROCESSO LICITATÓRIO: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 005/2012

RAMIRO AZAMBUJA

PRESIDENTE DA CPL

OTAVIANO OLAVO PIVETTA

PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL N. 059/2015

Objeto do Pregão: Pregão Presencial para a aquisição de carrinho para Big Bag's, para atender a necessidade da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Lucas do Rio Verde/MT.

Data: 01 de abril de 2015.

Empresa Vencedora: ADRIELLE DE SOUZA BOHRER-ME, Item 0001, com o valor total de R$ 16.250,00 (dezesseis mil e duzentos e cinquenta reais).

Lucas do Rio Verde-MT, 01 de abril de 2015.

Jéssica Regina Wohlemberg

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL
TERMO DE CANCELAMENTO DO CONTRATO

TIPO DE ALTERAÇÃO : TERMO DE CANCELAMENTO DO CONTRATO

CONTRATADO: INOVA INDÚSTRIA DE ESQUADRIAS EM ALUMÍNIO LTDA.

DATA: 01/04/2015

MOTIVO: CANCELAMENTO DO CONTRATO Nº 527/2014

PROCESSO LICITATÓRIO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 170/2014

RAMIRO AZAMBUJA

PRESIDENTE DA CPLOTAVIANO OLAVO PIVETTA

PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL
1º RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 061/2015

Edital de Pregão Presencial nº 061/2015 que trata da **“**Pregão Presencial para a contratação de empresa para fornecimento de material permanente e instrumentais para equipar o PSF XV, no Município de Lucas do Rio Verde-MT.”, sofreu alterações quanto ao seu **Anexo I Termo de Referência e o Anexo III – Proposta de Preços**.Diante das alterações necessário se faz a reabertura integral do certame, conforme se segue:

DATA: ***16/04/2015***.

ABERTURA DO ENVELOPE Nº 01: Às 08:00 horas, do dia 16 de Abril de 2015, no endereço acima.

ENTREGA DOS ENVELOPES CREDENCIAMENTO: Das 07:30 horas, as 08:00 (Horário de Mato Grosso) do dia 16 de Abril de 2015.

EDITAL COMPLETO: Afixado no endereço acima e na Internet, site www.lucasdorioverde.mt.gov.br.

FUNDAMENTO LEGAL: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98).

Lucas do Rio Verde MT, 01 de abril de 2015.

Sirlei Amaro da Silva

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 067/2015 REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2015

Objeto: Aquisição de refeições acondicionadas em embalagem de alumínio ou isopor tipo marmitex para atender as ações das Secretarias Municipais.

Dia:22 de Abril de 2015.

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: Das 07:30 horas, as 08:00 (Horário de Mato Grosso) do dia 22 de Abril de 2015.

Abertura do envelope Nº 01: Às 08:00 horas, do dia 22 de Abril de 2015, no endereço acima.

Edital Completo: Afixado no endereço Av. America do Sul, Nº 2500 S, Parque dos Buritis, Lucas do Rio Verde MT.CEP: 78455-000 – Fone: 65 3549 8300 e na Internet, site www.lucasdorioverde.mt.gov.br.

Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98)

Lucas do Rio Verde MT, 01 de Abril de 2015.

Sirlei Amaro da Silva

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE – MT

CONTROLADORIA INTERNA- PODER EXECUTIVO

EXTRATO DE NORMAS INTERNAS

NORMA INTERNA Nº: 52/2015

DATA DA VIGÊNCIA : 02/04/2015

ASSUNTO: REGIMENTO INTERNO DA CEFT - COMISSÃO ESPECIAL DE FARMACOLOGIA E TERAPÊUTICA

SETORES ENVOLVIDOS: SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE MUNICIPAL.

OBJETIVOS DA NORMA:

Servir como órgão consultivo e deliberativo sobre medicamentos, além de promoção do uso adequado dos mesmos e de assessoria técnica diretamente vinculado à Secretaria Municipal de Saúde.

Disponível em: http://www.lucasdorioverde.mt.gov.br/arquivos/legislações

RUDIMAR PAULO RUBIN

Controlador Interno

PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 08/2015
CHAMAMENTO PARA CREDENCIAMENTO Nº 01/2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE – MT/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, situado na Av. América do Sul, 2500-S, Parque dos Buritis, Lucas do Rio Verde-MT, através da Comissão Permanente de Licitações, torna público para todos os interessados que está aberto o prazo para o CREDENCIAMENTO das empresas que tenham interesse na prestação de serviços especializados de **OFTALMOLOGISTA**, de forma complementar da cobertura dos serviços prestados pela rede Municipal de Saúde/Sistema Único de Saúde. O Credenciamento acorrerá no período de 02/04/2015 a 02/04/2016. Os interessados poderão obter informações detalhadas no endereço supracitado, de segunda a sexta-feira, das 7:00 h as 11:00 h e das 13:00 às 17:00, com a Comissão Permanente de Licitações, ou ainda através do telefone (65)3549-8300 ou pelo site www.lucasdorioverde.mt.gov.br.

Lucas do Rio Verde - MT, 01 de Abril de 2015.

Ramiro Azambuja da Silva

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO N. 005/2015 - REGISTRO DE PREÇO N. 021/2015

Referente: Pregão Eletrônico(Registro de Preço) para aContratação de empresa especializada nofornecimento de pedalinho (modelo cisne) ecolete salva–vidas,para a Secretaria deCultura e Lazerde Lucas do Rio Verde/MT.

Data: 12/03/2015

Empresa Vencedora: Item 0005 à empresa M. PEREIRA LISBOA ME, totalizando o valor de R$ 142.000,00 (cento e quarenta e dois mil reais); Item 0001 ao Item 0004 restaram fracassados.

Lucas do Rio Verde-MT, 01 de abril de 2015.

Sirlei Amaro da Silva

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 068/2015

Objeto do Pregão: Pregão Presencial para a contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais para manutenção nas praças públicas do Município de Lucas do Rio Verde-MT.

Dia: 17 de Abril de 2015.

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: Das 13:30hs até as 14:00hs, do dia 17 de Abril 2015.

Abertura do envelope Nº 01: Às 14:00 horas, do dia 17 de Abril de 2015, no endereço acima.

Edital Completo: Afixado no endereço Avenida América Sul, Nº 2500 S, Parque dos Buritis, Lucas do Rio Verde MT, CEP: 78455-000, Fone: 65. 3549.8300 e na Internet, site www.lucasdorioverde.mt.gov.br.

Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98).

Lucas do Rio Verde/MT, 01 de abril de 2015.

Károle Graziela Sontag

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 066/2015 E REGISTRO DE PREÇOS Nº 036/2015

Objeto: Pregão Presencial (Registro de Preços) para contratação de pessoa jurídica para prestar serviços de hospedagem, transporte e fornecimento de refeições para pacientes em tratamento de saúde na capital do estado Cuiabá, Várzea Grande de pacientes encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde de Lucas do Rio Verde-MT.

Dia: 22 de abril de 2015

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: Das 13:30hs até as 14:00hs, do dia 22 de abril de 2015.

Abertura do envelope Nº 01: Às 14hs, do dia 22 de Abril de 2015, no endereço acima.

Edital Completo: Afixado no endereço Avenida América do Sul, Nº 2500 S, Parque do Buritis, Lucas do Rio Verde MT.CEP: 78455-000 – Fone: 65 549 8300 acima e na Internet, site www.lucasdorioverde.mt.gov.br.

Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98).

Lucas do Rio Verde MT, 01 de abril de 2015.

Jessica Regina Wohlemberg

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO 012/2015 – PREGÃO PRESENCIAL 005/2015

A Prefeitura Municipal de Luciara, através do seu pregoeiro e equipe de apoio, TORNA PÚBLICO aos interessados que realizará licitação na mo-

dalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Ítem, no dia 14 de abril de 2015, às 09:00h, para aquisição de materiais de construção e elétrico, conforme especificações descritas no anexo do Edital de Licitação. A íntegra do Edital encontra-se disponível na sede da Prefeitura Municipal de Luciara, localizada à Avenida Araguaia, 07 – Centro – Luciara-MT. Maiores informações pelo telefone (66) 3528-1189.

Luciara-MT, em 31/03/2015.

AGÊO FONSECA BRITO

Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
EDITAL COMPLEMENTAR 02/2015 AO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 001/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA - MT

CONCURSO PÚBLICO

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 02 AO EDITAL Nº 001/2015

O Prefeito do Município de Marcelândia - MT, Sr. Arnóbio Vieira de Andrade, através da Comissão Organizadora do Concurso Público, nomeada pelo Decreto 29 de Março de 2015, torna público o edital complementar do Concurso Público 001/2015.

Art. 1º Torna público o ANEXO - I contendo a relação dos Pedidos de Isenção de Pagamento DEFERIDOS, e INDEFERIDOS referente a taxa de inscrição, conforme Item 3 do Edital do Concurso Público 001/2015.

Art. 2º O candidato que realizou sua solicitação de isenção e não localizar seu nome listado no ANEXO I poderá entrar em contato com a comissão organizadora do concurso público ou enviar um e-mail solicitando esclarecimento para “contato@consultoriaatos.com”. Fica aberto o prazo de recurso contra a publicação dos resultados da solicitação de isenção da taxa de inscrição, por um período de até 2 (dois) dias úteis, o candidato que desejar protocolar um recurso formal deverá enviá-lo por escrito e digitalizado para o e-mail contato@consultoriaatos.com

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, permanecendo inalteradas as demais disposições do EDITAL n. º 001/2015. Este Edital Complementar 02 do Concurso Público 001/2015, entra em vigor na data de 01 de Abril de 2015.

MARCELÂNDIA – MT, 01 de Abril de 2015

Arnóbio Vieira de Andrade Sonia Martinis

Prefeito Municipal Presidente da Comissão Conc. Publico 001/2015

ANEXO I Pedidos de Isenção DEFERIDOS

Inscrição	Nome	*Cargo*	Situação
0001	RICARDO NOGUEIRA MORAIS	001 - Assessor Jurídico	**DEFERIDO**
0006	MIRIAN PEGORETTI MIGUEL DE OLIVEIRA	026 - Técnico em Enfermagem	**DEFERIDO**
0015	MARLY APARECIDA PEREIRA MARQUES	018 - Cuidador de Criança	**DEFERIDO**
0021	CRISTIANE SANTOS NASCIMENTO	010 - Fonoaudiólogo	**DEFERIDO**
0027	LEANDRO BATISTA FERREIRA DE PAULA	004 - Professor Educação Física	**DEFERIDO**
0028	SILVIO DAUFENBACK KURTEN	011 - Agente Administrativo III	DEFERIDO
0045	MARCIANA DO NASCIMENTO PEREIRA	018 - Cuidador de Criança	DEFERIDO
0049	ANDREANE VIEIRA MACHADO	036 - Varredor de Rua	DEFERIDO
0055	JOELSON ALVARENGA BATISTA	027 - Técnico em Informática	DEFERIDO
0059	ELIZANGELA HAHN	036 - Varredor de Rua	DEFERIDO
0060	JUREMA APARECIDA ARISTEU	036 - Varredor de Rua	DEFERIDO
0076	JUCILENE MARIA ALVES OLIVEIRA	018 - Cuidador de Criança	DEFERIDO
0083	FLAVIA BETâNIA BORGES LIMA	026 - Técnico em Enfermagem	DEFERIDO
0090	THENILE COLETA ARRUDA	001 - Assessor Jurídico	DEFERIDO
0093	MARIA THEREZA HANZEN	030 - Auxiliar de Serviços Gerais	DEFERIDO
0094	MARIA FRANCISCA PEREIRA DOS SANTOS	018 - Cuidador de Criança	DEFERIDO
0095	LUCIANA SOMMERFELD	019 - Auxiliar Administrativo	DEFERIDO
0098	MARIA NATALINA VASCONCELOS ALMEIDA	018 - Cuidador de Criança	DEFERIDO
0100	CARLIANE LOURENÇO DA SILVA	031 - Auxiliar de Serviços Gerais (Analândia do Norte)	DEFERIDO
0101	JHONATHAN DUTRA DE OLIVEIRA	004 - Professor Educação Física	DEFERIDO
0102	CARLA FERNANDA VICENTE COUTINHO	001 - Assessor Jurídico	DEFERIDO
0105	ROSILENE MARIA DE ASSIS	019 - Auxiliar Administrativo	DEFERIDO
0106	ELIZABETE DO NASCIMENTO MAGALHãES	026 - Técnico em Enfermagem	DEFERIDO
0115	ANDREIA HANZEN NOTTE	019 - Auxiliar Administrativo	DEFERIDO
0116	DEIZIMERE BALMANT AZEVEDO	019 - Auxiliar Administrativo	DEFERIDO
0121	JESSICA PABLA DE JESUS	030 - Auxiliar de Serviços Gerais	DEFERIDO
0124	ROSELI DOS SANTOS	030 - Auxiliar de Serviços Gerais	DEFERIDO
0126	ALANA APARECIDA PRANGE LEAL	019 - Auxiliar Administrativo	DEFERIDO
0127	VILMA MOREIRA ROSA	018 - Cuidador de Criança	DEFERIDO
0132	LEONICE SANTOS DA SILVA	025 - Fiscal Sanitário	DEFERIDO
0135	WAGNER ROBERTO GODOI	019 - Auxiliar Administrativo	DEFERIDO
0136	SIMONE GONCALVES GOMES	019 - Auxiliar Administrativo	DEFERIDO
0137	VALDERI GODOI	030 - Auxiliar de Serviços Gerais	DEFERIDO
0053	ISAIAS LOPES FERREIRA	028 Motorista (CNH - D)	DEFERIDO

Pedidos de Isenção INDEFERIDOS

Inscrição	Nome	*Cargo*	Situação	Motivo
0004	PATRINE SOUSA ALVES	019 - Auxiliar Administrativo	INDEFERIDO	**Ausência documentos comprobatórios ou documentação incompatível**
0039	SUZI MARA DA SILVA	003 - Cirurgião Dentista	INDEFERIDO	**Ausência documentos comprobatórios ou documentação incompatível**
0067	ALEXANDRO FERNANDES	019 - Auxiliar Administrativo	INDEFERIDO	**Ausência documentos comprobatórios ou documentação incompatível**
0092	LEANDRO PAULO DA SILVA BOFF	027 - Técnico em Informática	INDEFERIDO	**Ausência documentos comprobatórios ou documentação incompatível**
0112	NAIANE SILVA GONÇALVES	002 - Arquiteto	INDEFERIDO	Ausência documentos comprobatórios ou documentação incompatível
0113	CRISTIANE BARBOSA FERRAREZI	003 - Cirurgião Dentista	INDEFERIDO	Ausência documentos comprobatórios ou documentação incompatível
0123	DANIEL LUCAS DE JESUS ARRUDA	032 - Carpinteiro	INDEFERIDO	Ausência documentos comprobatórios ou documentação incompatível
0143	MARYANA DUARTE VIEIRA	011 - Agente Administrativo III	INDEFERIDO	Ausência documentos comprobatórios ou documentação incompatível

Total de Solicitações Deferidas: 8 Disponibilizado em 01/04/2015

Total Geral de Solicitações: 42

ADMINISTRAÇÃO/SECRETARIA
LEI MUNICIPAL Nº 888/2015

Data: 01/04/2015.

"DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA ESTRUTURA DA LEI 875/2014, LEI ORÇAMENTARIA ANUAL DO MUNICIPIO DO EXERCICIO DE 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Senhor **ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE,** Prefeito Municipal de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de até R$ 120.000.00 (Cento e vinte mil reais), destinado a Secretaria Municipal abaixo relacionada.

Artigo 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adicionar em seu Orçamento Programa 2015 a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 09- Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo.		
Unidade: 001 – Gabinete da Secretaria.		
Função: 18 – Gestão Ambiental.		
Sub-Função: 541 – Preservação e Conservação Ambiental.		
Programa: 0024 – Gestão da Política Ambiental.		
Projeto: 1.175 – Recuperação de 50 Nascentes/Reestruturação da Sec. Meio Ambiente		
Natureza da Despesa:		
44.90.51.00.00 – Obras e Instalações	R$	120.000,00
TOTAL DA AÇÃO	R$	120.000,00

Artigo 3º - O presente crédito adicional, ampara-se no artigo 40 e 43 da Lei nº 4.320/64 de 17 de março de 1964, e os recursos utilizados são os previstos no inciso III do § 1º do Artigo 43 da lei citada.

Parágrafo Único: Para atender ao credito aberto de que trata o artigo 1º e 2º da presente lei, será utilizado como fonte de recursos às anulações parciais ou totais nas seguintes dotações orçamentárias:

RED.	DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	VALOR
132	05001267820012210133903O	Material de Consumo	120.000,00
TOTAL GERAL			120.000,00

Artigo 4º - Fica igualmente autorizado à atualização na Lei Municipal nº. 874/2014 - LDO 2014 e Lei Municipal nº. 837/2013 - PPA 2014/2017 e Revisão PPA 873/2014, as alterações descritas no artigo 2º desta lei.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, Marcelândia - MT, em 01 de abril de 2015.

ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/SECRETARIA
LEI MUNICIPAL Nº 889/2015

DATA: 01/04/2015

***Súmula*.....Institui verba de natureza indenizatória pelo exercício de atividade parlamentar na circunscrição do município e dá outras providências.**

O Senhor

ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE,

Prefeito Municipal de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída pela Câmara Municipal de Marcelândia-MT, a verba de natureza indenizatória para os Vereadores, pelo exercício da atividade parlamentar, na circunscrição do município, no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais) aos vereadores e R$ 4.000,00 (quatro mil reais) para o Presidente da Câmara, nos termos do § 11, do Artigo 37, da Constituição da República.

Parágrafo Único - A verba indenizatória de que trata o "caput" deste artigo, será paga mensalmente aos vereadores e presidente da Câmara Municipal de Marcelândia, para custeio de atividades parlamentar inerentes ao exercício do cargo, na circunscrição do município de Marcelândia/MT.

Art. 2º Para definição do valor da verba indenizatória a ser paga aos vereadores, será levada em consideração a frequência às sessões legislativas, descontando-se ¼ (um quarto) do valor da verba indenizatória por sessão injustificada, que o parlamentar faltar.

§ 1º Sobre a verba indenizatória não incidirá qualquer tipo de imposto, bem como não será computada para efeito dos limites remuneratórios do cargo e nem será base de cálculo para aferição dos gastos com pessoal.

§ 2º O parlamentar estará desobrigado de qualquer prestação de contas relacionada à verba percebida de conformidade com a presente lei.

Art. 3º As despesas da execução desta Lei, correrão à conta das dotações próprias consignadas no orçamento.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário, especificamente a Lei nº 769/2011 de 17 de junho de 2011 e Lei 821/2013 de 16 de abril de 2013, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, Marcelândia - MT, 01 de abril de 2015

_____

ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE

PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
DECRETO

DECRETO Nº 2823 DE 27 DE MARÇO DE 2015

AUTORIZA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO DESTINADO A CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS PARA ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D´OESTE, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições e, em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 11.788/2008 e Lei Municipal nº 631/2001;

DECRETA

Artigo 1º - Fica autorizada a realização de Processo Seletivo, objetivando a contratação de estudantes estagiários, nos termos da Lei Municipal nº 631/2001, abrangendo estudantes do nível superior e de educação profissional de ensino médio, a saber:

Ensino Médio:

- 13 Técnicos em Administração

- 03 Técnicos em Informática

Ensino Superior:

- 03 Bacharelado em Direito

- 01 Bacharelado em Ciências Contábeis

- 02 Licenciatura em Educação Física

Artigo 2º - O Processo Seletivo Simplificado de que trata este Decreto, será realizado e acompanhado pela Comissão nomeada pela Portaria nº 022/2015.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 27 de março de 2015.

ELIAS MENDES LEAL FILHO

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 063/2015

"Dispõe sobre a *exoneração* da Srª. Marina Alexandra Santana Gimenez, e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Sebastião Gilmar Luiz da Silva**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º.

Exonerar a Srª. Marina Alexandra Santana Gimenez, portadora do RG nº. 67632725 SSP/SP, e devidamente cadastrada no CPF nº. 509.491. 791-91, do cargo em Comissão de Assessora Técnica Social.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 31 de março de 2015.

Sebastião Gilmar Luiz da Silva Prefeito Municipal de Nobres

ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 1.359/2015

LEI MUNICIPAL Nº. 1.359/2015 de 01 de abril de 2015

"DISPÕE SOBRE A CORREÇÃO DOS VALORES QUE TRATA O INCISO I E II DO ART. 23 DA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993, PELO ÍNDICE DO IGP-M, COM FUNDAMENTO NO ART. 120, DA LEI FEDERAL Nº 8. 666/1993 E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO CONSULTA DO TCE-MT Nº. 17/2014-TP, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Sr. SEBASTIÃO GILMAR LUIZ DA SILVA, PREFEITO MUNICIPAL DE NOBRES – MT, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º - As modalidades de licitação constante no artigo 22 da Lei nº 8. 666/1993 em consonância com a Resolução Consulta nº 17/2014 do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, serão determinadas em função dos seguintes limites:

I – para obras e serviços de engenharia:

a) convite – até R$ 356.610,00 (trezentos e cinquenta e seis mil seiscentos e dez reais);

b) tomada de preços – até R$ 3.566.100,00 (três milhões quinhentos e sessenta e seis mil e cem reais);

c) concorrência – acima de R$ 3.566.100,00 (três milhões quinhentos e sessenta e seis mil e cem reais);

II – para compras e serviços não referidos no inciso anterior:

a) convite – até R$ 190.192,00 (cento e noventa mil cento e noventa e dois reais);

b) tomada de preços – até R$ 1.545.310,00 (um milhão quinhentos e quarenta e cinco mil e trezentos e dez reais);

c) concorrência – acima de R$ R$ 1.545.310,00 (um milhão quinhentos e quarenta e cinco mil e trezentos e dez reais);

Art. 2º É dispensável a licitação:

I – para obras e serviços de engenharia de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto no inciso alínea "a", do inciso I do artigo anterior.

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior.

Art. 3º Os valores constantes desta Lei serão atualizados, por Decreto do Executivo, todo mês de Janeiro, com base no IGP-M acumulado no exercício anterior.

Art. 4º Os limites previstos nesta lei se aplicam para despesas realizadas exclusivamente com recursos próprios do Município, os recursos financeiros oriundos do ente Estado ou da União não poderão ser licitados considerando os valores acima estipulados.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01/01/2015.

Art. 6º revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nobres/MT, em 01 de abril de 2015.

SEBASTIÃO GILMAR LUIZ DA SILVA

Prefeito Municipal de Nobres

ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 1.361/2015

LEI MUNICIPAL Nº. 1.361/2015 de 01 de abril de 2015

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADQUIRIR E DOAR 2 NOTEBOOKS, 2 TABLETS E 1 MÁQUINA DIGITAL AOS VENCEDORES DOS CONCURSOS DE MELHOR REDAÇÃO E RAINHA DO CINQUENTENÁRIO DE NOBRES".

O Sr. SEBASTIÃO GILMAR LUIZ DA SILVA, PREFEITO MUNICIPAL DE NOBRES – MT, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adquirir e doar 2 *notebooks*, 2 tablets e 1 máquina digital aos vencedores dos concursos de melhor redação e rainha do cinquentenário de Nobres.

Parágrafo único. Será utilizada a dotação orçamentária 60, código 3390.30 – Material de Consumo pela Secretaria de Administração, Planejamento e Gestão.

Art. 2º. Estes aparelhos serão doados como forma de premiação no evento comemorativo dos 50 anos do município de Nobres na seguinte ordem:

I-Concurso de Melhor Redação: a)Primeiro lugar: Um notebook; b)Segundo lugar: Um tablet; c)Terceiro lugar: Uma máquina digital; II-Concurso de Rainha do Cinquentenário: a)Primeiro lugar: Um notebook; b)Segundo lugar: Um tablet.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nobres, em 01 de abril de 2015

SEBASTIÃO GILMAR LUIZ DA SILVA

Prefeito Municipal de Nobres

ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 1.360/2015

LEI MUNICIPAL Nº. 1.360/2015 de 01 de abril de 2015

"CONCEDE REVISÃO SALARIAL AOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE NOBRES/MT DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Sr. SEBASTIÃO GILMAR LUIZ DA SILVA, PREFEITO MUNICIPAL DE NOBRES – MT, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º - Fica concedida revisão salarial aos servidores municipais de Nobres/MT de cargos de provimento em comissão no seguinte percentual.

§ 1º- Aos Profissionais elencados na categoria DAS-2, considerando que o ultimo reajuste fora em junho de 2011, é concedida a correção de 23,8900%, percentual do período de 06/2011 a 02/2015.

§ 2º- Aos Profissionais elencados na categoria DAS-3, considerando que o ultimo reajuste fora em junho de 2011, é concedida a correção de 23,8900%, percentual do período de 06/2011 a 02/2015.

§ 3º- Aos Profissionais elencados na categoria DAS-4, considerando que o ultimo reajuste fora em junho de 2011, é concedida a correção de 23,8900%, percentual do período de 06/2011 a 02/2015.

§ 4º- Aos Profissionais elencados na categoria DAS-5, considerando que o ultimo reajuste fora em junho de 2011, é concedida a correção de 23,8900%, percentual do período de 06/2011 a 02/2015.

I-A tabela salarial fica constituída, conforme tabela abaixo.

CATEGORIA	SALARIO
DAS-2	R$ 3.720,00
DAS-3	R$1.860,00
DAS-4	R$ 1360,00
DAS-5	R$ 810,00

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Lei correrão a conta de dotação orçamentária específica.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nobres/MT, em 01 de abril de 2015.

SEBASTIÃO GILMAR LUIZ DA SILVA

Prefeito Municipal de Nobres

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 031/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 031/2015

Contratante: Município de Nortelândia-MT, inscrito no CNPJ sob o nº 03. 425.170/0001-06.

Contratado: LIONS COMUNICAÇÃO INTEGRADA, inscrita no CNPJ sob o nº 21.805.658/0001-40

Objeto: O objeto do presente e a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OPERACIONAL, DE REALIZAÇÃO DE CAMPANHAS DE ACESSIBILIDADE EM MÍDIA; SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DE EVENTOS DE MOBILIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DE ESPAÇO FÍSICO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA ACESSUAS TRABALHO;

Dotações orçamentárias: 0427.05.004.12.365.0039.2057.3190.04.00. 00.00.

Valor: R$ 113.660,50 (cento e treze mil seiscentos e sessenta reais e cinquenta centavos)

Vigência: 01/04/2015 a 31/12/2015

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 032/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 032/2015

Contratante: Município de Nortelândia-MT, inscrito no CNPJ sob o nº 03. 425.170/0001-06.

Contratado: **C.N.K. SERVIÇOS E PUBLICIDADE LTDA ME**

Objeto: O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa para elaboração/levantamento de numeração predial na cidade de Nortelândia-MT

Dotações orçamentárias: 0518-07.003.04.125.0007.2016-3390.39.00. 00.00.

Valor: R$ 5.000,00 (cinco mil reais)

Vigência:01/04/2015 a 31/08/2015

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
EDITAL DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2015

O Pregoeiro Oficial e a Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT, vem, através deste, comunicar aos interessados que a Licitação na modalidade Pregão Presencial – Sistema de Registro de Preços, com o seguinte objeto: **Aquisição de Materiais de Consumo destinados a Merenda Escolar das Escolas da rede Municipal, Programa CRAS e demais Secretarias desta Prefeitura**, Relação dos itens Anexo I do Edital. Tipo: menor preço por ITEM. Foi prorrogada para o dia 07 de abril de 2015. Horário: 09:00 horas. Local: Sala de Reuniões e licitações, Avenida Prefeito João Macauba, 82, Centro, Nortelândia-MT - CEP: 78430-000. O edital completo e seus anexos estarão disponíveis no site www.nortelandia.mt.gov.br, ou na sede da Prefeitura Municipal, telefone (65) 3346-1411, ou via e-mail: pregoeiro@nortelandia.mt.gov.br.

Nortelândia-MT, 01 de abril de 2015.

BRUNA BEATO DE MICHELI

Pregoeiro Oficial

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2015

O Pregoeiro Oficial juntamente com a equipe de apoio do MUNICÍPIO DE NORTELÂNDIA-MT, no exercício das atribuições que lhe confere as Portarias nº 412/2015, torna público para conhecimento dos interessados, que na Licitação Modalidade Pregão Presencial nº 007/2015, referente à contratação de empresa para prestação de serviços de conserto e pequenos reparos em construção civil e instalações hidráulicas, destinados às Secretarias e Fundos municipais, conforme anexo I do Edital, sagrou-se vencedor o licitante: Adão Couto Garcia-MEI, inscrito no CNPJ sob o nº 17. 389.435/0001-72, no valor total de R$ 132.750,00 (cento e trinta e dois mil setecentos e cinquenta reais).

Nortelândia-MT, 01 de abril de 2015.

Bruna Beato de Micheli

Pregoeira Oficial do Município de Nortelândia-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

EXTRATO CONTRATO Nº 32/2015

EXTRATO CONTRATO Nº 32/2015

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE RELOGIO PONTO PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA ALICE FONSECA DE CAMPOS ME – ME CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 553/2015 PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2015 CONFORME ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2014 MUNICIPAL DE ITIQUIRA-MT PREGÃO

PRESENCIAL Nº 014/2014

AS

DO OBJETO

. O objeto do presente instrumento é aquisição de 35 (trinta e cinco) unidades de Relógio de ponto biométrico para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Educação, Esporte e Lazer, Obras e Infra Estrutura, Assistência Social, Saúde e Desenvolvimento Rural, obtido na licitação PREGAO PRESENCIAL Nº 014/2014; enquanto o objeto MEDIATO será contratação a empresa ALICE FONSECA DE CAMPOS ME – ME conforme processo administrativo nº 553/2015 pregão presencial nº 019/2015 conforme adesão a ata de registro de preços nº 010/2014 municipal de Itiquira-mt pregão presencial nº 014/2014.. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência 047/2015 do município de Nossa Senhora do Livramento.Este instrumento não obriga o Município de Nossa Senhora do Livramento a adquirir toda a quantidade contratada.

DA CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA

2.1. Empresa vencedora:ALICE FONSECA DE CAMPOS ME – ME

CNPJ:: nº 16.804.120/0001-81, Inscrição Estadual 13498122-7

Endereço: Rua Cingapura, nº347, Bairro Shangri-lá

Cidade: Cuiabá CEP: 78.070-215

Telefone: (65) 3627-1922 E-mail: daniel.madtec@gmail.com

Representante legal: Daniel de Figueiredo Loureiro

RG:1199983-7 e CPF: 704.014.201-59

Item	Quant.	Unidade	Especificações
01	35	Unid	Aquisição de Material Permanente conforme descrito abaixo: Relógio de ponto biométrico: equipamento homologado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (Portaria nº 1510/2009 TEM), possui sistema de nobreak, com autonomia de no mínimo 8 horas, opção utilizar comunicação através de TCP/Ip, leitor biométrico, tipo ótico com resolução de no mínimo 500 DPI, sistema de impressão com velocidade de 60mm/s, 64mm/s e 100mm/s, com opcional de corte automático do papel, troca rápida e fácil da bobina, impressão com durabilidade de no mínimo 5 anos, dados gravados em memória não volátil tanto para a memória de trabalho como para a memória de registro permanente, permição de cadastro dos dados do empregador, local de trabalho e funcionários, na memória de trabalho, armazenamento na MRP todos os eventos realizados como: inclusão e alteração de empregador, capacidade de gerenciamento de até 20.000 usuários na memória de trabalho, calendário perpétuo, com opção de configuração do horário de verão, o equipamento deverá ter opção de trabalho com leitura automática dos crachás (leitura de crachás de 3 a 20 dígitos). Garantia do fabricante de 12 (doze) meses.

DA VALIDADE DO CONTRATO

O valor constante deste contrato firmada entre a Prefeitura e a empresa que apresentou a proposta classificada em 1º lugar em conseqüência do presente certame, terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura do referido contrato.Durante o prazo de validade do contrato, a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT não ficará obrigada a adquirir os produtos, podendo realizar nova licitação quando julgar oportuno e conveniente, ou mesmo proceder às aquisições por dispensa ou inexigibilidade, se for o caso, nos termos da legislação vigente, não cabendo qualquer tipo de recurso ou indenização à empresa signatária do contrato. A partir da vigência do contrato, o fornecedor se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente contrato de Preços, correrão por conta das dotações orçamentárias:

Programa, Projeto/Atividade, Natureza da Despesa, Fonte e Valor.				
Programa	Projeto/Atividade	Natureza da Despesa	Fonte	Valor (R$)
2011	Manut. Ens. Fundamental – FUNDEB 40%	44.90.52.00	132	R$ 40.000,00
2104	Manut. da Educ. Infantil – FUNDEB 40%	44.90.52.00	153	R$ 8.000,00
1305	Manut. da Atenção Básica	44.90.52.00	366	R$ 10.000,00
2022	Manut. Sec. Ação Social	44.90.52.00	179	R$ 6.000,00
2074	Manut. Encargos e Salários –Sec. Obras	44.90.52.00	289	R$ 2.000,00
2036	Manut. Encargos da Secretaria – Sec. Desenvolvimento Rural	44.90.52.00	336	R$ 2.000,00
2089	Manut. das Ativid. De Adm e Planejamento	44.90.52.00	37	R$ 2.000,00
VALOR TOTAL:				R$ 70.000,00

Nossa Senhora do Livramento – MT, 01 de Abril de 2015.

CONTRATANTE:

Carlos Roberto da Costa

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

Empresa: ALICE FONSECA DE CAMPOS ME – ME

CNPJ sob o nº 16.804.120/0001-81,

Inscrição Estadual 13498122-7

Daniel de Figueiredo Loureiro

RG:1199983-7 e CPF: 704.014.201-59

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 695/2013

RETIFICAÇÃO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 695/2013

SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATUAL que celebram a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES**, Estado de Mato Grosso, pessoa de direito público interno, C.N.P.J/MF Nº 33.683.822/0001-73, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel nº 62 na cidade de Nova Bandeirantes, neste ato representada pela Prefeita Municipal, *Srª. SOLANGE SOUSA KREIDLORO***,**brasileira, casada, portadora da Carteira de Identidade RG nº 33.276.249-X SSP/SP, e do CIC/CPF nº 270.723.668-30, como **CONTRATANTE** e De outro lado a empresa **CONSTRUTORA E ENGENHARIA AÇO FORTE LTDA-ME**, com sede na Rua Rio Grande do Sul nº 1020, centro, na cidade de Nova Bandeirantes/MT, inscrita no CNPJ sob o n.º 11.065.707/0001-00, representada por **Antonio Luiz de Oliveira,** brasileiro, portador do RG nº 1.589.490 SSP/PR e titular do CPF Nº 209.698.899-04, doravante simplesmente denominada CONTRATADA, conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – Os objetos do presente aditivo são os seguintes:

ONDE SE LE

1.1.1 – Prorrogação do prazo de vigência e prazo de execução do Contrato original por mais 180 (cento e oitenta) dias, passando a vigorar do dia 24/11/2014 até a data de 22/05/2014.

LEIA - SE

1.1.1 – Prorrogação do prazo de vigência e prazo de execução do Contrato original por mais 180 (cento e oitenta) dias, passando a vigorar do dia 24/11/2014 até a data de 22/05/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 – O presente aditivo encontra embasamento legal no art. 57 inciso II e § 3º da Lei nº 8.666/93e na clausula 5ª do contrato 695/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1 – As demais Cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

3.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Monte Verde, para dirimir as dúvidas que por ventura surgirem em decorrência deste aditamento, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitar as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº

8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 2 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Nova Bandeirantes – MT, 12 de Fevereiro de 2015.

_____

SOLANGE SOUSA KREIDLORO

PREFEITA MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

CONSTRUTORA E ENGENHARIA AÇO FORTE LTDA-ME

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

_____

Nome: Andressa Cristine F. MoreiraNome: Eriane Custodio da silva

C.P.F.: 041.729.241-40C.P.F.: 005.712.201-69

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
DECIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 263/2012

DECIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 263/2012

DECIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATUAL que celebram a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES**, Estado de Mato Grosso, pessoa de direito público interno, C.N.P.J/MF Nº 33.683.822/0001-73, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel nº 62 na cidade de Nova Bandeirantes, neste ato representada pela Prefeita Municipal, *Srª. SOLANGE SOUSA KREIDLORO*,brasileira, casada, portadora da Carteira de Identidade RG nº 33.276.249-X SSP/SP, e do CIC/CPF nº 270.723.668-30, como **CONTRATANTE** e De outro lado a empresa **CONSTRUTORA E ENGENHARIA AÇO FORTE LTDA-ME**, com sede na Rua Rio Grande do Sul nº 1020, centro, na cidade de Nova Bandeirantes/MT, inscrita no CNPJ sob o n.º 11.065.707/0001-00, representada por **Antonio Luiz de Oliveira,** brasileiro, portador do RG nº 1.589.490 SSP/PR e titular do CPF Nº 209.698.899-04, doravante simplesmente denominada CONTRATADA, conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – Os objetos do presente aditivo são os seguintes:

1.1.1 – Prorrogação do prazo de duração do Contrato original por mais 90 (noventa) dias, passando a vigorar do dia 23/03/2015 até a data de 21/06/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 – O presente aditivo encontra embasamento legal no art. 57 inciso II e § 3º da Lei nº 8.666/93e na clausula 4ª do contrato 263/2012.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1 – As demais Cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

3.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Monte Verde, para dirimir as dúvidas que por ventura surgirem em decorrência deste aditamento, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitar as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 2 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Nova Bandeirantes – MT, 20 de Março de 2015.

_____

SOLANGE SOUSA KREIDLORO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

CONSTRUTORA E ENGENHARIA AÇO FORTE LTDA-ME

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

_____

Nome: Andressa Cristine F. MoreiraNome: Eriane Custodio da silva

C.P.F.: 041.729.241-40C.P.F.: 005.712.201-69

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2015

Aviso de Licitação – Pregão Presencial nº 013/2015

O Município de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, através da Pregoeira Oficial, torna público que fará realizar a licitação abaixo especificada:

PROCESSO Nº.: 018/2015

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 013/2015

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO:*REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TECIDOS DE DIVERSAS VARIEDADES, PARA ATENDER O CURSO DE CORTE E COSTURA DO SERVIÇO DE FORTALECIMENTO DE VINCULO COM GRUPO DE MULHERES,***CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT.**

DATA DE ABERTURA/HORA: dia 16 de Abril de 2015 às 8:00 horas.

LOCAL: Sala de Licitações, Avenida Comendador Luiz Meneghel nº 62 – Centro de Nova Bandeirantes/MT.

INFORMAÇÕES: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados noSetor de Licitações **-** das 09:00 às 13:00 horas, de 2ª a 6ª feira, sito na Avenida Comendador Luiz Meneghel, nº 62 – Centro – Nova Bandeirantes/MT– Tel.: 66-3572-1950/1968, ou através de solicitação pelo e-mail: licitacaonovabandeirantes2013@hotmail.com.br

Nova Bandeirantes/MT, 01 de Abril de 2015.

_____

Andressa Cristine Ferreira Moreira

Pregoeira Oficial (Decreto 103/2013)

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA 021/2015

PORTARIA Nº 021/2015

Súmula: "Dispõe sobre o enquadramento de Nível, da Servidora ROSANA ALVES DOS SANTOS NASCIMENTO, e dá outras providências".

O Senhor *Marino Francisco Domingues*, Presidente da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas por lei,

Considerando, a necessidade de atender a legislação da Câmara Municipal, no tocante ao enquadramento funcional, em conformidade com a Lei Municipal 851/204;

Considerando, que o servidor atendeu aos preceitos legais e regulamentares desta Câmara de Vereadores e a mesma tem solvido com pontualidade seus compromissos laborais,

RESOLVE,

Art. 1º. Enquadrar a Servidora **Rosana Alves dos Santos Nascimento,** ocupante do cargo de **Agente Administrativo, Matrícula nº 13 na classe B, nível 6,**

Art. 2º.

Esta Portaria entra em vigor nesta data sua publicação e revoga as disposições contrárias.

Nova Bandeirantes-MT, 09 de março de 2.015

MARINO FRANCISCO DOMINGUES

Presidente

ADMINISTRAÇÃO/RH
PORTARIA Nº. 055/2015

EMENTA: "Designa a comissão permanente de Licitação de compras e serviços. Obras e serviços de engenharia, exercício 2015, e dá outras providências".

SOLANGE SOUZA KREIDLORO, Prefeita Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidos por Lei, em especial art. Da Lei Orgânica Municipal, e, tendo em vista o que dispõe as exigências da Lei Federal nº 8.666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar, nova comissão Permanente de Licitação da Administração Pública de Nova Bandeirantes – Estado de Mato Grosso, exercício de 2015, com a finalidade de dirigir e julgar os procedimentos licitatórios e os registros cadastrais deste órgão público municipal, composta pelos seguintes servidores efetivos.

Presidente: ZELIA MARIA DE JESUS DAMASIO **1º membro:** SUELEN MOURA RAMPAZZO **2º membro:** RONALDO SANDRINI FELIPES **3º membro:** JANIELLE FERNANDES DOS SANTOS MATOS

Art. 2º - O (A) Presidente da comissão será representado (A), em sua ausência, por qualquer dos membros que se fizerem presentes, respeitando-se a ordem de designação.

Art. 3º - As decisões da comissão serão tomadas com a presença de 03 (três) membros, no mínimo, e mediante voto singular de cada um deles.

Art. 4º - No caso de licitação na modalidade "convite", a comissão de licitação, excepcionalmente, poderá ser substituída por servidor formalmente designado pela autoridade competente.

Art. 5° - Os membros da comissão responderão solidariamente pelos atos decisórios que adotar, salvo se a posição divergente for devidamente registrada em ata lavrada na respectiva reunião.

Art. 6° - A investidura dos membros da comissão não excederá a 01 (um) ano, vedada a recondução da totalidade de seus membros para o período subseqüente.

Art. 7° - Na eventual necessidade de contratação de serviços para realização de Concurso Publico, proceder-se-à designação de comissão especifica para tal fim.

Art. 8° - Considerando-se que os membros da comissão de licitação, permanecer-se-ão em suas atividades laborativas habituais, alem de participar dos certames, o (a) Pregoeiro (a) será responsável pela elaboração dos editais de licitação, bem como o registro, atuação, e, publicação dos processos licitatórios, devendo encaminhá-los a comissão de licitação para a devida analise e, aprovação.

Art. 9° - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrario.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se

Dado e passado no Gabinete da Prefeita Municipal, Nova Bandeirantes – MT, em 31 de março de 2015.

_____

SOLANGE SOUZA KREIDLORO

PREFEITA MUNICIPAL

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 025/2015

Portaria Nº 025/2015.

Ementa: Dispõe sobre a Comissão de Levantamento Patrimonial, e dá outras Providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei

R E S O L V E:

Art. 1º – Fica nomeada a **Comissão Interna de Patrimônio** composta pelos servidores efetivos **Andreia Cristina da Silva Della Rosa, Rosana Alves dos Santos Nascimento, Maraisa Lopes dos Santos,** sob a presidência da primeira, para realizar o levantamento dos bens patrimoniais da Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º – No prazo de 60 (sessenta) dias, a contar desta data a Comissão nomeada na forma do artigo anterior, deverá apresentar relatório que evidencie quanto à existência, a localização e o estado de conservação, sugerindo a baixa, reposição ou manutenção, bem como, ainda, se for o caso, certificar a ausência dos bens eventualmente não localizados.

Art. 3º –

Dê-se ciência aos servidores designados e publique-se

Nova Bandeirantes-MT, 25 de março de 2.015

MARINO FRANCISCO DOMINGUES

Presidente

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 020/2015

PORTARIA Nº 020/2015

SÚMULA: "DISPOE SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICACAO A SERVIDOR DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Senhor *Marino Francisco Domingues*, Presidente da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas por lei,

Considerando, que o servidor é de cargo efetivo, e

Considerando, a Lei Municipal nº 850/2014, artigo 20, que trata de suas atribuições e que o mesmo desempenha funções alem das atividades mencionadas no Plano de Cargos e Carreiras,e

Considerando ainda que o servidor zela do prédio onde esta o ponto de apoio aos vereadores, anexo ao prédio da Câmara Municipal, isto é: limpar, lavar roupas de cama etc.

Resolve:

Artigo. 1º. Fica concedido ao Servidor Sr. Francisco Vieira de Araújo, gratificação mensal de 30% sobre os valores dos seus vencimentos, nos termos do artigo 24 da Lei Municipal nº 851/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir do dia 02 de março de 2015.

Registre-se, Publique-se Cumpra-se .

Nova Bandeirantes-MT, 09 de março de 2.015

MARINO FRANCISCO DOMINGUES

Presidente

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA 022/2015

PORTARIA Nº 022/2015

Súmula: "Dispõe sobre o enquadramento de Classe e Nível, da Servidora ANDREIA CRISTINA DA SILVA DELLA ROSA, e dá outras providências".

O Senhor *Marino Francisco Domingues*, Presidente da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas por lei,

Considerando, a necessidade de atender a legislação da Câmara Municipal, no tocante ao enquadramento funcional, em conformidade com a Lei Municipal 851/204;

Considerando, que o servidor atendeu aos preceitos legais e regulamentares desta Câmara de Vereadores e a mesma tem solvido com pontualidade seus compromissos laborais,

RESOLVE,

Art. 1º. Enquadrar a Servidora **Andreia Cristina da Silva Della Rosa,** ocupante do cargo de **Agente Administrativo, Matrícula nº 11 na classe C, nível 6,**

Art. 2º.

Esta Portaria entra em vigor nesta data sua publicação e revoga as disposições contrárias.

Nova Bandeirantes-MT, 09 de março de 2.015

MARINO FRANCISCO DOOMINGUES

Presidente

Av. Comendador Luiz Meneghel, 55 Centro- CEP: 78 565-000 - Nova Bandeirantes - MT

Fone/Fax: (66) 572-1182

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA N° 026/2015

PORTARIA N° 026/2015

SÚMULA: Altera a composição da Equipe de Apoio para a realização de Licitação na Modalidade de Pregão, no âmbito do Poder Legislativo do Município de Nova Bandeirantes-MT, e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Nova Bandeirante, Estado de Mato Grosso, o Senhor *Marino Francisco Domingues*, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a composição da Equipe de Apoio para Realização de Licitação na Modalidade Pregão da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes, para a realização de procedimento licitatório.

Art. 2º - A Equipe de Apoio para realização de Licitação Modalidade Pregão, ora criada, será composta de 03 (Três) Membros, nas funções aqui especificada:

Pregoeiro: Joaquim Schmoeller

Secretário: Andreia Cristina da Silva Della Rosa

Membro

: Rosana Alves dos Santos Nascimento

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as Disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Nova Bandeirantes-MT, 25 de março de 2.015

MARINO FRANCISCO DOMINGUES

Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
RESULTADO PARCIAL - CONCURSO PUBLICO Nº 001/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA – MT
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA (EDITAL N° 001/2014)
ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO PARCIAL

AGENTE ADMINISTRATIVO												
Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE			Objetiva	PRATICA	Total	Resultado
000290	ALEXANDRA BUENO DEMORAES GONCALVES	15/08/1980	-						0.00	0.00	0	Ausente
000213	ALEXSANDRO DE ARAUJO VENTURA	02/08/1996	6.00	6.00	6.00	16.00			34.00	0.00	34	Reprovado
000149	ALINE FERNANDA RIBEIRO DOMINGUES CERUTTI	20/08/1992	8.00	4.00	8.00	8.00			28.00	0.00	28	Reprovado
000288	ANA CRISTINA SOARES	26/08/1983	14.00	16.00	16.00	28.00			74.00	25	99	Reserva
000340	ANA LUCIA DOMINGOS DE PAIVA	08/10/1994	8.00	6.00	6.00	4.00			24.00	0.00	24	Reprovado
000166	ANDREIA MENDES DE CARVALHO	20/10/1984	-						0.00	0.00	0	Ausente
000282	ANGELA ADELINA DE ALMEIDA ANDRADE	21/04/1975	-						0.00	0.00	0	Ausente
000216	ANGELITA DE SOUZA COSTA	20/10/1967	8.00	10.00	8.00	16.00			42.00	0.00	42	Reprovado
000126	CASILDA FERNADES RISSATO	11/08/1979	12.00	6.00	14.00	20.00			52.00	5	57	Reprovado
000139	DANIELA CORDEIRO SANTOS	18/09/1989	6.00	4.00	8.00	20.00			38.00	0.00	38	Reprovado
000200	DANIELLE GRAZZIELE SOEHN DA COSTA	18/09/1987	8.00	12.00	10.00	24.00			54.00	45	99	Reserva
000219	DIOGO ANTONIO COSTA FRERES	05/05/1988	-						0.00	0.00	0	Ausente
000142	EDILEUZA GOMES MARES	08/11/1982	6.00	8.00	6.00	12.00			32.00	0.00	32	Reprovado
000100	EDINALVO NOVAIS DE OLIVEIRA	15/11/1975	6.00	16.00	18.00	28.00			68.00	50	118	Reserva
000352	ELAINY CLEIA PINHEIRO DOS SANTOS	19/09/1976	-						0.00	0.00	0	Ausente
000163	ELIANA COSTA SANTOS MACEDO	12/03/1987	6.00	6.00	6.00	24.00			42.00	0.00	42	Reprovado
000161	ELIENE COSTA DOS SANTOS	19/11/1992	2.00	4.00	8.00	32.00			46.00	0.00	46	Reprovado
000272	ELIZAINE PAULA MARQUES	23/08/1980	8.00	8.00	8.00	12.00			36.00	0.00	36	Reprovado
000169	FABRICIO DE SANTANA CASTRO	27/08/1996	8.00	4.00	10.00	12.00			34.00	0.00	34	Reprovado
000155	FRANCIELLY DE ALMEIDA SOUZA	26/05/1989	2.00	4.00	4.00	16.00			26.00	0.00	26	Reprovado
000127	GESSIKAREN PAULA PALMEIRA	28/07/1993	10.00	14.00	16.00	20.00			60.00	5	65	Reprovado
000306	GISELE SAMPAIO DE QUEIROZ MOREIRA	14/11/1992	-						0.00	0.00	0	Ausente
000297	GLEYSIANA SOUZA LUTKE	29/05/1983	8.00	8.00	12.00	20.00			48.00	0.00	48	Reprovado
000171	IONE CONCEICAO BARROS PAIVA	07/12/1985	12.00	14.00	14.00	20.00			60.00	30	90	Reserva
000291	ISAIAS NUNES DE FREITAS	09/11/1980	8.00	10.00	8.00	8.00			34.00	0.00	34	Reprovado
000323	IZABEL ARAUJO DE SOUZA	29/07/1979	-						0.00	0.00	0	Ausente
000299	JAQUELINE PEDROSO MATOS	09/11/1996	-						0.00	0.00	0	Ausente
000105	JEANNE CAROLIANE DE CAMPOS	05/03/1988	12.00	12.00	8.00	16.00			48.00	0.00	48	Reprovado
000280	JOãO BATISTA RIBEIRO DE SOUZA	03/11/1970	0.00	10.00	4.00	8.00			22.00	0.00	22	Reprovado
000284	JOSE ANTONIO DOMINGOS CARDOSO	05/02/1992	4.00	2.00	10.00	16.00			32.00	0.00	32	Reprovado
000353	JOSE FAUSTINO LOBO	10/10/1969	12.00	14.00	14.00	28.00			68.00	25	93	Reserva
000270	JOSÉ LUIZ DE SOUZA	07/08/1970	10.00	2.00	12.00	16.00			40.00	0.00	40	Reprovado
000264	JULIANO OLIVEIRA BARATTO	17/02/1986	-						0.00	0.00	0	Ausente
000308	KÁTIA STEFANI DE SOUZA SILVA	25/07/1994	12.00	6.00	10.00	8.00			36.00	0.00	36	Reprovado
000319	KATIENE ARAUJO DA SILVA	19/12/1994	8.00	2.00	8.00	12.00			30.00	0.00	30	Reprovado
000152	KEILA CRISTINA BONFIM LOPES	18/01/1978	10.00	4.00	14.00	16.00			44.00	0.00	44	Reprovado
000202	KEILE CRISTINA GONçALVES DA SILVA	10/02/1986	14.00	12.00	12.00	20.00			58.00	35	93	Reserva
000151	KELIA APRECIDA LEMES GOMES	31/01/1981	8.00	6.00	14.00	12.00			40.00	0.00	40	Reprovado
000154	LEIDIANE TEIXEIRA CAMPOS	11/05/1985	8.00	12.00	8.00	8.00			36.00	0.00	36	Reprovado
000314	LEONILDO FERNANDES RISSATO	18/02/1981	4.00	12.00	16.00	16.00			48.00	0.00	48	Reprovado
000268	LETICIA CAROLINE MENDES CAMPOS	23/12/1993	6.00	4.00	8.00	12.00			30.00	0.00	30	Reprovado
000170	LUANN CéSAR VIEIRA BONFIM	20/09/1993	12.00	10.00	18.00	24.00			64.00	5	69	Reprovado
000301	LUCIA NUNES DE FREITAS	18/05/1982	-						0.00	0.00	0	Ausente
000189	MARIA APARECIDA DE CARVALHO	27/05/1981	10.00	12.00	12.00	4.00			38.00	0.00	38	Reprovado
000256	MARIA DE FáTIMA PEIXOTO	03/08/1973	10.00	8.00	18.00	16.00			52.00	5	57	Reprovado
000192	MARKELE ROSA DE ASSIS FREITAS	13/01/1982	8.00	4.00	6.00	8.00			26.00	0.00	26	Reprovado
000226	MILLA CRISTY DA SILVA	14/03/1993	4.00	6.00	6.00	24.00			40.00	0.00	40	Reprovado
000187	NADIA PEREIRA KHALAF	16/11/1989	8.00	8.00	4.00	20.00			40.00	0.00	40	Reprovado
000173	NICOMEDES RODRIGUES DA COSTA	31/12/1968	16.00	14.00	18.00	28.00			76.00	10	86	Reprovado
000217	NOELMA DA SILVA	16/08/1988	8.00	6.00	16.00	40.00			70.00	5	75	Reprovado

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA (EDITAL N° 001/2014)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

000197	NUBIA CAMPOS MASCARENHAS	03/04/1985	12.00	14.00	18.00	24.00			68.00	40	108	Reserva
000175	OTAVIO FRANCISCO DOS SANTOS	18/04/1985	10.00	16.00	12.00	20.00			58.00	5	63	Reprovado
000128	REGINA PEREIRA BEZERRA	19/04/1989	8.00	10.00	14.00	28.00			60.00	5	65	Reprovado
000196	ROGERIO SILVA DE ARAUJO	05/02/1986	8.00	14.00	16.00	12.00			50.00	5	55	Reprovado
000227	ROSENIR PEREIRA DOS SANTOS	22/07/1985	-						0.00	0.00	0	Ausente
000123	SAMIR PEREIRA KHALAF	17/05/1986	8.00	16.00	16.00	20.00			60.00	5	65	Reprovado
000233	TANIA INGRYDIS NUNES	09/07/1989	4.00	4.00	8.00	12.00			28.00	0.00	28	Reprovado
000162	VALDIRENE BRAGA DE LIMA	09/07/1986	-						0.00	0.00	0	Ausente
000212	VENICIOS DE ARAUJO VENTURA	30/06/1991	16.00	12.00	14.00	36.00			78.00	30	108	Reserva
000251	WELLEN DAYANY DE SOUZA SILVA	19/11/1996	16.00	14.00	14.00	16.00			60.00	5	65	Reprovado

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA (EDITAL N° 001/2014)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO PARCIAL

ENFERMEIRO												
Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE			Objetiva	TITULOS	Total	Resultado
000191	ADRIANO ALVES DOS SANTOS	10/11/1988	8.00	10.00	20.00	32.00			70.00	0.00	70	Aprovado
000141	ALESSANDRA THOMÉ ESPADA	04/07/1988	10.00	14.00	20.00	20.00			64.00	0.00	64	Aprovado
000324	ALZIRA FRANCISCA DE ARAUJO	31/05/1969	4.00	8.00	16.00	24.00			52.00	0.00	52	Aprovado
000108	ANA PAULA PEREIRA	13/05/1982	10.00	6.00	18.00	24.00			58.00	0.00	58	Aprovado
000131	DANIELA TEIXEIRA XAVIER	14/08/1991	14.00	4.00	14.00	28.00			60.00	0.00	60	Aprovado
000113	ELENI NUNES DE FREITAS	22/12/1992	4.00	2.00	6.00	28.00			40.00	0.00	40	Reprovado
000305	ELZITA AUGUSTA DE OLIVEIRA	23/07/1974	-						0.00	0.00	0	Ausente
000346	FERNANDA ONôRIO DA SILVA	16/12/1990	18.00	14.00	20.00	36.00			88.00	0.00	88	Aprovado
000320	HALLYNE LESSA	06/08/1991	12.00	10.00	10.00	40.00			72.00	0.00	72	Aprovado
000303	IRINA COUTINHO MARTINS DE SIQUEIRA	27/09/1988	10.00	6.00	8.00	20.00			44.00	0.00	44	Reprovado
000294	JANETE GOMES DE ARAUJO	30/05/1990	-						0.00	0.00	0	Ausente
000240	KARINE CORREA SIQUEIRA	24/11/1989	14.00	4.00	16.00	40.00			74.00	0.00	74	Aprovado
000338	LUCIANA RODRIGUES FINOTTO	08/07/1986	8.00	10.00	6.00	20.00			44.00	0.00	44	Reprovado
000263	LUCILA ARIMATEAS ANDRADE	11/01/1990	6.00	6.00	12.00	32.00			56.00	0.00	56	Aprovado
000180	MARYELLE DE FRANçA SILVA	18/08/1987	4.00	6.00	14.00	24.00			48.00	0.00	48	Reprovado
000304	MONISE COUTINHO MARTINS DE SIQUEIRA	25/06/1985	6.00	12.00	8.00	16.00			42.00	0.00	42	Reprovado
000316	NATHIELI ARAUJO DOMINGOS	26/12/1992	-						0.00	0.00	0	Ausente
000201	SALETE APARECIDA ANTUNES	12/01/1970	-						0.00	0.00	0	Ausente
000172	SANDRA LUIZA PEREIRA	22/11/1977	18.00	18.00	18.00	36.00			90.00	0.00	90	Aprovado
000315	THAIS MARQUëS LOPEZ RIVERA	07/04/1988	-						0.00	0.00	0	Ausente
000211	VANESSA DE OLIVEIRA	27/04/1989	12.00	8.00	10.00	24.00			54.00	0.00	54	Aprovado

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA (EDITAL N° 001/2014)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO PARCIAL

ENGENHEIRO CIVIL												
Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE			Objetiva	TITULOS	Total	Resultado
000285	BRUNO HENRIQUE MOREIRA LIMA	07/06/1990	-						0.00	0.00	0	Ausente
000283	GUILHERME LUIZ EWALD	27/06/1991	8.00	12.00	14.00	20.00			54.00	0.00	54	Aprovado
000241	MARCO ANTONIO SOARES	27/02/1991	-						0.00	0.00	0	Ausente
000143	PAULO ARTUR DA SILVA DIAS	17/09/1990	6.00	6.00	12.00	12.00			36.00	0.00	36	Reprovado
000336	SAULO NAKAMURA	18/04/1991	10.00	14.00	14.00	20.00			58.00	0.00	58	Aprovado
000259	VENICIUS EVANGELISTA RIBEIRO	06/05/1988	-						0.00	0.00	0	Ausente

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA (EDITAL N° 001/2014)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO PARCIAL

FISCAL DE OBRAS E POSTURAS												
Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE			Objetiva	PRATICA	Total	Resultado
000286	ADAILSON FERREIRA SILVA	11/07/1975	14.00	14.00	10.00	24.00			62.00	30	92	Aprovado
000167	ANDREIA MENDES DE CARVALHO	20/10/1984	10.00	2.00	6.00	4.00			22.00	0.00	22	Reprovado
000262	CELIO CAVALCANTE SALES	21/07/1973	-						0.00	0.00	0	Ausente
000350	DEBORA ALVES DOS SANTOS	08/08/1986	6.00	10.00	12.00	16.00			44.00	0.00	44	Reprovado
000249	JUSCELINA TEIXEIRA DE MORAES	10/01/1992	8.00	12.00	6.00	16.00			42.00	0.00	42	Reprovado
000295	LUCINEIA DA CRUZ SANTOS	03/07/1979	12.00	8.00	10.00	28.00			58.00	25	83	Aprovado
000102	MARCOS DA SILVA MIRANDA	20/02/1980	12.00	2.00	10.00	8.00			32.00	0.00	32	Reprovado
000168	MARINALVA DA SILVA LOPES	14/06/1983	10.00	10.00	4.00	12.00			36.00	0.00	36	Reprovado
000229	MERIELY ALMEIDA DE SOUZA	15/02/1989	2.00	12.00	18.00	16.00			48.00	0.00	48	Reprovado
000310	POLIANA APARECIDA DE LIMA	11/01/1995	8.00	6.00	10.00	16.00			40.00	0.00	40	Reprovado
000239	ROGELIO BORGES	28/09/1980	-						0.00	0.00	0	Ausente
000296	SUELI ELIDIA OLIVEIRA BORGES	05/01/1983	8.00	14.00	10.00	20.00			52.00	5	57	Reprovado
000198	VANESSA ALVES DE FREITAS	10/10/1979	8.00	4.00	12.00	20.00			44.00	0.00	44	Reprovado

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA (EDITAL N° 001/2014)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO PARCIAL

MEDICO												
Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE			Objetiva	TITULOS	Total	Resultado
000119	EDUARDO JULIO ANTUNES ANFFE	17/08/1968	14.00	0.00	16.00	12.00			42.00	0.00	42	Reprovado
000287	MANOEL DE ARAUJO ROCHA	02/08/1951	12.00	12.00	18.00	16.00			58.00	5	63	Aprovado

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA (EDITAL N° 001/2014)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO PARCIAL

MEDICO VETERINARIO												
Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE			Objetiva	TITULOS	Total	Resultado
000129	FRANCIELLE CRISTINA KAGUEYAMA	13/03/1986	8.00	12.00	14.00	12.00			46.00	0.00	46	Reprovado
000345	JOSÉ ROBERTO GIMENES SONA	07/01/1957	12.00	18.00	16.00	16.00			62.00	0.00	62	Aprovado
000203	KARLYS LEAL SOUZA	02/05/1991	10.00	6.00	10.00	0.00			26.00	0.00	26	Reprovado
000253	LETICIA SOARES VAZ DE SOUZA	09/10/1986	16.00	14.00	12.00	24.00			66.00	0.00	66	Aprovado
000267	NELSON SOUZA PINTO FILHO	23/11/1985	6.00	8.00	14.00	8.00			36.00	0.00	36	Reprovado
000325	SEBASTIãO FERNANDES RODRIGUES	19/01/1983	10.00	12.00	18.00	20.00			60.00	5	65	Aprovado
000351	TéO ARAUJO PEREIRA DOS REIS	13/06/1984	-						0.00	0.00	0	Ausente

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA (EDITAL N° 001/2014)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO PARCIAL

MOTORISTA (CATEGORIA "D"												
Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE			Objetiva	PRATICA	Total	Resultado
000292	ANDRE PESSOA	31/01/1986	8.00	10.00	14.00	28.00			60.00	50	110	Aprovado
000190	CELIO MARTINS DA SILVA	20/02/1967	16.00	16.00	12.00	28.00			72.00	42.5	114.5	Aprovado
000153	CLEITON DO NASCIMENTO	13/07/1980	8.00	4.00	10.00	12.00			34.00	0.00	34	Reprovado
000183	DELCINO ARRUDA DOS SANTOS	01/02/1959	2.00	12.00	6.00	16.00			36.00	0.00	36	Reprovado
000122	EDGAR JOSE CARDOSO	17/12/1989	8.00	12.00	8.00	20.00			48.00	0.00	48	Reprovado
000181	ELISMAR JOSE NETO	17/06/1969	4.00	16.00	12.00	20.00			52.00	27.5	79.5	Aprovado
000214	FLAVIANO MARTINS DE SOUZA	27/02/1990	6.00	12.00	6.00	16.00			40.00	0.00	40	Reprovado
000334	GENIVALDO SOARES PASSOS	10/09/1983	-						0.00	0.00	0	Ausente
000339	GILMAR MEDEIROS CONCEIçãO	25/04/1975	6.00	4.00	10.00	20.00			40.00	0.00	40	Reprovado
000150	JOSE CRUZ DA SILVA	20/06/1978	4.00	0.00	10.00	12.00			26.00	0.00	26	Reprovado
000204	LUCIANA DOS SANTOS PAULO	26/02/1987	12.00	8.00	12.00	24.00			56.00	30	86	Aprovado
000224	MARCIO FRANçA DE SOUZA	01/07/1983	10.00	8.00	14.00	24.00			56.00	45	101	Aprovado
000289	RAFAEL RAIZEL	09/05/1986	20.00	14.00	16.00	36.00			86.00	50	136	Aprovado
000254	ROBERTO BOLANDINI	13/01/1974	10.00	10.00	10.00	24.00			54.00	0	54	Reprovado
000230	SILVIO FERREIRA DE ALMEIDA	13/01/1987	6.00	2.00	8.00	8.00			24.00	0.00	24	Reprovado
000232	TARCISIO DE ARAUJO VENTURA	11/06/1988	12.00	12.00	10.00	28.00			62.00	50	112	Aprovado
000121	THIAGO GOMES MOURA	04/12/1984	-						0.00	0.00	0	Ausente
000235	VALDECI DE OLIVEIRA	30/04/1981	12.00	16.00	6.00	24.00			58.00	50	108	Aprovado
000300	VANDERLEY MOREIRA DOS ANJOS	27/11/1981	16.00	14.00	6.00	28.00			64.00	45	109	Aprovado

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA (EDITAL N° 001/2014)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO PARCIAL

ODONTOLOGO												
Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE			Objetiva	TITULOS	Total	Resultado
000220	ALUISIO CLAUDIO VIEIRA DOS ANJOS	31/08/1971	12.00	12.00	8.00	16.00			48.00	0.00	48	Reprovado
000103	ANGELICA CAROLINA FERREIRA DA COSTA SILVA	10/01/1989	2.00	10.00	8.00	28.00			48.00	0.00	48	Reprovado
000276	MARIA LUIZA GIRARD DA SILVA	01/11/1958	-						0.00	0.00	0	Ausente
000277	WALTERMY RIBEIRO DA SILVA	28/09/1957	-						0.00	0.00	0	Ausente

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA (EDITAL N° 001/2014)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO PARCIAL

OPERADOR DE MAQUINA AGRICOLA												
Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE			Objetiva	PRATICA	Total	Resultado
000215	AVERALDO SILVA DO NASCIMENTO	13/03/1989	-						0.00	0.00	0	Ausente
000176	ELIAS ALVES COELHO	20/06/1983	6.00	8.00	12.00	16.00			42.00	0.00	42	Reprovado
000269	WEBERSON JESUS DA CUNHA	10/02/1991	14.00	4.00	6.00	24.00			48.00	0.00	48	Reprovado

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA (EDITAL N° 001/2014)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO PARCIAL

OPERADOR PA-CARREGADEIRA													
Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE			Objetiva	PRATICA	Total	Resultado	
000342	APARECIDO JOSé DA SIVA	05/07/1975	10.00	10.00	8.00	24.00			52.00	40	92	Reserva	
000248	GILMAR LOPES NASCIMENTO	20/11/1980	2.00	2.00	12.00	16.00			32.00	0.00	32	Reprovado	
000243	JOILSON DE JESUS ROCHA	14/10/1993	8.00	8.00	10.00	0.00			26.00	0.00	26	Reprovado	
000252	JÚNIOR APARECIDO ALVES DE CARVALHO	18/06/1978	12.00	12.00	12.00	32.00			68.00	0	0	68	Reprovado
000348	MARCELO OLIVEIRA NEVES	15/10/1993	16.00	10.00	10.00	28.00			64.00	0	0	64	Reprovado

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA (EDITAL N° 001/2014)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO PARCIAL

TECNICO EM ENFERMAGEM												
Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE				Objetiva	Total	Resultado
000225	EDNA LOPES DE JESUS	19/03/1979	8.00	2.00	6.00	8.00				24.00	24	Reprovado
000250	JORCILENE DA SILVA RODRIGUES	09/08/1972	8.00	8.00	8.00	4.00				28.00	28	Reprovado
000130	LUZANIRA SILVEIRA DA SILVA	05/11/1965	6.00	4.00	6.00	12.00				28.00	28	Reprovado
000165	NILTON ARLINDO DA SILVA FILHO	25/06/1993	-							0.00	0	Ausente
000279	SUELY ARAUJO DA SILVA	03/10/1966	8.00	2.00	4.00	4.00				18.00	18	Reprovado

LEGENDA	
CE	Conhecimento Específico
CG	Conhecimentos Gerais
MAT	Matemática
PORT	Português

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 021.2015

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT

CONTRATADO: JC- EXCELENCIA CONSULTORIA E PLANEJAMENTO LTDA - ME

OBJETO: Prestação de Serviços de Assessoria e Consultoria em sistema de informação em serviços de saúde, projetos no fundo nacional, planejamento de metas, controle e avaliação.

VALOR: R$ 36.000,00 (Trinta e Seis Mil Reais)

VIGENCIA: 26/03/2015 a 26/12/2015

FUNDAMENTO: De acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações

Prefeito Municipal: JAMAR DA SILVA LIMA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL 5 / 2015- MATERIAL PERMANENTE

Na data de 16/03/2015 às 9:00 Horas, Foram abertas as propostas Referente a licitação supra citada, requisitada pelo(S) orgão(S):

03001GABINETE SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO

Objeto:

Aquisição futura e fracionada de equipamentos e materiais permanentes para uso nas diversas secretarias da Prefeitura Municipal de nova Guarita-MT.

E devidamente acompanhada por esta comissão de licitação, estamos assim de acordo com as normas legais vigentes. Tendo como vencedor(es) o(s) listado(s) abaixo:

6570AKDD ELET. E PAP.COMERCIO E REP. DE SERV. LTDA ME 13. 472.885/0001-73

TOTAL DO VENCEDORR$ 91.301,00

3312 C. A. BEREGULA & CIA LTDA09.233.635/0001-03

TOTAL DO VENCEDORR$ 43.830,00

7576 L.L. COMERCIO DE MERCADORIAS E SERVICOS LTDA ME06. 224.272/0001-51

TOTAL DO VENCEDORR$ 37.673,20

4537STILUS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS P ESCRITORIO LTDA05. 870.717/0001-08

TOTAL DO VENCEDORR$ 53.954,00

1422026 VIVIANE REGINA CLAUDINO ME13.979.479/0001-00

TOTAL DO VENCEDORR$ 84.594,75

NOVA GUARITA - MT,01 de Abril de 2015.

Simone Santos da Silva

Pregoeira Oficial

PORTARIA 004/2015- CISRNM

DESIGNA PREGOEIRO E COMPÕE EQUIPE DE APOIO PARA ATUAREM EM LICITAÇÕES NA MODALIDADE DE PREGÃO NO ÂMBITO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO NORTE MATOGROSSENSE.

Excelentíssimo Presidente do Conselho Diretor do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Norte Mato-grossense, o **Sr. FRANCISCO ENDLER**, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º - Designar para atuar como **Pregoeiro** em licitações na modalidade de pregão, no âmbito do Consórcio Intermunicipal de Saúde a Sra.

SIMONE SANTOS DA SILVA,

cedida pela prefeitura de Nova Guarita a este Consórcio através do Termo de Cooperação Técnica assinado em 25 (vinte e cinco) de Março de 2015.

Art. 2º Ficam designados para atuarem como membros da Equipe de Apoio em licitações na modalidade pregão presencial, no âmbito do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Norte Matogrossense, os servidores:

Nathally Emmanuelly Silva de Nahum Pereira - matricula 271

Maria de Lourdes Alencar - matricula 259

Gicelia Martins Lopes Carrara - matricula 278

Parágrafo único: o Edital indicará os membros da Equipe de Apoio para atuarem no certame, com um mínimo de três integrantes.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente, Colider/MT, em 25 de Março de 2015.

FRANCISCO ENDLER

Presidente CISRNM

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural deste Consórcio Intermunicipal de Saúde da região Norte Matogrossense no período de 25/03/2015 a 25/04/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

LICITAÇÕES E CONTRATOS
2º ALTERAÇÃO CONTRATUAL DO CONTRATO 060-2014 - RESCISÃO

RESCISÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 060/2014–ASS- 24//03/15- Vlr- 3.310,00 - Contratada: **DANIELA CRISTINA ESPÓSITO DOS SANTOS** OBJ: *CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA FUNÇÃO DE PSICOLOGO A SER DESEMPENHADA JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO* **MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA – MT.**

NOVA MARILANDIA – MT EM 01 DE ABRIL DE 2015.

WENER KLESLEY DOS SANTOS

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 058/2015

EMENTA:

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE AFASTAMENTO PARA O BENEFÍCIO DE LICENÇA MATERNIDADE À Srª “MARIA ALVES PEREIRA”

WENER KLESLEY DOS SANTOS,

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM O QUE DETERMINA A LEI Nº. 675/2014 DE 10/04/2014 EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

RESOLVENDO

Art. 1º. – Concede afastamento para o Benefício de Licença Maternidade à Servidora Pública Municipal à Srª MARIA ALVES PEREIRA, ocupante do cargo de Técnica de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com vencimentos pagos pelo Fundo Municipal de Previdencia Social - PREVINOM, a partir de 02/03/2015 e término em 29/06/2015 conforme Processo Nº: 2015.08.00002P - Nº Benefício: 2015.08.00002P.

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS TREZE DIAS DO MÊS DE MARÇO DE DOIS MIL E QUINZE – 13/03/2015.

WENER KLESLEY DOS SANTOS

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 010-2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 010/2015 – ASS- 02/03/15 –Vcto - 31/12/15 - Vlr- 132.843,09 - Contratada: **RICARDO MIRANDA DE SOUZA E CIA LTDA - ME** – OBJ: *AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA O MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA – MT.*

NOVA MARILANDIA – MT EM 01 DE ABRIL DE 2015.

WENER KLESLEY DOS SANTOS

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 013-2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 013/2015–ASS- 19/03/15- Vcto- 06/04/15-Vlr- 7.000,00 - Contratada: **DANIEL DA SILVA ALMEIDA** OBJ: *PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA MANUTENÇÃO E MELHORIAS DO PRÉDIO DO CRAS - GIRASSOL DO* **MUNICÍPIO DE NOVA MARILANDIA – MT.**

NOVA MARILANDIA – MT EM 01 DE ABRIL DE 2015.

WENER KLESLEY DOS SANTOS

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 073/2015

EMENTA: EXONERA O Sr. *WILSON DE SOUZA* DO CARGO EM COMISSÃO DE **"CHEFE DE SETOR DE CONSTRUÇÕES E MANUTENÇÃO"** DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WENER KLESLEY DOS SANTOS,

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO E NA FORMA DO ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E DO PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA:

R E S O L V E N D O

Art. 1º - Fica exonerado a partir do dia 01 de Abril de 2015 o Sr. **WILSON DE SOUZA**, portador da Carteira de Identidade sob o RG Nº 741 884 – SSP/MT e do CPF Nº 654.829.051-87, residente e domiciliado na Rua das Orquídeas, S/N° - Planalto, neste município de Nova Marilandia – MT, do cargo de **CHEFE DE SETOR DE CONSTRUÇÕES E MANUTENÇÃO** lotado na Secretaria Municipal de Infra Estrutura do Município de Nova Marilândia-MT.

Art. 2° Os direitos decorrentes da exoneração, serão pagos a cargo dos cofres públicos deste Município.

Art. 3º - O exonerado deixará o cargo a partir da data de sua exoneração, fazendo entrega de todos os documentos que estão sobre sua responsabilidade.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AO PRIMEIRO DIA DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E QUINZE. 01/04/2015.

WENER KLESLEY DOS SANTOS

Prefeito Municipal de Nova Marilândia - MT

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 013-2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 013/2015–ASS- 19/03/15- Vcto- 06/04/15-Vlr- 7.000,00 - Contratada: **DANIEL DA SILVA ALMEIDA** OBJ: *PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA MANUTENÇÃO E MELHORIAS DO PRÉDIO DO CRAS - GIRASSOL DO* **MUNICÍPIO DE NOVA MARILANDIA – MT.**

NOVA MARILANDIA – MT EM 01 DE ABRIL DE 2015.

WENER KLESLEY DOS SANTOS

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 016-2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 016/2015–ASS- 30/03/15- Vcto- 02/04/15-Vlr- 1.480,00 - Contratada: **ROSIMEIRE DOS SANTOS OLIVEIRA** OBJ: *PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO INSTRUTORA NA LINHA DE CHOCOLATE NO* **MUNICÍPIO DE NOVA MARILANDIA – MT.**

NOVA MARILANDIA – MT EM 01 DE ABRIL DE 2015.

WENER KLESLEY DOS SANTOS

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DOS VEREADORES
EXTRATOS DOS CONTRATOS 04/2015 E 05/2015

EXTRATO DO CONTRATO: N° 004/2015

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA-MT

CONTRATADO: GWS DESENVOLVIMENTO DE WEB SITES-LTDA ME

OBJETO: SERVIÇOS COM MANUTENÇÃO DO PORTAL OFICIAL DA CÂMARA MUNICIPAL, SISTEMAS DE OUVIDORIA E SIC – SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO(VIA WEB).

PERIODO DE EXECUÇÃO: 02/03/2015 ATÉ 31/12/2015

VALOR GLOBAL: R$- 4.000,00

DATA DA ASSINATURA: 02/03/2015

EXTRATO DO CONTRATO: N° 005/2015

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA-MT

CONTRATADO: UCMMAT- UNIÃO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO

OBJETO: ASSOCIAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICIPIO DE NOVA MARILÂNDIA Á UCMMAT.

PERIODO DE EXECUÇÃO: 02/03/2015 ATÉ 31/12/2015

VALOR GLOBAL: R$- 4.000,00

DATA DA ASSINATURA: 02/03/2015

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 012-2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 012/2015 – ASS – 17/03/15 - Vcto- 13/06/15 - Vlr- 2.100,00 - Contratada: **JOSE WILLIAM RODRIGUES DA PAIXÃO** – OBJ: *PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO PELO RECOLHIMENTO E GUARDA DOS ANIMAIS APREENDIDOS NAS RU-*

AS, AVENIDAS, PRAÇAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS, NO MUNICIPIO DE NOVA MARILANDIA – MT.

NOVA MARILANDIA – MT EM 01 DE ABRIL DE 2015.

WENER KLESLEY DOS SANTOS

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 015-2015

CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 015/2015 – ASS – 30/03/15 - Vcto- 31/12/15 - Vlr- 100.850,00 - Contratada: **EVA TUR TRANSPORTES LTDA - ME** – OBJ: *CONTRATAÇÃO DE EMPRESA LOCADORA DE VEICULOS AUTOMOTORES PARA O MUNICIPIO DE NOVA MARILANDIA – MT.*

NOVA MARILANDIA – MT EM 01 DE ABRIL DE 2015.

.

WENER KLESLEY DOS SANTOS

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 014-2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 014/2015 – ASS- 27/03/15 –Vcto - 10/09/15 - Vlr- 29.990,00 - Contratada: **DIAS E AZEVEDO LTDA - ME** – OBJ: *CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NA ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR NO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA – MT.*

NOVA MARILÂNDIA – MT EM 01 DE ABRIL DE 2015.

WENER KLESLEY DOS SANTOS

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 011-2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 011/2015 – ASS- 17/03/15 –Vcto - 31/12/15 - Vlr- 180.000,00 - Contratada: **RAFAEL VIDIGAL DE MATOS – ME** – OBJ: *CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE 01 (UM) MÉDICO (CLINICO GERAL) PARA O ATENDIMENTO NO PSF DO MUNICIPIO E PROCEDER A AUTORIZAÇÃO DAS AIHS E ATENDIMENTO DAS URGENCIAS DA SAUDE BÁSICA DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA – MT.*

NOVA MARILANDIA – MT EM 01 DE ABRIL DE 2015.

WENER KLESLEY DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

LEI Nº 817 DE 16 DE MARÇO DE 2015

"Dispõe sobre a alteração da Lei Municipal n.º 788/2014 que Autoriza o Poder Executivo do Município de Nova Maringá a aderir ao Programa Mais Médicos, e dá outras providências."

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 47. IV da Lei Orgânica Municipal faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica alterado o art. 4º da Lei Municipal n.º 788/2014, que passará a ter a seguinte redação

Art. 4° Fica estabelecido o auxilio financeiro destinado ao custeio de despesas com moradia até o valor máximo de R$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais) mensais, devendo atender ao padrão médio de mercado para locação de imóvel praticado no Município.

Art. 2º. Os demais artigos da Lei Municipal n.º 788/2014 permanecem inalterados.

Art. 3º . Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT em 16 de março de 2015.

João Braga Neto

Prefeito Municipal

LEI Nº 819 DE 16 DE MARÇO DE 2015

"Dispõe sobre a proibição e uso de aparelhos eletrônicos na rede municipal de ensino e dá outras providências".

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 47. IV da Lei Orgânica Municipal faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Torna defeso, para uso não pedagógico, o uso de aparelhos/equipamentos eletrônicos em sala de aula no Ensino Infantil, Fundamental e Médio do município de Nova Maringá Estado de Mato Grosso.

Parágrafo Primeiro: Compreende, para efeitos desta lei, como aparelhos/equipamentos eletrônicos, entre outros:

- celulares;
- MP3;
- MP4;
- IPOD;
- notbooks;
- smartfones;
- câmeras digitais;
- tablets;
- outros.

Parágrafo segundo:

A restrição de uso dos aparelhos mencionados no parágrafo primeiro desse artigo estende-se aos alunos e servidores da unidade de ensino como: professores, monitores, assistentes, auxiliares e demais servidores responsáveis pelo ensino e cuidado dos alunos em horário de expediente.

Art. 2º - A utilização desses equipamentos será permitida, desde que, seja para fins pedagógicos, com a autorização da direção do estabelecimento de ensino, sob a supervisão e orientação do profissional responsável.

Parágrafo único: Os professores e os alunos que desrespeitarem essa regra serão advertidos pela direção da unidade de ensino.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT em 16 de março de 2015.

João Braga Neto

Prefeito Municipal

LEI Nº 818 DE 16 DE MARÇO DE 2015

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a instituir o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, no município de Nova Maringá e dá outras providências"

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 47. IV da Lei Orgânica Municipal faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, no município de Nova Maringá-MT, destinado a regularização de créditos tributários do município, decorrentes de débitos de contribuintes (pessoas físicas ou jurídicas), relativos a tributos municipais, cujo fato gerador tenha ocorrido até 31 de dezembro de 2014, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive os decorrentes de falta de recolhimento do imposto declarado ou retido.

Art. 2º - A administração do REFIS será exercida pelo Secretário Municipal de Finanças, a quem compete implementar os procedimentos necessários à execução do programa, observado o disposto no Decreto regulamentar desta Lei.

§ 1º - O ingresso no REFIS, implica na inclusão obrigatória da totalidade dos débitos vencidos até 31 de dezembro de 2014, em nome de pessoa físicas ou jurídica, inclusive os não constituídos, exceto aqueles demandados judicialmente e com exigibilidade suspensa e que, por opção do contribuinte ou responsável, venham a permanecer nessa situação.

§ 2º - Os débitos ainda não constituídos deverão ser confessados, de forma retratável e irrevogável.

Art. 3º - Na hipótese de crédito com exigibilidade suspensa por força de decisão judicial, a inclusão no REFIS dos respectivos débitos, fica condicionada ao encerramento do feito por desistência expressa e irrevogável da respectiva ação judicial, bem assim à renuncia do direito sobre os mesmo débitos, sobre o qual se funda a ação.

Parágrafo único - Requerida a desistência da ação judicial com renúncia ao direito sobre que se funda, os eventuais depósitos judiciais efetuados deverão ser convertidos em renda, permitida a inclusão no REFIS de eventual saldo devedor.

Art. 4º -

O REFIS abrangerá, todos os débitos tributários devidos ao município referente a impostos, taxas, contribuições e demais espécies tributarias, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, inclusive os que estão em sede de cobrança judicial e os denunciados espontaneamente pelo devedor principal ou responsável legal, vencidos até 31 de dezembro de 2014.

§ único – Serão abrangidos ainda, os acréscimos legais relativos a taxas, multas e juros vigentes à época da ocorrência do fato gerador, além das obrigações assessórias.

Art. 5º - A opção pelo REFIS, poderá ser formalizada por escrito no período de 01 de abril à 31 de outubro de 2015.

Art. 6º - O parcelamento não poderá ultrapassar 10 (dez) meses, observando os seguintes limites:

§ 1º - Em se tratando de débito de valor igual ou inferior a R$ 50,00 (cinqüenta reais), consolidado na forma desta Lei, será admitido o pagamento somente à vista em parcela única.

§ 2º - Em se tratando de débito de Pessoa Física e Microempreendedor Individual - MEI, o valor igual a R$ 51,00 (cinqüenta e um reais) e inferior a R$ 300,00 (trezentos reais) consolidado na forma desta Lei, será admitido o pagamento à vista ou em até 06 (seis) parcelas iguais e sucessivas, respeitando-se sempre o valor mínimo de R$ 50,00 (cinqüenta reais) na parcela.

§ 3º - Em se tratando de débito de pessoa jurídica, o valor igual a R$ 101,00 (cento e um reais) e inferior a R$ 600,00 (seiscentos reais) consolidados na forma desta Lei, será admitido o pagamento à vista ou em até 06 (seis) parcelas iguais e sucessivas, respeitando-se sempre o valor mínimo de R$ 100,00 (cem reais) na parcela.

§ 4º - Em se tratando de débito superior a R$ 300 (trezentos reais), consolidados na forma dessa Lei, o mesmo poderá ser parcelado em até 10 (dez) vezes, respeitando-se sempre o valor mínimo de R$ 50,00 (cinquenta reais) em cada parcela para física, e de R$ 100,00 (cem reais) para pessoa jurídica.

§ 5º - O crédito fiscal objeto de parcelamento, depois de consolidado, sujeita-se a variação mensal do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, vedado qualquer outro acréscimo, salvo nos casos de atraso no pagamento.

§ 6º - A falta de pagamento de qualquer parcela até a data do vencimento ensejará as penalidades previstas no Código Tributário Municipal Lei nº 247/2001, Código Tributário Nacional e Leis avulsas sobre a matéria.

§ 7º - O parcelamento suspenderá as execuções fiscais ajuizadas nos termos do Art. 151, VI do Código Tributário Nacional, só extinguindo as execuções fiscais ajuizadas, após a quitação total dos débitos tributários ajuizados.

§ 8º - Caso o optante do REFIS venha a se tornar inadimplente com mais de 3 (três) parcelas consecutivas ou não, o processo de execução prosseguirá com o restante do débito nos termos desta Lei.

Art. 7º - Será concedida remissão sobre os encargos previstos no Art. 4º desta Lei, observadas as seguintes condições:

I – remissão de 90% (noventa por cento) dos juros, multas e taxas de expediente, para o contribuinte ou responsável que aderir ao REFIS e optar pelo pagamento em parcela única;

II - remissão de 80% (oitenta por cento) dos juros, multas e taxas de expediente, para o contribuinte ou responsável que aderir ao REFIS e optar pelo pagamento em até 03 (três) parcelas mensais e sucessivas;

III - remissão de 70% (setenta por cento) dos juros, multas e taxas de expediente, para o contribuinte ou responsável que aderir ao REFIS e optar pelo pagamento em até 06 (seis) parcelas mensais e sucessivas;

IV - remissão de 60% (sessenta por cento) dos juros, multas e taxas de expediente, para o contribuinte ou responsável que aderir ao REFIS e optar pelo pagamento em até 10 (dez) parcelas mensais e sucessivas;

Art. 8º - A opção pelo REFIS sujeitará o contribuinte ou responsável a:

I – aceitação plena irrevogável e irretratável de todas as condições estabelecidas nesta Lei e da dívida relativa aos débitos tributários nele incluídos;

II – pagamento regular do débito consolidado;

III – pagamento total das custas processuais a serem recolhidas no foro de São José do Rio Claro-MT, quando tratar-se de execuções fiscais ajuizadas, salvo quando concedida justiça gratuita.

Parágrafo único: A opção pelo REFIS, exclui qualquer outra forma de parcelamento de débitos relativos aos tributos referidos no Art. 1º desta Lei.

Art. 9º - São requisitos indispensáveis à formalização do pedido:

I – requerimento assinado pelo devedor ou seu representante legal, com poderes especiais nos termos da Lei, juntando-se o respectivo instrumento;

II – documentos que permitam identificar os responsáveis pela representação da empresa nos casos de débitos relativos à pessoa jurídica;

III – cópia do documento de identificação, nos casos de débitos relativos à pessoa física;

Art. 10 - O contribuinte ou responsável optante pelo REFIS será dele excluído, mediante ato do Secretário de Finanças, diante da ocorrência de uma das seguintes hipóteses:

I – inobservância de qualquer das exigências estabelecidas nesta Lei;

II – decretação de falência ou extinção, pela liquidação da pessoa jurídica;

III – prática de qualquer procedimento tendente a subtrair receita da optante, mediante simulação de ato;

§ 1º - O contribuinte ou responsável deverá ser notificado da decisão que o excluiu do REFIS, o qual se dará da seguinte forma:

I – de regra, via postal com aviso de recebimento;

II – quando ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que o contribuinte ou responsável se encontrar, por edital, afixado no quadro de avisos da Prefeitura Municipal;

§ 2º - A exclusão do contribuinte ou responsável do REFIS acarretará o restabelecimento das condições originais do crédito, com todos os encargos, ensejando ainda a inscrição do saldo remanescente em Dívida Ativa, se o crédito não estiver ali inscrito, a propositura da execução caso já esteja em Dívida Ativa e ou prosseguimento da execução, na hipótese de se encontrar ajuizada;

Art. 11 – Esta Lei será regulamentada por ato do poder executivo.

Art. 12 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT em 16 de março de 2015.

João Braga Neto

Prefeito Municipal

LEI Nº 820 DE 01 DE ABRIL DE 2015

"Dispõe sobre a alteração da Lei Municipal n.º 784/2013 que dispõe sobre o quadro de pessoal e respectivo plano de cargos, carreiras e salários da carreira estratégica dos profissionais da Educação Pública Básica do Município de Nova Maringá e dá outras providências."

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 47. IV da Lei Orgânica Municipal faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica alterado o §1º no art. 35 na Lei n.º 784/2013 que dispõe sobre o quadro de pessoal e respectivo plano de cargos, carreiras e salários da carreira estratégica dos profissionais da Educação Pública Básica do Município de Nova Maringá, que passará a ter a seguinte redação:

*"**§1º** - Para os servidores ocupantes do cargo de Apoio Administrativo Educacional – Motorista de Transporte Escolar, será devido o adicional de difícil acesso no valor fixo determinado no ANEXO VIII da presente lei."*

Art. 1º. Fica acrescido o §4º no art. 35 na Lei n.º 784/2013, com a seguinte redação:

"§4º - Caberá a Secretaria Municipal de Educação, estabelecer a escala mensal dos motoristas para as linhas do transporte escolar deste município, para recebimento do adicional de difícil acesso, previsto no §1º no art. 35 desta lei."

Art. 2º. Fica acrescido o ANEXO VIII a Lei Municipal n.º 784/2013, nos termos no Anexo I da presente lei, a partir de 01 de abril de 2015.

Art.

3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT em 01 de abril de 2015.

João Braga Neto

Prefeito Municipal

ANEXO VIII

CARGO	DISCRIÇÃO	ADICIONAL DE DIFÍCIL ACESSO
Professor	O professor da Educação Pública Básica Municipal, lotado em unidade escolar de difícil acesso receberá um ADICIONAL DE DIFÍCIL ACESSO. Considera-se de difícil acesso à unidade escolar que se situe a uma distância superior a 15 Km (quinze quilômetros) do perímetro urbano da sede do município e do distrito de Brianorte.	10% (DEZ POR CENTO) CALCULADO SOBRE VENCIMENTO BASE
Apoio Administrativo Educacional – Motorista de Transporte Escolar	O servidor ocupante do cargo de Apoio Administrativo Educacional – Motorista de Transporte Escolar, lotados em unidade escolar de difícil acesso receberá um ADICIONAL DE DIFÍCIL ACESSO. Considera-se de difícil acesso à unidade escolar que se situe a uma distância superior a 15 Km (quinze quilômetros) do perímetro urbano da sede do município e do distrito de Brianorte e faz-se necessário a pernoite no fim da linha, observando a escala mensal estabelecida pela Secretaria Municipal de Educação.	VALOR FIXO DE R$ 517,00 (QUINHENTOS E DEZESSETE REAIS)

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 008/2015

A Prefeitura Municipal de Nova Maringá, Estado de Mato Grosso, através do Pregoeiro e comissão de apoio, instituída pela Portaria nº 13/2015 de 26 de Janeiro de 2015, torna público para conhecimento de quantos possam interessar que fará realizar em sua sede, no dia 14/04/2015, às 08h00min, situada na Av. Amos Bernardino Zanchet, nº 50E, Centro, Fone: (66) 3537-1140, CEP 78445-000, na cidade de Nova Maringá-MT, LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL TIPO MENOR PREÇO GLOBAL, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SOFTWARES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA VISANDO À AQUISIÇÃO DE LICENÇA DE USO DE SISTEMA, QUE POSSIBILITE O ACOMPANHAMENTO E GERENCIAMENTO DAS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA APURAÇÃO DO ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO – IPM, INTEGRADO AO SISTEMA DE CONTROLE E GERENCIAMENTO DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA – ISSQN, RELATIVO AOS CONTRIBUINTES DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ – MT,** com entrega dos envelopes de documentação e propostas e subsequente abertura dos envelopes, a ser regida pela Lei n.º 10.520/2002, subsidiariamente pela Lei n. º 8.666/93 e alterações, Lei Complementar 123/2006 e Decreto Municipal 001/2010 e Decreto Municipal 22/2013.

O pregão presencial, encontra-se disponível aos interessados junto a comissão permanente de licitação, no endereço supra citado e site www.novamaringa.mt.gov.br

Nova Maringá – MT, 01 de Abril de 2015.

CLAUDIO MACIEL DA SILVA

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 02-2015

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2015

PROCESSO Nº. 575/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE VIDRAÇARIA E METALURGIA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE

A Pregoeira Oficial da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, nomeada através da Portaria nº. 12/2015 de 26 de janeiro de 2015 torna público aos interessados que conforme Edital de Licitação de Pre-

gão Presencial nº. 02/2015 sagrou-se vencedora do Certame Licitatório a Empresa:

VIDRAÇARIA E METALÚRGICA RECANTO LTDA ME,CNPJ: 20.939.860/0001-00 no valor total de R$ 2.597.515,74, para futura e eventual aquisições.

Nova Monte Verde-MT, 01 de abril de 2015.

LUCIMARA CAMPANHA DOS SANTOS

Pregoeira

ASSESSORIA ADMINISTRATIVA DE GABINETE
DECRETO Nº 029/2015.

DE 01 DE ABRIL DE 2015

SÚMULA: FICA EXONERADA A SENHORA CÉLIA DAS GRAÇAS TIZO MALTEZO DO CARGO DE SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE, ESTADO DO MATO GROSSO.

ARION SILVEIRA, Prefeito Municipal de Nova Monte Verde, Estado do Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei

DECRETA:

ARTIGO 1º - Fica exonerada a senhora CÉLIA DAS GRAÇAS TIZO MALTEZO do cargo de Secretária Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania, da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde, Estado do mato Grosso.

ARTIGO 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeitura de Nova Monte Verde – MT, 01 de Abril de 2015

ARION SILVEIRA

Prefeito Municipal

ASSESSORIA ADMINISTRATIVA DE GABINETE
DECRETO Nº 030/2015.

DE 01 DE ABRIL DE 2015

SÚMULA: FICA NOMEADA A SENHORA ELIZANGELA RODRIGUES DA SILVA PARA O CARGO DE SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE, ESTADO DO MATO GROSSO.

ARION SILVEIRA, Prefeito Municipal de Nova Monte Verde, Estado do Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA:

ARTIGO 1º - Fica nomeada a senhora ELIZANGELA RODRIGUES DA SILVA para o cargo de Secretária de Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde, Estado do mato Grosso.

ARTIGO 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeitura de Nova Monte Verde – MT, 01 de Abril de 2015

ARION SILVEIRA

Prefeito Municipal

ASSESSORIA ADMINISTRATIVA DE GABINETE
DECRETO Nº 031/2015.

DE 01 DE ABRIL DE 2015

SÚMULA: FICA NOMEADA A SENHORA CÉLIA DAS GRAÇAS TIZO MALTEZO PARA O CARGO DE SECRETÁRIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE, ESTADO DO MATO GROSSO.

ARION SILVEIRA, Prefeito Municipal de Nova Monte Verde, Estado do Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA:

ARTIGO 1º - Fica nomeada a senhora CÉLIA DAS GRAÇAS TIZO MALTEZO para o cargo de Secretária de Municipal de Cultura e Turismo, lotada na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde, Estado do mato Grosso.

ARTIGO 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeitura de Nova Monte Verde – MT, 01 de Abril de 2015

ARION SILVEIRA

Prefeito Municipal

ASSESSORIA ADMINISTRATIVA DE GABINETE
CONVÊNIO N.º 001/2015

CONVÊNIO N.º 001/2015, QUE ENTRE SI CELEBRAM, A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE NOVA MONTE VERDE – APAE.

Pelo presente Instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o n.º 37.465.556/0001-63, sediada na Av. Mato Grosso, n.º 51, Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. ARION SILVEIRA, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG n. 4.131.758-2 - SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob nº 515.018.729-15, residente e domiciliado na Rodovia MT 208, KM 307, Nova Monte Verde / MT, caixa postal 110, CEP: 78.593-000, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, representada neste ato pelo Secretário Municipal de Educação Sr. Ilson Rodrigues da Cruz, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Manoel Rodrigues de Souza, n.º 12, Centro, no município de Nova Monte Verde - MT, portador do RG n.º 8045258-6 SSP/PR e CPF n.º 029.979.339-78, doravante denominado CONCEDENTE, e do outro lado a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE NOVA MONTE VERDE – APAE, entidade filantrópica sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ n.º 07.001.625/0001-17, localizada na Avenida do Rosário, s/n, Nova Monte Verde, Mato Grosso, neste ato denominada APAE, representada pela Presidente, Sra. Gilma Freitas Macedo Assis, brasileira, residente e domiciliada à Avenida Maria do Carmo Spletozer Lopes, nº 138, Centro, em Nova Monte Verde/MT, portadora do R.G. n.º MG-3.980.133 PC-MG e CPF n.º 588.860.526-34, doravante denominada PROPONENTE, resolvem celebrar o presente Convênio, com base no que estabelece à legislação vigente, em especial a Lei Municipal n.º 712/2014 de 10 de dezembro de 2014 e mediante as cláusulas e condições estabelecidas a seguir:

1.0 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Convênio tem por objetivo a Transferência de recursos financeiros destinados a atender a PROPONENTE, para o custeio de recursos humanos necessários para o desenvolvimento das ações voltadas às pessoas com deficiência, conforme Plano de Trabalho. Sendo que a Associação compromete-se com todas as suas despesas, isentando a Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde.

2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA – PLANO DE TRABALHO

2.1. Para o alcance do objeto pactuado, os partícipes obrigam-se a cumprir o Plano de Trabalho especialmente elaborado para este Convênio e que passa a fazer parte integrante deste Termo, independente da transcrição.

3.0 - CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS

3.1. Os recursos financeiros necessários a execução deste Convênio são no valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), repassados em onze parcelas de R$ 5.454,54(cinco mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos), conforme Plano de Trabalho.

4.0 - CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes deste Termo de Convênio serão efetuadas com recursos orçamentários, da seguinte dotação:

05 – Secretaria Municipal de Educação

001 – Gabinete do Secretário de Educação

12 – Educação

367 – Educação Especial

0024 – Educação de Qualidade

2.017 – Manutenção do Salário Educação

3.350.41-00 – Contribuições

5.0- CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VALIDADE

5.1. O prazo de validade do presente convênio será de 02 de Fevereiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015

6.0- CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR

6.1. O MUNICÍPIO SE COMPROMETE a repassar a PROPONENTE, o valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), para execução do objeto, conforme Plano de Trabalho;

7.0- CLÁUSULA SÉTIMA – DA BASE LEGAL

7.1 A Lei Municipal 712/2014 de 10 de dezembro de 2014 autorizou a celebração do presente Termo de Convênio, bem como as suas respectivas despesas.

8.0- CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES

8.1 O MUNICÍPIO SE COMPROMETE A:

Repassar a PROPONENTE, o valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), para execução do objeto, conforme Plano de Trabalho;

Realizar os serviços de supervisão e acompanhamento;

Acompanhar e fiscalizar a execução do Convênio, observando se os recursos estão sendo aplicados na execução do objeto conveniado e de conformidade com o Plano de Trabalho, nas normas e especificações técnicas;

Dar ciência da assinatura deste Convênio à Câmara Municipal conforme determina o parágrafo segundo, Artigo 116 da Lei Federal n.º 8.666/93, de 21.06.93; e

Publicar o extrato do Convênio na Imprensa Oficial do Estado.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO SE COMPROMETE A:

Emitir analise da Prestação de Contas Final; e

Caso fatos supervenientes, venha ocorrer a Secretaria Municipal de Educação, através do Conselho Municipal indicado pelo Secretário, emitirá parecer sobre a Prestação de Contas.

8.3 A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE NOVA MONTE VERDE – APAE SE COMPROMETE A:

Aplicar os recursos financeiros de que trata este convênio, na conformidade do Plano de Trabalho e, exclusivamente, no cumprimento de seu objeto;

Arcar com o pagamento de toda e qualquer despesa excedente aos recursos financeiros a cargo da CONCEDENTE, transferidos de acordo com o Cronograma de Desembolso;

Manter atualizada a escrituração contábil específica dos atos e fatos relativos à execução deste Convênio, para fins de fiscalização, de acompanhamento e de avaliação de resultados obtidos;

Adotar todas as medidas necessárias à correta execução deste Convênio;

Aplicar a importância de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), observado a legislação vigente, na forma do plano de trabalho;

Restituir, o MUNICÍPIO, o valor transferido, atualizado monetariamente, desde a data do recebimento, acrescidos dos juros legais na forma da lei, quando:

f.1) quando não for executado o objeto pactuado;

f.2) quando não for apresentada, no prazo exigido, a prestação de contas parcial ou final;

f.3) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida no Convênio.

Restituir, ao MUNICÍPIO, eventual saldo de recursos, inclusive os rendimentos de aplicação financeira, conforme o caso, na data da conclusão do convênio ou extinção;

Promover a execução dos serviços objeto do convênio, por conta da transferência dos recursos, observando a legislação que disciplina a realização da despesa;

Alocar recursos complementares a execução do objeto, se necessário;

Deverá prestar contas da aplicação dos recursos, junto a Prefeitura Municipal;

Facilitar o livre acesso de Servidores do Sistema de Controle Interno do MUNICÍPIO, ou a quem este indicar, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o presente Convênio, quando em missão de Fiscalização ou Auditoria; e

Observar, no transcorrer da execução de suas atividades, o cumprimento das normas legais, com base na supervisão e acompanhamento das atividades programadas.

Para cumprimento do presente Termo, caberá à APAE a responsabilidade de atender alunos portadores de necessidades especiais do município, arcando com os custos operacionais e administrativos da Escola, mantendo a escola guarnecida e provida de todos os materiais indispensáveis ao atendimento dos alunos.

Elaborar planilha detalhada contendo discriminação contábil sobre os custos dos serviços e produtos custeados pelo Convênio, indicando inclusive o nome dos fornecedores contratados, remetendo-a ao Ministério Público e ao Município.

Dar publicidade quando da liberação dos recursos do presente Convênio;

Apresentar prestação de contas em 60 (sessenta) dias após o termino da execução do convênio.

9.0 - CLÁUSULA NONA – DAS LIBERAÇÕES DE RECURSOS

9.1. A CONCEDENTE repassará os recursos previstos de acordo com o Plano de Trabalho que compõe este Termo de Convênio.

9.2. Quando a liberação dos recursos ocorrer em 03 (três) ou mais parcelas a liberação das outras parcelas ficará condicionada à apresentação da prestação de contas parcial referente à primeira parcela liberada;

9.3. Os recursos deste convênio, enquanto não utilizados, deverão ser obrigatoriamente aplicados em:

9.3.1. Caderneta de poupança, se a previsão de seu uso for igual ou superior a 01 (um) mês;

9.3.2. Fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando a sua utilização estiver prevista para prazos menores que um mês;

9.4. Os rendimentos das aplicações financeiras serão obrigatoriamente, aplicados no objeto do convenio, estando sujeitos as mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos;

9.5. As receitas oriundas dos rendimentos de aplicações financeiras não poderão ser computadas como contrapartida devida pela PROPONENTE, mesmo as que são oriundas do recurso de contrapartida caso houver;

9.6. A liberação da parcela de recursos financeiros será suspensa, caso haja impropriedade verificadas, principalmente nos seguintes casos:

9.6.1. Quando não houver comprovação da boa e regular aplicação dos recursos anteriormente recebidos, na forma da legislação aplicável, inclusive mediante procedimento de fiscalização local, realizados periodicamente sistema de Controle Interno do MUNICÍPIO;

9.6.2. Quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos financeiros, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, prática atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do convênio;

9.6.3. Quando for descumprida pela PROPONENTE, qualquer cláusula ou condições do Convênio;

9.6.4. Após a constatação da irregularidade ou inadimplência, a CONCEDENTE além da suspensão da liberação da parcela, estabelece o prazo não superior a 30 (trinta) dias, para sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação;

9.7. Quando da conclusão, denúncia, rescisão, ou extinção do convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes de receitas obtidas em aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao órgão ou entidade concedente, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial da PROPONENTE providenciado pela CONCEDENTE;

10.0 - CLÁUSULA DECIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

10.1. Até 30 (trinta) dias após o término da vigência deste Convênio a PROPONENTE protocolará na Prefeitura Municipal no setor de Controle Interno, a Prestação de Contas Final do total dos recursos aplicados, tanto os provenientes do MUNICÍPIO, quanto da PROPONENTE caso haja contrapartida, que será constituída de relatório de cumprimento do objeto, acompanhada dos documentos abaixo relacionados:

I - Cópia do plano de trabalho;

II - Cópia do Termo de Convênio, de seus Termos Aditivos e respectivas indicações dos extratos;

III – Demonstrativo da Execução de Receita e Despesa;

IV – Relatório de cumprimento do objeto;

V – Relatório de Execução Financeira;

VI – Relação de Pagamentos;

VII – Conciliação bancária, quando for o caso;

VIII – Cópia das notas fiscais e/ou recibos, com a indicação do número do convênio;

IX – Cópia de cheques e/ou nota de ordem bancária;

X - Cópia dos documentos relativos à licitação, inclusive despacho adjudicatório e homologação das licitações realizadas ou justificadas para sua dispensa ou inexigibilidade, com o respectivo embasamento legal.

10.2. A prestação de contas final substituirá a prestação de contas da última parcela, no caso de liberação dos recursos em 02 (duas) ou mais parcelas, e a documentação deverá ser arquivada e disponível pelo período de 05 (cinco) anos;

10.3 A não apresentação da prestação de contas final ou a sua não aprovação pelo concedente ou pelo Tribunal de Contas do Estado, impedirá a celebração de novos convênio com o Município.

11.0 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PROIBIÇÕES

11.1. É vedada a utilização dos recursos previstos neste Convênio, que prevejam ou permitam:

I – Realização de despesas a título de taxa de administração, de gerenciamento ou similar;

II – O pagamento de gratificação, consultoria, assistência técnica ou qualquer espécie de remuneração adicional a servidor que permaneça aos órgãos ou de entidades da administração municipal que seja lotado no quadro de funcionários do MUNICÍPIO;

III – O aditamento do convênio para alteração do objeto pactuado;

IV – A utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no Convênio, ainda que em caráter de emergência;

V – A realização de despesas em data anterior ou posterior a sua vigência;

VI – A atribuição de vigência ou de efeitos financeiros retroativos;

VII – A realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo;

VIII – A transferência de recursos para clubes, associações de servidores ou quaisquer entidades congêneres;

IX – A realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizam promoção pessoal de autoridades e servidores e que estejam contempladas no plano de trabalho.

12.0. - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO

12.1. O plano de trabalho somente poderá ser alterado, com as devidas justificativas, mediante proposta de modificação a ser apresentada pela PROPONENTE, até 30 (trinta) dias antes do seu término, devendo ser analisada e aprovada pelo Controle Interno da Prefeitura Municipal, não podendo haver mudança do objeto.

13.0. - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

13.1. Este Convênio poderá ser rescindido de comum acordo entre os partícipes ou denunciado, e ainda:

a) Por iniciativa do CONCEDENTE como do PROPONENTE, mediante notificação escrita, enviada com antecedência mínima de 30 dias;

b) Pelo não cumprimento de qualquer cláusula ou condição prevista neste Convênio, em especial quanto à finalidade do mesmo, ou pela inobservância das prescrições legais;

13.2. A liberação das parcelas do convênio, ainda pendentes, será suspensa, definitivamente, caso ocorra a hipótese de sua rescisão.

14.0. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. Elegem as partes o FORO DA COMARCA DE NOVA MONTE VERDE – ESTADO DE MATO GROSSO, para dirimir qualquer dúvida do presente Convênio, renunciando a outro por mais privilegiado que seja ou pareça. E por estarem de pleno acordo e compromissados, assinam este Termo de Convênio em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Nova Monte Verde- MT, 02 de fevereiro de 2015.

Arion Silveira

Prefeito Municipal

Ilson Rodrigues da Cruz

Secretária Municipal de Educação

Gilma Freitas Macedo Assis

Presidente /APAE/Nova Monte Verde

TESTEMUNHAS:

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM

PREFEITURA MUNICIPAL, DEP. DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 092, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

PORTARIA Nº 092, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

"Prorroga o prazo da Portaria nº 025/2015, e dá outras providências".

O Sr.,*Adriano Xavier Pivetta,* Prefeito de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 60, inciso VI da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o prazo da Portaria nº 025, de 06 de fevereiro de 2015, por mais 60 (sessenta) dias, para conclusão dos trabalhos.

Art. 2º.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, em 01 de abril de 2015.

Registre-se, Afixe-se e Cumpra-se.

Adriano Xavier Pivetta

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM - DEP. DE LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO Nº 044/2015.

Objeto: Contratação de agência de publicidade e propaganda visando a prestação de serviços dedistribuição de mídia produzida pelo Município de Nova Mutum - MT. Dia: 15 de abril de 2015. Entrega dos Envelopes e Credenciamento: Às 08:00 hs, do dia 15 de abril de 2015. Edital Completo:Afixado no endereço Av. Mutum, Nº 1.250 N, B.Jardim das Orquídeas,Nova Mutum MT.CEP: 78450-000 – Fone: 65 3308 - 5400 e na Internet, site www.novamutum.mt.gov.br. Abertura do envelope nº 01: Às 08:30 horas, do dia 15 de abril de 2015, no endereço acima.Fundamento Legal:Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pelaLei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9. 648/98).Nova Mutum MT, 01 de abril de 2015.

Sergio Vítor Alves Rodrigues

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL, DEP. CONVÊNIOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 014/2015 CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA E SAAE DE NOVA MUTUM-MT

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 014/2015

CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA E SAAE DE NOVA MUTUM-MT

A Prefeitura Municipal de Nova Mutum (MT), **Convoca**, os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Concurso Público 001/2014 homologado em 23 de Junho de 2014, para comparecerem no prazo máximo de 15 (quinze) dias, na Sede da Prefeitura Municipal de Nova Mutum (MT), para apresentarem documentos e habilitações exigidas conforme abaixo, e tomarem posse de seus respectivos cargos.

DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA:

ORIGINAIS:

- Foto 3x4;

- Declaração de Bens e Valores reconhecido em cartório.

-Antecedentes Criminais - www.tjmt.jus.br – 1º grau e 2º grau;

- Exame médico admissional deverá ser agendado no RH/Gestão de Pessoas;

CÓPIA LEGÍVEL:

- CPF e RG

- CPF do cônjuge e data de nascimento;

- CPF do PAI e MÃE;

- Título de Eleitor e último comprovante de votação;

- Certidão de nascimento ou casamento;

- Certidão de nascimento dos filhos (os menores de 06 anos cópia da carteira de vacina) e os em idade escolar – comprovante de matrícula;

- PIS/PASEP;

- Documento militar;

- Comprovante de residência;

- Carteira de habilitação em cargos de motoristas deverá ter a observação: **APTO PARA TRANSPORTE REMUNERADO.**

- Documento de Escolaridade exigido pela função, de acordo com Anexo I do Edital do Concurso Público 001/2014, sendo nível superior Diploma e ou Certificado com histórico escolar;

- Documento comprobatório do respectivo conselho;

- Comprovante de pagamento de anuidade 2014;

- Título de Especialista – quando for o caso.

Obs: Os exames clínicos serão agendados no RH/Gestão de Pessoas conforme Anexo VI do Edital nº 001/2014 – Concurso Público da Prefeitura e SAAE de Nova Mutum- MT.

Obs: A vaga de Enfermeiro é para Zona Rural Ranchão.

CLASS	NOME	CARGO
17	LUCIANA AZEVEDO DA SILVA GOMES	ENFERMEIRO
04	LUCIELE DE OLIVEIRA SOARES	AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA
11	STELA MARA PRATINHA DELBONE	ODONTÓLOGO

O não comparecimento no prazo legal implicará na desistência do classificado convocado, podendo a Prefeitura Municipal de Nova Mutum (MT) convocar o(s) imediatamente posterior(es), obedecendo a ordem de classificação.

Nova Mutum - MT, 01 de abril de 2015.

ADRIANO XAVIER PIVETTA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM - DEP. DE LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO - CANCELAMENTO DE ITENS

AVISO DE CANCELAMENTO DE ITENS - Pregão Presencial nº 042/2015 – Registro de Preços – O município de Nova Mutum, comunica que RESOLVE cancelar os itens 18 ao 32 do lote II do procedimento licitatório em questão, por conveniência administrativa. Edital e anexos: Deverá ser retirado junto ao departamento de Licitação pelo e – mail licitacao@novamutum.mt.gov.br, ou no site do município ou pelo telefone ** 65 3308 5400 – Horário de atendimento: Das 7:00 as 11:00 e das 13:00 as 17:00 horas. Nova Mutum – MT, 1º de abril de 2015. *Sérgio Vítor Alves Rodrigues- Pregoeiro*

PREFEITURA MUNICIPAL, DEP. DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 093, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

PORTARIA Nº 093, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

"Altera Portaria nº 161/2013, que nomeia Membros do *Conselho Municipal de Educação* e dá outras providências".

O Sr. **Adriano Xavier Pivetta**, Prefeito Municipal de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e atendendo o Artigo 4º da Lei Municipal n.º 1.694 de 26.08.2013 que altera a Lei nº 1.279 de 18. 05.2010;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica alterada a Portaria nº 161, de 02 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a nomeação dos membros do **Conselho Municipal de Educação,** passando a vigorar com a seguinte redação:

Representante Organização Representativa Rede Estadual de Ensino

· **Titular:** Ricardo Augusto Pereira;

· Suplente: Nilcéia Marques.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, em 01 de abril de 2015.

Registre-se, Afixe-se e Cumpra-se.

Adriano Xavier Pivetta

Prefeito Municipal

SAAE - DEP. DE CONTABILIDADE E LICITAÇÃO
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 002/2013

SAAE – SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 002/2013

Contratante: SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Nova Mutum

Contratada: **ATAME – Assessoria, Consultoria e Planejamento Ltda,** inscrita no CNPJ: 00.839.039/0001-05

Objeto: **Contratação de serviços técnicos profissionais de Assessoria e Consultoria Técnica em Administração Municipal nas áreas: Contábil, Planejamento, Recursos Humanos, Licitações, Contratos e Rotinas Administrativas.** Acrescidoo valor de **R$ 24.382,63 (Vinte e quatro mil, trezentos e oitenta e dois reais e sessenta e três centavos).** Assinatura: 28/02/2015. Prazo de Vigência: 28/02/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM - DEP. DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2015

AVISO DE RESULTADO - Pregão Presencial nº 039/2015 - O Município de Nova Mutum, torna público o resultado do Julgamento da referida licitação, objeto: aquisição de veículo (veículo leve "utilitário"), a qual foi julgada deserta em 31.03.2015 às 08:00 horas.Nova Mutum/MT, 01 de abril de 2015.

SÉRGIO VÍTOR ALVES RODRIGUES

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL, DEP. DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 091, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

PORTARIA Nº 091, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

"Nomeia *Comissão de Recebimento Provisório* e *Definitivo* e da outras providências".

O Sr. **Adriano Xavier Pivetta**, Prefeito Municipal do Município de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais, e atendendo à Lei Federal nº 8.666/93;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada a **Comissão de Recebimento Provisório e Definitivo**da Prefeitura Municipal de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, referente a aquisição de caminhão carroceria aberta, referente Pregão Presencial nº 012/2015, que será composta pelos seguintes membros:

1.

Adão de Santis Belchor matricula 115;

2. Aelson Lopes de Macedo matricula 02;

3. Eneas Pereira de Souza matricula 7827

Parágrafo Único. A referida Comissão será presidida pelo Servidor Sr. Adão de Santis Belchor.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, em 01 de abril de 2015.

Registre-se, Afixe-se e Cumpra-se.

Adriano Xavier Pivetta

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM - DEP. DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 029/2015

O Município de Nova Mutum torna público o resultado do Julgamento, objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de peças e materiais de primeira linha, abertura: 18 de março de 2015, às 08:00 (oito horas), empresas vencedoras: Item 06, 07 e 12, com percentual de desconto de 6%, 7,5% e 6%, respectivamente - TRICATE COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA – EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 70.430.558/0001-92. Itens 02, 03 e 04 com percentual de desconto de 8%, 7,2% e 7,7%, respectivamente - DIMAQ CAMPOTRAT CUAIBÁ COMERCIAL LTDA – EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 05.220.404/0001-04. Itens – 01e 09 com percentual de desconto de 8% e 7%, respectivamente - NE EQUIPAMENTOS PEÇAS E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 09.619.626/0001-55. Itens 05, 08, 10, 11 e 13 com percentual de desconto de 6,5%, 7,1%, 6,1%, 6,6% e 7,1%, respectivamente - CARIMAQ COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA – ME, inscrita no CNPJ sob o nº 13.833.873/0001-27. Nova Mutum/MT, 01 de abril de 2015.

Sérgio Vítor Alves Rodrigues

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

SIMPREV
PORTARIA N.º 002/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício de aposentadoria por idade a servidor*a Sra. Sebastiana Eulália Pimenta da Silva."*

O Diretor Executivo do SIMPREV - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o Art. 40, § 1º, inciso III, alínea "b", da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003, c/c Art. 12, inciso III, alínea "b", da Lei Municipal n.º 852 de 16 de julho de 2009 que rege a previdência municipal, Lei Municipal n.º 775 de 13 de fevereiro de 2008 que institui o regime jurídico dos servidores de Nova Olímpia/MT, Anexo IX da Lei n.º 014/2008 e último reajuste concedido através do Decreto Municipal n.º 030 de 20 de maio de 2014, que dispõe sobre o reajuste salarial dos servidores municipais;

Resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de **aposentadoria por idade**, a servidora Sra. **Sebastiana Eulália Pimenta da Silva,** brasileira, casada, portadora

da cédula de identidade RG n.º 24.863.711-3 - SSP/MT, inscrita no CPF sob o n.º 140.986.951-20, servidora efetiva no cargo de Auxiliar de Enfermagem, Classe “C”, Nível “04”, lotada Secretaria Municipal de Saúde,

com proventos proporcionais,

conforme processo administrativo do SIMPREV, n.º **2014.02.00071P**, a partir de 03/03/2015 até posterior deliberação.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos legais a data de 03 de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Nova Olímpia/MT, 16 de março de 2015.

LUIZ CARLOS DUARTE DIRETOR EXECUTIVO DO SIMPREV

Homologo:

CRISTÓVÃO MASSON PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO
AVISO DE REVOGAÇAO – DISPENSA DE LICITAÇAO N 001/2015

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: DISPENSA DE LICITAÇAO 001/2015

OBJETO: *A AQUISIÇÃO DE IMOVEL RURAL PARA DESTINAÇAO FINAL DOS RESIDUOS SOLIDOS GERADOS PELO MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT.*

Examinados os atos e termos do procedimento do referido Edital e seus anexos, visando o interesse publico, o Município de Nova Olímpia-MT, representado pelo seu prefeito, juntamente com a CPL face ao exposto torna público e para o conhecimento dos interessados e de quem mais interessar que a licitação supra mencionada foi REVOGADA

Nova Olímpia-MT, 01 de abril de 2015.

Cristovão Masson

Prefeito Municipal

Anselmo Cristiano Manica

Presidente CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO HOMOLOGAÇÃO CARTA CONVITE 003/2015

MODALIDADE: CARTA CONVITE Nº. 003/2015

TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço GLOBAL

INTERESSADA: Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena/MT

AUTORA: Comissão Permanente de Licitação - CPL

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO COM COORDENADAS GEOREFERENCIADAS AO SISTEMA GEODÉSICO BRASILEIRO (SILGAS 2000) DO NÚCLEO URBANO DE VILA ATLÂNTICA NESTE MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA – MT. A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena/MT torna público aos interessados a Carta Convite nº. 003/2015, cujo objeto acima identificado, foi HOMOLOGADA em favor da empresa: POTULSKI & POTULSKI LTDA inscrita no CNPJ nº. 03.769.744/0001-63 no valor de R$ 15.100,00 (Quinze mil e cem reais). Nova Santa Helena - MT, 01 de abril de 2015, JEFFERSO A. S. do NASCIMENTO– Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

SECRETARIA DE GABINETE
ANEXO X

MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO.

RREO - Anexo X (Lei 9.394/96 Art. 72)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	JAN A DEZ	% (b/a)
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (I)	23.446.000,00	23.446.000,00	3.752.948,75	16.130.735,71	68,8
Receitas de Impostos	3.602.000,00	3.602.000,00	594.512,48	2.897.079,42	80,43
Impostos	2.843.000,00	2.843.000,00	513.145,75	2.558.761,52	90
Dívida Ativa dos Impostos	759.000,00	759.000,00	81.366,73	338.317,90	44,57
Multas, Juros de Mora e Outros Enc. de Imp. da Div. Ativa de	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	19.844.000,00	19.844.000,00	3.158.436,27	13.233.656,29	66,69
Cota Parte do Fundo de Participação dos Municípios	9.120.000,00	9.120.000,00	1.245.990,89	5.878.694,82	64,46
Transferência Financeira do ICMS Desoneração L.C N.° 87 96	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Cota-Parte ICMS	5.772.000,00	5.772.000,00	1.078.307,03	3.662.205,45	63,45
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	47.000,00	47.000,00	10.064,30	33.866,40	72,06
Cota-Parte ITR	409.600,00	409.600,00	82.177,78	371.518,99	90,7
Cota-Parte IPVA	536.000,00	536.000,00	112.222,12	655.512,23	122,3
Parcela das Transferências Destinadas à Formação do FUNDEB (II)	3.959.400,00	3.959.400,00	629.674,15	2.631.858,40	66,47
Cota-Parte IOF-OURO	0,00	0,00	0,00	0,00	0
RECEITAS VINCULADAS AO ENSINO (III)	5.578.800,00	5.708.800,00	1.018.457,08	3.397.959,97	59,52
Transferências Multigovernamentais do FUNDEB (IV)	3.900.000,00	3.900.000,00	656.926,75	2.538.162,29	65,08
Transferências de Recursos do FUNDEB (V)	3.900.000,00	3.900.000,00	656.926,75	2.538.162,29	65,08
Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento	453.800,00	453.800,00	73.662,07	269.202,30	59,32
Transf. de Convênios Destinadas a Programas de Educação	1.225.000,00	1.355.000,00	287.868,26	590.595,38	43,59
Receita de Operação de Crédito Destinada à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Outras Receitas Vinculadas à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0
TOTAL DAS RECEITAS (VI) = (I + III - II)	**25.065.400,00**	**25.195.400,00**	**4.141.731,68**	**16.896.837,28**	**67,06**

DESPESAS COM ENSINO POR VINCULAÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	JAN A DEZ	% (d/c)
VINCULADAS À RECEITAS RESULTANTE DE IMPOSTOS	8.620.000,00	9.500.277,66	1.375.733,21	5.242.540,94	55,18
Despesa com Ensino Fundamental (VII)	5.806.500,00	6.988.529,36	1.056.636,09	4.070.117,32	58,24
Despesas com Educação Infantil em Creches e Pré-Escolas(VIII)	1.957.500,00	1.985.748,30	264.033,67	868.759,47	43,75
Despesas com Outros Níveis de Ensino (IX)	856.000,00	526.000,00	55.063,45	303.664,15	57,73
DESPESAS VINCULADAS AO FUNDEB - ENSINO BÁSICO(X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Pagto dos Profissionais do Ensino Básico(XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Outras Despesas no Ensino Básico	0,00	0,00	0,00	0,00	0
VINCULADAS À CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0
FINANCIADAS COM RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0
FINANC. COM OUTROS RECURSOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0
TOTAL DAS DESPESAS COM ENSINO (XII)	**8.620.000,00**	**9.500.277,66**	**1.375.733,21**	**5.242.540,94**	**55,18**
[se II > IV] = PERDA NAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (XIII)					93.696,11
[se II < IV] = GANHO NAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					-

DEDUÇÕES DA DESPESA	
PARCELA DO GANHO/COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB APLICADA NO EXERCÍCIO (XIV)	-
RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCICIO, SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA VINCULADA DE RECURSOS PRÓPRIOS (XV)	0,00
Despesas com Ensino Fundamental (XVI)	0,00
Despesas com Educação Infantil em Creches e Pré-Escolas	0,00
DESPESAS VINCULADAS AO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO GANHO/COMPLEM. DO FUNDEB DO EXERCÍCIO ANTERIOR (XVII)	0.00
TOTAL (XVIII)	**0,00**

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADO AO ENSINO INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em
RP de despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	-	0,00
RP de despesas com Ensino Básico	-	-

TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS P/ FINS LIMITE CONSTITUCIONAL (XXI)	**5.242.540,94**

TABELA DE CUMPRIMENTO DOS LIMITES CONTITUCIONAIS	%
MÍNIMO DE <25% > DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO {[XXI / I] * 100} Caput do artigo 212 da CF/88	32,5
MÍNIMO 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO ENSINO BÁSICO [(XI / IV) * 100] § 5° do artigo 60 do ADCT	0,00

SALDO FINANCEIRO DO FUNDEB	Em 31 de Dezembro de 2012	JAN A DEZ 2014
	0.00	220.607,20

MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO.

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO POR SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	JAN A DEZ	% (f/e)
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	0,00	66.000,00	8.654,60	35.162,23	53,28
ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	6.988.529,36	1.056.636,09	4.070.117,32	58,24
ENSINO SUPERIOR	0,00	382.000,00	36.770,49	227.190,28	59,47
EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	1.985.748,30	264.033,67	868.759,47	43,75
EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	78.000,00	9.638,36	41.311,64	52,96
DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	0,00	0,00	0,00	0,00	0
TOTAL DAS DESPESAS	**0,00**	**9.500.277,66**	**1.375.733,21**	**5.242.540,94**	**55,18**

FONTE:

SECRETARIA DE GABINETE
ANEXO I

MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZSEMBRO 2014/BIMESTRE JULHO-AGOSTO.

LRF-Cidadão - 9.31 - 06/10/14

RREO, Anexo I (LRF 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Jan a Ago 2013 (c)	% (c/a)	
A) RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	48.924.055,82	50.817.055,82	8.506.877,13	16,74	27.879.186,25	54,86	22.937.869,57
1.0.0.0.00.00 - RECEITAS CORRENTES	38.531.545,62	40.424.545,62	6.291.825,69	15,56	24.327.734,31	60,18	16.096.811,31
1.1.0.0.00.00 - RECEITA TRIBUTÁRIA	3.843.000,00	3.843.000,00	695.547,53	18,10	3.324.279,43	86,50	518.720,57
1.1.1.0.00.00 - Impostos	3.668.000,00	3.668.000,00	654.446,55	17,84	3.055.331,44	83,30	612.668,56
1.1.2.0.00.00 - Taxas	175.000,00	175.000,00	41.100,98	23,49	268.947,99	153,68	-93.947,99
1.1.3.0.00.00 - Contribuição De Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.0.0.00.00 - RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	3.043.000,00	3.154.000,00	384.130,77	12,18	1.451.134,17	46,01	1.702.865,83
1.2.1.0.00.00 - Contribuições Sociais	2.043.000,00	2.154.000,00	148.827,77	6,91	585.186,42	27,17	1.568.813,58
1.2.2.0.00.00 - Contribuições Econômicas	1.000.000,00	1.000.000,00	235.303,00	23,53	865.947,75	86,59	134.052,25
1.3.0.0.00.00 - RECEITA PATRIMONIAL	4.177.410,00	5.909.410,00	480.215,27	8,13	1.264.189,36	21,39	4.645.220,64
1.3.1.0.00.00 - Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.2.0.00.00 - Receitas De Valores Mobiliários	237.410,00	237.410,00	37.067,45	15,61	135.593,02	57,11	101.816,98
1.3.3.0.00.00 - Receita De Concessões E Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.9.0.00.00 - Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.0.0.00.00 - RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.1.0.00.00 - Receita Da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.2.0.00.00 - Receita Da Produção Animal E Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.9.0.00.00 - Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.0.0.00.00 - RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2.0.00.00 - Receita Da Indústria De Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3.0.00.00 - Receita Da Indústria De Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.9.0.00.00 - Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.6.0.0.00.00 - RECEITA DE SERVIÇOS	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
1.7.0.0.00.00 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	26.534.700,00	26.584.700,00	4.622.474,72	17,39	17.886.108,70	67,28	8.698.591,30
1.7.2.0.00.00 - Transferências Intergovernamentais	25.696.700,00	25.746.700,00	4.285.012,94	16,64	17.152.919,80	66,62	8.593.780,20
1.7.3.0.00.00 - Transferências De Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.4.0.00.00 - Transferências Do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.5.0.00.00 - Transferências De Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.6.0.00.00 - Transferências De Convênios	838.000,00	838.000,00	337.461,78	40,27	733.188,90	87,49	104.811,10
1.7.7.0.00.00 - Transferências para combate à fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.0.0.00.00 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	893.435,62	893.435,62	109.457,40	12,25	402.022,65	45,00	491.412,97
1.9.1.0.00.00 - Multas E Juros De Mora	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.2.0.00.00 - Indenizações E Restituições	66.835,62	66.835,62	2.164,48	3,24	4.452,42	6,66	62.383,20
1.9.3.0.00.00 - Receita Da Dívida Ativa	762.600,00	762.600,00	83.175,12	10,91	351.655,74	46,11	410.944,26
1.9.9.0.00.00 - Receitas Correntes Diversas	64.000,00	64.000,00	24.117,80	37,68	45.914,49	71,74	18.085,51
2.0.0.0.00.00 - RECEITAS DE CAPITAL	10.392.510,20	10.392.510,20	2.215.051,44	21,31	3.551.451,94	34,17	6.841.058,26
2.1.0.0.00.00 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.1.0.00.00 - Operações De Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.2.0.00.00 - Operações De Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.0.0.00.00 - ALIENAÇÃO DE BENS	110.000,00	110.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	110.000,00
2.2.1.0.00.00 - Alienação De Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.2.0.00.00 - Alienação De Bens Imóveis	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
2.3.0.0.00.00 - AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.0.0.10.00 - Amortização De Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.0.0.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	10.282.510,20	10.282.510,20	2.215.051,44	21,54	3.551.451,94	34,54	6.731.058,26
2.4.2.0.00.00 - Transferências Intergovernamentais	2.532.000,00	2.532.000,00	0,00	0,00	205.000,00	8,10	2.327.000,00
2.4.3.0.00.00 - Transferências De Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.4.0.00.00 - Transferências Do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.5.0.00.00 - Transferências De Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.6.0.00.00 - Transferências de outras instituições públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.7.0.00.00 - Transferências De Convênios	7.750.510,20	7.750.510,20	2.215.051,44	28,58	3.346.451,94	43,18	4.404.058,26
2.4.8.0.00.00 - Transferências para combate à fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.0.0.00.00 - OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.2.0.00.00 - Integralização Do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.4.0.00.00 - Remuneração Das Disponibilidades Do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.5.0.00.00 - Receita da dívida ativa proveniente da amortização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.6.0.00.00 - Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SUB TOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	52.748.055,82	54.092.055,82	8.722.792,28	16,13	28.695.551,30	53,05	25.396.504,52
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO(IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUB TOTAL COM REFINANCIAMENTO(V) = (III+IV)	52.748.055,82	54.092.055,82	8.722.792,28	16,13	28.695.551,30	53,05	25.396.504,52
DÉFICIT(VI)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL(VII) = (V+VI)	52.748.055,82	54.092.055,82	8.722.792,28	16,13	28.695.551,30	53,05	25.396.504,52
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	35.600.996,90	-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	CRÉDITOS ADICIONAIS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO
				No Bimestre		No Bimestre		%	
	(a)	(b)	(c)=(a+b)	(d)		(f)		(g/c)	(c-g)
C) DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	47.235.994,10	-192.000,00	47.043.994,10	8.333.623,79	29.875.789,46	7.729.041,94	25.933.096,18	55,13	21.110.897,92
DESPESAS CORRENTES	32.407.666,25	3.942.674,04	36.350.340,29	6.492.502,40	25.384.526,36	6.531.833,89	22.713.350,40	62,48	13.636.989,89
Pessoal e Encargos Sociais	17.676.326,25	682.101,70	18.358.427,95	3.021.430,37	12.300.732,15	2.988.679,21	12.085.960,72	65,83	6.272.467,23
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	14.731.340,00	3.260.572,34	17.991.912,34	3.471.072,03	13.083.794,21	3.543.154,68	10.627.389,68	59,07	7.364.522,66
DESPESAS DE CAPITAL	3.995.267,85	-2.414.674,04	1.580.593,81	1.841.121,39	4.491.263,10	1.197.208,05	3.219.745,78	203,70	-1.639.151,97
Investimentos	10.682.410,20	-2.443.674,04	8.238.736,16	1.841.121,39	3.689.750,24	1.095.112,21	2.620.701,28	31,81	5.618.034,88
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	-6.687.142,35	29.000,00	-6.658.142,35	0,00	801.512,86	102.095,84	599.044,50	-9,00	-7.257.186,85
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	6.266.530,00	-1.720.000,00	4.546.530,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.546.530,00
RESERVA DO RPPS	4.566.530,00	0,00	4.566.530,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.566.530,00
D) DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	1.438.600,00	192.000,00	1.630.600,00	259.516,11	937.602,51	259.516,11	937.602,51	57,50	692.997,49
SUB TOTAL DAS DESPESAS(X)=(VIII+IX)	48.674.594,10	0,00	48.674.594,10	8.593.139,90	30.813.391,97	7.988.558,05	26.870.698,69	55,20	21.803.895,41
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO(XI)	7.572.405,90	0,00	7.572.405,90	0,00	78.953,05	0,00	78.953,05	1,04	7.493.452,85
Amortização da Dívida Interna	7.572.405,90	0,00	7.572.405,90	0,00	78.953,05	0,00	78.953,05	1,04	7.493.452,85
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	7.572.405,90	0,00	7.572.405,90	0,00	78.953,05	0,00	78.953,05	1,04	7.493.452,85
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X+XI)	56.247.000,00	0,00	56.247.000,00	8.593.139,90	30.892.345,02	7.988.558,05	26.949.651,74	47,91	29.297.348,26
SUPERAVIT(XIII)	-	-	-	-	-	-	1.745.899,56	-	-
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	56.247.000,00	0,00	56.247.000,00	8.593.139,90	30.892.345,02	7.988.558,05	28.695.551,30	51,02	27.551.448,70

FONTE:

SECRETARIA DE GABINETE
ANEXO II

MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" - Anexo II

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS No Bimestre (b)		DESPESAS LIQUIDADAS No Bimestre (d)		% (e/total e)	% (e/a)	SALDO (a-e)
a) DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇ.)(I)	13.394.000,00	56.247.000,00	8.593.139,90	30.892.345,02	7.988.558,05	26.949.651,74	100,00	47,91	29.297.348,26
LEGISLATIVA	1.700.000,00	3.400.000,00	253.033,64	1.079.943,67	261.564,08	1.032.854,82	3,83	30,38	2.367.145,18
Ação Legislativa	1.700.000,00	3.400.000,00	253.033,64	1.079.943,67	261.564,08	1.032.854,82	3,83	30,38	2.367.145,18
JUDICIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ESSENCIAL À JUSTIÇA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	5.400.922,34	1.205.228,77	4.186.705,60	1.096.688,89	3.741.621,96	13,88	69,28	1.659.300,38
Planejamento e Orçamento	0,00	784.000,00	107.104,66	511.737,83	121.414,61	498.894,71	1,85	63,63	285.105,29
Administração Geral	0,00	3.530.205,74	727.469,05	2.904.843,39	588.677,77	2.518.282,69	9,34	71,34	1.011.923,05
Administração de Receitas	0,00	991.716,60	348.980,06	699.596,77	363.447,49	657.593,19	2,44	66,31	334.123,41
Comunicação Social	0,00	85.000,00	21.675,00	64.735,69	22.666,36	62.990,09	0,23	74,11	22.009,91
Relação de Trabalho	0,00	10.000,00	0,00	5.791,92	482,66	3.861,28	0,01	38,61	6.138,72
DEFESA NACIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RELAÇÕES EXTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	1.587.010,20	130.709,53	923.402,58	165.867,40	586.330,55	2,18	36,95	1.000.679,65
Assistência ao Idoso	0,00	131.500,00	14.136,20	55.754,25	14.136,20	55.754,25	0,21	42,40	75.745,75
Assistência ao Portador de Deficiência	0,00	86.000,00	0,00	72.000,00	6.000,00	36.000,00	0,13	41,86	50.000,00
Assistência Comunitária	0,00	1.369.510,20	116.573,33	795.648,33	145.731,20	494.576,30	1,84	36,11	874.933,90
PREVIDÊNCIA SOCIAL	11.694.000,00	11.694.000,00	282.513,57	1.037.742,20	269.978,47	983.686,07	3,65	8,41	10.710.313,93
Administração Geral	9.614.000,00	9.614.000,00	39.858,27	180.361,26	27.323,17	134.865,44	0,50	1,40	9.479.134,56
Previdência do Regime Estatutário	2.080.000,00	2.080.000,00	242.655,30	857.380,94	242.655,30	848.820,63	3,15	40,81	1.231.179,37
SAÚDE	0,00	10.372.826,25	2.002.731,70	7.989.781,46	1.987.470,17	7.363.441,56	27,32	70,99	3.009.384,69
Atenção Básica	0,00	4.577.000,00	850.524,42	3.159.431,72	832.946,98	2.880.308,88	10,69	62,93	1.696.691,12
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	5.217.026,25	1.044.965,56	4.445.954,28	1.057.716,87	4.128.716,28	15,32	79,14	1.088.309,97
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	146.000,00	33.505,25	111.851,88	22.954,58	83.409,95	0,31	57,13	62.590,05
Vigilância Sanitária	0,00	289.300,00	69.578,47	218.000,07	69.693,74	216.462,94	0,80	74,82	72.837,06
Vigilância Epidemiológica	0,00	117.500,00	4.158,00	54.543,51	4.158,00	54.543,51	0,20	46,42	62.956,49
Alimentação e Nutrição	0,00	26.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.000,00
TRABALHO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EDUCAÇÃO	0,00	9.500.277,66	2.401.279,45	6.748.880,93	1.375.733,21	5.242.540,94	19,45	55,18	4.257.736,72
Alimentação e Nutrição	0,00	66.000,00	9.323,80	35.831,43	8.654,60	35.162,23	0,13	53,28	30.837,77
Ensino Fundamental	0,00	6.988.529,36	1.430.129,72	4.892.183,83	1.056.636,09	4.070.117,32	15,10	58,24	2.918.412,04
Ensino Superior	0,00	382.000,00	25.074,35	247.715,01	36.770,49	227.190,28	0,84	59,47	154.809,72
Educação Infantil	0,00	1.985.748,30	927.113,22	1.531.839,02	264.033,67	868.759,47	3,22	43,75	1.116.988,83
Educação Especial	0,00	78.000,00	9.638,36	41.311,64	9.638,36	41.311,64	0,15	52,96	36.688,36
Desenvolvimento Científico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CULTURA	0,00	364.000,00	77.873,66	218.528,61	171.330,60	215.172,10	0,80	59,11	148.827,90
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Difusão Cultural	0,00	364.000,00	77.873,66	218.528,61	171.330,60	215.172,10	0,80	59,11	148.827,90
DIREITOS DA CIDADANIA	0,00	163.500,00	7.648,26	51.668,10	9.973,21	48.476,59	0,18	29,65	115.023,41
Assistência à Criança e ao Adolescente	0,00	163.500,00	7.648,26	51.668,10	9.973,21	48.476,59	0,18	29,65	115.023,41
URBANISMO	0,00	4.387.770,00	517.372,09	1.689.164,10	515.686,32	1.618.801,99	6,01	36,89	2.768.968,01
Infra-estrutura Urbana	0,00	2.550.000,00	309.536,17	372.320,64	294.826,57	357.611,04	1,33	14,02	2.192.388,96
Serviços Urbanos	0,00	1.237.770,00	207.835,92	936.382,66	220.859,75	880.730,16	3,27	71,15	357.039,84
Turismo	0,00	600.000,00	0,00	380.460,80	0,00	380.460,79	1,41	63,41	219.539,21
HABITAÇÃO	0,00	7.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.400,00
Habitação Urbana	0,00	7.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.400,00
SANEAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GESTÃO AMBIENTAL	0,00	63.000,00	0,00	428,97	0,00	428,97	0,00	0,68	62.571,03
Saneamento Básico Urbano	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Controle Ambiental	0,00	63.000,00	0,00	428,97	0,00	428,97	0,00	0,68	62.571,03
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AGRICULTURA	0,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
Extensão Rural	0,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDÚSTRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	0,00	2.620.000,00	487.867,98	1.625.932,09	617.657,37	1.603.632,49	5,95	61,21	1.016.367,51
Administração Geral	0,00	780.000,00	7.225,00	366.723,97	7.225,00	366.723,97	1,36	47,02	413.276,03
Abastecimento	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Promoção Comercial	0,00	65.000,00	0,00	30.000,00	4.565,89	23.660,70	0,09	36,40	41.339,30
Turismo	0,00	1.725.000,00	480.642,98	1.229.208,12	605.866,48	1.213.247,82	4,50	70,33	511.752,18
COMUNICAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENERGIA	0,00	1.113.000,00	288.347,68	927.542,09	175.537,64	696.080,91	2,58	62,54	416.919,09
Energia Elétrica	0,00	1.113.000,00	288.347,68	927.542,09	175.537,64	696.080,91	2,58	62,54	416.919,09
TRANSPORTE	0,00	3.630.000,00	834.276,65	3.030.023,75	1.144.291,55	2.702.818,36	10,03	74,46	927.181,64

MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" - Anexo II

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS No Bimestre (b)		DESPESAS LIQUIDADAS No Bimestre (d)		% (e/total e)	% (e/a)	SALDO (a-e)
Administração Geral	0,00	3.066.500,00	419.859,22	2.469.384,68	729.874,12	2.182.179,29	8,10	71,16	884.320,71
Transporte Rodoviário	0,00	563.500,00	414.417,43	560.639,07	414.417,43	520.639,07	1,93	92,39	42.860,93
DESPORTO E LAZER	0,00	581.500,00	39.401,53	201.561,79	33.412,14	188.758,80	0,70	32,46	392.741,20
Desporto de Rendimento	0,00	501.500,00	38.891,41	184.810,79	32.646,52	172.007,80	0,64	34,30	329.492,20
Desporto Comunitário	0,00	80.000,00	510,12	16.751,00	765,62	16.751,00	0,06	20,94	63.249,00
ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	1.357.793,55	64.855,39	1.181.039,08	163.367,00	925.005,63	3,43	68,13	432.787,92
Administração Geral	0,00	428.530,00	64.855,39	292.104,17	60.567,91	241.382,08	0,90	56,33	187.147,92
Administração Financeira	0,00	15.000,00	0,00	8.469,00	703,25	5.626,00	0,02	37,51	9.374,00
Refinanciamento da Dívida Interna	0,00	914.263,55	0,00	880.465,91	102.095,84	677.997,55	2,52	74,16	236.266,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
b) DESPESAS(INTRA-ORÇ.)(II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**13.394.000,00**	**56.247.000,00**	**8.593.139,90**	**30.892.345,02**	**7.988.558,05**	**26.949.651,74**	**100**	**47,913**	**29.297.348,26**

FONTE:

MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEBRO-DEZEMBRO

RREO - Anexo III (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLT. 12 M.)	PREVISÃO ATUALIZADA 2013
	Set/ 12	Out/ 12	Nov/ 12	Dez/ 12	Jan/ 13	Fev/ 13	Mar/ 13	Abr/ 13	Mai/ 13	Jun/ 13	Jul/ 13	Ago/ 13		
RECEITAS CORRENTES (I)	2.464.108,10	3.570.484,30	3.249.955,44	3.726.536,83	3.416.784,24	3.551.898,23	2.859.184,56	3.907.031,37	3.463.880,85	2.839.313,62	3.581.465,95	3.340.033,89	39.970.677,38	44.383.945,62
Receitas Tributária	219.780,58	235.153,77	259.847,13	291.479,60	232.490,33	735.563,32	401.572,81	589.347,86	374.020,40	295.737,18	367.783,49	327.764,04	4.330.540,51	3.843.000,00
Imposto Sobre Propriedade Predial e Territorial	3.595,48	10.667,03	5.580,82	18.012,56	17.369,17	33.737,18	138.552,56	215.079,50	104.872,13	15.893,16	26.509,14	39.231,96	629.100,69	583.000,00
Imposto Sobre Transmissão Inter Vivos de Bens	23.164,21	46.442,50	29.901,32	53.208,98	34.097,44	499.053,23	34.993,51	75.582,75	66.130,44	38.177,20	100.301,72	49.368,66	1.050.421,96	780.000,00
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	115.393,99	116.728,26	147.948,28	117.096,07	115.529,60	118.096,07	120.587,19	158.561,74	110.910,10	148.392,80	143.942,00	153.792,27	1.566.978,37	1.480.000,00
Outras Receitas Tributárias	77.626,90	61.315,98	76.416,71	103.161,99	65.494,12	84.676,84	107.439,55	140.123,87	92.107,73	93.274,02	97.030,63	85.371,15	1.084.039,49	1.000.000,00
Receitas de Contribuições	120.817,05	243.087,34	158.313,35	157.002,32	109.263,55	191.543,48	184.331,03	184.024,05	186.326,16	211.515,13	210.876,18	173.254,59	2.130.354,23	3.154.000,00
Receita Patrimonial	156.998,06	466.855,51	64.907,85	255.982,19	12.971,19	58.992,92	107.161,77	191.739,09	280.778,89	132.330,23	158.787,15	321.428,12	2.208.932,97	5.909.410,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
Transferências Correntes	1.935.013,75	2.583.844,51	2.626.613,26	2.754.286,16	3.027.394,79	2.522.889,25	2.117.674,69	2.893.645,08	2.547.108,02	2.157.106,40	2.781.976,22	2.470.172,65	30.417.724,78	30.544.100,00
Cota Parte do Fundo de Partic. dos Municípios	576.321,08	611.790,86	826.935,83	1.344.280,49	1.133.190,62	1.210.081,85	717.814,58	819.264,49	1.091.770,67	818.757,51	703.209,12	854.279,44	10.707.696,54	11.400.000,00
Cota Parte do ICMS	514.270,48	687.319,39	636.512,57	538.772,20	560.487,02	457.696,55	515.722,89	655.243,20	542.577,39	498.145,83	730.520,90	617.362,86	6.954.631,28	7.215.000,00
Cota Parte do IPVA	26.528,92	21.974,50	18.013,36	8.619,58	39.957,83	103.932,45	104.622,62	119.365,21	133.911,16	167.199,60	82.937,95	57.339,50	884.402,68	670.000,00
Transferências de Recursos do FUNDEB	236.777,55	321.743,93	309.640,51	288.520,63	401.384,05	304.928,39	277.525,01	338.365,83	324.634,95	234.397,31	285.341,13	371.585,62	3.694.844,91	3.900.000,00
Outras Transferências Correntes	581.115,72	941.015,83	835.510,99	574.093,26	892.375,27	446.250,01	501.989,59	961.406,35	454.213,85	438.606,15	979.967,12	569.605,23	8.176.149,37	7.359.100,00
Outras Receitas Correntes	31.498,66	41.543,17	140.273,85	267.786,56	34.664,38	42.909,26	48.444,26	48.275,29	75.647,38	42.624,68	62.042,91	47.414,49	883.124,89	893.435,62
DEDUÇÕES (II)	280.250,30	484.983,43	389.676,42	389.517,14	365.946,25	443.701,68	355.939,79	441.569,48	443.142,22	388.243,48	408.843,72	369.658,20	4.761.472,11	5.837.000,00
Contribuição Plano Seg. Social do Servidor	50.557,74	176.004,58	76.801,51	76.210,85	4.014,50	83.183,08	87.598,39	83.802,68	88.165,97	89.594,03	92.069,42	56.758,35	964.761,10	2.114.000,00
Servidor	50.557,74	176.004,58	76.801,51	76.210,85	4.014,50	83.183,08	87.598,39	83.802,68	88.165,97	89.594,03	92.069,42	56.758,35	964.761,10	2.114.000,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdenciários	1.974,46	1.974,46	1.974,46	3.948,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.872,30	0,00
Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB	227.718,10	307.004,39	310.900,45	309.357,37	361.931,75	360.518,60	268.341,40	357.766,80	354.976,25	298.649,45	316.774,30	312.899,85	3.786.838,71	3.723.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	**2.183.857,80**	**3.085.500,87**	**2.860.279,02**	**3.337.019,69**	**3.050.837,99**	**3.108.196,55**	**2.503.244,77**	**3.465.461,89**	**3.020.738,63**	**2.451.070,14**	**3.172.622,23**	**2.970.375,69**	**35.209.205,27**	38.546.945,62

FONTE:

SECRETARIA DE GABINETE
ANEXO IX

MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - ANEXO IX(LRF, Art. 53, inciso V)

PODER/ ÓRGÃO	RP PROCESSADOS					RP NÃO-PROCESSADOS			
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
	Exercícios Anteriores	2012							
a)RESTO PAGAR(EXCETO INTRA-ORÇ.)(I)	0,00	252.000,00	0,00	252.000,00	0,00	10.613,39	0,00	0,00	10.613,39
EXECUTIVO	0,00	252.000,00	0,00	252.000,00	0,00	10.613,39	0,00	0,00	10.613,39
Administração Direta	0,00	252.000,00	0,00	252.000,00	0,00	10.613,39	0,00	0,00	10.613,39
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	252.000,00	0,00	252.000,00	0,00	10.613,39	0,00	0,00	10.613,39
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Indireta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXECUTIVO (Intra-Orçamentária)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Intra-Orçamentária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LEGISLATIVO (Intra-Orçamentária)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Intra-Orçamentária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
b)RESTO PAGAR(INTRA-ORÇ.)(II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	252.000,00	0,00	252.000,00	0,00	10.613,39	0,00	0,00	10.613,39

FONTE:

SECRETARIA DE GABINETE
ANEXO V

MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53,

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	JAN A DEZ 2014	JAN A DEZ 2014
a) RECEITAS PREV-RPPS(EXCETO INTRA-ORÇ.)(I)	2.090.000,00	3.933.000,00	591.975,59	1.713.782,76	2.099.774,63
RECEITAS CORRENTES	2.090.000,00	3.933.000,00	591.975,59	1.713.782,76	2.099.774,63
Receita de Contribuições	986.000,00	1.057.000,00	148.827,77	585.186,42	463.940,96
Pessoal Civil	957.000,00	1.057.000,00	148.827,77	585.186,42	448.258,41
Contribuição de Servidor Ativo Civil	945.000,00	1.046.000,00	148.827,77	585.186,42	448.258,41
Contribuição de Servidor Inativo Civil	6.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Pensionista Civil	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	1.861,33
Compensação Prev. entre o RGPS e o RPPS	29.000,00	0,00	0,00	0,00	13.821,22
Receita Patrimonial	1.104.000,00	2.836.000,00	443.147,82	1.128.596,34	1.635.833,67
Receita Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	1.104.000,00	2.836.000,00	443.147,82	1.128.596,34	1.635.833,67
Outras Receitas Correntes	0,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
b) RECEITAS PREV-RPPS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	1.910.000,00	1.361.000,00	215.915,15	816.365,05	860.392,67
REPASSES PREV. PARA COBERTURA DE DÉFICIT (III)	553.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS APORTES AO RPPS (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	163.406,47
TOTAL DAS RECEITAS PREV-RPPS (V)=(I+II+III+IV)	4.553.000,00	5.294.000,00	807.890,74	2.530.147,81	3.123.573,77

DESPESA PREVIDENCIÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	JAN A DEZ 2014	JAN A DEZ 2014
c) DESPESAS PREV-RPPS(EXCETO INTRA-ORÇ)(VI)	1.280.470,00	1.280.470,00	269.978,47	983.686,07	520.240,69
ADMINISTRAÇÃO	239.470,00	239.470,00	27.323,17	134.865,44	115.999,07
Despesas Correntes	234.470,00	234.470,00	27.323,17	129.008,50	115.999,07
Despesas de Capital	5.000,00	5.000,00	0,00	5.856,94	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.041.000,00	1.041.000,00	242.655,30	848.820,63	404.241,62
Pessoal Civil	1.041.000,00	1.041.000,00	242.655,30	848.820,63	404.241,62
Aposentadorias	600.000,00	600.000,00	150.619,93	513.728,69	209.317,72
Pensões	250.000,00	250.000,00	56.221,41	209.223,60	128.416,54
Outros Benefícios Previdenciários	191.000,00	191.000,00	35.813,96	125.868,34	66.507,36
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Prev de A posen. entre o RPPS e o	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Prev de Pensões entre o RPPS e o	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREV-RPPS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS(VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREV-RPPS(IX)=(VI+VII+VIII)	1.280.470,00	1.280.470,00	269.978,47	983.686,07	520.240,69
RESULTADO PREV.(X)=(V-IX)	3.272.530,00	4.013.530,00	537.912,27	1.546.461,74	2.603.333,08

SALDO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS E INVESTIMENTOS DO RPPS	3º BIM/2013	PERÍODO REFERÊNCIA	
		2012	2013
Caixa	0,00	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	170.371,89	7.869,81	117.965,62
Investimentos	10.856.480,73	13.153.623,86	12.184.736,65

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	JAN A DEZ 2014	JAN A DEZ 2014
RECEITAS CORRENTES	1.910.000,00	1.361.000,00	215.915,15	816.365,05	860.392,67
Receita de Contribuições	1.910.000,00	1.361.000,00	215.915,15	816.365,05	860.392,67
Pessoal Civil	1.357.000,00	1.361.000,00	215.915,15	816.365,05	696.986,20
Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil	1.345.000,00	1.350.000,00	215.915,15	816.365,05	696.986,20
Contribuição Patronal de Servidor Inativo Civil	6.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal de Pensionista Civil	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições Previdenciárias	553.000,00	0,00	0,00	0,00	163.406,47
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO.

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53,

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	JAN A DEZ 2014	JAN A DEZ 2014
TOTAL DAS RECEITAS PREV. INTRA-ORÇAMEN.	1.910.000,00	1.361.000,00	215.915,15	816.365,05	860.392,67

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Jan a Ago 2013	Jan a Ago 2012
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREV INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

SECRETARIA DE GABINETE
ANEXO VI

MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE JANEIRO-DEZEMBRO

RREO - Anexo VI (LRF, Art. 53, inciso III)

ESPECIFICAÇÃO	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (a)	Em 30 Nov 2014	Em 31 dez 2014
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	6.484.700,10	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	15.743.337,78	15.208.698,66	15.238.958,78
Ativo Disponivel	15.995.337,78	15.208.698,66	15.238.958,78
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	252.000,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-9.258.637,68	-15.208.698,66	-15.238.958,78
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0.00	0.00	0.00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	1.807.647,04	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	**-11.066.284,72**	**-15.208.698,66**	**-15.238.958,78**

ESPECIFICAÇÃO	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (c - b)	Jan a Ago 2013 (c - a)
RESULTADO NOMINAL	-30.260,12	-4.172.674,06

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

ESPECIFICAÇÃO	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (a)	Em 30 Jun 2013 (b)	Em 31 Ago 2013 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	13.161.493,67	12.336.483,75	12.302.702,27
Ativo Disponivel	13.161.493,67	12.336.483,75	12.302.702,27
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VI - VII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (VIII - IX)	**0,00**	**0,00**	**0,00**

FONTE:

SECRETARIA DE GABINETE
ANEXO VII

MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO.

RREO - Anexo VII (LRF, Art. 53, inciso III)

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	JAN A DEZ 2014	JAN A DEZ 2014
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	42.909.135,62	6.519.273,14	25.255.140,09	23.082.563,51
Receita Tributária	3.843.000,00	695.547,53	3.324.279,43	2.341.590,46
IPTU	583.000,00	65.741,10	591.244,80	463.883,88
ISS	1.480.000,00	297.734,27	1.069.811,77	772.974,63
ITBI	780.000,00	149.670,38	897.704,95	514.458,92
IRRF	825.000,00	141.300,80	496.569,92	428.806,60
Taxas	175.000,00	41.100,98	268.947,99	161.466,43
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Contribuições	5.876.000,00	600.045,92	2.267.499,22	2.058.595,64
Receita Previdenciária	4.836.000,00	364.742,92	1.401.551,47	1.324.333,63
Outras Contribuições	1.040.000,00	235.303,00	865.947,75	734.262,01
Receita Patrimonial Líquida	5.672.000,00	443.147,82	1.128.596,34	1.635.833,67
Receita Patrimonial	5.909.410,00	480.215,27	1.264.189,36	1.743.796,68
(-) Aplicações Financeiras	237.410,00	37.067,45	135.593,02	107.963,01
Transferências Correntes	26.584.700,00	4.671.074,47	18.132.742,45	16.516.299,34
FPM	9.120.000,00	1.245.990,89	5.878.694,82	5.086.973,87
ICMS	5.772.000,00	1.078.307,03	3.662.205,45	3.138.250,78
Outras Transferências Correntes	11.692.700,00	2.346.776,55	8.591.842,18	8.291.074,69
Demais Receitas Correntes	933.435,62	109.457,40	402.022,65	530.244,40
Dívida Ativa	762.600,00	83.175,12	351.655,74	391.455,13
Receitas Correntes Diversas	170.835,62	26.282,28	50.366,91	138.789,27
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens (V)	110.000,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	10.282.510,20	2.215.051,44	3.551.451,94	2.496.309,09
Convênios	7.750.510,20	2.215.051,44	3.346.451,94	1.829.520,09
Outras Transferências de Capital	2.532.000,00	0,00	205.000,00	666.789,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	10.282.510,20	2.215.051,44	3.551.451,94	2.496.309,09
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	**53.191.645,82**	**8.734.324,58**	**28.806.592,03**	**25.578.872,60**

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	JAN A DEZ 2014	JAN A DEZ 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	37.980.940,29	6.791.350,00	23.650.952,91	18.498.480,21
Pessoal e Encargos Sociais	19.989.027,95	3.248.195,32	13.023.563,23	9.799.673,05
Juros e Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	17.991.912,34	3.543.154,68	10.627.389,68	8.698.807,16
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	37.980.940,29	6.791.350,00	23.650.952,91	18.498.480,21
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	9.152.999,71	1.197.208,05	3.298.698,83	2.721.563,62
Investimentos	8.238.736,16	1.095.112,21	2.620.701,28	2.417.179,39
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital Já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	914.263,55	102.095,84	677.997,55	304.384,23
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII -	8.238.736,16	1.095.112,21	2.620.701,28	2.417.179,39
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	4.546.530,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS (XVII)	4.566.530,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	**55.332.736,45**	**7.886.462,21**	**26.271.654,19**	**20.915.659,60**
RESULTADO PRIMÁRIO XIX = (VII - XVIII)	**-2.141.090,63**	**847.862,37**	**2.534.937,84**	**4.663.213,00**
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	**-**	**-**	**0,00**	**-**

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

FONTE:

SECRETARIA DE GABINETE
ANEXO I

MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZSEMBRO 2014/BIMESTRE JULHO-AGOSTO.

LRF-Cidadão - 9.31 - 06/10/14

RREO, Anexo I (LRF 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Jan a Ago 2013 (c)	% (c/a)	
A) RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	48.924.055,82	50.817.055,82	8.506.877,13	16,74	27.879.186,25	54,86	22.937.869,57
1.0.0.0.00.00 - RECEITAS CORRENTES	38.531.545,62	40.424.545,62	6.291.825,69	15,56	24.327.734,31	60,18	16.096.811,31
1.1.0.0.00.00 - RECEITA TRIBUTÁRIA	3.843.000,00	3.843.000,00	695.547,53	18,10	3.324.279,43	86,50	518.720,57
1.1.1.0.00.00 - Impostos	3.668.000,00	3.668.000,00	654.446,55	17,84	3.055.331,44	83,30	612.668,56
1.1.2.0.00.00 - Taxas	175.000,00	175.000,00	41.100,98	23,49	268.947,99	153,68	-93.947,99
1.1.3.0.00.00 - Contribuição De Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.0.0.00.00 - RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	3.043.000,00	3.154.000,00	384.130,77	12,18	1.451.134,17	46,01	1.702.865,83
1.2.1.0.00.00 - Contribuições Sociais	2.043.000,00	2.154.000,00	148.827,77	6,91	585.186,42	27,17	1.568.813,58
1.2.2.0.00.00 - Contribuições Econômicas	1.000.000,00	1.000.000,00	235.303,00	23,53	865.947,75	86,59	134.052,25
1.3.0.0.00.00 - RECEITA PATRIMONIAL	4.177.410,00	5.909.410,00	480.215,27	8,13	1.264.189,36	21,39	4.645.220,64
1.3.1.0.00.00 - Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.2.0.00.00 - Receitas De Valores Mobiliários	237.410,00	237.410,00	37.067,45	15,61	135.593,02	57,11	101.816,98
1.3.3.0.00.00 - Receita De Concessões E Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.9.0.00.00 - Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.0.0.00.00 - RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.1.0.00.00 - Receita Da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.2.0.00.00 - Receita Da Produção Animal E Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.9.0.00.00 - Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.0.0.00.00 - RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2.0.00.00 - Receita Da Indústria De Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3.0.00.00 - Receita Da Indústria De Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.9.0.00.00 - Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.6.0.0.00.00 - RECEITA DE SERVIÇOS	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
1.7.0.0.00.00 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	26.534.700,00	26.584.700,00	4.622.474,72	17,39	17.886.108,70	67,28	8.698.591,30
1.7.2.0.00.00 - Transferências Intergovernamentais	25.696.700,00	25.746.700,00	4.285.012,94	16,64	17.152.919,80	66,62	8.593.780,20
1.7.3.0.00.00 - Transferências De Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.4.0.00.00 - Transferências Do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.5.0.00.00 - Transferências De Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.6.0.00.00 - Transferências De Convênios	838.000,00	838.000,00	337.461,78	40,27	733.188,90	87,49	104.811,10
1.7.7.0.00.00 - Transferências para combate à fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.0.0.00.00 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	893.435,62	893.435,62	109.457,40	12,25	402.022,65	45,00	491.412,97
1.9.1.0.00.00 - Multas E Juros De Mora	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.2.0.00.00 - Indenizações E Restituições	66.835,62	66.835,62	2.164,48	3,24	4.452,42	6,66	62.383,20
1.9.3.0.00.00 - Receita Da Dívida Ativa	762.600,00	762.600,00	83.175,12	10,91	351.655,74	46,11	410.944,26
1.9.9.0.00.00 - Receitas Correntes Diversas	64.000,00	64.000,00	24.117,80	37,68	45.914,49	71,74	18.085,51
2.0.0.0.00.00 - RECEITAS DE CAPITAL	10.392.510,20	10.392.510,20	2.215.051,44	21,31	3.551.451,94	34,17	6.841.058,26
2.1.0.0.00.00 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.1.0.00.00 - Operações De Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.2.0.00.00 - Operações De Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.0.0.00.00 - ALIENAÇÃO DE BENS	110.000,00	110.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	110.000,00
2.2.1.0.00.00 - Alienação De Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.2.0.00.00 - Alienação De Bens Imóveis	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
2.3.0.0.00.00 - AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.0.0.10.00 - Amortização De Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.0.0.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	10.282.510,20	10.282.510,20	2.215.051,44	21,54	3.551.451,94	34,54	6.731.058,26
2.4.2.0.00.00 - Transferências Intergovernamentais	2.532.000,00	2.532.000,00	0,00	0,00	205.000,00	8,10	2.327.000,00
2.4.3.0.00.00 - Transferências De Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.4.0.00.00 - Transferências Do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.5.0.00.00 - Transferências De Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.6.0.00.00 - Transferências de outras instituições públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.7.0.00.00 - Transferências De Convênios	7.750.510,20	7.750.510,20	2.215.051,44	28,58	3.346.451,94	43,18	4.404.058,26
2.4.8.0.00.00 - Transferências para combate à fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.0.0.00.00 - OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.2.0.00.00 - Integralização Do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.4.0.00.00 - Remuneração Das Disponibilidades Do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.5.0.00.00 - Receita da dívida ativa proveniente da amortização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.6.0.00.00 - Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SUB TOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	52.748.055,82	54.092.055,82	8.722.792,28	16,13	28.695.551,30	53,05	25.396.504,52
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO(IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUB TOTAL COM REFINANCIAMENTO(V) = (III+IV)	52.748.055,82	54.092.055,82	8.722.792,28	16,13	28.695.551,30	53,05	25.396.504,52
DÉFICIT(VI)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL(VII) = (V+VI)	52.748.055,82	54.092.055,82	8.722.792,28	16,13	28.695.551,30	53,05	25.396.504,52
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	35.600.996,90	-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	CRÉDITOS ADICIONAIS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO
				No Bimestre		No Bimestre		%	
	(a)	(b)	(c)=(a+b)	(d)		(f)		(g/c)	(c-g)
C) DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	47.235.994,10	-192.000,00	47.043.994,10	8.333.623,79	29.875.789,46	7.729.041,94	25.933.096,18	55,13	21.110.897,92
DESPESAS CORRENTES	32.407.666,25	3.942.674,04	36.350.340,29	6.492.502,40	25.384.526,36	6.531.833,89	22.713.350,40	62,48	13.636.989,89
Pessoal e Encargos Sociais	17.676.326,25	682.101,70	18.358.427,95	3.021.430,37	12.300.732,15	2.988.679,21	12.085.960,72	65,83	6.272.467,23
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	14.731.340,00	3.260.572,34	17.991.912,34	3.471.072,03	13.083.794,21	3.543.154,68	10.627.389,68	59,07	7.364.522,66
DESPESAS DE CAPITAL	3.995.267,85	-2.414.674,04	1.580.593,81	1.841.121,39	4.491.263,10	1.197.208,05	3.219.745,78	203,70	-1.639.151,97
Investimentos	10.682.410,20	-2.443.674,04	8.238.736,16	1.841.121,39	3.689.750,24	1.095.112,21	2.620.701,28	31,81	5.618.034,88
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	-6.687.142,35	29.000,00	-6.658.142,35	0,00	801.512,86	102.095,84	599.044,50	-9,00	-7.257.186,85
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	6.266.530,00	-1.720.000,00	4.546.530,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.546.530,00
RESERVA DO RPPS	4.566.530,00	0,00	4.566.530,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.566.530,00
D) DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	1.438.600,00	192.000,00	1.630.600,00	259.516,11	937.602,51	259.516,11	937.602,51	57,50	692.997,49
SUB TOTAL DAS DESPESAS(X)=(VIII+IX)	48.674.594,10	0,00	48.674.594,10	8.593.139,90	30.813.391,97	7.988.558,05	26.870.698,69	55,20	21.803.895,41
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO(XI)	7.572.405,90	0,00	7.572.405,90	0,00	78.953,05	0,00	78.953,05	1,04	7.493.452,85
Amortização da Dívida Interna	7.572.405,90	0,00	7.572.405,90	0,00	78.953,05	0,00	78.953,05	1,04	7.493.452,85
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	7.572.405,90	0,00	7.572.405,90	0,00	78.953,05	0,00	78.953,05	1,04	7.493.452,85
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X+XI)	56.247.000,00	0,00	56.247.000,00	8.593.139,90	30.892.345,02	7.988.558,05	26.949.651,74	47,91	29.297.348,26
SUPERAVIT(XIII)	-	-	-	-	-	-	1.745.899,56	-	-
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	56.247.000,00	0,00	56.247.000,00	8.593.139,90	30.892.345,02	7.988.558,05	28.695.551,30	51,02	27.551.448,70

FONTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

TERMO DE ADESÃO-COOPERAÇÃO AO SISTEMA INTEROPERÁVEL DE INFORMAÇÕES GEORREFERENCIADAS DO ESTADO DE MATO GROSSO (SIIGEO)

Através deste Termo de Adesão/cooperação formalizo a participação da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte - MT no SIIGEO, conforme as normas instituídas pelo grupo temático continuado e pelo COSINT – Resolução N. 002/2010.

Ressalto que o Departamento de Tributação, Cadastro e Fiscalização será o representante desta prefeitura, bem como designará a infra-estrutura necessária para disponibilizar as informações georreferenciadas no Portal do SIIGEO e em conformidade com os padrões legalmente instituídos.

Na oportunidade, indico os representantes oficiais desta prefeitura, técnicos do quadro efetivo do município.

EQUIPE TÉCNICA

1 - **Nome:** Darci Rene Monteiro *CPF:*348.776.570-53

Cargo: Engenheiro Civil

Telefones (com/res/cel): (66) 8412-0308

Correio Eletrônico: engedar@yahoo.com.br

2 - **Nome:** Rosinaldo Camargo Lopes **CPF:** 009.400.771-32

Cargo: Fiscal de Tributos

Telefones (com/res/cel):

(66) 8416-7662

Correio Eletrônico: rosinaldonhn@hotmail.com

3 - Nome:Juliano Gamba CPF: 019.794.091-96

Cargo: Secretário de Finanças e Orçamentos

Telefones (com/res/cel): (66)8413-0019

Correio Eletrônico: licitacaonhn@hotmail.com

4 - Nome: Anderson Ribeiro da Silva CPF: 825.414.341-20

Cargo: Apoio Administrativo Educacional(vigilante) e prestador de serviços para esta prefeitura de manutenção de computadores, redes internas de servidor e rede de internet, através de uma empresa terceirizada.

Telefones (com/res/cel): (66) 8420-9950

Correio Eletrônico: Anderson1@hotmail.com

Tenho ciência:

Do Modelo de Gestão que preconiza os seguintes princípios:

Transparência – Parceria – Racionalização dos recursos e que diante destes far-se-ão todos os esforços desta prefeitura no sentido de cumpri-los.

Novo Horizonte do Norte – MT, 01 Abril de 2015

_____

João Antonio de Oliveira

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº. 02/ 2015 - CMDCA.

"Dispõe sobre a Criação da Comissão Especial do Processo de Eleição do Conselho Tutelar.

O **Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de** Novo Horizonte do Norte, em reunião ordinária no dia 01 de abril de 2015, registrada em Ata nº 14/2015, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei nº. 143/1991.

RESOLVE:

Art. 1º - Criar a Comissão Especial do Processo de Eleição do Conselho Tutelar

Art. 2º - A Comissão terá atribuição principal de realização do Processo de Escolha que compreende: realizar reuniões, analisar os pedidos de registro de candidatura, e dar publicidade à relação de inscritos, elaborarem calendário prevendo etapas, cronograma, regulamentos, infraestrutura e todas as providências necessárias para sua execução.

Art. 3º- Fica criada a Comissão Especial Composta pelos seguintes membros:

TITULARES

1.Juarez Cirino de Souza 2.Nadir Aparecida Rodrigues da Silva 3.Aureligia dos Prazeres Mesquita 4.Maria Aparecida de Souza

SUPLENTES

1.Margarete Farias Leite Gonçalves 2.Noeli Terezinha Schuck de Souza 3.Helio Bezerra 4.Luzimar da Silva Caires

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Novo Horizonte do Norte, 01 de abril de 2015.

_____

Nadir Aparecida Rodrigues da Silva

Presidente

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

PORTARIA Nº 074/2015

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, resolve:

Artigo 1º- Conceder 30 (trinta) dias de férias ao servidor: **CLAUDEMIR BARBOSA SOARES,** brasileiro, maior, portador do RG: nº 12904643 SSP/MT e do CPF: nº 908.524.351-34, lotado na **Secretaria Municipal de Saúde** no cargo de **Técnico de Enfermagem,** referente ao período de 2014/2015, a partir de 01/04/2015 a 30/04/2015, retornando no dia 01/05/2015.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor n data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, em 01 de abril de 2015.

João Antonio de Oliveira

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 071/2015

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte /MT, no uso de suas atribuições que, Confere-lhe o Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município, resolve:

Artigo 1º - Exonerar a pedido a servidora **Joana da Costa** brasileira, maior, portadora do RG: nº 1538505-1 SSP/MT e do CPF nº 970.266.381-49, do cargo efetivo de **Monitora de Creche** lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, 01 de abril de 2015.

JOÃO ANTONIO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 072/2015

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte /MT, no uso de suas atribuições que, Confere-lhe o Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município, resolve:

Artigo 1º - Nomear a Srª. **Joana da Costa** brasileira, maior, portadora do RG. Nº. 1538505-1 SSP/MT e do CPF Nº 970.266.381-49, para exercer o cargo de **Professora** conforme aprovação e classificação no concurso público municipal realizado no dia 08 de setembro de 2013.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, em 01 de abril de 2015.

JOÃO ANTONIO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 073/2015

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, resolve:

Artigo 1º- Nos termos dos arts. 73 e 84, § 1º, da Lei nº 429/98 de 15 de dezembro de 1998 – que Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Novo Horizonte do Norte, autorizo a partir desta data 01 de abril de 2015, o retorno do servidor **Manuel Francelino da Silva Neto**, portador do RG: nº 1582899-9 SSP/MT e CPF:nº 912.817.331-72 aocargo de **Motorista I**, que encontrava-se em Licença sem Remuneração por um período de 02 (dois) anos.

Artigo 2º- Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, 01 de abril de 2015.

JOÃO ANTONIO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 013/2015.

"Estabelece ponto facultativo nas repartições públicas de Novo Mundo/MT".

O *EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL* de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, e em obediência ao que disciplina a Legislação,

Considerando, que no dia 03 (três) de Abril do corrente ano, sexta-feira, é feriado nacional da Paixão de Cristo e o Domingo subsequente, dia 05 (cinco) de Abril é a Páscoa;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica estabelecido **PONTO FACULTATIVO**, nas Repartições Públicas no âmbito do Município de Novo Mundo/MT, no dia 02 (dois) de Abril de 2014 (quinta-feira).

Parágrafo Único - Fica sob a responsabilidade dos respectivos Secretários Municipais e/ou Chefes, nas repartições onde haja as prestações dos serviços considerados essenciais, a determinação de funcionamento especial ou se for o caso da manutenção de funcionamento normal do órgão no mesmo dia mencionado no **caput.**

Art. 2º

- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos 31 de Março de 2015.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

JOSÉ HÉLIO RIBEIRO DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 11/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO – MT.

CONTRATADA: ACPI ACESSORIA, CONSULTORIA, PLANEJAMENTO E INFORMATICA LTDA – ME.

CNPJ: 36.879.070/0001-09

VALOR GLOBAL R$: 8.000,00 (OITO MIL REAIS)

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE INSTRUMENTO É A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS PARA ADEQUAÇÃO TEXTUAL DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO E

DA PLANTA GENÉRICA DE VALORES DO M²T, M²E E SEUS FATORES CORRETIVOS.

VIGÊNCIA:

03/03/2015 a 03/06/2015.

Novo Santo Antonio – MT, em 03 de Março de 2015.

EDUARDO PENNO

Prefeito Municipal

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 05/2015

Objeto	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos especializados de Assessoria Administrativa
Favorecido	**OPÇÃO PAPELARIA ALTO BOA VISTA LTDA- ME**, CNPJ: 08. 766.959/0001-44.
Prazo de vigência	12 (Doze) Meses
Valor global	R$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais)
Fundamento Legal	Artigo 24, inciso II, caput da Lei nº. 8.666/93
Justificativa	Anexa aos autos do processo.

Ratificamos a Dispensa de Licitação nº. 05/2015 em consonância com a justificativa apresentada pela Comissão Permanente de Licitação e Parecer Jurídico, nos termos do artigo 26 da Lei nº. 8.666/93 e suas atualizações.

Novo Santo Antonio/MT – MT, 31 de Março de 2015.

_____

EDUARDO PENNO

Prefeito Municipal

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 04/2015.

OBJETO: contratação de Empresa para Ministrar Cursos atendendo os Grupos do Serviço de Convivência de Vínculo (SCFV) do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), durante um período de 8 (oito) meses

FAVORECIDOS: **WELLINGTON WANDERLEY SILVA**; inscrita no **CNPJ:** 21.380.036/0001-18

VALOR GLOBAL: R$ 16.000,00 (dezesseis mil reais)

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 25 inciso II da Lei n.º 8.666/93 e suas atualizações.

JUSTIFICATIVA: Anexa aos autos Processo 13/2015, Inexigibilidade de Licitação n. º 04/2015.

Ratifico a Inexigibilidade de Licitação em consonância com a justificativa apresentada de acordo com o parecer constante dos autos do Processo 13/2015, inexigibilidade n° 04/2015, nos termos do artigo 26 da Lei n° 8. 666/93 e suas alterações posteriores.

Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio-MT, 31 de Março de 2015.

Eduardo Penno

Prefeito Municipal

ORDEM DE SERVIÇO

O MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTONIO, ESTADO DE MATO GROSSO, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, REPRESENTADO PELO EXMO SR. PRFEITO MUNICIPAL EDUARDO PENNO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, EXPEDE A SEGUINTE:

ORDEM DE SERVIÇO

I – Fica autorizada a Empresa **SOLUTIONS CORP ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA EPP, CNPJ: 07.461.414/0001-67**, vencedora do processo licitatório realizado na modalidade de Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº. 03/2014, de interesse desta municipalidade, a executar o seu objeto, ou seja, a construção do Sistema abastecimento e distribuição de Água, no município de Novo Santo Antônio /MT, de acordo com as especificações do projeto e memorial descritivo e do edital de licitação.

.

II – A presente ordem de serviço tem caráter legal e imediato de modo que a lei, o interesse público e o Edital de Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº. 03/2014, sejam efetivamente cumpridos.

III – A expedição desta Ordem de Serviço é decorrente da homologação da referida licitação.

Registre, Afixe-se, Publique-se e Notifique-se.

Novo Santo Antonio – MT. 24 de Março de 2015.

EDUARDO PENNO

Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 15/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO – MT.

CONTRATADO: J. N. AMURIM & CIA LTDA - EPP.

CNPJ: 05.880.887/0001-73

PRAZO: 12 (DOZE) MESES.

OBJETO:

O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO CONTRATUAL DO CONTRATO ORIGINAL Nº 15/2014 POR 1(UM) ANO; ALTERA A QUANTIDADE INICIAL DO ITEM 1(UM) DA RELAÇÃO CONSTANTE DA CLÁUSULA PRIMEIRA DO CONTRATO E 25% OU SEJA A QUANTIDADE SERÁ AUMENTADA EM 11.150 LITROS DE GASOLINA COMUM; REVISA OS PREÇOS DOS ITENS 1 E 2 (GASOLINA COMUM E ÓLEO DIESEL) PARA R$:4,08 (QUATRO REAIS E OITO CENTAVOS) PARA GASOLINA E R$: 3,36 (TRÊS REAIS E TRINTA E SEIS REAIS) PARA O ÓLEO DIESEL.

VIGÊNCIA: 12/03/2015 A 12/03/2016

Novo Santo Antonio – MT, em 09 de Março 2015.

EDUARDO PENNO

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 12/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO – MT.

CONTRATADO: M. S. CLAUDIO-ME

CNPJ: 11.455.181/0001-67

VALOR GLOBAL R$: 125.000,00 (CENTO E VINTE CINCO MIL REAIS)

OBJETO: ESTE CONTRATO TEM POR OBJETO A “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PROMOÇÃO DE EVENTOS PARA A REALIZAÇÃO DE SHOWS REGIONAIS E NACIONAL PARA A REALIZAÇÃO DO 50º FESTEJO DE NOVO SANTO ANTONIO, NO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTONIO, QUE SERÁ REALIZADO DO DIA 04 A 13 JUNHO DE 2015.

VIGENCIA: 12/03/2015 A 13/06/2015.

Novo Santo Antonio – MT, em 12 de Março de 2015.

EDUARDO PENNO

Prefeito Municipal

ATO DE HOMOLOGAÇÃO

MODALIDADE: CONCORRENCIA PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA 03/2014.

PROCESSO: Nº 048/2014

OBJETO: A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, PARA A CONSTRUÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO /MT, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES DO PROJETO E MEMORIAL DESCRITIVO CONSTANTE DO EDITAL.

O Senhor EDUARDO PENNO, Prefeito Municipal de Novo Santo Antonio, Estado de Mato Grosso, usando das suas atribuições que lhes são inerentes, respeitados os princípios legais correlatos, profere o seguinte ato de HOMOLOGAÇÃO.

I – O certame aberto pela Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio /MT, quanto aos atos praticados, verificou-se que foram realizados em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e o edital, conhecendo-se como legais, legítimos e válidos.

II - Quanto à convivência do processo Licitatório, constatou-se que os recursos para cobertura das despesas oriundas da presente licitação estão consignados no Orçamento do Município e serão empenhadas de acordo com as Medições.

III - Diante do exposto, observando-se as formalidades para efeito de adjudicação, considerando os atos do certame como válidos e convenientes ao interesse público, HOMOLOGO o Processo Licitatório nº. 048/2014 Concorrência nº. 03/2014, que tem por objetivo: A PRESENTE CONCORRÊNCIA TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, PARA A CONSTRUÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO /MT, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES DO PROJETO E MEMORIAL DESCRITIVO CONSTANTE DO EDITAL DE LICITAÇÃO, em nome da vencedora abaixo discriminada:

IV-Empresa: **SOLUTIONS CORP ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA EPP, CNPJ: 07.461.414/0001-67**; no valor Global de R$ 2.293.255,13 (dois milhões duzentos e noventa e três mil duzentos e cinquenta e cinco reais e treze centavos), para que a Ata nela proferida produza os efeitos jurídicos e legais.

Dê-se ciência aos interessados, observando as prescrições legais.

NOVO SANTO ANTONIO-MT, 23 de Março de 2015.

_____

EDUARDO PENNO

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO DE EMPREITADA N.º14/2015

PROCESSO N°.48/2014 - Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia N° 03/2014

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 24 de Março de 2015

CONTRATANTE: Município de Novo Santo Antônio - MT, pessoa jurídica de direito interno, com sede à Avenida 29 de Setembro, S/N, inscrito no CNPJ/MF n.º 04.199.966/0001-50, neste ato devidamente representado pelo Senhor Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Eduardo Penno, brasileiro, casado, Policial civil, residente e domiciliado nesta cidade, portador do CPF n. º CPF n.º 785.333.411-72 e RG sob n.º4001710/2ª VIA-DGPC-GO, residente e domiciliado nesta cidade de Novo Santo Antônio estado do Mato grosso.

CONTRATADA: **SOLUTIONS CORP ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA – EPP OBJETO:** O Presente Contrato de **EMPREITADA GLOBAL DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO - MT, *em atenção ao Termo de Compromisso n° TC/PAC 0411/2014 - FUNASA***.

RECURSOS:

ORGÃO 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO

UNIDADE 03 – DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO

PROJ/ATIV. 1.070 – CONST. E AMPL. DA REDE DE ABASTECIMENTO DE AGUA

ELEMENTO DE DESPESA 191 – 4.4.90.51.00.00.00.00 OBRAS E INSTALAÇÕES

**VALOR: R$** R$: 2.293.255,13 (Dois milhões, duzentos noventa e três mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e treze centavos).

FATURAMENTO: deverá ser apresentado, na sede da contratante, acompanhada de Certidão Negativa de INSS, FGTS, CNDT e Certidão Tributo Municipal.

APLICAÇÃO DE MULTA:

compete a Departamento de Administração da Contratante a aplicação de multas.

PRAZO DE CONCLUSÃO: 540 (quinhentos e quarenta) dias corridos a partir da emissão da ordem de serviços pelo Prefeito Municipal e Departamento de Engenharia e de acordo com o estabelecido no cronograma físico-financeiro.

PRAZO DE VIGENCIA : 720(setecentos e vinte) DIAS.

FORO: Comarca de São Félix do Araguaia, Estado do Mato Grosso.

EDUARDO PENNO

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 13/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO – MT.

CONTRATADO: ADÃO SOARES NOGUEIRA

CPF: 604.590.181-91

VALOR MENSAL R$: 1.500,00 (UM MIL E QUINHENTOS REAIS)

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO É A LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA INSTALAÇÃO DO CRAS, NESTE MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTONIO, ESTADO DE MATO GROSSO.

VIGÊNCIA:

12/03/2015 a 12/03/2016.

Novo Santo Antonio – MT, em 12 de Março de 2015.

EDUARDO PENNO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CT Nº 35-2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº 35/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO: Nº 20/2015.

PREGÃO PRESENCIAL: Nº 12/2015

Objeto**:** OBJETO DO PRESENTE CONTRATO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA NA APURAÇÃO DO ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVO SÃO JOAQUIM NA ARRECADAÇÃO DO ICMS A VIGORAR NO ANO SUBSEQUENTE AO ATUAL EXERCÍCIO.

Contratante: Município de Novo São Joaquim / Mato Grosso

Contratada: META CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA-ME.

Valor: R$ 18.000,00 (dezoito mil reais).

Período de vigência: 31/03/2015 à 31/03/2016.

Prazo de Entrega: 12 meses.

Fundamento legal: Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

Novo São Joaquim, 31 de Março de 2015.

LEONARDO FARIA ZAMPA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA

DEPARTAMENTO JURÍDICO
GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE CONVENIO 002/2015

TERMO DE CONVENIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA - MT E A ASSOCIAÇÃO PROJETO E POSSÍVEL SER FELIZ

O MUNICÍPIO DE PARANAITA/MT, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Alceu Rossi, s/n, Centro, inscrita no CNPJ/MT sob o nº. 03.239.043/0001-12, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor **ANTONIO DOMINGO RUFATTO**, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3224208 SSP/PR e do CPF/MF nº. 451.418.009-20, residente à Avenida Mato Grosso, nº. S/N, Cidade de Paranaita, Estado de Mato Grosso, doravante denominada **COOPERANTE,** e de outro lado a ASSOCIAÇÃO PROJETO E POSSÍVEL SER FELIZ**,** doravante denominada simplesmente **COOPERADA** inscrita no CNPJ sob nº 20.005.271/0001-47, estabelecida na AV CASTRO ALVES N°222 SETOR J ALTA FLORESTA-MT, neste ato representada pelo Senhor AMARILDO BARBOSA MARQUES,

brasileiro, estado civil CASADO, portador do RG nº 6.346.072-9 SSP/PR e inscrito no CPF sob nº 878.870.101-87, residente e domiciliado em AV CASTRO ALVES N°222 SETOR J ALTA FLORESTA-MT resolvem celebrar o presente TERMO DE CONVENIO, com fundamento na Lei n° 8.666/93 e suas alterações posteriores, contendo as seguintes cláusulas e condições, a seguir estipuladas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente projeto será constituído por oficinas profissionalizante destinado a adolescentes desenvolvendo o interesse pelo conhecimento e aperfeiçoamento profissional e a disseminar a cultura. O mesmo constitui de oficinas Palestras, Lazer e Esporte. Nela os adolescentes aprenderão através de manifestação artísticas, proporcionando o desenvolvimento do seu potencial, por meio do exercício, todo trabalho e baseado nas teorias construtivas, onde os adolescentes começam a aprender a partir de suas próprias vivencias, na busca pela melhoria da qualidade de vida, nas comu-

nidades de baixa renda , pretendendo tira-las da faixa de exclusão social. Estes adolescentes participaram de Palestras como Cidadania, sexualidade, drogas, DSTs , família, estatuto do Adolescente, etc. Alem desses pontos será dada ênfase ao acompanhamento da frequência e manutenção da media escolar; visando com isso a inclusão social e conter a crescente a evasão escolar, que tira grande parte desses adolescentes da escola no nosso município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

A COOPERANTE se compromete a:

1.Cumprir os objetivos deste instrumento;

2.Transferir os recursos financeiros para a execução do objeto deste Termo de Convenio de acordo com as especificações contidas no Cronograma de Desembolso, observada a sua disponibilidade financeira;

3.Dar publicidade ao Extrato do Termo de Convenio, como condição de eficácia, até o quinto dia útil do mês subsequente ao de sua assinatura, devendo esta ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias, a contar daquela data;

4.Exercer a prerrogativa de conservar a autoridade normativa e exercer controle e fiscalização sobre a execução, bem como de assumir ou transferir a responsabilidade pelo mesmo, no caso de paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer, de modo a evitar a descontinuidade do serviço.

5.Notificar a Cooperada, por eventual irregularidade na aplicação dos recursos liberados, caso seja detectado;

A COOPERADA se compromete a:

1.Executar direta e indiretamente, nos termos da legislação pertinente, os trabalhos necessários a consecução do objeto deste Termo de Convênios, observando sempre critérios de qualidade técnica, custos e prazos previstos;

2.A cooperada formara oficinas com aproximadamente 150 alunos divididas em turmas matutina e vespertina se alternando a cada cinco meses;

3.A Cooperada oferecera aos alunos café da manha e café da tarde alem de atividades recreativas;

4.A Cooperada oferecera Material Pedagógico como canetas, papel A4, borracha, livros, papel pardo, giz, apagador, quadro negro, papel oficio, cadernos,cola, cartolina papel amasso canetas, lápis de cor, apostilas, tesoura sem ponta, canetão ;

5.Indicar conta corrente para os recebimentos dos repasses destinados ao cumprimento do objeto do Termo de Convenio;

6.Manter arquivada a documentação comprobatória das despesas realizadas, ficando a disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 05 (cinco) anos;

7.Apresentar à COOPERANTE, prestação de contas Mensal dos recursos recebidos da COOPERANTE;

Parágrafo Único - A prestação da prestação de contas deverá ser apresentada até o décimo dia após o mês subseqüente do repasse. Somente será efetuado o novo repasse mensal mediante apresentação ao poder Executivo Municipal da prestação de contas correspondente ao mês anterior.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA AUTORIZAÇÃO LEGAL

O presente instrumento está autorizado pela Lei Municipal número 847/2015

O presente Termo de Convenio terá duração de 10 meses de Março a Dezembro de 2015

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente Termo de Cooperação Técnica terá duração de no período de Março a Dezembro 2015, partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, desde que devidamente justificados e anteriormente ao término da vigência.

O valor global do presente Termo de Cooperação Técnica é de R$ 3. 000,00 (três mil reais), mensais, perfazendo um valor anual de R$ 30. 000,00 (trinta mil reais), destinado ao atendimento do objeto deste convênio destinado a custear as despesas com os Adolescentes do Assentamento São Pedro no Município de Paranaíta/MT, no período de Março a Dezembro.

§ 1º – Para a consecução do objeto deste Termo de Convenio, a COOPERANTE transferirá os recursos as prestações de contas:

§ 2º- A liberação dos valores referidos no presente artigo será feita na ordem o 3.000,00 (três mil reais mensais).

§ 3º- A COOPERANTE fará o repasse mensal, em nome da COOPERADA.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros correspondentes à execução deste Termo de Convenio, correrão à conta de dotação prevista na Lei Orçamentária da COOPERANTE.

Para atender as despesas decorrentes da execução desta lei, serão utilizados os recursos orçamentários constantes na seguinte dotação 0434-13.001.08.244.0040.2042..3.3.90.41.00.00 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO

Objetivando garantir o permanente e contínuo acompanhamento das ações originárias dos objetivos deste Termo de Termo de Convenio, a fiscalização por parte da COOPERANTE ocorrerá pela Secretaria de ASSISTÊNCIA SOCIAL.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PROIBIÇÕES

1.Utilização de recursos em finalidade diversa da estabelecida no Plano de trabalho correspondente.

CLÁUSULA NONA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A Prestação de Contas dos recursos repassados será efetuada pela COOPERADA, devendo ser apresentada à COOPERANTE até a data final de cada mês.

Parágrafo Único - A prestação da prestação de contas deverá ser apresentada até o décimo dia após o mês subsequente do repasse, a prestação deverá seguir o modelo conforme planilhas em anexos ao Termo com fotos do projeto em execução, Somente será efetuado o novo repasse mensal mediante apresentação ao poder Executivo Municipal da prestação de contas correspondente ao mês anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES

O presente Termo de Termo de Convenio poderá ser alterado, de comum acordo, por meio de Termos Aditivos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA SUSTAÇÃO DO PAGAMENTO

A COOPERANTE poderá sustar o pagamento que a COOPERADA tenha direito nos seguintes casos:

1.Inadimplência da COOPERADA em qualquer das Cláusulas deste Termo de Convenio;

2.Não comprovação de gastos;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

O presente Termo de Convenio poderá ser denunciado por qualquer dos participes, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ou a qualquer tempo se ocorrer comprovado inadimplemento de qualquer de suas cláusulas ou condições nele estipuladas, especialmente no tocante a:

1.Utilização, pela COOPERADA, dos recursos financeiros repassados pela COOPERANTE em desacordo com os objetivos e condições estabelecidos neste instrumento de Termo de Convenio;

2.Falta de apresentação, pela COOPERADA, da prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES

Em caso de inadimplência por parte da COOPERADA, a COOPERANTE determinará o bloqueio dos recursos transferidos, sem prejuízo de outras sanções administrativas, civis e penais cabíveis, ressalvadas as exceções decorrentes de previsões legais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

De comum acordo fica eleito o Foro da Comarca de Paranaíta-MT, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo de Convenio, desde que não forem solucionadas amigavelmente.

E, por estarem cientes e de pleno acordo com todas as cláusulas e condições, as partes por si firmam o presente Termo de Convenio em 03 (três) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Paranaíta-MT, 03 de Março de 2015

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

PREFEITO DE PARANAÍTA

AMARILDO BARBOSA MARQUES

PRESIDENTE ASSOCIAÇÃO PROJETO E POSSÍVEL SER FELIZ

Testemunhas:

Nome: SELMA ARAGÃO RUFATTO NOME ANDREIA FABIANA DOS REIS

CPF: _____ CPF: _____

LICITAÇÃO
AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA, Estado de Mato Grosso, de acordo com as disposições da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, torna público o cancelamento da Licitação – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 015/2015, por interesse da Administração Municipal.

Paranaíta/MT, em 01 de Abril de 2015.

Lizandra Bertolini

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

EXTRATO CONTRATO 018/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA MT

EXTRATO DE CONTRATO Nº 018/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

CONTRATADA: SEBASTIÃO A. BENTO DA SILVA ME

CNPJ Nº. 20.320.249/0001-91

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA MANUTENÇÃO DE PRÉDIOS PUBLICOS DEVIDO AS TEMPESTADES NO MUNICIPIO DE PLANALTO DA SERRA – MT.

VALOR: R$2.100,00

VIGÊNCIA: 30 DIAS

ANGELINA BENEDITA PEREIRA

PREFEITA MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATO 019/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA MT

EXTRATO DE CONTRATO Nº 019/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

CONTRATADA: ELIAS DOURADO

CPF: 415.345.901-10

OBJETO: REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS BIOQUIMICO NA ANÁLISE QUIMICA DA AGUA DO SAAE DE PLANALTO DA SERRA -MT

VALOR: 2.352,00 (DOIS MIL TREZENTOS CINQUENTA DOIS REAIS)

VIGÊNCIA: 60(SESSENTA) DIAS

ANGELINA BENEDITA PEREIRA

PREFEITA MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATO 019/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA MT

EXTRATO DE CONTRATO Nº 019/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

CONTRATADA: GONÇALVES E CAMILO GONÇALVES – LABORATÓRIO DE ANÁLISES ÁGUA VIVA

CNPJ: 02.287.594/0001-99

OBJETO: REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ANÁLISE QUIMICA DA AGUA NOS TERMOS DE LEI ESPECIFICA DE CARATER PROFISSIONAL NA ÁREA DE QUIMICA ATINENTE A SUA FORMAÇÃO TECNO – CIENTIFICA COMPETINDO LHE SERVIÇOS RELATIVOS A ANÁLISES FISICAS QUIMICAS E BACTERIOLÓGICAS PARA CONTROLE DE QUALIDADE DA ÁGUA DO SAAE DE PLANALTO DA SERRA -MT

VALOR: 2.352,00 (DOIS MIL TREZENTOS CINQUENTA DOIS REAIS)

VIGÊNCIA: 60(SESSENTA) DIAS

ANGELINA BENEDITA PEREIRA

PREFEITA MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATO 017/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA MT

EXTRATO DE CONTRATO Nº 017/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

CONTRATADA: TEREZA MARIA MENDES

CPF: 536.432.161-49

OBJETO: A REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS DE LIMPEZA E COZINHA, NA CASA DE APOIO NA CIDADE DE CUIABÁ-MT.

VALOR: 6.000,00 (SEIS MIL REAIS)

VIGÊNCIA: 90(NOVENTA) DIAS

ANGELINA BENEDITA PEREIRA

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 087/2015

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO.

A SENHORA NILCE MARY LEITE, PREFEITA MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - Nomear os "**Membros do Conselho Municipal de Assistência Social",** conforme composição abaixo:

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Biênio-2015/2016

DIRETORIA

Presidente : Lucelene dos Santos Silva - CPF: 900.224.241.72 - Secretaria Municipal de Turismo.

Vice-Presidente

: Renata da Silva Martins - CPF: 031.102.711-33 - Secretaria de Assistência Social.

Tesoureiro: Sílvia Fátima da Silva - CPF: 362.429.931-04 – SISMUP.

Secretária: Cynthia Aparecida Eubank - RG: 03.078.42-6-SJ/MT – APAE.

Governamental

1-Secretaria de Educação.Titular: Carlos Guilherme dos Santos, CPF: 487.555.911-91.

Suplente: Mario Marcio Santos da Silva, CPF: 008.609.351-75.

2-Secretaria de Saúde.Titular: Marcia Gomes Ávilla, CPF: 51461633168.

Suplente: Amâncio Gomes de Arruda, CPF: 048.502.201-00.

3-Secretaria de Turismo. Titular: Vanderlei José Pimenta, CPF: 477.119.301.00.

Suplente: Jean Carlos do Nascimento, RG: 18.347.37-1 SSP/MT.

4-Secretaria de Agricultura.

Titular: Bruno Gellis Vieira, CPF: 069.814.489-98.

Suplente: Gonçalo Elias dos Santos, CPF: 630.255.151.04.

5- CREAS

Titular: Ana Paula Santana da Silva, CPF: 017.129.531-50.

Suplente: Jordana do Amaral Matos, CPF: 017.768.501-81.

6- CRAS

Titular: Lucelene dos Santos Silva, CPF: 900.224.241.72.

Suplente: Denner Anderson de Arruda, CPF: 050.576.131.97.

7- Secretaria da Assistência Social

Titular: Renata da Silva Martins, CPF: 031.102.711-33.

Suplente: Jucinéia Silva Araújo, CPF: 011.773.351-23.

Não Governamental

1-SISMUP

Titular: Silvia Fátima da Silva, CPF: 362.429.931-04.

Suplente: Aparecida Cristina da Souza e Silva CPF: 984.164.056-20.

2-Lar dos Idosos

Titular: Maria Catarina Brandão de Moraes, CPF: 915.761.721-04.

Suplente: Carmem Conceição de Oliveira Gaíva, CPF 551.549.561-68.

3-Colégio Nazaré

Titular: Lourdes Ribeiro de Morais, CPF: 376.380.331-91.

Suplente: Graziella Pereira Belic, CPF: 213.587.778-61.

4-APAE

Titular: Cynthia Aparecida Eubank de A. Volpato, RG: 03.078.42-6-SJ/MT.

Suplente: Marcelo Vicente de Campos, CPF: 352.620.011-49.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria Nº 151/2013.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 30 de março de 2015.

Nilce Mary Leite (Meire Adauto)

PREFEITA MUNICIPAL DE POCONÉ

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO N°01/2015

A Comissão Permanente de Licitação, da PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ, no exercício das atribuições que lhe confere a (o) Portaria N° 002/2015, de 09/01/2015, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 05/05/2015, às 08:30, Praça da Matriz s/n, POCONÉ - MT, a reunião de recebimento dos envelopes , conforme especificado no Edital de Licitação N° 01/2015, na Modalidade Tomada de Preço tipo "Técnica e Preço", para as contratação de serviços. Informamos aos interessados que o Edital encontra-se no site www.pmpocone.com.br.

Objeto tia Licitação: TOMADA DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE AGENCIA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA.

DIA DA ABERTURA: 05/05/2015 ÀS 08:30 HORAS.

POCONÉ - MT, 01 de Abril de 2015.

ERASMO PAULO DE LIMA

Pregoeiro

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO N° 16/2015

CONTRATO N.º 016/2015

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ**

Contratado: **NUNES GOLGO & ALVES SOCIEDADE DE ADVOGADOS, CNPJ 19.320.060/0001-10**.

Objeto: TEM POR OBJETIVO A TRANSFERÊNCIA DE EXPERTISE, ATRAVÉS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA REFERENTE À 'REVISÃO DA DÍVIDA FUNDADA PREVIDENCIÁRIA E AO FITO DE RECUPERAR CRÉDITOS E REDUZIR O ENDIVIDAMENTO DO MUNICÍPIO POCONÉ.

Dotação: 0088 – 04.001.04.123.0038.2082.33903900000 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SEC. MUNICIPAL DE FINANÇAS.

Valor Global: AD EXITUM (20% DO BENEFICIO DE CAIXA QUE VIER A OCORRER).

Período: 27/02/2015 e término em 27/02/2016

NILCE MARY LEITE

Prefeita Municipal de Poconé

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO N° 17/2015

CONTRATO N.º 017/2015

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ**

Contratado: **JOÃO DAVI DE OLIVEIRA**.

Objeto: O locador sendo legítimo proprietário e possuidor do imóvel localizado na Rua Weimar Torres, n° 237, apto 06, Bairro Cristo Rei, Cidade de Várzea Grande/MT, em cumprimento a decisão judicial que garante o tratamento com home care a paciente da Saúde, em atendimento da Secretaria Municipal de Saúde.

Dotação: 0284-07.002.10.122.0048.2033.339036000000 – promover o atendimento preventivo de saúde a população do município..

Valor Global: R$ 9.250,00(nove mil e duzentos e cinquenta reais)

Período: 31/03/2015 e término em 31/12/2015.

NILCE MARY LEITE

Prefeita Municipal de Poconé

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA

GABINETE
EXTRATO DE DECRETOS PREFEITURA ABRIL/2015

Decreto nº 0*51*/2015

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2015

Data: 01/04/2015

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 024/2015

"Decreta Ponto Facultativo municipal nas datas que menciona".

PEDRO VIEIRA, Presidente da Câmara Municipal de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º - Em decorrência do feriado do dia 03 de abril, sexta-feira Santa, não haverá expediente no dia 02 de abril de 2015, na Câmara de Pontes e Lacerda, considerando ser a quinta-feira Santa de tradição religiosa.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

PUBLIQUE-SE,

REGISTRE-SE,

CUMPRA-SE.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso, em 30 de março de 2015.

PEDRO VIEIRA

Vereador Presidente

RESULTADO PREGÃO N.023/2015

REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO N.º049/2015

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTCIOS PARA MERENDA ESCOLAR.

O Pregoeiro, regido pelo Decreto n.º 001/2015 da Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda/MT, no uso de suas atribuições legais, torna público aos interessados que o PREGÃO PRESENCIAL N.º 023/2015, cujo certame se deu às 08h do dia 01/04/2015; sagrou vencedora as empresas V N DOS SANTOS & CIA LTDA, vencedora dos itens 01,02,03,05,06,07,08,09,10,11,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,25,27,28,34,35,38,39,40,43,45,46,47,48,49,50,51,52,54,55,56,57,58,59,60,63 e 64, com valor total de R$590.748,00 (quinhentos e noventa mil e setecentos e quarenta e oito reais) e a COMERCIAL LUAR LTDA, vencedora dos itens 12,26,31,32,33,36,37,41,44,61 e 62, com valor total de R$26.841,80 (vinte e seis mil e oitocentos e quarenta e um reais e oitenta centavos). Maiores informações fone 0xx65 3266-2534, José Garcia dos Santos Neto ou site www.ponteselacerda.mt.gov.br ATA. Pontes e Lacerda/MT, 01 de abril de 2015.

José Garcia dos Santos Neto – Pregoeiro

GABINETE
EXTRATO DE CONTRATO MARÇO/ 2015

Contrato n.º 030/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de **Pontes e Lacerda**

Contratada: Empresa SUPERSOFT TREINAMENTO EM INFORMATICA EIRELI-EPP

Objeto: A CONTRATADA fornecerá para o CONTRATANTE, materiais permanentes para atender as unidades de saúde do Município, conforme especificações e quantitativos contidos no item 01 do processo de licitação na modalidade Pregão nº. 011/2015, vinculando-se a proposta apresentada e devidamente registrada na respectiva ata que passam a integrar o presente instrumento, independente de transcriçãoDisp. Gerais: Pregão nº. 011/2015Valor: R$ 15.180,00Data: 19/03/2015 Vigência: 31/12/2015

GABINETE
RETIFICAÇÃO

EM VIRTUDE DE FALHAS FORMAIS, RETIFICA-SE O CONTRATO ABAIXO RELACIONADO

*RETIFICA O CONTRATO 019/2015, DA EMPRESA INDIVIDUAL M.H. TOSTI-ME, ONDE-SE LÊ DISP. GERAIS: PREGÃO Nº. 003/2015****, PASSA A CONSTAR DISP. GERAIS:*** *PREGÃO Nº. 004/2015****.* PUBLICADO NO DIARIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS, NO DIA 16-03-14, EDIÇÃO 2185, PAG. 231**

GABINETE
DECRETO Nº. 052, DE 01 DE ABRIL DE 2015

"Declara ponto facultativo na data que menciona".

O Prefeito de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso, **DONIZETE BARBOSA DO NASCIMENTO,** no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado, em todo território do município, ponto facultativo na data de 02/04/2015 (quinta-feira), data que antecede ao feriado de Sexta-Feira Santa.

Art. 2º. O presente Decreto abrange a interrupção do atendimento ao público no Paço Municipal e a paralisação das secretarias municipais, à exceção dos serviços de caráter essenciais, que funcionarão mediante plantão.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda, em 01 de abril de 2015.

DONIZETE BARBOSA DO NASCIMENTO

Prefeito

RESULTADO PREGÃO N.016/2015

REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO N.º035/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE LABORATORIO DE ANALISES CLINICA PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE.

O Pregoeiro, regido pelo Decreto n.º 001/2015 da Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda/MT, no uso de suas atribuições legais, torna público aos interessados que o PREGÃO PRESENCIAL N.º 016/2015, cujo certame se deu às 09h do dia 23/03/2015; sagrou vencedora as empresas DIAGNOSTICOS SANTA LUIZA S/C LTDA, vencedora dos itens 03 A 10, 20,22,28,29,31,32 E 33, com valor total de R$56.050,00 (cinquenta e seis mil e cinquenta reais) e a LABORATORIO LIDER ANALISES CLINICAS LTDA-ME, vencedora dos itens 01,02,11 a 19, 21 a 27 e 30, com valor total de R$27.581,00 (vinte e sete mil e quinhentos e oitenta e um reis). Maiores informações fone 0xx65 3266-2534, José Garcia dos Santos Neto ou site

www.ponteselacerda.mt.gov.br ATA. Pontes e Lacerda/MT, 01 de abril de 2015.

José Garcia dos Santos Neto – Pregoeiro

PRORROGAÇÃO DE PRAZO

CONCORRENCIA PUBLICA N.001/2015- PMPL

(PROCESSO N.010/2015-PMPL)

Em virtude do disposto na Lei 12.232/2010, art. 10, § 4º que dispõe sobre o prazo de publicação da relação de integrantes da subcomissão técnica, em prazo não inferior a 10 (dez) dias da data em que será realizada a sessão pública marcada para o sorteio, **PRORROGA-SE** a abertura da Concorrência Pública nº 001/2015 para o dia 13/04/2015 às 9h.

Pontes e Lacerda-MT, 01 de abril de 2015.

José Berion

Presidente da Comissão de Licitação

GABINETE
EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA/2015

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº. 002/2015

COOPERANDO: MUNICIPIO DE PONTES E LACERDA

COOPERADO: **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MATO GROSSO**

OBJETO: O PRESENTE TERMO TEM POR OBJETO A DISPONIBILIZAÇÃO DE 01 (UM) SERVIDOR PARA PRESTAR SERVIÇOS NO NÚCLEO DE PONTES E LACERDA/MT, TENDO POR FINALIDADE O DESENVOLVIMENTO E MELHOR DISTRIBUIÇÃO DAS ATIVIDADES INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA, ENTRE OS BENEFICIÁRIOS DE TODO O ESTADO DE MATO GROSSO, NOS TERMOS DA LEI E DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

DATA: 17/03/2015

PRAZO: 17/03/2017

RESULTADO DA SUBCOMISSAO

RESULTADO DO SORTEIO DA SUBCOMISSÃO TÉCNICA

DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2015

PROCESSO Nº 10/2015

A Comissão Permanente de Licitação em observância as disposições da Lei 12.232/2010 e do edital da Concorrência Pública nº 001/2015**,** cujo objeto é a contratação de Agencia de Publicidade e Propaganda para o Município de Pontes e Lacerda, torna pública a relação de nomes sorteados para a Subcomissão Técnica, mantend0-se a proporcionalidade exigida pela referida Lei quais sejam:

MANTÉM VÍNCULO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

PAULO ROBERTO ARAUJO;

GEISIANE MARQUES POQUIVIQUI

NÃO MANTÉM VÍNCULO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

CELSO PAULO SOCORRO

SUPLENTES:

MANTÉM VÍNCULO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

EDNÉSIO DAS NEVES GOMES DA SILVA

NÃO MANTÉM VÍNCULO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

RICARDO AUGUSTO SILVA

Pontes e Lacerda, 01 de abril de 2015.

José Berion

Presidente da CPL

GABINETE
EXTRATO DE CONTRATO MARÇO/ 2015

Contrato n.º 029/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de **Pontes e Lacerda**

Contratada: Empresa Individual JOÃO BATISTA DE CARVALHO 07857659134

Objeto: Constitui objeto do presente instrumento a prestação de serviços de apreensão de animais de grande porte, soltos nas vias e logradouros públicos da cidade, cujas especificações e quantitativos estão especificados no Termo de Referência nº. 12/020/2015 e demais documentos pertinentes à licitação na modalidade Pregão nº. 009/2015, Item 01, que passam a integrar o presente contrato, independente de transcrição.Disp. Gerais: Pregão nº. 009/2015 Valor: R$ 18.000,00Data: 17/03/2015 Vigência: 31/12/2015

GABINETE
EXTRATO DE CONTRATO MARÇO/ 2015

Contrato n.º 028/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de **Pontes e Lacerda**

Contratada: Empresa Individual FABRICIO LIRA CARDOSO 01895011116

Objeto: Constitui objeto do presente instrumento a prestação de serviços de manutenção de equipamentos odontológicos e hospitalar para atender as unidades básicas de saúde, cujas especificações e quantitativos estão especificados no Termo de Referência nº 03/005/2015 e demais documentos pertinentes à licitação na modalidade Pregão nº. 008/2015, Item 01, que passam a integrar o presente contrato, independente de transcrição.Disp. Gerais: Pregão nº. 008/2015

Valor: R$ 62.000,00

Data: 17/03/2015

Vigência: 31/12/2015

GABINETE
EXTRATO DE TERMOS RESCISÃO DE CONTRATO/2015

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE Nº. 180/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA

CONTRATADA: INDIVIDUAL RANI NAIA BARBOZA DE LIMA 02768230103

OBJETO: FICA RESCINDIDO O CONTRATO Nº. 180/2014 E ADITIVOS POSTERIORES, RESULTANTE DO PROCESSO DE LICITAÇÃO, NA MODALIDADE PREGÃO/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 071/2014, FACE A EMPRESA INDIVIDUAL

RANI NAIA BARBOZA DE LIMA 02768230103,

QUE SE REFERE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORIENTADOR SOCIAL, QUE TENHA ENSINO MÉDIO COMPLETO PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO.

DISPOSIÇÕES GERAIS: PROCESSO DE DISPENSA Nº. 071/2014

DATA: 02/03/2015

GABINETE
EXTRATO DE CONTRATO MARÇO/ 2015

Contrato n.º 027/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de **Pontes e Lacerda**

Contratada: *Empresa A. R. DE OLIVEIRA AIRES ENGENHARIA - ME*

Objeto: Constitui objeto do presente instrumento a prestação de serviços técnicos profissionais de assessoria na área de engenharia para desempenhar análise de documentos administrativos, orientações técnicas "in loco", confecção de planilhas AS BUILT, referente ao Contrato nº. 303/2009, cujas especificações e quantitativos estão especificados no Termo de Referência nº. 12/024/2015 e demais documentos pertinentes ao Processo de Dispensa nº. 020/2015, que passam a integrar do presente contrato, independente de transcrição.Disp. Gerais: Processo de Dispensa nº. 020/2015

Valor:

R$ 14.850,00

Data: 17/03/2015

Vigência: 15/04/2015

AVISO PREGÃO N.034/2015

REGISTRO DE PREÇOS

(PROCESSO N.073/2015-PMPL)

PREGÃO Nº. 034/2015 Regido pela Lei nº. 10.520/2002 e pelo Decreto nº. 016/2005. Subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS CAPACITADOS EM REMOÇÃO DE PACIENTES PARA FORA DO DOMICILIO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE.

CREDENCIAMENTO: das 09h 30m às 10h do dia 15 de abril 2015.

INICIO DA SESSÃO: às 10h do dia 15 de abril de 2015 – Aquisição do Edital no site: www.ponteselacerda.mt.gov.br (website: Licitação pregão) – Fone/fax: (65) 3266-2534 e (65) 3266-2716.LOCAL DA AUDIÊNCIA PÚBLICA: SALA DE PREGÃO, DA PREFEITURA DE PONTES E LACERDA, sito à Av. Marechal Rondon, 522, centro em Pontes e Lacerda/MT. Pontes e Lacerda/MT, 01 de abril de 2015.

José Garcia dos Santos Neto – Pregoeiro

GABINETE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO/MARÇO/2015

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE Nº. 264/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTES E *LACERDA*

CONTRATADA: EMPRESA TECMAX ENGENHARIA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA-EPP

OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO ALTERAR OS QUANTITATIVOS DESCRITOS NO CONTRATO ORIGINAL, EFETUANDO O ACRÉSCIMO DE SERVIÇOS COMPLEMENTARES A OBRA DE AMPLIAÇÃO E REFORMA DO PSF MORADA DA SERRA, ACRESCENDO OS SERVIÇOS DISCRIMINADO NA PLANILHA ANEXA, ELABORADA PELO SETOR DE ENGENHARIA DO MUNICÍPIO, QUE PASSAM A FAZER PARTE INTEGRANTE DO PRESENTE TERMO, INDEPENDENTE DE SUA TRANSCRIÇÃO.

DISPOSIÇÕES LEGAIS: TOMADA DE PREÇOS Nº. 002/2013.

VALOR: R$ 7.099,00

DATA: 27/03/2015

GABINETE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO/MARÇO/2015

DÉCIMO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 004/2010

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTES E *LACERDA*

CONTRATADA: SRª. SEBASTIANA LACERDA DOS SANTOS

OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO PRORROGAR, POR 02 (DOIS) MESES, O PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL, DE NÚMERO 004, DATADO DE 04 DE JANEIRO DE 2010, PASSANDO A TER SEU TERMO DE ENCERRAMENTO EM 31/05/2015, CUJO OBJETO É A RENOVAÇÃO DE LOCAÇÃO, DE UM IMÓVEL URBANO, TIPO BARRACÃO, EDIFICADO EM ALVENARIA, LOCALIZADO NA AVENIDA CENTRAL, Nº. 850, VILA MARECHAL RONDON, NESTA CIDADE DE PONTES E LACERDA, PARA UTILIZAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO, NO ABRIGO DOS ENFEITES NATALINOS.

DISPOSIÇÕES LEGAIS: DISPENSADA A LICITAÇÃO NOS TERMOS DO ARTIGO 24, INCISO II E X DA LEI 8.666/93.

DATA: 31/03/2015

GABINETE
EXTRATO DE DECRETOS PREFEITURA ABRIL/2015

Decreto nº 054/2015

Abre Crédito Adicional Especial no Orçamento de 2015

Data: 01/04/2015

GABINETE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO/MARÇO/2015

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 001/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTES E *LACERDA*

CONTRATADA: SRª. MAFALDA CASADEI TÁVORA

OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO SUBSTITUIR A REPRESENTAÇÃO LEGAL DO CONTRATO Nº. 001/2014, PASSANDO A CONSTAR A PARTIR DESTA DATA, COMO LOCADORA, A SRª. MAFALDA CASADEI TÁVORA, NOS TERMOS DA MATRÍCULA Nº. 1.940, REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS, CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO, QUE PASSA A FAZER PARTE INTEGRANTE DO PRESENTE TERMO, INDEPENDENTE DE TRANSCRIÇÃO.

DISPOSIÇÕES LEGAIS: PROCESSO DE DISPENSA Nº. 025/2013.

DATA: 30/03/2015

GABINETE
EXTRATO DE DECRETOS PREFEITURA ABRIL/2015

Decreto nº 053/2015

Abre Crédito Adicional Especial no Orçamento de 2015

Data: 01/04/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO
DECRETO EXECUTIVO N.º 021/2015 (RETIFICAÇÃO)

(**QUE DISPÕES SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA NOMENCLATURA DOS ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E A CRIAÇÃO DO ORGANOGRAMA DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**).

MAURO ANDRE BUSINARO, PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA, no uso de suas atribuições legais, especialmente das que lhe é conferida em Lei Municipal Complementar n.º 044, de 22 de Abril de 2013, Dispõe Sobre alteração dos artigos 11,12 e 37 e também criação e alteração de cargos, funções e remunerações do anexo I da Lei Complementar nº 024/2009, e outras Providências.

DECRETA:

Art. 1º. Os órgãos da Administração Direta, subordinados diretamente ao Chefe do Poder Executivo, competem observados os princípios, desempenho das atribuições enumerados na Lei Municipal Complementar n.º 044/2013.

Art. 2º. O Prefeito Municipal, por Decreto, baixará as respectivas atribuições e competências dos órgãos e organograma, observado o presente Decreto e a legislação hierarquicamente superior, enumerados no art. 3º deste Decreto.

Art. 3º. Integram a estrutura os seguintes órgãos do Poder Executivo:

A. Órgãos de Assessoramento:

I. Gabinete do Prefeito Municipal;

- Prefeito Municipal
- Vice-Prefeito Municipal
- Chefe de Gabinete
- Assessoria de Gabinete
- Assessoria de Prestação de Contas

II - Controladoria do Município;

B. Órgãos Auxiliares:

I - Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

- Tesoureiro
- Assessor Técnico do APLIC
- Coordenadoria de Cadastro, Tributação e Arrecadação
- Coordenadoria de Planejamento de Aquisições
- Coordenadoria de Contabilidade
- Coordenadoria de Recursos Humanos
- Coordenadoria de Tesouraria
- Coordenadoria de Sistema de Convênios e Programas
- Coordenadoria de Ouvidoria
- Coordenadoria de Instrução Processual
- Departamento de Transporte
- Departamento do Controle de Estoque e Abastecimento
- Departamento de Fiscalização
- Departamento de Compras
- Departamento de Patrimônio
- Departamento de Orçamentos de Bens e Serviços
- Divisão do Setor Administrativo
- Setor de Departamento de Água e Esgoto
- Setor de Almoxarifado

C. Órgãos de Administração Específica:

I - Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e lazer.

- Assessoria de Programas e Projetos
- Departamento de Transporte Escolar
- Divisão de Planejamento Escolar

- Divisão de Limpeza Pública
- Divisão de Esportes
- Setor de Esportes
- Setor de Limpeza Publica

II - Secretaria Municipal de Saúde

- Assessoria de Vigilância Sanitária
- Coordenadoria de Informação de Sistema de Saúde
- Coordenadoria de Assistência Farmacêutica e Responsabilidade Técnica
- Coordenadoria de Sala de Vacina
- Departamento de Farmácia Básica
- Divisão Odontológica
- Divisão de Transporte de Pacientes
- Divisão de Regulação
- Setor de Regulação

III - Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social

- Assessoria de Recursos e Convênios Social
- Coordenadoria de Assistência Social
- Divisão do Programa Bolsa Família
- Divisão de Limpeza
- Divisão de Apoio Administrativo
- Divisão do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)
- Setor de Limpeza

IV - Secretaria Municipal Agricultura e Desenvolvimento Econômico

- Coordenadoria de Programas e Projetos Especiais de Agricultura
- Setor Técnico de Agricultura Familiar

V - Secretaria Municipal de Obras, Infra Estrutura e Serviços Urbanos.

- Coordenador de Manutenção de Rede Elétrica
- Coordenadoria de Conservação e Manutenção de Obras Públicas
- Coordenadoria do Departamento de Água e Esgoto (DAE)
- Coordenadoria de Oficina
- Departamento de Conservação e Manutenção de Vias Públicas
- Departamento de serviços Públicos
- Departamento de Infra-Estrutura
- Divisão de Serviços Urbanos
- Divisão de Controle de Manutenção de Veículos
- Setor de Limpeza Pública

D. Órgãos Consultivos.

I. Conselhos Municipais constituídos em Lei.

Art. 4º. O quadro de órgãos do Executivo Municipal é o constante do Anexo I do presente Decreto, observados os preceitos da Lei Municipal Complementar n.º 044, de 22 de Abril de 2.013.

Art. 5º. O Controle reger-se-á diretrizes estabelecidas pela Secretária Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, através do Sistema de Controle Interno.

Art. 6º. Os serviços de apoio referentes à pessoal, suprimentos, patrimônio, documentação, equipamentos, informática e transportes oficiais reger-se-ão por diretrizes gerais estabelecidas pela Secretária Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

Art. 7º. Os serviços de execução orçamentária e financeira serão regidos por diretrizes gerais estabelecidas pela Secretária Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

Art. 8º. Fica criado organograma da estrutura administrativa através dos anexos II a VIII.

Art. 9º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da Folha de Pagamento do mês 03/2015, revogando as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 004/2015, de02 de Janeiro de 2015.

Prefeitura de Porto Estrela/MT, 16 de Março de 2015.

MAURO ANDRE BUSINARO

Prefeito Municipal

ANEXO I

Estrutura Organizacional do Executivo Municipal

Órgão	Cargos	Quantidade
A. Órgãos de Assessoramento:		
I. Gabinete do Prefeito Municipal		
- Prefeito Municipal	Prefeito (a)	01
- Vice-Prefeito Municipal	Vice-Prefeito (a)	01
- Gabinete	Chefe (a)	01
- Assessoria de Gabinete	Assessor (a)	01
- Assessoria de Prestação de Contas	Assessor (a)	01
II – Controladoria do Município		
B. Órgãos Auxiliares:		
I. Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.	Secretário (a)	01
- Tesoureiro	Tesoureiro (a)	01
- Assessor Técnico do APLIC	Assessor (a)	01
- Coordenadoria de Cadastro, Tributação e Arrecadação	Coordenador (a)	01
- Coordenadoria de Planejamento de Aquisições	Coordenador (a)	01
- Coordenadoria de Contabilidade	Coordenador (a)	01
- Coordenadoria de Recursos Humanos	Coordenador (a)	01
- Coordenadoria de Tesouraria	Coordenador (a)	01
- Coordenadoria de Sistema de Convênios e Programas	Coordenador (a)	01
- Coordenadoria de Ouvidoria	Coordenador (a)	01
- Coordenadoria de Instrução Processual	Coordenadoria (a)	01
- Departamento de Compras	Diretor (a)	01
- Departamento de Transporte	Diretor (a)	01
- Departamento do Controle de Estoque e Abastecimento	Diretor (a)	01
- Departamento de Patrimônio	Diretor (a)	01
- Departamento de Orçamentos de Bens e Serviços	Diretor (a)	01
- Departamento de Fiscalização	Diretor (a)	01
- Divisão de Setor Administrativo	Chefe (a)	01
- Setor de Departamento de Água e Esgoto(DAE)	Encarregado (a)	01
- Setor de Almoxarifado	Encarregado (a)	01
C. Órgãos de Administração Específica:		
I. Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e lazer.	Secretário (a)	01
- Assessoria de Programas e Projetos	Assessor (a)	01
- Departamento de Transporte Escolar	Diretor (a)	02
- Divisão de Planejamento Escolar	Chefe (a)	01
- Divisão de Limpeza Pública	Chefe (a)	01
- Divisão de Esportes	Chefe (a)	01
- Setor de Limpeza Pública	Encarregado (a)	02
- Setor de Esportes	Encarregado (a)	01
II. Secretaria Municipal de Saúde	Secretário (a)	01
- Assessoria de Vigilância Sanitária	Assessor (a)	01
- Coordenadoria de Informação de Sistema de Saúde	Coordenador (a)	01
- Coordenadoria de Assistência Farmacêutica e Resp. Técnica	Coordenador (a)	01
- Coordenadoria de Sala de Vacina	Coordenador (a)	01
- Departamento da Farmácia Básica	Diretor (a)	01
- Divisão Odontológica	Chefe (a)	01
- Divisão de Transporte de Pacientes	Chefe (a)	01
- Divisão de Regulação	Chefe (a)	01
- Setor de Regulação	Encarregado (a)	01
III.Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social	Secretário (a)	01
- Assessoria de Recursos e Convênios Social	Assessor (a)	01
- Coordenadoria de Assistência Social	Coordenador (a)	01
- Divisão do Programa Bolsa Família	Chefe (a)	01
- Divisão de Limpeza	Chefe (a)	02
- Divisão de Apoio Administrativo	Chefe (a)	01
- Divisão do Centro de Ref. de Assistência Social (CRAS)	Encarregado (a)	01
- Setor de Limpeza	Encarregado (a)	01
IV. Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico	Secretário (a)	01
- Coordenadoria de Programas e Projetos Especiais de Agricultura	Coordenador (a)	01
- Setor Técnico de Agricultura Familiar	Encarregado (a)	01
V. Secretaria Municipal de Obras, Infra Estrutura e Serviços Urbanos.	Secretário (a)	01
- Coordenadoria de Manutenção de Rede Elétrica	Coordenador (a)	01
- Coordenadoria de Conservação e Manutenção de Obras Públicas	Coordenador (a)	01

- Coordenadoria de Conservação e Manutenção de Estradas Vicinais	Coordenador (a)	01
- Coordenadoria de Departamento de Água e Esgoto (DAE)	Coordenador (a)	01
- Coordenadoria de Oficina	Coordenador (a)	01
- Departamento de Conservação e Manutenção de Vias Públicas	Diretor (a)	01
- Departamento de Serviços Publicos	Diretor (a)	01
- Departamento de Infra – estrutura	Diretor (a)	01
- Divisão de Serviços Urbanos	Chefe (a)	01
- Divisão de Controle de Manutenção de Veículos	Chefe (a)	01
- Setor de Limpeza Pública	Encarregado (a)	06
Total		74

Prefeitura de Porto Estrela/MT, 16 de Março de 2015.

MAURO ANDRE BUSINARO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO
RESOLUÇÃO Nº 001/CMAS/2015

Dispõe sobre a Regulamentação da Concessão dos Benefícios eventuais nas modalidades de Auxílio – Natalidade, Auxílio Funeral e Auxilio Nutricional para o ano de 2015.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Porto Estrela – MT, em reunido no dia 27 de março de 2015, em reunião Ordinária e registrada na Ata nº. **025/CMAS/2015** no uso de suas atribuições legais com base na Lei Municipal n.°058/96 de 23 de outubro de 1996, nas dependências da Secretária Municipal de Assistência Social, Sito à Av. José Antonio de Farias, s/n, Bairro Mangueiras – Porto Estrela-MT;

Considerando a Resolução nº. 39, de 09 de Dezembro de 2010 que dispõe sobre a Regulamentação da Concessão dos Benefícios Eventuais no âmbito da Política de Assistência Social em relação à Política de Saúde;

Considerando a Lei Municipal 476/2012, que dispõe sobre a Regulamentação e concessão dos Benefícios Eventuais no âmbito municipal e estabelece outras providências;

R/E/S/O/L/V/E:

Art. 1º - Regulamentar o Art. 4º da Lei 476/2012, no qual o critério de renda mensal per capta familiar para o acesso aos Benefícios Eventuais será no valor de até 2 (dois) salários mínimos.

Art. 2° - Regulamentar a Concessão do Beneficio Eventual na modalidade de Auxilio – Natalidade, ficando estabelecido que os itens que compõe o referido benefícios são: 01 banheira, 03 sabonetes, 01 xampu, 01 pente/escova para cabelo, 02 pacotes de fraldas descartáveis com 24 unidades cada pacote, 02 pacotes de fralda de tecido com 05 unidades cada, 02 pares de meia, 02 mijaozinho, 01 pomada para assadura, 01 toalha de banho, 01 vidro de álcool 70.

Art. 3º- Regulamentar a Concessão do Benefício Eventual na modalidade de Auxilio Funeral, ficando estabelecido que os itens que compõe o referido benefício são: Urna, Vestimenta, Higienização e Desodorização e Translado.

Art. 4º -

Regulamentar a Concessão de Beneficio Eventual na modalidade de Auxílio Nutricional, ficando estabelecido que esta modalidade deverá atender as famílias em situação de vulnerabilidade e/ou risco pessoal e social, sendo que os itens que compõe o referido beneficio são: 02 pacotes de arroz 5 kg, 03 pacotes de feijão 1 kg, 03 litros de óleo,

02 pacotes de macarrão,

02 pacotes de café 250g, 01 pacote de sal,01 lata de extrato de tomate, 02 pacotes de açúcar 2 kg, 01 pacote de papel higiênico com 08 unidades, 03 sabonetes, 01 pacote de sabão em pó 1 kg, 01 pacote de biscoito agua e sal, 02 cremes dentais, 02 sardinhas, 01 tempero completo pequeno,01 fubá 500g, 01 farinha de mandioca 1 kg, 03 barras de sabão,01 esponja de aço, 01 trigo 1 kg, 01 frango.

Paragrafo Único: Os itens acima relacionados devem passar por processo licitatório por órgão competente da Prefeitura Municipal.

Registrada, Publicada, Cumpra-se.

Porto Estrela – MT, 01 de abril de 2015.

ERONDINA RODRIGUES DA SILVA RAMOS

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Porto Estrela - MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 072/2015

(QUE CONCEDE ELEVAÇÃO DE NIVEL DE SERVIDORA)

MAURO ANDRE BUSINARO, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando a Lei Municipal Complementar nº. 015/2008 **(Que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Servidores Públicos do Poder Executivo do Município de Porto Estrela, estabelece normas e enquadramentos e institui nova tabela de vencimentos),** e dá outras providências".

R E S O L V E:

Art. 1º. Fica concedido Elevação de Nível à respectiva Servidora, conforme relação abaixo:

Nº.	NOME	DATA ADMISSÃO	FUNÇÃO	NÍVEL/ CLASSE	ELEVAÇÃODE NIVEL
001	Andrea Luzia da Silva	23/12/2008	Ag.Serv. Publico	04/A	04/B

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor, na data de sua publicação revogando – se as disposições em contrario.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 30 de Março de 2.015.

MAURO ANDRE BUSINARO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS

PORTARIA Nº. 167/2015

De: 01 de Abril de 2015

*"Concede Férias ao servidor **Jose Adriano das Neves** e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c do artigo 103 da Lei 018/91 Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município, das suas Autarquias e Fundações e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/04/2015, 30 (trinta) dias consecutivos de Férias, ao servidor **Jose Adriano das Neves** nomeado no cargo de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, referente ao período aquisitivo de 01/03/2014 a 28/02/2015.

Art. 2º- A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de Abril de 2015.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 026/2015

DE 30 de Março de 2.015.

"Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providências"

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAUCHOS-MT, MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais,e, ainda no que dispõe o Art 40 a 43 da Lei 4.320/64, e Lei Municipal 555/2015 de 23 de Março de 2015.

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Especial por anulação no valor total de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos-MT, conforme discriminado abaixo:

ADICIONA:

ORGÃO: Secretaria Municipal de Saúde..... 05

UNIDADE: Fundo Municipal de Saúde..... 004

FUNÇÃO: Saúde..... 10

SUB FUNÇÃO: Atenção Básica..... 301

PROGRAMA: PAB – Atenção Básica..... 0019

PROJ/ATIV: Programa Mais Médicos 2701

ELEMENTO DE DESPESA:

Auxílio Financeiro a Pessoa Física.. 3390.48.00.00.00 R$ 30.000,00

TOTAL ADICIONADO..... R$ 30.000,00

ANULA:

ORGÃO: Secretaria Municipal de Saúde..... 05

UNIDADE: Fundo Municipal de Saúde..... 004

FUNÇÃO: Saúde..... 10

SUB FUNÇÃO: Atenção Básica..... 301

PROGRAMA: PAB – Atenção Básica..... 0019

PROJ/ATIV: Desenvolvimento das Ações do PSF 2091

ELEMENTO DE DESPESA:

Outros Serv. Terc. Pessoa Jurídica. 3390.39.00.00.00 R$ 30.000,00

TOTAL ANULADO.....R$ 30.000,00

Art. 2º Este decreto entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, 30 de Março de 2015.

_____

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 024/2015

DECRETO Nº 24/2015 DE 25 de Março de 2.015.

"Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providências"

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAUCHOS-MT, MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais,e, ainda no que dispõe o Art 40 a 43 da Lei 4.320/64, e Lei Municipal 550/2015 de 27 de Fevereiro de 2015.

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Especial por anulação no valor total de R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos-MT, conforme discriminado abaixo:

ADICIONA:

ORGÃO: Secretaria Municipal de Administração..... 03

UNIDADE: Departamento de Patrimônio..... 003

FUNÇÃO: Administração..... 04

SUB FUNÇÃO: Administração Geral..... 122

PROGRAMA: Apoio Administrativo..... 0124

PROJ/ATIV: Manutenção do Departamento de Patrimônio..... 2800

ELEMENTO DE DESPESA:

;

Vencimento e Vantagens Fixas..... 3190.11.00.00.00 R$ 25.000,00

Obrigações Patronais..... 3190.13.00.00.00 R$ 3.000,00

Diárias Civil..... 3390.14.00.00.00 R$ 2.000,00

Material de Consumo..... 3390.30.00.00.00 R$ 2.000,00

Outros Serv. Terceiro P. Física..... 3390.36.00.00.00 R$ 1.000,00

Outros Serv. Terceiro P. jurídica..... 3390.39.00.00.00 R$ 1.000,00

Indenizações e Restituições..... 3390.93.00.00.00 R$ 1.000,00

TOTAL ADICIONADO..... R$ 35.000,00

ANULA:

ORGÃO: Secretaria Municipal de Administração.....03

UNIDADE: Secretaria Municipal de Administração.....001

FUNÇÃO: Administração.....04

SUB FUNÇÃO: Administração Geral.....122

PROGRAMA: Apoio Administrativo Sec. Munic. Administração.....0003

PROJ/ATIV: Manutenção e Encargos.....2020

ELEMENTO DE DESPESA:

Vencimento e Vantagens Fixas..... 3190.11.00.00.00 R$ 25.000,00

Obrigações Patronais..... 3190.13.00.00.00 R$ 3.000,00

Diárias Civil..... 3390.14.00.00.00 R$ 2.000,00

Material de Consumo..... 3390.30.00.00.00 R$ 2.000,00

Outros Serv. Terceiro P. Física..... 3390.36.00.00.00 R$ 1.000,00

Outros Serv. Terceiro P. jurídica..... 3390.39.00.00.00 R$ 1.000,00

Indenizações e Restituições..... 3390.93.00.00.00 R$ 1.000,00

TOTAL ANULADO.....R$ 35.000,00

Art. 2º Este decreto entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, 25 de Março de 2015.

_____

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 023/2015

DE 25 de Março de 2.015.

"Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providências"

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAUCHOS-MT, MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais,e, ainda no que dispõe o Art 40 a 43 da Lei 4.320/64, e Lei Municipal 541/2015 de 23 de Janeiro de 2015.

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Especial no valor total de R$ 150.000,00 (cento e cinqüenta mil reais), no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos-MT, conforme discriminado abaixo:

ADICIONA:

ORGÃO: Secretaria Mun. de Meio Ambiente Turismo e Cultura.....12

UNIDADE: Departamento de Cultura.....002

FUNÇÃO: Cultura.....13

SUB FUNÇÃO: Difusão Cultural.....392

PROGRAMA: Resgatando a Cultura.....0011

PROJ/ATIV: Reforma do Museu dos Colonizadores.....2999

ELEMENTO DE DESPESA:

Obras e Instalações: 3390.39.00.00.00.....R$ 150.000,00

TOTAL ADICIONADO .....R$ 150.000,00

Art. 2º - E para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial que ora se cria será utilizado recursos oriundo do Termo de Convênio nº 052/2014 firmado com a Secretaria de Estado de Cultura.

Art. 3º - Fica incluída a seguinte meta de investimento na lei que institui o Plano Plurianual do Município para o período de 2014 a 2017 (Lei Municipal 468/2013) e na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2015 (Lei Municipal 510/2014): Reforma do Museu dos Colonizadores de Porto dos Gaúchos – MT.

Art. 3º Este decreto entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, 25 de Março de 2015.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

DECRETO N.º 010/2015

De 03 de Fevereiro de 2.015.

Dispõe sobre a Abertura de Crédito Adicional Suplementar e

dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, MOACIR PINHEIRO PIOVESAN no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Municipal 535/2.014 de 16 de Dezembro de 2.014.

DECRETA

ARTIGO 1º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar por anulação no valor de R$ 7.050,00 (sete mil e cinqüenta reais), no orçamento vigente da Câmara Municipal de Porto dos Gaúchos MT, conforme discriminado abaixo:

SUPLEMENTA

2.005.3.3.90.39.00.00.00.00.0999 R$ 6.550,00

2.007.3.3.90.30.00.00.00.00.0999 R$ 500,00

TOTAL SUPLEMENTADO R$ 7.050,00

ANULA

2.004.3.3.90.36.00.00.00.00.0999 R$ 6.550,00

2.007.3.3.90.36.00.00.00.00.0999 R$ 500,00

TOTAL ANULADO R$ 7.050,00

ARTIGO 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto dos Gaúchos, em 03 de Fevereiro de 2.015.

_____

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 174/2015

De: 01 de Abril de 2015

*"Concede Férias a servidora **Angela Maria Soares de Aragão** e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c do artigo 103 da Lei 018/91 Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município, das suas Autarquias e Fundações e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/04/2015, 30 (trinta) dias consecutivos de Férias,a servidora **Angela Maria Soares de Aragão** nomeada no cargo de Zeladora, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 10/02/2014 a 09/02/2015.

Art. 2º- A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de Abril de 2015.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO Nº 342/2015

Ao primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e quinze (01/04/2015), nesta cidade e comarca de Porto dos Gaúchos/MT, no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, localizado no prédio da Prefeitura Municipal, sito a Praça Leopoldina Wilke nº 19, compareceu, **EDER DOS SANTOS BERNARDES,** brasileiro, casado portador da RG nº 1522920-3 SSP/MT e do CPF. nº 015.884.371-16, residente e domiciliado à Rua Dona Alvina n° 432 A, centro, neste município de Porto dos Gaúchos/MT, classificado no concurso público 001/2013 realizado em 08 de dezembro de 2013, homologado pelo Decreto 002/2014 em 07 de janeiro de 2014 e nomeado pelo Prefeito Municipal através da Portaria nº 176/2015 de 01 de abril de 2015, para tomar posse com exercício no cargo de **Motorista 40 horas – PCCS Saúde,**lotado na Secretaria Municipal de Saúde. No ato foi observado que todas as exigências legais para investidura foram satisfeitas com a apresentação da documentação exigida no ato de convocação. E por meio deste compromete-se de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo. Para constar, eu Adriana Silverio de Almeida Krepsz, com exercício no Departamento de Pessoal, lavrei o presente Termo de Posse e Compromisso, que após lido vai assinado pela autoridade competente e pelo empossado.

Porto dos Gaúchos/MT, 01 de Abril de 2015.

_____

Eder dos Santos Bernardes

Empossado

_____

Moacir Pinheiro Piovesan

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 163/2015

De: 01 de Abril de 2015

*"Concede Férias ao servidor **Helio Rezer** e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c do artigo 103 da Lei 018/91 Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município, das suas Autarquias e Fundações e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/04/2015, 30 (trinta) dias consecutivos de Férias**,** ao servidor **Helio Rezer** nomeado no cargo de Operador de Pa Carregadeira e exercendo a função de Chefe do Departamento de Água e Esgoto, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, referente ao período aquisitivo de 03/04/2013 a 02/04/2014.

Art. 2º- A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de Abril de 2015.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 175/2015

De: 01 de Abril de 2015

*"Concede Férias a servidora **Mirella Rubia Ortega** e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c do artigo 103 da Lei 018/91 Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município, das suas Autarquias e Fundações e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 09/04/2015, 30 (trinta) dias consecutivos de Férias, a servidora **Mirella Rubia Ortega** nomeada no cargo de Nutricionista, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 17/02/20114 a 16/02/2015.

Art. 2º- A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de Abril de 2015.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

EDITAL Nº. 001/2015 DE 01 DE ABRIL DE 2015.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Av. Diamantino, nº. 775 - Centro CEP: 78560-000 – Porto dos Gaúchos - Fone (66) 3526-1192

EDITAL Nº. 001/2015 DE 01 DE ABRIL DE 2015.

A Presidente do *Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA do Município de PORTO DOS GAÚCHOS-MT*, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Federal 8.069/90 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, e na resolução 170/2014 e Lei Municipal nº 011/1991. Alterada pela Lei municipal n.º 497/2014. TORNA PUBLICO para conhecimento dos interessados o edital de Convocação para o processo eleitoral em Data unificada dos membros do conselho Tutelar. Que ocorrerá dia 04 de Outubro de 2015 em todo território Nacional. Posteriormente será lançado um Edital complementar com as etapas, o calendário informativo, a programação e as informações complementares do Processo de escolha.

_____

Nilce de Fatima Rodrigues Batista

Presidente do CMDCA

PORTARIA Nº. 164/2015

De: 01 de Abril de 2015

*"Concede Férias ao servidor **Vilmar Weirich** e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c. c do artigo 103 da Lei 018/91 Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município, das suas Autarquias e Fundações e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/04/2015, 30 (trinta) dias consecutivos de Férias**,** ao servidor **Vilmar Weirich** nomeado no cargo de Vigia, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, referente ao período aquisitivo de 06/03/2014 a 05/03/2015.

Art. 2º- A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de Abril de 2015.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 165/2015

De: 01 de Abril de 2015

*"Concede Férias ao servidor **Carlos Eduardo Aldrighi** e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c do artigo 103 da Lei 018/91 Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município, das suas Autarquias e Fundações e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 02/04/2015, 30 (trinta) dias consecutivos de Férias, ao servidor **Carlos Eduardo Aldrighi** nomeado no cargo de Operador de Trator de Pneu, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, referente ao período aquisitivo de 01/03/2013 a 28/02/2014.

Art. 2º- A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de Abril de 2015.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 166/2015

De: 01 de Abril de 2015

*"Concede Férias ao servidor **Jose Fernandes das Neves** e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c do artigo 103 da Lei 018/91 Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município, das suas Autarquias e Fundações e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/04/2015, 30 (trinta) dias consecutivos de Férias, ao servidor **Jose Fernandes das Neves** nomeado no cargo de Operador de Moto niveladora, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, referente ao período aquisitivo de 24/06/2012 a 23/06/2013.

Art. 2º- A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de Abril de 2015.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 168/2015

De: 01 de Abril de 2015

*"Concede Férias ao servidor **Jose Gomes Guerra** e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c do artigo 103 da Lei 018/91 Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município, das suas Autarquias e Fundações e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/04/2015, 30 (trinta) dias consecutivos de Férias, ao servidor **Jose Gomes Guerra** nomeado no cargo de Jardineiro, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Sustentável, referente ao período aquisitivo de 11/03/2014 a 10/03/2015.

Art. 2º- A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de Abril de 2015.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 169/2015

De: 01 de Abril de 2015

*"Concede Férias a servidora **Veridiana Silvério de Almeida** e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c parágrafo segundo do artigo 104 da Lei 018/91 Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município, das suas Autarquias e Fundações e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/04/2015, **30 (trinta)** dias de **Férias** sendo **1/3 (um terço)** convertido em abono pecuniário, a servidora Veridiana Silvério de Almeida nomeada no cargo de Agente Administrativo e exercendo a função de Chefe do Departamento de Patrimônio e Apoio Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração, referente ao período aquisitivo de 06/03/2014 a 05/03/2015.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de Abril de 2015.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 170/2015

De: 01 de Abril de 2015

*"Concede Férias a servidora **Elenice Amate** e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c do artigo 103 da Lei 018/91 Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município, das suas Autarquias e Fundações e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/04/2015, 30 (trinta) dias consecutivos de Férias**,** a servidora **Elenice Amate** nomeada no cargo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 01/06/2013 a 31/05/2014.

Art. 2º- A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de Abril de 2015.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 176/2015

De: 01 de Abril de 2015

"Nomeia Eder dos Santos Bernardes e dá outras providências".

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, usando de suas prerrogativas legais e ainda, em conformidade com o que preceitua o Artigo 18 da Lei Municipal nº. 018/91 (Estatuto do Funcionário Público Municipal).

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **Eder dos Santos Bernardes,** a partir de 01/04/2015 no cargo de Motorista 40 horas – PCCS Saúde, classificado no concurso público 001/2013, homologado através do Decreto nº. 002/2014, de 07 de Janeiro de 2014 o qual será lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de Abril de 2015.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 171/2015

De: 01 de Abril de 2015

*"Concede Férias ao servidor **Elmar Welter** e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c do artigo 103 da Lei 018/91 Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município, das suas Autarquias e Fundações e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 18/04/2015, 30 (trinta) dias consecutivos de Férias, ao servidor **Elmar Welter** nomeado no cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 11/03/2013 a 10/03/2014.

Art. 2º- A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de Abril de 2015.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 172/2015

De: 01 de Abril de 2015

*"Concede Férias a servidora **Ana Maria dos Santos Cagol** e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c do artigo 103 da Lei 018/91 Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município, das suas Autarquias e Fundações e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/04/2015, 30 (trinta) dias consecutivos de Férias**,** a servidora **Ana Maria dos Santos Cagol** nomeada no cargo de Técnico Administrativo Educacional Profissionalizado, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 01/03/2014 a 28/02/2015.

Art. 2º- A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de Abril de 2015.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 173/2015

De: 01 de Abril de 2015

*"Concede Férias a servidora **Juraci Machado** e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c do artigo 103 da Lei 018/91 Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município, das suas Autarquias e Fundações e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/04/2015, 30 (trinta) dias consecutivos de Férias, a servidora **Juraci Machado** nomeada no cargo de Professor e exercendo a função de Diretora Escolar, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 18/02/2014 a 17/02/2015.

Art. 2º- A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de Abril de 2015.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 018/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU-MT

CONTRATADA: TFF AMORIM ASSESSORIA TÉCNICO CONTÁBIL - ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA TÉCNICO CONTÁBIL

VALOR: R$ 15.600,00 (QUINZE MIL E SEISSENTOS REAIS).

DATA: 23/03/2015

VIGÊNCIA: 23/06/2015.

ALESSANDRO DOS SANTOS OLIVEIRA

PRESIDENTE DA CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA

ADMINISTRATIVO
DECRETO Nº. 1.389/2015

Dispõe sobre a Homologação Parcial do Resultado

Final do Concurso Público Nº 001/2014 da

Prefeitura Municipal de Querência – MT.

O Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, Sr. **Gilmar Reinoldo Wentz**, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

Considerando o interesse público e a necessidade da Administração e,

Considerando que o prazo para apresentação de recurso transcorreu normalmente sem qualquer interposição,

DECRETA:

Artigo **1°-** Fica Homologado Parcialmente o Resultado Final do Concurso Público nº 001/2014, conforme o anexo único que faz parte integrante deste Decreto.

Parágrafo único - O anexo único a que se refere o caput encontra-se à disposição dos interessados no mural da Prefeitura Municipal de Querência – MT.

Artigo 2º - O chamamento dos candidatos obedecerá à ordem rigorosa de classificação e a necessidade da Administração Pública.

Parágrafo único - Se esgotado o número de classificados e havendo necessidade da Administração e vagas previstas no lotacionograma, poderão ser convocados os candidatos subsequentes que se encontram na condição de aprovados conforme resultado divulgado.

Artigo 3° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º -Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência, em 01 de abril de 2015.

_____

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO 026/2015

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, torna Público o RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO n. 026/2015, regido pela Lei nº 8.666/93 de 03 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

PROCESSO: 026/2015

MODALIDADE: Pregão Presencial 017/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE 02 INSTRUTORES (A) DE CAPOEIRA, 01 PROFESSOR (A) DE AULAS DE VIOLÃO, 01 INSTRUTOR (A) DE KARATE, 02 PROFESSORES (A) DE MUSICA, 02 PROFESSORES (A) DE CANTO CORAL, PARA USO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DESPORTO E CULTURA E SECRETARIA DE AÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA - MT.

Vencedora:

A presente licitação foi deserta

Querência - MT, 01 de abril de 2015.

Daniel Stefanello

Pregoeiro Oficial

LICITAÇÕES
RESPOSTA A PEDIDO DE RECURSO PROCESSO 197/2014

A Comissão de Licitação do Município de Querência, nomeada pela Portaria Municipal n. 001/2015 de 02 de janeiro de 2015, vem responder recurso interposto pela empresa PPO- Pavimentação e Obras LTDA - EPP, referente a irregularidade das certidões da Base Dupla Serviços e Construções Civil – LTDA e do Direito da não Utilização das Perrogativas da Lei 123/2006**, conforme constantes no recurso.**

A empresa PPO- Pavimentação e Obras LTDA - EPP inscrita sob o CNPJ:14.811.429/0001-73 no dia 25 de março de 2015 protocolou junto ao Setor de Licitações o recurso interposta, tempestivamente, à desclassificação da empresa junto ao Processo Licitatório n. 197/2014.

Referente às alegações da empresa: Da irregularidade Perpetuada pela Empresa Base Dupla Serviços e Construções Civil LTDA;

"**Não apresentação da Certidão Negativa de Débito quanto a Dívida Ativa da União, e Certidão da Procuradoria Geral do Estado (PGE), violando o disposto no Item 4.3.6 do Edital".**

Do Edital. Vejamos;

4.**3**.**6**. Certidão negativa de débito quanto à dívida ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral do estado –(PGE**)**;

Esclarecemos:

Pelo que consta e encontra-se no processo 197/2014 a empresa Base Dupla Serviços e Construções Civil LTDA, apesentou as certidões positivas, as mesmas estão com **efeito negativa** que procede a regularidade da empresa junto ao departamento de licitação.

Quanto a certidão da PGE que a empresa Base Dupla Serviços e Construções Civil LTDA, não teria apresentado, fato que podemos comprovar que a empresa apresentou a certidão igualmente a empresa que apresentou recurso junto ao departamento de Licitação conforme anexo I deste documento.

Referente ao direito de uso das prerrogativas da Lei 123/2006 por parte da empresa PPO- Pavimentação e Obras LTDA - EPP inscrita sob o CNPJ:14.811.429/0001-73.

A Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, descreve em seu artigo 1º as normas gerais para tratamento diferenciado para micro e empresas de pequeno porte vejamos:

Art. 1o Esta Lei Complementar estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, especialmente no que se refere:

I - à apuração e recolhimento dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante regime único de arrecadação, inclusive obrigações acessórias;

II - ao cumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias, inclusive obrigações acessórias;

III - ao acesso a crédito e ao mercado, inclusive quanto à preferência nas aquisições de bens e serviços pelos Poderes Públicos, à tecnologia, ao associativismo e às regras de inclusão.

IV - ao cadastro nacional único de contribuintes a que se refere o inciso IV do parágrafo único do art. 146, in fine, da Constituição Federal. (Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

§ 1o Cabe ao Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN) apreciar a necessidade de revisão, a partir de 1o de janeiro de 2015, dos valores expressos em moeda nesta Lei Complementar.

§ 2o (VETADO).

§ 3o Ressalvado o disposto no Capítulo IV, toda nova obrigação que atinja as microempresas e empresas de pequeno porte deverá apresentar, no instrumento que a instituiu, especificação do tratamento diferenciado, simplificado e favorecido para cumprimento. (Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

A Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014, descreve em seu artigo 1º as normas gerais para tratamento diferenciado para micro e empresas de pequeno porte vejamos:

"Art. 2o .....

.....

III - Comitê para Gestão da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - CGSIM, vinculado à Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República, composto por representantes da União, dos Estados e do Distrito Federal, dos Municípios e demais órgãos de apoio e de registro empresarial, na forma definida pelo Poder Executivo, para tratar do processo de registro e de legalização de empresários e de pessoas jurídicas.

.....

§ 8o Os membros dos Comitês de que tratam os incisos I e III do caput deste artigo serão designados, respectivamente, pelos Ministros de Estado da Fazenda e da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República, mediante indicação dos órgãos e entidades vinculados.

§ 9o O CGSN poderá determinar, com relação à microempresa e à empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional, a forma, a periodicidade e o prazo:

Considerando que a todo momento a Lei 123/2006, 147/2014 descreve que cabe ao CGSN (Comitê Gestor do Simples Nacional) o enquadramento ou não da empresa nas categorias de ME ou EPP, e conforme consulta ao site da Receita Federal http://www8.receita.fazenda.gov.br/SIMPLESNACIONAL/aplicacoes.aspx?id=21, não esta enquadrada no Simples Nacional anexo II, por isso apenas retira-se o direito de uso das prerrogativas e benefícios da LC 123/06. Dessa forma, a Comissão de Licitação deste Município mantem a decisão anterior tomada pela assessoria Jurídica e sua Equipe de apoio, e concede prazo para a empresa para recurso.

Sem mais para o momento.

Daniel Stefanello Rosani K. Trapp

Presidente da Comissão de Licitação Secretária da CPL

Adriana Matias Rodrigues Kássia Sousa de Almeida

Membro da CPL Membro da CPL

Vantuil Donizete da Silva

Membro da CPL

LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO 019/2015

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, torna Público o RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO n. 019/2015, regido pela Lei nº 8.666/93 de 03 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

PROCESSO: 019/2015

MODALIDADE: Pregão Presencial 012/2015

OBJETO: Pregão Presencial para aquisição de peças para uso das diversas Secretarias do Município de Querência – MT.

Vencedora:

HG Comércio de Peças LTDA, CNPJ: 05.755.048/0001-23, foi a vencedora dos lotes 01, 02, 04, 05, 07, 08, 11, 13, 15, 17, 21, 23, 24, 25, 27 e 29 com um valor de R$ 886.470,00 (oitocentos e oitenta e seis mil e quatrocentos e setenta reais).

Tatiana Siqueira Santiago EIRELE – EPP, CNPJ: 07.838.209/0001-78 foi a vencedora dos lotes 03, 06, 09, 10, 12, 14, 16, 18, 19, 20, 22, 26 e 28 com um valor de R$ 402.548,82 (quatrocentos e dois mil e quinhentos e quarenta e oito reais e oitenta e dois centavos).

Querência - MT, 01 de abril de 2015.

Daniel Stefanello

Pregoeiro Oficial

LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO 027/2015

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, torna Público o RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO n. 027/2015, regido pela Lei nº 8.666/93 de 03 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

PROCESSO: 027/2015

MODALIDADE: Pregão Presencial 018/2015

OBJETO: Pregão Presencial para aquisição de passagens de ônibus e frete intermunicipais para uso das diversas Secretarias do Município de Querência – MT.

Vencedora:

Viação Xavante LTDA, CNPJ: 03.143.492/0001-62, foi a vencedora dos lotes 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28 e 29 com um valor de R$ 2.218.852,85 (dois milhões duzentos e dezoito mil e oitocentos e cinquenta e dois reais e oitenta e cinco centavos)

Querência - MT, 01 de abril de 2015.

Daniel Stefanello

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2015

A Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT, com sede na Av. Mato Grosso, 221, Centro, CEP: 78.265-000, Reserva do Cabaçal-MT, torna público que realizará no dia **14/04/2015 às 9:00 horas, pregão presencial com registro de preços para futuras e fracionados aquisições de confecção de camisetas, banner!s, placas e adesivos em geral para atender a Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de saúde e Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal - MT.**

Os interessados poderão adquirir o Edital completo diretamente na internet no endereço: www.reservadocabacal.mt.cnm.org.br, link Edital e Licitações gratuitamente, ou através do e-mail licitacaoprefeitura@hotmail.com.

O processo será regido pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98)

Reserva do Cabaçal/MT, 31 de março de 2015

VALTAIR LEOPOLDINO NEGRIS

Presidente CPL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
TERMO ADITIVO DE CONTRATO

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 02/2015

1 - Em atendimento ao que determina o art. 65, parágrafo 1º da Lei Federal n.º 8.666/93, as partes contraentes, sendo que, figura como, Contratante a **Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal**, inscrita no C.N.P.J. Sob o nº 01.367.788/0001-31, sito à Av. .Mato Grosso, nº . 221, neste ato representado pelo seu Prefeito em exercício, Sr. *TARCISIO FERRARI*, residente na Avenida José Júlio de Lima – S/N, Portador da Cédula de Identidade RG. 548.139 SSP/MT, CPF N.º 567.672.001-82 e de outro lado a Sra. **LUCIA VALERIO DO NASCIMENTO LIMA**, inscrita no CPF: nº 998.847.551-91, residente e domiciliada na Av. Mato Grosso, s/n, centro, na cidade de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso, doravante denominado **"CONTRATADA"**, resolvem firmar o presente contrato.

- DOS FATOS

2 - As partes contraentes, na data de 02 de janeiro de 2015, assinaram o contrato de nº 02/2015, tendo em vista o amparo dado pela Lei Federal nº 8.666/93, art.57; em que pese a celebração de contratos com a administração Pública.

3 - Ficou estipulado nesse instrumento o objeto da mesma, acarretando em obrigação de Prestação de Serviços de correspondente ao Cargo de Psicóloga, para atendimento junto aos Programas Sociais na Secretaria Municipal de Assistência Social de Reserva do Cabaçal.

4 - A **CONTRATADA** manteve a metodologia de trabalho de forma adequada, fazendo com que os anseios da **CONTRATANTE**, permanecessem satisfatórios no que tange ao desempenho do objeto pactuado.

- DAS ALTERAÇÕES

1. Sob a inteligência do Art. 57, Inciso II, fica prorrogado a vigência do referido contrato até 02 de maio de 2015.

CLÁUSULA 3ª – DA INALTERAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS

1. Fica inalteradas as demais cláusulas do contrato original.

CLÁUSULA 4ª – DO CONSENTIMENTO DAS PARTES CONTRATENTES

1. O presente TERMO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL ganhará efeito e aplicabilidade após sua assinatura por ambas as partes. 2. Por estarem justas e convencionadas, as partes firmam o presente, em duas vias de igual teor que passam a serem peças integrantes e necessárias ao Contrato a que este se refere.

Reserva do Cabaçal – MT, 02 de abril de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

TARCISIO FERRARI

PREFEITO EM EXERCICIO

Contratante

LUCIA VALERIO DO NASCIMENTO LIMA

CPF: 998.847.551-91

Contratada

TESTEMUNHAS:

ROSINEI PROCOPE VIEIRA DE SOUZA

CPF n.º: 041.355.721-97

REGIANE LUCAS DOS REIS

CPF n.º: 036.603.601-71

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
TERMO ADITIVO DE CONTRATO

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 03/2015

1 - Em atendimento ao que determina o art. 65, parágrafo 1º da Lei Federal n.º 8.666/93, as partes contraentes, sendo que, figura como, Contratante a **Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal**, inscrita no C.N.P.J. Sob o nº 01.367.788/0001-31, sito à Av. .Mato Grosso, nº . 221, neste ato representado pelo seu Prefeito em exercício, Sr. *TARCISIO FERRARI*, residente na Avenida José Júlio de Lima – S/N, Portador da Cédula de Identidade RG. 548.139 SSP/MT, CPF N.º 567.672.001-82 e de outro lado a Sra. **MARINA MITI ISHIMURA FERREIRA**, inscrita no CPF: nº 933.214. 578-49, residente e domiciliada na Av. José Júlio de Lima, s/n, centro, na cidade de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso, doravante denominado **"CONTRATADA"**, resolvem firmar o presente contrato.

- DOS FATOS

2 - As partes contraentes, na data de 02 de janeiro de 2015, assinaram o contrato de nº 03/2015, tendo em vista o amparo dado pela Lei Federal nº 8.666/93, art.57; em que pese a celebração de contratos com a administração Pública.

3 - Ficou estipulado nesse instrumento o objeto da mesma, acarretando em obrigação de Prestação de Serviços de correspondente ao Cargo de Assistente Social, para atendimento junto aos Programas Sociais na Secretaria Municipal de Assistência Social de Reserva do Cabaçal.

4 - A **CONTRATADA** manteve a metodologia de trabalho de forma adequada, fazendo com que os anseios da **CONTRATANTE**, permanecessem satisfatórios no que tange ao desempenho do objeto pactuado.

- DAS ALTERAÇÕES

1. Sob a inteligência do Art. 57, Inciso II, fica prorrogado a vigência do referido contrato até 02 de maio de 2015.

CLÁUSULA 3ª – DA INALTERAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS

1. Fica inalteradas as demais cláusulas do contrato original.

CLÁUSULA 4ª – DO CONSENTIMENTO DAS PARTES CONTRATENTES

1. O presente TERMO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL ganhará efeito e aplicabilidade após sua assinatura por ambas as partes. 2. Por estarem justas e convencionadas, as partes firmam o presente, em duas vias de igual teor que passam a serem peças integrantes e necessárias ao Contrato a que este se refere.

Reserva do Cabaçal – MT, 02 de abril de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

TARCISIO FERRARI

PREFEITO EM EXERCICIO

Contratante

MARINA MITI ISHIMURA FERREIRA

CPF: 933.214.578-49

Contratada

TESTEMUNHAS:

ROSINEI PROCOPE VIEIRA DE SOUZA

CPF n.º: 041.355.721-97

REGIANE LUCAS DOS REIS

CPF n.º: 036.603.601-71

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO 36/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

CONTRATADO: **EMAFLOR AGRO FLORESTAL LTDA**

CNPJ: nº. 05.999.878/0001-04

OBJETO: **Contratação de** empresa especializada em industrialização e comercialização de madeira de eucalipto tratado em autoclave sistema vácuo-pressão.

VIGENCIA: 26/03/2015 A 26/03/2016

VALOR GLOBAL: *R$ 39.530,00 (Trinta e nove mil quinhentos e trinta reais).*

CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE RESERVA DO CABAÇAL
DECRETO LEGISLATIVO Nº. 2, DE 31 DE MARÇO DE 2015

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 2, DE 31 DE MARÇO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DO MANDATO DO VEREADOR LÁZARO MOIZES DE SOUZA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

A Presidenta da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Reserva do Cabaçal – MT, no uso de suas legais atribuições, conferidas pelo Art. 55, Inciso IV da Lei Orgânica Municipal, Promulga o seguinte **Decreto Legislativo:**

Art. 1º Nos termos do Art. 8º, inciso I, do Decreto-lei nº 201/1967, combinado com o Art. 27, inciso XVI, do Regimento Interno da Câmara Municipal, e, em cumprimento à decisão judicial proferida pelo Juiz da Vara Única da Comarca de Araputanga – MT, Dr. Arom Olímpio Pereira, sobre o Processo de Código nº 58750 – Requerimento Judicial de Extinção de Mandato Eletivo, declaro extinto o mandato do Vereador Lázaro Moizes de Souza.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Reserva do Cabaçal – MT, 31 de Março de 2015.

EVA MARRA DA SILVA CASTRO

Presidenta.

CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE RESERVA DO CABAÇAL
PORTARIA Nº. 4, DE 31 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº. 4, DE 31 DE MARÇO DE 2015.

"EXONERA IVANETE ALVES DA SILVA DO CARGO COMISSIONADO DE SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO"

A Presidente da Câmara Municipal de Reserva do Cabaçal – MT, Vereadora **Eva Marra da Silva Castro**, no uso de suas atribuições legais, Resolve:

Art. 1º Exonerar a pedido a Srª IVANETE ALVES DA SILVA, CPF nº. 207.515.671-91, do cargo de Provimento em Comissão de Secretário de Administração da Câmara Municipal de Reserva do Cabaçal – MT, nomeada pela Portaria nº. 1/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Reserva do Cabaçal – MT, 31 de Março de 2015.

EVA MARRA DA SILVA CASTRO

Presidenta.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

AVISO DE RESULTADO DO PP 007/2015

AVISO DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2015

A Pregoeira juntamente com sua equipe de apoio, torna público o resultado do Pregão em epígrafe que tem por objeto a Aquisição de lubrificantes, graxas e estopas destinados a manutenção dafrota de veículos do município de Ribeirão Cascalheira –MT, em nome do vencedor abaixo discriminado:

AUTO PEÇAS CANAA LTDA-EPP, CNPJ: 04.888.444/0001-66 **no valor global de R$ 211.952,00(duzentos e onze mil e novecentos e cinqüenta e dois reais).**

Ribeirão Cascalheira,30 de Março de 2015.

Luzinete Martins Ferreira

Pregoeira

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 10/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 10/2015

Aos trinta dias do mês de Março do ano de dois mil e quinze, o MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Padre João Bosco, n. 2067, Centro, Ribeirão Cascalheira - MT, devidamente inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 24.772.113/0001-73, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. Reynaldo Fonseca Diniz, brasileiro, casado, dentista, portador do RG: 3290232 inscrito no CPF: 593.686.831-15, residente a Rua Madureira n. 120, centro, Ribeirão Cascalheira/MT, seguir denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR, institui a presente Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente da licitação na modalidade Pregão Presencial nº 007/2015 da Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira, cujo objetivo de aquisição futura de materiais de expediente para uso de todas as secretarias do município de RibeirãoCascalheira**, a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, conforme o disposto no art. 15 da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 1212/2011, segundo as cláusulas e condições seguintes:**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços referente à aquisição, preços, e fornecedores foram previamente definidos através do procedimento licitatório em epígrafe.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES

Integra a presente ARP a PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA, localizada na Av. Padre João Bosco, n. 2067, centro, Ribeirão Cascalheira - MT, na qualidade de ÓRGÃO GERENCIADOR;

Parágrafo único – qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal poderá solicitar a utilização da presente ARP, independentemente da participação ou não na licitação em epígrafe, observadas as exigências contidas no Decreto Municipal nº 1212/2011.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

O ÓRGÃO GERENCIADOR, através da Seção de Licitação e Contratos, obriga-se a:

a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

b) convocar os particulares via fax, telefone ou e-mail, para assinatura da ARP e retirada da nota de empenho;

c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;

e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;

f) consultar os fornecedores registrados (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecimento do(s) serviços a outro(s) órgão(ãos) da Administração Pública que externe(m) a intenção de utilizar a presente ARP;

g) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;

h) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes;

i) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE E NÃO

PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE e o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigam-se a:

a) tomar conhecimento da presente ARP, inclusive as respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;

b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias à aquisição pretendida;

c) verificar a conformidade das condições registradas na presente ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR, eventuais desvantagens verificadas;

d) encaminhar ao ÓRGÃO GERENCIADOR a respectiva nota de empenho;

e) enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

f) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na presente ARP, informando ao ÓRGÃO GERANCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR obriga-se a:

a) assinar a ARP, retirar a respectiva nota de empenho e assinar o contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, no que couber;

b) informar, no prazo máximo de 01 (um) dia, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ARP;

c) entregar o(s) produto(s) solicitado(s) nos prazos estabelecidos e conforme autorização de fornecimento, conforme solicitado no edital;

d) Entregar os produtos conforme especificações e preços registrados na presente ARP;

e) entregar o(s) produto(s) solicitado(s) no respectivo endereço do órgão participante ou não participante da presente ARP, sem nenhum ônus adicional ao Município de Ribeirão Cascalheira;

f) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERANCIADOR referentes às condições firmadas na presente ARP;

g) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

h) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;

i) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante(s) e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;

j) pagar, pontualmente, o(s) fornecedor(es) e cumprir com as obrigações fiscais, relativos ao(s) material(ais) entregue(s), com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de um ano, a contar da data da sua assinatura, vigorando até o dia ..... de ..... de 20. ....

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços, as quantidades, o(s) fornecedor(es) e as especificações do(s) produto(s) registrados nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

Fornecedor: AUTO PEÇAS CANAA LTDA-EPP

Endereço:AVENIDA PADRE JOÃO BOSCO, N 927, CENTRO.

Cidade: RIBEIRÃO CASCALHEIRA/MT

CEP: 78.675-000

CNPJ: 04.888.444/0001-66

Produto - Marca / especificação - Valor Unitário - Quantidade

ITEM 04 – OLEO HIDRÁULICO 68 GALÃO4LTS

EMPRESA	Vlr da proposta	MARCA
AUTO PEÇAS CANAA LTDA -EPP	65,00	TEXACO

EMPRESA VENCEDORA: AUTO PEÇAS CANAA LTDA -EPP

ITEM 05 – OLEO 15W40 MOTOR TURBO DIESELBD 20LTS

EMPRESA	Vlr da proposta	MARCA
AUTO PEÇAS CANAA LTDA -EPP	265,00	TEXACO

EMPRESA VENCEDORA: AUTO PEÇAS CANAA LTDA -EPP

ITEM 06 – OLEO 75W80 TDHBD 20LTS

EMPRESA	Vlr da proposta	MARCA
AUTO PEÇAS CANAA LTDA -EPP	273,00	TEXACO

EMPRESA VENCEDORA: AUTO PEÇAS CANAA LTDA -EPP

ITEM 07 – OLEO 140 P/ TRASMISÃO SAEBD 20LTS

EMPRESA	Vlr da proposta	MARCA
AUTO PEÇAS CANAA LTDA -EPP	275,00	TEXACO

EMPRESA VENCEDORA: AUTO PEÇAS CANAA LTDA -EPP

ITEM 08 – OLEO 90 P/ DIFERENCIALSAE BD 20LTS

EMPRESA	Vlr da proposta	MARCA
AUTO PEÇAS CANAA LTDA -EPP	270,00	TEXACO

EMPRESA VENCEDORA: AUTO PEÇAS CANAA LTDA -EPP

ITEM 09 – OLEO 20W50 4 TEMPO P/ MOTOR MOTO LTS

EMPRESA	Vlr da proposta	MARCA
AUTO PEÇAS CANAA LTDA EPP	17,00	TEXACO

EMPRESA VENCEDORA: AUTO PEÇAS CANAA LTDA -EPP

ITEM 10 – OLEO P/ MOTOR FLEX 5W30 LTS

EMPRESA	Vlr da proposta	MARCA
AUTO PEÇAS CANAA LTDA -EPP	28,00	TEXACO

EMPRESA VENCEDORA: AUTO PEÇAS CANAA LTDA -EPP

ITEM 11 – OLEO MT FLEX 20W50 LTS

EMPRESA	Vlr da proposta	MARCA
AUTO PEÇAS CANAA LTDA -EPP	15,00	TEXACO

EMPRESA VENCEDORA: AUTO PEÇAS CANAA LTDA -EPP

ITEM 12 – OLEO MT FLEX 20W40 LTS

EMPRESA	Vlr da proposta	MARCA
AUTO PEÇAS CANAA LTDA -EPP	N/C	TEXACO

EMPRESA VENCEDORA:

ITEM 13 –OLEO DE FREIO DOT3 LTS 500ML

EMPRESA	Vlr da proposta	MARCA
AUTO PEÇAS CANAA LTDA -EPP	12,60	BOSCH

EMPRESA VENCEDORA: AUTO PEÇAS CANAA LTDA -EPP

ITEM 14 – OLEO FREIO/EMBREAGEM DOT4 LTS 500ML

EMPRESA	Vlr da proposta	MARCA
AUTO PEÇAS CANAA LTDA -EPP	19,70	BOSCH

EMPRESA VENCEDORA: AUTO PEÇAS CANAA LTDA -EPP

ITEM 15 – OLEO 2 TEMPO500ML

EMPRESA	Vlr da proposta	MARCA
AUTO PEÇAS CANAA LTDA -EPP	9,92	TEXACO

EMPRESA VENCEDORA: AUTO PEÇAS CANAA LTDA -EPP

ITEM 16 – OLEO 2 TEMPO 250ML

EMPRESA	Vlr da proposta	MARCA
AUTO PEÇAS CANAA LTDA -EPP	N/C	TEXACO

EMPRESA VENCEDORA: AUTO PEÇAS CANAA LTDA -EPP

ITEM 17 – ARLA 32 BD 20LTS

EMPRESA	Vlr da proposta	MARCA
AUTO PEÇAS CANAA LTDA -EPP	82,00	TEXACO

EMPRESA VENCEDORA: AUTO PEÇAS CANAA LTDA -EPP

ITEM 18 – ADITIVO P/ RADIADOR(MOTOR A DIESEL) LTS

EMPRESA	Vlr da proposta	MARCA
AUTO PEÇAS CANAA LTDA -EPP	16,00	AUTO MIX

EMPRESA VENCEDORA: AUTO PEÇAS CANAA LTDA -EPP

ITEM 19 – ADITIVO P/ RADIAROR (MOTOR FLEX) LTS

EMPRESA	Vlr da proposta	MARCA
AUTO PEÇAS CANAA LTDA -EPP	16,00	AUTO MIX

EMPRESA VENCEDORA: AUTO PEÇAS CANAA LTDA -EPP

ITEM 20 – OLEO ATF P/ DIREÇÃO LT

EMPRESA	Vlr da proposta	MARCA
AUTO PEÇAS CANAA LTDA -EPP	21,00	TEXACO

EMPRESA VENCEDORA: AUTO PEÇAS CANAA LTDA -EPP

LOTE 03

ITEM 01 – GRAXA BALDE 20KG

EMPRESA	Vlr da proposta	MARCA
AUTO PEÇAS CANAA LTDA -EPP	340,00	TEXACO

EMPRESA VENCEDORA: AUTO PEÇAS CANAA LTDA -EPP

ITEM 02 – GRAXA 1KG

EMPRESA	Vlr da proposta	MARCA
AUTO PEÇAS CANAA LTDA -EPP	22,00	TEXACO

EMPRESA VENCEDORA: AUTO PEÇAS CANAA LTDA -EPP

ITEM 03 – GRAXA 500 GR

EMPRESA	Vlr da proposta	MARCA
AUTO PEÇAS CANAA LTDA -EPP	14,40	TEXACO

EMPRESA VENCEDORA: AUTO PEÇAS CANAA LTDA -EPP

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado a partir do dia 10(dez), a contar da apresentação da Nota Fiscal/Fatura. Para tanto, o FORNECEDOR deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura à qual deverá ser atestada pelo(a) setor de compras, ou outro servidor formalmente designado;

Parágrafo primeiro – o pagamento só se efetivará depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com a seguridade social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com a Fazenda Federal através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de débitos.

Parágrafo segundo – o pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.

CLÁUSULA NONA – DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA

A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR, nem o ÓRGÃO PARTICIPANTE, se for o caso, a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, em caso de igualdade de condições, a preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICIDADE

Os preços, os quantitativos, o(s) fornecedor(es) e as especificações resumidos(s) do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA REVISÃO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93;

Parágrafo único – a qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrido no mercado, ou de fato novo que eleve o seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto aos fornecedores para negociar o novo valor compatível ao mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR terá seu registro cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração, quando:

a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório da licitação supracitada e as condições da presente ARP;

b) recusarem-se a retirar a nota de empenho nos prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;

c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativa ao presente Registro de Preços;

e) não manutenção das condições de habilitação e compatibilidade;

f) não aceitar a redução dos preços registrados, nas hipóteses previstas na legislação;

g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II – Por iniciativa do próprio FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual;

Parágrafo único – o cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal, gestor do ÓRGÃO GERENCIADOR.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES

Em casos de inexecução parcial ou total das condições pactuadas na presente ata, garantida a prévia defesa e o contraditório, ficará o particular sujeito às seguintes sanções, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que seu(s) ato(s) ensejar(em):

a) advertência, nos casos de infrações de menor gravidade que não ensejem prejuízos a Administração;

I - Multa, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrada administrativamente ou judicialmente, correspondente a:

a) multa de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor contratual, por dia de atraso na entrega do produto;

b) multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratual, por infração a quaisquer das cláusulas do Contrato e itens deste Edital e pela recusa da assinatura do Contrato;

c) multa de 2% (dois por cento) do valor contratual, na hipótese de rescisão do Contrato nos casos previstos em Lei, por culpa da contratada, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal incidente e da obrigação de ressarcir das perdas e danos que der causa;

II - De acordo com o art. 7°, da Lei Federal n° 10.520, de 17.07.2002, o licitante e/ou contratado, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e suspenso Cadastro Central de Fornecedores do Município de Ribeirão Cascalheira, pelo prazo de até 5 (cinco) anos:

Parágrafo único – os valores resultantes da aplicação de multas serão cobrados pela via administrativa, devendo ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da comunicação, ou, se não atendido, judicialmente, pelo rito e com os encargos da execução fiscal, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DOCUMENTAÇÃO

A presente Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

a) Edital do Pregão Presencial nº 007/2015 e anexos;

b) Proposta Comercial da(s) FORNECEDORA(S).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Ribeirão Cascalheira - MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Nada mais havendo a tratar eu, _____ (Luzinete Martins Ferreira), Pregoeira, lavrei a presente Ata de Registro de Preços que lida e achada conforme vai assinada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR e pelo(s) particular(es) fornecedor(es).

_____

Reynaldo Fonseca Diniz

Prefeito Municipal

_____

AUTO PEÇAS CANAA LTDA-EPP

CNPJ: 04.888.444/0001-66

EMPRESA(S) FORNECEDORA(S):

AVISO DE RESULTADO PE 001/2015

AVISO DE RESULTADO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2015

A Pregoeira juntamente com sua equipe de apoio, torna público o resultado do Pregão em epígrafe que tem por objeto a aquisição de medicamentos materiais e insumos que serão utilizados pela secretaria municipal de Saúde de Ribeirão Cascalheira/MT, em nome do vencedor abaixo discriminado:

RET FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 12.313.626/0001-90 no valor total de R$ 125.666,73(cento e vinte e cinco mil seiscentos e sessenta e seis reais e setenta e três centavos) sendo vencedora dos lotes 8,13,28,32,33,35,36,37,38,41,44,45,55,67,70,71,73,82,83,84,85,86,87,112,113,115,134,135,138,140,141,142,143,144,145,146,160,161,162,163,164,178,192,225,239,246,258,271,307,308,319,322,354,368,385,413,472,473,478,502,520,521,522,531,562,641,707,708,709,712 e 719.

Ribeirão Cascalheira,30 de Março de 2015.

Luzinete Martins Ferreira

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO

DECRETO 1061/2015

DECRETO Nº 1061/15 Em, 01 de abril de 2015.

APARECIDO MARQUES MOREIRA, Prefeito Municipal de Ribeirãozinho Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições e na forma de Lei,

DECRETA:

Art. 1º - O conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB, representando os diversos segmentos de acordo com o que determina a Lei Municipal N° 298/07 de 29 de março, em seu artigo 2° incisos II a VI e parágrafo 1° e a Lei Municipal Nº 381/09, em seu Art. 1º, inciso I, fica assim constituída por seus titulares e respectivos suplentes.

v **Representantes do Poder Executivo.**

ü Jucielly Monte de Oliveira Andrade Lopes – Titular CPF: 642.390.553-34

ü Kamyla Peres Rodrigues – Suplente CPF: 024.233.841-06

v **Secretaria Municipal de Educação e Cultura.**

ü Vânia F. Carrijo da Silva – Titular CPF: 904.417.101-15

ü Cristiana Rodrigues Vieira – Suplente CPF: 880.759.401-30

v *Professores da Educação Básica Publica Municipal.*

ü Rosângela Amâncio Pereira – Titular CPF: 948.425.151-04

ü Alcilene Naves dos Santos – Suplente CPF: 883.800.331-91

v **Diretores das Escolas Publicas Municipais**.

ü Luíza Helena Peres Rodrigues – Titular CPF: 765.467.561-53

ü Josisléia Amélia Carneiro Rezende – Suplente CPF: 652.196.431-34

v **Servidores Técnicos – Administrativos das Escolas Publicas Municipais**.

ü Marcos Vinicios Coelho Lopes – Titular CPF: 038.355.951-05

ü Lucilene Silva Machado – Suplente CPF: 020.921.691-30

v **Pais de Alunos das Escolas Básicas Públicas Municipais**.

ü Marquenes de Freitas David – Titular CPF: 009.622.110-00

ü Geane da Silva Monteiro – Suplente CPF: 792.877.001-68

ü Patrícia Oliveira Souza Soares – Titular CPF: 940.018.711-49

ü Juliana Ribeiro Ferreira – Suplente CPF: 005.273.641-50

v **Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente**.

ü Maete Alves dos Santos – Titular CPF: 032.752.281-02

ü Suzeth Carlos da Silva Ribeiro – Suplente CPF: 699.054.361-20

v **Representantes dos alunos**.

ü Jessica de Jesus Santos Nascimento – Titular CPF: 040.091.281-35

ü Laudelina Monteiro da Silva – Suplente CPF: 973.466.831-53

ü Rosilei Vieira da Silva – Titular CPF: 021.063.161-94

ü João Vitor Abreu Quirino: Suplente CPF:059.268.211-00

Art. 2º - O mandato dos membros do presente Conselho será de 02 (dois) anos, a contar da data da posse.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – MT, ao primeiro dia do mês de abril de dois mil e quinze.

APARECIDO MARQUES MOREIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

PORTARIA Nº. 03/CMR/2015.

O Presidente da Câmara Municipal de Rondolândia-MT, no exercício das atribuições legais que lhes são conferidas pelo art. 37,V, da Constituição Federal c/c com Art. 31, XIX, do Regimento Interno e Art. 41, IV, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1°.–Fica nomeada a servidora ROSEMILDA DOS SANTOS NUNES para ocupar a função de Chefe da Seção de Patrimônio e Almoxarifado.

Parágrafo Único- A referida função fica vinculada ao Gabinete da Presidência, sem ônus para a Administração.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua expedição, revogando-se as disposições em contrário.

Rondolândia-MT, 13 de março de 2015.

Gilberto Aguiar Peixoto

Presidente da Câmara Municipal

PORTARIA Nº. 02/CMR/2015.

EMENTA: DISPOE SOBRE A MODIFICAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO DA COMISSAO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de Rondolândia-MT, no exercício das atribuições legais que lhes são conferidas pelo art. 37,V, da Constituição Federal c/c com Art. 31, XIX, do Regimento Interno e Art. 41, IV, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1°.– A Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Rondolândia/MT fica assim constituída:

a) PRESIDENTA : TEREZA RODRIGUES DA COSTA b) SECRETÁRIA: ELISANGELA RODRIGUES DE SOUZA c) MEMBRO: ROSEMILDA DOS SANTOS NUNES

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua expedição, revogando-se as disposições em contrário.

Rondolândia-MT, 13 de março de 2015.

Gilberto Aguiar Peixoto

Presidente da Câmara Municipal

DECRETO Nº 03/GP/2015

O Presidente da Câmara Municipal de Rondolândia Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas pelo art. 42, III da Lei Orgânica Municipal e Art. 31, XII do Regimento Interno.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica aberto no orçamento vigente crédito adicional suplementar no montante de R$ 15.000,00, (quinze mil reais) nas seguintes classificações orçamentárias:

Detalhamento:

Legislativo

01

Unidade- Câmara Municipal

001

Função Legislativa

01

Sub função- Ação Legislativa

031

Administração geral

2.100

Projeto Atividade- manutenção com a Câmara Municipal

Elemento de despesa

3.3.90.30.00.00

Material de consumo

15.000,00

Art. 2º. – A fonte de recursos do crédito adicional suplementar será decorrente da anulação total e parcial no montante de R$ 15.000,00 (quinze mil reais) das seguintes classificações orçamentárias.

Detalhamento:

Legislativo
01
Unidade- Câmara Municipal
001
Função Legislativa
01
Subfunção -Ação Legislativa
031
Desenvolvimento e modernização Legislativa
0100
Projeto Atividade- área de estacionamento do paço da Camara
1.100
Elemento de despesa
3.3.90.39.00.00
Outros serv. De terc. Pessoa jurídica
100,00

Detalhamento:

Legislativo

01

Unidade- Câmara Municipal

001

Função Legislativa

01

Subfunção-Ação Legislativa

031

Desenvolvimento e modernização legislativa

0100

Projeto Atividade- manutenção com a camara

2.100

Elemento de despesa

33.90.33.00.00

Passagem e despesa com locomoção

100,00

Elemento de despesa

33.33.90.36.00

Outro serv. Terc. Pessoa fisica

12.000,00

Elemento de despesa

33.33.90.39.00

Outro serv terc pessoa juridica

2.000,00

Elemento de despesa

33.33.90.41.00

Contribuiçoes

100,00

Elemento de despesa

31.31.90.04.00

Contração por tempo determinado

100,00

Legislativo
01
Unidade- Câmara Municipal
001
Função Legislativa
01
Subfunção -Ação Legislativa
031
Administração geral
0106
Projeto Atividade- aquisição de veiculo para a camara municipal
1.142
Elemento de despesa
44.90.52.00.00
Equipamento e materiais permanentes

500,00

Detalhamento

Legislativo
01
Unidade- Câmara Municipal
001
Função Legislativa
01
Subfunção -Ação Legislativa
031
Administração geral
0106
Projeto Atividade- publicações
2.102
Elemento de despesa
33.90.39.00.00
Outros serviços de terceiro pessoa juridica

100,00

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario. Câmara Municipal de Rondolândia-MT, 24 de março de 2015.

Gilberto Aguiar Peixoto Orlando Nunes Maciel

Presidente CMR 1º. Secretário CMR

DECRETO Nº.02/2015

O Presidente da Câmara Municipal de Rondolândia -MT, no exercício de suas atribuições legais que lhes são concedidas pelo art. 30,XIX do Regimento Interno.

RESOLVE:

1- Fica exonerado da função de Chefe da Seção de Patrimônio e Almoxarifado, o servidor Edson Rodrigo de Almeida. 2- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Rondolândia/MT, 13 de Março de 2015.

Gilberto Aguiar Peixoto

PresidenteCMR

DECRETO Nº.01/2015

O Presidente da Câmara Municipal de Rondolândia -MT, no exercício de suas atribuições legais que lhes são concedidas pelo art. 30,XIX do Regimento Interno.

RESOLVE:

1- Fica exonerada da função de membro da Comissão Permanente de licitação -CPL, a servidora RITA DE CÁSSIA RECO SOARES. 2- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario. 3- Rondolândia/MT, 13 de Março de 2015. Gilberto Aguiar Peixoto Presidente CMR

DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS RGF E RREO

CAMARA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA
Estado do Mato Grosso
Exercício: 2014

Resumo Geral da Despesa
Adendo III a Portaria SOF nº 8, de 04/02/1985
Anexo II, da Lei nº 4.320/64

VALOR EMPENHADO DE JANEIRO À DEZEMBRO

Programática	Descrição	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			658.723,93
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			468.993,24
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		468.993,24	
3.1.90.09.00.00	SALÁRIO-FAMÍLIA	618,88		
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	373.176,27		
3.1.90.13.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	95.198,09		
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			189.730,69
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		189.730,69	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	76.909,05		
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	19.469,10		
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	0,00		
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	41.976,00		
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	51.376,54		
3.3.91.00.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS		0,00	
3.3.91.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUICOES	0,00		
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			59.099,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			59.099,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		59.099,00	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	57.000,00		
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.099,00		

RESUMO GERAL

DESPESAS CORRENTES		658.723,93
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		468.993,24
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		189.730,69
DESPESAS DE CAPITAL		59.099,00
INVESTIMENTOS		59.099,00
	Total Geral:	**717.822,93**

Transferencias Financeiras

TOTAL GERAL .....: **717.822,93**

Comentários

-

KATIA MONTEIRO
PRESIDENTA

VALDECIR MONTEIRO LIMA
1º SECRETARIO

MARINEUZA SARTORIO BRAVIN
CONTADORA

Create PDF with GO2PDF for free, if you wish to remove this line, click here to buy Virtual PDF Printer
www.elotech.com.br

CAMARA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA
Estado do Mato Grosso

Exercício: 2014

Balanço Orçamentário
Adendo III a Portaria SOF nº 08, de 04/02/1985
Anexo XII, da Lei nº 4.320/64

no Período de Janeiro a Dezembro

TÍTULOS	Previsão	Execução	Diferença	TÍTULOS	Fixação	Execução	Diferença
				Créditos Orçamentários e Suplementares	720.000,00	717.822,93	-2.177,07
				Créditos Especiais	0,00	0,00	0,00
				Créditos Extraordinários	0,00	0,00	0,00
Interferencia Financeira Ativa	0,00	0,00	0,00	Interferencia Financeira Passiva	0,00	0,00	0,00
SOMA	0,00	0,00	0,00	SOMA	720.000,00	717.822,93	-2.177,07
DÉFICITS	720.000,00	717.822,93	-2.177,07	SUPERÁVITS	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**720.000,00**	**717.822,93**	**-2.177,07**	**TOTAL**	**720.000,00**	**717.822,93**	**-2.177,07**

Comentários

-

KATIA MONTEIRO
PRESIDENTA

VALDECIR MONTEIRO LIMA
1° SECRETARIO

MARINEUZA SARTORIO BRAVIN
CONTADORA

Create PDF with GO2PDF for free, if you wish to remove this line, click here to buy Virtual PDF Printer www.elotech.com.br

CAMARA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA
Estado do Mato Grosso

Exercício: 2014

Balanço Financeiro
Adendo III a Portaria SOF nº 08, de 04/02/1985
Anexo XIII, da Lei nº 4.320/64

Acumulado até Dezembro

RECEITAS		DESPESAS	
Receita Orçamentária		**Despesa Orçamentária**	
		Legislativa	717.822,93
Total	**0,00**	**Total**	**717.822,93**
Receitas Extra-Orçamentária		**Despesas Extra-Orçamentária**	
EMPENHOS A PAGAR	0,00	EMPENHOS PAGOS	0,00
		RESTOS A PAGAR	0,00
DE TERCEIROS	95.432,16	DE TERCEIROS	95.432,16
DO TESOURO MUNICIPAL	4.794,81	DO TESOURO MUNICIPAL	4.794,81
DO TESOURO FEDERAL E ESTADUAL	5.195,57	DO TESOURO FEDERAL E ESTADUAL	5.195,57
Total	**105.422,54**	**Total**	**105.422,54**
Interferências Financeiras		**Interferências Financeiras**	
CÂMARA MUNICIPAL	720.000,00	DEVOLUÇÃO/ANULAÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	2.177,07
		OUTRAS OPERAÇÕES	
Total	**720.000,00**	**Total**	**2.177,07**
Saldo do Exercício Anterior		**Saldo para o Exercício Seguinte**	
Total	**0,00**	**Total**	**0,00**
TOTAL	**825.422,54**	**TOTAL**	**825.422,54**

Comentários

-

KATIA MONTEIRO
PRESIDENTA

VALDECIR MONTEIRO LIMA
1º SECRETARIO

MARINEUZA SARTORIO BRAVIN
CONTADORA

Create PDF with GO2PDF for free, if you wish to remove this line, click here to buy Virtual PDF Printer

CAMARA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA
Estado do Mato Grosso

Exercício: 2014

Balanço Patrimonial
Adendo III a Portaria SOF nº 08, de 04/02/1985
Anexo XIV, da Lei nº 4.320/64

no Período de Janeiro a Dezembro

Ativo		
Ativo Financeiro		**Valor**
Ativo Permanente		
12	**ATIVO NÃO FINANCEIRO**	**475.319,53**
124	**PERMANENTE**	**475.319,53**
1242	**IMOBILIZADO**	**475.319,53**
12421	BENS MÓVEIS E IMÓVEIS	475.319,53
1242101	BENS MÓVEIS	117.287,66
1242102	BENS IMÓVEIS	358.031,87
Soma do Ativo Real		**475.319,53**
SALDO PATRIMONIAL		
Passivo Real Descoberto		**0,00**
Ativo Compensado		
Total Ativo		**475.319,53**

Passivo		
Passivo Financeiro		**Valor**
2111205	CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	0,00
Passivo Permanente		
Soma do Passivo Real		**0,00**
SALDO PATRIMONIAL		
Ativo Real Liquido		**475.319,53**
Passivo Compensado		
Total Passivo		**475.319,53**

Comentários

-

KATIA MONTEIRO
PRESIDENTA

VALDECIR MONTEIRO LIMA
1º SECRETARIO

MARINEUZA SARTORIO BRAVIN
CONTADORA

Create PDF with GO2PDF for free, if you wish to remove this line, click here to buy Virtual PDF Printer

CAMARA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA
Estado do Mato Grosso

Exercício: 2014

Demonstração das Variações Patrimoniais
Adendo III a Portaria SOF nº 08, de 04/02/1985
Anexo XV, da Lei nº 4.320/64

no Período de Janeiro a Dezembro

VARIAÇÕES ATIVAS

	RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA - ATIVAS	VALOR
612	INTERFERÊNCIAS ATIVAS	720.000,00

MUTAÇÕES PATRIMONIAIS ATIVAS

	INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA	
62	**INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**	**21.568,10**
623	**ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS**	**21.568,10**
6231	**INCORPORAÇÕES DE ATIVOS**	**21.568,10**
62311	INCORPORAÇÕES DE BENS IMÓVEIS	2.099,00
6231101	INCORPORAÇÕES DE BENS IMÓVEIS	2.099,00
62312	INCORPORAÇÃO DE BENS MÓVEIS	19.469,10
6231202	BENS DE ESTOQUE	19.469,10

RESULTADO PATRIMONIAL

Total das Variações Ativas	**741.568,10**
Deficit Verificado	**59.817,97**
TOTAL GERAL	**801.386,07**

VARIAÇÕES PASSIVA

	RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORCAMENTARIA - PASSIVAS	VALOR
3	**DESPESA**	**717.822,93**
33	**DESPESAS CORRENTES**	**658.723,93**
331	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	468.993,24
333	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	189.730,69
34	**DESPESAS DE CAPITAL**	**59.099,00**
344	INVESTIMENTOS	59.099,00
512	**INTERFERÊNCIAS PASSIVAS**	**2.177,07**
5121	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	2.177,07
51211	REPASSES PASSIVOS	2.177,07
5121101	REPASSE CONCEDIDO	2.177,07
512110105	DEVOLUÇÃO/ANULAÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS FINANCEI	2.177,07

MUTAÇÕES PATRIMONIAIS PASSIVAS

	INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA	
52	**INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**	**81.386,07**
523	**DECRÉSCIMOS PATRIMONIAIS**	**81.386,07**
5231	**DESINCORPORAÇÕES DE ATIVOS**	**81.386,07**
52312	BAIXA DE BENS MÓVEIS	81.386,07
5231201	BENS MÓVEIS DE USO PERMANENTE	61.916,97
523120101	DOAÇÃO	68.832,00
523120106	INSERVIBILIDADE	-6.915,03
5231202	BAIXA DE BENS DE ESTOQUE	19.469,10
523120202	CONSUMO IMEDIATO	19.469,10

RESULTADO PATRIMONIAL

Total das Variações Passiva	**801.386,07**
Superavit Verificado	**0,00**
TOTAL GERAL	**801.386,07**

Comentários

-

Create PDF with GO2PDF for free, if you wish to remove this line, click here to buy Virtual PDF Printer

CAMARA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA
Estado do Mato Grosso

Exercício: 2014

Demonstração das Variações Patrimoniais
Adendo III a Portaria SOF nº 08, de 04/02/1985
Anexo XV, da Lei nº 4.320/64

no Período de Janeiro a Dezembro

KATIA MONTEIRO
PRESIDENTA

VALDECIR MONTEIRO LIMA
1º SECRETARIO

MARINEUZA SARTORIO BRAVIN
CONTADORA

Create PDF with GO2PDF for free, if you wish to remove this line, click here to buy Virtual PDF Printer www.elotech.com.br

DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS ADENDO II A PORTARIA SOF Nº 08, DE 04/02/1985 ANEXO I, DA LEI Nº 4.320/64

CAMARA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA

ESTADO DO MATO GROSSO

Exercício: 2014

Demonstração da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas
Adendo II a Portaria SOF nº 08, de 04/02/1985
Anexo I, da Lei nº 4.320/64

no Período de Janeiro a Dezembro

RECEITAS		DESPESAS		
		DESPESAS CORRENTES		658.723,93
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	468.993,24	
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	189.730,69	
DEFICIT	658.723,93	SUPERAVIT		0,00
TOTAL	658.723,93	TOTAL		658.723,93
SUPERAVIT	0,00	DEFICIT		658.723,93
		DESPESAS DE CAPITAL		59.099,00
		INVESTIMENTOS	59.099,00	
DEFICIT	717.822,93	SUPERAVIT		0,00
TOTAL	717.822,93	TOTAL		717.822,93
		RESUMO		
Receitas Correntes	0,00	Despesas Correntes		658.723,93
Receitas Capital	0,00	Despesas Capital		59.099,00
DEFICIT	717.822,93	SUPERAVIT		0,00
TOTAL	**717.822,93**	**TOTAL**		**717.822,93**

Comentários

-

KATIA MONTEIRO	VALDECIR MONTEIRO LIMA	MARINEUZA SARTORIO BRAVIN
PRESIDENTA	1º SECRETARIO	CONTADORA

Create PDF with GO2PDF for free, if you wish to remove this Line, click here to buy Virtual PDF Printer

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

DECRETO Nº 20 DE 30 DE MARÇO DE 2015

Altera o § 1º, do artigo 2º do Decreto nº 06, de 27 de Março de 2014, reajustando a ajuda de custo em pecúnia a profissiona/ vinculado ao Município de Salto do Céu através do "Projeto Mais Médicos Para o Brasil", do Ministério da Saúde.

O Prefeito do Município de Salto do Céu, Estado de Mato Grosso, Senhor Wemerson Adão Prata, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

Considerando o teor da Lei n° 12.871, de 12 de Outubro de 2013, que institui o "Programa Mais Médicos", bem como o "Projeto Mais Médicos Para o Brasil" em âmbito nacional;

Considerando o teor da Portaria Interministerial n° 1.369, de 08 de julho de 2.013, que dispõe sobre a implementação do "Projeto Mais Médicos Para o Brasil", em especial o seu artigo 4°, IX;

Considerando o Termo de Adesão e Compromisso celebrado pelo Município de Salto do Céu e o Ministério da Saúde, para adesão ao "Projeto Mais Médicos Para o Brasil";

Considerando o teor da Portaria nº. 30, de 12 de fevereiro de 2014, Dispõe sobre o cumprimento das obrigações de oferta de moradia, deslocamento, alimentação e água potável pelo Distrito Federal e Municípios aos médicos participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos da Portaria Interministerial no 1.369/MS/MEC, de 8 de julho de 2013.

Considerando o disposto na Cláusula 3.1, alínea H, do Termo de Adesão e Compromisso celebrado entre o Município de Salto do Céu e o Ministério da Saúde, que impõe à Municipalidade o dever de garantir moradia para o médico participante do Projeto que tenha condições de habitabilidade e segurança e atenda o padrão médio de moradia de localidade, podendo ser em forma pecuniária ou oferta de acomodação;

Considerando o disposto na Cláusula 3.1, alínea K, do Termo de Adesão e Compromisso celebrado entre o Município de Salto do Céu e o Ministério da Saúde, que impõe à Municipalidade o dever de garantir alimentação adequada e fornecimento de água potável aos médicos participantes do projeto;

Considerando o que dispõe o Manual Orientador ao Distrito Federal e aos Municípios, expedido pela Coordenação do "Projeto Mais Médicos Para o Brasil";

Resolve:

Artigo 1°. Alterar o § 1º, do artigo 2º do Decreto nº 06, de 27 de Março de 2014, reajustando a ajuda de custo em pecúnia a profissional vinculado ao Município de Salto do Céu através do "Projeto Mais Médicos Para o Brasil", respeitando o valor estabelecido pelo Ministério da Saúde, vigorando-o com a seguinte redação:

§ 1°.

O valor global mensal de ajuda de custo para o médico integrante do "Projeto Mais Médicos Para o Brasil", vinculado à rede pública de saúde do Município de Salto do Céu, será de R$ 2.5000,00 (dois mil e quinhentos reais) sendo:

A) R$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais) mensais para o custeio de moradia;

B) R$ 700,00 (setecentos reais) mensais para o custeio de alimentação.

Artigo 2°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Salto do Céu - MT, 30 de Março de 2015.

WEMERSON ADÃO PRATA

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º096/2015 DE 01 DE ABRIL DE 2015

Dispõe sobre a nomeação do candidato aprovado no Concurso Público nº 001/2014 para a admissão no Serviço Público Municipal e, Dá Providências.

O Prefeito Municipal de Salto do Céu, Estado de Mato Grosso, Sr. Wemerson Adão Prata, no uso de suas atribuições legais e, fundamentado no resultado final do Concurso Público 001/2014 e o disposto no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal e Lei Municipal N.º 069/93 do Estatuto dos Servidores Público Municipal.

CONSIDERANDO a realização do Concurso Público N.º 001/2014, para preenchimento dos cargos de provimento efetivo desta Prefeitura, estabelecidos no Edital n.º 001/2014.

CONSIDERANDO a homologação do mencionado Concurso, através do Decreto N.º 017/2015 de 12 de Março de 2015;

CONSIDERANDO a existência de vagas nos órgãos da Administração Pública Municipal, bem como a real necessidade de seu preenchimento;

CONSIDERANDO finalmente o disposto nas normas que regem o direito do trabalho, previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado em caráter efetivo, o Candidato **ALDIR CARMO DE OLIVEIRA,**para o cargo de OPERADOR DE MOTONIVELADORA, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

Parágrafo único. Os candidatos nomeados obedeceram à ordem de classificação, atendendo os requisitos do Edital de Concurso Público, conforme Decreto nº 017/2015.

Art. 2º - A validade das nomeações desta Portaria fica condicionada ao cumprimento do disposto no artigo 37, III da Constituição Federal e alterações posteriores.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu, 01 de Abril de 2015.

WEMERSON ADÃO PRATA

PREFEITO MUNICIPAL

Ciente...../...../.....

ALDIR CARMO DE OLIVEIRA

PORTARIA N.º095/2015 DE 01 DE ABRIL DE 2015

Dispõe sobre a nomeação do candidato aprovado no Concurso Público nº 001/2014 para a admissão no Serviço Público Municipal e, Dá Providências.

O Prefeito Municipal de Salto do Céu, Estado de Mato Grosso, Sr. Wemerson Adão Prata, no uso de suas atribuições legais e, fundamentado no resultado final do Concurso Público 001/2014 e o disposto no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal e Lei Municipal N.º 069/93 do Estatuto dos Servidores Público Municipal.

CONSIDERANDO a realização do Concurso Público N.º 001/2014, para preenchimento dos cargos de provimento efetivo desta Prefeitura, estabelecidos no Edital n.º 001/2014.

CONSIDERANDO a homologação do mencionado Concurso, através do Decreto N.º 017/2015 de 12 de Março de 2015;

CONSIDERANDO a existência de vagas nos órgãos da Administração Pública Municipal, bem como a real necessidade de seu preenchimento;

CONSIDERANDO finalmente o disposto nas normas que regem o direito do trabalho, previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado em caráter efetivo, o Candidato **LIDIOMAR ESTEVES DOS SANTOS,**para o cargo de OPERADOR DE MOTONIVELADORA, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

Parágrafo único. Os candidatos nomeados obedeceram à ordem de classificação, atendendo os requisitos do Edital de Concurso Público, conforme Decreto nº 017/2015.

Art. 2º - A validade das nomeações desta Portaria fica condicionada ao cumprimento do disposto no artigo 37, III da Constituição Federal e alterações posteriores.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu, 01 de Abril de 2015.

WEMERSON ADÃO PRATA

PREFEITO MUNICIPAL

Ciente...../...../.....

LIDIOMAR ESTEVES DOS SANTOS

PORTARIA N.º103/2015 DE 01 DE ABRIL DE 2015

Dispõe sobre a nomeação da candidata aprovada no Concurso Público nº 001/2014 para a admissão no Serviço Público Municipal e, Dá Providências.

O Prefeito Municipal de Salto do Céu, Estado de Mato Grosso, Sr. Wemerson Adão Prata, no uso de suas atribuições legais e, fundamentado no resultado final do Concurso Público 001/2014 e o disposto no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal e Lei Municipal N.º 069/93 do Estatuto dos Servidores Público Municipal.

CONSIDERANDO a realização do Concurso Público N.º 001/2014, para preenchimento dos cargos de provimento efetivo desta Prefeitura, estabelecidos no Edital n.º 001/2014.

CONSIDERANDO a homologação do mencionado Concurso, através do Decreto N.º 017/2015 de 12 de Março de 2015;

CONSIDERANDO a existência de vagas nos órgãos da Administração Pública Municipal, bem como a real necessidade de seu preenchimento;

CONSIDERANDO finalmente o disposto nas normas que regem o direito do trabalho, previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada em caráter efetivo, a Candidata **TANAYARA CRISTINA SILVA SOUZA,**para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. Os candidatos nomeados obedeceram à ordem de classificação, atendendo os requisitos do Edital de Concurso Público, conforme Decreto nº 017/2015.

Art. 2º - A validade das nomeações desta Portaria fica condicionada ao cumprimento do disposto no artigo 37, III da Constituição Federal e alterações posteriores.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu, 01 de Abril de 2015.

WEMERSON ADÃO PRATA

PREFEITO MUNICIPAL

Ciente...../...../.....

TANAYARA CRISTINA SILVA SOUZA

PORTARIA N.º105/2015 DE 01 DE ABRIL DE 2015

Dispõe sobre a nomeação da candidata aprovada no Concurso Público nº 001/2014 para a admissão no Serviço Público Municipal e, Dá Providências.

O Prefeito Municipal de Salto do Céu, Estado de Mato Grosso, Sr. Wemerson Adão Prata, no uso de suas atribuições legais e, fundamentado no resultado final do Concurso Público 001/2014 e o disposto no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal e Lei Municipal N.º 069/93 do Estatuto dos Servidores Público Municipal.

CONSIDERANDO a realização do Concurso Público N.º 001/2014, para preenchimento dos cargos de provimento efetivo desta Prefeitura, estabelecidos no Edital n.º 001/2014.

CONSIDERANDO a homologação do mencionado Concurso, através do Decreto N.º 017/2015 de 12 de Março de 2015;

CONSIDERANDO a existência de vagas nos órgãos da Administração Pública Municipal, bem como a real necessidade de seu preenchimento;

CONSIDERANDO finalmente o disposto nas normas que regem o direito do trabalho, previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada em caráter efetivo, a Candidata **PALMALIANA MARTINS DA COSTA DE OLIVEIRA,**para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único. Os candidatos nomeados obedeceram à ordem de classificação, atendendo os requisitos do Edital de Concurso Público, conforme Decreto nº 017/2015.

Art. 2º - A validade das nomeações desta Portaria fica condicionada ao cumprimento do disposto no artigo 37, III da Constituição Federal e alterações posteriores.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu, 01 de Abril de 2015.

WEMERSON ADÃO PRATA

PREFEITO MUNICIPAL

Ciente...../...../.....

PALMALIANA MARTINS DA COSTA DE OLIVEIRA

PORTARIA N.º102/2015 DE 01 DE ABRIL DE 2015

Dispõe sobre a nomeação da candidata aprovada no Concurso Público nº 001/2014 para a admissão no Serviço Público Municipal e, Dá Providências.

O Prefeito Municipal de Salto do Céu, Estado de Mato Grosso, Sr. Wemerson Adão Prata, no uso de suas atribuições legais e, fundamentado no resultado final do Concurso Público 001/2014 e o disposto no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal e Lei Municipal N.º 069/93 do Estatuto dos Servidores Público Municipal.

CONSIDERANDO a realização do Concurso Público N.º 001/2014, para preenchimento dos cargos de provimento efetivo desta Prefeitura, estabelecidos no Edital n.º 001/2014.

CONSIDERANDO a homologação do mencionado Concurso, através do Decreto N.º 017/2015 de 12 de Março de 2015;

CONSIDERANDO a existência de vagas nos órgãos da Administração Pública Municipal, bem como a real necessidade de seu preenchimento;

CONSIDERANDO finalmente o disposto nas normas que regem o direito do trabalho, previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada em caráter efetivo, a Candidata **MARILUCIA LIMA RODRIGUES VALES,**para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único. Os candidatos nomeados obedeceram à ordem de classificação, atendendo os requisitos do Edital de Concurso Público, conforme Decreto nº 017/2015.

Art. 2º - A validade das nomeações desta Portaria fica condicionada ao cumprimento do disposto no artigo 37, III da Constituição Federal e alterações posteriores.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu, 01 de Abril de 2015.

WEMERSON ADÃO PRATA

PREFEITO MUNICIPAL

Ciente...../...../..... MARILUCIA LIMA RODRIGUES VALES

PORTARIA N.º089/2015 DE 01 DE ABRIL DE 2015

Dispõe sobre a nomeação da candidata aprovada no Concurso Público nº 001/2014 para a admissão no Serviço Público Municipal e, Dá Providências.

O Prefeito Municipal de Salto do Céu, Estado de Mato Grosso, Sr. Wemerson Adão Prata, no uso de suas atribuições legais e, fundamentado no resultado final do Concurso Público 001/2014 e o disposto no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal e Lei Municipal N.º 069/93 do Estatuto dos Servidores Público Municipal.

CONSIDERANDO a realização do Concurso Público N.º 001/2014, para preenchimento dos cargos de provimento efetivo desta Prefeitura, estabelecidos no Edital n.º 001/2014.

CONSIDERANDO a homologação do mencionado Concurso, através do Decreto N.º 017/2015 de 12 de Março de 2015;

CONSIDERANDO a existência de vagas nos órgãos da Administração Pública Municipal, bem como a real necessidade de seu preenchimento;

CONSIDERANDO finalmente o disposto nas normas que regem o direito do trabalho, previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada em caráter efetivo, a Candidata **LUCIANA PINHEIRO DE SOUZA,**para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. Os candidatos nomeados obedeceram à ordem de classificação, atendendo os requisitos do Edital de Concurso Público, conforme Decreto nº 017/2015.

Art. 2º - A validade das nomeações desta Portaria fica condicionada ao cumprimento do disposto no artigo 37, III da Constituição Federal e alterações posteriores.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu, 01 de Abril de 2015.

WEMERSON ADÃO PRATA

PREFEITO MUNICIPAL

Ciente...../...../.....

LUCIANA PINHEIRO DE SOUZA

PORTARIA N.º090/2015 DE 01 DE ABRIL DE 2015

Dispõe sobre a nomeação da candidata aprovada no Concurso Público nº 001/2014 para a admissão no Serviço Público Municipal e, Dá Providências.

O Prefeito Municipal de Salto do Céu, Estado de Mato Grosso, Sr. Wemerson Adão Prata, no uso de suas atribuições legais e, fundamentado no resultado final do Concurso Público 001/2014 e o disposto no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal e Lei Municipal N.º 069/93 do Estatuto dos Servidores Público Municipal.

CONSIDERANDO a realização do Concurso Público N.º 001/2014, para preenchimento dos cargos de provimento efetivo desta Prefeitura, estabelecidos no Edital n.º 001/2014.

CONSIDERANDO a homologação do mencionado Concurso, através do Decreto N.º 017/2015 de 12 de Março de 2015;

CONSIDERANDO a existência de vagas nos órgãos da Administração Pública Municipal, bem como a real necessidade de seu preenchimento;

CONSIDERANDO finalmente o disposto nas normas que regem o direito do trabalho, previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada em caráter efetivo, a Candidata **VALÉRIA OLIVEIRA FERREIRA,**para o cargo de ODONTÓLOGA, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único. Os candidatos nomeados obedeceram à ordem de classificação, atendendo os requisitos do Edital de Concurso Público, conforme Decreto nº 017/2015.

Art. 2º - A validade das nomeações desta Portaria fica condicionada ao cumprimento do disposto no artigo 37, III da Constituição Federal e alterações posteriores.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu, 01 de Abril de 2015.

WEMERSON ADÃO PRATA

PREFEITO MUNICIPAL

Ciente...../...../.....

VALÉRIA OLIVEIRA FERREIRA

PORTARIA N.º101/2015 DE 01 DE ABRIL DE 2015

Dispõe sobre a nomeação da candidata aprovada no Concurso Público nº 001/2014 para a admissão no Serviço Público Municipal e, Dá Providências.

O Prefeito Municipal de Salto do Céu, Estado de Mato Grosso, Sr. Wemerson Adão Prata, no uso de suas atribuições legais e, fundamentado no resultado final do Concurso Público 001/2014 e o disposto no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal e Lei Municipal N.º 069/93 do Estatuto dos Servidores Público Municipal.

CONSIDERANDO a realização do Concurso Público N.º 001/2014, para preenchimento dos cargos de provimento efetivo desta Prefeitura, estabelecidos no Edital n.º 001/2014.

CONSIDERANDO a homologação do mencionado Concurso, através do Decreto N.º 017/2015 de 12 de Março de 2015;

CONSIDERANDO a existência de vagas nos órgãos da Administração Pública Municipal, bem como a real necessidade de seu preenchimento;

CONSIDERANDO finalmente o disposto nas normas que regem o direito do trabalho, previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada em caráter efetivo, a Candidata **CIDNÉIA RODRIGUES BATISTA,**para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. Os candidatos nomeados obedeceram à ordem de classificação, atendendo os requisitos do Edital de Concurso Público, conforme Decreto nº 017/2015.

Art. 2º - A validade das nomeações desta Portaria fica condicionada ao cumprimento do disposto no artigo 37, III da Constituição Federal e alterações posteriores.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu, 01 de Abril de 2015.

WEMERSON ADÃO PRATA

PREFEITO MUNICIPAL

Ciente...../...../.....

CIDNÉIA RODRIGUES BATISTA

PORTARIA N.º091/2015 DE 01 DE ABRIL DE 2015

Dispõe sobre a nomeação do candidato aprovado no Concurso Público nº 001/2014 para a admissão no Serviço Público Municipal e, Dá Providências.

O Prefeito Municipal de Salto do Céu, Estado de Mato Grosso, Sr. Wemerson Adão Prata, no uso de suas atribuições legais e, fundamentado no resultado final do Concurso Público 001/2014 e o disposto no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal e Lei Municipal N.º 069/93 do Estatuto dos Servidores Público Municipal.

CONSIDERANDO a realização do Concurso Público N.º 001/2014, para preenchimento dos cargos de provimento efetivo desta Prefeitura, estabelecidos no Edital n.º 001/2014.

CONSIDERANDO a homologação do mencionado Concurso, através do Decreto N.º 017/2015 de 12 de Março de 2015;

CONSIDERANDO a existência de vagas nos órgãos da Administração Pública Municipal, bem como a real necessidade de seu preenchimento;

CONSIDERANDO finalmente o disposto nas normas que regem o direito do trabalho, previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado em caráter efetivo, o Candidato **FLORISVALDO KUSTHER PREISIGKE,**para o cargo de MOTORISTA, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. Os candidatos nomeados obedeceram à ordem de classificação, atendendo os requisitos do Edital de Concurso Público, conforme Decreto nº 017/2015.

Art. 2º - A validade das nomeações desta Portaria fica condicionada ao cumprimento do disposto no artigo 37, III da Constituição Federal e alterações posteriores.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu, 01 de Abril de 2015.

WEMERSON ADÃO PRATA

PREFEITO MUNICIPAL

Ciente...../...../.....

FLORISVALDO KUSTHER PREISIGKE

PORTARIA N.º092/2015 DE 01 DE ABRIL DE 2015

Dispõe sobre a nomeação do candidato aprovado no Concurso Público nº 001/2014 para a admissão no Serviço Público Municipal e, Dá Providências.

O Prefeito Municipal de Salto do Céu, Estado de Mato Grosso, Sr. Wemerson Adão Prata, no uso de suas atribuições legais e, fundamentado no resultado final do Concurso Público 001/2014 e o disposto no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal e Lei Municipal N.º 069/93 do Estatuto dos Servidores Público Municipal.

CONSIDERANDO a realização do Concurso Público N.º 001/2014, para preenchimento dos cargos de provimento efetivo desta Prefeitura, estabelecidos no Edital n.º 001/2014.

CONSIDERANDO a homologação do mencionado Concurso, através do Decreto N.º 017/2015 de 12 de Março de 2015;

CONSIDERANDO a existência de vagas nos órgãos da Administração Pública Municipal, bem como a real necessidade de seu preenchimento;

CONSIDERANDO finalmente o disposto nas normas que regem o direito do trabalho, previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado em caráter efetivo, o Candidato **JULIO DOS REIS FERREIRA,**para o cargo de MOTORISTA, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. Os candidatos nomeados obedeceram à ordem de classificação, atendendo os requisitos do Edital de Concurso Público, conforme Decreto nº 017/2015.

Art. 2º - A validade das nomeações desta Portaria fica condicionada ao cumprimento do disposto no artigo 37, III da Constituição Federal e alterações posteriores.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu, 01 de Abril de 2015.

WEMERSON ADÃO PRATA

PREFEITO MUNICIPAL

Ciente...../...../.....

JULIO DOS REIS FERREIRA

PORTARIA N.º100/2015 DE 01 DE ABRIL DE 2015

Dispõe sobre a nomeação da candidata aprovada no Concurso Público nº 001/2014 para a admissão no Serviço Público Municipal e, Dá Providências.

O Prefeito Municipal de Salto do Céu, Estado de Mato Grosso, Sr. Wemerson Adão Prata, no uso de suas atribuições legais e, fundamentado no resultado final do Concurso Público 001/2014 e o disposto no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal e Lei Municipal N.º 069/93 do Estatuto dos Servidores Público Municipal.

CONSIDERANDO a realização do Concurso Público N.º 001/2014, para preenchimento dos cargos de provimento efetivo desta Prefeitura, estabelecidos no Edital n.º 001/2014.

CONSIDERANDO a homologação do mencionado Concurso, através do Decreto N.º 017/2015 de 12 de Março de 2015;

CONSIDERANDO a existência de vagas nos órgãos da Administração Pública Municipal, bem como a real necessidade de seu preenchimento;

CONSIDERANDO finalmente o disposto nas normas que regem o direito do trabalho, previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada em caráter efetivo, a Candidata **MARCILENE FIALHO DE OLIVEIRA,**para o cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único. Os candidatos nomeados obedeceram à ordem de classificação, atendendo os requisitos do Edital de Concurso Público, conforme Decreto nº 017/2015.

Art. 2º - A validade das nomeações desta Portaria fica condicionada ao cumprimento do disposto no artigo 37, III da Constituição Federal e alterações posteriores.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu, 01 de Abril de 2015.

WEMERSON ADÃO PRATA

PREFEITO MUNICIPAL

Ciente...../...../.....

MARCILENE FIALHO DE OLIVEIRA

PORTARIA N.º093/2015 DE 01 DE ABRIL DE 2015

Dispõe sobre a nomeação do candidato aprovado no Concurso Público nº 001/2014 para a admissão no Serviço Público Municipal e, Dá Providências.

O Prefeito Municipal de Salto do Céu, Estado de Mato Grosso, Sr. Wemerson Adão Prata, no uso de suas atribuições legais e, fundamentado no resultado final do Concurso Público 001/2014 e o disposto no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal e Lei Municipal N.º 069/93 do Estatuto dos Servidores Público Municipal.

CONSIDERANDO a realização do Concurso Público N.º 001/2014, para preenchimento dos cargos de provimento efetivo desta Prefeitura, estabelecidos no Edital n.º 001/2014.

CONSIDERANDO a homologação do mencionado Concurso, através do Decreto N.º 017/2015 de 12 de Março de 2015;

CONSIDERANDO a existência de vagas nos órgãos da Administração Pública Municipal, bem como a real necessidade de seu preenchimento;

CONSIDERANDO finalmente o disposto nas normas que regem o direito do trabalho, previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado em caráter efetivo, o Candidato **OZÉBIO MARTINS DA COSTA,**para o cargo de MOTORISTA, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

Parágrafo único. Os candidatos nomeados obedeceram à ordem de classificação, atendendo os requisitos do Edital de Concurso Público, conforme Decreto nº 017/2015.

Art. 2º - A validade das nomeações desta Portaria fica condicionada ao cumprimento do disposto no artigo 37, III da Constituição Federal e alterações posteriores.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu, 01 de Abril de 2015.

WEMERSON ADÃO PRATA

PREFEITO MUNICIPAL

Ciente...../...../.....

OZÉBIO MARTINS DA COSTA

PORTARIA N.º099/2015 DE 01 DE ABRIL DE 2015

Dispõe sobre a nomeação do candidato aprovado no Concurso Público nº 001/2014 para a admissão no Serviço Público Municipal e, Dá Providências.

O Prefeito Municipal de Salto do Céu, Estado de Mato Grosso, Sr. Wemerson Adão Prata, no uso de suas atribuições legais e, fundamentado no resultado final do Concurso Público 001/2014 e o disposto no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal e Lei Municipal N.º 069/93 do Estatuto dos Servidores Público Municipal.

CONSIDERANDO a realização do Concurso Público N.º 001/2014, para preenchimento dos cargos de provimento efetivo desta Prefeitura, estabelecidos no Edital n.º 001/2014.

CONSIDERANDO a homologação do mencionado Concurso, através do Decreto N.º 017/2015 de 12 de Março de 2015;

CONSIDERANDO a existência de vagas nos órgãos da Administração Pública Municipal, bem como a real necessidade de seu preenchimento;

CONSIDERANDO finalmente o disposto nas normas que regem o direito do trabalho, previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado em caráter efetivo, o Candidato **VANDERLEI FRANCISCO DE OLIVEIRA,**para o cargo de MOTORISTA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único. Os candidatos nomeados obedeceram à ordem de classificação, atendendo os requisitos do Edital de Concurso Público, conforme Decreto nº 017/2015.

Art. 2º - A validade das nomeações desta Portaria fica condicionada ao cumprimento do disposto no artigo 37, III da Constituição Federal e alterações posteriores.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu, 01 de Abril de 2015.

WEMERSON ADÃO PRATA

PREFEITO MUNICIPAL

Ciente...../...../.....

VANDERLEI FRANCISCO DE OLIVEIRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

EU, Wemerson Adão Prata – Prefeito deste Município, FAÇO SABER que nesta data fica **"HOMOLOGADO"** o presente Termo de Adesão nº 001/2015, à Ata de Registro de Preços nº 029/2014, proveniente do Pregão Presencial nº 029/2014, realizado pela Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos – MT, que teve como vencedora a empresa **ALTERNATIVA ASSESSORIA CONTÁBIL, ADMINISTRATIVA E TRIBUTÁRIA LTDA – ME, CNPJ: 10.676.722/0001-14,** cujo objeto destina-se o "Registro de Preços da empresa vencedora para locação de sistema de Cadastro Técnico Rural Multifinalitário, com a implementação de medidas para a gestão e organização da sistemática de arrecadação de tributos (ITR), envolvendo o fornecimento de tecnologias e sistemas informatizados, operacionalizado totalmente em ambiente web, com módulos de inclusão de imóveis para emissão de avaliação da fazenda pública municipal, objetivando o incremento da arrecadação do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), visando o atendimento do Município de Vale de São Domingos – MT, conforme TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I e a proposta apresentada pela empresa. Sendo que a Prefeitura Municipal de Salto do Céu

– MT aderiu a 100% da Ata supramencionada, com valor de R$ 78.000,00 (setenta e oito mil reais).

Salto do Céu - MT, 01 de Abril de 2015.

WEMERSON ADÃO PRATA

-Prefeito -

PORTARIA N.º098/2015 DE 01 DE ABRIL DE 2015

Dispõe sobre a nomeação da candidata aprovada no Concurso Público nº 001/2014 para a admissão no Serviço Público Municipal e, Dá Providências.

O Prefeito Municipal de Salto do Céu, Estado de Mato Grosso, Sr. Wemerson Adão Prata, no uso de suas atribuições legais e, fundamentado no resultado final do Concurso Público 001/2014 e o disposto no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal e Lei Municipal N.º 069/93 do Estatuto dos Servidores Público Municipal.

CONSIDERANDO a realização do Concurso Público N.º 001/2014, para preenchimento dos cargos de provimento efetivo desta Prefeitura, estabelecidos no Edital n.º 001/2014.

CONSIDERANDO a homologação do mencionado Concurso, através do Decreto N.º 017/2015 de 12 de Março de 2015;

CONSIDERANDO a existência de vagas nos órgãos da Administração Pública Municipal, bem como a real necessidade de seu preenchimento;

CONSIDERANDO finalmente o disposto nas normas que regem o direito do trabalho, previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada em caráter efetivo, a Candidata **EDIVANIA CLARINDO DALBEM,**para o cargo de AUXILIAR DE LABORATÓRIO, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único. Os candidatos nomeados obedeceram à ordem de classificação, atendendo os requisitos do Edital de Concurso Público, conforme Decreto nº 017/2015.

Art. 2º - A validade das nomeações desta Portaria fica condicionada ao cumprimento do disposto no artigo 37, III da Constituição Federal e alterações posteriores.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu, 01 de Abril de 2015.

WEMERSON ADÃO PRATA

PREFEITO MUNICIPAL

Ciente...../...../.....

EDIVANIA CLARINDO DALBEM

PORTARIA N.º094/2015 DE 01 DE ABRIL DE 2015

Dispõe sobre a nomeação do candidato aprovado no Concurso Público nº 001/2014 para a admissão no Serviço Público Municipal e, Dá Providências.

O Prefeito Municipal de Salto do Céu, Estado de Mato Grosso, Sr. Wemerson Adão Prata, no uso de suas atribuições legais e, fundamentado no resultado final do Concurso Público 001/2014 e o disposto no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal e Lei Municipal N.º 069/93 do Estatuto dos Servidores Público Municipal.

CONSIDERANDO a realização do Concurso Público N.º 001/2014, para preenchimento dos cargos de provimento efetivo desta Prefeitura, estabelecidos no Edital n.º 001/2014.

CONSIDERANDO a homologação do mencionado Concurso, através do Decreto N.º 017/2015 de 12 de Março de 2015;

CONSIDERANDO a existência de vagas nos órgãos da Administração Pública Municipal, bem como a real necessidade de seu preenchimento;

CONSIDERANDO finalmente o disposto nas normas que regem o direito do trabalho, previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado em caráter efetivo, o Candidato **RENE FAVALESSO DIAS,**para o cargo de BORRACHEIRO, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

Parágrafo único. Os candidatos nomeados obedeceram à ordem de classificação, atendendo os requisitos do Edital de Concurso Público, conforme Decreto nº 017/2015.

Art. 2º - A validade das nomeações desta Portaria fica condicionada ao cumprimento do disposto no artigo 37, III da Constituição Federal e alterações posteriores.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu, 01 de Abril de 2015.

WEMERSON ADÃO PRATA

PREFEITO MUNICIPAL

Ciente...../...../.....

RENE FAVALESSO DIAS

PORTARIA N.º104/2015 DE 01 DE ABRIL DE 2015

Dispõe sobre a nomeação da candidata aprovada no Concurso Público nº 001/2014 para a admissão no Serviço Público Municipal e, Dá Providências.

O Prefeito Municipal de Salto do Céu, Estado de Mato Grosso, Sr. Wemerson Adão Prata, no uso de suas atribuições legais e, fundamentado no resultado final do Concurso Público 001/2014 e o disposto no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal e Lei Municipal N.º 069/93 do Estatuto dos Servidores Público Municipal.

CONSIDERANDO a realização do Concurso Público N.º 001/2014, para preenchimento dos cargos de provimento efetivo desta Prefeitura, estabelecidos no Edital n.º 001/2014.

CONSIDERANDO a homologação do mencionado Concurso, através do Decreto N.º 017/2015 de 12 de Março de 2015;

CONSIDERANDO a existência de vagas nos órgãos da Administração Pública Municipal, bem como a real necessidade de seu preenchimento;

CONSIDERANDO finalmente o disposto nas normas que regem o direito do trabalho, previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada em caráter efetivo, a Candidata **JULIANA PINHEIRO DE SOUZA,**para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. Os candidatos nomeados obedeceram à ordem de classificação, atendendo os requisitos do Edital de Concurso Público, conforme Decreto nº 017/2015.

Art. 2º - A validade das nomeações desta Portaria fica condicionada ao cumprimento do disposto no artigo 37, III da Constituição Federal e alterações posteriores.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu, 01 de Abril de 2015.

WEMERSON ADÃO PRATA

PREFEITO MUNICIPAL

Ciente...../...../.....

JULIANA PINHEIRO DE SOUZA

PORTARIA N.º097/2015 DE 01 DE ABRIL DE 2015

Dispõe sobre a nomeação do candidato aprovado no Concurso Público nº 001/2014 para a admissão no Serviço Público Municipal e, Dá Providências.

O Prefeito Municipal de Salto do Céu, Estado de Mato Grosso, Sr. Wemerson Adão Prata, no uso de suas atribuições legais e, fundamentado no resultado final do Concurso Público 001/2014 e o disposto no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal e Lei Municipal N.º 069/93 do Estatuto dos Servidores Público Municipal.

CONSIDERANDO a realização do Concurso Público N.º 001/2014, para preenchimento dos cargos de provimento efetivo desta Prefeitura, estabelecidos no Edital n.º 001/2014.

CONSIDERANDO a homologação do mencionado Concurso, através do Decreto N.º 017/2015 de 12 de Março de 2015;

CONSIDERANDO a existência de vagas nos órgãos da Administração Pública Municipal, bem como a real necessidade de seu preenchimento;

CONSIDERANDO finalmente o disposto nas normas que regem o direito do trabalho, previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado em caráter efetivo, o Candidato **LUIZ PAULO DE OLIVEIRA COSTA,**para o cargo de PSICÓLOGO, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. Os candidatos nomeados obedeceram à ordem de classificação, atendendo os requisitos do Edital de Concurso Público, conforme Decreto nº 017/2015.

Art. 2º - A validade das nomeações desta Portaria fica condicionada ao cumprimento do disposto no artigo 37, III da Constituição Federal e alterações posteriores.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu, 01 de Abril de 2015.

WEMERSON ADÃO PRATA

PREFEITO MUNICIPAL

Ciente...../...../.....

LUIZ PAULO DE OLIVEIRA COSTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CARMEM

ADMINISTRAÇÃO
ERRATA DO EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 009/2014

ERRATA DO EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 009/2014

Extrato do Primeiro Termo de Apostilamento ao Contrato nº 09/2014, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso nº 2.195, de 30 de de Março de 2015, página nº 252.

Correções:

Onde se lê:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 06.06002.10.302.0020.5058.3.3.90.39.00.00.102.000.000

Leia-se:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 06.06002.10.301.0020.2058.3.3.90.39.00.00.102.000.000

Prefeitura Municipal de Santa Carmem, 30 de Março de 2015.

Marceli Tafarel

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO-PREGÃO PRESENCIAL N° 005-2015 SRP

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU, Estado de Mato Grosso, torna público para conhecimento dos interessados que a licitação modalidade Pregão nº 005/2015 na forma presencial Sistema Registro de Preços, tendo como objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em serviços de Lava Jato para a manutenção da frota de veículos pertencentes ao patrimônio da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu – MT, foi prorrogada, marcando nova data para a realização do certame para o dia 20 de abril de 2015 às 09h00 minutos. Tal decisão de prorrogação da licitação justifica-se por razões de interesse da administração, fundamentando-se no Decreto Municipal nº 017/2015, de 01 de abril de 2015. Santa Cruz do Xingu/MT, 01 de abril de 2015.

Wilson Pereira da Silva – Pregoeiro Oficial

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO-PREGÃO PRESENCIAL N° 004-2015 SRP

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU, Estado de Mato Grosso, torna público para conhecimento dos interessados que a licitação modalidade Pregão nº 004/2015 na forma presencial Sistema Registro de Preços, tendo como objeto: registro de preços para futuro e eventual fornecimento de refeições prontas, tipo “Marmitex” visando o atendimento das demandas oriundas da Secretaria Municipal de Obras e Secretaria Municipal de Saúde de Santa Cruz do Xingu-MT, foi prorrogada, marcando nova data para a realização do certame para o dia 17 de abril de 2015 às 09h00 minutos, devido não haver interessados em apresentar propostas para o presente certame licitatório. Santa Cruz do Xingu/MT, 01 de abril de 2015.

Wilson Pereira da Silva – Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2015 - REGISTRO DE PREÇO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO - ESTADO DE MATO GROSSO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2015 - REGISTRO DE PREÇO

Objeto: **Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de Materiais de limpeza e Materiais de Consumo para atender as secretarias do Município de Santa Rita do Trivelato.** Data de abertura: 14/04/2014 às 08:00 horas – Local: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato (Sala de Licitações), localizada à Av. Flavio Luiz, 2201,Centro – Santa Rita do Trivelato-MT. O Edital Completo encontra-se a disposição no mural da Prefeitura Municipal.Podendo ser solicitado pelos interessados pelo fone:(65)3529-6161.

Santa Rita do Trivelato/MT, 01 de abril de 2015.

Artemio Syperreck

Pregoeiro

COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO - ESTADO DE MATO GROSSO

AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

Aos vinte e quatro dias do mês de março de 2015, às 08 horas na sala do Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato – MT fizeram-se presentes o Pregoeiro e a respectiva equipe de Apoio, abaixo assinados, nomeados pela Portaria nº 10/2015, tendo como objeto o *Registro de Preços para futura e eventual contratação de serviços de comunicação multimídia acesso a internet e aquisição de peças para manutenção, para atender as secretarias do município que atualmente não possuem a cobertura do serviço de internet ADSL*. Nenhuma empresa compareceu à sessão, motivo pelo qual fica a mesma declarada DESERTA. Nada mais havendo, foi lavrada esta ata, que vai assinada pelo pregoeiro, equipe de apoio e empresas participantes.

Santa Rita do Trivelato – MT 01 de abril de 2015.

Hugo Garcia Sobrinho

Prefeito

CONTRATOS E CONVENIO
EXTRATO DO V TERMO ADITIVO DE PRAZO - CONTRATO Nº 056/2013

CONVÊNIOS

EXTRATO DO V TERMO ADITIVO DE PRAZO - CONTRATO Nº 056/2013

Contratante: *Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT*

Contratada: **RONDINELLI ROBERTO DA COSTA URIAS - ME**

CNPJ: Nº 03.697.944/0001-58

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objetivo aditivar o prazo, conforme Cláusula Quarta do Contrato Nº 056/2013.

O Prazo de vigência do contrato original fica acrescido em 03 (três) meses, passando a vigorar da data de sua assinatura até 28 de Junho de 2015, prorrogado se necessário mediante Termo aditivo.

Vigência: 28/03/2015 a 28/06/2015.

Santa Rita do Trivelato, 28 de Março de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

SETOR DE LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DO ADITIVO DO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS Nº 041/2014

ONDE SE-LÊ:

2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS Nº 041/2014 ASS.29/01/2015 VCTO. 31/12/2015 CONTRATADO– CONSTRUTORA HABITANORTE LTDA OBJ: EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA POLIESPORTIVA COBERTA COM VESTIÁRIO CONFORME TERMO DE COMPROMISSO PAC206416/2014 FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO

PASSA SE A LER:

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS **Nº 041/2014** ASS.29/01/2015 VCTO. 31/12/2015 CONTRATADO– CONSTRUTORA HABITANORTE LTDA OBJ: EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA POLIESPORTIVA COBERTA COM VESTIÁRIO CONFORME TERMO DE COMPROMISSO PAC206416/2014 FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO

SANTO AFONSO-MT, 01 DE ABRIL DE 2015.

VENCESLAU BOTELHO DE CAMPOS

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/RH
EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONVOCA A CANDIDATA CLASSIFICADA NO CONCURSO PÚBLICO – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

CONVOCA A CANDIDATA CLASSIFICADA NO CONCURSO PÚBLICO – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER.

O Senhor **VALDIR RIBEIRO**, Prefeito de Santo Antônio de Leverger, Estado de Mato Grosso, considerando o Ato de Homologação do Concurso Público nº 001/2014, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios de edição nº 2007, ANO IX, pagina nº 149, datado de 04 de Julho de 2014.

Artigo 1° - Convocar a Candidata classificada no Concurso Público Municipal nº 001/2014, Sra. **Raquel Pinheiro de Arruda**, Professora de Língua Portuguesa, localidade de Porto de Fora, Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer, a comparecer na Secretaria Municipal de Administração, no prazo máximo de 30(trinta) dias, a contar da data desta publicação, munidos dos seguintes documentos:

- Quitação com as obrigações eleitorais (cópia do Titulo Eleitoral e comprovante de Votação da última eleição).

- Cópia da Certidão de Reservista ou Dispensa de Incorporação, se do sexo masculino.

- Certidão de antecedentes criminais (Federal e Civil).

- Atestado favorável de sanidade física e mental.

- Cópia autenticada da certidão de nascimento ou casamento, (se casado CPF do Cônjuge obrigatório).

- Cópia autenticada da certidão de nascimento do filho menor de 14 anos, se for o caso.

- Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos menores de 07 anos, se for o caso.

- Cópia autenticada do C.P.F.

- Cópia autenticada de Identidade (R.G.)

- Cópia autenticada do cartão PIS/PASEP (se houver).

- 02 (duas) fotografias 3x4 recente.

- Cópia de comprovante de residência.

- Declaração de Residência.

- Cópia autenticada do comprovante de escolaridade para o exercício do cargo.

- Cópia do registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade.

- Declaração de não acumulação de cargos públicos, exceto nos casos previstos em lei.

- Declaração de bens.

- Cópia do comprovante da Conta Corrente do Banco do Brasil (se houver).

- Nº do telefone para contato (se houver).

Artigo 2º Será considerado desistente e eliminado do Concurso Público o candidato convocado que não apresentar os documentos relacionados neste edital, quando do comparecimento no prazo para tomar posse.

Santo Antônio de Leverger – MT, 31 de Março de 2015.

VALDIR RIBEIRO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE PROCESSO DE SELEÇÃO

PROCESSO DE SELEÇÃO PARA O CARGO COMISSIONADO PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE - ESTADO DE MATO GROSSO.

O Exmo Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste/MT, Sr. Miguel José Brunetta, vem tornar pública a eventuais interessados que tenham concluído o curso médio, a realização de teste seletivo destinado ao preenchimento de 01 (uma) vaga para o cargo de confiança (cargo comissionado) cuja remuneração será de R$ 1.392,53 (um mil trezentos e noventa e dois reais e cinqüenta e três centavos) e terá como responsabilidade desempenhar serviços relativos à alimentação de dados no site da Prefeitura, Portal Transparência, elaboração e divulgação de matérias pertinentes às ações realizadas pela administração, registrar as ações desenvolvidas pelas secretarias municipais e pelo Chefe do Poder Executivo, divulgação de dados, entre outros serviços correlatos. É importante destacar que, embora o cargo acima discriminado seja de livre nomeação, não existindo obrigação constitucional e/ou legal de seleção pública, o Chefe do Poder Executivo Municipal optou pela escolha do cargo de confiança para seu gabinete mediante um processo público de análise da qualificação técnica e da experiência profissional dos interessados.

I - DAS INSCRIÇÕES

1.1 - As inscrições serão gratuitas e devem ser feitas no período de 02/04/2015 a 17/04/2015, mediante apresentação dos seguintes documentos: currículo atualizado, cópia do RG e CPF, 1 (uma) foto 3x4 recente ou documento com foto recente), certidões que comprovem a inexistência de condenação criminal ou de ação penal em curso na Justiça Estadual e Federal, dos domicílios do requerente nos últimos 5 (cinco) anos, e preenchimento da "Ficha de Inscrição" que será disponibilizada no ato da entrega do currículo e demais documentos, na Coordenadoria de Recursos Humanos da Prefeitura, Rua “A”, nº 367, Bairro Jardim Santa Inês, Santo Antônio do Leste – MT, CEP 78628-000.

1.2 - As informações prestadas na solicitação de inscrição, bem como os documentos entregues, serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo a Comissão Examinadora o direito de excluí-lo do processo seletivo por preenchimento incorreto, não atendimento aos requisitos supracitados, bem como em virtude da ausência de veracidade dos dados informados, sem prejuízo de eventual responsabilidade penal.

1.3 - Serão selecionados pela Comissão Examinadora para realizarem o teste seletivo os 20 (vinte) candidatos com os melhores currículos.

1.4 - A relação dos interessados que tiverem os seus currículos selecionados será publicada no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste. www.santoantoniodoleste.mt.gov.br.

II - DO EXAME DE SELEÇÃO

2.1 - A prova será aplicada pela Comissão Examinadora.

2.2 - As provas objetiva e dissertativa serão realizadas no dia 25/04/2015, às 08h, em local a ser divulgado quando na publicação do edital de homologação das inscrições dos candidatos selecionados.

2.3 - O tempo de duração das provas objetiva e dissertativa será de 3 horas.

2.4 - Os candidatos deverão comparecer ½ (meia) hora antes do horário previsto para o início das provas, munidos de Carteira de Identidade, comprovante de inscrição e caneta esferográfica azul ou preta;

2.5 - A ausência do candidato no local e horário designados para a realização das provas importará a sua eliminação.

2.6 - Não será permitida a entrada de nenhum candidato após o horário de início das provas.

2.7 - Não será permitida qualquer espécie de consulta.

2.8 – A prova objetiva será eliminatória e conterá 30 (trinta) questões objetivas e 05 (cinco) questões dissertativas.

2.9 - Cada questão objetiva terá a forma de múltipla escolha, com quatro alternativas (A, B, C ou D), abrangendo as disciplinas de Língua Portuguesa, Noções de Administração Pública, Noções Básicas de Informática, História e Geografia de Mato Grosso e de Santo Antônio do Leste, Conhecimentos Gerais da Atualidade.

2.10 - Serão consideradas incorretas as questões objetivas rasuradas ou com mais de uma opção assinalada.

2.11- O gabarito da prova objetiva será divulgado no endereço eletrônico www.santoantoniodoleste.mt.gov.br no dia 27/04/2015.

2.12 - O conteúdo programático das matérias citadas no item 2.9 serão divulgados por meio de Edital Complementar até o dia 13/04/2015.

2.13 – Os cadernos de prova não retirados no prazo indicado anteriormente serão descartados.

2.14 - Serão corrigidas as provas dissertativas somente dos candidatos que acertarem no mínimo 16 (dezesseis) questões.

2.15 - A prova dissertativa consistirá na resposta de 05 (cinco) questões sobre atualidades, cada uma valerá 01 (um) ponto e elaboração de 01 (uma) matéria de cunho jornalístico sobre determinado fato ocorrido no município, nas quais serão avaliados o domínio de conhecimentos gerais, o correto uso da língua portuguesa, a capacidade de argumentação, a objetividade e o raciocínio lógico e será avaliada de 0 (zero) a 05 (cinco) pontos.

2.16 - O resultado da prova dissertativa e a convocação dos 5 (cinco) melhores classificados para a entrevista final serão divulgados no dia 28/04/2015.

2.17 – Os 5 (cinco) melhores classificados serão submetidos a entrevista perante a Comissão Examinadora, oportunidade na qual levar-se-á em consideração as experiências profissionais, o conhecimento voltado para a área da administração pública e questões comportamentais.

2.18 - Fica a cargo do Exmo. Prefeito Municipal, Sr. Miguel José Brunetta, a homologação do resultado final do certame, o qual será publicado no site da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste/MT.

2.19 – Não caberá recurso em qualquer das etapas do processo seletivo.

2.20 - O cargo de comissão da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste é um cargo em comissão de dedicação exclusiva, de livre nomeação e exoneração, sendo que o não atendimento às especificações e às necessidades práticas do cargo após a nomeação implicará a imediata exoneração, independentemente da prévia aprovação no teste seletivo.

IV - DA COMISSÃO EXAMINADORA

4.1 - A Comissão Examinadora é composta pelo Gerente de Cidade, Ronaldo Martins de Amorim, pela Coordenadora de Recursos Humanos, Elaine de Fátima Mors e pela Assistente de Contabilidade, Ita Roberta Soares. Será presidida pelo primeiro e secretariada pela segunda.

3.2 - Compete à Comissão Examinadora conduzir a realização da prova escrita (partes objetiva e subjetiva), aplicar a prova, conferir-lhes notas e proceder as entrevistas e análise de vida pregressa dos candidatos.

3.3 - Este edital entra em vigor na data da sua divulgação.

Gabinete do Prefeito

Em: 31 de março de 2015

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
EDITAL DE RETIFICAÇÃO Nº 001/2015

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2015

EDITAL DE RETIFICAÇÃO Nº 001/2015

RETIFICA O EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2015 - CONTRATAÇÃO DE NATUREZA TEMPORÁRIA MEDIANTE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA O QUADRO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE - MT

O Gerente de Cidade, no uso de suas atribuições legais e por ordem do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal do Município de Santo Antônio do Leste, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, aos interessados a seguinte RETIFICAÇÃO no Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015:

I – No item 1.1:

Onde se lê –

"CARGOS QUE REQUER NÍVEL DE ESCOLARIDADE: ENSINO MÉDIO COMPLETO"

Leia-se:

Item 1.1 - CARGOS QUE REQUER NÍVEL DE ESCOLARIDADE: ENSINO FUNDAMENTAL + CNH

II – No item 1.1 – Quadro Demonstrativo:

Onde se lê

Cargo/Função	Vagas	VAGAS PNE	Carga Horária	R$	Escolaridades/pré requisitos
Motorista de Ambulância	01	-	40	1.807,82	Ensino Fundamental + CNH
Motorista de Veículos Grandes	01	-	40	1.807,82	Ensino Fundamental + CNH
Operador de Máquinas Pesadas	01	-	40	1.807,82	Ensino Fundamental

Leia-se:

Cargo/Função	Vagas	VAGAS PNE	Carga Horária	R$	Escolaridades/pré requisitos
Motorista de Ambulância	01	-	40	1.807,82	Ensino Fundamental + CNH
Motorista de Veículos Grandes	01	-	40	1.807,82	Ensino Fundamental + CNH

III – Ficam mantidas as demais disposições constantes do referido Edital de Processo Seletivo Simplificado.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Santo Antônio do Leste - MT, 1º de abril de 2015.

Ronaldo Martins de Amorim

Gerente de Cidade

Elaine Mors

Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo

Ita Roberta Soares

Membro da Comissão Organizadora do Processo Seletivo

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA N.º 140/2015.

PORTARIA N.º 140/2.015.

DE: 30 DE MARÇO DE 2.015

Designa membros para compor Comissão Técnica Organizadora de Processo Seletivo Simplificado, para organização dos trabalhos e demais normas constantes para a realização do Processo Seletivo Simplificado E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º- Designar a Comissão Técnica Organizadora do Processo Seletivo Simplificado, para organização dos trabalhos e demais normas constantes para a realização do **Processo Seletivo Simplificado**, especialmente relativo à aplicação da prova, fixação de local, data, horários, correção, classificação e resultados, para fins de contratação de pessoal temporário, em caráter excepcional e de interesse público, constante dos seguintes membros:

1. RONALDO MARTINS DE AMORIM – Gerente de Cidade;

2. ELAINE DE FÁTIMA MORS – Coordenadora de Recursos Humanos;

3. ITA ROBERTA SOARES – Assistente de Contabilidade;

Artigo 2º - A Comissão Organizadora designada pelo caput do artigo 1º será dirigida pela Presidente, Senhora ELAINE DE FATIMA MORS.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Artigo 4º -

Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

EM: 30 DE MARÇO DE 2.015

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme disposto na Legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 142/2015.

PORTARIA Nº. 142/2015.

DE: 31 DE MARÇO DE 2015.

CONSIDERANDO que a servidora MARILEUSA SILVA SOUSA**,** apresentou Atestado Médico demonstrando incapacidade para o exercício de suas funções de trabalho em 10/11/2015.

CONSIDERANDO que a referida servidora foi submetida análise à junta médica constituída pela portaria sob nº 062/2014. E considerando ainda, emissão de Prontuário de Atendimento Médico Pericial – Aposentadoria por Invalidez acompanhado de Parecer Médico, diagnosticando possibilidade de readaptação de função.

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, nos termos da Lei 055/2001 de 28 de dezembro de 2001, Lei 162/2005 de 31 de outubro de 2005.

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder Readaptação de Função à servidora pública efetiva **MARILEUSA SILVA SOUSA,** matricula 000115, conforme Prontuário de Atendimento Médico Pericial – Aposentadoria por Invalidez acompanhado de Parecer Médico, para desempenhar suas funções na Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

Art. 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário

.

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 31 DE MARÇO DE 2015.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº.011/2015

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 011/2015

AVISO DE LICITAÇÃO *PROCESSO Nº 012/2015/CPL/PP*

A Equipe de Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso torna público que nos termos da Lei nº 8.666 de 21/06/93, com as alterações subsequentes a abertura de processo licitatório, para **contratação de empresa especializada na prestação de serviços de engenharia civil, para atender as necessidades deste município, conforme especificações contidas no termo de referência anexo I deste edital.** Poderá participar do certame pessoa jurídica que tenham adquirido edital e que são cadastrados no setor competente desta Prefeitura.

A abertura dos processos dar-se-á às **08:00 horas do dia 15 de Abril de 2015**, em sala designada pelo pregoeiro na Sede da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste – MT.

O edital completo poderá ser adquirido das 7:00 horas as 11:00 horas e das 13:00 ás 17:00 horas, no Prédio da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste situado a rua A, 367 Jardim Santa Inês, telefone (66) 3488-1080 – 3488-1459 – 3488-1292 ou pelo E-mail: **(**

licitacao@santoantoniodoleste.mt.gov.br

).

Santo Antonio do Leste – MT, 01 de Abril de 2015.

WEVERTON ANCELMO P. DE SOUSA

PREGOEIRO

Portaria Nº. 002/2015

De 12 de Janeiro de 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEZAL

MUNICÍPIO DE SAPEZAL AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRONICO C/ SRP Nº 007/2015

O Município de Sapezal torna publico aos interessados o Resultado Final do Processo Licitatório realizado na modalidade de Pregão Eletrônico SRP nº 007/2015, cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS FARMACOLÓGICOS,** conforme segue: **ALL MEDICA DIST. DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA – ME,** inscrita no CNPJ nº *07.095.969/0001-32,* sagrou-se vencedora com o valor total de **R$ 29.079,00 (Vinte e Nove Mil e Setenta e Nove Reais); ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – EPP,** inscrita no CNPJ nº **04.217.590/0001-60,** sagrou-se vencedora com o valor total de **R$ 65.370,00 (Sessenta e Cinco Mil e Trezentos e Setenta Reais); BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA – ME,** inscrita no CNPJ nº **07.344.150/0001-61,** sagrou-se vencedora com o valor total de **R$ 86.972,90 (Oitenta e Seis Mil e Novecentos e Setenta e Dois Reais e Noventa Centavos); CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA,** inscrita no CNPJ nº **03.652.030/0001-70,** sagrou-se vencedora com o valor total de

R$ 163.548,50 (Cento e Sessenta e Três Mil e Quinhentos e Quarenta e Oito Reais e Cinquenta Centavos); DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA,

inscrita no CNPJ nº 02.520.829/0001-40, sagrou-se vencedora com o valor total de R$ 126.623,50 (Cento e Vinte e Seis Mil e Seiscentos e Vinte e Três Reais e Cinquenta Centavos); DISTRIBUIDORA BRASIL COML DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES, inscrita no CNPJ nº 07.640.617/0001-10, sagrou-se vencedora com o valor total de R$ 356.161,55 (Trezentos e Cinquenta e Seis Mil e Cento e Sessenta e Um Reais e Cinquenta e Cinco Centavos); DISTRIBUIDORA MERISIO LTDA – ME, inscrita no CNPJ nº 18.337.759/0001-20, sagrou-se vencedora com o valor total de R$ 32.494,20 (Trinta e Dois Mil e Quatrocentos e Noventa e Quatro Reais e Vinte Centavos); FM COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS E ORTOPEDICOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 65.851.271/0001-04, sagrou-se vencedora com o valor total de R$ 17.700,00 (Dezessete Mil e Setecentos Reais); HOSPFAR IND E COM DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ nº 26.921.908/0001-21, sagrou-se vencedora com o valor total de R$ 206.000,10; (Duzentos e Seis Mil e Dez Centavos); INJEX INDUSTRIAS CIRURGICAS LTDA, inscrita no CNPJ nº 59.309.302/0001-99, sagrou-se vencedora com o valor total de R$8.040,00 (Oito Mil e Quarenta Reais); INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 12.889.035/0001-02, sagrou-se vencedora com o valor total de R$87.193,00 (Oitenta e Sete Mil e Cento e Noventa e Três Reais); MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS, inscrita no CNPJ nº 06.935.554/0001-67, sagrou-se vencedora com o valor total de R$ 188.409,50 (Cento e Oitenta e Oito Mil e Quatrocentos e Nove Reais e Cinquenta Centavos); MEDICINALI PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI - ME , inscrita no CNPJ nº 20.918.668/0001-20, sagrou-se vencedora com o valor total de R$ 17.250,00 (Dezessete Mil e Duzentos e Cinquenta Reais); PRESTOMEDI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA A SAUDE LTDA, inscrita no CNPJ nº 10.749.915/0001-58, sagrou-se vencedora com o valor total de R$ 91.732,50 (Noventa e Um Mil e Setecentos e Trinta e Dois Reais e Cinquenta Centavos); VENEZA - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ nº 13.229.567/0001-86, sagrou-se vencedora com o valor total de R$ 23.100,00 (Vinte e Três Mil e Cem Reais). Totalizando o Valor de R$ 1.500.874,75 (Hum Milhão e Quinhentos Mil e Oitocentos e Setenta e Quatro Reais e Setenta e Cinco Centavos).

Sapezal – MT, 02 de abril de 2015.

Valdiney Gomes Paulino

Pregoeiro

AVISO DE ABERTURA DE PREGÃO PRESENCIAL SRP EDITAL Nº 010/2015 - AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEIS AUTOMOTORES (ALCOOL, DIESEL S - 10 E GASOLINA COMUM)

O Município de Sapezal, por intermédio de seu Pregoeiro Oficial, torna Público que realizará Sessão para julgamento:

Modalidade: Pregão Presencial SRP nº 010/2015

Tipo: Menor Preço por ITEM

Objeto: Registro de Preços para **AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEIS AUTOMOTORES (ALCOOL, DIESEL S - 10 E GASOLINA COMUM)**

Data da Sessão: **15 de abril de 2015.**

Horário: *08:00 horas da manhã (Horário Local)*

Local da Sessão: Sala de Licitações, localizada na Av. Antonio Andre Maggi, nº 1.400. O edital completo estará à disposição dos interessados no site da Prefeitura Municipal de Sapezal/MT – Site www.sapezal.mt.gov.br. Maiores informações 65 – 3383-4500.

Valdiney Gomes Paulino

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2015 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2015

VALIDADE: 12 (doze) meses oficiais.DATA: 31/03/2015*VIGÊNCIA:* 31/03/2016.

OBJETO: Registro de Preços para Aquisição de Protetor Solar para atender às necessidades das Secretarias Municipais, conforme descrição constante no Anexo I – Termo de Referência do Edital**.**

EMPRESA DETENTORA:

ATA Nº. 022/2015 –

ALG RIO COMÉRCIO DE PRODUTOS LTDA EPP -

CNPJ 05.763.509/0001-00, RIO DE JANEIRO/RJ

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	MARCA	UNIT	TOTAL
1	793	UNIDADE	PROTETOR SOLAR FPS 30 COM 200 ML	ALG SUN	7,50	5.947,50
2	6511	UNIDADE	PROTETOR SOLAR FPS 50 COM 200 ML	ALG SUN	7,50	48.832,50
TOTAL					R$ 54.780,00	

O teor dos documentos poderá ser obtido na Internet por meio do endereço www.sinop.mt.gov.br Para maiores esclarecimentos fax (66) 3517-5298 ou e-mail licitacao@sinop.mt.gov.br.

SINOP-MT, 01 DE ABRIL DE 2015.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO Nº 071/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - **CNPJ** 15.024.003/0001-32, em atendimento a solicitação oficial da: **SECRETARIA MUNICIPAL DE** *EDUCAÇÃO - CONTRATADA:* **ARENA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS LTDA EPP**, pessoa jurídica de Direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o número 04.494.844/0001-97, com sede na Rua Desembargador Enzo Ricci, n° 03 Quadra A Lote 16, Bairro Jardim Alencastro, CEP: 78085-024, na cidade de Cuiabá – Estado do Mato Grosso.

OBJETO: A finalidade do presente Termo é a Adesão a **Ata de Registro de Preços nº 071/2014** - **PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2014 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 052/ 2014**, de 19/05/2015 vigente até: 18/05/2015**,** para: **Aquisição de Parede Divisória em Gesso Acartonado, conforme solicitação das Secretarias Municipais**, nas mesmas condições e valores pactuados, conforme a segue: Conforme:

OFICIO Nº 003/2015/SME/COMPRAS,

de 20/02/2015 (Vinte de Fevereiro de Dois Mil e Quinze) – protocolo nº 1453 de 23/02/2015 e deferido em

31/03/2015, que solicita a Adesão, para atender: Ações da Secretaria Municipal de Educação com: Centro de Formação Continuada – escolas – e Creches Municipais. ADERE-SE A QUANTIDADE DOS ITENS ABAIXO: Sob as ATIVIDADES/DOTAÇÕES seguintes:

2053.339030.0000.0101.000000

Nº DO ITEM NA ATA	QUANT	DESCRIÇÃO	UND	MARCA	UNIT	TOTAL
01	632	PAREDE DIVISORIA EM GESSSO ACARTONADO COM ESTRUTURA METALICA	M²	LINCON	84,66	R$ 53.505,12

2054.339030.0000.0101.000000

Nº DO ITEM NA ATA	QUANT	DESCRIÇÃO	UND	MARCA	UNIT	TOTAL
01	632	PAREDE DIVISORIA EM GESSSO ACARTONADO COM ESTRUTURA METALICA	M²	LINCON	84,66	R$ 53.505,12

2056.339030.0000.0101.000000

Nº DO ITEM NA ATA	QUANT	DESCRIÇÃO	UND	MARCA	UNIT	TOTAL
01	158	PAREDE DIVISORIA EM GESSSO ACARTONADO COM ESTRUTURA METALICA	M²	LINCON	84,66	R$ 13.376,28

2057.339030.0000.0101.000000

Nº DO ITEM NA ATA	QUANT	DESCRIÇÃO	UND	MARCA	UNIT	TOTAL
01	158	PAREDE DIVISORIA EM GESSSO ACARTONADO COM ESTRUTURA METALICA	M²	LINCON	84,66	R$ 13.376,28
VALOR TOTAL DA ADESÃO						R$ 133.762,80

SINOP – MT, DIA 01 DE ABRIL DE 2015 PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP Juarez Alves da Costa Prefeito Municipal

MUNICÍPIO

TERMO DE CONTRATO N.°001/2015

CONTRATANTE: AGER - Agência reguladora dos Serviços públicos delegados do Município de Sinop, MT, representada por seu Diretor Presidente – Juventino José da Silva. **CONTRATADA**: DURA-LEX Sistemas de gestão pública LTDA-EPP, CNPJ n.°86.952.587/0001-54, Cuiabá/MT, representada pelo Sr. Ismael Felício de Toledo. **OBJETO:** Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de licenciamento de software de sistema integrado de gestão pública, desenvolvida para trabalhar em ambiente multiusuário em plataforma**. ORIGEM:** Processo Licitatório "Convite". VALOR DO CONTRATO: R$ 77.000,00(setenta e sete mil reais). **VIGÊNCIA:** Período de 12 meses oficiais: 19/03/2015 à 19/03/2016. Sinop/MT. **Juventino José da Silva - Diretor Presidente da AGER.**

PREVISINOP
PORTARIA N.º 162/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) MARINES SCATAMBULI."

A Diretor (a) Executivo (a) do PREVISINOP - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal,

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). **MARINES SCATAMBULI**, efetivo(a) no cargo de ZELADOR(A), referência "C", nível "07", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 10/03/2015 e término em 05/09/2015, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º **2015.05.13472R1**.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP - MT, 26/03/2015.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2015 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2015 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2015

VALIDADE: 12 (doze) meses oficiais.*DATA:* 3103/2015VIGÊNCIA: 3103/2016.

OBJETO: Registro de Preços para Aquisição de Grama "Esmeralda" para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, conforme descrição constante no Anexo I – Termo de Referência do Edital**.**

EMPRESA DETENTORA:

ATA Nº. 024/2015 –

GRAMEIRA SINOP LTDA ME - CNPJ 04.778.991/0001-99, SINOP/MT

ITEM	QUANT.	UND.	DECRIÇÃO	MARCA	UNIT	TOTAL
01	150.000	M²	GRAMA "ESMERALDA" – ZOYSIA JAPONICA - EM PLACAS DE 40 CM DE LARGURA POR 1,25 METRO DE COMPRIMENTO, UNIFORMES, BEM ENRAIZADA E ISENTA DE PRAGAS E DOENÇAS.	GRAMEIRA SINOP	5,90	885.000,00
VALOR TOTAL						R$ 885.000,00

O teor dos documentos poderá ser obtido na Internet por meio do endereço www.sinop.mt.gov.br Para maiores esclarecimentos fax (66) 3517-5298 ou e-mail licitacao@sinop.mt.gov.br.

SINOP-MT, 01 DE ABRIL DE 2015.

PREVISINOP
PORTARIA N.º 157/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) PAULA VILAS BOAS REIS."

A Diretor (a) Executivo (a) do PREVISINOP - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal,

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). **PAULA VILAS BOAS REIS**, efetivo(a) no cargo de TERAPEUTA OCUPACIONAL , referência "B", nível "02", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 09/03/2015 e término em 17/04/2015, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º **2015.05.13534R1**.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP - MT, 26/03/2015.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREVISINOP
PORTARIA N.º 156/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) MARIA APARECIDA FERREIRA."

A Diretor (a) Executivo (a) do PREVISINOP - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal,

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). **MARIA APARECIDA FERREIRA**, efetivo(a) no cargo de PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 40HS C/POS, referência "C", nível "05", lotado(a)

na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 10/04/2015 e término em 08/06/2015, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º **2015.05.15884P**.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP - MT, 26/03/2015.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREVISINOP
PORTARIA N.º 155/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) CARMELINA PEDROSO DO AMARAL."

A Diretor (a) Executivo (a) do PREVISINOP - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal,

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). **CARMELINA PEDROSO DO AMARAL**, efetivo(a) no cargo de PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 40HS, referência "C", nível "07", lotado(a) na PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP/MT, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 08/04/2015 e término em 17/04/2015, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º **2015.05.15878P**.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP - MT, 26/03/2015.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREVISINOP
PORTARIA N.º 161/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) HELENA MARIA PICKLER."

A Diretor (a) Executivo (a) do PREVISINOP - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal,

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). **HELENA MARIA PICKLER**, efetivo(a) no cargo de AUXILIAR DE NUTRIÇÃO, referência "C", nível "03", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 04/03/2015 e término em 02/05/2015, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º **2015.05.12363R1**.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP - MT, 26/03/2015.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREVISINOP
PORTARIA N.º 154/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) NEUSA TINO BOTON."

A Diretor (a) Executivo (a) do PREVISINOP - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal,

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). **NEUSA TINO BOTON**, efetivo(a) no cargo de PROF. LIC. EM LETRAS 20 HS, referência "C", nível "04", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 03/04/2015 e término em 02/05/2015, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º **2015.05.15872P**.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP - MT, 26/03/2015.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

SAAES
PORTARIA Nº 017/2015 - SAAES

PORTARIA Nº 017/2015

DATA: 01 de abril de 2015

SÚMULA: Interrupção, a pedido, da licença anteriormente concedida pela portaria 026/2014 de 30 de Outubro de 2014, com fulcro no § 3º, do artigo 137, da Lei nº 254/93 e integração no cargo de Encanador, do servidor **ALEXANDRE DA BIOT.**

TEODORO MOREIRA LOPES, DIRETOR PRESIDENTE DO SAAES – SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica interrompida, a pedido, a licença anteriormente concedida pela portaria 026/2014 de 30 de Outubro de 2014, com fulcro no § 3º, do artigo 137, da Lei nº 254/93 e integração no cargo de Encanador, Referência CE-16, do servidor ALEXANDRE DA BOIT, a partir de 01 de abril de 2015.

Art. 2º. Feita as anotações, publique-se e afixe-se.

GABINETE DO DIRETOR DO SAAES,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 01 de abril de 2015.

TEODORO MOREIRA LOPES

Diretor Presidente do SAAES

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP
COMUNICAÇÃO DE JULGAMENTO PROPOSTA TÉCNICA

Referente: Tomada de Preço nº 001/2015

Comunicamos o resultado do Julgamento da Proposta Técnica, referente à Tomada de Preços nº 001/2015, tendo como objeto: Contratação de empresa de publicidade e propaganda para criação e divulgação dos trabalhos institucionais e legislativos da Câmara Municipal de Sinop.

1ª Colocada - Empresa S F Severo (Selva Comunicação) CNPJ 10.496.618/0001-48 com 67,18 pontos; 2ª Colocada - Empresa Invent Comunicação e Marketing Ltda CNPJ nº 03.725.372/0001-73 com 66,09 pontos;

Ficam as empresas notificadas a partir da presente data.

Sinop, 01 de Abril de 2015.

Marcieli R. Gomes

Presidente - CPL

PREVISINOP
PORTARIA N.º 152/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) MARIA GOUVEA CAMARGO."

A Diretor (a) Executivo (a) do PREVISINOP - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal,

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). **MARIA GOUVEA CAMARGO**, efetivo(a) no cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM, referência "B", nível "05", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 06/04/2015 e término em 05/05/2015, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º **2015.05.15877P**.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP - MT, 26/03/2015.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREVISINOP
PORTARIA N.º 160/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) MARCIA DE OLIVEIRA GUARDA."

A Diretor (a) Executivo (a) do PREVISINOP - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal,

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). **MARCIA DE OLIVEIRA GUARDA**, efetivo(a) no cargo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E INFRA-ESTRUTURA, referência "C", nível "02", lotado(a) na PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP/MT, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 11/03/2015 e término em 04/04/2015, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º **2015.05.15886P**.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP - MT, 26/03/2015.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREVISINOP
PORTARIA N.º 158/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) MARLI FRANCISCA DE PAULA ."

A Diretor (a) Executivo (a) do PREVISINOP - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal,

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). **MARLI FRANCISCA DE PAULA** , efetivo(a) no cargo de ZELADOR, referência "B", nível "02", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 08/03/2015 e término em 14/04/2015, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º **2015.05.08832R9**.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP - MT, 26/03/2015.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PORTARIA Nº. 186/2015

DATA: 31 de março de 2015

SÚMULA: Designa o servidor Marcelo Roberto Klement a função de Fiscal do Contrato nº. 025/2014.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº. 133/2008, de 18 de dezembro de 2008, que aprovou a Instrução Normativa nº. 016/2008 que estabelece normas e procedimentos para acompanhamento e controle da execução dos contratos;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar o servidor Marcelo Roberto Klement – Enfermeiro, matrícula 8888, a função de Fiscal do Contrato nº. 025/2014 que trata da **"Contratação do Sistema Inteligente de Pesquisa de Preços – BANCO DE PREÇOS – destinado a atender solicitação da Secretaria Municipal de Administração"**, referente à Inexigibilidade nº. 005/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº. 186/2014, de 12 de março de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 31 de março de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2015 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2015

VALIDADE: 12 (doze) meses oficiais.DATA: 31/03/2015*VIGÊNCIA:* 31/03/2016.

OBJETO: Registro de Preços para Contratação de Empresa Especializada em Prestação de Serviços de Borracharia para atender às necessidades das Secretarias Municipais, conforme descrição constante no Anexo I – Termo de Referência do Edital**.**

EMPRESA DETENTORA:

ATA Nº. 0232015 –

MARIA ELI FERREIRA - MEI -

CNPJ 16.742.378/0001-09, SINOP/MT

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	MARCA	UNIT	TOTAL
1	30	UNIDADE	CONSERTO PNEUS 275/295/1000X20/900/1100X20	XAXINS	36,00	1.080,00
2	20	UNIDADE	TROCA DE BICO DE PNEUS 275/295/1000X20/900X20/1100X20	XAXINS	27,00	540,00
3	23	UNIDADE	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PNEUS 275/295/1000X20/900X20/1100X20	XAXINS	35,00	805,00
4	25	UNIDADE	VULCANIZAÇAODE PNEUS 275/295/1000X20/900X20/1100X20	XAXINS	188,00	4.700,00
5	219	UNIDADE	CONSERTO DE PNEUS DE MOTOCICLETA	XAXINS	18,00	3.942,00
6	704	UNIDADE	CONSERTO PNEUS LINHA LEVE	XAXINS	15,00	10.560,00
7	347	UNIDADE	CONSERTO DE PNEUS LINHA UTILITARIOS	XAXINS	18,00	6.246,00
8	442	UNIDADE	VULCANIZAÇÃO DE PNEUS VEICULOS LINHA LEVE	XAXINS	33,00	14.586,00
9	292	UNIDADE	VULCANIZAÇÃO DE PNEUS VEICULOS UTILITARIOS	XAXINS	43,00	12.556,00
10	294	UNIDADE	TROCA DE BICO DE PNEUS LINHA UTILITARIOS	XAXINS	14,00	4.116,00
11	417	UNIDADE	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PNEUS LINHA UTILITARIOS	XAXINS	15,00	6.255,00
12	396	UNIDADE	TROCA DE BICO DE PNEUS LINHA LEVE	XAXINS	13,50	5.346,00
13	614	UNIDADE	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PNEUS LINHA LEVE	XAXINS	13,00	7.982,00
14	175	UNIDADE	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PNEUS DE MOTOCICLETAS	XAXINS	15,00	2.625,00
15	5	UNIDADE	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PNEUS 13000/140000X24	XAXINS	85,00	425,00
16	15	UNIDADE	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PNEU 14.09X24/14.9X26/14.9X28	XAXINS	80,00	1.200,00
17	15	UNIDADE	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PNEUS 18.4X26/18.4/30/18.4/34	XAXINS	105,00	1.575,00
18	5	UNIDADE	TROCA DE BICO DE PNEUS 13000/140000X24	XAXINS	38,00	190,00
19	15	UNIDADE	TROCA DE BICO DE PNEU 14.09X24/14.9X26/14.9X28	XAXINS	38,00	570,00
20	15	UNIDADE	TROCA DE BICO DE PNEUS 18.4X26/18.4/30/18.4/34	XAXINS	38,00	570,00
21	10	UNIDADE	CONSERTO PNEU 14.09X24/14.9X26/14.9X28	XAXINS	88,00	880,00
22	10	UNIDADE	CONSERTO DE PNEU 18.4X26/18.4/30/18.4/34	XAXINS	120,00	1.200,00
VALOR TOTAL					R$87.949,00	

O teor dos documentos poderá ser obtido na Internet por meio do endereço www.sinop.mt.gov.br Para maiores esclarecimentos fax (66) 3517-5298 ou e-mail licitacao@sinop.mt.gov.br.

SINOP-MT, 01 DE ABRIL DE 2015.

PREVISINOP
PORTARIA N.º 159/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) ZENIR RODRIGUES MACIEL COSTA."

A Diretor (a) Executivo (a) do PREVISINOP - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal,

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). **ZENIR RODRIGUES MACIEL COSTA**, efetivo(a) no cargo de PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 40HS C/POS, referência "B", nível "04", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 09/03/2015 e término em 07/04/2015, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º **2015. 05.10009R2**.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP - MT, 26/03/2015.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PORTARIA Nº. 185/2015

DATA: 30 de março de 2015

SÚMULA: Exonera, a pedido, do quadro temporário, os servidores que menciona.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Exonerar, a pedido, do quadro Temporário, os servidores que menciona:

MAT	NOME	CARGO	CE	EXONERAÇÃO
11563	ANA KATIA ALVES DA SILVA DE ARAUJO	PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS- TEMP	29	11.03.2015

11410	ELEN POLIANA DA SILVA GRACIANO	PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS- TEMP	29	04.03.2015
11359	JOCILENE ROCHA DA CUNHA	PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS- TEMP	29	11.03.2015
11577	PRICILA GONÇALVES DA SILVA	PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS- TEMP	29	11.03.2015
11562	VALMIRA GOMES DA SILVA MACHADO	PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS- TEMP	29	09.03.2015
11438	TATIANA APARECIDA HUNHAS	PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS- TEMP	29	27.03.2015
11519	WILIAN CHARLY OLIVEIRA	MULTI MEIOS DIDATICOS -TEMP	30-02	27.03.2015

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 30 de março de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 184/2015

DATA: 30 de março de 2015

SÚMULA: Torna pública a Entrada em Exercício, no quadro TEMPORARIO, dos servidores que mencionam.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Tornar pública a entrada em exercício no quadro Temporário, dos servidores que mencionam:

MATR	NOME	CARGO	CE	ADMISSÃO
11456	ADRIANA ARZA MALALA	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	02/03/2015
11572	ALAN KARDEC RODRIGUES DA SILVA	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	23/03/2015
11543	ALEF DE SOUZA COSTA	1032 - MULTI MEIOS DIDATICOS- TEMP	30-02	04/03/2015
11427	ALESSANDRA CRISTIANE DOS SANTOS NERVO	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	02/03/2015
11556	ALVANI FELICIANA DE BRITO	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	18/03/2015
11537	ANA CAROLINI DO NASCIMENTO	1034 - PROF. LIC. EM ED. FISICA 30 HS - TEMP	29	03/03/2015
11580	ANA CARVALHO CORREIA	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	24/03/2015
11563	ANA KATIA ALVES DA SILVA DE ARAUJO	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	02/03/2015
11437	ANA PAULA SCHAEDLER ZARTH	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	02/03/2015
11470	ANDREIA COSTA FENILI	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	05/03/2015
11504	ANDREIA DE OLIVEIRA DIAS	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	05/03/2015
11585	ANTONIA FERNANDES DE ALMEIDA	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	25/03/2015
11521	ANTONIA RAITER DE SOUZA	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	04/03/2015
11530	BEYBIANE DOS SANTOS SARAIVA	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	03/03/2015
11502	CAROLINE FERNANDES GUIMARAES XAVIER	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	04/03/2015
11442	CAROLINE GAIESKI	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	03/03/2015
11544	CATARINA CECILIA WELTER	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	05/03/2015
11463	CATIA FERNANDA RISTOFF	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	02/03/2015
11529	CELIA GARCIA IORI	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	03/03/2015
11474	CELOIDE HOFFMANN	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	03/03/2015
11578	CESAR MENDES	974 - MOTORISTA IV - TEMP	14	20/03/2015
11507	CIBELIA MARCOLINA BATISTA	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	04/03/2015
11461	CINTIA DAIANE NUNES PEREIRA PALUDO	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	02/03/2015
11528	CLAUDIA PEREIRA DOS SANTOS	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	05/03/2015
11527	CRISTINA MOMOLI	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	05/03/2015
11540	DANIEL FERREIRA	974 - MOTORISTA IV - TEMP	14	09/03/2015
11576	DANIELA FONTANA GOULART	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	09/03/2015
11541	DAPHINE DOROSO BUOSI	1032 - MULTI MEIOS DIDATICOS- TEMP	30-02	04/03/2015
11424	DEIZE DA SILVA COSTA BESERRA	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	03/03/2015
11446	DERLI INES BIONDO LOPES DOS SANTOS	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	03/03/2015
11481	DILZA FLORES MACIEL	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	03/03/2015
11505	DIUVANA APARECIDA BARBOSA	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	06/03/2015
11570	DORACI DE CASSI PELEGRINI DA SILVA	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	19/03/2015
11526	EDNA CRISTINA DA SILVA OLIVEIRA	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	06/03/2015
11525	EDNA NOVAIS RIBEIRO ROOS	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	05/03/2015
11432	EDNA QUEIROZ RAMOS	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	03/03/2015
11423	EDNILSON JOSE DA SILVA FERNANDES	974 - MOTORISTA IV - TEMP	14	13/03/2015
11586	ELEN POLIANA DA SILVA GRACIANO	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	05/03/2015
11426	ELIDA GOMES DA SILVA	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	02/03/2015
11469	ELIDIA DOS SANTOS	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	05/03/2015
11431	ELISANGELA CRISTINA DOS SANTOS	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	02/03/2015
11444	ELIZAMARA FEDERLE	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	03/03/2015
11516	ELIZANGELA CEZARIA DE OLIVEIRA	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	17/03/2015
11565	ENI APARECIDA DA CRUZ	974 - MOTORISTA IV - TEMP	14	18/03/2015
11459	ERICA SABRINA DOS SANTOS BARBOZA	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	04/03/2015
11518	ERIKA CAROLINA MATIAS L FIGUEIREDO	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	04/03/2015
11487	EVA MARIA MORAES KRITLI ANDRADE	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	02/03/2015

11553	EVANI DA SILVA PINTO	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	18/03/2015
11524	FABIO JUNIOR RISTOFF	1034 - PROF. LIC. EM ED. FISICA 30 HS - TEMP	29	02/03/2015
11546	FABIO KAWATI	1032 - MULTI MEIOS DIDATICOS- TEMP	30-02	03/03/2015
11457	FABIO LEANDRO MACHADO	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	02/03/2015
11441	FABIO PENTEADO DE SOUZA	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	02/03/2015
11550	FRANCIELE RIBEIRO DE SOUSA	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	04/03/2015
11523	FRANCIELE ZULEIDE LAND	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	02/03/2015
11517	GELSA OLIVEIRA SEHNEM	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	02/03/2015
11484	GENIVAN ALVES DE ALMEIDA DA SILVA	974 - MOTORISTA IV - TEMP	14	10/03/2015
11536	GISELE MONALISA DO CARMO TAGLIEBER	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	05/03/2015
11488	GISLAINE APARECIDA ZIMMER	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	02/03/2015
11476	GISLAINE RODRIGUES DA SILVA	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	02/03/2015
11448	GRASIELE BASTOS	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	03/03/2015
11509	HELOYSA CRISTINA ALMEIDA DE ARRUDA	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	02/03/2015
11483	HORACIO GREGORIO DA SILVA	974 - MOTORISTA IV - TEMP	14	06/03/2015
11458	IRANILDA ALVES NOGUEIRA GOMES	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	02/03/2015
11559	IVONETE RIBEIRO	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	18/03/2015
11440	JESSICA SIMPLICIO DE SOUSA	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	03/03/2015
11422	JOCILENE ROCHA DA CUNHA	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	16/03/2015
11454	JOELMA ADRIANA TEIXEIRA	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	04/03/2015
11531	JORGE JOSE KLAUCH	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	05/03/2015
11522	JOSIANY RANGEL MARINHEIRO	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	02/03/2015
11439	JOSIAS PEREIRA DE SOUZA	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	03/03/2015
11555	JULIANA A DO CARMO A DA SILVA FERNANDES	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	18/03/2015
11538	JULIANA ANDREIA PICOLI	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	05/03/2015
11506	JULIANE BIANCHINI	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	04/03/2015
11472	JUVENAL ANTONIO DE SOUZA	974 - MOTORISTA IV - TEMP	14	05/03/2015
11434	KATIANE ASMANN	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	02/03/2015
11510	KEILA ALESSANDRA FURLANETTO	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	05/03/2015
11468	KEILA CARNEIRO DA SILVA OLIVEIRA	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	06/03/2015
11539	KELE APARECIDA DE SOUZA	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	05/03/2015
11489	KELY CRISTIANE DA SILVA	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	04/03/2015
11430	KELY ELOIR DE CAMPOS SANTOS	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	02/03/2015
11542	LARISSA INES SIMOES PEREIRA	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	04/03/2015
11568	LAURA HERONDINA MORAES	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	19/03/2015
11575	LENIR GUEDES	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	02/03/2015
11547	LETICIA CAROLINE LOPES	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	02/03/2015
11512	LIGIANE CRISTINA SCHURICH DA SILVA	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	12/03/2015
11535	LUCELIA SANTANA FIALHO	1032 - MULTI MEIOS DIDATICOS- TEMP	30-02	04/03/2015
11475	LUCIA DO CARMO DA SILVA	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	02/03/2015
11532	LUCIANA APARECIDA ANDRADE FENILI GAZDA	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	05/03/2015
11466	LUCIANI MARIA NERI DA SILVA	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	02/03/2015
11445	LUCIMAR TAFAREL	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	03/03/2015
11534	LUIZ DA SILVA SOARES	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	03/03/2015
11429	LUZIANE FANINI ATAIDES BERTOLETI	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	02/03/2015
11482	LUZILENE RAMOS	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	06/03/2015
11447	LUZINEIDE BARBOZA DE SOUSA	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	03/03/2015
11584	MAGDA MOURA DOS SANTOS	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	25/03/2015
11428	MARCELA MONTEIRO DE SOUZA	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	02/03/2015
11581	MARCIA RODRIGUES DA SILVA	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	19/03/2015
11503	MARCIA VIEIRA DE SOUZA	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	04/03/2015
11443	MARCILENE DO NASCIMENTO SILVA DE PAULA	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	03/03/2015
11566	MARIA ADELAIDE SILVEIRA DA SILVA	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	19/03/2015
11567	MARIA ANGELA HELMANN NUNES	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	23/03/2015
11460	MARIA APARECIDA BAPTISTA DA S OLIVEIRA	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	02/03/2015
11479	MARIA DE FATIMA DE CASTILHO	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	05/03/2015
11471	MARIA HELENA KANASHIRO OGAWA	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	05/03/2015
11418	MARIANE ASSMANN	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	02/03/2015
11533	MARICLER BECKER	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	02/03/2015
11569	MARILENE DALLAGNOL	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	23/03/2015
11478	MARIZETE APARECIDA MAGGI BERGMANN	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	02/03/2015
11449	MARLA DANUZI VALENTE	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	03/03/2015
11464	MARLI STRAUB	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	03/03/2015
11558	MARTA ELIZETE BUCHELT	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	18/03/2015
11514	MAYLA LUZIA ALGAYER PELUSO	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	16/03/2015
11501	MICHELI RAQUEL MARSCHALL	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	04/03/2015
11467	MITSI MARTINS TAMASHIRO	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	06/03/2015
11490	NADIA LIA PAVAN	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	02/03/2015
11491	NADIESCA REGINA SITTON	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	05/03/2015
11420	NAIRA ROBERTA ANTONIOLI DOS SANTOS	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	04/03/2015
11574	NATANAELTON GONCALVES DA SILVA BRITO	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	10/03/2015
11573	NEIDE VEIGA	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	10/03/2015
11492	ODETE SANTIN	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	05/03/2015
11485	PATRICIA POLIANA GADANI HRYSYK	1032 - MULTI MEIOS DIDATICOS- TEMP	30-02	06/03/2015
11486	PATRICK GODOI	1032 - MULTI MEIOS DIDATICOS- TEMP	30-02	06/03/2015
11421	PERLLA DE AGUIAR DUTRA	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	02/03/2015
11473	POLIANA ACS TEODORO	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	03/03/2015

11577	PRICILA GONCALVES DA SILVA	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	05/03/2015
11462	PRISCILA MARENGO SEGRILLO	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	02/03/2015
11545	RAFAEL KORBES ZONIN	1032 - MULTI MEIOS DIDATICOS- TEMP	29	04/03/2015
11425	RAISSA LAMPERT OSMARI	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	06/03/2015
11453	REJANE TEIXEIRA DA SILVA BARBOSA	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	05/03/2015
11549	RENATA APARECIDA SILVA DOS SANTOS	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	04/03/2015
11513	RICARDO SOUZA DA SILVA	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	13/03/2015
11450	RITA DE CASSIA MARTINS BATISTA	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	02/03/2015
11564	RODOLFO SENNA DA SILVA	1032 - MULTI MEIOS DIDATICOS- TEMP	30-02	04/03/2015
11480	ROSALBA BARCELO LOUREDO	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	06/03/2015
11548	ROSANGELA DE SOUZA SOARES ANCEL	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	04/03/2015
11477	ROSANGELA GOMES MOREIRA	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	02/03/2015
11493	ROSANGELA PIRES DE LIMA GEMINIANO	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	04/03/2015
11583	ROSEANI DO CARMO WERNER	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	20/03/2015
11552	ROSEMARY CORREA PONTES	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	04/03/2015
11515	ROSENEIDE BEZERRA DE SOUZA	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	16/03/2015
11557	ROSENIR SILVA DA COSTA SAMPAIO	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	18/03/2015
11436	ROSILENE DA SILVA FERNANDES	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	03/03/2015
11587	ROSIMEIRE DA SILVA	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	26/03/2015
11508	ROZILDA SOARES VITOR SILVA	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	02/03/2015
11511	SANDRA CLEONICE DA SILVA MATTOS	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	06/03/2015
11494	SANDRA SANTANA DA SILVA	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	03/03/2015
11588	SELMA REGINA CONSTANTINO	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	26/03/2015
11496	SERGIO ROBERTO TRINDADE DIUNISIO	1032 - MULTI MEIOS DIDATICOS- TEMP	30-02	05/03/2015
11495	SILEIDE DE SOUZA RODRIGUES	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	04/03/2015
11579	SIMONE CASADO DE LIMA	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	23/03/2015
11520	SIMONE EMI KAVASOKO	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	02/03/2015
11455	SIMONE PEREIRA DOS SANTOS	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	02/03/2015
11554	SIRLEI SPIES	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	18/03/2015
11435	SONIA DE FATIMA CAMARGO	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	03/03/2015
11452	SONIA MARIA BARROS AMORIM	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	05/03/2015
11451	SUELI FRANCISCO DE OLIVEIRA	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	02/03/2015
11465	TALITA MARIA PEREIRA	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	02/03/2015
11438	TATIANA APARECIDA HUNHAS	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	02/03/2015
11433	VALDINEIA ANICETO DE SOUZA RODRIGUES	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	02/03/2015
11551	VALESKA GUIMARAES MAZZONI	1032 - MULTI MEIOS DIDATICOS- TEMP	30-02	03/03/2015
11562	VALMIRA GOMES DA SILVA MACHADO	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	04/03/2015
11571	VANDERLEIA FERREIRA BEZERRA	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	19/03/2015
11497	VANESSA MARGARETH SOARES	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	02/03/2015
11499	VANIA CRISTINA MARQUES	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	02/03/2015
11582	VANIA REGINA MORANDI FERREIRA	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	24/03/2015
11498	VERA LUCIA DE LIMA FERNANDES	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	02/03/2015
11500	WALTER COSTA DE JESUS JUNIOR	1032 - MULTI MEIOS DIDATICOS- TEMP	30-02	06/03/2015
11519	WILIAN CHARLY OLIVEIRA	1032 - MULTI MEIOS DIDATICOS- TEMP	30-02	06/03/2015

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 30 de março de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2.456, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

Altera o art. 1º da Lei nº 1758/2008, que autoriza o Executivo Municipal a receber área de ELUP do futuro loteamento Santa Mônica no Loteamento Jardim Autora, revoga as Leis 2.379/2014 e 2.385/2014, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal de Sorriso aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o art. 1º da Lei nº 1758, de 08 de dezembro de 2008, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber a área destinada a Espaço Livre de Uso Público – ELUP (área verde) do futuro Loteamento Santa Mônica com área de 117.534,77 (cento e dezessete mil, quinhentos e trinta e quatro metros e setenta e sete centímetros quadrados), no Loteamento Jardim Aurora composta pelo lote urbano nº 1A da quadra 83, do Loteamento Jardim Aurora, na cidade de Sorriso, Estado de Mato Grosso, com área de 3.421,20 m² (três mil, quatrocentos e vinte e um metros quadrados e dois mil centímetros quadrados, devidamente matriculado no Cartório de Registro de Imóveis de Sorriso-MT, sob nº 49.594, perfazendo o percentual de 3% (três por cento), exigidos pela legislação.

Art. 2º Ficam revogadas as Leis nº 2.379, de 07 de agosto de 2014 e 2. 385, de 21 de agosto de 2014.

Art. 3º

Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 01 de abril de 2015.

DILCEU ROSSATO

Prefeito Municipal

Marilene Felicitá Savi

Secretária de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2.457, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

Autoriza abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento Geral do Município, do Exercício Financeiro de 2015 e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal de Sorriso aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, no Orçamento Geral do Município, do exercício financeiro de 2015, um Crédito Adicional Especial, nos termos do Art. 41, inciso II, da Lei 4.320/64, no valor de R$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais), criando novo elemento de despesa, com a seguinte classificação, destinado a atender à seguinte dotação orçamentária:

05 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

05.001 – Gabinete do Secretário

05.001.15 – Urbanismo

05.001.15.451 – Infra Estrutura Urbana

05.001.15.451.0012- Desenvolvimento da Infra Estrutura Urbana.

05.001.15.451.0012.1.102 – Realização de Drenagem, Recap. e Pavim. Asf.

3390.30.00.00.00 – Material de Consumo - R$ 750.000,00

Art. 2º Para cobertura do Crédito Adicional Especial autorizado no artigo 1º desta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a anular igual importância, nos termos do Art. 43, § 1º, Inciso III, da Lei 4.320/64, das seguintes dotações orçamentárias:

05 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

05.001 – Gabinete do Secretário

05.001.15 – Urbanismo

05.001.15.451 – Infra Estrutura Urbana

05.001.15.451.0012- Desenvolvimento da Infra Estrutura Urbana

05.001.15.451.0012.1.102 – Realização de Drenagem, Recap. e Pavim. Asf.

4490.51.00.00.00 – Obras e Instalações - R$ 750.000,00

Art. 3º Fica vedado ao Poder Executivo utilizar os recursos do crédito ora autorizado para suplementar dotações orçamentárias diferentes da autorizada no artigo 1º desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 01 de abril de 2015.

DILCEU ROSSATO

Prefeito Municipal

Marilene Felicitá Savi

Secretária de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2.458, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

Autoriza o Município de Sorriso a entabular Termo de Cooperação Técnica com o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso para elaboração de projeto e execução de obras de ampliação e reforma do prédio do Fórum da Comarca de Sorriso e sua incorporação como patrimônio do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal de Sorriso aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Sorriso/MT autorizado a entabular Termo de Cooperação Técnica com o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.

Art. 2º O objeto do Termo de Cooperação Técnica compreende a elaboração de projeto e execução de obras de ampliação e reforma do prédio do Fórum da Comarca de Sorriso/MT, assim como a sua incorporação como doação ao patrimônio do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso.

§ 1º Na execução dos serviços de que trata o "caput" deste artigo, o Município poderá despender até a importância de R$170.000,00 (cento e setenta mil reais).

§2º Os serviços poderão ser executados pela própria Administração Municipal e/ou por meio de terceiro, a critério do Executivo Municipal, observando-se as regras gerais para a contratação com o Poder Público.

Art. 3º O disposto nesta Lei tem como objetivo de proporcionar melhor estrutura física do Fórum da Comarca de Sorriso de modo a possibilitar a instalação de mais uma Vara, com magistrado e servidores, para atender melhor as necessidades da população Sorrisense e dar tratamento adequado e justo as suas demandas.

***Art. 4º* Para atender as despesas de que trata o Artigo 2º desta Lei, serão utilizados os recursos provenientes da dotação abaixo especificada:**

02 – Gabinete do Prefeito

02.001 – Gabinete do Prefeito

02.001.02 – Judiciário

02.001.02.062 – Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário

02.001.02.062 0038 – Gestão e Manutenção do Gapre

02.001.02.062 0038.1.243 – Ampliação e Reforma do Fórum da Comarca de Sorriso

449051.00- Obras e Instalações - R$ 170.000,00 (cento e oitenta mil reais).

Art. 5º Para fazer face ao crédito aberto no artigo anterior fica autorizado a anular parcialmente dotação orçamentária nos termos do art 43, § 1º, III da Lei 4.320/64:

02 – Gabinete do Prefeito

02.001 – Gabinete do Prefeito

02.001.04 – Administração

02.001.04.122 – Administração Geral

02.001.04.122.0038 – Gestão e Manutenção do Gapre

02.001.04.122.0038.1006 – Aquisição de Equipamento e Material Permanente

02.001.04.122.0038.1006.4490.52.00 (696) – Equipamentos e Material Permanente - R$ 50.000,00

10 – Secretaria Municipal de Administração

10.001 – Gabinete do Secretário

10.001.122 – Administração

10.001.04.122 – Administração Geral

10.001.04.122.0027 – Gestão e Manutenção da SEMAD

10.001.04.122.0027.2010 – Manutenção das Atividades da SEMAD

10.001.04.122.0027.2010.339039.00 (470) – Outros Serviços e Encargos Pessoa Jurídica - R$ 50.000,00

03 – Secretaria Municipal de Fazenda

03.001 – Gabinete do Secretário

03.001.04 – Administração

03.001.04.123 – Administração Financeira

03.001.04.123.0032 – Gestão e Manutenção da SEMFAZ

03.001.04.123.0032.2078 – Manutenção das Atividades da SEMFAZ

03.001.04.123.0032.2078.339039.00 (236) – Outros Serviços e Encargos Pessoa Jurídica - R$ 70.000,00

Art. 6º

Fica incluso a Ação e Meta: Ampliação e Reforma do Fórum da Comarca de Sorriso na Lei n º2241/2013 que dispõe sobre o Plano Plurianual de Investimentos de 2014 a 2017 e na Lei nº. 2.409/2014 que dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 01 de abril de 2015.

DILCEU ROSSATO

Prefeito Municipal

Marilene Felicitá Savi

Secretária de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 307, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

Nomeia fiscal de obra, revoga portaria e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso,no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear como fiscal de Obra, cujo objeto é a construção do PSF Porte I, no Assentamento Jonas Pinheiro, referente a Tomada de Preços nº 003/2014, Contrato nº 011/2014, a servidora Leonice Sônia de Toni, Engenheiro Civil, CREA 120130558-6.

Art. 2º Revogar a Portaria nº 037 de 22 de janeiro de 2014;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato grosso, em 01 de abril de 2015.

DILCEU ROSSATO

Prefeito Municipal

Marilene Felicitá Savi

Secretária de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 308, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

Nomeia fiscal de obra, revoga portaria e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso,no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear como fiscal da Obra cujo o objeto é a Troca e Ampliação da Cobertura das Piscinas no Centro de Convivência dos Idosos e Ampliação e Reforma dos Vestiários, referente à Tomada de Preços nº 015/2014, Contrato nº 078/2014 a servidora Leonice Sônia de Toni, Engenheiro Civil, CREA 120130558-6.

Art. 2º Revogar a Portaria nº 695 de 14 de outubro de 2014;

Art. 3º

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato grosso, em 01 de abril de 2015.

DILCEU ROSSATO

Prefeito Municipal

Marilene Felicitá Savi

Secretária de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 295, DE 30 DE MARÇO DE 2015.

Exonera da função gratificada o servidor que menciona e dá outras providências.

Dilceu Rossato, prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Exonerar da função gratificada, o servidor que menciona conforme segue:

NOME	CARGO	FG	DATA
Marcelle Carolina Jacobs Costa Lopes	Técnico Administrativo II	06	01.03.2015

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 30 de março de 2015.

DILCEU ROSSATO

Prefeito Municipal

Marilene Felicitá Savi

Secretária de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 310, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

Nomeia fiscal de obra, revoga portaria e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso,no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear como fiscal da Obra cujo objeto é a Construção de um alambrado em todo o perímetro da Área do Aeroporto Municipal, referente à Tomada de Preços nº 002/2015, Contrato nº 024/2015 a servidora Leonice Sônia de Toni, Engenheiro Civil, CREA 120130558-6.

Art. 2º Revogar a Portaria nº 222 de 24 de fevereiro de 2015;

Art. 3º

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato grosso, em 01 de abril de 2015.

DILCEU ROSSATO

Prefeito Municipal

Marilene Felicitá Savi

Secretária de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 296, DE 30 DE MARÇO DE 2015.

Concede Promoção Horizontal por Titulação aos servidores que menciona e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e,

CONSIDERANDO o disposto no art. 15 da Lei Complementar nº 134/2011;

CONSIDERANDO que o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos – PCCV é um instrumento de desenvolvimento e valorização do servidor, com

vista à eficiência. À eficácia e à efetividade da gestão dos processos de serviço dos quadros setoriais da administração;

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder Promoção Horizontal por Titulação, aos servidores vinculados ao PCCV 139/2011, abaixo mencionados:

APOIO EDUCACIONAL OPERACIONAL

Matrícula	Servidor	Função	Classe Anterior	Classe Atual
567	Antonia Minetto Machado	Merendeira	C-4	D-4
555	Adair Pólido Roldão	Zeladora	C-4	D-4
161	Neusa Konrad Pieper	Zeladora	C-4	D-4
691	Salete Maria Schier	Merendeira	C-4	D-4
649	Maria de Fátima Finger Ferreira	Merendeira	C-4	D-4
705	Zenaide Marcelino do Nascimento de Sá	Zeladora	C-4	D-4
632	Lilian Mariana Dias Torres	Zeladora	C-4	D-4
601	Evanilda Pedroza de Barros	Zeladora	C-4	D-4
591	Eliane Gomes da Costa	Aux. De Serviços Gerais	C-4	D-4
681	Regina de Souza Miranda	Merendeira	C-4	D-4
671	Neuza Pazinatto do Nascimento	Merendeira	C-4	D-4
53	Manuel Pinheiro Jansen	Aux. De Serviços Gerais	A-4	C-4
643	Maria Belarmino da Silva	Merendeira	C-4	D-4
151	Maria Eliete dos Santos Souza	Merendeira	A-4	C-4
616	Jacinta Giovelli Bourscheid	Merendeira	C-4	D-4
689	Rosiney de Araújo Dias Oliveira	Técnico Administrativo I	B-4	C-4
644	Maria da Glória Alves Quintela	Técnico Administrativo I	B-7	C-7

MAGISTÉRIO EDUCAÇÃO BÁSICA

Matrícula	Servidor	Função	Classe Anterior	Classe Atual
426	Eudisvam Correia da Silva	Professor	A-4	B-4
1767	Fernando de Souza	Professor	A-3	B-3
2158	Simone Lacerda de Araujo	Professor	A-3	B-3
685	Rita Sonia Gomes	Professor	A-7	B-7
1873	Lenide Alves Pereira	Professor	A-3	B-3

APOIO EDUCACIONAL ADMINISTRATIVO

Matrícula	Servidor	Função	Classe Anterior	Classe Atual
614	Izabela Rogovski	Auxiliar Administrativo	B-4	C-4
621	Eloisa Rodrigues Carniel	Monitor de Creche	C-8	D-8

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato grosso, em 30 de março de 2015.

DILCEU ROSSATO

Prefeito Municipal

Marilene Felicitá Savi

Secretária de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 298, DE 30 DE MARÇO DE 2015.

Concede licença prêmio em pecúnia aos servidores que menciona, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e atendendo principalmente o que dispõe a Lei Complementar nº 140/2011 de 26 de agosto de 2011.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder licença prêmio em pecúnia aos servidores que menciona:

MAT.	NOME	QUINQUÊNIO
17	Ademar Candido Ferreira	13.02.08 a 13.02.13
68	Alair Alves de Oliveira	03.01.09 a 03.01.14
371	Alessandra Carla Cassol Dal Maso	02.02.09 a 02.02.14
1884	Anilton Morais Barbosa	11.05.06 a 11.05.11
1619	Eleida Marangon Debastiani	01.03.06 a 01.03.11
415	Elenir Turra Bianchini	02.02.09 a 02.02.14
1605	Eliana Fiut	01.03.06 a 01.03.11
35	Evaldson de Costa Paes	02.05.08 a 02.05.13
1767	Fernando de Souza	01.03.06 a 01.03.11
450	Jairo Brizola	02.02.06 a 02.02.11
453	Jassanan Pereira de Souza	02.02.09 a 02.02.14
454	Jordane de Jesus Santos	02.02.09 a 02.02.14
1571	Leonice Giordani	01.03.06 a 01.03.11
473	Mara Viviane Schmitt Klein	09.02.04 a 09.02.09
150	Marcionise de Lourdes F. De Souza	05.02.09 a 05.02.14
1630	Maria Brentano Gerhardt	01.06.06 a 01.06.11
78	Marilene Gorete da Silva Amorin	07.01.08 a 07.01.12
73	Marleth da Cunha Meneses Pfeifer	02.10.05 a 02.10.10
683	Renati Roglin da Silva	02.02.09 a 02.02.14
128	Ronaldo Rodrigues Vicente	02.02.09 a 02.02.14
312	Vanessa DallÁgnol Maschio	02.02.04 a 02.02.09
2465	Vania Caroline Schwann	22.12.08 a 22.12.13
15	Vanice Antonia Fronza	30.06.08 a 30.06.13
314	Victor Hugo Torres	12.02.04 a 12.02.09
1597	Wellington Angelo Paduan	01.03.06 a 01.03.11
2394	Zenaide Wanderley da Silva	01.03.06 a 01.03.11
104	Dirceu Oberosler	01.09.09 a 01.09.14

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 30 de março de 2015.

DILCEU ROSSATO

Prefeito Municipal

Marilene Felicitá Savi

Secretária de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 302, DE 30 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia presidente da Comissão Municipal de Licitação, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear a Sra. Marizete Marchioro Barbieri como Presidente da Comissão Municipal de Licitação.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 30 de março de 2015.

DILCEU ROSSATO

Prefeito Municipal

Marilene Felicitá Savi

Secretária de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 301, DE 30 DE MARÇO DE 2015.

Designa para o cargo comissionado o servidor efetivo que menciona, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Designar para o cargo comissionado o seguinte servidor:

MATRÍCULA	NOME	CARGO	DATA
11	Marcelle Carolina Jacobs Costa Lopes	Coordenador de Departamento	01.03.2015

Art. 2º

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 30 de março de 2015.

DILCEU ROSSATO

Prefeito Municipal

Marilene Felicitá Savi

Secretária de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 304, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

Altera cargo do servidor que menciona, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Alterar o cargo do servidor Estela Kamila Lorenzetti Lemke, matrícula 5902, de Chefe de Divisão para Assessor de Divisão a partir de 01 de abril de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 01 de abril de 2015.

DILCEU ROSSATO

Prefeito Municipal

Marilene Felicitá Savi

Secretária de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 311, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

Nomeia para o cargo de Secretário Municipal da Cidade o servidor que menciona, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei, com fulcro no Inciso II do art. 18 da Lei Complementar nº 140/2011;

R E S O L V E:

Art. 1° Fica nomeado o Sr. **MARCELO RODRIGUES FERRAZ** ,brasileiro, casado, matrícula 4407, portador do RG nº. 260010 SSP/MS, inscrito no CPF sob o n.º 411.306.001-06, residente na Rua Veneza, 1206, Jardim Itália, Sorriso – MT, para exercer as funções no Cargo Comissionado de SECRETÁRIO MUNICIPAL DA CIDADE.

Art. 2º

Revogar a Portaria nº 436 de 01 de julho de 2015;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Gabinete do Prefeito Municipal de Sorriso - MT em 01 de abril de 2015.

DILCEU ROSSATO

Prefeito Municipal

Marilene Felicitá Savi

Secretária de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 299, DE 30 DE MARÇO DE 2015.

Concede Promoção Horizontal por Titulação aos servidores que menciona e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e,

CONSIDERANDO o disposto no art. 15 da Lei Complementar nº 134/2011;

CONSIDERANDO que o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos – PCCV é um instrumento de desenvolvimento e valorização do servidor, com vista à eficiência. À eficácia e à efetividade da gestão dos processos de serviço dos quadros setoriais da administração;

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder Promoção Horizontal por Titulação, aos servidores vinculados ao PCCV 134/2011, abaixo mencionados:

FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL

Matrícula	Servidor	Função	Classe Anterior	Classe Atual
06	Carlos Ferreira da Silva	Fiscal de Tributos e Arrecadação	A-4	C-4

TÉCNICO EM NÍVEL MÉDIO

Matrícula	Servidor	Função	Classe Anterior	Classe Atual
74	Raquel Caetano dos Santos Vailatti	Técnico Administrativo I	A-8	B-8
09	Ivete Aparecida Pereira	Técnico Administrativo II	C-4	D-4
70	Joni Roberto Bischoff	Técnico Administrativo II	C-4	D-4
15	Vanice Antônia Fronza	Técnico Administrativo I	B-10	C-10
108	Solenir Callegaro Gobbi	Técnico Administrativo II	C-4	D-4
725	Laidi Maria Loureiro de Lima	Desenhista	A-6	C-6
03	Ginaldo Oliveira Magalhães	Técnico Administrativo II	C-4	D-4

MECANICA E TRANSPORTE

Matrícula	Servidor	Função	Classe Anterior	Classe Atual
95	Ricardo Kaule	Motorista	A-4	C-4

SERVIÇOS GERAIS

Matrícula	Servidor	Função	Classe Anterior	Classe Atual
117	Domingo da Silva	Aux. De Serviços Gerais	A-4	C-4

APOIO ADMINISTRATIVO

Matrícula	Servidor	Função	Classe Anterior	Classe Atual
283	Nildete Maria Lamônica dos Santos	Auxiliar Administrativo	B-6	C-6

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato grosso, em 30 de março de 2015.

DILCEU ROSSATO

Prefeito Municipal

Marilene Felicitá Savi

Secretária de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 309, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

Nomeia fiscal de obra, revoga portaria e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso,no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear como fiscal da Obra cujo objeto é a Reforma e Ampliação da Feira do Produtor no município de Sorriso-MT, referente à Tomada de Preços nº 018/2014, Contrato nº 095/2014 a servidora Leonice Sônia de Toni, Engenheiro Civil, CREA 120130558-6.

Art. 2º Revogar a Portaria nº 707 de 20 de outubro de 2014;

Art. 3º

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato grosso, em 01 de abril de 2015.

DILCEU ROSSATO

Prefeito Municipal

Marilene Felicitá Savi

Secretária de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI COMPLEMENTAR N° 211, DE 01 DE ABRIL DE 2015

Acrescenta vagas ao Anexo I da Lei Complementar nº 134/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, carreiras e vencimentos dos servidores públicos da administração geral do Município de Sorriso-MT, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal de Sorriso aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica o Chefe do poder Executivo autorizado a acrescentar 05 vagas ao cargo de Assistente Social 30 h, 05 vagas ao cargo de Psicólogo 40h e 01 vaga ao cargo de Engenheiro Civil 40h, do Grupo Ocupacional Técnico de Nível Superior, constante do Anexo I da Lei Complementar 134/2011 e suas alterações posteriores, que passa a vigorar na forma do anexo I desta Lei.

Art. 2º

Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 01 de abril de 2015.

DILCEU ROSSATO

Prefeito Municipal

Marilene Felicitá Savi

Secretária de Administração

ANEXO I

Grupo Ocupacional: TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR			
Vencimento Inicial	Título do Cargo	HS/ Sem	Nº de Vagas
R$ 7.241,34	Advogado	40 HS	01
R$ 4.269,24	Arquiteto	40 HS	02
R$ 4.269,24	Assistente Social	40 HS	05
R$ 3.201,93	Assistente Social	30 HS	15
R$ 4.269,24	Biólogo	40 HS	01
R$ 7.241,34	Contador	40 HS	01
R$ 7.241,34	Analista de Controlador Interno	40 HS	01
R$ 4.269,24	Economista	40 HS	01
R$ 4.269,24	Engenheiro Agrônomo	40 HS	03
R$ 4.269,24	Engenheiro Ambiental	40 HS	02
R$ 4.269,24	Engenheiro Civil	40 HS	08
R$ 2.134,62	Engenheiro Eletricista	20 HS	01

R$ 2.134,62	Engenheiro Florestal	20 HS	01
R$ 4.269,24	Engenheiro Florestal	40 HS	01
R$ 2.134,62	Engenheiro Químico	20 HS	01
R$ 4.269,24	Engenheiro Sanitarista	40 HS	01
R$ 4.269,24	Tecnólogo em Administração Rural	40 HS	01
R$ 4.269,24	Geólogo	40 HS	01
R$ 4.269,24	Analista Administrativo	40 HS	04
R$ 4.269,24	Jornalista	40 HS	03
R$ 4.269,24	Médico Veterinário	40 HS	02
R$ 2.134,62	Médico Veterinário	20 HS	02
R$ 2.134,62	Nutricionista	20 HS	01
R$ 4.269,24	Psicólogo	40 HS	11
R$ 2.134,62	Psicólogo	20 HS	02
R$ 2.134,62	Terapeuta Ocupacional	20 HS	02

CLASSES			
A	B	C	D
Habilitação em Curso de Nível Superior, inclusive licenciatura plena, de acordo com a área de atuação e registro no respectivo conselho de classe quando se tratar de profissão regulamentada.	Requisito da Classe A, mais 300 (trezentas) horas de cursos de aperfeiçoamento, qualificação e/ou capacitação profissional.	Requisito da Classe B, mais curso de pós-graduação em nível de especialista "latu senso" de no mínimo 360 (trezentos e Sessenta) horas.	Requisito da Classe C, mais curso de Mestrado ou Doutorado.

ATRIBUIÇÕES DO GRUPO OCUPACIONAL

Compreende as atribuições que exigem pleno conhecimento das técnicas da especialidade profissional. Os problemas surgidos são de natureza complexa e demandam busca de novas soluções. As atribuições, de significativa abrangência, são desempenhadas com grande grau de autonomia. A orientação prévia, quando ocorre, se restringe a aspectos controvertidos, aplicação de novas tecnologias e casos semelhantes. Compreende ainda, as atribuições da mais elevada complexidade e responsabilidade na área profissional, caracterizando-se pela orientação, coordenação e supervisão de trabalhos de equipes, treinamento de profissionais e incumbências análogas. O nível das atribuições, de abrangência ampla e diversificada, exige profundos conhecimentos teóricos, práticos e tecnológicos do campo profissional. A autonomia no desempenho das atribuições só é limitada pela potencialidade profissional do ocupante, pelas diretrizes de políticas da instituição e pelas normas da comunidade profissional.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 303, DE 31 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia membros para compor a Comissão Municipal de Elaboração e Aplicação do Teste Seletivo Simplificado para contratação temporária de Professores e Motoristas.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados para compor a Comissão Municipal para Elaboração e Aplicação do Teste Seletivo Simplificado para contratação temporária de Motoristas e Professores da Rede Municipal de Ensino, os seguintes membros: Paula Cristina Barbosa Gonçalves, Adriana Ester Reichert Palú, Lenide Alves Pereira, Regina Andrade Tonusci de Carvalho Doreto e Flávio Henrique de Freitas.

Art. 2º A presente Comissão será presidida por Adriana Ester Reichert Palú e secretariada por Regina Andrade Tonusci de Carvalho Doreto.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicidade.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 31 de março de 2015.

DILCEU ROSSATO

Prefeito Municipal

Marilene Felicitá Savi

Secretária de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2.454, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

Desafeta imóvel e autoriza o Poder Executivo Municipal doá-lo na forma e condições que especifica, e da outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal de Sorriso aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica desafetado o imóvel urbano denominado Equipamento Comunitário da quadra nº 06, do Loteamento Residencial São Francisco, na cidade de Sorriso, Estado de Mato Grosso, com área de 782,00 m², de propriedade do município de Sorriso, devidamente registrado no CRI de Sorriso sob a matrícula nº 40.243 e as seguintes medidas e confrontações:

Frente: Rua Nova Prata, medindo 39,10 metros;

Fundos: para os lotes nºs 01 e 33, medindo 39,10 metros;

Lado Direito: para a Rua Padre José de Anchieta, medindo 20,00 metros;

Lado Esquerdo: para a Rua Padre Eustáquio, medindo 20,00 metros.

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar o imóvel descrito no art. 1º, para a MITRA DIOCESANA DE SINOP PARÓQUIA SANTA LUZIA, inscrita no CNPJ sob n.º 15.084.478/0028-34, sito à Rua Turmalina nº 644, Bairro Industrial, Sorriso-MT, destinado a construção de uma capela no Bairro São Francisco para atender as catequeses e dar formação espiritual às pessoas.

Art. 3º O prazo para edificação da obra será de 02 (dois) anos, findo o qual o imóvel retornará ao município de Sorriso.

Art. 4º As despesas decorrentes de escrituração Pública, correrão por conta da MITRA DIOCESANA DE SINOP PARÓQUIA SANTA LUZIA.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 01 de abril de 2015.

DILCEU ROSSATO

Prefeito Municipal

Marilene Felicitá Savi

Secretária de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 305, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

Revoga Portaria e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso,no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Revogar a Portaria Nº 481 de 21 de julho de 2014.

Art. 2º

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato grosso, em 01 de abril de 2015.

DILCEU ROSSATO

Prefeito Municipal

Marilene Felicitá Savi

Secretária de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2.455, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

Desafeta imóvel e autoriza o Poder Executivo Municipal doá-lo na forma e condições que especifica, e da outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal de Sorriso aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica desafetado o imóvel urbano denominado Equipamento Comunitário da quadra nº 06, do Loteamento Residencial São Francisco, na cidade de Sorriso, Estado de Mato Grosso, com área de 782,00 m², de propriedade do município de Sorriso, devidamente registrado no CRI de Sorriso sob a matrícula nº 40.243 e as seguintes medidas e confrontações:

Frente: Rua Nova Prata, medindo 39,10 metros;

Fundos: para os lotes nºs 01 e 33, medindo 39,10 metros;

Lado Direito: para a Rua Padre José de Anchieta, medindo 20,00 metros;

Lado Esquerdo: para a Rua Padre Eustáquio, medindo 20,00 metros.

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar o imóvel descrito no art. 1º, para a MITRA DIOCESANA DE SINOP PARÓQUIA SANTA LUZIA, inscrita no CNPJ sob n.º 15.084.478/0028-34, sito à Rua Turmalina nº 644, Bairro Industrial, Sorriso-MT, destinado a construção de uma capela no Bairro São Francisco para atender as catequeses e dar formação espiritual às pessoas.

Art. 3º O prazo para edificação da obra será de 02 (dois) anos, findo o qual o imóvel retornará ao município de Sorriso.

Art. 4º As despesas decorrentes de escrituração Pública, correrão por conta da MITRA DIOCESANA DE SINOP PARÓQUIA SANTA LUZIA.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 01 de abril de 2015.

DILCEU ROSSATO

Prefeito Municipal

Marilene Felicitá Savi

Secretária de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 306, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

Torna pública a entrada em exercício, no quadro efetivo, o servidor que menciona e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Tornar pública a entrada em exercício no quadro efetivo o servidor que menciona:

MAT.	NOME	CARGO	DATA
6033	Leonice Sonia De Toni	Engenheiro Civil	01.04.2015

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 01 de abril de 2015.

DILCEU ROSSATO

Prefeito Municipal

Marilene Felicitá Savi

Secretária de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 297, DE 30 DE MARÇO DE 2015.

Concede Licença Prêmio aos servidores que menciona, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder licença prêmio aos servidores efetivos que menciona com espeque no art. 122 da Lei Complementar nº 140/2011:

MATRICULA	NOME	QUINQUÊNIO	PERIODO	
306	Tereza Rodrigues Pereira	09.02.04 a 09. 02.09	04.03.15 a 02. 04.15	01 mês
95	Ricardo Kaule	24.08.09 a 24. 08.14	18.02.15 a 19. 03.15	01 mês
20	Alex José de Souza	06.05.07 a 06. 05.12	04.03.15 a 02. 04.15	01 mês
3338	Maria Adriana Lourenço	01.02.10 a 01. 02.15	02.03.15 a 30. 05.15	03 meses
1568	Elaine Maria P. Brescansin	01.03.06 a 01. 03.11	23.03.15 a 17. 06.15	03 meses
607	Ilse Trindade do Amaral	01.06.08 a 01. 06.13	23.03.15 a 21. 04.15	01 mês
223	Heni Pereira dos Santos	01.05.09 a 01. 05.14	02.02.15 a 03. 03.15	01 mês
111	Adriano Couto de Souza	02.02.09 a 02. 02.14	02.03.15 a 31. 03.15	01 mês
486	Maria Salete Favero Martins	02.02.09 a 02. 02.14	16.03.15 a 14. 05.15	02 meses
1898	Belarmina Alves da Costa	01.06.06 a 01. 06.11	28.01.15 a 28. 03.15	02 meses
3104	Vilma da Silva Stuani	18.01.10 a 18. 01.15	26.02.15 a 26. 05.15	03 meses

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 30 de março de 2015.

Dilceu Rossato

Prefeito Municipal de Sorriso

Marilene Felicitá Savi

Secretária de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 294, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia fiscais de contrato e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso,no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear fiscais do Contrato do Pregão Presencial nº 035/2015, cujo objeto é Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de empresa especializada no fornecimento de água mineral, locação de caixas térmicas e de mesas e cadeiras de PVC, para atender as necessidades das Secretarias solicitantes os seguintes servidores:

a)Secretaria Municipal de Administração: Perla Cristina Davoglio;

b)Secretaria Municipal de Assistência Social: Paula Renata Lima Campos;

c)Secretaria Municipal de Esporte e Lazer: Fábio Cesar Beltrame;

d)Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo: Jorge Luiz de Oliveira Campos;

e)Gabinete do Prefeito: Elidiane Zucheto Machado;

f)Secretaria Municipal de Cidade: Vivianez Marafon;

g)Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente: Claudiney da Silva Oliveira;

h)Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento: Fátima Regina Wansen de Lima;

i)Secretaria Municipal de Fazenda: Juliane Stédille Falinski;

j)Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos: Jesué Soares dos Santos;

k)Secretaria Municipal de Transportes Rodoviários: Gilderlan Fernandes Lima;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato grosso, em 27 de março de 2015.

DILCEU ROSSATO

Prefeito Municipal

Marilene Felicitá Savi

Secretária de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 300, DE 30 DE MARÇO DE 2015.

Concede Promoção Horizontal por Titulação aos servidores que menciona e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e,

CONSIDERANDO o disposto no art. 15 da Lei Complementar nº 134/2011;

CONSIDERANDO que o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos – PCCV é um instrumento de desenvolvimento e valorização do servidor, com vista à eficiência. À eficácia e à efetividade da gestão dos processos de serviço dos quadros setoriais da administração;

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder Promoção Horizontal por Titulação, aos servidores vinculados ao PCCV 138/2011, abaixo mencionados:

AUXILIAR EM SAÚDE

Matrícula	**Servidor**	Função	Classe Anterior	Classe Atual
1935	Claudenir José dos Santos	Motorista	C-03	D-03

ANALISTA EM SAÚDE

Matrícula	Servidor	Função	Classe Anterior	Classe Atual
2463	Tatiane Tremea	Odontologo	A-03	C-03
208	Ernesto Yukihiro Miyamoto	Odontologo	A-03	C-03
2432	Angela Cristina G. De Melo Brito	Odontologo	A-03	C-03
1994	Wagner Aryel de Souza Pinto	Enfermeiro	B-03	C-03
2475	Claudia Ines Sonego	Nutricionista	B-03	C-03
2453	Claudio Lucero da Silva	Odontologo	A-03	C-03
2433	Aguinaldo de Melo Brito	Odontologo	B-03	C-03
294	Rudimar Menegotto	Médico Clínico Geral	C-04	D-04
1976	Maria Aparecida de Souza Nunes	Enfermeiro	B-03	C-03

ASSISTENTE EM SAÚDE

Matrícula	Servidor	Função	Classe Anterior	Classe Atual
1817	Gisele Cristina dos Santos	Vigilante de Endemias	A-03	B-03
280	Neuza Batista dos Santos Messias	Auxiliar em Enfermagem	B-04	C-04
183	Antonia Marcelina Félix	Auxiliar Administrativo	A-04	C-04
223	Heni Pereira dos Santos	Auxiliar em Enfermagem	B-04	D-04
1742	Elaine Cristina Siqueira	Vigilante de Endemias	A-03	B-03
1734	Luciano Luiz Otowicz	Vigilante de Endemias	A-03	B-03
296	Salete Torres de Almeida	Auxiliar em Enfermagem	A-04	B-04

TÉCNICO EM SAÚDE

Matrícula	Servidor	Função	Classe Anterior	Classe Atual
260	Marcia Adriana Gotz Berghahn	Técnico em Enfermagem	A-05	B-05

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato grosso, em 30 de março de 2015.

DILCEU ROSSATO

Prefeito Municipal

Marilene Felicitá Savi

Secretária de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 292, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

Substitui fiscal de contrato e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso,no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Substituir o servidor Cézar Agusto D'Arruda Filho, nomeado pela Portaria nº 138 de 24 de fevereiro de 2014 pela servidora Cleusa Maria Pereira, do Setor de Patrimônio e Almoxarifado Central como Fiscal do Contrato do Processo licitatório, modalidade Pregão Presencial nº 014/2014.

Art. 2º

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato grosso, em 25 de março de 2015.

DILCEU ROSSATO

Prefeito Municipal

Marilene Felicitá Savi

Secretária de Administração

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA
CNPJ/MF Nº.: 03.918.869/0001-08
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

LEI MUNICIPAL Nº 756, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA/MT PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO. Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de São Félix do Araguaia para o exercício de 2015, discriminado pelos anexos integrantes desta Lei, estima a Receita Bruta em R$ 35.402.547,00 (trinta e cinco milhões, quatrocentos e dois mil, quinhentos e quarenta e sete reais) que após a dedução da Receita Tributária, bem como, da retenção para a formação do FUNDEB, resulta na Receita Estimada de R$ 32.396.000,00 (trinta e dois milhões, trezentos e noventa e seis mil reais) e fixa a Despesa em igual importância, compreendendo:

I - O orçamento fiscal: R$ 26.854.309,00

II – Orçamento da Seguridade Social: R$ 5.541.691,00, neste compreendido as dotações da saúde, assistência social e previdência social.

Parágrafo Único. Inclui-se no Orçamento Geral do Município, o orçamento do Fundo de Previdência Social dos Servidores do Município de São Félix do Araguaia – IPASFA, fundo especial, no valor de R$ 1.504.500,00 (um milhão, quinhentos e quatro mil e quinhentos reais).

Art. 2º A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, contribuições, rendas, transferências e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação vigente, observadas a categoria econômica e respectivas fontes, de acordo com o desdobramento abaixo:

COD.	ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
1.	**RECEITAS CORRENTES**	**25.514.945,32**	**4.806.690,90**	**30.321.636,22**
1.1.	Receita Tributária	2.942.262,43	-	2.942.262,43
1.2.	Receita de Contribuições	160.000,00	459.500,00	619.500,00
1.3	Receita Patrimonial	39.069,00	344.032,00	383.101,00
1.6.	Receita de Serviços	403.571,97	-	403.571,97
1.7.	Transferências Correntes	21.673.411,92	4.003.158,90	25.676.570,82
1.9.	Outras Receitas Correntes	296.630,00	-	296.630,00
2.	**RECEITAS DE CAPITAL**	**4.345.910,78**	**-**	**4.345.910,78**
2.1.	Operações de Creditos	-		-
2.4.	Transferência de Capital	4.345.910,78	-	4.345.910,78
7.	**RECEITAS CORRENTES – INTRA-ORÇAMENTÁRIAS**		**735.000,00**	**735.000,00**
9.	**DEDUÇÃO DA RECEITA CORRENTE**	**- 3.006.547,00**	**-**	**- 3.006.547,00**
91.	Deduçao da Receita Tributária	- 51.325,00		- 51.325,00
97.	Deduçao da Receita para o FUNDEB	- 2.955.222,00		- 2.955.222,00
	TOTAL DA RECEITA	**26.854.309,10**	**5.541.690,90**	**32.396.000,00**

Art. 3º. A Despesa será realizada segundo a discriminação dos quadros de programas de trabalho e Natureza de Despesa, que apresentam os seguintes desdobramentos:

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA
CNPJ/MF Nº.: 03.918.869/0001-08
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

COD.	ESPECIFICAÇÃO DA DESPESA	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
1 – POR ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO				
ADMINISTRAÇÃO DIRETA				
1	**PODER LEGISLATIVO**	**1.380.000,00**		**1.380.000,00**
01.01.0	CÂMARA MUNICIPAL	1.380.000,00		1.380.000,00
2	**PODER EXECUTIVO**	**2.559.500,00**		**2.559.500,00**
2.01.0	GABINETE DO PREFEITO	845.000,00		845.000,00
2.02.0	ASSESSORIA GERAL DE ADMINISTRACAO	284.000,00		284.000,00
2.03.0	DEPARTAMENTO DE COMUNICACAO E ASSESSORIA	227.500,00		227.500,00
2.05.0	DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTOS SANITÁRIOS - DAE	1.203.000,00		1.203.000,00
3	**SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FAZENDA**	**3.021.000,00**		**3.021.000,00**
3.01.0	COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FAZENDA	3.021.000,00		3.021.000,00
4.	**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS**	**4.560.000,00**		**4.560.000,00**
4.01.0	DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO OBRAS E SERVIÇO URBANOS	4.430.000,00		4.430.000,00
4.02.0	FUNDO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	130.000,00		130.000,00
5.	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**		**5.691.853,00**	**5.691.853,00**
5.01.0	GABINETE DO SECRETÁRIO		201.000,00	201.000,00
5.02.0	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		5.490.853,00	5.490.853,00
6	**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO SOCIAL**		**2.090.800,00**	**2.090.800,00**
6.01.0	GABINETE DA SECRETÁRIA		240.000,00	240.000,00
6.02.0	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		1.570.800,00	1.570.800,00
6.03.0	FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL		100.000,00	100.000,00
6.04.0	FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE		180.000,00	180.000,00
7.	**SEC. MUN. DE EDUCACAO E CULTURA**	**7.209.347,00**		**7.209.347,00**
07.01.0	GABINETE DO SECRETÁRIO			-
07.02.0	FUNDEB	4.080.000,00		4.080.000,00
07.03.0	DEPARTAMENTO DE EDUCACAO	2.868.847,00		2.868.847,00
07.04.0	DEPARTAMENTO DE CULTURA	260.500,00		260.500,00
8.	**SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E MEIO AMBIENTE**	**1.067.000,00**		**1.067.000,00**
08.01.0	DEPARTAMENTO DE TURISMO	1.012.000,00		1.012.000,00
08.02.0	FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	55.000,00		55.000,00
9.	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER**	**428.000,00**		**428.000,00**
09.01.0	GESTAO DO ESPORTE E LAZER	428.000,00		428.000,00
10.	**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**	**548.000,00**		**548.000,00**
10.01.0	GABINETE DO SECRETÁRIO	548.000,00		548.000,00
11.	**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS**	**2.136.000,00**		**2.136.000,00**
11.01.0	GABINETE DO SECRETÁRIO	2.136.000,00		2.136.000,00
13.	**IPASFA - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA**		**1.504.500,00**	**1.504.500,00**
13.01.0	IPASFA - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA		641.000,00	641.000,00
				-
99.	**RESERVA DE CONTINGÊNCIA**	**200.000,00**	**863.500,00**	**1.063.500,00**
	TOTAL DA DESPESA	**23.108.847,00**	**9.287.153,00**	**32.396.000,00**

AV. ARAGUAIA, 248 – CENTRO – FONE: (66) 3522-1606 – SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA-MT
EMAIL: pmsaofelixdoaraguaia@yahoo.com.br

2 – POR FUNÇÕES
ADMINISTRAÇÃO DIRETA

COD.	ESPECIFICAÇÃO DA DESPESA	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
01 -	Legislativa	1.380.000,00		1.380.000,00
04 -	Administração	7.806.500,00		7.806.500,00
06 -	Segurança Pública	25.000,00		25.000,00
08 -	Assistência Social		1.315.800,00	1.315.800,00
09-	Previdencia Social		641.000,00	641.000,00
10 -	Saúde		6.466.853,00	6.466.853,00
12 -	Educação	6.948.847,00		6.948.847,00
13 -	Cultura	260.500,00		260.500,00
15 -	Urbanismo	1.278.000,00		1.278.000,00
16	Habitação	300.000,00		
17 -	Saneamento	1.293.000,00		1.293.000,00
18 -	Gestão Ambiental	70.000,00		70.000,00
20 -	Agricultura	508.000,00		508.000,00
21 -	Organização Agrária	10.000,00		10.000,00
23 -	Comercio e Serviços	741.000,00		741.000,00
26 -	Transporte	1.410.000,00		1.410.000,00
27 -	Desporto e Lazer	428.000,00		428.000,00
28 -	Encargos Especiais	750.000,00		750.000,00
99 -	Reserva de Contingência	200.000,00	863.500,00	1.063.500,00
	TOTAL DA DESPESA	**23.408.847,00**	**9.287.153,00**	**32.396.000,00**

3 – POR SUBFUNÇÕES
ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ESPECIFICAÇÃO DA DESPESA	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
31 - Ação Legislativa	1.380.000,00		1.380.000,00
121 - Planejamento e Orçamento	167.500,00		167.500,00
122 - Administração Geral	5.687.000,00	431.000,00	6.118.000,00
123 - Administração Financeira	1.375.000,00		1.375.000,00
125 - Normatização e Fiscalização	105.000,00		105.000,00
127 - Ordenamento Territorial	45.000,00		45.000,00
128 - Formação de Recursos Humanos	56.500,00		56.500,00
129 - Administração de Receitas	160.000,00		160.000,00
131 - Comunicação Social	110.000,00		110.000,00
181 - Policiamento	25.000,00		25.000,00
241 - Assistência ao Idoso		118.000,00	118.000,00
242 - Assistência ao Portador de Deficiência	10.000,00	10.000,00	20.000,00
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente		243.000,00	243.000,00
244 - Assistência Comunitária		639.800,00	639.800,00
272 - Previdência do Regime Estatutário		641.000,00	641.000,00
301 - Atenção Básica		4.847.353,00	4.847.353,00
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial		999.000,00	999.000,00
304 - Vigilância Sanitária		223.000,00	223.000,00
305 - Vigilância Epidemiológica		171.500,00	171.500,00
306 - Alimentação e Nutrição	180.000,00		180.000,00
316 - Habitacoes Urbanas	300.000,00		300.000,00
331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	250.000,00		250.000,00
361 - Ensino Fundamental	5.294.347,00		5.294.347,00
364 - Ensino Superior	59.000,00		59.000,00
365 - Educação Infantil	1.335.000,00		1.335.000,00
367 - Educação Especial	5.000,00		5.000,00
392 - Difusão Cultural	260.500,00		260.500,00
451 - Infra-Estrutura Urbana	1.018.000,00		1.018.000,00
452 - Serviços Urbanos	337.000,00		337.000,00
482 - Habitação Urbana		100.000,00	100.000,00
512 - Saneamento Básico Urbano	1.263.000,00		1.263.000,00
538 - Conservacao de Rodovias	1.200.000,00		1.200.000,00

541 - Preservação e Conservação Ambiental	67.000,00		67.000,00
542 - Controle Ambiental	3.000,00		3.000,00
543 - Recuperação de Áreas Degradadas	5.000,00		5.000,00
605 - Abastecimento	170.000,00		170.000,00
606 - Extensão Rural	30.000,00		30.000,00
607 - Irrigação	10.000,00		10.000,00
608 - Promoção da Produção Agropecuária	117.000,00		117.000,00
694 - Serviços Financeiros	1.000,00		1.000,00
695 - Turismo	745.000,00		745.000,00
782 - Transporte Rodoviário	210.000,00		210.000,00
812 - Desporto Comunitário	358.000,00		358.000,00
813 - Lazer	70.000,00		70.000,00
843 - Serviço da Dívida Interna	420.000,00		420.000,00
846 - Outros Encargos Especiais	80.000,00		80.000,00
999 - Reserva de Contingência	200.000,00		200.000,00
Reserva de Contingência do RPPS		863.500,00	863.500,00
TOTAL DA DESPESA	**23.108.847,00**	**9.287.153,00**	**32.396.000,00**

4 – POR PROGRAMAS
ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ESPECIFICAÇÃO DA DESPESA	*FISCAL*	*SEGURIDADE SOCIAL*	*TOTAL*
0001 - PROCESSO LEGISLATIVO	1.380.000,00		1.380.000,00
10 - ASSISTENCIA DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE		882.000,00	882.000,00
100 - Construção de Casas Populares	300.000,00		300.000,00
101 - Manutenção de Rodovias	1.200.000,00		1.200.000,00
11 - VIGILANCIA EM SAUDE		394.500,00	394.500,00
12 - GESTAO DA EDUCACAO	311.000,00		311.000,00
13 - ENSINO FUNDAMENTAL	5.183.847,00		5.183.847,00
14 - EDUCACAO INFANTIL	1.395.000,00		1.395.000,00
15 - APOIO A OUTRAS MODALIDADES DE ENSINO	59.000,00		59.000,00
16 - FORTALECIMENTO DA CULTURA	260.500,00		260.500,00
17 - DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	745.000,00		745.000,00
18 - PROTECAO DO MEIO AMBIENTE	70.000,00		70.000,00
19 - ORGANIZACAO AGRARIA	10.000,00		10.000,00
2 - ADMINISTRACAO GERAL	6.026.500,00		6.026.500,00
20 - FORTALECIEMTNO DA AGRICULTURA FAMILIAR	265.000,00		265.000,00
21 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO AGROPECUARIO	273.000,00		273.000,00
22 - OBRAS PUBLICA E INFRA-ESTRUTURA URBANA	2.417.000,00		2.417.000,00
23 - SERVICOS URBANOS	337.000,00		337.000,00
24 - TRANSPORTE RODOVIARIO	210.000,00		210.000,00
25 - SANEAMENTO BASICO	1.263.000,00		1.263.000,00
26 - APOIO A DESPORTO E AO LAZER	428.000,00		428.000,00
28 - OPERACOES ESPECIAIS	750.000,00		750.000,00
3 - APOIO A SEGURANCA PUBLICA	25.000,00		25.000,00
4 - PREVIDENCIA SOCIAL		1.504.500,00	1.504.500,00
5 - ASSISTENCIA SOCIAL		1.110.800,00	1.110.800,00
6 - ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE		105.000,00	105.000,00
7 - HABITACAO POPULAR		100.000,00	100.000,00
8 - GESTAO DA SAUDE		211.000,00	211.000,00
9 - ATENCAO BASICA EM SAUDE		4.979.353,00	4.979.353,00
99 - RESERVA DE CONTINGENCIA	200.000,00		200.000,00
TOTAL DA DESPESA	**23.108.847,00**	**9.287.153,00**	**32.396.000,00**

5 – POR CATEGORIA ECONÔMICA

COD.	ESPECIFICAÇÃO DA DESPESA	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
3	DESPESAS CORRENTES	18.059.847,00	7.726.653,00	25.786.500,00
4	DESPESAS DE CAPITAL	4.849.000,00	697.000,00	5.546.000,00
9	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	200.000,00	863.500,00	1.063.500,00
	TOTAL DA DESPESA	**23.108.847,00**	**9.287.153,00**	**32.396.000,00**

Parágrafo Único. Do total fixado no Orçamento da Seguridade Social, o valor de R$ 9.287.153,00 (nove milhões, duzentos e oitenta e sete mil, cento e cinquenta e três reais) será custeado com recursos provenientes do Orçamento Fiscal.

Art. 4º O Poder Executivo fica autorizado a realizar as operações a que se refere o Art.11, § 5º da LDO - Lei de Diretrizes Orçamentária de 2015, de conformidade com o que dispõe o Art. 167, inciso V, da Constituição Federal, combinado com o disposto no Art. 43, parágrafo 1º, incisos I, II, III e IV, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, observando-se as seguintes condições:

I – para abertura de créditos suplementares mediante anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, até o limite de 30% (trinta por cento) da despesa fixada no Art. 1º desta lei;

II - para abertura de créditos suplementares à conta de recursos provenientes de superávit financeiro, até o limite do total apurado no Balanço Patrimonial de 2014;

III - para abertura de créditos suplementares à conta de recursos provenientes de excesso de arrecadação de transferências destinadas à educação, saúde, assistência social, meio-ambiente ou de obras de infraestrutura, inclusive sob a forma de convênios, previstos na receita do Orçamento, até o limite do efetivamente ocorrido, desde que respeitados os objetivos e metas da programação aprovada nesta Lei.

Parágrafo Único. Excluem-se do limite ora autorizado as transferências de recursos dos elementos de despesa da mesma categoria de programação ou mesmo grupo de despesas.

Art. 5º Não onerarão o limite previsto no artigo anterior os créditos destinados a suprir insuficiência nas dotações orçamentárias relativas a pessoal e encargos, inativos e pensionistas, bem como, de amortização e encargos da dívida.

Art. 6º As Metas Fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO 2015, passam a vigorar conforme Anexo III, integrante desta lei.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Félix do Araguaia, aos 30 de dezembro de 2014.

JOSE ANTONIO DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
TORNAR SEM EFEITO A PUBLICAÇÃO DE ADITIVO À CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO - EXTRATO DE CONTRATO

TORNAR SEM EFEITO A PUBLICAÇÃO DO EXTRATO ABAIXO, OCORRIDA NO DIA 31/03/2015, NA EDIÇÃO 2.196, ANO X, PÁGINA 238, NO SITE WWW.AMM.ORG.BR, POR NÃO TER HAVIDO PRORROGAÇÃO DO REFERIDO CONTRATO (A CONTRATADA REQUEREU DESLIGAMENTO EM DATA ANTERIOR)

.

.

EXTRATO DO **PRIMEIRO ADITIVO** AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 085/2014, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JOSÉ ANTÔNIO DE ALMEIDA, PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA: *VILZILENE ALVES DE SOUZA*, Brasileira, Solteira, Recepcionista, com inscrição no CPF sob nº 004.631.771-69, Identidade sob nº 691.294 - SSP-TO, e com Cartão PIS/PASEP nº 2.007.138.304-7, com residência e domicílio na Rua Alzira Silva Setúbal, nº 113 - Bairro Centro - CEP 78.670-000, em São Félix do Araguaia - MT.

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 085/2014

DATA DE EMISSÃO DO CONTRATO ORIGINAL: 03/03/2014

PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO ORIGINAL: DE 03/03/2014 A 03/03/2015 → 12 (doze) meses

CARGA HORÁRIA NA VIGÊNCIA DO CONTRATO ORIGINAL: 40 (quarenta) horas semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL NA VIGÊNCIA DO CONTRATO ORIGINAL: R$ 817,18 (oitocentos e dezessete reais e dezoito centavos)

DATA DE EMISSÃO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO ORIGINAL: 03/03/2015

PRAZO DA NOVA VIGÊNCIA DO PRIMEIRO ADITIVO: DE 03/03/2015 A 03/03/2016 → 12 (doze) meses

CARGA HORÁRIA NA VIGÊNCIA DO PRIMEIRO ADITIVO: 40 (quarenta) horas semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL PARA A NOVA VIGÊNCIA (1º ADITIVO): **R$ 887,62** (oitocentos e oitenta e sete reais e sessenta e dois centavos)

FUNÇÃO: **AGENTE ADMINISTRATIVO (RECEPCIONISTA)**, em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL - CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS), podendo também prestar serviços, conforme atribuição da Secretaria, no CREAS, Centro de Convivência, SEDE e outras Unidades da Secretaria

São Félix do Araguaia (MT), em 03 de Março de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL Nº 757, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2015.

Lei Municipal nº 757, de 02 de fevereiro de 2015.

Revoga o art. 90 da Lei Municipal nº 545/2006 que homologa termo de vinculação ao contrato de prestação de serviços técnicos de operacionalização dos regimes próprios de Previdência Social, firmado com a Associação Mato-grossense dos Municípios – AMM.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO. Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica revogado o artigo 90 da Lei Municipal nº 545/2006, que dispõe sobre adesão ao programa AMM-Previ, criado pela Associação Mato-grossense dos Municípios para gerenciar o regime previdenciário municipal.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Félix do Araguaia (MT), 02 de fevereiro de 2015.

JOSÉ ANTÔNIO DE ALMEIDA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 08/2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO comunica aos interessados, que realizara o PROCESSO LICITATÓRIO abaixo relacionado, nos termos da Lei n° 8.666/93 e posteriores alterações.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N.º 8/2015

OBJETO:" REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAL DE EXPEDIENTE VISANDO ATENDER A DEMANDA DE TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SÃO JOSÉ DO POVO"

RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO, PROPOSTA E JULGAMENTO: Dia 14 de Abril de 2015 às 13:00.

Os envelopes com a documentação e proposta serão recebidos até o horário e data acima especificados, na sala de licitações, situada na SALMEN HANZE, n.º 914, CENTRO.

Para participação deste certame licitatório, deverá ser obtido o convite pelas empresas e ou pessoas cadastradas no ramo pertinente com antecedência de até 24 horas da apresentação dos envelopes, no endereço SALMEN HANZE, n.º 914, CENTRO no horário das 12:00 às 17:00 horas ou pelo email llgaguaviva@hotmail.com.

SÃO JOSÉ DO POVO-MT 01/04/2015.

Maria Irandi Duarte

Pregoeira

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO 025/2015

Contratado (a): GILBERTO DE MOARES VIANA.

OBJETO - O CONTRATADO exercerá o cargo de Conciliador no Posto Avançado do Juizado Especial Cível e Criminal do Município de São José do Povo, compreendendo sua função em redução a termo de reclamações, realização de audiências e inserção das reclamações no sistema digital do Juizado.

VALOR TOTAL–A contratante pagará ao contratado o vencimento mensal de R$ - 1.200,00 (um mil e duzentos reais); que será pago juntamente com o pagamento dos demais servidores municipais.

VIGÊNCIA

– O presente contrato terá vigência no período de 01/04/2015 à 31/12/2015, podendo ser prorrogado por tempo indeterminado mediante termo aditivo.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Nº 023/2015

Contratado (a): CENTROESTE AMB. COLETA TRANS. LIM. URB. LTDA-ME.

OBJETO - O presente contrato tem por objeto a coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduo de serviços de saúde do grupo A, B e E, de acordo com Legislação Resolução Conama nº 358/2005. Hospital, Farmácias, Centro de Saúde e PSF, Clínica Médica, Consultórios Odontológicos, enfim todos os estabelecimentos que trabalham com saúde humana, tendo como finalidade a preservação da saúde humana e do meio ambiente. A coleta será realizada mensalmente, sendo coletado no ponto gerador. Conforme proposta entregue no processo licitatório e planilha com descrição e quantitativo, como segue:

VALOR TOTAL–Pelos serviços prestados a que se refere a Cláusula Primeira deste, o Primeiro pagará ao segundo a importância de R$ 6.750,00 (seis mil e setecentos e cinquenta reais) dividido em nove (09) parcelas de R$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais), que será pago em conta bancária de titularidade da Contratada mensalmente.

VIGÊNCIA – O presente Contrato terá vigência no período de 01/04/2015 a 31/12/20145 podendo ser prorrogado na forma do Inciso II do art. 57 da Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO 024/2015

Contratado (a): MARLI GARCIA DE MOURA.

OBJETO - A contratação da servidora temporária para cargo de Professora com 20 horas aulas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação deste Município, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, aprovada no teste seletivo 001/2015 de 02 de fevereiro de 2015.

VALOR TOTAL–A contratante pagará a contratada o vencimento mensal de

R$ 1.145,79 (um mil e cento e quarenta e cinco reais e setenta e nove centavos)

, que será pago juntamente com o pagamento dos demais servidores municipais.

VIGÊNCIA – O presente contrato tem vigência de 06/04/2015 a 05/09/2015. A contratada deverá obedecer à escala de serviço preparada pela contratante com carga horária de trabalho igual a dos servidores efetivos, bem como as atribuições pertinentes ao cargo; podendo ser prorrogado mediante termo aditivo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 014/2015 DE 31 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 014/2015

DATA: 31 DE MARÇO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO-MT, NO DIA 02 DE ABRIL DE 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GUERINO JOÃO OPENKOSKI, Presidente da Câmara Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO o disposto no Artigo 18 do Regimento Interno da Câmara Municipal de São José do Rio Claro que define como atribuição como do Presidente as função administrativa e diretiva da Câmara;

CONSIDERANDO que no dia 03 de abril de 2015 será feriado (Paixão de Cristo).

RESOLVE:

Artigo 1°- Decretar como ponto facultativo o dia 02 de abril de 2015, estabelecendo o atendimento ao público nas repartições administrativas da Câmara Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, em virtude do feriado da Paixão de Cristo, à partir do dia 06 de abril de 2015 à partir das 08:00 horas.

Artigo 2°- Adiantar o fechamento da Pauta da Sessão Ordinária que será realizada no dia 06 de abril de 2015, para o dia 01 de abril de 2015.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal, de São José do Rio Claro-MT, 31 de março de 2015.

GUERINO JOÃO OPENKOSKI

Presidente

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 013/2015 - RESULTADO DO JULGAMENTO

O Município de São José do Rio Claro – MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público, para quem possa interessar, que o julgamento do certame supracitado teve resultado **DESERTO**.

São José do Rio Claro – MT, 01 de Abril de 2015.

TATIANA DOCKHORN – Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 107 DE 1º DE ABRIL DE 2015

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

CARLOS ROBERTO BIANCHI, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR para exercer o cargo em comissão de CHEFE DE DEPARTAMENTO, responsável pelo Departamento de Gestão do Suas, o Senhor MATEUS VIEIRA DA SILVA, portador do RG nº 29.469.429-8 - SSP/SP e do CPF nº 259.258.028-02 , fazendo jus aos vencimentos do cargo.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRADA	PUBLICADA	CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

EM 1º DE ABRIL DE 2015

CARLOS ROBERTO BIANCHI

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 108 DE 1º DE ABRIL DE 2015

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

CARLOS ROBERTO BIANCHI, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR para exercer o cargo em comissão de GERENTE DE PROGRAMAS SOCIAIS, a Senhora LUCIMARI CHIUCHI DA SILVA, portadora do RG nº 48.703.860-5 -SSP/SP e do CPF nº 223.222.558-58 , fazendo jus aos vencimentos do cargo.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

EM 1º DE ABRIL DE 2015

CARLOS ROBERTO BIANCHI

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 109 DE 1º DE ABRIL DE 2015

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

CARLOS ROBERTO BIANCHI, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR para exercer o cargo em comissão de MONITOR DE CONTROLE SOCIAL, a Senhora SANDRA FERREIRA BRANDÃO, portadora do RG nº 36.062.479-0-SSP/SP e do CPF nº 024.623.081-99, fazendo jus aos vencimentos do cargo.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

EM 1º DE ABRIL DE 2015

CARLOS ROBERTO BIANCHI

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

DECRETO Nº. 3.113/2015

Declara Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais de Tabaporã, e dá outras providências.

O Prefeito de Tabaporã, Estado de Mato Groso, **Sr. PERCIVAL CARDOSO NOBREGA**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

D E C R E T A:

Artigo 1º -

Fica Decretado PONTO FACULTATIVO nas Repartições Públicas Municipais de Tabaporã/MT, no dia 02/04/2015 (Quinta–feira) a partir do 12:00 horas, em virtude ao feriado de SEXTA–FEIRA SANTA com exceção daquelas repartições cujo funcionamento seja indispensável.

Artigo 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 01 de abril de 2015.

PERCIVAL CARDOSO NÓBREGA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
DECRETO Nº 713, DE 1 DE ABRIL DE 2015.

HOMOLOGA O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/2015, PROCESSO 8/2015, REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE PUBLICAÇÕES DOS ATOS OFICIAIS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL, EM JORNAL DE CIRCULAÇÃO DIÁRIA EM TANGARÁ DA SERRA – MT.

O *PRESIDENTE* da Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º Fica homologado o procedimento licitatório – modalidade Pregão Presencial nº 8/2015, Processo nº 8/2015, tendo como adjudicatária a empresa: **E. TORMES & CIA LTDA,** devidamente inscrita no **CNPJ nº 14. 048.123/0001-07,** conforme deliberado na sessão pública realizada no dia 30 de março de 2015 e conforme Termo de Adjudicação, datado de 1 de abril de 2015.

Art. 2ºEste Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e quinze, 38º Aniversário de Emancipação Político Administrativa.

ROMER JAPONÊS

Presidente

Registrado na Secretaria Geral da Câmara Municipal e publicado por afixação em lugar de costume, na data supra.

PROFESSOR SEBASTIAN

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
PORTARIA Nº 021, DE 1º DE ABRIL DE 2015.

PORTARIA Nº 021, DE 1º DE ABRIL DE 2015.

FICA INSTAURADO PROCESSO ADMINISTRATIVO ESPECIAL PARA RECONHECIMENTO DE DÍVIDA DE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO DE SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA - MT

O Vereador **ROMER SATOR YAMASHITA,** Presidente da Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e ainda de acordo com o que dispõe a Lei Complementar 006 de 21 de junho de 1994 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º –

Fica instaurado Processo Administrativo Especial para Reconhecimento de Dívida nº 001/2015 referente aos adicionais por tempo de serviço dos servidores do Poder Legislativo Municipal implementados em desacordo com o artigo 179, § 1º da Lei Complementar nº 006 de 21 de junho 1994.

Art. 2º - A condução dos trabalhos do Processo aqui instaurado ficará a cargo da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, instituída através da Portaria 020/2015, a qual deverá concluir os trabalhos no prazo de até 90 (noventa) dias.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Tangará da Serra, ao 1º (primeiro) dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

ROMER JAPONÊS

Presidente

Registrado na Secretaria Geral da Câmara Municipal e publicado por afixação em lugar de costume na data supra.

PROFESSOR SEBASTIAN

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
PORTARIA Nº 022, DE 1º DE ABRIL DE 2015.

PORTARIA Nº 022, DE 1º DE ABRIL DE 2015.

FICA INSTAURADO PROCESSO ADMINISTRATIVO ESPECIAL PARA RECONHECIMENTO DE DÍVIDA N.º 002/2014.

O Vereador **ROMER SATOR YAMASHITA,** Presidente da Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e ainda de acordo com o que dispõe a Lei Complementar 006 de 21 de junho de 1994 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º – Fica instaurado Processo Administrativo Especial para Reconhecimento de Dívida n.º 002/2015, em função do requerimento de pagamento, feito pelas Empresas: Rádio Tangará Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 01.355.205/0001-52; Rádio Pioneira, inscrita no CNPJ sob o nº 00.965. 970/0001-21; Jornal Diário de Cuiabá Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 03. 117.579/001-65 e Leani Ruppel ME, inscrita no CNPJ sob o nº 09.450.315/ 0001-05, a fim de apurar a existência de dívida referente a eventuais serviços prestados, perante esta instituição.

Art. 2º -

A condução dos trabalhos do Processo aqui instaurado ficará a cargo da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, instituída através da Portaria 020/2015, a qual deverá concluir os trabalhos no prazo de até 90 (noventa) dias.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Tangará da Serra, ao 1º (primeiro) dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

ROMER JAPONÊS

Presidente

Registrado na Secretaria Geral da Câmara Municipal e publicado por afixação em lugar de costume na data supra.

PROFESSOR SEBASTIAN

1º Secretário

SERRAPREV
PORTARIA N.º 19/2015

"Dispõe sobre a Retificação da portaria nº 08/2015 que concedeu benefício de Aposentadoria por Idade *a servidor***a Sra. Umbelina Maria Da Silva."**

O Diretor Executivo do Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Tangará da Serra/MT - SERRAPREV, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o Art. 40, §1º, inciso III, alínea "b", da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003, c/c Art. 17, inciso III, da Lei Municipal n.º 153, de 14 de abril de 2011, que rege a previdência do Município de Tangará da Serra, Art. 179 da Lei Complementar n.º 006 de 21 de junho de 1994 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e trata sobre o Adicional por Tempo de Serviço – ATS e Lei n.º 4.215 de 28 de maio de 2014, que dispõe sobre a concessão linear de reposição anual na remuneração dos servidores públicos do Poder Executivo Municipal;

Resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício **Aposentadoria por Idade**, a Sra.

Umbelina Maria da Silva,

brasileira, casada, portadora da cédula de identidade RG n.º 990.077 - SSP/GO, inscrita no CPF sob o n.º 432.270.071-34, servidora efetiva no cargo Zeladora, Classe "A", Nível "I", lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com proventos proporcionais, conforme processo administrativo do SERRAPREV, n.º 2015.02.00014P, até posterior deliberação.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos legais a data de 16 de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Tangará da Serra/MT, 01 de Abril de 2015.

HELITON LUIZ DE OLIVEIRA Diretor Executivo do SERRAPREV

Homologo: Prof.º FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA

Prefeito Municipal

SERRAPREV
PORTARIA N.º 18/2015

"Dispõe sobre a Retificação da portaria nº 09/2014 que concedeu o benefício de Aposentadoria por Invalidez *a servidor***a Sra. Maria das Dores Silva."**

O Diretor Executivo do SERRAPREV - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o disposto no Artigo 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal,com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003, c/c o Artigo 6-A da Emenda Constitucional n.º 41/2003, acrescentado pela Emenda Constitucional n.º 70 de 29 de março de 2012, c/c Artigo 13, § 1º da Lei Complementar n.º 153 de 14 de abril de 2011 que rege a previdência municipal, Lei Complementar n.º 160 de 30 de novembro de 2011, que acrescenta o § 4º no artigo 19 da Lei Complementar n.º 153/2011, Art. 179 da Lei Complementar n.º 006 de 21 de junho de 1994 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e trata sobre o Adicional por Tempo de Serviço – ATS, reajustes concedidos pela Lei Municipal n. º 3.322/2010, Lei Municipal n.º 3.562/2011 e Lei Municipal n.º 3.710 de 19 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a reposição de vencimentos dos servidores públicos municipais de Tangará da Serra/MT e último reajuste concedido pela Lei n.º 4.016 de 24 de maio de 2013 que dispõe sobre a revisão de vencimentos dos servidores públicos do Poder Executivo Municipal de Tangará da Serra/MT;

Resolve:

Art. 1º.

Conceder o benefício Aposentadoria por Invalidez, a servidora Sra. Maria das Dores Silva, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade RG n.º 389003 - SSP/MT, inscrita no CPF sob o n.º 572.104.621-04, servidora efetiva no cargo de Agente Administrativo II, Nível "IV", Classe "E", lotada na Secretaria Municipal de Educação, com Proventos Proporcionais, conforme processo administrativo do SERRAPREV, n.º 2013.03.00034P, até posterior deliberação.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a data de 01 de fevereiro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Tangará da Serra - MT, 31 de Março de 2015.

HELITON LUIZ DE OLIVEIRA Diretor Executivo do SERRAPREV

Homologo: FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
DECRETO Nº 714, DE 1 DE ABRIL DE 2015.

REVOGA PARCIALMENTE O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2015, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 3/2015, PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES.

O *PRESIDENTE* da Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º Fica revogado parcialmente o procedimento licitatório modalidade Pregão Presencial nº 3/2015, Processo Licitatório nº 3/2015, especificamente os itens 9 e 10, adjudicados para a **ATI COMERCIO DE MÓVEIS E INFORMÁTICA LTDA-EPP**, **CNPJ 12.544.341/0001-07,** após a não-regularização da documentação, conforme disposto no §2º, do Art. 43 da Lei Complementar Nacional nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Art. 2ºEste Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e quinze, 38º Aniversário de Emancipação Político Administrativa.

ROMER JAPONÊS

Presidente

Registrado na Secretaria Geral da Câmara Municipal e publicado por afixação em lugar de costume, na data supra.

PROFESSOR SEBASTIAN

1º Secretário

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
ATO 155/GP/2015 - TORNAR SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DE CANDIDATOS QUE NÃO TOMARAM POSSE

ATO Nº. 155/GP/2015 DE 01/04/2015

O Senhor Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

RESOLVE

Art. 1º - **TORNAR SEM EFEITO** a nomeação dos candidatos abaixo, nomeados através do Ato nº. 056/GP/2015 de 09/02/2015, que não tomaram posse no prazo estipulado no Edital complementar nº. 001/2015 de 09/02/2015, de convocação do Processo de Seleção Pública nº. 001/2014, conforme previsto no art. 14 da Lei Complementar nº. 006/1994 de 21/06/1994.

1044-AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS							
Nº.	**INSC. Nº.**	NOME	TÍTULOS	PROVA OBJETIVA	Fase I e Fase II	RESULTADO TAF	RESULTADO DO PROCESSO
60	909	WASHINGTON GEORGE DE MORAES	0	64,00	64,00	APROVADO	CLASSIFICADO

1017-AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - USBF VILA ESMERALDA							
Nº.	INSC. Nº.	NOME	TÍTULOS	PROVA OBJETIVA	Total Fase I e Fase II	RESULTADO TAF	RESULTADO DO PROCESSO
6	586	IRENEIA PINTO DOS SANTOS	0	58,00	58,00	APROVADO	CLASSIFICADO

1040-AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - UBSF ALTOS DO BOA VISTA							
Nº.	INSC. Nº.	NOME	TÍTULOS	PROVA OBJETIVA	Total Fase I e Fase II	RESULTADO TAF	RESULTADO DO PROCESSO
5	704	JEISYLA PRYSCILLA SANTOS RODRIGUES DE BERNARDES	0	54,00	54,00	APROVADO	CLASSIFICADO

Art. 2º - Registre-se, publique-se e cumpra-se o presente ato.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, ao primeiro dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze, 38º aniversário de Emancipação Político-Administrativa.

Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA

Prefeito Municipal

MARIA DAS GRAÇAS SOUTO

Secretária Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

EXTRATO DE CONTRATO: 56/2015

EXTRATO DO CONTRATO: Nº. 56/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE – MT

CONTRATADO: AUTO PEÇAS PAVAN LTDA -EPP

OBJETO: O OBJETO DESTE CONTRATO É O FORNECIMENTO DE PEÇAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS, OBSERVADAS AS NORMAS ESTABELECIDAS NO EDITAL DO PREGÃO N°. 48/2014 E SEUS ANEXOS, BEM COMO A PROPOSTA DA CONTRATADA, QUE INTEGRAM E COMPLETAM ESTE CONTRATO, PARA TODOS OS FINS DE DIREITO, INDEPENDENTEMENTE DE TRANSCRIÇÃO, OBEDECIDAS AS DISPOSIÇÕES PERTINENTES DA LEI Nº. 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

VALOR: R$ **22.258,00**

VIGÊNCIA: 11/03/2015 A 16/07/2015

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

MILTON JOSE TONIAZZO

PREFEITO MUNICIPAL

RH
031 EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO 001/2014

CONCURSO PUBLICO 001/2014

031 EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, tendo em vista o Concurso Público Realizado em 21 de Junho de 2014 e homologado através do Decreto n°. 033, de 27 de Junho de 2014; *CONVOCA*, pelo presente Edital os Candidatos Aprovados, para preenchimento de vaga existente, conforme relação abaixo:

CARGO: AUXILIAR DE NUTRIÇÃO

CLASS	NOME	LOTAÇÃO
1º CLASSIFICADO	DIOMAR RODRIGUES DA SILVA	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
2º CLASSIFICADO	IVANILDA XAVIER DE AMORIM	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CARGO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM

CLASS	NOME	LOTAÇÃO
3º CLASSIFICADO	ELISANDRA BIER	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Os candidatos convocados através deste Edital terá prazo de 30 (trinta) dias a contar desta data, 01 de ABRIL de 2015, para tomar posse no referido cargo.

O Candidato deverá apresentar-se no Departamento de Recursos Humanos dentro do prazo estipulado, apresentando documentação original e fotocópia autenticada em cartório dos seguintes documentos:

Atestado Médico Admissional expedido de acordo com as exigências da Administração Municipal, pela Medicina do Trabalho; Cadastro de Pessoa Física (CPF); Cartão do PIS/PASEP; Carteira de Habilitação (para Motoristas e operadores de Máquinas); Carteira de Vacinação dos Filhos Menores de 05 anos (se for o caso); Cédula de Identidade; Certidão de Casamento ou Nascimento; Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso); Certidão de Reservista, CDI (Quando Masculino); Certidão negativa de débito fiscal junto ao Município; Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da comarca do domicílio dos últimos 05 (cinco) anos, relativa a existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado); Comprovante de endereço residencial; Comprovante de Escolaridade; Certidão de quitação eleitoral; Conta Corrente; CTPS (Carteira de Trabalho); Declaração de Bens do candidato no ato da posse; Declaração negativa de acumulo de cargo público; Foto 3x4 colorida (atual); Ter registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade; Titulo de Eleitor;

A Falta de quaisquer documentos e bem como a não apresentação de conformidade com o Edital, implicará na inabilitação do candidato.

Terra Nova do Norte – MT, 01 de abril de 2015.

Milton José Toniazzo

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO: 55/2015

EXTRATO DO CONTRATO: Nº. 55/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE – MT

CONTRATADO: WANDA COM. DE MOV. E EQUIP. P/ ESCRITORIO LTDA EPP

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE INSTRUMENTO É AQUISIÇÃO DE UM APARELHO DE TELEFONE SEM FIO PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE.

VALOR: R$ 85,00

VIGÊNCIA: 01/04/2015 A 07/05/2015.

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993, PELA LEI Nº. 10.520, DE 17 E JULHO DE 2002 E PELO DECRETO Nº 5.450, DE 31 DE MAIO DE 2005. MILTON JOSÉ TONIAZZO

PREFEITO MUNICIPAL

RH

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2015

001 EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, tendo em vista o Processo Seletivo Simplificado Realizado em 15 de Fevereiro de 2015 e homologado através do Decreto n°. 16, de 06 de Fevereiro de 2015; *CONVOCA*, pelo presente Edital os Candidatos Aprovados, para preenchimento de vaga existente, conforme relação abaixo:

CARGO: ENFERMEIRO

CLASS	NOME	LOTAÇÃO
CLASSIFICADO	ELAINE GABRIELA PEREIRA	SECRETARIA DE SAÚDE
CLASSIFICADO	NATASHA DE SOUZA TORRES	SECRETARIA DE SAÚDE

CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

CLASS	NOME	LOTAÇÃO
CLASSIFICADO	TEREZA MACHADO DELLA JUSTINA	SECRETARIA DE SAÚDE
CLASSIFICADO	DAIANE SOARES DE LIMA	SECRETARIA DE SAÚDE

CARGO: MOTORISTA

CLASS	NOME	LOTAÇÃO
CLASSIFICADO	MARCOS DIONE DIAS DOS REIS	SECRETARIA DE SAÚDE

CARGO: AUXILIAR DE LIMPEZA E MANUTENÇÃO

CLASS	NOME	LOTAÇÃO
CLASSIFICADO	SILVANA MARIA FERNANDES	SECRETARIA DE SAÚDE

CARGO: VIGIA

CLASS	NOME	LOTAÇÃO
CLASSIFICADO	JOAO CARLOS MAIA	SECRETARIA DE SAÚDE

O candidato convocado através deste Edital terá prazo de 05 (cinco) dias a contar desta data, 01 de Abril de 2015, para tomar posse no referido cargo.

O Candidato deverá apresentar-se no Departamento de Recursos Humanos dentro do prazo estipulado, apresentando documentação original e fotocópia autenticada em cartório dos seguintes documentos:

Documento de identidade; (01 cópia); CPF; (01 cópia); Título eleitoral; (01 cópia); Certificado de reservista ou Certificado de Dispensa de Incorporação; (01 cópia); Certidão eleitoral; PIS ou PASEP (01 cópia); Certidão de nascimento ou casamento; (01 cópia); Comprovante de endereço; Comprovante de Escolaridade e respectivo registo no órgão fiscalizador; (01 cópia); Certidão Negativa da Justiça (civil e criminal); Declaração Negativa que responde ou não, a sindicância e/ou processo administrativo disciplinar; Declaração de Bens e valores que compõem seu patrimônio; Declaração de não acúmulo ilegal de cargo público; Declaração que não foi exonerado com justa causa, no período de 05 anos, nas esferas federal, estadual e municipal; Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública; Certidão Negativa de Débito Fiscal junto ao Município; 01 foto 3x4 recente.

A Falta de quaisquer documentos e bem como a não apresentação de conformidade com o Edital, implicará na inabilitação do candidato.

Terra Nova do Norte – MT. 01 de abril de 2015.

Milton José Toniazzo

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

PORTARIA Nº 091/2015

Designa servidora para exercer sem ônus as atribuições do cargo de Fiscal de Vigilância Sanitária e dá outras providências.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com fulcro na Lei Complementar nº 015, de 16.11.2011 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

R E S O L V E:

Art. 1º - Designar, a servidora efetiva RUBIANE BERTOLINI DOS SANTOS, portadora do R.G. nº 2306654-7 SSP/MT e do CPF nº 882.970. 121-15, para exercer, a partir desta data, sem ônus para o órgão a que está vinculada, todas as atribuições do cargo de Fiscal de Vigilância Sanitária (SNM), vinculada e subordinada à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, 23 de março de 2015.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS

DISTRATO DO CONTRATO Nº 24/2015

CONTRATANTE PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS – MT, **CONTRATADO GWS DESENVOLVIMENTO DE WEB SITESLTDA-ME, INSCRITA NO CNPJ: 15.507.854/0001-36, OBJETO RESUMIDO DO CONTRATO:** MANUTENÇÃO DO PORTAL OFICIAL (www.ValedeSaoDomingos.mt.gov.br), Link da Ouvidoria e SIC – Serviço de Informação ao Cidadão (Via Web).. *CONFORME O Clausula 21 do Contrato Original*, **DATA EMISSÃO:** 01/04/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 015/2015 - SRP 015/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA - MT

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N.º 015/2015 - SRP Nº. 015/2015

O Município de Vera – MT, através de seu Pregoeiro Oficial torna Público para conhecimento dos interessados, que realizará às **08h00min (Horário Local), do dia 15 de Abril de 2015**, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Av. Otawa, 1651, Centro – Vera - MT, abertura do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2015 – SRP Nº. 015/2015**, do tipo **Menor Preço por ITEM**, para **FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE PNEUS, CÂMARAS E PROTETORES PARA USO NOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA MUNICIPAL.**

O Edital poderá ser obtido junto a Prefeitura Municipal de Vera - MT, Departamento de Licitação, durante o horário normal de expediente, ou no endereço: www.vera.mt.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário normal de expediente, das 07h00min às 11h00min, através do telefone (66) 3583-3100.

Vera – MT, 01 de Abril de 2015.

PABLO JUNIOR GONÇALES

PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 016/2015 - SRP 016/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA - MT

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N.º 016/2015 - SRP Nº. 016/2015

O Município de Vera – MT, através de seu Pregoeiro Oficial torna Público para conhecimento dos interessados, que realizará às **08h00min (Horário Local), do dia 17 de Abril de 2015**, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Av. Otawa, 1651, Centro – Vera - MT, abertura do *PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2015 – SRP Nº. 016/2015*, do tipo **Menor Preço por LOTE**, para **FUTURAS E EVENTUAIS CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE RETIFICA COMPLETA DE MOTORES DIESEL E GASOLINA, BOMBAS E BICOS INJETORES – PEÇAS E MÃO DE OBRA INCLUSOS, PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA MUNICIPAL.**

O Edital poderá ser obtido junto a Prefeitura Municipal de Vera - MT, Departamento de Licitação, durante o horário normal de expediente, ou no endereço: www.vera.mt.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário normal de expediente, das 07h00min às 11h00min, através do telefone (66) 3583-3100.

Vera – MT, 01 de Abril de 2015.

PABLO JUNIOR GONÇALES

PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE
DECRETO LEGISLATIVO - CÂMARA MUNICIPAL DE VILA BELA -MT

DECRETO LEGISLATIVO Nº 004/2015

"DECLARA PONTO FACULTATIVO A DATA QUE MENCIONA"

Elias da Conceição Silva, Presidente da Câmara Municipal de Vila Bela da Ss. Trindade MT, Estado de Mato Grosso no uso das atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º Fica Decretado neste Poder Legislativo Municipal, ponto facultativo na data de **02/04/2015**, data que antecede o Feriado Nacional de Paixão de Cristo – Sexta – Feira Santa.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vila Bela da Ss. Trindade – MT, 01 de abril de 2015.

PUBLIQUE-SE

REGISTRE-SE

CUMPRA-SE

Elias da Conceição Silva

Presidente do Poder Legislativo

AVISO DE CANCELAMENTO EDITAL DE PREGÃO Nº 023/2015 PMVB SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (PROCESSO NO 027/ 2015-PMVB)

A Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade – MT através do seu pregoeiro torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra **CANCELADO** por motivos administrativos devidamente justificados no processo a licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2015**, tendo por objeto a *a*quisição de fraldas descartáveis, leites e suplementos alimentares**,**respeitados os princípios gerais de direito público e legislações vigentes, 01 de abril de 2015. –**Anésio Braga Ortêncio Munhoz -** Pregoeiro Oficial

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2015

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE**, Estado de Mato Grosso, através de sua Comissão Permanente de Licitação, instituída pela Portaria nº 007, de 05 de janeiro de 2015, tendo como objeto a contratação de serviços de centro de recuperação de dependentes químicos para assistência e recuperação das pacientes: **Lilian Graciela Ferreira Coelho e Adelcina Ruiz**, opina em efetuar a contratação da empresa: **BEM VIVER TRATAMENTO ESPECIALIZADO EM DEPENDENCIA QUIMICA E ALCOOL EIRELI, CNPJ: 17.467.151/0001-57** , nos termos do artigo 24, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, com suas alterações posteriores. Vila Bela da Ss. Trindade - MT, 01 de abril de 2015 – NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU - PRESIDENTE C.P.L.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

PORTARIA N.º 093/2015 DE 01 DE ABRIL DE 2015.

Luciano Marcos Alencar, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

R E S O L V E:

Art. 1º-**Nomear** o Srº. EVERALDO SIMÕES DE ANDRADE portador do RG sob o n.º 81431961SSP/BA e do CPF sob o nº 047.073.205-97

,

para o cargo de SECRETÁRIODE CULTURA, ESPORTE E LAZER.

Art 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

LUCIANO MARCOS ALENCAR

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 092/2015 DE 31 DE MARÇO DE 2015

LUCIANO MARCOS ALENCAR, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

R E S O L V E:

Art. 1º- Revogar a portaria nº 154/2014a qual nomeia o Srº **JEFFERSON RODRIGO DOS SANTOS TRINDADE** portador do RG sob o n.º14102161 SSP/MT e do CPF sob o nº 003.407.491-05, para o cargo de Chefe de Gabinete do Prefeito Municipal.

.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

Luciano Marcos Alencar

Prefeito Municipal

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO. Nº 005/2015 DE 31/ MARÇO/2015

T O R N AP Ú B L I C O

Pelo Presente Edital de Publicação de Contrato a Prefeitura Municipal De Vila Rica, Estado de Mato Grosso, **pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 03.238.862/0001/45, com sede na Av. Brasil nº 2000 – Bela Vista- Nesta Cidade** representada pelo seu Prefeito, Sr. Luciano Marcos Alencar, nos termos da Lei Municipal nº 1189/2014, resolve contratar para Prestação de Serviços os abaixo relacionados.

MARIA AUXILIADORA MENDES GOMES contrato nº 004/2015 para prestação de serviços de Técnico de Enfermagem;

LEDOIR SCHUMANN contrato nº 005/2015 para prestação de serviços de Encanador;

LARA DE OLIVEIRA ARAUJO contrato nº 006/2015 para prestação de serviços Assistente Social;

GILVANIA KUNDE TAVARES contrato nº 007/2015 para prestação de serviços Professor de I a IV;

LILIAN DE OLIVEIRA CORREIA contrato nº 008/2015 para prestação de serviços Professor de I a IV;

NOEMI MARIA WAGNER contrato nº 009/2015 para prestação de serviços Professor de I a IV;

GEICIVALDO INOCENCIO COSTA contrato nº 010/2015 para prestação de serviços Motorista Escolar;

VILMAR DOS SANTOS CARVALHO contrato nº 011/2015 para prestação de serviços Motorista Escolar;

JASMIEL KRAEMER DE SOUZA contrato nº 012/2015 para prestação de serviços Agente Saúde Ambiental;

FABIO ARRUDA DOS SANTOS contrato nº 013/2015 para prestação de serviços Agente Saúde Ambiental;

RAIMUNDO GUIMARAES contrato nº 014/2015 para prestação de serviços Encanador;

LAURA APARECIDA SILVA contrato nº 015/2015 para prestação de serviços Técnico de Enfermagem;

VALMIRA LUCIA DA SILVA contrato nº 016/2015 para prestação de serviços Monitora de Creche;

ALINE BARBOSA DA SILVA contrato nº 017/2015 para prestação de serviços Professor de V a VIII;

LAIZE SOUZA SILVA contrato nº 018/2015 para prestação de serviços Professor de I a V;

TEREZINHA JARDIM DE MELO SILVA contrato nº 019/2015 para prestação de serviços Professor de I a V;

EDIVAIR FOGACA GOULART contrato nº 020/2015 para prestação de serviços Encanador;

PLARDIA ALVES DE ALMEIDA contrato nº 021/2015 para prestação de serviços Professor de I a V;

MARCOS ALVES FREITAS contrato nº 022/2015 para prestação de serviços Escriturario;

EMANUEL MENDES DE SOUSA contrato nº 023/2015 para prestação de serviços Operador de E.T.A;

IVONEI MEURER contrato nº 024/2015 para prestação de serviços Motorista Escolar;

CLEUNI GUIMARAES SILVA contrato nº 025/2015 para prestação de serviços Monitora de Creche;

SILVANE DOS SANTOS BARBOSA contrato nº 026/2015 para prestação de serviços Monitora de Creche;

MELQUISEDEQUE MANOEL RODRIGUES DE CARVALHO contrato nº 027/2015 para prestação de serviços Motorista Escolar;

VALDEREY MARCIL MOREIRA contrato nº 028/2015 para prestação de serviços Tratorista;

EDER ODAIR PYDD contrato nº 029/2015 para prestação de serviços Tratorista;

ENIO LASARO BORGES contrato nº 030/2015 para prestação de serviços Motorista Escolar;

MARIA VANETE BANDEIRA DE SOUZA contrato nº 031/2015 para prestação de serviços Agente de Nutrição Escolar;

ADRIANA ALVES FERREIRA contrato nº 032/2015 para prestação de serviços Auxiliar Consultório Dentário;

PAULLINE CHAVES DE AZEVEDO contrato nº 033/2015 para prestação de serviços Professor de I a IV;

ROSIMEIRY AUGUSTA ALVES SCHMIDT contrato nº 034/2015 para prestação de serviços Professor de I a IV;

SAMIR RODRIGUES DE FARIA contrato nº 035/2015 para prestação de serviços PSICOLOGO/SAÚDE;

MARIA APARECIDA ALVES FERNANDES contrato nº 036/2015 para prestação de serviços Monitora de Creche;

MARLI MARCHADO DE MELLO contrato nº 037/2015 para prestação de serviços Agte Serviço de Limp. Hospitar;

JOSIANE AMARAL DE ANDRADE contrato nº 038/2015 para prestação de serviços de Monitora de Creche;

EURIDES PEREIRA BISPO SILVA contrato nº 039/2015 para prestação de serviços Técnico de Enfermagem;

REGIANE SIMAO PATROCINIO contrato nº 040/2015 para prestação de serviços Técnico de Enfermagem;

ISABEL SILVEIRA CIRINO SILVA contrato nº 041/2015 para prestação de serviços Técnico de Enfermagem;

SIMONE JANCIELE WAGNER contrato nº 043/2015 para prestação de serviços Professor de I a IV;

DOGLAS PEREIRA DOS SANTOS contrato nº 044/2015 para prestação de serviços Motorista Escolar;

KARLA DE JESUS LEMOS ABREU contrato nº 045/2015 para prestação de serviços Técnico de Enfermagem;

TEREZINHA BATISTA DE SOUSA contrato nº 046/2015 para prestação de serviços Agente Saúde Ambiental;

RENER ALVES DO AMARAL contrato nº 047/2015 para prestação de serviços Fiscal Tributário;

RONEI VASIAKcontrato nº 048/2015 para prestação de serviços Motorista Escolar;

JOSE LOURENCO FERNANDES contrato nº 049/2015 para prestação de serviços Motorista Escolar;

DIVINEIS DE JESUS FERREIRA SANTOS contrato nº 050/2015 para prestação de serviços Técnico de Enfermagem;

CLEIDENIR NOVELLO contrato nº 051/2015 para prestação de serviços Motorista Escolar;

ROGERICO GARBUIO contrato nº 052/2015 para prestação de serviços Motorista Escolar;

VALMY BRITO DE CARVALHO contrato nº 053/2015 para prestação de serviços Motorista Escolar;

MARIA DIVINA DA SILVA contrato nº 054/2015 para prestação de serviços Agente de Nutrição Escolar;

IVANEIDE GONCALVES DE ARAUJO CARVALHO contrato nº 055/2015 para prestação de serviços Agente de Nutrição Escolar;

LUDIMILA SILVEIRA contrato nº 056/2015 para prestação de serviços Professor I a IV;

GLAUCIA LAIKOWSKI contrato nº 057/2015 para prestação de serviços Professor I a IV;

HELIO ALVES DE OLIVEIRA contrato nº 058/2015 para prestação de serviços Motorista Escolar;

P U B L I QU E S E

Gabinete do Prefeito Municipal de Vila RicaMT, em 31 de Março de 2015.

Luciano Marcos Alencar

Prefeito Municipal

PREFEITURA/LICITAÇÃO
MATERIAL PARA FABRICAÇÃO DE MANILHAS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 020/2015

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2015

Nº DE LICITAÇÃO NO BB: 579633

A Pregoeira Oficial, Srª Cristina Magalhães Castro designada pela Portaria nº. 012/2015 comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, que será regida pela Lei 10.520/2002, pelos Decretos nº 3.784/2001, 5.450/2005 e 5.504/2005, Decretos Municipais nº 048/2006 e 049/2006; com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis.

OBJETO: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de material para fabricação de manilhas para a manutenção de pontes, bueiros e galerias do Município, para atender a Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas.

REALIZAÇÃO: 15/04/2015.

ABERTURA DA SESSÃO: 08h30min.

ABERTURA DA DISPUTA DE PREÇO: 09h00min.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados no aplicativo denominado “Licitações-e”, desenvolvido pelo Banco do Brasil S/A, constante da página eletrônica do Banco do Brasil, www.bb.com.br ou diretamente no site www.licitacoes-e.com.br e no site do Município www.vilarica.mt.gov. br.

Vila Rica / MT, 01 de Abril de 2015.

CRISTINA MAGALHÃES CASTRO

Pregoeira Oficial

Portaria nº 012/2015

DECRETO Nº 026/2015 DE 31 DE MARÇO DE 2015

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS NÃO CLASSIFICADOS NO TESTE SELETIVO PÚBLICO N.º 001/2015 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA – MT.

O Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, Sr. **Luciano Marcos Alencar**, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, considerando o interesse público e a necessidade da Administração:

Considerando que em alguns cargos não houve aprovados no teste Seletivo 001/2015;

Considerando que alguns serviços públicos essenciais não podem ser prejudicados; Considerando, que é dever do estado ofertar educação, saúde e segurança nos diferentes níveis, com constância e qualidade, atendendo às normas legais e

Considerando ainda o Estudo para a Reforma Administrativa que deverá ocorrer ainda neste ano de 2015.

DECRETA:

Art. 1° Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, o órgão da administração do Poder Executivo poderá convocar os não classificados, no Processo Seletivo 001/2015, conforme Lei Contratação Temporária nº 1285/2014, por ordem de nota, conforme a necessidade de cada secretaria mediante procedimentos abaixo:

ØOfício da secretaria: contendo a quantidade de temporários, cargo e período de contratação;

ØJustificativa: informando o tipo de serviço, o programa contemplado, a necessidade de contratação identificando o prejuízo à administração caso não haja a contratação temporária.

Art. 2º.O prazo de duração dos contratos temporários será para o exercício de 2015. Art. 3º A contratação de servidores temporários por ordem de classificação será utilizada para que serviços públicos essenciais, cuja necessidade temporária de excepcional de interesse público fique comprometida sem a devida continuidade dos serviços, nos seguintes casos: ØAssistência a situações de calamidade pública;

ØCombate a surtos endêmicos;

ØAdmissão de professor substituto;

ØAdmissão de profissional de saúde;

ØAtendimento urgente a exigências do serviço, em decorrência da falta de pessoal concursado e para evitar o colapso nas atividades afetas aos setores de: Administração, Finanças, Educação, Saúde, Obras, Assistência Social, Agricultura e Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 4º As contratações autorizadas por este Decreto não constituirão vínculo empregatício, em hipótese alguma, em função do disposto no Inciso II do artigo 37 da Constituição Federal. Art. 5º..Os servidores contratados por este Decreto perceberão o vencimento fixado no Plano de Cargos e Salários ou no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Vila Rica – MT. Art. 6º.A remuneração do pessoal contratado para o fim específico previsto no artigo 3º este Decreto, será aquela determinada pelo respectivo convênio, acordo ou ajuste ou pelo valor de mercado, quando se tratar de profissional qualificado e de nível superior. Parágrafo Único.Quando os convênios, acordos ou ajustes não fixarem a remuneração, observar-se-ão os valores pagos para os cargos idênticos ou assemelhados, constantes do Plano de Cargos e Salários ou no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Vila Rica - MT. Art. 7º .O Regime Jurídico dos contratos temporários permitidos por este Decreto será o Estatutário, adotando-se para todos os efeitos o Regime Geral de Previdência Social. Art. 8º. As contratações estabelecidas por esta Lei terão dotação específica e serão cobertas com os recursos previstos no Orçamento Anual do Município. Art. 9º.Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no mural da Prefeitura e Jornal Oficial do Município – https://diariomunicipal.org/mt/amm/.

Luciano Marcos Alencar

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

EDITAL N°09/2015/GAB/SME/VG

O Secretário Municipal de Educação, Silvio Aparecido Fidelis, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas, **CONVOCA**, OS CANDIDATOS CLASSIFICADOS NA CONTAGEM DE PONTOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, para o ano letivo de 2015, conforme Edital n. 07/2014/GAB/SME/VG, para comparecerem na Coordenadoria de Recursos Humanos/SME, nos dias 06 e 07/04/2015, das 8h00min às 12h00min 14h00min às17h30min impreterivelmente a fim de proceder sua lotação nas unidades escolares que houver vagas livres ou em substituição. A saber:

1-*TÉCNICO DE SUPORTE ADM. EDUCACIONAL/SEGURANÇA E MANUTENÇÃO*

NOMES

MARLEY JULICE SILVA TORRES

ROSÂNGELA DE CARVALHO E SILVA

GERSO PAES DA CONCEIÇÃO

NILSON RODRIGUES DA COSTA

ODEMAR LEMES DE SOUZA TINGO

MARITÂNIA ORBEN

CLAUDEMIRO NEVES DA COSTA

GERSON LAURO DA COSTA

WALICE ALEX MORAES SILVA

EUDES LUIS DE MAGALHÃES

WILDNER DA ROCHA NEVES

HIGOR RODRIGUES DE ALMEIDA

EMILIO FERREIRA DE AMORIM

2-TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO/TDEE

SIMONE FERREIRA FERNANDES

CLEIDE ARAÚJO CAMARGO

JOSEFINA FÉLIX DE SOUZA

ROSEMEIRE LUIZA DOURADO

VILMA BUENO

MIRIAN DE OLIVEIRA SILVA

ELIELY MARIA RODRIGUES DOS SANTOS

CLEIDE FABIANA DA SILVA

ELIESE DE CAMPOS CURADO

ELIS ANGELA CRISTINA PINELI LIMA

SILVANA RIBEIRO DE ALMEIDA

FABIANA APARECIDA DOS SANTOS DIAS DA SILVA

ESTER DE JESUS BISPO

ALLENANDA DE ARRUDA E SILVA

AUREA SOUSA JINKINGS

JOCILENE MARIA LEMES

CIRLENE MARIA KUFFEL

EDINA CRISTINA DAMAZIO ADÃO

CRISTIANE BORGES DA SILVA

ANDREA DOS SANTOS CUNHA

GILAINE RITA DO NASCIMENTO

GISELY DA SILVA COSTA

ARIELY MIRANDA BARROS

ANDREIA TEIXEIRA

ELIANE MARIA DE LIMA

EDUARDO SOARES DE LARA

SIRENE APARECIDA DA SILVA

LINDA INÊS ALMEIDA PINTO DE MORAES

Várzea-Grande, 01 de abril de 2015.

Registra se, Publica se e Cumpra se.

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA N.º 27/2015

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - Considerar **ponto facultativo** dia **02/04/15 (quinta-feira santa).**

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

REGISTRA-SE CUMPRA-SE

Gabinete da Presidência, 01 de abril de 2015.

Vereador **JANIO CALISTRO DO NASCIMENTO**

Presidente

Vereador **PEDRO PAULO TOLARES**

1º Secretário

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N. 14/2015

Processo n. 271216/2015. O Município de Várzea Grande-MT, através da Superintendência de Licitação, comunica aos interessados que o PREGÃO na forma ELETRÔNICA, do tipo menor preço, tendo como critério de julgamento o menor preço por Item, cujo objeto**:** Registro de Preços para futura e eventual aquisição de equipamentos hospitalares e outros para equipar a Unidade de Pronto Atendimento UPA III bem como para atender as necessidades da Atenção Primaria, conforme especificações e quantidades estabelecidas no edital e anexo, com realização prevista para o dia 06 de abril de 2015 às 10h (horário de Brasília). Foi **PRORROGADO** para dia 20 de abril de 2015 às 10h00min, para adequações no Termo de Referência. O Edital completo está à disposição dos interessados, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande – Superintendência de Licitação, nos dias úteis das 12h00min às 18h00min, sito à avenida Castelo Branco, 2500 – Várzea Grande/MT, mediante recolhimento da taxa de R$ 50,00 - não restituível e gratuitamente, no sitio: www.bll.org.br. Várzea Grande-MT, 01 de abril de 2015, Landolfo L Vilela Garcia, Pregõeiro Daoud M K Jaber Abdallah, Secretário de Saúde

AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.10722 /2014

A Prefeitura Municipal de Várzea Grande, por meio da Secretaria Municipal de Viação, Obras e Urbanismo torna público para conhecimento dos interessados que fará adesão à ata de registro de preços n. 107722/2014 oriundo do Pregão Eletrônico n.019/2014 oriunda da Prefeitura Municipal de Cuiabá para o fornecimento de tubos CA I, sendo 1000(um mil) unidades de diâmetros de 0,80 e 1200 (um mil e duzentas) unidades de 0,60 para a utilização de drenagem de águas pluviais , para atender as necessidades do Município de Várzea grande. Que teve como vencedora a empresa: **ULTRA COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA** inscrita -CNPJ n. 26.766.857/0001-00, Vencedora do *Itens: 01, 02,* Totalizando o valor de R$ 406.400,00(quatrocentos e seis mil e quatrocentos reais). Várzea Grande – MT, 01 de abril de 2015. Gonçalo Aparecido de Barros , Secretário Municipal de Viação, Obras e Urbanismo.

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA N.º 26/2015

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e,

CONSIDERANDO o que dispõe a lei n.º 8.429/92, art. 10, X e art. 11, VI e a lei complementar n.º 101/2000, art. 42,

R E S O L V E:

Art. 1.º - **Determinar** a instauração de Processo Administrativo Disciplinar com o fim de apurar a suposta prática de ato de improbidade administrativa atribuída ao Sr. Ver. Waldir Bento da Costa, por não ter cumprido com os pagamentos dos valores abaixo discriminados, mesmo tendo sido estes descontados na folha de pagamento dos servidores:

INSS dos servidores comissionados e inativos, no valor total de R$ 334. 278,60;

Imposto de Renda dos servidores comissionados e inativos, no valor total de R$ 642.836,30.

Art. 2.º - **Designar***,* sob a supervisão da assessoria jurídica, as servidoras Nirley da Silva Cavalcanti Oliveira, matrícula 147 - Presidente, Josaide Nunes Ferreira Leite, matrícula 96 - secretária e Iraídes Maria de Oliveira, matrícula 73-membro, para integrar a comissão que deve apurar os fatos acima descritos.

Art. 3.º - A presente portaria entrará em vigor a partir desta data.

REGISTRA-SE CUMPRA-SE

Gabinete da Presidência, 01 de abril de 2015.

Vereador Calistro Lemes do Nascimento

Presidente

Vereador Pedro Paulo Tolares

1.º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 111/2015

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - Exonerar do cargo em comissão Frederico Barbieri, Assistente de Gabinete, do Gabinete do Vereador João Madureira dos Santos.

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir desta data.

Gabinete da Presidência, 01 de Abril de 2015.

Vereador CALISTRO LEMES DO NASCIMENTO

Presidente

Vereador PEDRO PAULO TOLARES

1ºSecretário

PORTARIA Nº. 37/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício Aposentadoria por Tempo de Contribuição ao Sr. **CESARINO DELFINO CESAR FILHO."**

O Presidente do PREVIVAG – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo n° 2014.04.10258P e;

Considerando o preenchimento dos requisitos nos termos do art. 3°, I, II, III, e parágrafo único da EC 47/2005, c/c art. 12, III, "a" da Lei Municipal nº 2.719/2004, que rege a Previdência Municipal, c/c os artigos 72, §2º e art. 76 da Lei Complementar nº 1.164/91, que dispõe sobre o Estatuto dos

Servidores Municipais de Várzea Grande, c/c Lei Complementar nº 3.753/2012 que dispõe sobre a atribuição, organização e estrutura da Procuradoria geral do Município de Várzea Grande c/c Lei Complementar nº 4.011/2014, que dispõe sobre a reposição salarial, resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição ao Sr. **CESARINO DELFINO CESAR FILHO**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG n° 021967 SSP/MT e inscrito no CPF n° 142.412.341-00, matriculado sob o nº 7646, estável no cargo de Procurador Municipal Classe ‘’A’’, Nível ‘’01’’,lotado na Procuradoria Municipal, com proventos integrais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande - MT, 01 de abril de 2015.

JAZON BARACAT DE LIMA

PRESIDENTE

HOMOLOGO:

WALACE SANTOS GUIMARÃES

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

AVISO DE LICITAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, torna público que fará realizar-se na sala de Licitações; a seguinte Licitação regida pela Lei nº. 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e atualizada pela Lei nº. 8.883/94 e suas alterações posteriores.

MODALIDADE: Tomada de Preço nº. 006/2015.

OBJETO: Contratação de Pessoa Física para Prestação de Serviços de Engenheiro Civil, Arquiteto e Urbanista e Engenheiro de Pesca, para a Prefeitura Municipal**.**

REALIZAÇÃO: 23/04/2015.

HORAS: 08h30min, horário local.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min horas, no site da prefeitura, www.prefeitura@aguaboa.mt.gov.br e no email licitacao@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa - MT, 01 de abril de 2014.

_____

Vera Lucia Fries

Presidente da Comissão de Licitação.

AVISO DE ALTERAÇÃO DO EDITAL

Processo Licitatório: 028/2015.

Concorrência: 003/2015.

Objeto: Contratação de empresa para execução de pavimentação asfáltica, compreendendo: Rodovia MT 240, Trecho: Entroncamento BR 158 (Água Boa) – Entroncamento MT 414, Sub-Trecho: Km 12,25 (fim do asfalto) – Entroncamento MT 414, Segmento-1: Km 12,25 – KM 23,60 (Adequação), Segmento-2: Km 23,60 – Entroncamento MT 414 (Implantação/Pavimentação), Extensão: 13,635 Km.

Conforme Art. 21 § 4 da Lei 8.666/93, informamos alterações no item 2 do edital e inclusão da Cláusula Vigésima Terceira – Caução, no Anexo I Minuta do Contrato, do processo citado, comunicamos ainda que a abertura dos envelopes de proposta de preço e habilitação será na mesma data e horário inicialmente estabelecido, uma vez que as alteração não afetam as formulações das proposta.

Água Boa, 01 de abril de 2015.

Vera Lúcia Fries

Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

Esse documento foi assinado por

	Signatário	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Wed Apr 01 22:32:28 UTC 2015
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170114572883537006
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)